Ruralidades

I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

GT 1: RURALIDADES E MEIO AMBIENTE

ufscar

SOB AS VESTES DE SERTÃO VEREDAS, O GERAIS. ‘MEXER COM CRIAÇÃO’ NO SERTÃO DO IBAMA

Carmen Silvia Andriolli, Universidade Estadual de Campinas
carmen_andriolli@yahoo.com.br
Agência financiadora: CNPq
GT 1: “Ruralidade e Meio Ambiente”

Resumo

O fulcro deste trabalho é desvelar as transformações nos usos do território que compuseram ‘o Gerais’ em Sertão do IBAMA, como nomeio a nova territorialização. Para tanto, apresento a etnografia realizada com o vaqueiro Samuel Borges do Santos, mais conhecido como Samu, no noroeste mineiro, onde foi implantado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Busco como ponto de partida desta travessia etnográfica responder à seguinte questão: como descrever a dinâmica da relação entre Samu e os gestores do parque, sobre o uso da terra, da forma como é vivida pelo vaqueiro? Samu, como protagonista dessa etnografia, justifica-se por ser ele figura emblemática das transformações ocorridas naquele território: num primeiro momento como agregado de uma fazenda pecuarista, posteriormente proprietário de terra e, atualmente, morador de parque. Diante desse cenário, várias foram as temporalidades descortinadas pelo vaqueiro – temporalidades que se apresentaram imbricadas. A partir do cruzamento dessas temporalidades, desvelou-se um modo de vida regido por uma ética camponesa, bem como o valor econômico e social do ‘mexer com criação’, que se encerra na homologia entre o vaqueiro e o gado bovino e eqüino. Os tempos de outrora em seu entrelaço com os novos tempos trouxe à luz, ainda, a transferência do modelo de relação que Samu desenvolvia com seus patrões para a sua relação com o IBAMA, como forma de resistência para se manter junto à terra, a despeito das vestes apertadas que revestem ‘o Gerais’.

Apresentação

Este texto visa a apresentar a etnografia realizada com o vaqueiro Samuel Borges do Santos, mais conhecido como Samu, no noroeste mineiro, onde foi implantado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O ponto de partida desta travessia etnográfica é responder a seguinte questão: como descrever a dinâmica da relação entre Samu e os gestores do parque, sobre o uso da terra, da forma como é vivida pelo vaqueiro? Ancorada nesta pergunta, procuro desvelar as transformações sobre os usos do território que compuseram o Gerais em Sertão do IBAMA, como nomeio a nova territorialização[1].

Enquanto vaqueiro, mas antes 'povo do Rio Preto' como Samu se autonomeia, o direito ao uso da terra foi sendo reestruturado ao longo de sua vida: num primeiro momento como agregado de fazendas pecuaristas, em seguida como proprietário de terra escriturada e, posteriormente, como morador de um parque nacional. Diante desse cenário, várias foram as temporalidades descortinadas por Samu – temporalidades que se apresentaram imbricadas.

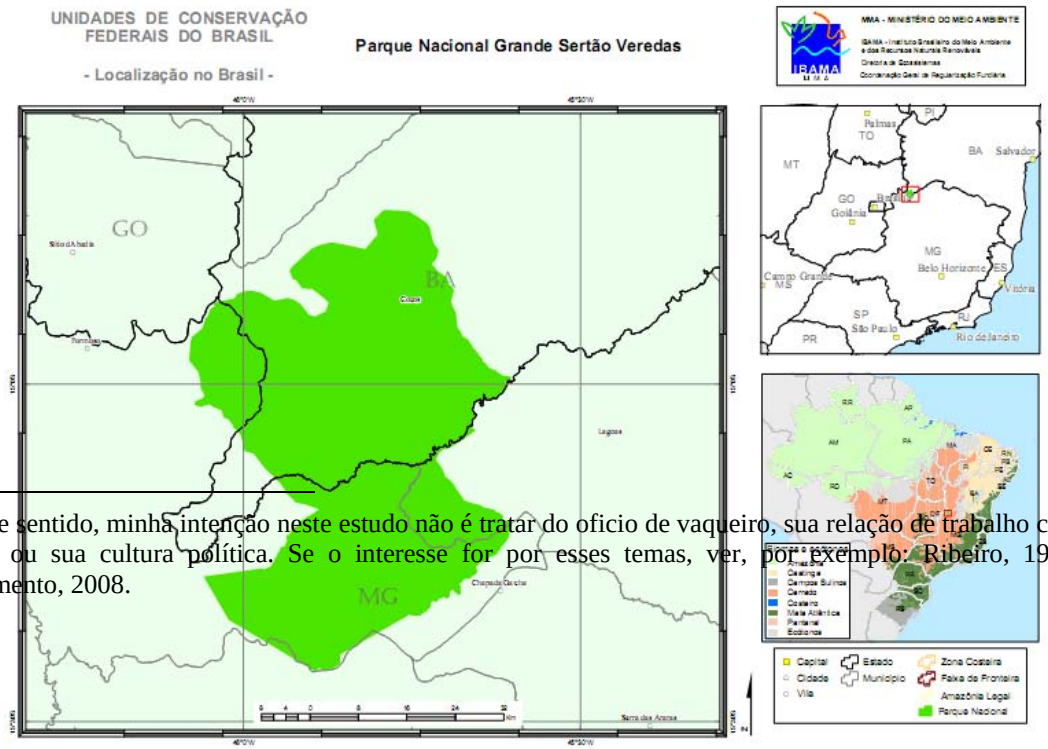
Atualmente, como morador de um parque nacional, Samu mantém seu direito de usar a terra, a despeito da legislação ambiental que rege a unidade de conservação, acionando algumas dessas temporalidades e, dessa forma, transportando para os gestores do parque o relacionamento que tivera com seus ex-patrões quando ainda era agregado das fazendas pecuaristas. O 'tempo dos Carneiro' – o tempo do patrão – remete ao 'tempo dos antigos', ao tempo da 'fartura', do 'movimento' e da 'liberdade', bem como ao tempo do 'direito de criar'. Tais categorias nativas reportam-se a uma ética camponesa[2] que vigorava naquele território e que o compunha como Gerais, bem como se referem às categorias teóricas reciprocidade, honra e, especificamente no caso de Samu, por ser vaqueiro, à liberdade. Outras temporalidades, por sua vez, se apresentam no Gerais revelado por Samu: a 'chegada do parque', o 'tempo do viver do compra', do 'viver apertado' e a ter que 'pedir permissão'. Nesse cruzamento de temporalidades, o Gerais aos poucos foi sendo revestido pelo Sertão do IBAMA.

Para compreender este panorama, a travessia etnográfica percorre o seguinte objetivo: apreender, no contexto atual da vida de Samu, como a lógica de pensamento do vaqueiro – seu prestígio, respeito e liberdade que outrora o diferenciavam socialmente e determinavam sua relação com o patrão – foi aplicada por ele a sua relação com os gestores do parque. Dito de outra forma, mostrar que a relação que o vaqueiro estabelecia

[1] Cf. Oliveira, 1999.
[2] Cf. Woortmann, 1987.

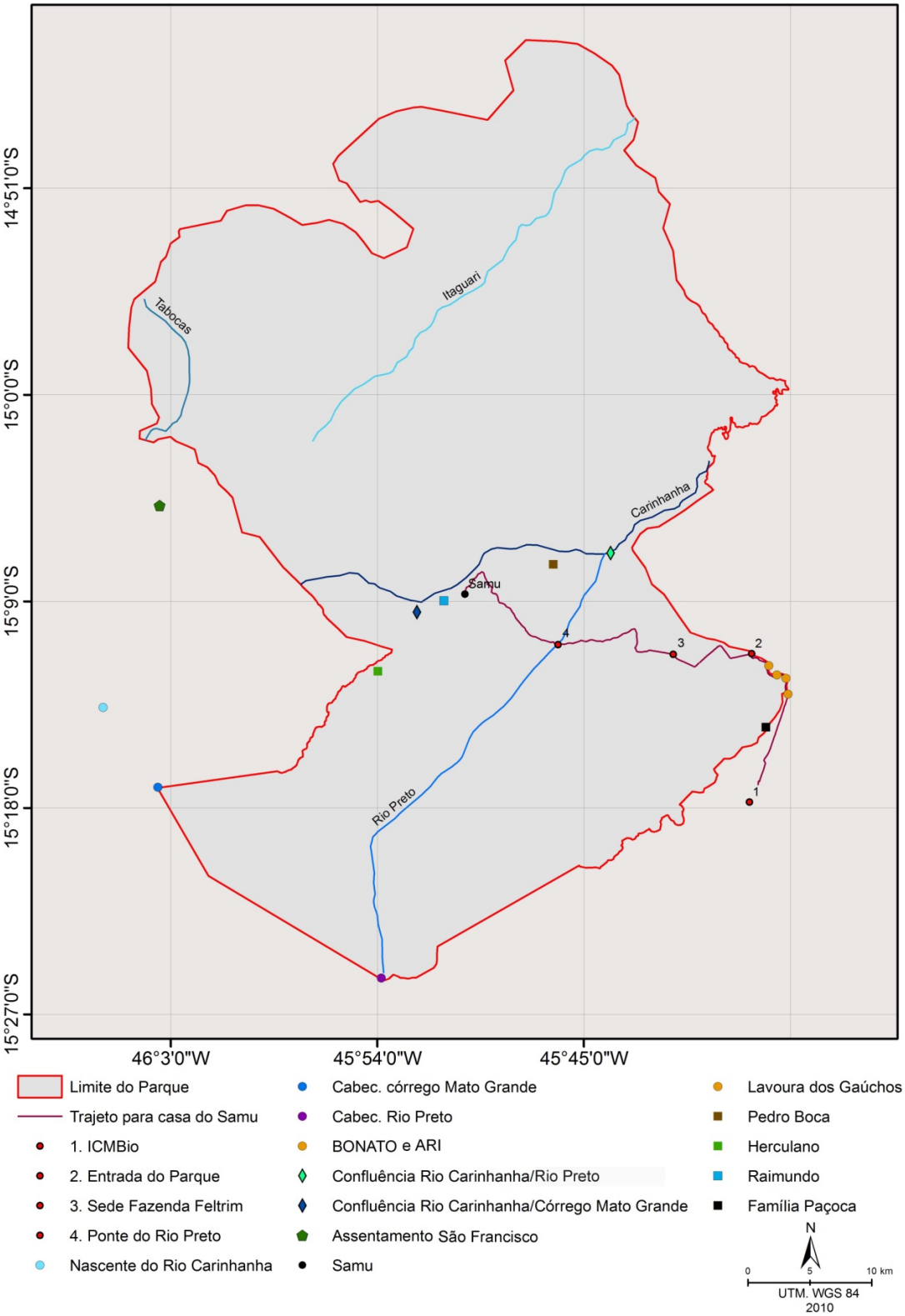
com o patrão de outrora, o respeito à ordem social da fazenda que lhe proporcionou o 'direito de criar', foi transferida pelo vaqueiro para sua relação com os gestores do parque[3]. Samu, enquanto vaqueiro, atendia as regras do patrão, era-lhe leal e dele recebia respeito e autorização para criar seu gado em terras do patrão. Atualmente, Samu atende as 'leis do IBAMA' e, igualmente, recebe autorizações. Samu transferiu o modelo de relação que tinha com seu patrão para sua relação com os gestores do parque, incluindo a essa relação todas as ambigüidades que perpassavam a relação de outrora. Aqui, pois, se finda a travessia, que foi percorrida a partir de um único espaço: a varanda da casa do vaqueiro Samu. Ali, na varanda, sentados, parados, analogamente ao atual estado de vida de Samu, como ele mesmo analisa, desenrolamos nossas prosas. Ao longo de catorze meses de pesquisa de campo, por duas ou três vezes por mês, dividi o espaço da varanda com Samu, sua esposa e seus vizinhos para cumprir com o acordo que estabelecera com ele no início dessa travessia: buscá-lo todo mês em sua casa para levá-lo a Chapada Gaúcha-MG, onde o vaqueiro recebe sua aposentadoria. No trajeto de aqui para acolá, as temporalidades se revelaram e deram corpo à travessia. Sentados, dispersos à varanda, as temporalidades descortinadas pelo trajeto Vereda do Barbatimão-Chapada Gaúcha ganhavam novas cores, novos traços por meio da relação de Samu com a criação, bem como com seus vizinhos. O cenário foi aos poucos sendo pintado pelos tempos que se cruzam no processo social que há 21 anos o vaqueiro vivencia: o Gerais de outrora se revela como o Sertão do IBAMA; o Gerais traja vestes apertadas.

Mapa 1. Localização do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.



[3] Nesse sentido, minha intenção neste estudo não é tratar do oficio de vaqueiro, sua relação de trabalho com o patrão ou sua cultura política. Se o interesse for por esses temas, ver, por exemplo: Ribeiro, 1997 e Nascimento, 2008.

Mapa 2. Trajeto percorrido da sede do ICMBio à casa de Samu.



Fonte: Localizações e trajeto obtidos através de GPS. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010.

De Gerais a Sertão Veredas

O caminho que percorríamos – Vereda do Barbatimão/Chapada Gaúcha – ditava o assunto da prosa entre o vaqueiro Samu e seus vizinhos e remetia a um território ordenado pela campesinidade[4], isto é, uma ética camponesa que estrutura uma ordem moral constitutiva das relações dos homens entre si e com as coisas, especificamente com a terra. Nessa ética camponesa, a terra não é vista como objeto de trabalho, e sim como manifestação de uma moralidade; significa patrimônio da família, local onde se desenvolve o trabalho que constrói a família como valor, e não somente como uma natureza sobre a qual se projeta o trabalho de uma unidade doméstica. A terra compreendida como patrimônio familiar não é vista como mercadoria.

A campesinidade que ordenava aquele território que a cada trajeto ia sendo descortinado revelava o 'tempo dos Carneiro' – o tempo do patrão – e era expressa por meio das categorias nativas 'fartura', 'movimento' e 'liberto'. Muito embora a campesinidade aflorada remetesse ao 'tempo dos Carneiro', quando um conjunto de regras verbais era estabelecido entre fazendeiro e agregados[5], a exploração do trabalho, o estar à disposição o tempo todo do fazendeiro eram dissolvidos de acordo com o momento presente pelo qual esse grupo social vinha passando – as 'transformações' que o 'povo velho' dizia que chegariam – e que se reificaram com a 'chegada do parque'. Para sobreviverem à nova territorialização[6] que lhes vinha sendo imposta, expressa nas categorias nativas 'viver do compra', 'viver apertado' e 'pedir permissão', e que aqui nomeio de Sertão do IBAMA, o apego à campesinidade era reafirmado.

A cada trajeto que fazíamos novas informações sobre o 'tempo de primeiro' eram expostas por Samu. Falar sobre o 'tempo dos Carneiro' remetia ao tempo de fartura, de liberdade, tempo em que não precisavam pedir permissão para fazer roçado, para atear fogo para formar pasto ou para retirar madeira. Por outro lado, falar sobre o parque

[4] Cf. Woortmann, 1987. A campesinidade, como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos, diz respeito não somente aos aspectos econômicos, mas aos diferentes graus de articulação com a modernidade. A campesinidade como uma ética camponesa emerge, segundo o autor, da articulação entre as categorias terra, trabalho e família pelo fato dessas categorias serem nucleantes e interdependentes. Ou seja, a terra é pensada em relação à família e ao trabalho, assim como o trabalho é pensado em relação à terra e à família. Tais categorias vinculam-se, sobretudo, a valores e princípios da ética camponesa que orientam as questões do cotidiano das famílias camponesas, como também da sua sociabilidade com as demais unidades domésticas do seu meio, valores, no caso do vaqueiro Samu, como a reciprocidade, a honra e a liberdade.

[5] Cf. Moura, 1988.

[6] Cf. Oliveira, 1999.

restringia-se a falar que com a chegada da unidade de conservação passaram a ‘viver do compra’.

De ‘ninguém ficava desagalhado’ a ‘viver do compra’

A família dos Carneiro – patrão de Samu – possuía três fazendas que faziam divisa entre si. A Fazenda Pau Grande pertencia a Pedro Carneiro. Ficava na vereda do Pau Grande, por isso o nome. Nesta, Samu trabalhou vinte anos como vaqueiro. Não tinha hora para chegar, não tinha hora para almoçar, não tinha hora para dormir. A certeza compunha-se no horário para sair para o campo com um café no estômago. Acordava às 3 horas da madrugada para iniciar a ordenha para o fazendeiro. Posteriormente, a título de exemplo, seguia para o ‘campo[7]’ – o trabalho de campear – com o intuito de ‘juntar o gado’, de acordo com a atividade que se realizaria posteriormente, podendo ser o ferrar, vacinar ou vender as reses, para trazê-lo para o curral. Trabalho solitário; suas companhias eram o cavalo, o cachorro e o gado, o que Samu nomeia tropa.

Ao vaqueiro, no entendimento de Capistrano de Abreu, era a quem cabia o trabalho de “amansar e ferrar os bezerros”, assim como “curá-los das bicheiras”. A pastagem natural era queimada alternadamente na época apropriada. Fazer cacimbas e bebedouros, além de proteger o rebanho de onças, cobras e morcegos também eram tarefas desse agregado que se especializou no trato com o gado. Trabalho árduo, madrugadas no campo compõem as características do sertanejo que vivenciou a “época do couro”. “De quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta[8].” ‘Gado tirado na sorte’ é como Samu nomeia o pagamento ao vaqueiro com 25% das crias do rebanho do patrão. Era assim no ‘tempo dos Carneiro’. Pagamento em dinheiro não havia.

Como vaqueiro da Fazenda Pau Grande tinha o que nomeia ‘direito de criar’, isto é, tinha direito a morada, a fazer roçado e a criar seu gado tirado na sorte embolado com o rebanho do patrão e nas terras desse. Era agregado especializado no trato com animais de grande porte. Com o pagamento por seu trabalho com 25% das reses nascidas no rebanho do patrão diferenciava-se dos demais agregados. Assim formara seu próprio rebanho, que era criado ‘solto’. Solto porque arame não existia. ‘De primeiro’ faziam um valetão separando a roça, explicara-me Samu na varanda de sua casa. Para além do valetão, no

[7] Câmara Cascudo nomeia vaquejar e define como “procurar o gado para levá-lo ao curral” (Câmara Cascudo, 1984, p. 108).
[8] Capistrano de Abreu, s/d.

rumo da roça, gado não passava. De 1950 para cá começaram a cercar só a roça para o gado não estragá-la.

Com o ‘direito de criar’, Samu morou com sua mãe e irmão, se casou e viu a maioria de seus filhos nascer na Fazenda Pau Grande. No ‘tempo dos Carneiro’, a família de Samu fazia o roçado nos brejos que ficam — “encostado mesmo nas veredas”. As vazantes, que são as áreas de beira de rio, também eram bons lugares para fazer roça. Ambos os locais Samu nomeia ‘terra de cultura’ e a define como — “[terra] transligada com barro, sem areia, na margem do rio ou vereda, produz de tudo, não fraqueia não.” Nessas áreas a família de Samu plantava arroz, feijão e milho. Plantavam durante dois anos no mesmo local. Quando viam que a terra ‘queria fraquear’, ‘largavam’ e iam para outro lugar. Mandioca e feijão catador, mantimentos mais simples no entender de Samu, eram plantados em terras mais fracas porque ‘davam em qualquer lugar’.

Dona Ló era quem assumia os afazeres com a roça e com a criação enquanto Samu trabalhava como vaqueiro para a Família dos Carneiro. —“Tinha vez que ficava 10, 12 dias só com os meninos trabalhando no campo” — dizia dona Ló. Trabalhar no campo era — “Juntar o gado, trazer para o curral, apartar, colocar os bezerros nos chiqueiros, soltar as vacas outra vez para daí desleitar as vacas” — explicara-me dona Ló. Soltava um bezerro, o deixava mamar um pouco, prendia, apartava a vaca, ordenhava até chegar a quantidade de leite que queria. Terminado o trabalho da ordenha, vacas e bezerros eram soltos. Dona Ló então seguia para tratar das outras criações – cabrito, porco, carneiro, galinha – além do roçado. Tudo realizado por ela na companhia ‘dos meninos’. Uma menina maior cuidava dos menores na casa. —“A gente educa os filhos de pequeno. Não deixava os filhos bestando na casa dos outros” — falara dona Ló entre um rodar e outro do fogão à lenha para o jirau. ‘Os meninos’ ajudavam a trabalhar do meio dia para tarde, porque durante a manhã estudavam. Debaixo de sol, chuva ou enchente — “Tinha que entrar nas enchentes para colher mantimento!” — dizia dona Ló.

A terra – como a maloca de gente e como o logradouro do gado – era, pois, pensada e representada de acordo com a ética camponesa que regia o ‘povo do Rio Preto’. Não era percebida apenas como o lugar do trabalho do grupo doméstico, como objeto de trabalho, mas como patrimônio da família sobre o qual se realizava o trabalho e se construía a família enquanto valor. O “pai de família” era exercido, por meio de dona Ló quando

Samu estava trabalhando para a Família Carneiro, e o saber sobre o uso da terra era transferido aos filhos. Não se deixava os filhos 'bestando' na casa dos outros. [9]

Nas propriedades da Família Carneiro morava muita gente. É o que se percebe quando Samu conta que — "Tinha gente que morava mais perto que Raimundo. Quase que o quintal era um só!" Devagar famílias foram chegando 'da Carinhanha' – região onde Samu nasceu – pediram 'pouso' aos Carneiro e, esparramados no princípio, como agregados, fizeram suas moradas e roçados. Posteriormente, com a vinda de outras famílias, como a de Maria Cardoso, que tem parentesco tanto com Samu quanto com dona Ló, embolaram-se novamente como gado 'na solta'. — "Gado é quase que nem gente mesmo. Tem a maloca deles. Batem num logradouro só."— ensina Samu.

No Gerais, no 'tempo dos Carneiro', cada agregado da fazenda tinha sua casa e sua roça, isto é, 'os Carneiro davam direito para eles morarem'. Maria Cardoso conta como era o morar, bem como onde desenvolviam o 'serviço', o 'roçado': —"[...] Nós trabalhávamos era no brejo, brejaria lá, que tinha lá, que nós trabalhávamos. Tempo de meu avô ainda! Donde era o ponto nosso lá. [...] Lá era apelidado por Firmiano [nome do avô]. É só um galhinho, é só uma veredinha seca que tem. [...] Que era no local do trabalho nosso. E cá dos Porcos é que era a tapera do meu avô. Que ele morava, ele tinha morada na beira dos Porcos. [...] E trabalhava nesse brejo lá que era onde nós estávamos morando. [...] Lá ainda tem laranja, tem lima, tem limão, tem eucalipto, tem uma mata de buriti assim, uma carreira de buritizal, foi nós que plantemos! Assim, na bichada do quintal, na cerca do quintal. Nós plantemos uma carreira de buriti! Já está dando. Já está dando cacho!"

Os vaqueiros, por sua vez, tinham o 'direito de criar', que incluía, além da morada e do roçado, o 'gado tirado na sorte', bem como a criação desse gado nas terras do patrão, conforme foi dito anteriormente.

Para além da 'morada' e do 'roçado', a terra do patrão era percebida como: —"Era tudo comum. Nós aqui estamos folgados nesse Gerais. Tinha muita gente, mas ninguém abusava um ao outro. Morava muita gente, mas ninguém abusava do outro. Se causo tinha uma criação de outro na roça, não maltratava. Avisava e dava jeito naquilo. Se abusava ainda, matava ou vendia. Os que abusavam mais era vaca, boi, cabrito. Porco também atentava os vizinhos" — dizia-me Samu em nossas conversas na varanda de sua casa.

De acordo com as falas precedentes de Samu e Maria Cardoso, o Gerais, no 'tempo dos Carneiro', era constituído por um sistema de direitos sobre a terra que se legitimava

[9] Woortmann, 1987.

pelo uso – direito de morar ou de criar – complementado pelo uso comum das áreas de chapadas, carrasco, vazantes e vargens[10]. Àquela época, o que tinha valor econômico era o gado, não a terra[11]. Dessa feita, o fazendeiro permitia pelo uso o direito a terra. O 'ponto nosso', 'o local do trabalho nosso', 'ele tinha morada na beira dos Porcos e trabalhava nesse brejo lá' revelam o direito sobre a terra pelo uso que se fazia dela. Na fala de Maria Cardoso é possível perceber, sobretudo, que o direito sobre a terra pelo uso era organizado por um sistema que concedia como domínio exclusivo de uma família apenas terras à beira de corpos d'água – neste caso, o 'galhinho seco', 'os Porcos' [vereda] – onde o grupo doméstico se abastecia com água, além de ali desenvolver seus roçados. A terra sob domínio de uma família, no Gerais do Norte e Noroeste de Minas, estendia-se verticalmente no sentido oposto ao corpo d'água até a divisa entre as terras de cultura com os gerais. Para além era o comum, que podia ser parte do domínio de uma família, muito embora não demarcado, não cercado[12]. O 'ponto nosso', 'o local do nosso trabalho' também não era cercado. Como dito por Samu anteriormente, cerca havia apenas nos roçados para evitar o pisoteio da criação nessas áreas. Dessa feita, o direito sobre a terra delimitava, sobremaneira, o acesso à água[13]. Neste cenário, as áreas sob domínio de uma família eram estreitas de frente e muito compridas de fundo.

No 'tempo dos Carneiro' havia, portanto, uma lógica local do direito sobre as terras já tituladas pertencentes, neste caso, à Família Carneiro, que seguia um código social, baseado nos dois direitos, o 'direito de criar' dado aos vaqueiros, e o direito de morar concedido aos demais agregados, como elucidado anteriormente. Havia, portanto, um sistema de uso e ocupação da terra da Família Carneiro que se estruturava pelo uso combinado das áreas de uso comum, não cercadas, com o uso das áreas de direitos (de criar

[10] Cf. Dayrell, 1998; Nogueira, 2009; Ribeiro, 2010 e Correia, 2002, o Gerais do Norte e o Noroeste do Estado de Minas Gerais compunha-se por um sistema de uso da terra que combinava áreas de uso comum e áreas de chapadas, tabuleiros, campinas, campos, vazantes e vargens (conforme a nomenclatura regional empregada) – utilizadas, segundo os autores, para a solta do gado e para o extrativismo – em simbiose com a ocupação e uso, por unidade doméstica, de áreas à beira de corpos d'água – veredas, riachos, terras de cultura. Tanto as terras devolutas, quanto as de grandes fazendas eram ocupadas pelos camponeses, época em que o direito sobre elas legitimava-se pelo uso. As áreas de uso comum, de acordo com Ribeiro, 2010, eram terras de domínios definidos nos direitos de herança, entretanto usufruídas sem divisas, conforme o regime denominado "compáscuo" no antigo direito português e brasileiro. O uso combinado das áreas comunais com as áreas de direito pouco alterou a dinâmica e a estrutura dos ecossistemas predominantes, bem como garantiu a produção e reprodução camponesa, que estavam atreladas ao conjunto e ao fluxo de recursos e não ao controle da terra.

[11] Cf. Almeida, 1979; Galvão, 1972, Capistrano de Abreu s/d.

[12] Cf. Ribeiro, 2010.

[13] Para outras informações sobre a questão do acesso, bem como valor da água no Gerais, ver: Galizoni et. al., 2010.

e morar); essas últimas se legitimavam pelo uso por cada unidade doméstica[14]. —"Pedro Carneiro deu para Pedro Velho [pai de Maria Cardoso] morar lá nos Porcos. Eles tinham terra demais, moça! Não importavam se um chegasse aí para morar e trabalhar" — explicara-me Samu. Era "o Carrancismo, [um] período anterior a uma noção jurídica de posse e propriedade".[15] Havia, portanto, uma solidariedade entre patrão e agregado, bem como a co-existência dos modelos de reprodução camponês e de reprodução das grandes propriedades, ambos interligados[16].

Em nossas conversas na varanda da casa de Samu, o vaqueiro mencionava o 'tempo dos Carneiros' como um tempo de 'fartura', bem como de 'movimento'. Em relação à 'fartura', a partir das conversas desenroladas com Samu, percebe-se que essa não se limitava tão-somente à quantidade de mantimentos produzidos. Referia-se, por um lado, à troca entre o vaqueiro e a terra, existente nos roçados da família que eram trabalhados por Dona Ló e 'os meninos', e, por outro, à troca entre vaqueiro e os vizinhos – a troca como obrigação, como um espírito oposto ao do negócio. Por ali ninguém ficava 'desagalhado'. A maioria tinha apenas roças; poucos eram os que tinham gado, animal para andar montado ou carro de boi. Aqueles que criavam gado, caso do vaqueiro Samu, quando matavam alguma rês para comer, dividiam a carne com quem não tinha. — "Dava pros vizinhos. Roça, roça era todo mundo que tinha! Criação não. Tinha mais ou menos um cavalinho de andar amontado." — dizia Samu. Ou, nas palavras de Maria Cardoso: — "[...] Nós tínhamos para remediar para os outros! Cana? Nós tínhamos canavial aqui, tinha engenho, tudo nós tínhamos! Moía cana e não fazia conta de nada. Tinha tudo! [Tinha casa de farinha] fazia tapioca, beju..." A fartura expressava, portanto, a reciprocidade entre os vizinhos. Quem tinha carne ou cana dava àquele que não tinha porque sabia que receberia em outro momento.

A troca como obrigação era exercida, ainda, ao deixar o vizinho, que não tinha terra, labutar a sua à meia. Desde que comprou sua terra, Samu cuidava dela, do seu rebanho e das reses dos Carneiro. Continuou a trabalhar como vaqueiro e a morar nas terras do patrão. Vez ou outra alguém chegava pedindo pouso, de-comer ou para plantar feijão catador na meia na terra do vaqueiro, caso do 'povo do Cajueiro', que plantava,

[14] Sobre outros sistemas de uso combinado sobre a terra e recursos naturais, ver, por exemplo, Godoi, 1998 e Almeida, 2009.
[15] Cf. Correia, 2002, p. 56. Em sua pesquisa de campo, o autor encontrou, ainda, a categoria nativa "terras de ausentes" como referência às terras legalmente consideradas como devolutas.
[16] Cf. Correia, 2002.

roçava e colhia, ao passo que Samu 'dava' o feijão catador e a terra[17]. —"Aqui tinha para vender! Mãe dizia 'você deve dar de-comer para quem tem fome não pra quem tem barriga cheia, porque esse não agradece'." Samu, sendo vaqueiro e ganhando 'gado tirado na sorte', podia dar seu chão a quem não tinha terra para plantar, podia não deixar o vizinho 'desagalhado'[18] – trocar terra por feijão à meia – e, com isso, estabelecer a troca entre "pais de família". Ao colocar em prática o dizer de sua mãe reafirmava os valores da ética camponesa: a reciprocidade e a honra. O Gerais como um território de reciprocidade era também um campo de honra, onde as práticas eram obrigatórias, na medida em que o que estava em jogo era o todo formado pelo 'povo do Rio Preto'. Havia, assim, um nós que se contrapunha a um outro, que era o estranho, aquele que não fazia parte daquela ordem moral, aquele que 'tem barriga cheia'. O nós, por sua vez, constituía-se por iguais em honra; entre esses se firmava a reciprocidade por ela ser uma questão de ponto de honra. A reciprocidade, portanto, se dava entre aqueles 'que tem fome', porque esses agradeciam na medida em que eram iguais em honra. [19]

No entanto, sendo proprietário de terra porque antes era vaqueiro e recebia 'gado tirado na sorte', Samu distinguia-se dos demais agregados, como já foi dito em outros momentos deste texto. Ser vaqueiro, manejar um objeto que é antes um ser vivo e que em si encerra-se como remuneração, traz à tona uma relação especifica contida no trabalho de vaqueiro, como bem salientado por Walnice Nogueira Galvão em **As formas do falso**. Por um lado, o vínculo estreito – físico e afetivo – com o gado; por outro, o 'mexer com gado' e receber por esse trabalho – o 'gado tirado na sorte' – possibilitava ao vaqueiro passar de empregado a dono de gado e de terra; podia, nesse momento, conceder 'pouso', 'de-comer' ou terra para ser roçada. Ter terra, ter gado, ter animal para 'andar montado' proporcionando a Samu passar de empregado a dono imprimia a ele uma qualificação social em relação aos demais moradores da fazenda. Ter animal para 'andar montado' conferia a Samu, sobremaneira, sensação de liberdade[20], tanto por não se limitar ao trabalho no cabo da enxada, quanto por fisicamente 'rodar o mundo no lombo do cavalo'.

[17] Conforme ponto 20 do mapa a seguir.
[18] 'Desagalhado' soava em campo para mim tanto como não deixar um vizinho passar necessidade, quanto como não deixar um vizinho sem um galho para roçar, já que os roçados eram feitos nos brejos, que ficam à beira dos galhos, das veredas.
[19] Woortmann, 1987.
[20] Ver Galvão, 1972, p. 32-33 sobre posse de cavalo e a sensação de liberdade que seu uso proporciona ao trabalhador, diferenciando-o do trabalhador que labuta no cabo da enxada, no chão, num espaço restrito, sem muito circular. Ver ainda sobre a posse de gado recebido por meio da quarta, conferindo ao trabalhador a possibilidade de passar de empregado a dono.

Nesse sentido, quando ali era o Gerais: —"De primeiro vocês chegavam aqui e arranjavam uma batata, uma abóbora... Não comprava doce [açúcar]. Fazia rapadura. Comprava sal e café e roupa. Era bom! Você tinha liberdade, fazia sua roça..." — dizia Samu.

Muito embora Samu como vaqueiro estivesse submetido à ordem social da fazenda, a estar a todo tempo à disposição do fazendeiro, a ter que cumprir com o acordo verbal firmado quando lhe foi concedido o 'direito de criar', pôde acumular bens e comprar sua terra. Para além de comprar sua terra continuou ainda a trabalhar para os Carneiro, permaneceu a campear o gado criado solto, tanto o gado do patrão, quanto o seu. Tinha ciência que as vargens, vazantes, carrascos e chapadas onde a criação se desenvolvia não lhe pertenciam como 'terra escriturada'. A despeito disso, o 'tempo dos Carneiro' era um período de liberdade. Como foi dito, essa sensação de 'liberto' dizia respeito, por um lado, ao seu trabalho como vaqueiro, liberdade que todo vaqueiro tem como sendo a representação do seu trabalho, por outro porque pôde acumular e passar da condição de agregado à dono de terra, condição que o permitiu ceder sua terra para ser roçada. No 'tempo dos Carneiro' ali era um local de 'fartura' de mantimento, 'movimento' de trabalho, de pessoas e de criação, era o Gerais composto pelo uso combinado das áreas de uso comum com as terras de direito ou, no caso de Samu, de propriedade. Era o tempo de 'liberdade' do vaqueiro que, no lombo do cavalo e acumulando reses com o 'gado tirado na sorte', sentia-se livre das amarras do patrão, muito embora carregasse em sua algibeira a lealdade à ordem social da fazenda. Tanto que o elo com o fazendeiro permanecia e se manifestava no favor a ser desempenhado pelo vaqueiro em retribuição ao 'direito de criar' concedido[21]. O Gerais, no 'tempo dos Carneiro', era, portanto, um território de reciprocidade, tanto entre agregados, quanto entre vaqueiro e patrão.

O Gerais, no 'tempo dos Carneiro', para além de um tempo de 'fartura', era um tempo de 'movimento', como dito a alguns parágrafos atrás. Conforme as conversas com o vaqueiro Samu, ali era o lugar da morada de muitas pessoas, de trabalho, bem como de reses criadas soltas. Nas palavras de Maria Cardoso: —"[...] Tinha muito movimento, tinha criação, tinha muita gente... [...] Vinha carro de gente de fora que vinha pegar as coisas aqui, comprava aqui ni Hermínio mais compadre Samu e comprava lá em casa. Todo ano! Todo ano eles vinham comprar as coisas, quando para lá estava fraco – feijão, arroz – eles vinham pegar aqui. Comprava e levava para fornecer os armazéns, em Arinos, Formoso, pra lá, Januaria! Aí depois acabou com isso..." O negócio com 'carro de gente de fora' era

[21] Galvão, 1972; Moura, 1988.

aceito; entre vizinhos, entre agregados e entre patrão e vaqueiro estabelecia-se a troca como um espírito oposto ao negócio. O Gerais era um território de reciprocidade.

À guisa de conclusão

O movimento que outrora existia e remetia à quantidade de famílias, trabalho e reses soltas passou por uma interdição com a chegada do parque nacional; interdição que, por conseguinte, levou a suspensão da 'fartura' – de mantimentos – que remetia à troca tanto com a terra, como entre vizinhos. Nas palavras de Maria Cardoso: —"[...] Aí quando o parque entrou travou. Era para trabalhar num canto sozinho. Então não tem como! Não tem como dá não. Aperta. Aqui mesmo nesse quintale aqui [referindo-se ao quintal de Samu], quantos mantimentos Samu colheu aqui! Colheu muito! [...] Isso aqui era roça dele! Agora está todo mundo aí com a cara para cima passando fome! Para comer tem que ir nos armazéns. Se tiver dinheiro, come, se não tiver, passa fome! [...] Quem tem um recursinho, bem, e quem não tem? Que nem bem eu, que não tenho recurso."

O 'movimento' dizia respeito a um modo de vida calcado na interdependência entre trabalho, família e terra. O fato de ter que roçar 'num canto sozinho', isto é, sem poder exercer o pousio da terra, bem como o criar ser limitado ao uso apenas da área da sua propriedade com a 'lei do promotor', isto é, a interdição do uso das áreas de uso comum em simbiose com as áreas de direitos, causou a desvinculação das categorias terra, trabalho e família. Elas deixaram, portanto, de serem nucleantes e interdependentes, na medida em que não se troca mais com a terra, não se afirma o pai de família por meio do trabalho, tampouco por meio da transmissão da terra aos filhos como herança. A terra, agora, não forma a família como valor. Passa a ser mercadoria, a ser objeto de indenização. A família, pois, fica por um fio. Se o sentido da campesinidade está na interdependência dessas categorias, no momento em que essas se desvinculam com o Sertão do IBAMA revestindo o Gerais do 'tempo dos Carneiros', a campesinidade passa a sofrer um processo de desestruturação. O Gerais como território de reciprocidade e composto pelo uso combinado das áreas de uso comum com as áreas de 'direito' ou propriedade, com gado criado solto e roçados nos brejos, torna-se Sertão. —"Quando criou esse parque que criou esse Sertão —" dizia Samu.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** Vol.II: estratégias de reprodução social. (Coleção História Social do Campesinato brasileiro). São Paulo: EdUnesp; Brasília: Nead, p. 39-66, 2009.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. **Folhetos. A Literatura de Cordel no NE Brasileiro.** Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Sociais. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo. 2v.,1979.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Vaqueiros e Cantadores**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1984.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial.** Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. s/d, 171p. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf > Acesso em 24 set 2010.

CORREIA, Cloude de Souza. **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades.** Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos do agrossistemas tradicionais.** Dissertação de mestrado. Maestria en Agroecologia y Desarollo Rural Sostenible. Santa Maria de La Rábida, Espanha: Universidad Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana, 1998.

GALIZONI, F.; RIBEIRO, E. M.; NORONHA, A. B.; SILVESTRE, L. H.; REIS, R. P. Águas dos Gerais. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Histórias dos Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 235-260.

GALVÃO, Walnice Nogueira Galvão. **As Formas do Falso. Um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972

GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memório no sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria; GODÓI, Emília Pietrafesa de (orgs.). **Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.** Campinas/SP: Mercado das Letras, p. 97-166, 1998.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra.** A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NASCIMENTO, Joana Medrado. **"Terra, laço e moirão": relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900).** Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e flucos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.) **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, p. 11-39.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. **As estradas da vida. Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. As Histórias dos Gerais. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Histórias dos Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 23-39.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico.** Brasília, Editora UNB/ Tempo Brasileiro, [1987], 1990.

Possui Graduação e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Nessa última instituição, é pesquisadora do Centro de Estudos Rurais (CERES) e do Laboratório de Antropologia, Território e Ambiente (LATA), além de co-editora da Revista Ruris. Tem experiência na área de Antropologia do Campesinato, especificamente nos temas campesinidade, conflitos socioambientais e sertão mineiro.

POPULAÇÕES NEORURAIS, AGRICULTURA ORGÂNICA E DESENVOLVIMENTO RURAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DO MUNICÍPIO DE GONÇALVES/MG

Nádia Jarouche Aun, Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar), nadiarpe@gmail.com; Luiz Antonio C. Norder, UFSCar, Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) luiz.norder@cca.ufscar.br; Giovanna Garcia Fagundes, bióloga do Instituto de Biologia, Unicamp, giovanna@unicamp.br; Paulo Henrique de Lima, Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar), paulolima_agro@hotmail.com;

GT1: Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

Este artigo faz uma discussão sobre as características das populações neo-rurais e analisa suas formas de atuação, tomando como base o estudo do grupo *Orgânicos da Mantiqueira*", sediado no município de Gonçalves (MG). Pretende-se discutir as novas formas de ocupação do espaço rural e as múltiplas funções que lhe são atribuídas. Em um primeiro momento será realizada uma análise da construção de novas ruralidades como formas diferenciadas de ocupar um espaço marcado por costumes já bem tradicionais, ao mesmo tempo em que relegados a um segundo plano na memória coletiva local. Atualmente, as populações neo-rurais têm sido interpretadas como um dos diferenciados grupos que atuam na reconstrução do espaço rural, seja ele voltado para a produção rural ou apenas para o lazer. Neste texto, a (re)ocupação do espaço rural é abordada a partir da noção de multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural, levando em consideração as peculiaridades produtivas e organizacionais de populações neo-rurais e suas interações com populações rurais locais na reconstrução e revalorização do espaço rural através da agricultura orgânica; são também analisadas as condições de acesso às políticas públicas, especialmente as linhas créditos e as opções de investimento para outros atividades além da produção agrícola. Por fim, são discutidas as alternativas destes agricultores em meio a

determinadas condições de produção e as estratégias para a constituição de alternativas de atuação no espaço rural visando a geração de renda e a reprodução das condições de produção na agricultura orgânica.

Palavras chave: Ruralidades, Populações Neorurais, agricultura orgânica

Introdução

Falar em novas ruralidades significa falar em novas formas de ocupar o rural. Isso abrange situações diversas, desde aquelas em que o agricultor já acostumado com a vida rural que resolve mudar suas práticas e técnicas até as que há um esvaziamento do espaço rural provocado pelo êxodo. Mas também se refere ao caso das populações neo-rurais: aquelas procedentes de centros urbanos que promovem uma reocupação do espaço rural, com ou sem histórico de vida rural e agrícola, e que buscam uma nova forma de atuação econômica, um espaço para lazer, uma mudança em seu modo de vida ou de interação social. Para esta população neo-rural, a moradia no campo pode ser sazonal ou complementar, mas tende a ocorrer por um período relativamente longo.

Historicamente, o espaço rural foi marcado por movimentos de êxodos mais intensos logo após as guerras mundiais, motivados pelo crescimento de zonas urbanas, o que foi também resultado de uma política de estímulo à industrialização, algo bastante forte no caso brasileiro. O mundo rural era tido como um lugar de incertezas e inseguranças, devido ao tipo de economia, baseada em processos de trabalho fisicamente desgastantes, prejuízos financeiros motivados pela instabilidade da produção e acesso precário a educação, saúde, eletrificação e demais políticas públicas. Desta forma, uma expressiva parcela da população rural passou a buscar oportunidades de trabalho em áreas urbanas.

No entanto, há um forte movimento no sentido de se romper com esta perspectiva na atualidade. Existe um movimento de retorno ao campo, fundamentado em um conjunto de novos fatores: a qualidade de vida, a proteção ao meio ambiente, a vinculação com novas formas de organização social, o ideal de uma reconstrução de um projeto de vida, o estímulo de atuar com agricultura sustentável, entre outros. Há, em inúmeras regiões, uma reinvenção do meio rural já que "o *espaço rural já não é redutível à função agrícola, nem está irremediavelmente sujeito a caprichos do crescimento"* (Peixoto, 2004).

Neste artigo pretende-se fazer uma discussão sobre a importância das populações neo-rurais e suas formas atuação como base um estudo de caso junto a um grupo de agricultores orgânicos do Sul de Minas Gerais, os *Orgânicos da Mantiqueira,* localizado na cidade de Gonçalves (MG).

Os Orgânicos da Mantiqueira

Os *Orgânicos da Mantiqueira* hoje se caracterizam como um grupo de produtores rurais orgânicos representados por uma Empresa definida como Sociedade Comercial por Quotas de Responsabilidade Limitada que carrega o mesmo nome. Esta sociedade caracteriza-se por apresentar um ou mais sócios e pode exercer atividades industriais e/ou comerciais; a responsabilidade de cada um é limitada à importância do capital social, dividido em quotas e distribuído proporcionalmente entre eles. A empresa foi montada para viabilizar a comercialização da produção orgânica do grupo e sua produção hoje conta com 15 produtores rurais orgânicos associados certificados pelo Instituto Biodinâmico (IBD).

O grupo dos *Orgânicos da Mantiqueira* foi formado há cerca de dez anos, quando muitas pessoas de origem urbana buscaram uma opção de lazer e recreação sazonal ou temporária. A maioria de seus atuais produtores (cerca de 60%) não é oriundo da região. São procedentes da cidade de São Paulo ou de outras grandes cidades e não possuem tradição rural. A idéia de produzir de forma orgânica em Gonçalves partiu, ao mesmo tempo, também de um grupo de agricultores locais que buscavam uma alternativa de produção e do Sítio A Boa Terra[1] que buscava produtos de clima temperado para complementar seu leque de vendas. A atividade foi atraindo outros agricultores da região e também pessoas interessadas em mudar seu estilo de vida, passando então a exercer a atividade de produtor rural orgânico. Hoje, o seu diferencial do grupo está no perfil de seus produtores, seu canal de comercialização e nas redes que conseguiram estabelecer no município e em outras cidades no Estado de São Paulo e no sul de Minas.

A produção é organizada com vistas a garantir certa diversidade de produtos. Para isso, o grupo costuma planejar de forma coletiva o plantio das áreas. Apesar da falta de um

[1] O Sítio a Boa Terra, foi um dos primeiros Sítios orgânicos do Estado de São Paulo. Na época, entre 1999 e 2000, eles estavam em busca de produtores de um clima mais temperado para complementar os produtos que ofereciam a seus clientes.

técnico que acompanhe tanto o planejamento quanto os plantios, grupo conta com a longa experiência dos agricultores locais, bem como da administradora da empresa que possui conhecimento e experiência no comércio de produtos orgânicos.

No entanto, a oferta de produtos apresenta algumas oscilações e em algumas ocasiões há uma demanda muito maior do que a produção gerada pode atender. Estas oscilações estão relacionadas, em 80% dos casos, à dificuldade de administração das áreas, a problemas com gestão de mão-de-obra e à necessidade de alguns proprietários estarem frequentemente fora da cidade exercendo outras atividades profissionais. No restante dos casos, a perda da produção está relacionada a fatores bióticos, como o ataque de pragas, e climáticos, como geadas ou excesso de chuva.

Em termos de contribuição para o município, nota-se que o grupo vem influenciando e interagindo com o mercado local de forma positiva, principalmente em relação ao turismo. A *Feira Orgânica* já é considerada um ponto turístico no município, pois muitos turistas na região da Serra da Mantiqueira deslocam-se para Gonçalves justamente para fazer suas compras de produtos orgânicos. A empresa tem um funcionário fixo e outras quatro diaristas, que trabalham eventualmente no recebimento de produtos na organização da comercialização da feira.

No entanto, são poucos os estabelecimentos em Gonçalves que compram a produção do grupo.. Os restaurantes e pousadas compram de acordo com o movimento nas épocas de temporada e em pequenas quantidades, sendo que um pequeno número de comerciantes mantém acordos comerciais diretos com os produtores. Outro fator importante é que quase metade dos produtores do grupo, além da atividade de agricultura orgânica, possui restaurantes em sua propriedade ou na área urbana do município e buscam, sempre que possível, um abastecimento com produtos próprios e de outros integrantes do grupo. O mesmo pode ser dito em relação à população local, que freqüenta muito pouco a feira de produtos orgânicos. Os principais motivos são os preços praticados e a identificação do local como algo destinado a e freqüentado por turistas. Um terceiro fator é o fato de que muitos moradores locais possuem suas próprias hortas, além das relações de troca e de reciprocidade mantidas com parentes, vizinhos e amigos.

O grupo é considerado uma referência em agricultura orgânica em Gonçalves e na região do Sul de Minas Gerais, ao lado de outras três organizações: Serras Verdes, Serras de Santana e Maria da Fé. São frequentemente acionados pela Emater/MG (Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), por associações de moradores de bairros rurais da cidade e pela administração da APA Fernão Dias[2] para discutir a agricultura orgânica, as possibilidades de comercialização e, principalmente, as opções de certificação. Muitos produtores convencionais se sentem atraídos pelos preços obtidos e pela redução de custos de produção. No entanto, em geral afirmam sentir-se intimidados pela burocracia da certificação e pelas dificuldades técnicas na fase de transição, uma vez que não possuem assistência técnica.

A heterogeneidade do grupo fica clara na forma como são entregues os produtos para comercialização e como as áreas são gerenciadas, bem como nas técnicas utilizadas e na quantidade de produção perdida devido a problemas no plantio e no manejo. Muitas vezes os produtores que são da região tendem a ser referência no manejo de suas áreas, no trato com o solo e no conhecimento do clima da região. Da mesma forma, os agricultores vindos das capitais ou mesmo de cidades mais urbanizadas são referência no gerenciamento da empresa e na formatação de projetos, bem como no contato com organizações e grupos de outras regiões e no relacionamento com os turistas.

Para muitos destes os agricultores, tanto os de origem local como os de origem urbana, há uma série de estratégias para o seu estabelecimento na condição de produtor rural e orgânico e para a geração de renda. Muitos buscam outras atividades ou fontes complementares de renda, como o aluguel de tratores para produtores em áreas vizinhas, o aluguel de chalés para turismo, a montagem de restaurantes abastecidos parcialmente com produtos próprios e de colegas do grupo e o beneficiamento de produtos derivados do leite, de frutas e de legumes, ainda que sem certificação. Além disso, parte dos agricultores mantém algum tipo de trabalho em outras regiões, inclusive como consultores, professores e empresários.

A multifuncionalidade como elemento fundamental na reconstrução do espaço rural

Segundo Saborin (2009), foi a partir da conferência Eco 92 que o termo multifuncionalidade foi caracterizado, no Brasil, como um reconhecimento pela *"sociedade do interesse público ou geral de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade*

[2] A Área Estadual de Proteção Ambiental Fernão Dias foi criada como medida compensatória da duplicação da BR-381 Rodovia Fernão Dias. O Objetivo principal para a criação da APA é a proteção das bacias hidrográficas dos rios Jaguari, Sapucaí e Sapucaí Mirim. Foi criada pelo Decreto Estadual 38.925, 17 de julho de 1997. A APA engloba parte de 8 municípios: Toledo, Extrema, Camanducaia, Paraisópolis, Gonçalves, Itapeva, Sapucaí Mirim e Brasópolis. Sua área total é de 180.373 hectares.

agropecuária" (Saborin, 2009). Uma atividade agrícola que não esteja somente ligada às suas funções mercantis assegura também as funções sociais, ambientais e econômicas da propriedade rural, além de contribuir para a continuidade dessas mesmas funções. Esta garantia vem através de práticas que servem como suporte para a produção agrária.

Para Peixoto (2004), essa discussão significa o desaparecimento do mundo rural como o conhecemos (um espaço exclusivamente agrícola) e o seu renascimento com características e preocupações diferenciadas, como uma redescoberta deste mesmo espaço rural com outras funções e utilizações. Ele baseia sua tese na idéia de que toda característica cultural de uma sociedade está em constante transformação, independente da velocidade e da concentração demográfica.

Brandenburg (2002) fala na *reconstrução de uma nova ruralidade*. Trata-se um movimento que surge dentro do contexto histórico da revolução verde, a princípio em países da Europa e que, posteriormente, começa a se manifestar no Brasil e na América Latina. É a partir do surgimento de uma via ecológica de produção agrícola que são resgatados modelos tradicionais de cultivo, hábitos alimentares mais saudáveis e também um novo paradigma em relação meio rural e ao meio ambiente e que leva à formação de novos atores neste contexto de novas ruralidades.

Portanto, a análise do espaço e das atividades rurais em termos multifuncionais leva a uma revalorização da história loca e de suas tradições, ao mesmo tempo em que são reconfiguradas e adaptadas às transformações macro. Brandenburg divide em três etapas o processo de reconstrução do espaço rural. A primeira seria marcada pela formação do conceito do rural como entendemos hoje: a vida mais simples, as técnicas mais tradicionais de cultivo e de sobrevivência. A segunda etapa é caracterizada pela modernização desse mundo rural; a terceira seria uma resposta à essa modernização, ou o resultado de diversos questionamentos levantados durantes os dois primeiros períodos.

Peixoto (2004) faz uma divisão muito parecida nas fases de esvaziamento e retorno ao campo. Para ele, é na segunda etapa que surge o embrião de uma nova forma de olhar o rural, de reocupar o espaço. Ele divide em três etapas a descoberta ou a redescoberta deste novo *patrimônio rural*[3]. A primeira etapa da "Fase da espontaneidade", onde um determinado grupo social produz exclusivamente para garantir sua sobrevivência física. A segunda etapa seria a tomada de consciência e engajamento na transformação social. O que

[3] Peixoto (2004) utiliza a palavra *patrimônio* para designar propriedade, herança ou conjunto de práticas culturais em uma determinada sociedade rural.

se produz deixa de ser apenas funcional. É aqui que a idéia de patrimônio começa a se cristalizar. Na terceira fase ocorre quando o objeto, finalmente, adquire uma identidade patrimonial, quando justifica-se um estatuto de gestão coletiva.

O autor também deixa claro que este processo não se resume a descobrir novas práticas ou novos objetos, mas sim de reinventar práticas e principalmente processos culturais. "*Neste âmbito o patrimônio corresponde a uma segunda vida das coisas, que adquirem novos sentidos e funcionalidades"* (Peixoto, 2004).

O movimento da agricultura ecológica, enquanto forma alternativa de produção e como resposta à programática à modernização da agricultura, a ênfase volta-se para seu aspecto produtivo e econômico. Com isso, a agricultura orgânica passou a ser pensada em sua viabilidade econômica e aplicada inclusive por grandes empresas que entre seus objetivos a agregação de valor ao produto e o aumento na lucratividade. Houve, portanto, dentro do movimento da agricultura ecológica ou orgânica, uma primeira fase inicial de descoberta ou de espontaneidade, uma segunda etapa na qual esta forma de produção ganha um perfil comercial e deixa de ser apenas individual/funcional e, posteriormente, sua institucionalização, com a definição de leis, regulamentações e estatutos socialmente reconhecidos.

Atualmente, a agricultura orgânica não é vista mais identificada unicamente como uma opção de vida idílica no campo, mas como um importante setor de atividade econômica e que envolve um número crescente de profissionais e instituições, além de um marco regulatório bastante rigoroso (Fonseca, 2009).

Segundo Brandemburg, os novos atores surgem durante todo este processo, mas se fazem mais presentes na última etapa. Boa parte deste movimento é realizado por pessoas que deixam de atuar exclusivamente em áreas urbanas e buscam alternativas alimentares e passam a se envolver crescentemente com a reconstrução de novos modelos de vida no campo e na cidade. Não há, portanto, necessariamente um apego a modelos anteriores, mas a busca pela construção de novas formas de interação social e de convívio com a natureza. Isso se expressa na revalorização da arquitetura e da paisagem, do patrimônio histórico e cultural, das receitas típicas e na forma de uso do solo e dos recursos naturais.

Camargo (2010) afirma que a construção de um novo espaço rural e o conceito de multifuncionalidade envolve novos atores, que começam a ocupar o território rural de forma diferente e influenciam a comunidade local. O novo produtor rural vai buscar nos

agricultores mais antigos e na comunidade rural como um todo elementos essenciais para a construção desta nova ruralidade:

> *"Podemos, portanto, definir essas "novas" ruralidades como sendo todas as dinâmicas que atualmente tecem e atravessam as relações entre campo e cidade – o mundo de ligações, movimentos, trocas, circulações e interações que unem cada vez mais esses espaços e são decorrentes dos avanços dos meios de transporte e comunicação, da expansão urbana, das transformações no modo de produção agrícola e industrial e das novas aspirações e formas de comportamento da sociedade contemporânea"* (Camargo, 2010, p. 94).

Políticas Públicas e Multifuncionalidade

As redes e comunidades podem ser definidas pelo conjunto de relações entre os grupos de interesse comum, que em geral agrega pessoas jurídicas ou físicas de diversas naturezas (Boussaguet *et al*, 2004 *in* Bonnal e Maluf, 2007). Esta heterogeneidade é característica importante a ser considerada, o que é ampliado ainda mais por políticas públicas que em geral são fragmentadas e diferenciadas. O estabelecimento de demandas coletivas é um aspecto importante na constituição das redes.

Bonnal e Maluf (2007) afirmam que em meados dos anos 1990 começam a surgir alguns elementos que dão enfoque à multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural no âmbito das políticas públicas no Brasil. Até então, a visão predominante considerava o espaço rural como um espaço exclusivamente voltado para a produção agropecuária. A reformulação dessa postura levou a interpretação das unidades familiares para além de sua dimensão produtiva: *"ambos os enfoques, sobre os múltiplos papéis da agricultura e sobre os territórios, estão subjacentes às manifestações de retórica 'não produtivista' que têm se multiplicado no Brasil – assim como em várias partes do mundo – em tensão com o linguajar hegemônico do agronegócio"* (Bonnal e Maluf, 2007).

O reconhecimento de práticas multifuncionais e da multifuncionalidade da agricultura, de acordo com Sabourin (2009), acontece através de sua institucionalização e da transformação de práticas comunitárias, multifuncionais e não mercantis em objeto de políticas públicas. Desta forma, o autor sugere que as práticas precedem a atuação estatal como agente facilitador e viabilizador do desenvolvimento rural sustentável. Por sustentável entenda-se perene, aquilo que pode ser continuado. Quando não há um *processo histórico e social* em uma comunidade, quando não há interesse coletivo ou quando uma política pública é criada de acordo com interesses políticos conjunturais, as iniciativas tendem a se esvair antes do objetivo ser alcançado ou reformulado.

Torna-se relevante a análise da construção histórica e social destas experiências. A justificativa em termos de multifuncionalidade é aquela do interesse geral, mais especificamente em relação aos dispositivos que asseguram o manejo de recursos que interessam simultaneamente à produção agropecuária e às demais funções de interesse público ou coletivo de ordem ambiental, social, cultural e econômica (Sabourin, 2009).

Bonnal e Maluf (2007) e Sabourin (2009) mostram que as políticas públicas criadas em função de experiências vividas e com o apoio de instituições não governamentais e organizações populares possuem muito mais relevância e fundamentação, além de observarem com maior adequação as necessidade do público e os objetivos que procuram alcançar. O foco na territorialidade e na multifuncionalidade da agricultura permite um envolvimento ampliado das comunidades com seus territórios e, conseqüentemente, da produção agropecuária.

As políticas territoriais aquelas que têm como enfoque principal o território, em toda sua complexidade, por isso sua relação direta com o termo multifuncionalidade. Segundo os autores, são cinco os pontos principais que podem ser destacados nas políticas territoriais: a) dinamização das atividades econômicas; b) implementação de infra-estrutura física; c) gestão de recursos naturais; d) construção e/ou promoção de identidades; e) aperfeiçoamento da governança. A adoção desta perspectiva traz à tona outros temas relacionados ao exercício das práticas agrícolas e rurais e que também vão resultar em uma adequação e aprimoramento da produção.

Ganham relevância os programas que atuam *"como instrumentos de re-equilibragem social e territorial, ao mesmo tempo em que se colocam novas questões para as políticas setoriais"* (Bonnal e Maluf, 2007). No mesmo sentido, Saborin (2009) destaca que a produção familiar poderá a longo prazo aperfeiçoar ainda mais a produção na medida em que estiver inserida em um contexto de reciprocidade com os demais proprietários (vizinhos, bairros, comunidades) e integrada a redes sociais e técnicas empenhadas não só na produção agrícola, mas também na construção da infra-estrutura para todos os atores envolvidos no processo.

No entanto, as políticas atuais que focam a multifuncionalidade e a reconstrução do espaço rural são ainda muito pouco voltadas ou adaptadas às demandas de população neo-rurais que buscam o meio rural com recursos financeiros e pouco conhecimento técnico-produtivo não só na agropecuária mas até mesmo em empreendimentos voltados para o

turismo rural e atividades rurais não agrícolas. Dentre as linhas oficiais de crédito atualmente existentes, as que beneficiam os produtores em áreas inferiores a quatro módulos fiscais são direcionados a famílias com histórico na produção rural ou que têm ao menos 70% de seus rendimentos provenientes da atividade no campo.

Não há também uma política de assistência técnica a estes novos produtores. Segundo as normas da Emater/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), só é possível prestar assistência gratuita a produtores familiares que possuem no mínimo 50% de mão-de-obra familiar, 70% de rendimentos provenientes da produção rural e histórico familiar na produção rural. O mesmo tipo de restrição pode ser identificado na condução de atividades relacionadas ao turismo e outras não-agrícolas.

No município de Gonçalves/MG, algumas iniciativas neste sentido estão começando a ser delineadas, não obstante a reduzida organização social por parte dos interessados para a busca de alternativas com o objetivo de acessar políticas públicas para viabilizar seus empreendimentos.

Novas ruralidades, novos atores, novas contradições

Podemos observar alguns pontos importantes que caracterizam a transformação do meio rural: ampliação da infraestrutura, maior relação com o mercado de trabalho e maior territorialização das práticas cotidianas. Peixoto (2004) acrescenta ainda o fortalecimento do setor terciário da economia. Estes pontos estão na base do turismo em áreas rurais, um turismo praticado em grande parte por populações urbanas e que passa a interessar e a fascinar uma parte desta população urbana, que em alguns casos, opta por busca de nestas áreas um novo estilo de vida.

No entanto, persiste a impressão de que os espaços são pouco suscetíveis à mudança e que qualquer transformação sugere a descaracterização dos territórios rurais: *"este conjunto de ameaças dá freqüente azo (oportunidade) a discussões de pendor moralista e político que anunciam, em tom de lamentação, e, não raras vezes numa lógica de idealização, o desaparecimento de um mundo harmonioso e virtuoso"* (Peixoto, 2004).

O impacto das populações neo rurais no município de Gonçalves passa por este momento de ocupação de terras que antes eram de exclusivamente ocupadas por agricultores locais, que aceitam vender parte de suas terras instigados pela especulação imobiliária e por um ganho financeiro maior e mais rápido do que o permitido pela agricultura. A população local passa a perceber que muitas de suas características culturais

são modificadas e seu espaço começa a ocupado e transformado por uma população com um novo perfil sócio-cultural.

Estes novos atores de origem urbana passam a compor o imaginário social da população local, que em geral cria uma fronteira bastante nítida em relação aos “turistas”, que muitas vezes representam uma ameaça e um questionamento de valores, práticas e formas de organização social. Portanto, se por um lado os neo-rurais geram um impacto econômico positivo, sobretudo pelas oportunidades abertas pelo turismo e pela agricultura orgânica, com um claro aumento na geração de renda e no aquecimento econômico do município como um todo, há por outro lado também a geração de uma divisão entre aqueles que são “da terra” e os que “de fora” Esta segmentação não se limita apenas ao convívio social, mas também às práticas econômicas. A feira de produtos orgânicos da cidade é freqüentada apenas por turistas e um dos principais motivos é que a feira, assim como muitos estabelecimentos comerciais da região, foram organizados por turistas e para turistas – e não para as necessidades e demandas locais.

A visão da Emater/MG é de que os *Orgânicos da Mantiqueira* não constituem um grupo que precisa ou que tem o direito de usufruir de seus serviços, pois não se caracteriza como agricultura familiar, já que, apesar de deterem pequenos estratos de terra e apresentarem uma produção orgânica e diversificada, operacionalizam estas atividades com a contratação da mão-de-obra da população local. A própria entidade tem dificuldade de caracterizar o perfil dos produtores (orgânicos ou não) da região e enfrentar um dos maiores dilemas dos agricultores convencionais de batata e cenoura: a obrigatoriedade de conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica ou capacitar esta população para a atuação no turismo rural, visto que todo o município encontra-se dentro da APA Fernão Dias.

A área urbana do município encontra-se em expansão, resultado principalmente das atividades relacionadas ao turismo, mas percebe-se claramente uma resistência política local, inclusive dos que migraram para a região, principalmente pela relativa precariedade da infra-estrutura. Os atores presentes no município começam tomar consciência das mudanças geradas pela influência do turismo na região. A atuação dos neo-rurais pode ser, portanto, pensada como um processo contraditório, que leva a uma expansão da agricultura orgânica e do turismo, que viabiliza uma redefinição de estilos de vida e de projetos econômicos, mas que também gera disputas, hierarquias e relações assimétricas.

Referências Bibliográficas

Barrosos, F.; Menezes, H.; Pinto-Correa, T.; Conservar ou Reinventar as paisagens agrícolas tradicionais? Impacto dos "neo-rurais" e pessoas com 2ª habitação na paisagem rural. **Anais...**XI Colóquio Ibérico de Geografia, Out/2008. (poster)

Bonnal, P. e Maluf, R.S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil.** I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), Agosto de 2007.

Brandenburg, A. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2002** – anppas.org.br

Camargo, R. A. L. **Agricultura Familiar e ruralidade em Ouro Fino – MG.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

Faria, C. A. P. Idéias Conhecimento e Políticas Públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18 nº 51, fev/2003.

Fonseca, M. F. A. C. (2009), **Agricultura Orgânica**: regulamentos técnicos e acesso aos mercados de produtos orgânicos no Brasil. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro, 2009. 121 p.

Peixoto, P. **O desaparecimento do mundo rural**. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais: A questão social do novo milênio, set. 2004.
Pinto, Isabel, A. **Diagnóstico das Unidades de Conservação do Corredor Ecológico da Mantiqueira.** Relatório técnico do Projeto Corredor Ecológico da Mantiqueira. Belo Horizonte: Valor Natural, 2005.

Sabourin, Eric. **O conceito de multifuncionalidade nasceu no Brasil**. Declaração de Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, 3-14 de junho de 1992).

_____. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

_____. **Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro.** Publicado em 18 de fevereiro, 2009. http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=667

ENTRE A SUSTENTABILIDADE E A PRODUÇÃO RURAL. PERCALÇOS DA SOBREVIVÊNCIA NO QUILOMBO-BROTAS

BASTIDAS, Jairo. Universidade São Francisco/ UNESP-Rio Claro.
FRICKE, Glacir. Universidade São Francisco/ PUC-Minas Gerais.
GUIMARÃES-LIMA, Solange. UNESP-Rio Claro.
jairobg@gmail.com / glacir.fricke@gmail.com / hadra@uol.com.br
Grupo de Trabalho: Ruralidades e Meio Ambiente.

RESUMO
Nas últimas décadas, o panorama agropecuário do Brasil sofreu algumas alterações face à dinâmica gerada pelos atritos entre produção agrícola e meio ambiente. Este trabalho[1] analisa o dilema enfrentado por um Quilombo de Itatiba, para confrontar a posse de recursos naturais, passíveis de exploração às condicionantes de subdesenvolvimento herdadas (incipientes fontes de renda e segregação). O objetivo deste estudo é avaliar a possibilidade de implantação de um empreendimento agro-sustentável. Partiu-se da análise de temáticas associadas à agricultura familiar, territorialidade, identidade, questões de gênero e sustentabilidade. É possível afirmar que a agricultura familiar brasileira comprovou diversas vantagens comparativas, mas é afetada pela inconstância e imprevisibilidade. Salienta-se que a compreensão da sustentabilidade deve perpassar os tradicionais aspectos do meio ambiente e relações sociais, para encontrar subsídios na dimensão da subjetividade humana. Vale apena elucidar que, a celeridade do produtor rural pela sobrevivência é peremptória e sobreposta a cenários de sustentabilidade. Concluiu-se que é viável o surgimento de uma iniciativa agro-sustentável no capaz de fornecer uma renda duradoura balizada pela agricultura familiar criando um tipo de ruralidade condizente com seu território e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo, agricultura familiar, sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO.

As questões coligadas à terra sempre estiveram na pauta de infindáveis discussões. Seja pela posse em si e/ou pela dependência de uso de terras férteis que permitam a

[1] Este artigo é um desdobramento da disciplina “Estrutura agrária e produção familiar” ministrada pela Professora Dra. Darlene Ap. de O. Ferreira no curso de Pós-graduação em Geografia da UNESP-Rio Claro.

sobrevivência de seus detentores (Mazoyer; Roudart, 1998). Contudo, o significado da sobrevivência, em face de condicionantes das minorias étnicas, não se assemelha à abordagem antiga. É talvez uma sobrevivência com nuances mais profundas e complexas[2].

A partir de uma explanação de várias temáticas relacionadas à agricultura familiar e grupos excluídos, o objetivo precípuo deste trabalho é analisar a implantação de um empreendimento agro-sustentável num quilombo no estado de São Paulo. Esta tentativa emerge alicerçada em reivindicações dos quilombolas, principalmente relacionadas com geração de renda.

2. CARACTERIZAÇÃO DO QUILOMBO-BROTAS

O Quilombo Brotas, localizado na cidade de Itatiba-SP, é um caso *sui generis* de assentamento: sua fundação foi gestada por uma família de afro descendentes alforriados[3], ainda no século XIX e é o primeiro quilombo brasileiro em área urbana. Devido a seu significado e importância regional tem sido alvo, com certa intermitência, de diferentes abordagens para seu estudo ou melhoramento[4].

Na atualidade, a população de 84 moradores ocupa uma área de aproximadamente 42.000 m^2. Destacam-se no seu território afloramentos d'água[5], sendo que o solo predominante é o massapê, cuja principal característica é a fertilidade[6]. É também uma das áreas verdes remanescentes, devido a essa condição, se tornou ponto de concentração de animais da fauna local, fruto de seu deslocamento pela pressão dos seus vizinhos urbanos.

A área encontra-se classificada no Plano de Macrozoneamento de Itatiba como Zona de Patrimônio Histórico, Cultural, ambiental, artístico e turístico. Por problemas operacionais não foi possível o total reconhecimento da fisionomia do nosso objeto de estudo. Neste sentido, optou-se por efetuar uma análise visual *in loco* e por fotografias aéreas que permitiram a identificação dos padrões de revestimento predominantes.

Padrão	Característica.
Áreas cultivadas.	Observam-se pequenos núcleos restringidos a espécies de verduras e hortaliças (auto-consumo/engorde de animais domésticos). Não há cultivos de ciclo longo.
Vegetação arbórea.	A massa arvórea em diferentes estados de regeneração é muito expressiva na área e considerada área de preservação permanente.
Pastagem.	Não há vestígios desta característica na área.

[2] Seu embasamento é mais amplo, pois além do principio de colheita não podemos dissociar as questões relativas à geração de renda para o sustento familiar. Neste sentido, é importante salientar que o modelo altamente competitivo e globalizado tende a fragilizar aos conglomerados menos preparados.

[3] Este assentamento foi reconhecido junto a instâncias governamentais como identificação étnica e territorial dos Remanescentes da Comunidade de Quilombos de Brotas em 18 de novembro de 2004.

[4] Em 2006, a Universidade São Francisco- Itatiba (CEUr-Centro de Estudos Urbanos) e a Prefeitura de Itatiba assinaram um convênio para o desenvolvimento de um Plano Diretor Participativo (em andamento). Além disso, é preciso salientar que atualmente o Quilombo é Ponto de Cultura Estadual.

[5] Seu nome deriva das múltiplas nascentes de água existentes na área.

[6] Este tipo de solo é muito valorizado nas plantações de cana de açúcar.

Áreas represadas.	No córrego existem sinais do nível máximo que foi ocupado pela água. Poucos espaços são alagáveis.
Solo exposto.	É mais expressivo em algumas áreas adjacentes aos córregos e nas ruas de circulação.
Área construída.	As 33 construções estão isoladas e sem regularidade projetual. A maior concentração está no centro geométrico e perto dos acessos.

Tabela 1. Síntese dos padrões de revestimento do Quilombo Brotas-Itatiba. Fonte: Jairo Bastidas.

2.1 Um pouco de história.

O Brasil foi um dos últimos países da America latina onde o desaparecimento da escravidão demorou mais em se dissipar e cuja reinserção foi mais abstrusa. A origem dos escravos em nosso território nos remete à substituição de mão de obra indígena do século XIV, sendo que seu final coincide com a segunda década do século XIX e primeira do século XX. Nesta época, ex-escravos fugidos e escravos negros afetados pelos processos dilatados de liberdade se agruparam em diferentes grupos conhecidos como quilombos[7].

De acordo com Scalli (2004) apud. Camargo (2002) Itatiba em 1886 ostentou uma das maiores populações de escravos[8] no Estado de São Paulo, aproximadamente 2.182. Repare-se que a população total da cidade ascendia a 9.335 habitantes. Isto significa um 20% de indivíduos de raça negra, num conglomerado majoritário de brancos.

Provavelmente, o grupo de etnia negra mais significativo da região seja o Quilombo Brotas que perdura até hoje. Uma característica acentuada deste assentamento é que está submetido às relações de parentesco. Esta figura do ancestral comum possibilitou sua permanência e vigência no tempo, mas não necessariamente algum tipo de desenvolvimento da coletividade.

2.2 Variáveis econômicas do Quilombo-Brotas.

O território itatibense desde sua fundação teve fases de produção de cana de açúcar, interrompido em 1836 pelas plantações cafeeiras. Estas últimas o tornaram conhecido e respeitado no contexto local. Entretanto, a forte cisão na década dos 30's devido à quebra da Bolsa de Nova York desnorteou seu rumo. Neste momento, foram introduzidas outras formas de produção que impulsionassem a economia, a mais forte a indústria. Na época surgem como destaques: os tecidos e móveis.

Até 1970 os quilombolas, auferiram sua renda da economia de subsistência (consumo, troca e pequena venda). Os quilombolas plantaram principalmente em pequena escala feijão, mandioca, batata doce, milho, cana-de-açúcar, arroz, café e amendoim. Existiam na área espalhados pomares de pêra, melancia, goiaba, amora, manga e abacate.

[7] Atualmente no Brasil as comunidades quilombolas reconhecidas flutuam em torno às 743.
[8] Itatiba foi a primeira cidade do Estado que libertou escravos.

Adicionalmente, criaram animais domésticos como: cabras, galinhas e porcos. De modo esporádico praticaram o comércio (Scalli, 2004).

Pelos incipientes registros bibliográficos encontrados é possível inferir que os moradores quilombolas também não tiveram uma tradição sedimentada em trabalhos agrícolas (Andrade, 1997). Pelo contrário, sua exploração, quando praticada de forma mais assídua, deve ter sido rudimentar. Além disso, é legível que seus antepassados sempre incentivavam a se empregar em ofícios de trabalho assalariado. De alguma forma, o serviço na terra já nascia estigmatizado, isto é, considerado como a prolongação de um estagio anterior.

Com baixa escolaridade e marginalizada pela sociedade a população masculina exerceu atividades associadas a trabalhos braçais como: pedreiro, vigia, ajudante, etc. As mulheres trabalhavam, principalmente como empregadas domésticas e tarefas correlatas. Certifica-se que é convergente e duradoura a ocupação dos quilombolas por gênero em atividades de caráter secundário.

Uma tentativa recente de reativação da economia no setor agrícola foi a inscrição da cidade no Circuito das Frutas. Hoje, as principais frutas cultivadas em solo itatibense são: caqui, maracujá, uva, figo, goiaba, morango, pêssego, acerola, entre outras. Vale a pena mencionar que Itatiba é considerada a maior produtora de vagem no país.

Este sucinto quadro permite deduzir que são perceptíveis apenas mudanças contextuais refinadas no tempo. *Grosso Modo*, o panorama continua estagnado e com pouca probabilidade de transformações em curto prazo. Este cenário possui o agravante de que embora a cidade tenha se "concretizado" como atrativo imobiliário/turístico, o núcleo quilombola continua nos limiares mais próximos da segregação.

Neste sentido, por conversas com interlocutores quilombolas, a inserção destes em qualquer setor da economia é difícil. Em decorrência disso, em diversas discussões têm sido levantados diferentes apelos visando sua autonomia financeira. Face à posse da terra *a priori* acreditam que um empreendimento com escopo agro-sustentável resolveria suas dificuldades. Porém, esse aferro deve ser alicerçado em conceitualizações sólidas. A primeira delas é o entendimento do significado da agricultura familiar na atualidade.

3. AGRICULTURA FAMILIAR COMO OPÇÃO.

O aumento da população, a diminuição de área para trabalhar, a proximidade das fontes de trabalho assalariado somado ao "encantamento" pela modernidade, etc. provocaram a redução da atividade agrícola. Wilkinson (2000) preconiza que os processos de produção rural se travam nos desafios de aprendizagem que a produção familiar enfrenta com a

ruptura das suas formas de inserção no mercado. Estas variáveis ratificam a “decadência” de um dos modos para que as famílias que não possuem renda possam adquiri-lá.

Se, por uma parte, é verídico o promissor quadro da Agricultura familiar, e que estudos de autores como Abramovay (1992), Wilkinson (2000), Neves (1981), (Buainain, et. al. 2003), Graziano (2003) e outros tentaram desestigmatizar a Agricultura familiar, por outra, é necessário elucidar que na área rural ainda jazem concentrados níveis preocupantes de precariedade que inviabilizariam um empreendimento deste tipo no quilombo.

Diante do dilema arriscaremos evidenciar que pontos afiançam sua implantação. O primeiro é a vontade consensual dos quilombolas que revela que a alternativa de geração de renda está ancorada nessa iniciativa. Além disso, Abramovay (1999) e Veiga (2005) afirmam que Agricultura Familiar brasileira comprovou suas baixas taxas de afetações ambientais e distributividade sócio-econômica. Deste ponto de vista, esta feição serviria de deliberatória para preencher pré-requisitos indispensáveis da comunidade.

Acredita-se que não é necessariamente o tamanho que regride a escolha de uma opção do pequeno produtor, na verdade, no caso do quilombo sua área condizente. Assim, neste momento, é preciso aludir que prescindindo de certos interstícios minoritários existentes entre os dois modelos de agricultura preponderantes, toda territorialidade que não está enquadrada na Agricultura Familiar é Agricultura Patronal. Está assertiva nos direciona por um caminho para a compreensão de uma empreitada com o viés inicial.

Em primeiro lugar, é prioritário entender sua concepção. Segundo Abramovay (1990) algumas das feições que permitem a identificação da Agricultura Familiar são:

- A coordenação da exploração da terra deve ser feita pelos produtores.
- O trabalho familiar é maior do que o trabalho assalariado.

Hipoteticamente, essas condicionantes basilares podem ser preenchidas no quilombo-Brotas, mas isto não é suficiente, pois o funcionamento da produção agrícola pode ser determinado pelos elos construídos entre a lógica familiar (papel da família na organização das cadeias produtivas na terra, trabalho e reprodução) e os fatores de dependência (tecnológica, financeira, mercado) (Lamarche, 1998).

No quilombo, é perceptível uma defasagem que estagna outras iniciativas, não apenas do setor agrícola. Isto é, está sedimentada a lógica familiar, com pequenas ressalvas, porém a subordinação aos fatores extra-familiares interpelaria um estágio de prosperidade. Provavelmente, também o sentido financeiro e do mercado serão as principais incógnitas operacionais.

Quanto à dependência de produtos associados à tecnologia, especialmente insumos, vale a pena esclarecer que a produção está atrelada ao tempo como variável *sine qua non*. Esta determinante é fundamental porque os períodos de tempo "sobrantes" do pequeno produtor podem ser revertidos na concentração em outras atividades e na família (Scnheider, 2003).

Estes últimos traços poderiam ser generalizados na realidade brasileira de pequenos produtores, mas a extensa heterogeneidade no campo agrícola não permite sua aplicação determinística. Contudo, é indiscutível que enquanto o modelo de agricultura patronal está atrelado à dependência mundial de soja, cana, etc., o modelo de agricultura Familiar ainda é o encarregado de abastecer as culturas do mercado interno (Scnheider, 2003).

Embora exista certa instabilidade deste último mercado, a "exclusividade" deste tipo de produtos no âmbito local pode ser considerada uma alternativa real. Nesta perspectiva, a implementação de um modelo de Agricultura Familiar visa certa independência de fatores exógenos e, ao mesmo tempo, autonomia de decisões. Isto produz efeitos para entrosar um desenvolvimento sócio-econômico permanente.

Tendo abordado, de modo conciso, a agricultura familiar é necessário elucidar que esta deve rever elementos arraigados da sua essência. Em especial, no que diz respeito aos quadros de inconstância e imprevisibilidade. Estas são passiveis de sofrer transformações, mais considerando a inexperiência no desenvolvimento de atividades agrícolas dos integrantes da comunidade Quilombola, nesse ponto um subsídio é o planejamento.

4. TERRITÓRIO.

Toda comunidade, em maior ou menor medida, sempre atinge graus de identificação ou rejeição com o ecossistema ocupado. Nos quilombos, sua verdadeira constituição territorial nasce graças ao artigo 68 da constituinte de 1998 que garantiu seu direito às terras. Entretanto, o papel dissipado de políticas públicas não foram respeitas imediatamente. Até hoje existem problemas que remetem a sua inserção na sociedade.

Esta situação não deixar de ser inquietante em virtude das tradições ostentadas no seu espaço. Neste caso, a acepção mais apropriada para esta espacialidade é território, pois viabiliza a idéia do entendimento de uma entidade complexa, principalmente influenciada pelas relações e expectativas que nela se desenvolvem (Cunha, 1987).

De acordo com Schmitt. et. al, (2002), o território é a base física de uma coletividade que está integrada por um tecido social, que se adapta sobre a base de recursos naturais, articulados pelas formas de produção, consumo e intercambio. Estas particularidades harmonizam o conjunto institucional interno e formas de organização comunitária em contraposição às aversões externas.

Em situação de desigualdade, os grupos minoritários reforçam suas particularidades culturais e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas. Neste contexto social constroem seus elos com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. (Scalli, apud Dória, 2004).

Da mesma forma que os indivíduos se identificam e criam vínculos com outros indivíduos e objetos também estabelecem afinidade com seu território. Esta característica é mais exacerbada quando nos referimos a territorialidades rurais ou localidades isoladas. Essa relação é denominada de nomus e é considerada âncora da expressão do ser cultural dominante (Cunha, 1987).

Alguns autores apontam que a permanência dos quilombos até hoje na organização espacial brasileira está alicerçada ao seu isolamento no território. Vale a pena elucidar que alguns assentamentos consolidados se transformaram localidades[9], é o caso de Ivaporunduva-SP. Contudo, os grupos quilombolas não ficaram insulados da sociedade. Mesmo em desvantagem se relacionaram em forma díspar, mas intensamente, num movimento constante e pendular que perdura até hoje.

Destarte, a construção de um espaço autônomo possibilitou a sobrevivência e inserção física e cultural do quilombo. Para Schmitt al, (2002) o território constitui identidade não apenas baseado nas relações de parentesco, mas confrontado por uma situação histórica singular. Neste caso especifico do Quilombo-Brotas, porque enfatiza certos traços culturais que permeiam à maioria dos integrantes da comunidade.

O quilombo afirma sua historia e cultura numa relação umbilical com o território. Deste ponto de vista, a terra é mediadora para a concretização das suas raízes, territorialidade e identidade. Mas, nem todos os escravos no momento da liberdade procuravam constituir grupos. Na realidade, muitos se dissolveram em núcleos urbanos onde moravam escravos negros livres. Esta última feição manteve os quilombolas adscritos a dois contextos.

Nessa perspectiva, o caso do quilombo brotas é peculiar devido a que apresenta feições rurais (pelo território e costumes) e de favela (pela incipiente infra-estrutura)[10]. Isto é, tem um isolamento, mas ao mesmo tempo, possui alto grau de dependência dos serviços e recursos de Itatiba, em especial, a subordinação de fontes de renda. Entretanto, um aspecto convergente que aproxima essa caracterização urbano-rural é a pobreza.

---

[9] Em tempos recentes a Fundação Palmares registrou 1,1 mil quilombos espalhados no Brasil.

[10] É necessário lembrar que possuir uma localização "estratégica e central", nem sempre garante usufruir do desenvolvimento de uma localidade, pois há vários tipos de "periferização".

Por outra parte, mencionemos que a localização territorial do Quilombo-Brotas já provocou problemas fundiários pelo valor da terra desse local e a intolerância dos vizinhos. Além disso, desde a década dos 70's existe um projeto municipal que cogitou que o sistema viário cortasse a área quilombola abjurando sua condição e importância na região.

Pelo modelo de posse comunal as lideranças abdicaram de transferir a terra. Os quilombolas não possuem inventario do território, embora tenham registro em cartório (Scalli, 2004). Na atualidade, não é possível negligenciar que existem pressões invisíveis do bairro. A figura do titulo coletivo (artigos 215 e 216 da Constituição) pode legitimar a perpetuação do título de propriedade e facilitaria concessões visando sua preservação.

5. IDENTIDADE.

A inserção dos sujeitos num território lhes permite instigar uma rede de sociabilidade fundada na constituição de referenciais contextuais recíprocas com o espaço e outros sujeitos (Castells, 1999). Estas nuances diferenciam a identidade que é considerada um processo de construção dado em face a periódicas aproximações e/ou divergências com os elementos envolvidos nessa simbiose.

Na atualidade, embora exista uma interdependência funcional dos territórios rural e urbano, comparecendo no mesmo espaço, também há uma polarização, pois a idéia de identidade está mais arraigada num espaço com poucos assentados e raízes histórico-culturais fortes, caso do Quilombo. Situação antagônica à cidade de Itatiba onde a extensão é maior, mas as segundas relações são mais adstritas.

O território do quilombo é complexo nele comparecem diversas variáveis que coexistem de modo simultâneo: natureza, religião e cultura, e fatores transversais que em alguns casos são dialética e cronologicamente conflitantes: individualidade vs coletividade; cooperação vs subversão, pertença vs apatia, etc. Neste contexto reluta um grupo quilombola organizado numa Associação legalmente constituída.

É preciso mencionar que o processo de territorialização transformou as terras ocupadas do Quilombo-Brotas em sagradas. Percebe-se que nas práticas religiosas desse grupo existe um sincretismo com elementos da religião Católica, Umbanda e Candomblé. Acredita-se que, por desconhecimento dos outros habitantes da cidade, este também seja um dos fatores que acende preconceito contra os quilombolas.

Entretanto, o assentamento é um lugar coeso no sentido de que as relações de consangüinidade, trabalho e religioso-culturais subsidiam sua homogeneidade. Nesta direção, a exploração agrícola familiar propicia o contato com a terra e atividades

subjacentes como: prazer de cultivar e fornecer comida, além de pequenas trocas. Acredita-se que estas fortalecem os laços de proximidade e identidade (Wilkinson, 2000).

6. QUESTÕES DE GÊNERO.

A produção agrícola na agricultura familiar tradicional está baseada em dois fatores singulares: o circuito da produção (homens) e o circuito da comercialização (mulheres) (Mazoyer; Roudart, 1998). No modelo quilombola, fazendo uma analogia e ampliação contextual, estes papeis sofrem mutações, sendo que a mulher participa de forma ativa e simultânea nas atividades produtivas.

É possível constatar sua participação um pouco além do tradicional papel de "ajuda" não remunerada nos processos produtivos. Na verdade, sua função ultrapassou essa demarcação em decorrência de que são cabeças do núcleo familiar. Em certos casos, inclusive chegam a ser ter funções invertidas com relação ao modelo supracitado.

Este movimento está em consonância ao espaço que segundo Cordeiro & Scott, (2007) as mulheres assumiram a partir da década dos 80's. Isto é, tentar regulamentar os direitos de equidade e instrumentalização de políticas públicas voltadas para as questões de gênero para afirmar o papel da mulher na sociedade.

Destarte, a presença do matriarcado perdura por várias décadas e se consolida. Estas questões de gênero contradizem a literatura sobre a direção na exploração da Agricultura Familiar ou na propriedade (Mazoyer; Roudart, 1998). Ao longo de mais de um século, o grupo feminino quilombola é responsável pela manutenção da coesão grupal.

As abordagens sobre o trabalho da mulher na agricultura são incipientes. Algumas manifestações mais preponderantes comparecem nas regiões norte e nordeste do Brasil. Nestas é mais evidente um papel semelhante ao contexto quilombola, que é citado por relatos indiretos de pessoas que vivenciaram esta situação (Cordeiro; Scott, 2007).

Esta feição demonstra que estamos perante um fenômeno que pode continuar a reverter a invisibilidade da participação da mulher no trabalho. Esta percepção subjetiva advém de um reconhecimento que foi se decantando e sedimentando no decorrer dos anos e, além disso, de que os homens aos poucos deixaram de omitir tal importância.

Pelo geral, esta participação da mulher independe da idade, mas existem ressalvas quanto à participação da população mais nova. Neste caso, prevalecem questões de acesso às informações e formativas (escola) e a associação da atividade agrícola à pobreza. Assim, a decisão unilateral de inibir a participação dos filhos pequenos ganha relevância.

Antes de abordar o tópico de sustentabilidade é preciso elucidar que na entrada deste século algumas iniciativas institucionais para o desenvolvimento rural. O Programa

Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) demonstram a ascensão de ações que consideram empreendimentos a partir de uma concepção ampliada de território, harmônica com a nossa abordagem, mas tendo como alicerce a agricultura familiar (Schneider, 2004).

7. SUSTENTABILIDADE.

Os pressupostos de sustentabilidade estão alicerçados nas dimensões: Cultural, social, econômica, ambiental e espacial (SACHS, 2004). Grosso modo estas podem ser compiladas na aplicação dos termos "utilização racional" e "harmonização das variáveis", mas sem negligenciar suas associações recíprocas. Isto sintetiza que não é apenas importante isolar uma intervenção como objetivo final, porém ter uma compreensão articulada do conjunto de fatores que nela incidem e interferem.

Veiga (2005) defende que, na atual conjuntura, qualquer iniciativa deve estar permeada por uma visão sustentável, respeitando a Agenda 21 e Agenda 21 Brasileira, ancorada em três dimensões que abrangem: As questões institucionais, econômicas e sociais, focadas pelas ciências sociais aplicadas; As questões de natureza territorial, que dizem respeito à considerações da geografia humana e organização do espaço; As questões ambientais que abordam, essencialmente, o equilíbrio para o uso racional do meio ambiente local.

Para Vieira (1995), a compreensão da sustentabilidade deve perpassar os tradicionais aspectos do meio ambiente e relações sociais, para encontrar subsídios na dimensão da subjetividade humana. Além disso, elucida que essa sustentabilidade deveria estar submetida a um processo de subordinação das ações geradas a partir de percepções indivíduo-coletivas e culturais da sociedade.

Para dissertar sobre agricultura sustentável é necessário que as ciências sociais considerem o papel da natureza e as ciências naturais em função do homem. (Vieira, 1995). Este conceito é essencial, pois a desestabilização do meio decorre da afetação antrópica. Neste sentido, qualquer transformação traz implicações energéticas maiores para seu equacionamento ou regressão.

O conceito de sustentabilidade em empreendimentos agrícolas incorpora três dimensões: a estabilidade (produção constante), a resiliência (manutenção da produção em condições antagônicas) e a equidade (divisão dos resultados) (Xavier 2001 apud Conway, 1993). Este entendimento parece ilusório, pois a tendência desses termos é se digladiar.

Então, não é possível compactuar com apenas uma definição de sustentabilidade, pois está muda. Segundo Conway (1993) a visão dos atores envolvidos nos processos produtivos

difere do ponto de vista das áreas do conhecimento correlatas à sustentabilidade. Para ambas este conceito possui valores relativos dissímeis. Destarte, poderíamos mencionar que existe: sustentabilidade ambiental[11] e social[12].

No entendimento de Veiga (2005), a solidariedade sincrônica e diacrônica parece ser o conceito que concilia esta ambigüidade, devido a que sugere um compromisso com a atual e futuras gerações. Evidencia-se que é possível utilizar tecnologias capazes da conservação dos recursos para que os efeitos ambientalmente adversos sejam superados13.

Por outro lado, uma revelação cartesiana nos induziria a pensar que práticas sustentáveis são desenvolvidas apenas por um coletivo que possui empatia com esse princípio. Mas será possível que dentro da heterogênea, onde existem fortes variáveis de desigualdades, o ser humano sendo coagido a trabalhar pela sua subsistência e da sua família pode incorporar práticas mais "evoluídas"?

Esta assertiva nos envereda pela compreensão de que é impossível isolar o elemento sustentabilidade ou maneiras corretamente ecológicas. Na verdade, pensar nelas é se antecipar a uma solução com viés binário. Destarte, as mudanças têm que estar associadas também a outros fatores da sociedade, a final esta temática requer de um olhar integrado.

No confronto produção agrícola de pequena escala vs. sustentabilidade é preciso considerar quando estarmos atrelados à variável tempo (Veiga, 2006) (Xavier, 2001). Neste caso, a celeridade do produtor rural pela sobrevivência é peremptória e se sobrepõe a hipotéticos cenários prospectivos de sustentabilidade.

Também é necessário alertar que o Quilombo-Brotas sofre devido à construção de loteamentos vizinhos (escoamento de águas de chuva e esgoto). Esta situação suscitou o assoreamento dos córregos existentes, que provocou repercussões além das questões físicas, pois colidiu frontalmente com as tradições religiosas dos quilombolas.

8. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

Na atualidade, o planejamento para promover o desenvolvimento regional está atrelado uma tríplice visão das questões: institucionais/sócio-econômicas; de natureza territorial e ambientais (Vieira, 1995). A caracterização que este autor estabelece é abrangente na área

[11] A sustentabilidade ambiental se refere ao impacto de certas práticas no ambiente (como é produzido determinado produto) e como estas interferem no desequilíbrio dos biomas. O ideal é manter suas capacidades sem transgredir os limites máximos de exploração. Isto significa em ter opções de sistemas de produção harmônicas ao ecossistema.

[12] A sustentabilidade social é mais subjetiva no sentido de tentar estudar como os agro-sistemas suportam as pressões advindas das expectativas e necessidades humanas.

[13] Talvez, o ideal pregado seja atingir graus moderados de artificializacão, pois conservar totalmente os caracteres primigênios da terra é quimérico. A sustentabilidade é subsidiada também em componentes tecnológicos para mudar os quadros de desequilíbrio pela ação antrópica.

urbana e rural. Mas é mais nítida na ruralidade, pois aprofunda nas variáveis que incidem nas expectativas e necessidades do homem, quando aplicadas à questão de exploração do campo e suas conseqüências.

O modelo FOFA contribui eficazmente nesse sentido, pois recorre ao dialogo para compreender a realidade do objeto de estudo (Koontz; Weirhrich, 1994). Em essência, esta abordagem contesta às tradicionais, devido a que seu escopo não se limita a contornar as arestas do problema. Pelo contrário, estabelece uma leitura transversal para potencializar as condicionantes pouco exploradas e equacionar as adversas. Igualmente, estes itens são compatíveis às assertivas advindas da sustentabilidade.

Segundo Sproesser Et. Al. (2004) a implantação de um modelo de agricultura familiar obedece a fatores: macro-econômicos, mercadológicos, sócio-culturais, ambientais, tecnológicos e organizacionais. Estes possibilitam desdobramentos que responderão à maioria das variáveis que interferem na sua implantação. Esta abordagem é coerente, mas por restrições operacionais apenas algumas temáticas foram abordadas da perspectiva do modelo FOFA numa tabela síntese[14].

	Oportunidades	Ameaças
Fortalezas	Localização estratégica.	Articulação factual com cidades adjacentes.
	Diversidade potencial e Implantação de uma nova cadeia produtiva no setor primário da economia.	Ausência de políticas de incentivos.
		Estar subjugados à concorrência de áreas vizinhas. Estagnação da produção. Carência em tempo e forma da comercialização.
		Custo da produção e deficiência de pontos de transformação.
	Favoráveis condições edáficas, de qualidade e quantidade de água.	Sistema de comunicações limitado.
	Área livre de epidemias.	Carência de apoio governamental e de empresas do ramo.
	Ampliação da economia da zona privilegiando a inversão local.	Desfinanciamento.
	Aproveitamento dos recursos e forte identidade e apropriação do território.	Influência negativa de alguns aspectos da globalização.
	Proteção de mata nativa.	Desmatamento por novas áreas ocupadas.
	Geração de renda para o produtor local.	Surgimento de oportunidades externas ao assentamento.
Fraquezas	Oportunidades desiguais com relação a outras regiões.	Ineficiência do sistema de gestão
	Desintegração produtiva e possível individualismo.	Produção dominante de certos produtos.
	Dispersão e ineficiência na oferta de	Indefinição da postura da associação.

[14] Uma etapa que antecedeu esta sistematização foi a aplicação de uma entrevista, que aludiu diversas questões demográficas para a explicitação de reivindicações, somados aos depoimentos oriundos das reuniões, possibilitaram inferir a propensão pela melhoria da qualidade de vida (Geração de Renda, Educação e cultura, Saúde, Sustentabilidade, Turismo, Habitação, Segurança e prevenção, etc.).

	formação.	
	Recursos tecnológicos limitados.	Iminência de transformação dos recursos.
	Autonomia Parcial.	Perda de identidade e redefinição de imagem corporativa.
	Precária formação empresarial.	Pouco valor agregado dos produtos e precária rede de serviços de qualidade.
	Produção voltada apenas para o comércio local.	Periferização dos mercados nacional e internacional.

Tabela 2. Síntese do modelo FOFA. Fonte: Adaptação de Koontz; Weirhrich, 1994.

Na tabela é preciso salientar que, não obstante sejam evidentes fraquezas e ameaças são mais expressivas as variáveis associadas aos tópicos de fortalezas e oportunidades (cenário mais promissor). O planejamento estratégico não resolve todas as vicissitudes e incertezas. Mas, para um empreendimento agro-sustentável possibilita delinear os caminhos para atingir metas e operacionalizar recursos.

Na atualidade, algumas iniciativas esparsas dos quilombolas procuram a concretização de cultivo de pomares (fig. 2. Área de preservação permanente de uso sustentável). Esta estratégia tem validade como fase de transição, no intuito de mostrar o funcionamento e aproximação de uma pequena produção. Adicionalmente, robustece os preceitos que norteiam esta iniciativa, isto é, o fomento da identidade quilombola para alavancar sua preservação e impelir o projeto de implantação de cultivos locais que conjuguem responsabilidade ambiental com factibilidade financeira.



Figura 2. Plano Diretor do Quilombo-Brotas em destaque (verde) APP-US área de preservação permanente de uso sustentável. Fonte: CEUr, 2010.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A afirmação de um empreendimento baseado na Agricultura Familiar num mercado competitivo parece utópica, face à incipiente adaptação, volatilidade e dinâmica do mercado (Abramovay, 1992). Na atual conjuntura é fato que a Agricultura Familiar enfrenta entraves devido a um contexto onde as regras e políticas públicas são submissas a um modelo piramidal. Também resulta impreterível aludir que esta atividade precisa de capital giro e de recursos para investimentos, assistência técnica, comercialização, diversificação, etc. para evadir gargalos por baixa produtividade (Buainain, et. al. 2003).

Wilkinson (2000) e Schneider (2004) ponderam que a agricultura é responsável por múltiplas funções (conservação de recursos naturais, patrimônio, etc.). Nesta perspectiva, é indispensável cogitar que os quilombolas devem também optar pela multifuncionalidade da propriedade visando complementar a pluriatividade (segurança familiar e reprodução familiar) do produtor rural.

Finalmente, pretende-se é impreterível abalar a lógica de que o quilombo urbano apenas fornece mão-de-obra barata. Nos novos tipos de ruralidades, a disponibilidade de recurso humano *per se* não propicia diferenças notáveis num modelo maior. Na verdade, esse recurso entendido de modo unilateral tende a ser dilapidado se não for capacitado para a obtenção de um desenvolvimento sincrônico entre homem e território. Sua resignificação é vital no intuito da proposição de ações que recortem as inexoráveis diferenças na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1992.

ANDRADE, T. (org.). Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. São Paulo, IMESP, 1997.

BUAINAIN, A; ROMEIRO, A; GUANZAZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. *Sociologias*. Porto Alegre, Ano 5, no. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONWAY, G. R. Sustainable agriculture: the trade-offs with productivity, stability and equitability. *In*: BARBIER. E. B. (ed.). Economics and ecology. New frontiers and sustainable development. London: Chapman & Hall, 1993.

CORDEIRO, R. DE L. M; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Estudos Feministas. Florianópolis. 15(2): 240, maio - agosto/2007.

CUNHA, M C. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOONTZ, H.; WEIRHICH, H. Administración. Una perspectiva global. 10ª. Edición McGraw–Hill, México, 1994.

LAMARCHE, H. (coord). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. Historia das agriculturas do mundo. Do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituo Piaget, 1998.

SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCALLI, P. Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Brotas/Itatiba-SP. ITESP/R.T.C. Nov. 2004.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, nº 51, fev/2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, n.11, pp. 88-125, 2004.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade* - Ano V – No. 10 - 1o Semestre de 2002.

SPROESSER, R; LIMA, D; VILANOVA, R; CAMPEÃO, P. Modelo de planejamento estratégico para agricultura familiar coletiva. *In*: IV simpósio sobre recursos Naturais e sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá: SIMPAN 2004, Nov 2004.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

VIEIRA, P.F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990), *In*: HOGAN, D.J.& VIEIRA, P.F.. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável, Campinas, Ed. UNICAMP, 1995.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. *In*: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, No. 3 julho/set, 2000.

XAVIER, S; DOLORES, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001.

CARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TIETÊ-BATALHA, RIO TIETÊ, SP

Waldemar Sândoli Casadei (Prefeitura de Lins), Keiko Obara Kurimori (Prefeitura de Lins), Grasiele Simplício Murari Rodrigues (Prefeitura de Lins), Carlos Henrique Braus (CETESB), Clélia Maria Mardegan Camargo (SAA/CATI), Nelma Sanches Artéia (SOS Rio Dourado), Larissa Weiler Vanuchiv (UNILINS), Marcio Eduardo Cardador Rocco (UNILINS), José Aparecido Cruz (Ecoconsultoria), Hemerson Fernandes Calgaro (Prefeitura de Lins).

wcasadei@terra.com.br; keiko@lins.sp.gov.br; grasielemurari@yahoo.com.br; carloshb@cetesbnet.sp.gov.br; clemardegan@ig.com.br; nel.sanches@gmail.com; larissa_vanuchi@hotmail.com; mecrocco@uol.com.br; ecoconsultoria@ig.com.br, hemerfc@yahoo.com.br

Agência Financiadora: Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO
GT1: Ruralidade e Meio Ambiente

Resumo

O Rio Tietê vêm sofrendo com consequências da poluição causada pelo uso de origem antrópica no seu entorno, entre as quais estão as concentrações humanas, atividades industriais e agropecuárias, que sem planejamento integrado têm degradado áreas ciliares, reduzindo a disponibilidade hídrica e qualidade da água. Entre as consequências, está o caso do Município de Sabino, localizado na UGRHI 16, correspondente a Bacia Hidrográfica do Tietê - Batalha, região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, que foi identificada alta proliferação de algas, provocando desequilíbrio do ecossistema e prejudicado o turismo. Diante disso, foi proposto ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Tietê-Batalha, o presente Termo de Referência, com objetivo de diagnosticar quais fatores estão causando o desequilíbrio do ecossistema e elaboração de relatório técnico com propostas e estratégias para melhoria da qualidade da água. A metodologia prevê caracterização da qualidade da água (análises física, química e biológica) e hidrometria (medição de vazão) em pontos representativos; estabelecimento do uso e ocupação da bacia; apresentação dos resultados parciais; elaboração do relatório e apresentação dos resultados finais. A divulgação dos resultados se dará por meio da distribuição do relatório técnico para os órgãos envolvidos, o qual dará suporte a elaboração de um Programa de

Revitalização da Bacia Hidrográfica e projetos voltados a garantir disponibilidade hídrica em quantidade, qualidade e regularidade. O trabalho conta com a participação de técnicos da CETESB, Prefeitura Municipal de Lins, organização não governamental S.O.S. Rio Dourado e com aporte financeiro do FEHIDRO.

Eng. Waldemar Sandoli Casadei, Prefeito de Lins; Eng. Keiko Obara Kurimori, Vice-Prefeita de Lins; Eng. Amb. Grasiele Simplício Murari Rodrigues, Dir. de Áreas Verdes da Prefeitura Municipal de Lins (PML) e Conselheira da ONG S.O.S. Rio Dourado; Carlos Henrique Braus, Gerente da Agência Ambiental de Lins (CETESB); Eng. Agr. Msc. Clélia Maria Mardegan Camargo, da SAA/CATI; Eng. Amb. Nelma Sanches Artéia, Dir. da ONG S.O.S. Rio Dourado; Larissa Weiler Vanuchi e Marcio Eduardo Cardador Rocco, graduandos do curso de Eng. Ambiental da UNILINS e estagiários da Coordenadoria de Política Rural e Meio Ambiente (COMPOR) da PML; Biólogo José Aparecido Cruz, da Eco Consultoria Ambiental e Comércio Ltda.; Eng. Agr. Hemerson Fernandes Calgaro, Prof. Dr. da UNILINS e Coordenador da COMPOR, PML (http://lattes.cnpq.br/6186189322615800).

Introdução

O alto grau de desenvolvimento do Estado de São Paulo e onde está inserido o Comitê de Bacia Hidrográfica do Tietê - Batalha – CBH-TB – UGRHI-16, com a presença de grandes concentrações humanas, atividades industriais, agrícolas e pecuárias, que se utilizam das águas dos mananciais superficiais e subterrâneos, sem um planejamento integrado, tem contribuído para reduzir a disponibilidade hídrica e degradar a qualidade das águas do Rio Tietê.

Mediante as desconformidades apresentadas na qualidade da água em trechos do Rio Tietê, a crescente “poluição” gerada pelos diversos usos tem acarretado a proliferação de algas (fitoplâncton), ao longo do Rio, notadamente no trecho onde está instalado o CBH-TB, que abrange o reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Mario Lopes Leão, Promissão, inviabilizando seu uso em diversos trechos causando prejuízos aos usuários. Desta forma, o CBH-TB realiza e fomenta programas, projetos, obras e ações relacionadas à gestão dos recursos hídricos, em parceria com ONGs, Órgãos do Estado e Municípios, com o objetivo de garantir disponibilidade hídrica em quantidade, qualidade e regularidade para múltiplos usos pelas atuais e futuras gerações.

Sendo assim, este projeto de caracterização das águas superficiais em sua área de abrangência é uma iniciativa do CBH-TB cujos resultados irão subsidiar a elaboração e desenvolvimento de programas e projetos para promover a gestão dos recursos hídricos conforme recomendado nas metas do Plano de Bacia do Tietê Batalha (PBH-TB, 2008), reiterado no relatório de Situação dos Recursos Hídricos na área do CBH-TB (2009).

Justificativa

O Rio Tietê vem sofrendo com as consequências da "poluição" causada pelos diversos usos e atividades em suas APP, inviabilizando sua utilização em diversos trechos. Esse estágio crítico de sua sanidade ambiental tem mobilizando a sociedade em geral, que busca encontrar soluções para mitigar o "desequilíbrio" que se encontra o rio.

Segundo o Jornal Correio de Lins, SP, de 28 de março de 2007, "o fenômeno registrado atualmente é consequência da ingerência, e que a poluição não é ocasionada apenas pelo esgoto doméstico despejado nos rios. Os agrotóxicos e o lançamento de dejetos industriais vêm comprometendo a vida do Rio Tietê e seus afluentes. A "água verde" que apareceu nas praias de Sabino prejudicou o turismo da região, e também foi detectada em outras cidades do estado. O que representa perigo potencial de inviabilizar diversos usos do rio.

Esta matéria do Jornal acima citado, entre outras, veio em decorrência do surgimento de floração de algas na região do município de Sabino/SP, especificamente no Córrego do Esgotão, afluente da margem esquerda do Rio Tietê. Este córrego tem grande importância para o desenvolvimento do município. Entre os diversos usos há uma área de lazer denominada de "prainha" que recebia visitantes da região e consequentemente beneficiava a economia municipal. Com a proliferação das algas esta área, assim como as atividades de pesca (profissional e turística), entre outros usos foram inviabilizados. Fato este fez com que o Ministério Público viesse a solicitar aos órgãos estaduais e municipais esclarecimentos e providências para solução do problema de falta de qualidade das águas que circundam Sabino/SP.

O Parecer Técnico emitido pela CETESB (Nº 001/07 – EEQI/EAHC) mostrou que o trecho do Córrego do Esgotão em que foi realizada coleta de amostras de água apresentava uma floração de algas muito intensa, com a presença de várias espécies de cianobactérias (espécies que causam danos a saúde humana), com concentrações extremamente elevadas,

assim como o valor de microcistina, mostrando desta maneira que este trecho do córrego é inviável para diversos usos.

Devido à carência de dados ambientais atualizados e sistematizados e diante do exposto há a necessidade da realização de estudos sobre a qualidade da água deste trecho do Rio Tietê para se conhecer, localizar e mensurar as fontes de degradação ambiental.

A finalidade desse projeto é a de caracterizar a qualidade da água, através de analises de parâmetros de qualidade e medidas de vazão das principais sub-bacias que formam o reservatório da UHE Mário Lopes Leão, na trecho onde está instalado o CBH-TB, em toda extensão do curso principal, ou seja, aproximadamente 110 km, desde a jusante da UHE Ibitinga até a jusante da UHE Promissão, atendendo a uma população de aproximadamente 520.000 pessoas (IBGE, 2010).

Os resultados desse estudo irão subsidiar a elaboração de um programa de revitalização deste trecho do Rio Tietê e nortear as intervenções para sua conservação e/ou recuperação, garantindo assim a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental da região.

Objetivos Gerais

Caracterizar a qualidade da água superficial da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha no trecho do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Mário Lopes Leão, Rio Tietê, SP, estimando a carga de poluentes afluentes e efluente para construção de programas de recuperação e/ou conservação do recurso água.

Objetivos Específicos

Formação do Grupo Técnico de Acompanhamento – GTA: A fim de proporcionar ampla divulgação do objetivo do trabalho e envolver a sociedade de modo geral deverá ser formado o Grupo Técnico de Acompanhamento – GTA, constituído por representantes dos usuários (industriais, urbanos, rurais), sociedade civil organizada, órgãos governamentais (municipais, estaduais, federais) membros do CBH-TB, Polícia Ambiental e técnicos especializados no tema em questão para acompanhamento dos trabalhos.

Reunir e sistematizar os dados ambientais existentes: A fim de proporcionar ampla divulgação do objetivo do trabalho e envolver a sociedade de modo geral deverão ser

realizados levantamentos com as Prefeituras Municipais, CATI, CETESB, DAEE e demais entidades do segmento industrial, Associações, Cooperativas e Sindicatos Rurais, entre outros.

Caracterizar a qualidade da água: Com intuito de conhecer a real situação da qualidade da água da bacia hidrográfica do reservatório da UHE Promissão, Rio Tietê, área de abrangência do CBH-TB, a caracterização da qualidade da água será realizada através de coletas de amostras de água em nove (09) pontos durante 12 (doze) meses (ciclo hidrológico), com periodicidade mensal para a realização de análises físicas químicas e biológicas de diversos parâmetros. Os estudos de hidrometria deverão ser realizados através das medições da vazão da água concomitantemente com as coletas de amostras de água. Desta forma, será possível conhecer a vazão média das principais sub-bacias (Rib. Dos Porcos, Batalha, Barra Mansa, Dourado e Campestre) e a vazão afluente e efluente do reservatório de Promissão (descarga liquida – vazão turbinada + vazão vertida) e correlacioná-las com os resultados dos parâmetros de qualidade de água.

Elaborar relatório técnico a partir dos resultados obtidos dos parâmetros de qualidade de água, das medições de vazão, e com informações do uso do entorno (dados existentes) dos pontos de coleta, correlacionando esses resultados. A partir da interpretação dos resultados sugerir programas e projetos de recuperação e/ou conservação a curto, médio e longo prazo da água superficial na área do CBH-TB.

Diagnóstico

Histórico de qualidade das águas

Na área de abrangência do CBH-TB está instalado o reservatório de Promissão que recebe as águas oriundas do reservatório da UHE Ibitinga, que por sua vez recebe as águas das UHE’s Bariri e Barra Bonita, e esta última recebe as águas da região denominada de alto Tietê.

Os resultados obtidos pela empresa energética AES Tietê S/A (AES, 2008) e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB (CETESB, 2010) em seus programas de monitoramento da qualidade das águas no Rio Tietê, mostraram que o reservatório de Promissão, tem apresentado diversos parâmetros em desconformidade com os valores estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/05, para águas de classe 2,

principalmente a série nitrogenada, fósforo, além da insistente presença de alguns contaminantes (zinco, cobre, etc.).

Os resultados acima apresentados aliados a outros como, por exemplo, CESP (1998) mostra que as águas superficiais na área de abrangência do CBH-TB vêm sofrendo degradação em sua qualidade em decorrência de seus diversos usos.

Descrição do local de estudo

O CBH-TB está localizado na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, drenando trinta e três (33) municípios, atendendo aproximadamente 520000 pessoas (IBGE, 2010).

Sua área de abrangência estende-se desde a UHE Ibitinga até a UHE Promissão, numa extensão aproximada de 110 km, que formam a bacia hidrográfica do reservatório da UHE Mário Lopes Leão, com uma área de drenagem de aproximadamente 13 mil km^2. São seus cursos d'água principais: Rio Tietê, Ribeirão dos Porcos, Rio Batalha, Rio Barra Mansa, Rio Dourado entre outros.

A região é de vocação agropecuária, devido principalmente ao cultivo da cana-de-açúcar, e destaque no setor da pecuária leiteira e de corte. O Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – LUPA (CATI, 2009), apontou que na área de abrangência o cultivo da cana-de-açúcar representa aproximadamente 35% da área cultivada e as pastagens ocupam cerca de 54%, enquanto que o levantamento censitário realizado nos anos de 1995/1996 (CATI, 1998) apontava que o cultivo da cana representava aproximadamente apenas 8,5% do total da área cultivada, e a área destinada a pastagens era de 76%, mostrando desta maneira o avanço da canavicultura na região.

Em relação à vegetação natural o Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo realizado pelo Instituto Florestal mostra que a área de abrangência do CBH-TB conta com apenas 6,7% de sua área com vegetação nativa, muito abaixo da área recoberta com vegetação nativa do Estado de São Paulo de 17,5% (IF, 2010).

Da mesma forma que a região tem sofrido com a falta de vegetação ciliar, também tem recebido uma "importante" carga de efluentes domésticos e industriais oriundos dos municípios da região de abrangência, num total de 9.735 kg de DBO por dia, para o ano de 2009, como aponta o relatório da CETESB (CETESB, 2010). Segundo este mesmo

relatório a UGRHI-16 coleta 94% e trata 71% dos efluentes gerados em sua área de abrangência.

Tabela 1. Carga orgânica remanescente no ano de 2009 distribuídos por sub-bacia e a porcentagem (%) de contribuição em relação ao total por sub-bacia. (*) Carga remanescente: Kg de DBO por dia e (%) Porcentagem relação ao total lançado.

Sub-bacia	(*) Carga Remanescente	%	Municípios contribuintes
Ribeirão dos Porcos	5.191	53,3	Dobrada, Itápolis, Matão, Sta. Ernestina e Taquaritinga (5)
Rio Dourado	2.650	27,2	Guaiçara, Guarantã, Lins, Pirajuí e Cafelândia (5)
Rio Batalha	616	6,3	Avaí, Balbinos, Reginópolis, Piratininga, Presidente Alves, Uru (6)
Rio Barra Mansa	531	5,5	Bady Bassit, Elisiário, Ibirá, Nova Aliança, Potirendaba, Urupês (6)
Ribeirão Três Pontes	267	2,7	Itajobi, Novo Horizonte (2)
Córrego do Fugido	101	1,0	Borborema
Córrego Cervinho	78	0,8	Irapuã
Córrego do Sobrado	59	0,6	Adolfo
Córrego Capoeirinha	56	0,6	Sales
Ribeirão da Fartura	52	0,5	Jaci
Rio Sucuri	50	0,5	Pongaí
Córrego Esgotão	39	0,4	Sabino
Ribeirão dos Bagres	32	0,3	Mendonça
Ribeirão do Cervo Grande	13	0,1	Marapoama
Total	9.735		

Fonte: CETESB, 2010 (adaptada)

Tabela 2. Classes de uso da água conforme seus usos preponderantes. Descrição dos usos preponderantes para os corpos d' água conforme classificação inserida na Lei número 997/76, Decreto número 8468/76.

Classes	Usos - águas destinadas:
1	Ao abastecimento doméstico, sem tratamento prévio ou com simples desinfecção
2	Ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional
	À irrigação de hortaliças ou plantas frutíferas
	À recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho)
3	Ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional
	À preservação de peixes em geral e de outros elementos da fauna e da flora
	À dessedentação de animais
4	Ao abastecimento doméstico, após tratamento avançado
	À navegação
	À harmonia paisagística
	Ao abastecimento industrial
	À irrigação

	Aos usos menos exigentes

Fonte: Decreto Estadual 8.468/76 (adaptada)

Tabela 3. Classificação dos corpos d' água existentes na área de abrangência do CBH-TB, conforme Decreto no 10.755/77, que mostra a classificação e enquadramento nas diversas classes de uso para os corpos de água instalados na região de abrangência do CBH-BT, conforme Decreto Estadual 10.755/77.

Classe	Trechos dos corpos de água	Sub-bacia
	Ribeirão dos Porcos desde a confluência com o Córrego Santa Maria até a confluência com o Rio Tietê, municípios de Ibitinga e Borborema	
3	Rio São Lourenço desde a confluência com o Córrego Cascavel até a confluência com o Ribeirão dos Porcos, na divisa dos municípios de Ibitinga e Itápolis	R. Porcos
	Córrego do Brejão desde a confluência com o Córrego da Baixada até a confluência com o Córrego do Viradouro, município de Itápolis	R. Porcos
	Ribeirão Campestre desde a confluência com o Córrego Barbosa até a confluência com o Rio Dourado, no Município de Guaiçara;	R. Dourado
	Córrego da Paixão até a confluência com o Ribeirão Dobrada, no município de Dobrada	
	Córrego do Viradouro desde a confluência com o Córrego das Areais até a confluência com o Rio São Lourenço, no município de Itápolis	
	Ribeirão da Dobrada até a confluência com o Ribeirão dos Porcos, no município de Taquaritinga	
	Ribeirão dos Porcos até a confluência com o Córrego Santa Maria, no município de Taquaritinga	
	Ribeirãozinho até a confluência com o Ribeirão dos Porcos, no município de Taquaritinga	
4	Rio São Lourenço até a confluência com o Córrego Cascavel, no município de Matão	R. Porcos

Fonte: Decreto 10.755/77 (adaptada)

Conforme observado na tabela 3 os corpos de água enquadrados nas classes 3 e 4 na região são trechos pertencentes as sub-bacias do Ribeirão dos Porcos e Rio Dourado, atualmente primeiro e segundo maiores contribuintes em lançamento de carga orgânica no Rio Tietê, mostrando desta maneira que essas coleções de água há décadas apresentam desvios em relação a qualidade de água tendo em vista que este enquadramento foi realizado na década de 1970. Todos os corpos de água (rios, ribeirões, córregos) não citados na tabela 3 pertencem a classe de uso 2.

Metodologia

A caracterização da qualidade da água será realizada nas principais sub-bacias e em pontos localizados a montante da UHE Ibitinga no município de Ibitinga e montante da UHE Promissão, município de Promissão, através de coletas de amostras de água, medição da vazão e levantamento bibliográfico da qualidade ambiental (usos) da área em estudo.

Todos os pontos de coleta serão caracterizados quanto a sua situação de uso e ocupação no entorno e tomadas suas coordenadas em Unidade Transversa de Mercator – UTM - *Datum* SIRGAS 2000, através do Sistema de Posicionamento Global (GPS de navegação), registro fotográfico, entre outras informações.

Para o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser estabelecidas parcerias com ONGs, Clubes de Serviços, órgãos ambientais municipais, empresas privadas, Associações de produtores rurais entre outros, com vistas a torná-los potenciais parceiros em ações que possam vir a ser implantadas para conservação e/ou recuperação do corpo d'água.

Tabela 4. Cronograma de desenvolvimento dos trabalhos que apresenta o cronograma sugerido para execução dos trabalhos.

Atividades	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Reunião com o Grupo de Trabalho	x					x						x
Caracterização da qualidade da água	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Hidrometria (medidas de vazão)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Estabelecimento do uso e ocupação da bacia	x	x	x	x								
Apresentação dos resultados parciais						x						
Elaboração do relatório									x	x	x	x
Apresentação dos resultados finais												x

Fonte: ONG SOS RIO DOURADO

Caracterização dos pontos

Tabela 5. Pontos de coleta de amostras de água e medições da vazão, características e município de abrangência.

Código da bacia	Pontos de coleta		Localização	Características	Município
-	1	Montante UHE Ibitinga	± 500 m da UHE	Intermediário	Ibitinga
82	2	Ribeirão dos Porcos	Conf. Rib. Porcos/Rib.S.Lourenço	Lótico	Ibitinga
60	3	Rio Batalha	Final porção lótica	Lótico	Reginópolis
40	4	Rio Cubatão/Barra Mansa	Final porção lótica	Lótico	Mendonça
51	5	Córrego do Esgotão I	Área das nascentes	Lótico	Sabino
51	6	Córrego do Esgotão II	Confl. Com o reservatório	Lêntico	Sabino
20	7	Rio Dourado	Final porção lótica	Lótico	Lins
20	8	Ribeirão Campestre	Final porção lótica	Lótico	Guaiçara
-	9	Montante UHE Promissão	± 500 m da UHE	Intermediário	Promissão

Fonte: ONG SOS RIO DOURADO

Os pontos de coleta conforme mostra a figura 4 foram selecionados de maneira a indicar a qualidade da água afluente ao reservatório de Promissão e a qualidade que é exportada para o reservatório da UHE Nova Avanhandava, com estimativas da carga afluente e efluente. Sendo as principais características dos pontos de coleta:

Ponto 01. Montante da UHE Ibitinga: ambiente de águas intermediárias recebe toda a água oriunda do reservatório de Ibitinga.

Ponto 02. Ribeirão dos Porcos: Tributário da margem direita do reservatório, recebe importantes contribuições do uso da bacia geradas pelos municípios de Matão, Taquaritinga, Itápolis, Dobrada e Santa Ernestina, sendo o maior contribuinte em carga orgânica lançada no reservatório e ainda possuir em sua bacia 02 (dois) trechos de contribuintes com enquadramento na classe de uso 3, e 07 (sete) trechos enquadrados na classe 4 de uso. O ponto se localiza abaixo da confluência do Rib. Dos Porcos com o Rio São Lourenço, na confluência do ambiente lótico com o ambiente lêntico (área represada).

Ponto 03. Rio Batalha: Localizado na margem esquerda do reservatório é o principal fornecedor de água para abastecimento público do município de Bauru. Terceiro maior contribuinte de lançamento de carga orgânica no reservatório, pois atende a seis municípios (tabela 1). O ponto de coleta é localizado na área de transição do ambiente lótico para lêntico no município de Reginópolis.

Ponto 04. Rio Cubatão ou Barra Mansa: Recebe lançamento de águas residuárias de seis municípios (tabela 1), sendo o quarto maior contribuinte em carga orgânica. O ponto de coleta está localizado no município de Mendonça, na área de transição do ambiente lótico para lêntico.

Ponto 05. Córrego Esgotão I. Representa a área de nascente do Córrego, ambiente de águas correntes, localizado no município de Sabino.

Ponto 06. Córrego Esgotão II. Este corpo hídrico foi o que mostrou o maior impacto causado pela eutrofização do reservatório, com uma intensa floração de algas, inviabilizando, inclusive o funcionamento de um empreendimento turístico regional – a Prainha de Sabino. O ponto de coleta se situará na confluência deste com o reservatório de Promissão, no município de Sabino.

Ponto 07. Rio Dourado: Tributário da margem esquerda do Rio Tietê, recebe os efluentes domésticos dos municípios de Pirajuí (*in natura*), Cafelândia (*in natura*) e Guarantã. O ponto de coleta está localizado na confluência deste com o reservatório, na estrada municipal que liga Lins ao bairro rural Tangará.

Ponto 08. Ribeirão Campestre: Contribuinte da margem esquerda do Rio Dourado recebe os efluentes dos municípios de Lins e Guaiçara, contribuindo com aproximadamente 50% da carga orgânica lançada na Bacia do Rio Dourado. Este corpo de água tem um trecho enquadrado na classe 4 de uso das águas. O ponto se localiza a jusante da confluência do Campestre com o Córrego Água Sumida de maneira a obter a contribuição (lançamento de efluentes) do município de Guaiçara.

Ponto 09. Montante da UHE Promissão. Será realizado em ambiente intermediário e mostrará a qualidade da água que está sendo exportada para o reservatório de Nova Avanhandava.

Amostragem

Coleta de amostras de água

Serão realizadas coletas de amostras na subsuperfície da água (0,10m) nos 09 (nove) pontos selecionados conforme o Guia de coleta e preservação de amostras de água da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB (CETESB, 1988).

Cada frasco com amostra será identificado com o número da amostra, a data da coleta, os parâmetros a serem realizados e a preservação requerida conforme Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th Ed. 2005.

Nas amostragens serão preenchidas as fichas de coleta, que deverão mostrar os resultados por local, data e horário da coleta, parâmetro analisado, ponto de amostragem, coletor(es) e localização geográfica em UTM e será realizado um registro fotográfico das coletas e locais de amostragem.

Hidrometria

Os dados hidrométricos serão obtidos através da medida de vazão em alguns pontos de coleta. As medições se dará com o molinete, que são pás ou hélices que giram impulsionadas pela velocidade de escoamento, onde se estabelece uma proporcionalidade entre o número de voltas por unidade de tempo e velocidade de escoamento. A vazão será obtida através da equação:

Q= A * V onde: Q= vazão (m3/s); A= área molhada (m2) e V= velocidade média da seção (m/s)

As medições da vazão para obtenção da curva-chave no período serão realizadas nos pontos: Ribeirão dos Porcos: A estação hidrométrica está localizada no Ribeirão dos Porcos, logo abaixo de sua confluência com o Rio São Lourenço, na Fazenda São Benedito. Estes dados serão fornecidos pela empresa AES Tietê S/A, operadora da estação;

Para o Rio Batalha, Barra Mansa, Dourado e Campestre, as medidas de vazão serão tomadas mensalmente e serão realizadas junto com a coleta de amostras de água;

Para os pontos localizados a Montante da UHE Ibitinga e Promissão os dados de vazão (descarga liquida = vazão vertida + vazão turbinada) serão oferecidos pela empresa AES Tietê S/A;

E nos pontos localizados no Córrego Esgotão (área de nascentes e confluência com o reservatório) a medição da vazão se dará por métodos empíricos (lançamento de garrafa pet), por exemplo, apenas em caráter exploratório.

Reunião e sistematização dos dados existentes

Os dados existentes sobre os atuais usos (lançamentos, captações, agricultura) principalmente na área de coleta de dados serão reunidos, sistematizado e analisado. Essas informações deverão ser obtidas através de pesquisas em fontes reconhecidas tais como:

Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE: cadastro das outorgas sobre o uso das águas superficiais;

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB: Histórico sobre a qualidade das águas da bacia, licenciamentos entre outros;

Policia Ambiental: Programas em desenvolvimento na bacia; ações preventivas e/ou corretivas;

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI: Resultados do LUPA 2008, programas implantados na bacia (micro bacias) entre outros;

Serviços públicos de saneamento (SABESP e serviços municipais): captação, lançamentos, qualidade da água, entre outros;

Companhias Energéticas e Sucro-alcooleiras: Programas ambientais desenvolvidos e em desenvolvimento; entre outros estudos referentes ao tema.

Análises laboratoriais

Os parâmetros Oxigênio Dissolvido, PH, Condutividade Elétrica, Temperatura do Ar e da Água e Sólidos Dissolvidos Totais serão obtidos diretamente no campo. As amostras de água coletadas serão “fixadas” e encaminhadas para laboratório especializado que realizará as análises com base nos Métodos para as Análises de Águas Potáveis e Residuárias – *Standard Methods* – 21º Edição.

Os resultados deverão ser apresentados por local, data e horário da coleta, parâmetro analisado, ponto de amostragem, coletor(es) e localização geográfica em UTM.

Análise dos dados

Os resultados dos parâmetros de qualidade de água serão avaliados de acordo com os valores de referência estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/05 para Classes de

águas doces ou outra legislação pertinente, considerando-se a classificação atual do corpo de água conforme mostrado na tabela 3.

A partir da análise dos dados de qualidade de água, esta será correlacionada com os resultados das medidas de vazão e associados com os principais usos da bacia, principalmente na área dos pontos de coleta.

Produto final

O relatório deverá conter todos os resultados das análises de água por ponto de coleta, medidas de vazão e curva-chave e relação das fontes de "poluição" pontual e se possível relacionar as fontes difusas, registro fotográfico e coordenadas geográficas de todos os "eventos" que causam intervenção na qualidade ambiental dos locais estudados e representação gráfica (mapa esquemático) da sistematização dos dados para melhor visualização.

Sendo assim objetivo deste trabalho é apresentar relatório técnico conclusivo sobre o comportamento dos "agentes poluentes" em relação á qualidade da água no período estudado, relacionado com as medidas de vazão e uso e ocupação da área de maneira que possa quantificar a carga de poluentes que aflui ao Rio Tietê, no trecho do reservatório de Promissão, área de abrangência do CBH-TB e assim subsidiar projetos com sugestões de metas progressivas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo, ou seja, estabelecimento de um programa de revitalização da bacia, além de gerar subsídios para a elaboração de Políticas Públicas, criação de consórcios intermunicipais, com foco na recuperação e/ou conservação dos recursos hídricos atendendo desta maneira as metas do Plano de Bacias e os objetivos do CBH-TB.

Referências Bibliográficas

AES. Programa de Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas e Reservatórios. **Ictiofauna e Qualidade de Água**. Período: 2000 a 2006. AES-UEM-ECO. 2008

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (APHA). **Standard methods for examination of water and wastewater**. 20 ed. Edition. Edited by Lonorre S. Clesceri, Arnold E. Greemberg e Andrew D. Eaton. 1998.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA E SANEAMENTO AMBIENTAL - CETESB. **Coleta e Preservação de Amostras de Água**. CETESB, São Paulo, 1988

COMPANHIA DE TECNOLOGIA E SANEAMENTO AMBIENTAL. **Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo**. 2009. Disponível em:<http:www.cetesb.sp.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2010.

COORDENAORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI – **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. 2007/2008:** Disponível :http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais.pho. Acesso em: 10 ago. **2009.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. Cidades. **Estimativa da População**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat. Acesso em: 20 maio 2009.

INSTITUTO FLORESTAL: **Inventário Florestal da Vegetação Natural no Estado de São Paulo**. Disponível em: http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/inventario.html. Acesso em: 20 ago. 2010

UGRHI 16 TIETÊ/BATALHA: **Plano de Bacias da Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos Nº 16**. 2008.

CBH-TB: **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos**. 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À RESTAURAÇÃO DE MATAS CILIARES: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO ENTRE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Maria Castellano e Marcos Sorrentino – Universidade de São Paulo
mcastelbr@gmail.com, sorrentino.ea@gmail.com
Agência financiadora - CAPES
GT 1: “Ruralidades e Meio Ambiente”

Resumo

O presente artigo visa contribuir para o debate sobre políticas públicas relacionadas à conservação e restauração de matas ciliares no Estado de São Paulo, considerando que a integração agricultura e meio ambiente está no cerne dessa questão. A pesquisa que originou o presente artigo baseou-se na análise da implementação e dos resultados do Programa de Restauração de Matas Ciliares (PRMC), conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo (SMA/SP) em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do mesmo Estado (SAA/SP). A intenção do PRMC foi desenvolver instrumentos, métodos e estratégias que pudessem viabilizar o incremento de matas ciliares nesse Estado e embasar a elaboração de um programa de longo prazo de conservação e restauração desses ecossistemas. A pesquisa partiu da hipótese de que os programas e projetos vigentes no Estado orientados à restauração de ecossistemas ciliares ainda não têm tido a efetividade desejada, e que entre os motivos deste insucesso estaria o fato de que estes têm centrado esforços em ações relacionadas aos aspectos técnicos da restauração, não conferindo a devida importância a outras dimensões que são fundamentais para seu sucesso, tais como a sócio-educativa, que inclui a participação social, e a integração inter e intra institucional necessária nesse contexto. O artigo analisa os fatores que contribuíram para incrementar ou diminuir a participação de atores sociais locais e o diálogo entre

Estado e sociedade civil na formulação e implementação do PRMC, incluindo entre estes fatores as relações entre a SMA/SP e a SAA/SP.

1. Introdução

O presente artigo traz resultados parciais de uma pesquisa realizada sobre o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (PRMC), conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo (SMA/SP) e implementado entre o fim de 2005 e o início de 2011, no âmbito do Fundo Global de Meio Ambiente (*Global Environment Facility* – GEF) do Banco Mundial. A intenção do PRMC foi desenvolver instrumentos, métodos e estratégias que pudessem viabilizar o incremento de matas ciliares em conservação no Estado de São Paulo, e embasar a elaboração de um programa de longo prazo de conservação e restauração de matas ciliares nesse Estado (SMA/SP, 2007).

Compreendendo a necessidade de diálogo e integração entre as áreas de agricultura e meio ambiente para formular uma política pública sobre esse tema, o Banco Mundial incentivou, ao longo de todo o processo de negociação do contrato, a aproximação entre as duas Secretarias responsáveis por essas áreas no Estado (Secretaria do Meio ambiente e Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA/SP) para a condução do PRMC. Assim, já durante a elaboração do projeto foram envolvidos vários técnicos e pesquisadores das diferentes unidades destas Secretarias, que contribuíram para sua formulação. No âmbito do GEF, o Projeto ficou vinculado ao Programa Operacional "Manejo Sustentável de Terras" (*Sustainable Land Management*), e a intenção era que este fosse implementado de forma coordenada com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), que já vinha sendo desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da SAA/SP e que previa, dentre outras ações, o apoio à conservação de matas ciliares (IBID).

A operacionalização do PRMC foi estruturada em cinco componentes: 1 - Desenvolvimento de Políticas; 2 - Apoio à Restauração Sustentável de Florestas Ciliares; 3 - Projetos Demonstrativos; 4 - Capacitação, Educação Ambiental e Treinamento; e 5 - Gestão, Monitoramento e Avaliação, Disseminação de Informações.

No que concerne ao recorte territorial, o PRMC foi desenhado no âmbito de cinco bacias hidrográficas (Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHIs), nas quais 15 microbacias foram selecionadas para implantação de intervenções-piloto.

A discussão aqui apresentada centra-se na capacidade da SMA/SP e da SAA/SP de estabelecerem um diálogo, no âmbito do PRMC, entre si, e também com os atores nas diversas localidades onde este Projeto foi implementado, no sentido de criar sinergia para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à conservação e restauração de matas ciliares no Estado.

Para a consecução da pesquisa cujos resultados parciais aqui se apresentam foram realizadas, além de pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas com 63 proprietários rurais que aderiram ao PRMC; com representantes das 15 organizações não governamentais contratadas para execução dos serviços de recuperação de matas ciliares nas microbacias-piloto (chamadas no projeto de "entidades executoras" ou "organizações executoras"); com atores-chave das duas coordenadorias da SMA/SP que foram envolvidas no projeto, bem como da SAA/SP.

2. Diálogo e participação na construção de políticas públicas

O conceito de políticas públicas é polissêmico e dinâmico, isto é, não apenas existem diversas concepções sobre o que sejam políticas públicas, como também estas concepções estão em processo de constante amadurecimento e modificação ao longo do tempo (HEIDEMANN, 2009; SOUZA, 2003). No contexto do presente artigo, optamos por partir da definição abrangente sugerida por Thomas Dye (*apud* Heidemann, 2009), segundo a qual "*a política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer*".

Neste sentido, a inserção de um tema na agenda das políticas públicas de um determinado governo passa pelo processo de se definir um tema como prioritário para que os governos "façam ou deixem de fazer algo" a seu respeito, e isto, por sua vez, implica na necessidade de negociação entre uma diversidade de interesses e atores que reivindicam causas a serem contempladas nas agendas governamentais (SOUZA, 2006). Os atores que representam estes interesses podem estar situados em diferentes esferas do governo, bem como em setores organizados da sociedade civil e da iniciativa privada.

Segundo Frey (2000), pode-se observar três dimensões das políticas públicas que contribuem para a compreensão dos processos pelos quais estas são formuladas, implementadas e avaliadas: a) a dimensão institucional (*Polity*), que se refere "*à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo*" (p. 216); b) a dimensão processual (*Politics*), que é relativa aos processos políticos, "*freqüentemente de caráter conflituosos, no que se refere à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição*" (IBID); e c) a dimensão material ou dos conteúdos (*Policy*), que se refere "*aos conteúdos concretos, à configuração dos programas políticos, problemas técnicos e conteúdo material das decisões políticas*" (IBID).

Este autor destaca o caráter de interdependência entre estas variáveis, sobretudo nos casos de políticas setoriais novas, tais como a ambiental, onde tem havido um incremento significativo de novos atores que entram nessa disputa e negociação de interesses (ONGs, institutos de pesquisa ambiental, repartições públicas que trabalham com a preservação ambiental, etc.), reestruturando o processo político: "*a ordem política concreta forma o quadro, dentro do qual se efetiva a política material por meio de estratégias políticas de conflito e consenso*" (FREY, 2000, p. 217).

Assim, não apenas durante o processo de inserção de determinado tema na agenda das políticas públicas, mas também durante a implementação de um programa ou projeto a ela referente, é necessário um esforço para se obter cooperação entre os atores incumbidos de promovê-la, o que pressupõe uma abordagem decisória de natureza participativa e dialógica (HEIDEMANN, 2009).

No caso aqui apresentado, os principais atores não governamentais envolvidos com o tema da conservação e restauração de matas ciliares no contexto do PRMC são as próprias comunidades locais onde o Projeto foi implementado, ONGs e associações de produtores que se envolveram como "entidades executoras" do Projeto. Já as instâncias governamentais que se relacionam mais diretamente com o tema são a SMA/SP e a SAA/SP, que têm interesses historicamente entendidos como conflitantes. Esta compreensão tem se refletido na postura adotada por estas instituições até recentemente, sendo que o PRMC representa possivelmente uma das poucas tentativas de trabalho conjunto destas instituições.

A formulação e implementação de uma política pública nessa área demanda, portanto, uma capacidade, por parte de quem a propõe, de promover o diálogo entre estes diferentes atores e sua real participação nesse processo.

O diálogo aqui é entendido no sentido colocado por Bohm (2005), isto é, um processo que propicia a seus interlocutores rever seus referenciais, seus "pressupostos de raiz", a partir da disposição verdadeira em compreender o outro. Segundo este autor, os "pressupostos de raiz" são pressuposições profundas, formadas ao longo da experiência de vida das pessoas, e a partir das quais estas constroem seu senso de vida e de realidade. Por constituírem um alicerce tão profundo, que está ligado à cultura, as pessoas tendem a defender estas pressuposições com vigor quando desafiadas. O fato de pessoas conversarem não significa necessariamente que esteja ocorrendo um diálogo; as falhas de comunicação e desentendimentos culturais muitas vezes não permitem uma abordagem das questões de forma comum. O diálogo deve fomentar a capacidade de se desenvolver pensamento colaborativo e ação coordenada (ISAACS, 1993, *apud* ALVES *et al*, 2010).

Ao considerarmos as diferenças historicamente construídas entre as instâncias governamentais envolvidas no contexto do PRMC, bem como a falta de conhecimento, de confiança e os pré conceitos destas instituições entre si, e entre elas e os atores locais envolvidos no projeto, vemos que somente com uma disposição de todas as partes para se "desarmarem" e se envolverem num verdadeiro processo dialógico seria possível realizar a busca de objetivos compartilhados.

O estabelecimento destes processos dialógicos implica também na necessidade de abertura para a participação, pois o diálogo entre os diferentes atores somente será possível se houver espaços onde cada parte possa escutar e conhecer o outro, para depois poder revisitar seus pressupostos de raiz e buscar novas soluções que contemplem objetivos comuns. A participação, segundo Geilfus (1997), está relacionada ao grau de poder de decisão que as pessoas têm dentro de um processo, sendo que, para Demo (1988), a conquista da participação constitui um processo sempre inacabado, e portanto dinâmico, de autopromoção, emancipação e conquista de poder.

Ao considerarmos a questão da participação e do diálogo no contexto das políticas públicas, lembramos a afirmação de Santos (1995) ao apontar que, no processo de transição da modernidade para a pós-modernidade, será inevitável que as práticas políticas "velhas" (da democracia representativa e dos partidos) se ampliem e se consolidem em

diálogo e em partilha com as práticas políticas "novas" (da democracia participativa e dos novos movimentos sociais)[i].

Para este autor, durante o século XIX a comunidade foi reduzida a dois elementos abstratos; a sociedade civil, que seria uma agregação competitiva de interesses particulares, e o indivíduo, que seria o suporte da esfera privada e elemento constitutivo básico da sociedade civil[ii]. Contrariamente a esta redução do conceito e do potencial das comunidades, ao pensarmos o sentido da participação no contexto aqui abordado, o papel das comunidades pode ser refortalecido em sua constituição como comunidades interpretativas, constituindo peças fundamentais na construção de políticas públicas através do diálogo e da participação.

Analogamente à idéia colocada por Santos (1995) sobre a sociedade portuguesa, acreditamos que também no Brasil as sociedades são ricas "*em tecnologias familiares, tanto materiais como simbólicas, e em formas de sociabilidade face-a-face baseadas sobretudo no parentesco e na vizinhança* (IBID p. 99)". Isto está relacionado ao que Bourdieu (2001), Coleman (2000), Putnam (1996) e Ostrom (2001, 2000) dentre outros autores, têm chamado de capital social, que tem como idéia central o fato de que as relações sociais têm valor, e de que estas desempenham um papel fundamental nas possibilidades de desenvolvimento de comunidades, regiões, ou mesmo de um país.

Fomentar a participação de comunidades na formulação e implementação de políticas públicas por meio de processos dialógicos e participativos significa não apenas propiciar um processo de emancipação e aquisição de poder destas comunidades, devolvendo-lhes a possibilidade de contribuir para a definição de projetos de desenvolvimento em escalas locais e ampliadas, mas também aumentar a qualidade das políticas públicas construídas ao longo desse processo.

3. Parceria institucional e participação no PRMC: descrição do caso

A parceria entre a SMA/SP e a SAA/SP para a realização do PRMC foi uma proposta ambiciosa, na medida em que estaria lidando com uma relação complexa cujo histórico dificulta as possibilidades das duas áreas (agricultura e meio ambiente) trabalharem de forma cooperativa.

Conforme comentado anteriormente, esta parceria foi fortemente incentivada pelo Banco Mundial, o que, na leitura de alguns atores, foi entendida quase como uma

imposição deste órgão para viabilizar o financiamento do projeto. Por outro lado, no âmbito do PEMH, também financiado pelo Banco Mundial, a realização desta parceria não havia sido cogitada, o que gerou certo desconforto por parte de atores da SMA, no sentido de sentirem que eram obrigados a incluir a SAA em "seu" projeto, porém a situação inversa não havia ocorrido.

A lógica adotada inicialmente para o trabalho conjunto destas instituições foi incluir, dentre os critérios para a seleção das microbacias onde seriam implementados os projetos-piloto do PRMC, o de que estas microbacias já tivessem ações do PEMH. Embora a estratégia de trabalho conjunto tenha recebido aceitação por parte da coordenação de ambas as instituições, sua implementação enfrentou uma série de dificuldades.

Dificuldades relacionadas à cultura institucional

A dificuldade mais significativa foi possivelmente aquela que se refere às diferenças de missão de cada instituição ou, numa abordagem mais abrangente, às diferenças de cultura institucional, as quais foram citadas em entrevistas com atores-chave de ambas as instituições (SMA/SP e SAA/SP).

Dentre as principais questões que demarcam estas diferenças, podemos apontar a construção de uma visão sobre a SMA, por parte da SAA e dos produtores rurais, de que aquele é um órgão fiscalizador e punitivo, que essencialmente se opõe aos interesses dos produtores rurais, enquanto a SAA seria o órgão que defende estes interesses. Esta visão é claramente justificada pela atuação histórica da SMA, que teve de fato esse caráter muito mais punitivo do que preventivo e educativo. Nessa postura de "defesa" dos produtores rurais, a SAA é favorável a uma flexibilização na aplicação da legislação ambiental, pois considera que a aplicação desta legislação, tal como ela é hoje, não está adequada à realidade do campo, não é factível. Também defende que a atuação da SMA deveria ser mais educativa e menos fiscalizadora e punitiva.

A SMA, por outro lado, entende que cada flexibilização na legislação ambiental gera uma perda ambiental, de modo que as possibilidades de flexibilização são limitadas. A questão da reserva legal é o exemplo de um tema que está gerando grandes conflitos entre estas duas instituições, sendo que a SAA pressiona por flexibilizações quanto aos procedimentos de averbação e a SMA reafirma a necessidade de mantê-los tal como estão definidos atualmente.

Outra diferença de cultura institucional apontada pela SMA refere-se à dificuldade da SAA de pensar as áreas rurais com o plantio de árvores, porque historicamente suas equipes sempre foram treinadas para plantar espécimes alimentícios. A SMA também considera que a SAA tem dificuldade para compreender a necessária integração entre agricultura e meio ambiente, e de compreender que o conflito entre essas áreas não existe. Contrariamente, a SAA estaria adotando sempre uma postura de que têm que escolher entre o agricultor (e a produção agrícola), e o meio ambiente.

Por fim, a afirmação, feita por um ator-chave da SAA, de que "*a SAA tem um confronto histórico com a SMA, porque esta tem o meio ambiente como fim, e a SAA tem a agricultura como fim e o meio ambiente como meio*", ilustra bastante bem essas diferenças de cultura institucional, bem como a própria diferença de entendimento quanto à existência de conflitos entre estas áreas.

Dificuldades estruturais

Além destas dificuldades de cultura institucional, houve também questões estruturais que dificultaram a criação de um trabalho cooperativo entre as duas instituições.

Em primeiro lugar, a decisão de selecionar as microbacias para implementação dos projetos demonstrativos do PRMC onde já havia ações do PEMH, segundo entrevistas, não foi adequada, pois em algumas destas microbacias o PEMH não estava tendo sucesso em sua implementação. Este teve melhores resultados nos municípios do Oeste paulista, que têm maior vocação agrícola e portanto as prefeituras locais deram maior apoio ao Programa, enquanto em outros municípios havia dificuldades de integração entre a comunidade, os técnicos e as prefeituras, e assim a implementação do Programa estava enfrentando dificuldades. Neste sentido, as entrevistas indicam que teria sido um erro implementar o PRMC em localidades onde nem sequer o PEMH havia deslanchado.

Paralelamente, a SMA também enfrentava dificuldades estruturais para a implementação do PRMC, pois, não contando com equipe suficiente para a implementação do Projeto, contratou serviços terceirizados para a realização do trabalho em campo nas quinze microbacias durante os primeiros anos do Projeto. Essa rotatividade prejudicou o estabelecimento de relações de confiança no âmbito do PRMC, não apenas com os proprietários rurais que eram convidados a aderir ao Projeto, mas também com outros parceiros locais.

No âmbito da SAA também houve rotatividade, pois embora esta instituição tenha uma estrutura bastante grande, não contava com técnicos suficientes para fazer todo o acompanhamento do projeto em campo. Assim, nas microbacias em que havia este problema, eram celebrados convênios com as prefeituras para a contratação de técnicos, formando uma estrutura mista. Entretanto estas contratações freqüentemente tinham caráter temporário, fazendo com que esta instituição também sofresse o problema da rotatividade. Outro problema estrutural é que as Casas da Agricultura estão contempladas dentro da estrutura da CATI, porém em alguns lugares são híbridos (respondem à CATI e à Prefeitura), o que em alguns casos pode ter gerado conflitos internos de atribuições e de comunicação.

Ausência de diálogo inter e intra institucional

Uma terceira questão que influenciou a operacionalização da parceria entre a SMA e a SAA foi a capacidade da SMA de, ao introduzir um novo Projeto (o PRMC) no contexto de outro Programa já existente (o PEMH), buscar compreender e se adequar a esse contexto já existente no local. Na opinião da SAA, no processo de implementação do PRMC a SMA desconsiderou o que a CATI/SAA vinha fazendo, não tendo buscado o diálogo com esta instituição visando entender em que situação se encontrava o trabalho, quais dificuldades estava enfrentando, e qual era o planejamento para os próximos passos.

Em algumas microbacias, isto acentuou uma “disputa pelo público” entre os técnicos das duas instituições, isto é, os técnicos da CATI / Casas de Agricultura, que muitas vezes já tinham um vínculo com os produtores rurais antes do início do PRMC, sentiram seu espaço invadido com a chegada dos técnicos da SMA que vinham para trabalhar em função do PRMC. Segundo entrevistados de ambas as instituições, a postura dos técnicos nesse primeiro momento foi decisiva no sentido de estabelecer as condições para o bom funcionamento do projeto. Nos casos em que os técnicos da SMA construíram boas relações com os técnicos da SAA, o trabalho conjunto entre as instituições – e, conseqüentemente, a integração entre os dois programas (PRMC e PEMH) - foi sensivelmente mais produtivo do que nas microbacias em que esta relação foi conflituosa.

Outra dificuldade apontada foi quanto às possibilidades de se estabelecer relações de confiança com os proprietários rurais, por meio de um processo de educação ambiental que propiciasse seu envolvimento e comprometimento com o Projeto. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a inserção da educação ambiental no PRMC também resultou de um

direcionamento feito pelo Banco Mundial durante as negociações visando ao financiamento do Projeto. Assim sendo, a educação ambiental foi inserida no planejamento do PRMC sem que houvesse uma instância dentro da instituição (SMA) que pudesse assumir essa demanda adequadamente. O então Departamento de Educação Ambiental não tinha equipe suficiente para assumir essa atribuição, e em alguma medida a participação deste Departamento no PRMC foi entendida como uma demanda "extra", que vinha a se somar a todas as demais já existentes. Tendo outras prioridades, a atuação deste Departamento junto ao PRMC tomou o caráter de uma demanda paralela, não sendo inserida em seu planejamento estratégico. Assim, o componente 4 do PRMC (Capacitação, Educação Ambiental e Treinamento) foi planejado para ser executado por meio de serviços terceirizados, em cujo contexto o Departamento de Educação Ambiental assumia apenas a função de gerenciar esses serviços.

Isto reflete uma falta de diálogo entre as diferentes instâncias dentro da mesma instituição (SMA)[iii], sendo que, historicamente, a relação entre estas era praticamente inexistente, e os avanços gerados pelo PRMC neste sentido foram tímidos. Esta situação se agravava com as dificuldades estruturais na instituição, uma vez que praticamente não havia equipes (sobretudo na área de educação ambiental) para que estas instâncias interagissem, ficando a relação muito concentrada entre as gerências.

No que se refere à parceria SMA/SAA para viabilizar a implementação de um processo de educação ambiental e mobilização local, segundo a SAA, a SMA desconsiderou todo o trabalho que vinha sendo feito por esta instituição. No âmbito do PEMH, a SAA havia produzido um material didático que abordava o tema das matas ciliares, e que vinha sendo utilizado nas escolas de ensino fundamental, tendo realizado capacitações anuais com os professores das escolas nas microbacias onde o Programa havia sido implementado. Para a SAA, este era um público em potencial para se envolver na implementação do PRMC, pois já estavam familiarizados com o tema e tinham forte potencial para criar vínculos dentro das comunidades rurais. Entretanto, não foi estabelecida nenhuma interação entre a SMA e a SAA nesse sentido, sendo que a terceirização feita pela SMA no que concerne à educação ambiental - por meio da contratação de serviços para a elaboração de produtos tais como jornais e programas de rádio – foi feito, segundo a SAA, externamente à realidade das microbacias e aos processos em curso nesses locais.

Da mesma forma, durante as entrevistas com atores-chave destas instituições foi destacado que, ao longo da implementação do PEMH, foram formadas cerca de quinhentas associações de produtores rurais, que poderiam ter constituído um público prioritário para se envolver com o PRMC. Entretanto, estas associações tampouco foram consideradas como potenciais interlocutores no âmbito do Projeto, o que pode representar outra perda de oportunidade de gerar envolvimento dos produtores rurais com o PRMC.

Dificuldades para a participação

Estas lacunas no diálogo inter e intra institucional tiveram como uma de suas conseqüências gerar falta de clareza entre a CATI/SAA, a CBRN/SMA e a CEA/SMA quanto a suas atribuições, sobretudo no que se referia à responsabilidade por fomentar um processo contínuo e consistente de educação ambiental junto aos atores locais nas microbacias onde o PRMC foi implementado, que fosse capaz de gerar o envolvimento, a participação e a apropriação do Projeto por parte destes atores.

Entrevistas com atores-chave da SMA apontam que a participação dos produtores rurais ficou mais restrita a questões pontuais e operacionais referentes aos projetos executivos sobre as áreas a serem restauradas em suas propriedades, do que em relação ao Projeto como um todo e sua intenção de subsidiar a formulação de uma política pública para a restauração de matas ciliares no Estado. A justificativa apontada pela SMA para esta questão refere-se à escassez de tempo e de equipe para se realizar um diálogo mais profundo com os proprietários rurais, que pudesse abordar estes temas de forma contínua. Por outro lado, esta instituição reconhece que nas microbacias onde os extensionistas da CATI/SAA “funcionavam bem”, isto é, onde estes conseguiam estabelecer relações de confiança com os proprietários rurais, o PRMC também funcionou melhor. Isto indica que se a parceria SMA/SAA tivesse sido planejada e implementada de forma a contemplar uma aproximação institucional nos diversos níveis, os resultados quanto ao envolvimento dos proprietários rurais no PRMC poderia ter sido significativamente melhor.

No que se refere às entidades executoras, segundo entrevistados, em alguns municípios a relação destas instituições com a SMA tornou-se muito comercial e pouco cooperativa, sendo que em alguns locais houve oportunismo político e econômico, onde as entidades se colocavam apenas no papel de prestadoras de serviço, com baixo grau de compromisso com o projeto e mesmo chegando a atuar com desonestidade. Por outro lado,

nos municípios em que as entidades executoras eram mais enraizadas na comunidade e mais comprometidas com a causa ambiental e/ou com os agricultores, a relação funcionava de forma mais sinérgica.

Uma crítica levantada pela SAA quanto a esta estratégia de trabalho adotada pelo PRMC é a de que a contratação destas instituições para a execução dos serviços relacionados à restauração das matas ciliares no âmbito do Projeto não contribui para que as comunidades locais se envolvam e se comprometam com o projeto e que, contrariamente, a contratação dos próprios produtores rurais para realizar esses serviços seria mais adequada para gerar envolvimento e comprometimento com o projeto. Vale lembrar, entretanto, que era intenção do PRMC não apenas gerar envolvimento de parte dos produtores rurais, mas também de outros atores locais, tais como as entidades executoras - o que, de acordo com dados da pesquisa que embasou o presente artigo, foi parcialmente alcançado.

4. Considerações finais

O presente estudo de caso apontou uma série de dificuldades quanto à tentativa de se realizar um trabalho conjunto e sinérgico entre as duas principais instituições governamentais responsáveis pela agricultura e o meio ambiente no Estado de São Paulo, no que se refere ao tema de conservação e restauração de matas ciliares em áreas rurais. Entretanto, há também avanços neste contexto que são menos explícitos, porém não menos importantes e que merecem ser destacados.

O primeiro deles é reconhecermos que a disposição de ambas as instituições para realizar um trabalho conjunto - ainda que fomentada por um agente externo e essencialmente restrita aos níveis gerenciais - é meritória. Certamente falta avançar nesse sentido, mas o primeiro passo já foi dado. A partir de 2011 está prevista uma continuidade na parceria estabelecida, por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), que visa a contribuir para que cooperativas e associações de produtores rurais se apropriem de tecnologias e instrumentos para agregar valor a seus produtos e diminuir ou eliminar intermediários em sua comercialização, e ao mesmo tempo contribuir para buscar alternativas de geração de renda que sejam social e ambientalmente sustentáveis em áreas rurais com altas restrições ambientais. É preciso, de agora em diante, que a continuidade

desta parceria seja construída de forma a envolver todo o quadro funcional destas instituições, com a participação dos níveis gerenciais, técnicos e administrativos. De outra forma, este Programa provavelmente incidirá nos mesmos erros já cometidos, contando com uma parceria acordada entre as "cúpulas" das duas instituições, porém que será artificial para as pessoas que trabalham dentro delas nas diversas localidades do Estado, e nos diversos níveis funcionais.

As questões que têm gerado conflitos históricos entre estas instituições têm que ser objeto de diálogo entre estas pessoas, no sentido colocado por Bohm (2005), para que deste processo dialógico emerjam soluções compartilhadas. Se observarmos as colocações referentes ao PRMC, no sentido de que onde as relações entre os técnicos foram boas, a implementação do Projeto teve mais sucesso, vemos que a qualidade deste diálogo e a legitimidade da parceria estabelecida entre estas instituições também terá reflexos sobre as possibilidades de gerar envolvimento dos proprietários rurais no PDRS.

A primeira recomendação neste sentido é, portanto, que seja realizado um trabalho prévio ao início da implementação do Programa, envolvendo reuniões entre as duas instituições com a participação de todos os níveis do quadro funcional (gerencial, técnico e administrativo).

Para além disso, é preciso reconhecer que, de modo geral, os funcionários destas instituições não estão preparados para ter uma abordagem sócio-educativa junto a seus interlocutores (sejam estes produtores rurais, membros de ONGs ou outros) em seu trabalho cotidiano. Alguns o fazem melhor que outros, porém de forma muito intuitiva. Segundo o depoimento de um dos atores-chave entrevistados, "*Nenhuma escola (Universidade) prepara extensionistas... nós não queremos mais um técnico especialista, mas sim um articulador de políticas públicas, alguém que tenha uma visão mais ampla dos processos que ocorrem no local, saiba fazer o 'meio de campo', a interação e a integração entre as políticas públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais, para que chegue aos agricultores o que eles realmente precisam. Essa vivencia é o que faltou muito aos técnicos...*". Esta questão da formação dos quadros - que tem reflexos sobre as possibilidades de se desencadearem processos de educação, envolvimento e participação "na ponta" da política pública - precisa ser enfrentada seriamente, e não tratada como algo secundário como tem ocorrido sistematicamente em projetos governamentais que tratam de temas ambientais.

Este processo – tanto de diálogo interinstitucional com a participação de pessoas dos diferentes níveis funcionais dentro de cada uma delas, como também de formação destas pessoas para incluírem a dimensão sócio-educativa em seu cotidiano - deve ter em consideração, como coloca Santos (1995), que a diferenciação das funções e especialização das competências é uma armadilha criada pela sociedade moderna para manter as hierarquias e impor as formas aos conteúdos, por meio das "tecnologias do saber".

A expressão "tratar as pessoas com urbanidade", sendo o termo "urbanidade" utilizado como sinônimo de desenvolvimento, demonstra a imposição de formas de interpretação da realidade, neste caso desvalorizando o meio rural. Assim, cabe neste contexto a inserção de um processo dialógico que questione, por exemplo, as inúmeras formas de desenvolvimento possíveis: em que consiste o desenvolvimento? Em levar asfalto e internet a todos? Qual o valor do ar, da comida de qualidade, do espaço, da paisagem em seus diversos sentidos?

O que se propõe aqui é, ainda seguindo a linha de raciocínio de Santos (1995), que sejam desfeitos os monopólios de interpretação, dando lugar a diversas comunidades interpretativas. No caso aqui estudado, estas comunidades interpretativas podem estar constituídas dentro das instituições (tanto do Estado, tais como a SMA e a SAA, como em níveis locais, tais como prefeituras, ONGs e associações de produtores), nas comunidades rurais, e em intersecções entre diversos atores de cada uma delas.

É na valorização das diferentes tecnologias do saber, e da capacidade de cada um destes atores de interpretar o mundo que, por meio de um processo de diálogo, estas capacidades podem ser ampliadas e as relações entre estes atores fortalecidas, aumentando o capital social destas comunidades e sua capacidade de promover o desenvolvimento em relação aos temas que venham a estar em pauta.

Uma política pública que seja formulada e implementada com a participação de diversos atores, estando em conexão com os anseios das comunidades locais, em comum acordo com elas, e com a responsabilidade distribuída de maneira justa – em proporção ao acesso à informação e ao poder de cada indivíduo e instituição, deve ter melhores resultados do que aquelas formuladas e implementadas unilateralmente.

Conforme coloca Frey (2000), os processos de construção de políticas públicas são sempre dinâmicos e implicam em constante negociação entre os atores envolvidos, isto é, a inserção de um tema na agenda política em determinado momento não garante sua manutenção ao longo do tempo. Nesse sentido, a articulação entre diversos atores em torno

de uma política pública também cumpre a função de lhe conferir legitimidade e força para fazer com que esta se torne uma política de Estado[iv], não ficando à mercê das descontinuidades entre um governo e outro.

Dada a complexidade da questão ambiental, com os diferentes atores e interesses envolvidos, sobretudo no que concerne aos já citados conflitos históricos entre a agricultura e o meio ambiente, é necessário que se dê continuidade ao esforço de trabalho conjunto entre estas áreas, sendo que este pode representar uma forma inovativa de construção de políticas públicas, que pode vir a romper com idéias pré-estabelecidas sobre as possíveis formas de se promover o desenvolvimento.

Notas

[i] Santos (1995) faz este comentário referindo-se à realidade da sociedade portuguesa, da qual encontramos diversas semelhanças com a realidade brasileira no contexto abordado pelo autor, ao discutir as possibilidades desta, como sociedade semi-periférica, de realizar a transição do projeto de modernidade para a pós-modernidade.

[ii] Para Santos (1995), o projeto sócio-cultural instituído pela modernidade se assenta em dois pilares fundamentais, da regulação e da emancipação, sendo que cada um tem três princípios que se inter-relacionam com estes pilares, respectivamente: 1) Estado / racionalidade moral-prática; 2) Mercado / racionalidade cognitivo-instrumental; 3) Comunidade / racionalidade estético-expressiva. Para este autor, com a chegada do capitalismo liberal no século XIX explodem as contradições do projeto de modernidade: ao nível da regulação, a idéia do desenvolvimento harmonioso entre os princípios do Estado, do mercado e da comunidade colapsa e decompõe-se em: super desenvolvimento do mercado, atrofia da comunidade e desenvolvimento ambíguo do Estado, sendo nesse contexto que ele se refere à redução da idéia de comunidade.

[iii] As instâncias em questão eram, inicialmente, o Departamento de Educação Ambiental e o Departamento de Proteção da Biodiversidade e, após algumas reestruturações internas à SMA, passaram a ser a Coordenadoria de Educação Ambiental e a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, sendo esta última a principal responsável pela implementação do PRMC.

[iv] Heidemann (2009) diferencia as "políticas de Estado" das "políticas públicas", sendo que as primeiras teriam caráter particularmente estável e inflexível, e portanto o Estado teria que implementá-las independentemente dos governos eleitos em determinado momento histórico.

Referências bibliográficas

ALVES, D. M.G. *et al* (2010) . Em busca da sustentabilidade educadora ambientalista. Ambientalmente sustentable[JCR], v. 1, p. 7-35.

BOHM, D. (2005). *Diálogo*: comunicação e redes de convivência. São Paulo: Palas Athena.

BOURDIEU, Pierre (2001). "El capital social. Apuntes provisionales". *In: Capital Social*. HERREROS, F. & FRANCISCO, A. Zona Abierta 94/95 (2001).

COLEMAN, James (2000). *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.

DEMO, Pedro (1988) *Participação é conquista: noções de política social participativa* São Paulo, Cortez: Autores Associados.

FREY, Klaus (2000). "Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil". *Planejamento e políticas públicas*. N. 21, jun 2000. p. 211 – 259.

GEILFUS, Frans (1997). *80 herramientas para El desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*. San Salvador, El Salvador, IICA, GTZ.

HEIDEMANN, Francisco.G. (2009) "Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento". *In:* HEIDEMANN, F.G., SALM, J. F. (Orgs). *Políticas públicas e desenvolvimento*: *bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UNB.

OSTROM, Elinor & AHN, T. K. (2001). *A Social Science Perspective on Social Capital: Social Capital and Collective Action.* Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Indiana University (draft version).

OSTROM, Elinor (2000). *El Gobierno de los Bienes Comunes: La Evolucion de las Instituciones de Acción Colectiva.* Mexico City: Universidad Nacional Autónoma de México.

PUTNAM, Robert D. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Trad. Luiz Gilberto Monjardim. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas.

SANTOS, Boaventura de Souza (1995). *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade.* São Paulo: Editora Cortez 12ª edição.

SMA-SP (2007). *Projeto de Recuperação de Matas Ciliares – Manual Operativo.* Documento interno.

SOUZA, Celina (2006). "Políticas Públicas: uma revisão da literatura". *Sociologias.* Porto Alegre, ano8, n°16, jul/dez 2006, p.20-45.

_____(2003). " ' Estado de campo' " da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, n. 51, 2003. p. 15 – 20.

AGRICULTURA ORGÂNICA E NOVAS RURALIDADES: ESTUDOS DE CASO NO SUL DE MINAS GERAIS

Camila Guedes Codonho, UNICAMP
camilacodonho@gmail.com
FAPESP-Fundação De Amparo À Pesquisa Do Estado De São Paulo
GT1: RURALIDADES E MEIO AMBIENTE

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar de que maneira a agricultura orgânica tem congregado cada vez mais pessoas em torno de novas formas de ser e atuar no meio rural. Para tanto, explora-se estudos de caso em associações de produtores orgânicos no sul de Minas Gerais, onde encontramos o que denominaremos de "neo-rurais locais", ou seja, os que já viviam da produção no campo mas se converteram a um tipo de manejo ecológico e os "neo-rurais forasteiros", advindos de grandes centros urbanos em busca de um ideal de vida mais harmônico e sustentável em meio à natureza.

As associações selecionadas para a pesquisa encontram-se na Serra da Mantiqueira, na microregião de Pouso Alegre e são elas: Serras Verdes (município de Córrego do Bom Jesus), Orgânicos da Mantiqueira (município de Gonçalves), APANFÉ- Associação de Produtores Ecológicos de Maria da Fé e ECOMINAS- Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas (com sede em Pouso Alegre, congregando produtores de variadas cidades da região).

Como demonstrará o trabalho, são diferenciadas as motivações e ideologias que levam esses dois tipos de atores sociais a buscarem essas associações, que apesar de constituirem-se como *lócus* de negociações e disputas de múltiplas visões de mundo, possibilitam a convivência dessas pessoas em torno de objetivos comuns, como os de produzir ecologicamente e viabilizar a comercialização de sua produção de forma justa e sustentável.

Palavras-chave: sociologia rural, novas ruralidades, agricultura orgânica.

Apresentação

O estudo por mim realizado no âmbito do curso de doutorado em Ciências Sociais, e que aqui apresento sumariamente, surgiu da necessidade de compreender os processos sociais que vem acontecendo no campo em torno de uma produção agrícola considerada “alternativa” no contexto rural brasileiro. Para tanto, abordar o tema das novas ruralidades (Kayser, 1990; Carneiro, 2008; Wandereley, 2000) torna-se necessário para a análise dessas dinâmicas que congregam pessoas de origens diversas em torno de objetivos comuns.

Com este intuito, elegeu-se o sul de Minas Gerais, onde tais iniciativas têm surgido recentemente, ainda de forma tímida se comparado ao panorama agropecuário convencional da região, mas envolvendo um número crescente de atores socias que aqui tenho chamado de “neorurais locais” e “neorurais forasteiros”, cada qual trazendo consigo bagagens culturais distintas, que constituem o cerne desses grupos, com todos os seus conflitos, dificuldades e também progressos.

Compreender os antecedentes deste encontro, a partir das maneiras pelas quais esses atores exprimem e vivenciam a crise ambiental moderna em seus cotidianos, e de que formas equacionam essas diferenças é o eixo deste trabalho.

A emergência de uma “nova ruralidade” relacionada às atuais problemáticas ambientais

Recentemente, em uma época marcada pelos paradoxos da modernidade, temos testemunhado novas formas de viver e atuar no meio rural.

Segundo Giddens (1991), a modernidade trouxe consigo a familiaridade com um desastre ecológico eminente visto os numerosos riscos a que estamos reconhecidamente expostos. Nas próprias palavras do autor:

> "Danos ambientais irreversíveis de longo prazo podem já ter ocorrido, talvez envolvendo fenômenos dos quais ainda não estamos a par. Do outro lado da modernidade, como virtualmente ninguém na Terra pode continuar sem perceber, pode não haver nada além de uma 'república de insetos e grama', ou um punhado de comunidades sociais humanas danificadas e traumatizadas. Nenhuma força providencial vai intervir inevitavelmente para nos salvar, e nenhuma teleologia histórica garante que esta segunda versão de pós-modernidade não vai desalojar a primeira. O apocalipse tornou-se corriqueiro, de tão familiar que é como um contrafatual de vida cotidiana; e, como todos os parâmetros de risco, ele pode tornar-se real" (: 172).

No âmbito da sociologia, é sobretudo a partir das análises a respeito da condição da modernidade que se passa a contemplar mais detidamente as questões ambientais, vistas as conseqüências trazidas pela fé no progresso e na tecnologia que teria como função libertar a humanidade da servidão, o que de fato não se concretizou, trazendo ao contrário problemas até então inexistentes, como a escassez dos recursos naturais e sobretudo, a desigualdade na distribuição dos mesmos.

Assim, a sociologia ambiental surge apoiada no conceito de *risco*, sendo que este

> "passou a ocupar um lugar central na teoria social, já que dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck (1992 e 1999) e Anthony Giddens (1991) consideraram os riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves conseqüências, como chaves para entender as características, os limites e as transformações do projeto histórico da modernidade" (Guivant, 1998 apud Ferreira, 2009:42).

Segundo Ferreira (2009), a constatação desses problemas de certa forma impulsionou a sociologia a preencher suas lacunas teóricas que até então eram formuladas baseando-se na dissociação do mundo social em relação aos processos biofísicos, passando a incorporar esta relacionalidade em sua agenda de investigação, o que se evidencia nos diálogos interdisciplinares que se encontram no cerne de suas discussões.

Na tentativa de compreender essas novas realidades marcadas pelo temor em relação à segurança ambiental, para além das análises de risco (Giddens, 1991; Beck,

1998), as discussões teóricas que giram em torno dessa questão apontam, sobretudo no âmbito da Sociologia e Antropologia Rural, para um fenômeno denominado como "novas ruralidades".

A princípio, tais análises centravam-se em um suposto "fim do campesinato" devido à instauração da Revolução Verde, que promoveu um intenso êxodo rural e a substituição crescente da mão de obra humana por um pacote tecnológico que envolve desde maquinário agrícola até insumos químicos que visam um substantivo aumento de produtividade. Aliado a isto, no contexto brasileiro, a promulgação do Estatuto da Terra de 1964 contribuiu significativamente para a migração do homem do campo para as cidades.[1]

De fato, entre os anos 60 e 80, dados estatísticos mostram que este movimento de êxodo rural realmente aconteceu, porém, temos assistido atualmente a um declínio nesta estatística e novas formas de atuar e permanecer no campo.

Ao comentar alguns estudos que procuram compreender os processos sociais que vem acontecendo no campo atualmente, Maria José Carneiro (2008) aponta para um suposto "renascimento do rural" (Kayser, 1990), em que novos atores e relações se estabelecem desmanchando as fronteiras entre campo e cidade.

Segundo a autora, dados do PNAD-IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) demonstram que a partir de 1990, a população rural e de pequenas cidades interioranas passou a ter um crescimento de 1,1% ao ano contra 1,3% de crescimento anual da população em todo o país. Em algumas regiões este movimento de retorno ao campo é mais visível, como no estado de São Paulo. Vale lembrar que essa estatística vem acompanhada de outra, que aponta para uma taxa de crescimento anual de 6,1% ao ano de ocupações não agrícolas no campo.

De acordo com Graziano (1996), essas ocupações não agrícolas dizem respeito à transferência de indústrias das zonas urbanas para a zona rural de pequenos municípios.

[1] Com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei Número 4.504, de 30/11/1964), milhões de trabalhadores rurais, que antes sobreviviam sob o regime de colonato, residindo nas casas das propriedades rurais onde ofereciam em troca sua mão de obra nas lavouras, além de dividir parte da produção de suas roças de milho, feijão e outros cultivares com o dono da terra, foram maciçamente expulsos do campo sob a justificativa de que os custos econômicos dos direitos trabalhistas tornar-se-iam muito onerosos para os proprietários, que mantiveram apenas um número reduzido de funcionários devidamente registrados em suas fazendas, contratando sazonalmente mão de obra eventual, os chamados "bóias-frias" (Olinger, 1991).

Outro tipo de atividade não-agrícola desenvolvida no campo é a realizada pelos chamados "part-time", prestadores de seviço autônomos que exercem atividades relacionadas à suposta "urbanização" do meio rural[2] como jardineiros, empregadas domésticas, guias turísticos e trabalhadores de agroindústrias.

Neste contexto, atividades econômicas relacionadas à preservação do meio ambiente têm ganhado cada vez mais destaque. Assim, uma nova ruralidade ligada às estas questões converge com a preocupação mundial em equacionar os recursos naturais com o crescimento populacional desenfreado e os males trazidos pelos desequilíbrios ambientais.

Ao estudar as novas ruralidades nos campos franceses, Bernard Kayser (1990) já aponta para um novo perfil de moradores e produtores agrícolas. Assim, em um dos capítulos de seu livro "*La renaissance rurale. Sociologie dês campagnes du monde occidental***",** o autor compõe o perfil dos novos campesinos ou "neorurais" como majoritariamente oriundos das grandes cidades e em busca de um ideal de vida muitas vezes diferenciado dos que nesses locais viveram durante toda uma vida.

Essas pessoas têm em comum um perfil alternativo. Vem de uma classe média a alta e desempenham atividades mistas, tanto rurais quanto urbanas. São artistas, estudantes, professores, intelectuais e trabalhadores sociais em sua maioria. Sua posição questionadora em relação ao sistema capitalista e no caso francês, sobretudo após o maio de 68, faz com que busquem na zona rural uma espécie de "retorno à terra".

Nas palavras do autor, suas motivações para este movimento são as seguintes:

> "Le retour au désert, représenté comme um espace de non-civilisation... et le retour à la terre, à l'économie traditionelle, orinté par la redécouverte dês gestes traditionells et dês rythmes saisonniers" (: 171).

Normalmente, essas pessoas participam ativamente da vida política local, envolvendo-se nas eleições e associações comunitárias como forma de integrar-se à

[2] Muitas discussões eliminam esta dicotomia entre rural e urbano (Queiroz, 1973;1978; Carneiro, 2008), afirmando que estas são realidades que se interpenetram e complementam, idéia da qual sou partidária.

comunidade. Trata-se de estabelecer um sentimento de pertencimento ao local e de ser reconhecido como parte da estrutura social.

Enfim, o que leva essas pessoas a este movimento de retorno à terra é o *stress* com a civilização contemporânea movido por uma espécie de utopia comunitária.

Kayser afirma por fim que embora ainda minoritário, os “neorurais” são uma parcela populacional que não deve ser desconsiderada, visto o seu potencial transformador do meio rural.

De fato, a análise do perfil dos produtores das associações aqui estudadas encontra eco nas constatações de Kayser. Vindos das grandes cidades, os neorurais forasteiros normalmente tentam conciliar a experiência que adquiriram durante toda uma vida urbana com o ideal de se viver próximo à natureza, ideal que à propósito vem de tempos antigos, desde a crise ocidental em relação aos males trazidos pela Revolução Industrial.

Assim como a metrópole paulistana, de onde vêm grande parte desses “neorurais forasteiros”, moradores de Londres do século XVIII já se queixavam da poluição do ar causada pelas chaminés das indústrias. Segundo Thomas (1988), esta queda na qualidade de vida promoveu uma intensa valorização do campo, cujos moradores passaram a ser associados a um bom exemplo de saúde e moralidade que já não mais se encontrava nas cidades. Assim, os mais abastados sempre mantiveram uma casa com os devidos requintes urbanos na zona rural, onde passavam finais de semana e férias.

Os neorurais forasteiros desta pesquisa de certa forma compartilham deste sentimento que vem desde outrora. Normalmente, constituem-se de recém aposentados que já planejavam morar na casa de campo neste fase da vida, de profissionais com horários mais flexíveis, que podem conciliar seus compromissos de trabalho com a vida na zona rural e em alguns casos (poucos), jovens com alto grau de instrução que não se adequam ao modo de vida citadino e buscam um ideal de vida mais justo no campo.

De toda forma, o apelo ambiental não deixa de ser contemplado de diferentes formas e a partir de variadas vivências, na prática e no discurso dos produtores contemplados em minha pesquisa.

Enquanto que para os “neorurais forasteiros” a reflexão sobre o meio ambiente se inicia desde muito antes de sua decisão de morar e produzir no campo, a partir de uma escolha por uma alimentação mais saudável e a identificação da zona rural como *lócus* de recolhimento que proporciona uma vida mais salutar e tranqüila em meio à natureza, para os “neorurais locais”, esta análise e prática diferenciadas passaram a fazer parte de seus cotidianos recentemente, por meio da observação dos desastres naturais que têm ocorrido nos últimos tempos por conta dos desequilíbrios ambientais, por parte da pressão de órgãos que legislam com base nesses preceitos, como a Polícia Florestal e por exigência do próprio mercado, a partir das regras das certificadoras de orgânicos, às quais submetem a inspeção de suas produções.

Muitos desses produtores locais inclusive passaram a adotar o manejo orgânico como última alternativa de permanecer no campo, após o insucesso e altos gastos com lavouras convencionais. Assim, se no caso dos forasteiros a produção orgânica é um ideal que sempre esteve em seus horizontes, para os locais trata-se, em muitos casos, de uma última tentativa.

A região do sul de Minas: características agrícolas e conflitos ideológicos entre neorurais locais e forasteiros

O sul de Minas caracteriza-se, em termos agrícolas, por bolsões de agricultura convencional e intensiva, praticada tanto por grandes fazendas tradicionais quanto por pequenas propriedades familiares, que em grande parte dos casos se valem da pluriatividade para se manter no campo.[3] Assim sendo, em grande ou pequena escala, a lógica predominante é a da Revolução Verde, através da utilização de insumos químicos e maquinário no âmbito do ideário da reprodução capitalista, de produzir mais e com menos custo.

A chamada “segunda revolução verde” (Costa Neto, 1999) marcada pela utilização da biotecnologia como as sementes transgênicas nas plantações, também tem

[3] Segundo Carneiro (1999), a pluriatividade, em termos gerais, trata-se da composição da renda do agricultor e membros de sua família através de diferenciadas atividades, dentro e fora da zona rural, sem que com isto se perca o status de agricultor familiar.

sido bastante empregada nas lavouras da região, sobretudo nas de milho, cujas sementes nativas tem sido cada vez menos preservadas e armazenadas para as safras futuras, prática comum entre os agricultores familiares até bem pouco tempo atrás.

Nesse contexto, alguns pequenos núcleos de agricultura orgânica surgem como um elemento exógeno à lógica do local, sobretudo quando a iniciativa de produzir desta forma parte, além dos "de fora", de quem se espera iniciativas que não se enquadram ao que é considerado como mais correto, dos próprios sul mineiros, nascidos e criados "na roça", como dizem na região.

Segundo o depoimento de Antônio, produtor natural de São Sebastião da Bela Vista, seu vizinho até hoje não acredita que ele produz batata orgânica e enxerga suas práticas agrícolas com bastante desconfiança. Em suas próprias palavras: "ele acha que estou mentindo quando falo que não passo veneno, não acredita mesmo, mas eu digo que ele pode ir lá ver e se não quiser acreditar, não acredita".

Os comentários mais comuns endereçados aos produtores orgânicos são de que estes são desleixados, que deixam o "terreno sujo", cheio de mato. Existem até casos de incêndio proposital impulsionado por essa discordância. Este é o caso de Ana Rita, produtora de café orgânico em Santa Rita do Sapucaí. Originária de Ouro Fino-MG, Ana morou durante muitos anos em São Paulo, mas há mais de vinte anos resolveu voltar para Minas, trocando seu estável emprego em um banco para se aventurar no mundo rural.

Para o intento, comprou uma propriedade já formada com café convencional, que aos poucos converteu para o manejo orgânico, e vacas leiteiras, atividade que abandonou já há alguns anos. Nos últimos tempos, reservou uma área para reflorestamento através de um contrato com a SOS Mata Atlântica, que doou as mudas de árvores nativas para serem plantadas. No entanto, nos últimos quatro anos, dois incêndios já ocorreram na área, sendo o último ocasionado por uma vizinha que confessou estar queimando "uns ciscos de mato" no seu terreno, quando perdeu o controle do fogo. Segundo seu depoimento para os bombeiros, aquilo tinha sido sem querer, "mas também, a Ana Rita não devia deixar o terreno dela daquele jeito, todo sujo e cheio de mato", opinião repetida por seu neto que estava na cena.

Ana Rita relatou que mesmo os bombeiros fizeram o Boletim de Ocorrência errado, não apontando adequadamente as causas, querendo poupar a responsável pelo crime ambiental.

Os casos das várzeas, que são pela lei consideradas como APP (Áreas de Proteção Permanente) são ainda uma das principais causas de disputas entre vizinhos orgânicos e convencionais.

Os que optam por respeitar a lei, não limpam as várzeas, deixando a vegetação nativa crescer livremente oferecendo um rico habitat de reprodução da fauna e preservando as nascentes e cursos d'água. No entanto, as pessoas que optam por cultivar as várzeas têm sérios prejuízos econômicos com seus "vizinhos ecológicos", já que o acúmulo de água inunda suas lavouras de aveia e milho e entope seus drenos. Assim, ameaças são constantemente endereçadas a esses vizinhos, que sempre correm o risco de ter sua várzea queimada na época da seca, como já aconteceu com alguns produtores do universo desta pesquisa, além de serem considerados desleixados, assim como no caso de Ana Rita.

Isto posto, tais iniciativas ligadas à agricultura orgânica têm sido de forma geral fonte de desconfiança, preconceito e até mesmo sabotagem por parte dos locais praticantes da agricultura convencional, que se encontram em maior número na região.

Esta ideologia de uma agricultura convencional, "limpa e estéril", encontra-se bastante vívida inclusive entre os sul mineiros que optaram pelo manejo orgânico de produção recentemente. Diferentemente do que pregam as teorias de permacultura e agricultura orgânica, onde as ervas daninhas são chamadas de "ervas espontâneas" e a estética desejada é a da diversidade, têm se constatado, inclusive por meio das inspeções realizadas pela certificadora comum às quatro associações aqui estudadas, o IBD (Instituto Biodinâmico), que estes estão muito mais substituindo insumos convencionais pelos orgânicos do que incorporando o manejo orgânico em sua totalidade e ideologia[4].

É interessante notar, como aponta o historiador Keith Thomas (1988), o quanto o ideal de uma natureza domesticada, produtiva e simétrica, livre de animais não úteis imediatamente à subsistência e de ervas daninhas almejada pelos produtores rurais

[4] Tais advertências e informações foram obtidas, além de conversas com inspetores e pauta na reunião dessas associações, nos relatórios de inspeção do IBD.

dependentes da lavoura para sua sobrevivência se opõe à valorização de uma estética assimétrica, espontânea e protetora de animais e espécimes de plantas belas e úteis para a biodiversidade. Em seus estudos que se centram na Inglaterra dos séculos XVII, XVIII e XIX, o autor aponta que:

> "A prática de plantar cereais ou vegetais em linhas retas não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços escassos; também representava um meio agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado" (: 304).

E ainda:

> "Na própria Inglaterra, o gosto pelo agreste e pelo irregular seduzia mais os abastados que os pobres, que lutavam pela subsistência, ou os agricultores, que ainda batalhavam com a terra" (: 313).

No caso deste campo de pesquisa, nota-se que de fato, as lavouras e hortas dos neorurais locais, que sempre dependeram e até hoje dependem exclusivamente da renda do campo, são sempre bastante simétricas e livres de ervas daninhas se comparadas às lavouras dos neorurais forasteiros, elogioadas pela certificadora, mas não tão produtivas quanto às dos primeiros.

Um produtor da Ecominas em Pouso Alegre chega a fazer uso inclusive de nível de construção para compor seus canteiros da horta, bastante simétricos e alinhados.

Certa vez, cheguei a ouvir o comentário de um local de que as pessoas achavam que café orgânico tinha que ser "largado, no meio do mato", mas que ele não concordava com isto, que tinha que deixar as linhas "bem limpinhas, tudo bem bonito".

A respeito dessa diferenciação ideológica no que tange à preservação ambiental vivenciada por neorurais locais e forasteiros, foi mencionado por um agricultor local da Orgânicos da Mantiqueira, em Gonçalves, que uma das coisas que o deixa muito bravo é este "povo de fora" que critica o "povo da roça" de destruir a natureza. Ao relatar um

caso de uma conversa com um neorural forasteiro que comentava indignado sobre o corte realizado por seu vizinho de muitos pinheiros para a venda, ele disse ter tido uma séria conversa nesses termos:

> “Quando ele me falou isso, eu estava cozinhando um franguinho caipira na casa dele. Daí eu fechei a panela, pedi para a sua esposa trazer uma pinguinha e disse que a gente ía conversar sério. Falei para ele que quando um filho ficava doente ou acontecia alguma coisa ele ía no banco e tirava o dinheiro. Quando precisava de um pouco mais, vendia uma kitnete que comprou como investimento, mas o homem da roça não. A poupança do caboclo é em árvore, em gado, é um jeito de ter o dinheiro quando precisa. Disse que o proprietário, mesmo sendo convencional, não tem interesse em destruir a propriedade, mas que às vezes precisa vender umas árvores para sobreviver”.

Esta fala evidencia o quanto as relações de neorurais locais e forasteiros diferem quanto à lida com a natureza. No primero caso, considera-se a mesma como algo a ser domesticado pelo homem para sua utilidade e produz-se satisfatoriamente dentro desta lógica. No segundo, a natureza ao invés de serva passa a ser admirada por seu aspecto selvagem, mesmo que não possa ser domada para fins econômicos.

Diferenças simbólicas, pautadas na dependência econômica exclusiva da domesticação da natureza no caso de neorurais locais ou complementar, no caso dos neorurais forasteiros, são motivos que guiam concepções e práticas diversas no universo desta pesquisa.

Motivações, conflitos e múltiplas inteligibilidades: a visão de sul mineiros e forasteiros sobre a produção sustentável no campo

Como já apontado anteriormente, diferentes motivações levam pessoas de origens e históricos de vida igualmente diversos a se agregarem em associações de produtores orgânicos e ou ecológicos.

Pelo que foi observado até então, pode-se traçar um panorama geral desses “porquês” em optar por tal forma de produção.

Para os sul mineiros envolvidos neste processo, tal iniciativa foi tomada a partir de fatores como a observação dos males trazidos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, acompanhamento de programas de TV que abordam o assunto (como Globo Rural e outros), aplicação de uma legislação ambiental mais rígida, limitação no tamanho de suas propriedades, alternativa aos altos custos dos insumos agrícolas, dentre outras motivações que logo serão apontadas.

Munidos de vivências ambientais que se fazem presentes há gerações mesclados com práticas convencionais de produção, como a utilização de insumos e agroquímicos, podemos afirmar que pequenos produtores sul mineiros que optaram por uma vertente mais ecológica o fizeram sobretudo pelos seguintes motivos:

1)Pela limitação de tamanho de suas propriedades e condições topográficas incompatíveis com a mecanização; 2) Pela observação dos males que a aplicação de agroquímicos traz à saúde; 3)Pela observação dos preços compensatórios da produção orgânica, cujo manejo é compatível com a mão de obra familiar, em pequena escala; 4) Em alguns casos, como na cultura do morango na região de Pouso Alegre, pela eficácia de técnicas de controle biológico no combate às pragas e doenças (Mendonça, 2010); 5) Como última alternativa para permanecer no campo com atividades agrícolas, já que o alto custo dos agroquímicos já não mais permitia ganhos significativos.

Já os “forasteiros”, embora sejam mais bem informados sobre as regras da produção orgânica e estejam mais adequados a este tipo de manejo, são os que apresentam menor produtividade. A maioria está iniciando seus negócios e ainda não tira do campo sua principal fonte de renda.

Essas “pessoas de fora” por sua vez, trazem consigo em suas novas experiências no campo todo um arsenal ideológico que vão desde a simples contemplação da natureza até convicções religiosas, participação em movimentos ambientalistas, formação acadêmica, teorias alternativas de agricultura e consumo de alimentos saudáveis até o ensejo de obter uma melhor remuneração em relação à agricultura convencional[5].

[5] Essas ideologias serão melhor exploradas durante a pesquisa. Por agora, posso apenas afirmar que reconheço as diferentes vertentes de agricultura orgânica e procurarei aprofundá-las em trabalhos posteriores.

Todos esses elementos muitas vezes ocorrem concomitantemente, podendo uma pessoa ter optado por um manejo ecológico de sua propriedade tanto por motivos ideológicos quanto religiosos e financeiros. Normalmente, essas pessoas possuem empregados e uma visão mais empresarial em relação às suas atividades, fruto de experiências vivenciadas anteriormente na cidade.

De uma forma geral, são estes que têm estimulado a fundação de cooperativas e associações certificadas que organizam a produção e a venda de produtos orgânicos. As reuniões dessas organizações têm se mostrado extremamente frutíferas, pois representam um *lócus* onde a convergência e divergência de ideologias ganha espaço. No entanto, a participação desses forasteiros no espaço rural sul mineiro nem sempre é vista com bons olhos. Tenho conhecimento, por exemplo, de produtores locais que optaram por sair da Ecominas por julgarem inadequada a participação de pessoas que não praticavam a agricultura familiar, fazendo uso de mão de obra assalariada, tendo muito mais um perfil de empresário do que de produtor rural.

De maneira geral, as motivações que levam esses neorurais forasteiros a optarem por uma agricultura ecológica na região podem ser resumidas da seguinte forma:

1)Idealização de um contato mais íntimo e harmonioso com a natureza; 2) Participação prévia em movimentos ambientalistas; 3) Convicções religiosas que preconizam a importância de uma vida em harmonia com a natureza; 4) Identificação com técnicas alternativas de produção agrícola como agricultura biodinâmica, civilização yoko, agricultura natural, permacultura, etc; 5) Identificação dos riscos alimentares encontrados em produtos não advindos da agricultura orgânica; 6) Reconhecimento do retorno financeiro viável promovido por este tipo de manejo agrícola; 7) Impossibilidade de implantar a mecanização em suas propriedades.

Como já mencionado anteriormente, as pessoas de fora que se aventuram em uma vida de produção no campo trazem consigo experiências anteriores que norteiam suas ações e permitem que ofereçam novos elementos e alternativas a uma produção agropecuária mais sustentável, viabilizando a formalização dessas iniciativas e a comercialização desses produtos nos grandes centros urbanos, de onde vieram e onde ainda mantém relações sociais.

Assim, as associações das quais participam não demoram muito a tomar um perfil mais organizado, com base nos princípios da administração voltada para a produção e para o comércio. Quando este projeto se viabiliza, através da venda conjunta

dos produtos das associações, estes neorurais se estimulam e permanecem nas atividades agrícolas com afinco, apesar das dificuldades técnicas encontradas.

Nos casos onde isto ainda não ocorre, como na Ecominas em que um comércio conjunto ainda não foi viabilizado, é crescente o número de neorurais forasteiros e até mesmo locais que têm desistido, ao menos temporariamente, das atividades agrícolas. A alegação para esta pausa tem sido a de que os gastos com a atividade têm sido maiores que os ganhos e que precisam de tempo para se capitalizar. Assim, muitos saem da certificação mas dizem continuar com a mesma ideologia orgânica e prometem voltar assim que conseguirem uma produção mais consistente com vendas garantidas.

De forma geral, nos casos em que se viabiliza a venda conjunta nas associações, pode-se dizer que os neorurais locais são os principais responsáveis pelo fornecimento de produtos em quantidade e frequência, ao contrário dos neorurais forasteiros, não tão constantes no fornecimento dos produtos mas hábeis na comercialização, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Assim, entre diferentes motivações, ideologias e formas de lidar com a produção agrícola e com o meio ambiente, essas pessoas encontram-se unidas em constante diálogo e negociações simbólicas no intuito de viabilizar um objetivo comum, que é o de viver a partir de sua produção orgânica.

Referências Bibliográficas

BECK, U. Risk Society. Towards a new modernity. Sage Publications. London. Thousand Oaks. New Delhi, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. “Rural” como categoria de pensamento. In: Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vol. 2, n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2008.

CODONHO, Camila Guedes. Dos saberes tradicionais às atuais problemáticas ambientais: novas configurações e estratégias rurais no sul de Minas. Paper apresentado no ST 19: Metamorfoses do rural contemporâneo”, 34ª ANPOCS, Caxambu: 2010.

Censo Agropecuário, 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

DUPUY, J.P. Introdução à crítica da ecologia política. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

FERREIRA, Leila da Costa. Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Editora UNESP: São Paulo, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracaju: Sober, vol. 2., 1996.

GUIVANT, Júlia.Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. In: BIB/ANPOCS. N.46. 2º semestre, 1998.

ILICH, I. A convivencialidade. Publicações Europa-América: Lisboa, 1976.

KAYSER, Bernard. Néo-ruraux. In: La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin Éditeur, 1990.

NETO, Canrobert Costa. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. . In: Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

OPHULS, W. Ecology and politics of scarcity. W.H. Freeman and Company: San Francisco, 1977.

PAEHLKE, Robert C. Enviromentalism and the future of progressive politics. New Haven & London: Yale University Press.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n.15, outubro, 2000: 87-145.

MEIO RURAL DA BACIA HIDROGRÁFICA CORUMBATAÍ: INTERDISCIPLINARIDADE, USO E CONSERVAÇÃO

Comin, Fabio H; Gheler-Costa, Carla; Garavello, Maria Elisa P. E. - ESALQ/USP

comin@esalq.usp.br, cgheler@gmail.com; mepegara@esalq.usp.br

Resumo

O complexo da Bacia do Corumbataí é um agroecossistema onde as alterações sofridas nos processos de uso e ocupação do solo causam danos ambientais diretos e inevitáveis no seu conjunto. Os estudos ecológicos feitos em agroecossistemas priorizam os remanescentes florestais, a hidrologia e as matas ciliares, a matriz agrícola, a fauna e suas relações e, muitas vezes inserem a população rural como causadora dos danos ambientais, seja pelas práticas agrícolas inadequadas ou pela degradação ambiental provocadas pelo uso indiscriminado dos recursos. Com intuito de conservar ecossistemas de interesse, muitos trabalhos de cunho ecológico propõem como alternativas o fortalecimento de políticas públicas, corredores florestais, educação ambiental ou o cumprimento das leis ambientais. No entanto, sem incluir o entendimento da população rural sobre os elementos naturais, não há como garantir a conservação na prática. Uma vez que consideramos as comunidades rurais dos agroecossistemas como as protagonistas das ações de conservação, focalizamos neste estudo a necessidade de sua inserção nas propostas de conservação, considerando-as como elemento integrante do todo. Através de método interdisciplinar assumimos o caráter utilitário do conhecimento rural, e de como esses conhecimentos podem ser incorporados às propostas de conservação para enfrentar a atual crise "ecológica" na bacia. Os resultados revelam que estudos sobre o conhecimento rural são de extrema relevância para compreender a relação do homem com a natureza nessas áreas e que o saber local é compatível com o saber "ecológico". Por serem complementares podem

indicar novas formas de entendimento da biodiversidade, além de orientar estratégias para conservação dos recursos naturais no campo.

Palavras-Chave: agricultura familiar, interdisciplinaridade, conservação, código florestal

> *"O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendencias futuras" (Dufumier, M. Les projets de développement agricole – Paris: CTA-Karthla, 1996)*

Este artigo analisa especificamente as inter-relações entre o meio rural e o meio natural na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí no estado de São Paulo, e é parte integrante de um subprojeto que tem como linhas de pesquisas as Ciências Sociais, Agroalimentares e Ambientais, onde focaliza as interações entre os homens, os produtos alimentares e os territórios, com vistas ao equilíbrio das relações entre as comunidades, à alimentação e o meio ambiente (Projeto Temático de Pesquisa "Mudanças Socioambientais no Estado de São Paulo e Perspectivas para a Conservação" do programa Biota/FAPESP, processo nº 06/60954-4).

Historicamente a produção de alimentos básicos no Brasil está associada à agricultura familiar. Atualmente vigora um novo olhar sobre essa produção quando entram em cena três outros componentes: a produção de cana-de-açúcar, a conservação ambiental e as mudanças no código florestal. Dicotômicos entre si, eles parecem não influenciar diretamente no modo com que a população rural percebe as perdas ao meio ambiente.

A partir dessas considerações observamos que a agricultura familiar na bacia do Corumbataí tem se modificado, assumindo diferentes configurações e variando segundo o tamanho das propriedades, tipos de produções e relações diferenciadas que essas têm com o ambiente natural. Nesse sentido, realizamos um levantamento nesta região, que é composta por um agroecossistema onde a matriz agrícola é dominada por pastagens (VALENTE, 2001) e pequenas propriedades produtoras de alimentos para auto-consumo quem vem cedendo espaço para outras culturas agrícolas como a cana-de-açúcar (MARINO, 2006, COMIN, 2009).

À luz dessas considerações, podemos sustentar que a atividade, o conhecimento e a vivência do pequeno produtor rural são de fundamental importância para a sua manutenção

no campo, e para a conservação dos recursos naturais na região. As hipóteses que norteiam esta pesquisa atentam para o desenvolvimento e a conservação ambiental, remetendo-nos à figura do produtor rural como ator importante nesse processo e como agente na facilitação das pesquisas interdisciplinares.

Área do estudo

A área de estudo deste trabalho ocorre na depressão periférica do centro-leste do estado de São Paulo, em um espaçado mosaico de cerrados, matas em faixa de calcários, terras roxas e emergências rochosas das *cuestas* na região de Rio Claro (AB'SABER, 2003). É nessa região que está inserida a bacia hidrográfica do Rio Corumbataí, que apresenta em sua área de drenagem cinco sub-bacias: Alto Corumbataí (31.801,68 ha), Médio Corumbataí (29.316,60 ha), Baixo Corumbataí (28.724,84 ha), Ribeirão Claro (31.801,68 ha) e Passa-Cinco (52.757,60 ha) (VALENTE, 2001).

A bacia do Corumbataí e sua paisagem como objeto de estudo

Em meados do século XVII, a região da bacia do Rio Corumbataí teve seu processo de uso e exploração iniciados pelas tropas de mula que vinham de Sorocaba (SP) e rumavam para o sertão de Araraquara (SP) e Sul de Minas Gerais. Nessa época partes destas terras eram cobertas de campos cerrados, de solo arenoso e leve, pontilhado de arbustos e árvores, no entanto a maioria era coberta por floresta (DEAN, 1977).

Dean (2003) considera que o ciclo da cafeicultura sucedido pelo crescimento industrial e pela expansão da malha ferroviária foram os principais responsáveis pela derrubada da cobertura florestal no estado de São Paulo. Os registros das atividades rurais para essa região, desde 1818, mostram que tudo teve início com simplórias atividades pecuárias, posteriormente, a cultura de milho e a cana-de-açúcar nos anos de 1830 e a cultura cafeeira na década de 1850 (DEAN, 1977). Passado mais de um século, a partir da crise do café em 1929, o ciclo cafeeiro foi perdendo expressão sendo definitivamente substituído pela pecuária na década de 1950, sucedido pela cana-de-açúcar em 1960 (GARCIA, 2000). Atualmente, com uma paisagem agrícola marcada por propriedades rurais com canaviais, fruticultura, eucaliptais, pastagem implantada e remanescentes de vegetação nativa, a bacia se caracteriza como um agroecossistema. Para Odun (1987), um

agroecossistema é um sistema ecológico e sócio-econômico onde o ser humano atua como administrador e consumidor. Segundo Ferraz (2003), agroecossistema pode ser definido como entidades regionais manejadas com o objetivo de produzir alimentos e outros produtos agropecuários, elementos bióticos e abióticos do solo, rede de drenagem, áreas de vegetação nativa e vida silvestre.

As transformações de um ecossistema natural em um agroecossistema resultam na redução da biodiversidade causando conseqüências diretas e inevitáveis no seu conjunto. Assim, a supressão de áreas naturais à custa de quase três séculos de desenvolvimento, proporcionou à bacia do Corumbataí um processo de fragmentação da vegetação natural que têm sido tratado como um sério problema na conservação da biodiversidade.

Diagnóstico e trabalho de campo

A escolha das propriedades visitadas ocorreu de forma direta, cujo principal fator para realizar o trabalho foi encontrar moradores/proprietários que demonstrassem interesse e estivessem dispostos a colaborar com a pesquisa sugerida. Como categorização prévia, buscou-se encontrar as propriedades agricultura familiar que tinham alguma relação com a rede hidrológica, com os remanescentes florestais, matas ciliares e áreas de preservação permanente (APP), a fim de explorar com maior profundidade suas relações com esses elementos da paisagem. Isso foi feito com o auxílio de imagens e mapas da bacia hidrográfica (VALENTE, 2001), e com o auxilio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral dos municípios da bacia.

A definição de agricultura familiar adotada neste artigo é dada pela compreensão das estruturas ou segmentos econômicos, políticos ou científicos que tratam do tema. Desse modo, entendemos que agricultura familiar é caracterizada quando a família proprietária dos meios de produção assume os trabalhos no estabelecimento produtivo. Trata-se evidentemente de uma simplificação dada as limitações para adoção de uma ou outra classificação feita por diferentes autores ou instituições (GONÇALVES; SOUZA 2005; GUANZIROLI; CARDIM 2000; CARMO 1999). Foram classificados como agricultores familiares os estabelecimentos rurais que atendiam as seguintes condições: (i) a gestão do estabelecimento era exercida pelo produtor, (ii) o produtor deveria residir na propriedade, e (iii) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado.

Através de método que une as ferramentas das ciências sociais e os preceitos ecológicos em questão, entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas na primeira etapa do trabalho de campo tendo como proposta:

a) Identificar os produtores familiares;
b) Fazer um levantamento da situação agrícola, sócio-econômica e ecológica dos produtores;
c) Identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados, atentando para suas práticas e técnicas sociais e economicas, e seus principais problemas;
d) Avaliar a produção e o autoconsumo de alimentos;
e) Identificar as relações dos produtores com o elemento ecológico "água na propriedade" e os determinantes ou entraves nessa relação.

As análises preliminares dos estabelecimentos agrícolas no município de Corumbataí revelaram a existência de 626 estabelecimentos rurais dos quais 156 possuem até 4 módulos fiscais, sendo apenas 84 destinados à agricultura familiar. Destes, apenas 36 residem na propriedade e 20 forneceram informações para a pesquisa sugerida. Apesar de apenas 13% dos agricultores familiares ainda residirem na terra, representam um grupo importante para a conservação, tendo em vista que quaisquer práticas de conservação têm relação direta com esse público e com a forma com que percebem o ambiente. Quanto aos elementos que apontam para seus conhecimentos "ecológicos" e como estes se aproximam do conhecimento científico, podemos citar: seus saberes a respeito da sazonalidade e biodiversidade de fauna de vertebrados (peixes, aves e mamíferos), suas intrincadas relações com os recursos hídricos, sua agro-bio-diversidade (diversidade genética), sua vivência e o conhecimento do histórico de mudanças no uso do solo e das práticas de cultivos. São esses conhecimentos que evidenciam que a população rural deve ser considerada como elemento integrante dos programas, pesquisas e políticas públicas conservacionista.

Sociedade e Natureza, interfaces da conservação na bacia do Rio Corumbataí

Os trabalhos de cunho ambiental mostram uma bacia bastante comprometida quanto à conservação de recursos naturais (KAGEYAMA, 1986, RODRIGUES, 1991, KOFFLER, 1993, BERTANI, 2000, MAMEDE-COSTA et al., 2000, BRITO, 2001, IPEF,

2001, VALENTE, 2001, TOZZETI, 2002, FISHER, 2003, DOTTA, 2005, GERHARD, 2005, BASILE, 2006, MARINO, 2006, GHELER-COSTA; 2006, HULLE, 2006, PENTEADO, 2006, VETTORAZZI, 2006). Com uma abordagem ecológica, esses estudos revelam que a bacia Hidrográfica é altamente antropizada e sua paisagem é um grande mosaico formado por áreas cultivadas e fragmentos de vegetação nativa. Estes estudos enfatizam a importância da conservação, contudo, faltam esforços de comunicação e participação de cunho interdisciplinar, que poderiam contribuir para a conservação na prática (FRITZGERALD; STRONZA, 2009).

Segundo With (1997), as pesquisas como foco na conservação podem ser agrupadas em sete tópicos: manejo e conservação; ameaça à biodiversidade; biodiversidade e status das espécies; ecologia das espécies; modelagem e análise de populações; abordagens genéticas e moleculares; avaliação de risco e política. Os resultados dos estudos em qualquer uma das linhas temáticas acima, permitem gerar teorias ecológicas e influenciam na formulação de políticas ambientais.

Poderíamos então dizer que o ambiente é enxergado por muitos cientistas como biólogos, engenheiros, ecólogos, entre outros, a partir dos resultados das interações entre os ambientes naturais, mas não a partir dos significados culturais construídos, representados, classificados e utilizados socialmente pelas populações dos agroecossistemas. Da mesma forma, muitas vezes esses profissionais indicam que é a comunidade local que agiu ou continua agindo como degradador, e a partir disso, calcados nos resultados específicos de seus estudos, intensificam a necessidade de conservar a área. Gómez-Pompa (2000) coloca que existe uma tendência dos conservacionistas em ver o valor estético, biológico e ecológico da paisagem, mas não vêem necessariamente as pessoas. Para Guha (2000) os cientistas da conservação demonstram impaciência marcante em relação aos agricultores e habitantes das floretas, considerados obstáculos ao livre progresso do conhecimento científico. Sarkar (2000) argumenta que se o objetivo da conservação é a diversidade biológica, o cuidado com o habitat inteiro é mais importante.
Smith et al. (2000) colocam que algumas linhas de pensamento defendem que pequenas sociedades são conservadoras ou mesmo criadoras de biodiversidade, entretanto outras as colocam como modificadoras do ambiente. Embora ainda exista um rico debate na literatura, a maioria dos pesquisadores reconhece que o contexto social e seus impactos na conservação são fatores críticos. De certa forma, nos agroecossistemas, essas abordagens também devem prevalecer, uma vez que muitos dos habitats que vêm conservando a hidrologia e a biodiversidade são de fato estágios de um processo dinâmico e contínuo de

uso. É notório que nesses ambientes existe uma relação peculiar entre sociedade, cultura e natureza, e na bacia do Corumbataí não é diferente, como vimos essa relação data desde o século XVII.

Este estudo aponta que os produtores rurais da bacia do Corumbataí também devem ser considerados como elemento integrante de quaisquer práticas conservacionista, e o reconhecimento desse papel central aperfeiçoariam nossa habilidade para conservar a natureza. Concordamos com Jacobson et al. (1998) quando comenta "que as pessoas são o início, meio e fim de todas as questões de conservação", e também com Gichuki (2000) quando sugere que a participação da comunidade na proteção do seu próprio ambiente e na conservação dos recursos é uma estratégia crucial para reduzir a perda da biodiversidade e garantir sua funcionalidade.

Entre outros, Primack; Rodrigues (2001) comentam que a crise da biodiversidade tem origem na pressão exercida pelo homem na natureza, e dessa forma, a biologia da conservação deve incorporar as idéias e percepções das pessoas sobre o ambiente fornecidas pelas ciências sociais e a antropologia em particular. Nessa linha, Drew (2006) coloca que a biologia da conservação e as ciências sociais precisam se comprometer intelectualmente uma com a outra para identificar interesses de pesquisa em comum, criando uma visão interdisciplinar. Adotando essa linha de raciocínio, propomos que as pesquisas de cunho ambiental em agroecossistemas não sejam apenas estudos aplicáveis à conservação da biodiversidade ou uma mera reprodução de teorias ditadas pela ciência, mas que tenham foco na conservação de modo integrado a outros campos da ciência e com a real inclusão das pessoas do local. Há que compreender o todo para conservar o todo, pois, se o todo não está em bom estado é impossível que as partes se portem bem.

Integrando disciplinas: uma proposta interdisciplinar para a bacia do Corumbataí

O exposto até o momento levou à reflexão sobre a inadequação dos enfoques técnicos-científicos dominantes no campo da conservação dos recursos naturais, que não incorporam as dimensões humanas nos processos de conservação da diversidade biológica. Kuhn (1970) já atentava para o enrijecimento das ciências aplicadas, aonde a imposição de conceitos vinha imperando com independência diante do contexto social. Para Leff (2002), a articulação interdisciplinar consiste na importação de conceitos e paradigmas, ou na aplicação de objetos teóricos de um campo de conhecimento ao outro. O próprio Leff (2004) comenta que a relação entre o saber local e os conhecimentos modernos, envolve

um conjunto amplo de articulações e hibridações de formas de assimilação, espoliação e dominação entre os sistemas de saberes e técnicas tradicionais, e as ciências de tecnologias modernas. Essa compatibilidade entre as ciências para Raynaut (2004) pode e deve ser entendida como ciência interdisiplinar, que é sempre um processo de diálogo entre disciplinas firmemente estabelecidas na sua identidade teórica e metodológica, mas também, conscientes de seus limites e do caráter parcial do recorte da realidade sobre a qual operam.

Segundo Jacobson et al. (1998) e Fitzgerald (2009) a compreensão da dimensão humana promove habilidades para responder à variedade de interesses sociais, científicos e políticos na conservação da natureza. As dimensões tratadas por Jacobson seriam: as atitudes, os valores, o comportamento, as características sócio-econômicas, a demografia, entre outras razões, que devem integrar as ciências sociais e a ecologia para a interdisciplinaridade da conservação. Para Fitzgerald as soluções para a crise de biodiversidade no campo serão geradas a partir do trabalho conjunto entre conjunto de cientistas naturais e sociais. Isso significa dizer que o conhecimento e os métodos das ciências sociais quando incorporados aos estudos ecológicos podem aumentar as habilidades e transformar a ciência da conservação, pesquisando empiricamente o papel do sistema social sob o sistema natural e vice-versa.

Ainda que alguns trabalhos caminhem nesta direção, como os estudos etnoecológicos, não existem nos estudos em agroecossistemas uma ponte que una componente humano e conservação. Para a região estudada, não há, *a priori*, respostas para estes questionamentos, mas acreditamos que o desafio em conservar a biodiversidade está no balanço entre as metas ecológicas e as necessidades sociais, econômicas e políticas, havendo urgência na integração entre a comunidade local, pesquisadores e governança.

Agradecimentos

Os autores agradecem a FAPESP pelo auxílio de pesquisa, ao CNPQ pela bolsa concedida e ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada (CENA/ESALQ/USP). Aos responsáveis das Casas de Agricultura (CATI) da bacia Hidrográfica do Corumbataí e principalmente às famílias do campo.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. **Os Domínios da Natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editora, 2003. 159p.

BASILE, A. **Caracterização estrutural e física de fragmentos florestal no contexto da paisagem da bacia do Rio Corumbataí**. 2006. 70 p Dissertação (Mestrado na área de Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.

BERTANI, D. F. **Análise da estrutura e dinâmica de uma comunidade de espécies arbóreas em um fragmento de floresta ribeirinha em Ipeúna, SP**. 2000. 70p. Dissertação (Mestrado Ciências Florestaia) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2000.

BRITO, C.M.S.; **Estudo Exploratório da distribuição espacial dos fragmentos florestais na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí – São Paulo**. 2001. 89p. Dissertação (Mestrado Ciências Flrestais) Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Hidráulica. Universidade de São Paulo, 2001.

CARMO, R.B.A. A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira 1999 Disponível em http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober. Acesso em junho 2009.

COMIN, F. H et al. **Relações e Conflitos na Bacia na Conservação Ambiental da Bacia do Rio Passa-Cinco, São Paulo Brasil.** OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil, 2009.

DEAN, W. **A Ferro e fogo** – A História e a devastação da Mata Atlântica. Companhia das Letras, São Paulo, 3 ed. 2003.636p.

DEAN, W. **Rio Claro:** Um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 205p.

DOTTA, G. **Diversidade de mamíferos de médio e grande porte em relação à paisagem da Bacia do Rio Passa-Cinco, São Paulo.** 2005. 116p. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2005.

DREW, J.A.; HENNE, A.P. Biologia da Conservação e Conhecimento Ecológico Tradicional (TEK): integração de disciplinas acadêmicas para uma melhor prática de conservação. **Ecology and Society.** New York, v 11, n 2, p 34, 2006.

FISHER,E.G.; **Proposição e aplicação de metodologia de gerenciamento integrado dos rios Corumbataí e Passa Cinco.** 2003. 148 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2003.

FONSECA, G.A.B.da; HERRMANN, G.; LEITE, Y.L.R.; MITTERMEIER, R.A.; RYLANDS, A.B.; PATTON,J.L. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. n 4. **Coservation International e Fundação Biodiversistas**. Belo Horizonte, 1996. 38p.

FOUREZ, G. **A Construção Das Ciências:** introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". 1995. 319p.

FRISCH, J. D. **Aves brasileiras.** São Paulo: Dalgas-Ecoltec Ecologia Técnica e Comercio,1981. 353p.

FITZGERALD, L.A; STRONZA, L.A. **Applied Biodiversity Science: bridging Ecology, Culture, and Governance for Effective Conservation**. INTERCIENCIA, vol. 34 n.8 2009.

GARCIA, L.B.R. **Ocupação e desenvolvimento econômico em função da paisagem da bacia do Rio Corumbataí: séculos XVII a XX:** atlas ambiental da bacia do Rio Corumbataí (2000). Disponível em: http://www.re.unesp.br/igce/cealp. Acesso em: 16 julho. 2005.

GERHARD, P.; **Comunidade de Peixes de Riacho, em função da paisagem do Rio Corumbataí, Estado de São Paulo.** 2005. 241p. Dissertação (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas)- Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2005.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>. Acesso em 25 jul. 2010.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html

GHELER-COSTA, C. **Distribuição e Abundancia de pequenos mamíferos não-voadores, na Bacia Hidrográfica do Rio Passa Cinco**. 2005. 90 p Dissertação (Doutorado em Ecologia Aplicada)- Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2005

GHUA, R. O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo. In: DIEGUES, A.C. (Org) **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupab-USP, 2000. 290p.

GICHUKI, C. M. Community participation in the protection of Kenya's wetlands. **Ostrich**. San Diego, v.71 n1-2, p 122-125, 2000.

GOMEZ-POMPA, A. e KAUS, A. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A.C. (Org). **Etnocosnevação –** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, Hucitec/Nupab-USP, 2000. 290p.

HULLE, N.L. **Mamíferos de médio e grande porte num remanescente de Cerrado no Sudeste do Brasil (Itirapina – SP).** 2006. 78p. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Instituto de Biociências – Universidade de São Paulo, 2006.

IPEF2001: “PLANO DIRETOR: Conservação dos Recursos Hídricos por meio da Conservação da Cobertura Florestal da Bacia do Rio Corumbataí”. Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais – IPEF. Piracicaba, 2001. 301p.

JACOBSON, S.K.; McDUFF, M.D. Training Idiot Savants: The Lack of Human Dimensions in Coservation Biology. **Conservation Biology,** Cambridge, v12, n 2, p 263-267, 1998.

KAGEYAMA, P. Y. (Coord). **Estudo para implantação de matas ciliares de proteção na bacia hidrográfica do passa cinco visando a utilização para abastecimento público**. **Relatório Técnico**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1886.

KOFFLER, N.F. Uso das terras da bacia do Rio Corumbataí em 1990. **Geografia**, Rio Claro, v.18, n.1, p135-150,1993.

KUHN, Th. **A teoria das revoluções científicas** . Chicago: University of Chicago Press, 1970. 262p.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 3 ed. - São Paulo. Cortez, 2002. 240p.

LEFF, E. **O saber ambiental –** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3 ed. Petrópolis. Vozes, 2004. 494p.

MAMED-COSTA, A.C.; PERONI, L.F.; GASPAR, D.A.; GOBBI, N. Diagnóstico da Mastofauna da Bacia do Rio Corumbataí, Estado de São Paulo, Brasil. **Brasillian Journal of Ecology.** Rio Claro, n ½, p. 29-35, 2000.

MARINO, E. Jr. **Análise integrada dos efeitos do uso da terra em fragmentos florestais da bacia do rio Corumbataí.** 2006. 111 p. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.

ODUM, H.T. **Environmental systems and public policy**. Ecological economics program. Gainesville, University of Florida, 1987. 211p.

PENTEADO, M.; **Distribuição e Abundancia de Avifauna na Bacia Hidrográfica do Rio Passa Cinco,** (2005). 2006. 131p. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Ed. Planta, 2001, 327p.

PROJETO PIRACENA: Desenvolvido pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) da Universidade de São Paulo (USP). www.cena.usp.br/piracena

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente –**

interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento: desafios e avanços do ensino e da pesquisa. Lina, M.V.; Mendonça, F. (Org). Curitivba, editora UFPR, 2004. 192p.

RODRIGUES, R. R.; **Análise de um remanescente de vegetação natural às margens de rio Passa Cinco, Ipeúna,SP**. 1991. 325p. Dissertação (Doutorado Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paul. Piracicaba, 1991.

RODRIGUES, R. R. A vegetação de Piracicaba e municípios de entorno. **Circular Técnica IPEF**, Piracicaba, v. 189, p. 1 – 18, 1999.

SARKAR, S. Restaurando o Mundo Selvagem. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnocosnevação –** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupab-USP, 2000. 290p.

SMITH, E.; WISHNIE, M. Conservation and subsistence in small-scale societies. **Annual Review of Anthropology**. Palo Alto, v29, p. 493-524, 2000.

TOLEDO, V.M. What is ethnoecology? Origens, scope and implications of rising discipline. **Etnoecológica**, México, v.1, p. 5-21, 1992.

TOZETTI, A.M. **Diversidade e padrões de atividade de mamíferos de médio e grande porte em diferentes fisionomias de Cerrado na Estação Ecológica de Itirapina, SP**. 2002. 77 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Instituto de Biociências – Universidade de São Paulo, São Paulo 2002.

VALENTE, R.O.A. **Análise da Estrutura da Paisagem na Bacia do Rio Corumbataí, SP**. 2001. 144 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais)-Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2001.

VAYDA, A.P. New directions in ecology and ecological anthropology. **Annual Review of anthropology,** Palo Alto, v 4, p 293-306,1975.

VETTOAZZI, C. A. **Avaliação multicritérios, em ambiente SIG, na definição de áreas prioritárias à restauração florestal visando à conservação de recursos hídricos.** 2006. 150p. (Tese de Livre Docência). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006.

VIERTLER, R.B. Métodos Antropológicos como Ferramenta pra Estudos em etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M.C.M; MING, L.C; SILVA, S.P (Ed). **Métodos de Coleta e Analise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas**. Encontro Regional de Etnobiologia e Etnoecologia. Rio Claro: UNESP/CNPQ, 2002. 204p.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reinvidicação da ruralidade no Brasil. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente –** a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. n 2, 120 p.

WITH, K.A. The Theory of Conservation Biology. **Conservation Biology**¸ Los Angles. v. 11, n 6, p 1436 – 1440. 1997.

TÉCNICOS, CIENTISTAS E FUNCIONÁRIOS DO ESTADO E AS PAISAGENS CRIADAS PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E PELOS AGRICULTORES POBRES NUMA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Dora Shellard Corrêa UNIFIEO
dshellard@unifieo.br
GT1: Ruralidades e Meio Ambiente

O município de Barão de Antonia, localizado no sudoeste paulista, na divisa com o estado do Paraná, na beira da represa de Chavantes, compõe, desde 1984, o perímetro Tejupá da Área de Proteção Ambiental – APA- de Corumbataí, Botucatu, Tejupá. Essa área foi objeto de interferência do Estado em vários momentos ao longo dos últimos três séculos. Em razão dessas interferências, há uma interessante documentação que possibilitou que se refletisse sobre a história dessa paisagem a partir de finais do século XVIII até a atualidade. Nesta comunicação vou discutir o papel dos agentes do estado, funcionários, técnicos e cientistas na qualificação e desqualificação das paisagens criadas nessa área por índios, posseiros, colonos estrangeiros e agricultores pobres, ao longo dos três últimos séculos (XVIII-XX). Paisagem aqui está sendo definida como o cenário visualizado. Como fontes, utilizei relatórios da Diretoria Geral dos Índios, Relatórios do Serviço de Imigração e colonização do Estado de São Paulo, Relatório sobre a construção da represa de Chavantes e o Diagnóstico da Área de Proteção Ambiental de Corumbataí, Botucatu, Tejupá. perímetro Tejupá. Objetivo, a partir do relato dessa história pretérita, problematizar a atuação presente dos funcionários, técnicos e cientistas envolvidos com Unidades de Conservação e com planejamento ambiental.

Graduada Mestre e Doutora em História pela FFLCH – USP, com tese sobre a transformação da paisagem do sudoeste paulista dos séculos XVIII ao XX. Tem publicados artigos sobre História Ambiental, paisagem e historiografia brasileira em revistas acadêmicas brasileiras. Juntamente com Zuleika Alvim escreveu o livro “A água na visão da História”. Trabalhou no

Conselho Estadual de Meio Ambiente, atual Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do São Paulo. Trabalha no UNIFIEO onde coordena o curso de História e desenvolve pesquisa em História Ambiental.

Comunidade tradicional é um conceito hoje muito comum em estudos acadêmicos bem como técnicos sobre questão agrária e meio ambiente. O Brasil conta com o decreto 6040 de 2007 que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Conforme esse texto legal povos e comunidades tradicionais são: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

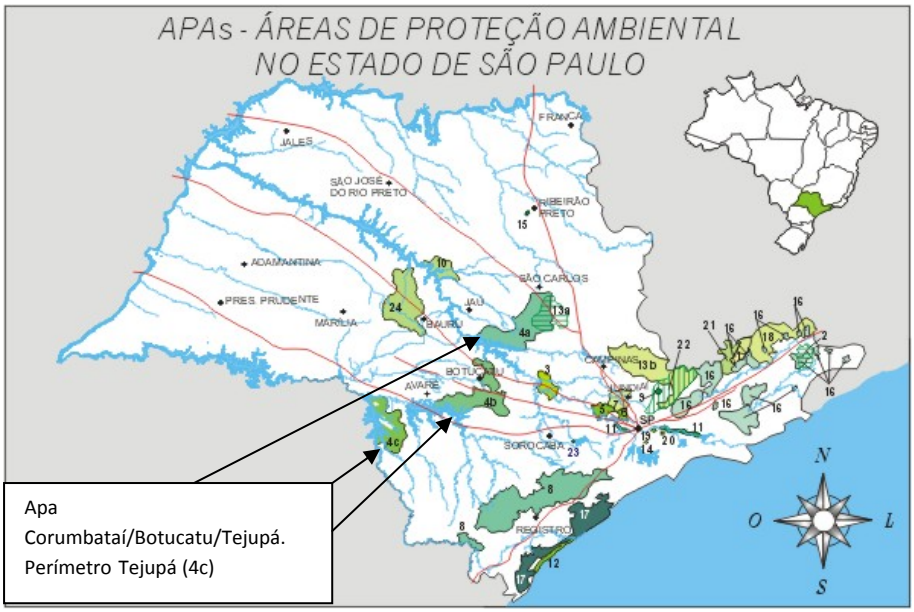
A defesa dessas comunidades é encarada como meio para preservar a natureza, mas também o seu contrário. Em vários documentos da United Nations Environment Programme – UNEP – é afirmada a necessidade de se preservar a flora ou fauna de determinadas localidades particulares por sua importância científica e também para a sobrevivência daquelas comunidades que dependem dessas áreas (UNEP).

O objetivo deste paper é sumarizar a intervenção do Estado no sudoeste paulista desde o século XIX, em parte das terras que formam hoje a Área de Proteção Ambiental – APA - de Corumbataí, Botucatu, Tejupá – perímetro Tejupá, buscando impor formas de relação com a terra estranhas às populações locais. Populações essas que talvez fossem caracterizadas hoje de comunidades tradicionais.

Como mostrarei, a investida contra essas populações se deu de variadas formas. Pela guerra declarada, pelo descaso, pelo discurso, pelo remanejamento físico, pela desapropriação, desatenção e pela generalização. Enfim foram vítimas da ação e da palavra. O relato dessas interferências do Estado em parte da área que compõe hoje a APA de Tejupá gera um incômodo, uma vez que o grande agente estimulador das

transformações que hoje se criticam sobre a paisagem que se criou foi diretamente o Estado.

Figura 1: APAs do Estado de São Paulo



Fonte: http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/apas.htm#apas. Acessado em 029/02/2011.

As primeiras referências que encontrei sobre a paisagem da região datam da segunda metade do século XVIII, quando se observou o trânsito crescente de tropeiros entre o Viamão e Sorocaba[1]. A estrada, aberta oficialmente em 1728 por Cristóvão de Abreu, atravessava os campos do sul, penetrava numa região de matas, já em Santa Catarina que avançando até o Paraná. O caminho seguia pelos Campos de Gerais no Paraná, atravessava o Itararé, margeando a região em estudo. Tinha como horizonte, nesse perímetro, as escarpas da cuesta de Tejupá, mas que não eram distinguidas pelos viajantes dos séculos XVIII e XIX. Toda essa região que se estende dos Campos Gerais até o atual município de Itararé em São Paulo foi disputada violentamente ao de longo cem anos, do início do século XVIII até o final da década de 1830, por colonos e índios. As descrições dos cenários visualizados, elaboradas por soldados, sertanistas e naturalistas que atravessaram a estrada revelam que esse embate também era pela paisagem.

[1] Sobre a história da região do séc. XVIII à 1930 *vide* CORRÊA, 1997.

Com a oficialização, o trânsito mais constante por esse caminho deve ter gerado algumas modificações na dinâmica das áreas ao redor da estrada. Primeiro que, como mostra o pedido de sesmaria de Luiz Pedroso de Barros, datada de 1725, e os próprios relatos que acompanham a invasão do sertão de Guarapuava - sertão a oeste de Curitiba - pelos homens de Afonso Botelho no ultimo quartel do século, as sesmarias, asseguradas por ex-soldados e lavradores pobres, foram invadindo o território caingangue ao largo do caminho. Essas sesmarias, ao longo dos campos que tinham o Itararé como divisa, serviram como uma frente de proteção aos comerciantes que transitavam do Viamão a Sorocaba. Foram utilizadas como áreas de invernada para as tropas de muar, exaustas e debilitadas com a longa jornada.

Não sabemos qual foi o impacto do crescimento desse trânsito e da permanência dos muares nos campos sobre a fauna e flora local, mas encontramos alguns indícios. Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras,* informa sobre a migração, de uma região para outra, de sementes de ervas agarradas às patas dos muares. Houve um aumento na disputa pelos recursos naturais da região com a entrada dos muares e dos colonos. Por um lado, os caingangue passaram a ter que disputar a caça de animais silvestres com os colonos recém-chegados. Por outro lado, começaram a caçar os muares que pastavam. Uma das justificativas para as expedições de Afonso Botelho aos campos de Guarapuava no último quartel do século XVIII e para a guerra que D. João VI fez abrir contra os botocudo do sudoeste paulista em 1808 era que esses índios atacavam as sesmarias próximas da estrada dos tropeiros e caçavam os animais que pastavam.

A guerra que determina D.João VI em 1808, logo ao desembarcar na colônia, contra os índios que se avizinhavam da estrada para o Viamão, na altura do Itararé, indica que os caingangue ainda mantinham sua soberania sobre a região no início do século XIX. Desse começo do século até a passagem por ali de Auguste de Saint Hilaire entre 1819 e 1820, a perseguição que os colonos fizeram aos índios parece ter sido forte suficiente para expulsá-los da margem direita do Itararé. Mas, na margem esquerda, estavam presentes. A casa da fazenda Fortaleza, do Tenente Coronel José Felix, localizada próxima à margem esquerda do rio Itararé parecia uma fortaleza, segundo o naturalista francês. Era cercada de ruínas, construções incendiadas pelos índios e por uma pequena mata desbastada pelo tenente-coronel para melhor se proteger de seus inimigos.

Foi a partir da terceira década do século que os Guarani, habitantes das margens do Paraná com o Paranapanema, iniciaram sua grande migração para o leste, à procura da Terra Sem Males. Um grupo acompanhou o Paranapanema e o Itararé, confrontando-se com grupos indígenas com os quais tinham inimizades, porém, que ainda sofriam com a guerra que lhes havia sido declarada em 1808.

Esse grupo de guarani estabeleceu-se na região objeto de estudo, em terras que ainda eram sertão e, outra parte, na sesmaria do Barão de Antonina, negociante de tropas de muar, arrematador de registros, apossador de terras e primeiro senador da Província do Paraná em 1850. O seu aldeamento ali foi seguido do seu cercamento por sesmeiros, mais confiantes de seu domínio daquela região.

O aldeamento, desde a sua criação em 1845, até a sua destituição em 1912, com a transferência dos Guarani para o Posto Indígena de Arirabá, dividia-se em duas realidades paisagísticas e ambientais bem distintas. Uma, considerada como centro (centro administrativo e de coordenação pela Diretoria Geral dos Índios), com a moradia do padre, as “construções”, a cruz, um grande espaço, uma praça onde os índios se reuniam para ouvir o clérigo ou os funcionários da Diretoria e para serem contados e, próxima, a área da lavoura, orientada pelos padres ou funcionários da Diretoria. E outra, só referenciada ocasionalmente, onde os índios viviam, conviviam, plantavam e caçavam. O que se semeava era determinado tanto pelas necessidades materiais quanto por seus mitos. O cultivo do milho soboró justificava-se por razões religiosas, conforme foi relatado pelo padre Claro Monteiro do Amaral no século XIX e confirmado em 1940 por Egon Schaden. Este afirmou que os Guarani viam o milho soboró como um elemento cultural distinto e o associavam ao mundo sobrenatural. Fato é que os índios de São João Batista não comercializavam esse milho e o plantavam em roça distinta do milho branco para que não se misturasse.

Mas, desde o início do aldeamento e, especialmente, no ultimo quartel do século, o avanço de agricultores brasileiros sobre as terras de São João Batista do Rio Verde aconteceu, apesar de os índios se manifestarem frente à Diretoria Geral dos Índios, chegando a ir diretamente ao escritório da Diretoria na capital do Império. A terra foi sendo apropriada, desmatada e sua fauna afugentada e extinta.

Os lavradores dos arredores do aldeamento invadiam suas terras e competiam na caça e na retirada de madeira. Ao final do século, muitos índios acabaram se empregando nas propriedades próximas em troca de algum pecúlio não raro pago em pinga. Índias, crianças e velhos permaneciam nas terras do aldeamento, trabalhando na roça. Nesse momento, não havia mais quem como o Barão ou o Frei Pacífico de Monte Falco representasse uma certa proteção quanto às investidas sobre seu território e recursos ou que não visse neles mais que mão-de-obra e empecilho para a expansão da "civilização". Mas é interessante observar que, apesar desses fatos, em 1929, essa área ainda era singularizada por suas matas.

Em 1912, os Guarani de São João Batista foram obrigados a se mudar para o Posto Indígena de Araribá, próximo a Bauru, na época, boca de sertão. Dividiram uma área de 960 hectares com outros grupos étnicos. Entretanto, pelos dados levantados quando dos trabalhos de implantação do núcleo colonial em 1929, um e outro índio permaneceu naquela gleba que passou a ser conhecida como Mata dos Índios. Quando o Estado iniciou os estudos para o loteamento das terras e foi obrigado a reconhecer que elas estavam ocupadas por agricultores, aos quais denominou de "antigos moradores" e de "intrusos", registrou entre aqueles que afirmaram terem migrado do vale do Ribeira ou de áreas próximas, aquele que insistiu ser registrado como descendente dos guarani que habitaram a região.

Muita terra já se havia perdido desde o século XIX, quando se calculava que o aldeamente tinha aproximadamente 36 000 hectares. Contudo, a retirada dos índios e, posteriormente, o boato que ali seria instalada uma experiência de colonização devem ter estimulado a maior invasão da área. Em 1930, o núcleo colonial Barão de Antonina foi oficialmente criado na antiga Mata dos Índios, então com 14 059,20 hectares[2].

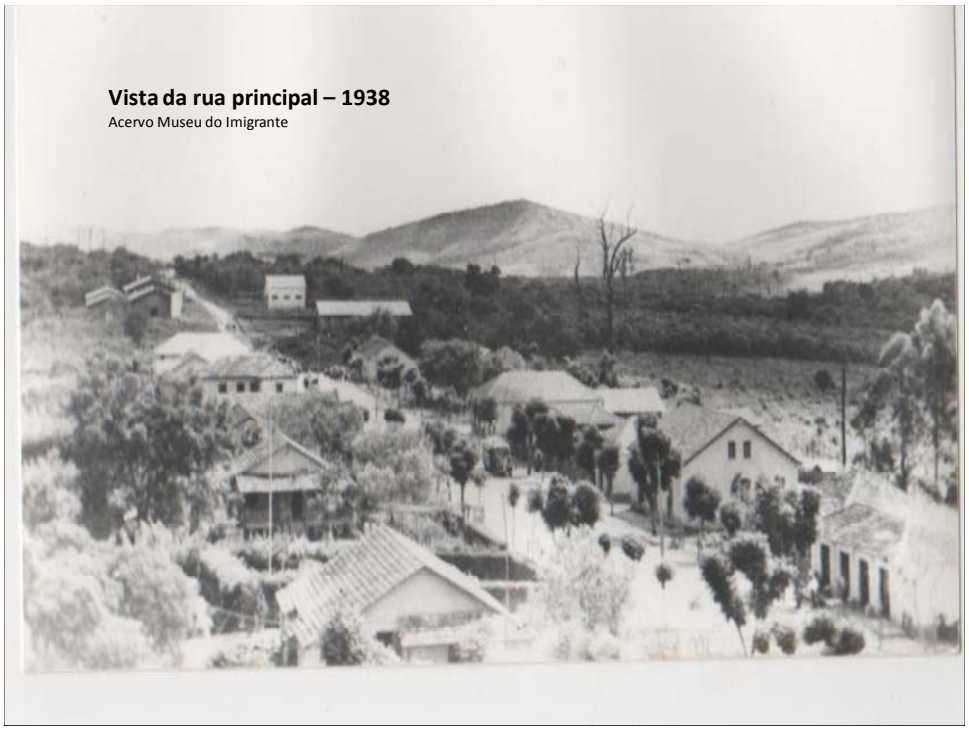
Os trabalhos de implantação do núcleo colonial, tocados tecnicamente por engenheiros do Serviço de Imigração e Colonização, resultaram na elaboração de vários relatórios que reproduziam descrições panorâmicas sobre essas terras. Os técnicos chegaram a traçar uma pequena história da paisagem da área a partir da memória local, confundida, entretanto, com o que eles mesmos visualizavam. Essas descrições são interessantes, pois os critérios de seleção do que foi relatado e as considerações estéticas

[2] Sobre o N. C. Barão de Antonina *vide* CORRÊA, 2006.

sobre a paisagem estão muito claros. Os técnicos descreviam o cenário visualizado, selecionando os dados capazes de apoiar a elaboração de um projeto de ocupação e exploração da terra que atendesse às necessidades econômicas, políticas e ideológicas do Estado: titular e vender aquelas terras, transformá-las em equivalente a capital e inseri-las no mercado.

Figura 2

Foto da área urbana do Núcleo Colonial Barão de Antonina em 1938



Fonte: Acervo do Museu do Imigrante. São Paulo

Nesses relatórios os técnicos desqualificaram a ocupação pretérita, caracterizando-a como pobre e descuidada; ao mesmo tempo, culparam esses antigos moradores pelo desmatamento de parte da área. Ao recorrermos à documentação sobre os lotes, produzida ao longo das décadas seguintes, percebe-se que, em 1929 e 1930, houve a generalização de uma situação expressivamente diversificada desses agricultores, de que esses próprios

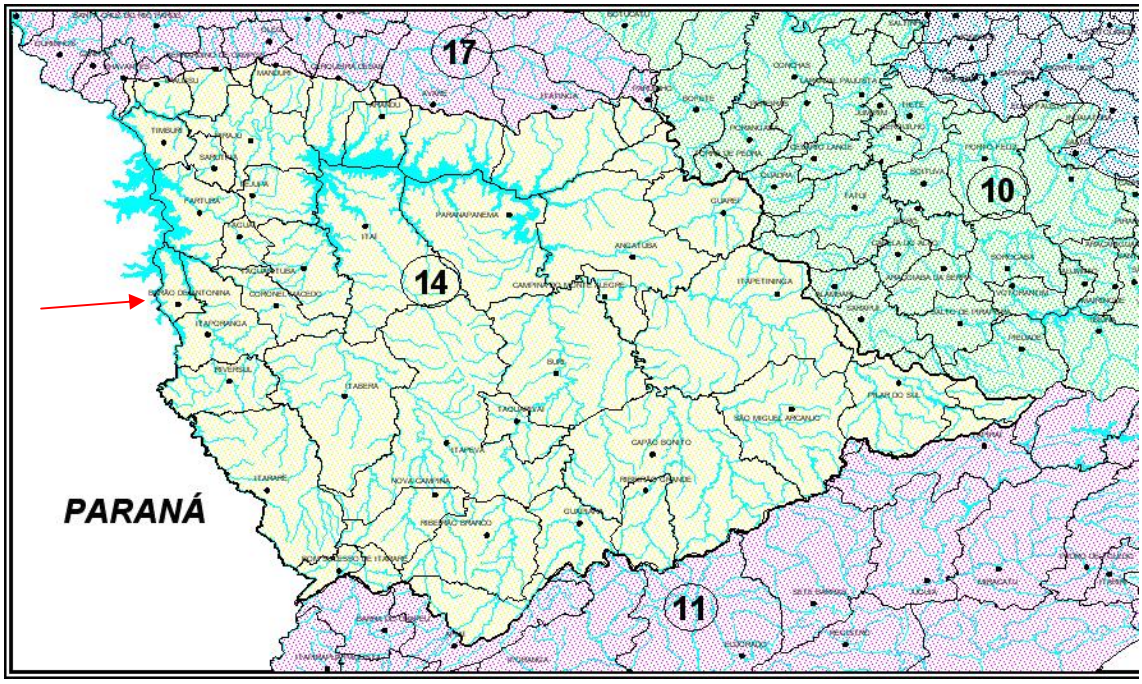
relatórios técnicos já davam indícios. O que os antigos moradores tinham de semelhante era a falta de título da terra, a dependência da mão-de-obra familiar e uma situação econômica instável. Contudo, distinguiam-se quanto ao tanto de terra explorada, ao nível de ligação com o mercado local, ao domínio das redes de comércio locais e suas origens. Sobre suas técnicas de produção e sobre a sua cultura, os documentos silenciavam. Informaram somente que havia uns poucos "antigos moradores" numa condição econômica e sanitária razoável e uma maioria de "intrusos" em condições extremamente precárias de sobrevivência, espelhadas em suas casas, saúde e roças. Chegaram a propor o estabelecimento de alguns desses lavradores pobres num retiro, mas a idéia não vingou.

Os planos para o essa experiência de colonização eram promissores. Porém os caminhos para o núcleo e dentro do núcleo eram difíceis especialmente durante as chuvas. O escoamento da produção não era fácil, aliás quase que impossível nas épocas de chuva. Produzir comida para a cidade de São Paulo, como se havia aventado no início da experiência, era inviável. Os concessionários optaram por engajarem-se na cultura promissora da época: o algodão. Os próprios funcionários da Secretaria os estimularam, comprando sementes e plantando no campo de experimentação construído próximo à sede do núcleo.

Mas, além desses problemas, havia a malária que infestava as terras baixas, à beira do Itararé. Os concessionários que eram migrantes de outras regiões paulistas ou imigrantes desconheciam as áreas maleitosas. A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio não se preocupou em alertá-los e orientá-los, embora já soubesse do problema quando do esquadrinhamento dos lotes. Não tomou providência alguma, mesmo no início da década de 1940 quando mais da metade da população de Barão de Antonina foi acometida, o que chegou a levar a uma crise na produção do núcleo e à desgraça de muitas famílias, que não conseguiam produzir nem para o próprio sustento.

Fato é que, quando entramos na década de 50, a migração para outras regiões foi expressiva, particularmente entre os estrangeiros. Muitos partiram para Jacarezinho, município no estado no Paraná, acompanhando a nova fronteira do café. Reproduzindo o que já se apontou para outras experiências de colonização (MORAN, E.), entre os que prosperaram economicamente, ou pelo menos não caíram em desgraça, estão alguns antigos moradores que detinham vários conhecimentos sobre a área, mas especialmente poder político e domínio sobre as redes de comércio locais.

Figura 3 – Município de Barão de Antonina e a represa de Chavantes



Fonte: http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/ARQS/RELATORIO/CRH/CBH-ALPA/1121/mapa_da_ugrhi14.jpg . Acessado em 029/02/2011

O núcleo colonial Barão de Antonina foi emancipado da tutela do Estado em 1964, embora nem todos concessionários tenham resolvido as suas pendências com a Secretaria da Agricultura. Mas, novamente, na segunda metade do século XX assistiremos aos técnicos do Estado, emitindo um julgamento que justificou outra grande interferência na paisagem local, que foi a criação da Represa de Chavantes no rio Itararé[3]. Conforme esses técnicos, a região se caracterizava por uma agricultura, pobre desenvolvida por pequenos proprietários. Fica claro que a pobreza da região e das terras era um fator que escusava a inundação da área e a expropriação de agricultores. O município perdeu quase ¼ de sua área e 1/3 de sua população migrou.

Nesse relatório geral, justificando as áreas inundadas em razão da represa de Chavantes, não há referências singulares sobre os lavradores que teriam suas terras

[3] A construção da Usina Hidroelétrica de Chavantes foi iniciada em 1959 e finalizada em 1971.*Vide*: PROTRAN/ECOPLAN e CESP.

inundadas, muito menos se esclarece a agricultura desenvolvida. Apresenta-se uma caracterização geral. Também o que movia os técnicos era a preocupação com o desenvolvimento econômico e criar meios para que se proporcionasse esse processo particularmente aos centros urbanos e que se viabilizasse a implantação de uma agricultura considerada moderna, dependente de insumos industriais.

No relatório foi exposto que algumas compensações que adviriam aos municípios ao redor da represa com a inundação de suas terras. Teriam um grande e belo lago para atividades de lazer. A paisagem foi alterada e apresentava elementos estéticos interessantes[4]. A desapropriação dos agricultores foi apresentada como a necessidade de uma comunidade maior, o Brasil.

Em 1983, foi declarada Área de Proteção Ambiental de Tejupá (APA de Corumbataí, Botucatu, Tejupá – perímetro Tejupá) englobando dez municípios: Barão de Antonina, Coronel Macedo, Fartura, Itaporanga, Piraju, Sarutaiá, Taguari, Taquarituba, Tejupá, Timburi. Barão de Antonina e Itaporanga remetem diretamente às antigas terras do Aldeamento de São João Batista do Rio Verde e à Mata dos Índios.

Novamente observamos a intervenção do Estado na área. Trata-se agora da preservação das cuestas basálticas, das áreas de recarga do aqüífero guarani[5] e da paisagem. A preocupação é normatizar o uso da terra a partir de um zoneamento ambiental em que serão definidos níveis que implicam diferentes graus de proibição de atividades de exploração econômica. A intervenção vem em nome de uma comunidade maior, que é o Brasil, e de um bem geral, que é o meio ambiente.

Nos primeiros levantamentos, não houve preocupação em singularizar os produtores, a não ser por diferenças econômicas definidas pelo uso de insumos, maquinários, tamanho de propriedade e pessoal empregado. Percebe-se, por esses dados, que Barão de Antonina caracteriza-se pelo predomínio da pequena propriedade e do produtor que trabalha com mão de obra familiar, quando muito, com um diarista. Plantam,

[4] Somente em 1989 foi publicada a Lei 7990 que prevê uma compensação financeira para estados e municípios que tiveram seus recursos hídricos aproveitados para produção de energia e suas terras inundadas. Sobre os royalties a serem pagos *vide* as leis 9648 de 1998 e 9984 de 2000 .

[5] O aqüífero guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Estendendo-se pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Sobre a APA *vide*: PROTRAN/ECOPLAN

como os demais pequenos proprietários da região, feijão, milho e criam porcos principalmente, ou seja, estão ligados ao mercado interno de alimentos, diferentemente da década de 1940, quando produziam algodão para indústrias de tecelagem e, depois, de óleo. O grande índice de migração demonstra que os proprietários não conseguem se reproduzir como grupo social.

O Estado, quando interveio na área e interferiu na paisagem, criando e destruindo formas de relação com a natureza; quando apoiou o Barão de Antonina, que criou o aldeamento de São João Batista do Rio Verde e depois assumiu a sua direção, quando implantou o núcleo colonial Barão de Antonina, quando construiu a represa de Chavantes e quando declarou a Área de Proteção Ambiental de Corumbataí, Botucatu e Tejupá, partiu de uma concepção universalista sobre como deveria ser aquela paisagem. As descrições elaboradas por oficiais do Estado e técnicos desde o século XIX englobavam o visualizado e o projeto político que se tinha. Em razão dessa intermediação, os elementos do cenário visualizado foram selecionados, interpretados e avaliados estética e cientificamente. A paisagem indígena, dos posseiros e dos lavradores pobres foi considerada pouco humanizada, anárquica, tecnologicamente precária, degradada. A sua desqualificação acontecia porque esse quadro destoava do que se propunha como devir. Buscou-se levar os índios a produzirem algodão para o mercado. Para permanecerem como concessionários no núcleo colonial, os lavradores tinham que se engajar no mercado regional. A precária ligação com o mercado justificou a inundação de parte da área do município de Barão de Antonina. A regulamentação da APA implicará mudanças nas formas de exploração das terras.

Em todas essas intervenções do Estado na área, o que se buscava era transformar as formas de relação com a terra daqueles agentes, índios, posseiros e agricultores pobres. Hoje novamente o Estado intervém na região, porém num contexto em que se têm qualificado formas de relacionamento com a terra que preservem o meio ambiente e que ao mesmo tempo possibilitem que o agricultor produza para o mercado. No caso da APA-Tejupá, a história mostra que populações que talvez dominassem práticas menos destruidoras ao meio ambiente, que não exploravam os recursos naturais até a exaustão foram pressionadas a se transformar e a abandonar aquelas terras. Mas nos indica também que os documentos ou mesmo os censos atuais dificultam a percepção dos antigos moradores, alguns dos quais descendentes dos Guarani, dos colonos, alguns dos quais

antigos moradores e dos proprietários rurais de Barão de Antonina, muitos dos quais ex-colonos, enquanto grupos sociais que partilhavam costumes em comum e uma cultura. Enfim, com a ação prática, as intervenções, e com a palavra, os documentos, os relatórios e estudos técnicos, temos destruído e deixado de investigar formas de exploração do meio ambiente que talvez pudessem nos indicar alternativas para um desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Claro Monteiro do. Memória sobre usos e costumes de índios Guaranys, Caiuás e Botocudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, t. LXIII, p. 263-273, 1901.

CETESB. *Diagnóstico da a Área de Proteção Ambiental de Tejupá*. vol.1. São Paulo: CETESB, 1986.

CESP. *Relatório de atividades*. São Paulo. 1991.

CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas*. Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva. (1723-1930). Tese de doutorado defendida na FFLCH-USP, São Paulo, 1997.

_____. A colonização oficial com o processo de contra reforma agrária. O caso do núcleo colonial Barão de Antonina. *Ágora*, v. 12, p. 157- 166, 2006

MORAN, Emílio F. *Developing the Amazon.* The social and ecological consequences of the government-directed colonization along Brazil's Transamazon Highway. Bloomington: Indiana University Press, 1981.

PROTRAN/ECOPLAN. *Área de Proteção Ambiental de Tejupá*. São Paulo, 1990. Relatório técnico.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

UNEP - United Nations Environment Programme
http://www.unep.org/ecosystemmanagement/UNEPsWork/TerrestrialEcosystems/tabid/436/Default.aspx. Acessado em : 28/02/2011.

DEPRECIAÇÃO DO DOLAR & VALORIZAÇÃO DO OURO: ambientalistas e trabalhadores devem por suas barbas de molho

Dr. Fernando Sergio Damasceno
Universidade Federal de Roraima
email: damascenosf@bol.com.br
Adriana Gomes Santos
Programa Pós Graduação Historia – Mestrado – Univ. Fedl. Uberlândia
email: adriana_gmsantos@yahoo.com.br

Introdução:

Aparentemente a crise econômica iniciada no segundo semestre de 2007 já se encerrou. Isso é, pelo menos, o que dizem os meios de comunicação. Nosso estudo visa demonstrar que a crise segue instalada e mais do que isso: revitaliza-se. Analistas sérios como Martin Wolf, editor e principal comentarista do Financial Times afirmam que:

> "A economia mundial está instável, desequilibrada, desordenada e insustentável". E de forma ainda mais categórica, em recente artigo, arrematada... quem pensa que estamos, agora, mirando planaltos ensolarados está se enganando. Ainda temos muita turbulência pela frente".

Essa compreensão de que a crise econômica continua e que, todavia suas conseqüências estão em franco desenvolvimento é o tema que queremos estudar e aprofundar neste texto.

O que primeiro nos salta á vista é a super valorização das *commodities* e em especial o ouro. A partir dessa constatação ainda verificamos outra e ainda mais importante: uma nova divisão internacional do trabalho e a nova localização do Brasil nesse processo.

Nessa nova divisão internacional do trabalho surge um fenômeno muito importante que é o processo de reprimarização da economia brasileira passando de um país

com alto grau de desenvolvimento industrial para um país produtor de matérias primas, com pouco valor agregado e com o objetivo de exportar para o mercado mundial seja nas formas de alimentos, minerais ou petróleo.

A reprimarização significa recolocar o Brasil na rota da dependência econômica e destruição da relativa industrialização que vinha a passos lentos avançando desde os anos 50. A reprimarização, sem duvidas, é um golpe duro ao desenvolvimento de uma indústria nacional e, por conseguinte, de sua própria soberania.

Todo esse processo também provoca novos desafios e demandas para os trabalhadores e ambientalistas nacionais. Este estudo busca localizar todas essas observações, dimensioná-las, quantificá-las e qualificá-las dentro de um estudo mais geral sobre os novos desafios colocados para os trabalhadores e ambientalistas.

Apesar dos discursos a crise econômica segue seu curso:

Cotidianamente somos bombardeados por analistas econômicos e políticos, via os diversos meios de comunicação que tratam de convencer-nos de que o pior já passou e o que país segue feliz e retumbante em direção a uma economia de primeiro mundo, soberana e sem crise.

Pensamos o contrário, para nós a crise segue seu curso e ao não ver esse processo não nos preparamos para o que ainda está por vir. Aparentemente, essa nosso argumento poderia ter saído de algum pasquim sindical ou ultra-esquerdista. Mas não o é, e essa idéia de que a crise segue seu curso baseiam-se em dados da OCDE, FMI e BEA e também nas analises publicada pelo não menos capitalista Financial Times.

> "não se pode dizer que os países avançados retornaram à normalidade: os déficits fiscais permanecem excepcionais; a política monetária está extremamente acomodatícia; o setor financeiro está frágil, especialmente na zona do euro; o crescimento do crédito tem sido notavelmente lento nos EUA e na zona do euro; em vários países, inclusive nos EUA e no Reino Unido, as famílias continuam extremamente endividadas e existem possibilidades dede inadimplências de países, falências de bancos ou as duas coisas, na zona euro. Além disso, apesar da escala dos estímulos monetários e fiscais aplicados, a recuperação nesses países ainda deverá ser anêmica."[1]

[1] O Valor Econômico 20 a 24.04.2011

A valorização das commodities[2] em geral e a do ouro em particular:

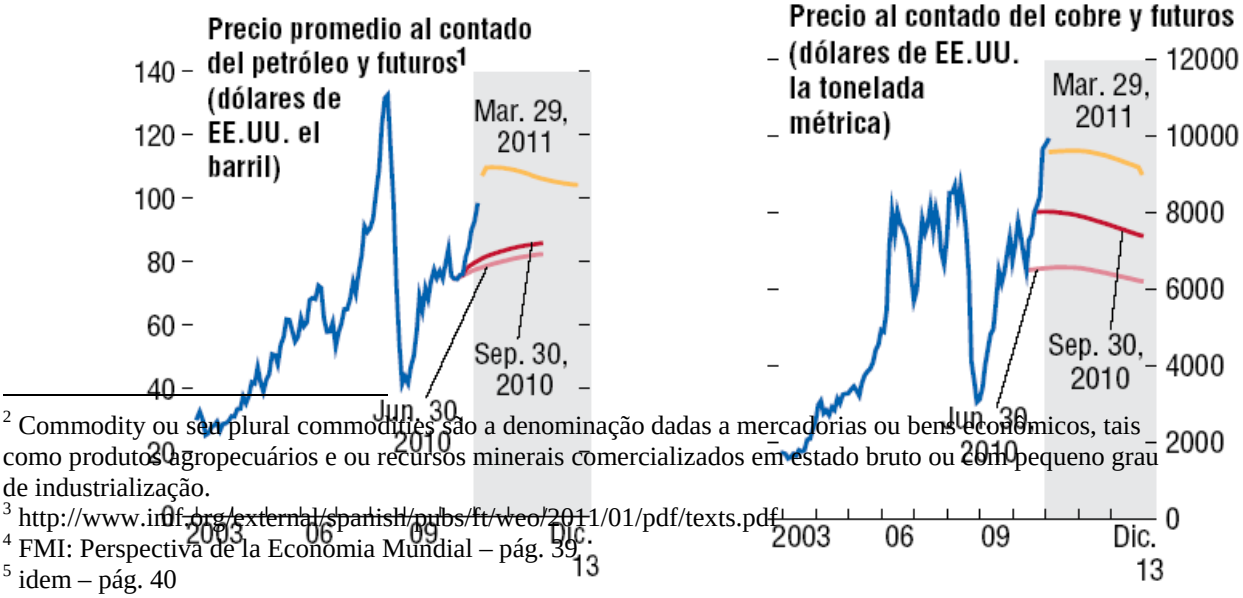
No mês de abril/11 o Fundo Monetário Internacional publicou um novo informe denominado: "Perspectiva de la Economia Mundial"[3]. O documento trata de analisar, caracterizar e propor políticas para enfrentar um novo ciclo de crise e nesse processo, o FMI, dá um destaque especial as *commodoties*.

> Desde mediados de 2010, los precios de todas las materias primas principales han subido con fuerza, en lugar de experimentar una estabilización general como se esperaba en el momento de la publicación de la edición de octubre de 2010 de Perspectivas de la economía mundial. El índice general de precios de las materias primas que elabora el FMI aumentó un 32% entre junio de 2010 y febrero de 2011.[4]

Como se era de se esperar a razão desse aumento espetacular das matérias primas, para o FMI, são entre outros, o aumento do consumo (no caso dos alimentos) e da instabilidade social (no caso do petróleo). Traduzindo para termos mais simples, para o FMI, o problema reside em que estamos comendo muito e o petróleo sobe por causa do terrorismo, Gadafi, etc.

Nós achamos que esses problemas têm peso, mas tem muito mais peso a cartelização da distribuição da produção, e também a fragilidade da economia mundial pós crise de 2007-2008.

Para contatar tais fatos nos apoiamos nos dados do próprio FMI. Os gráficos abaixo podem nos dar uma boa visualização de como evoluíram duas importantes *commodities*, isto é, petróleo e o cobre.[5]



[2] Commodity ou seu plural commodities são a denominação dadas a mercadorias ou bens econômicos, tais como produtos agropecuários e ou recursos minerais comercializados em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização.
[3] http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2011/01/pdf/texts.pdf
[4] FMI: Perspectiva de la Economia Mundial – pág. 39
[5] idem – pág. 40

O ouro, outra importante commodity, não recebeu um tratamento especial por parte do informe do FMI, mas para nós que estudamos a exploração garimpeira na região amazônica, tem um significado especial. O ouro vem em um acelerado processo de valorização desde a crise de 2001-2002.



Fonte: http://goldprice.org/gold-price-history.html

O último salto no processo de valorização deve-se a própria crise econômica no capitalismo em geral, e nos EEUU, em particular. No dia 18 de abril, a agência qualificadora de riscos, Standard & Poors revisou suas perspectivas de longo prazo para a classificação das dívidas dos EEUU passando de "estável" para "negativa" [6]. Esse fato levou a que pela primeira vez o ouro alcançasse o espetacular valor de US$ 1,500.00 a onça troy. Uma acumulação de 31% nos últimos doze meses.

[6] Valor Econômico – 20 a 24 de abril de 2011

> "os contratos futuros de ouro atingiram o Record de US$ 1,500.00 por onça troy, influenciados pelas preocupações com as dívidas dos EEUU, que pressionaram o dólar para baixo e aumentaram a demanda por metais preciosos como investimento alternativo"[7]

A valorização das commodities impõe uma nova divisão internacional do trabalho:

No Brasil, nos últimos trinta anos tivemos cinco períodos diferentes da incorporação do país ao mercado internacional de capitais.[8] O primeiro vai de 1975 a 1982 cujo centro foram os empréstimos dos grandes bancos norte americanos ao Brasil. O segundo período vai de 1983 a 1990, marcado pela exclusão do Brasil. De 1990 a 1994 predominou o investimento estrangeiro especulativo em compra de ações e títulos. O quarto período (1995-2000) foi o período do investimento estrangeiro direto (IED) destinado em boa parte a compra de estatais e empresas nacionais e o quinto período, a partir de 2001 se inicia o período do boom das exportações, que coincide com a nova localização do Brasil na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias primas e alimentos para a China e o mundo.

Na nova divisão internacional do trabalho coube ao Brasil a reprimarização de sua economia:

A revista América Economia estudou as principais empresas que atuam na América Latina, e seu estudo concluiu que 70% das exportações das 500 maiores empresas da região são de produtos básicos e semi-manufaturados. [9]

Na mesma revista, verificando as 50 maiores multinacionais com capitais latino americanos, vemos que 19 são brasileiras (quase 40%). Essas dezenove empresas se dedicam á: produção de matéria primas e semimanufaturados (9), alta tecnologia (4) e serviços (6). Essas empresas venderam 65% no mercado brasileiro e 35% no mercado externo. Estudando a economia nacional vemos que há um claro retrocesso entre o Brasil

[7] Kim, Kyoungwha – agencia Bloomberg News – 19.04.2011
[8] Marvulle, Fábio – Esboços recentes do ciclo de acumulação brasileiro e o entrelaçamento entre o capital externo e a burguesia local – Unicamp – tese doutorado
[9] América Economia – edição outubro 2010.

industrializado e produtor de manufaturas. Nossa economia nasceu como primária exportadora, avançou entre 1950 e 1980 para uma economia produtora de manufaturas e industrializada, e retorna, no bojo do neoliberalismo, para uma economia primária exportadora.

> "O salto das exportações de bens primários é o elemento novo da economia brasileira nos últimos 10 anos. O governo Lula incentivou e dirigiu o processo de reprimarização da economia brasileira, centrado em produtos intensivos em recursos naturais (minérios, alimentos, energia, etc) .Os subsídios do BNDES aos grandes grupos industriais custam cerca de R$ 7 bilhões aos cofres do Estado por ano e com juros mais baixos que os realizados pelo mercado. Enquanto isso, o BNDES gastou, em 2009, somente 5% dos seus empréstimos para o setor industrial intensivo em ciência e tecnologia. A balança comercial brasileira se tornou mais dependente das vendas de matérias primas e em 2010, pela primeira vez, desde 1978, o país exportou mais commodities que manufaturados"[10]

O resultado prático dessas mudanças no perfil econômico do país pode ser constatado por uma matéria do jornal Valor Econômico.

> "Entre janeiro e março, a balança comercial da indústria de alta e média-alta tecnologia, onde estão concentrados os setores intensivos em capital e inovação, atravessou o pior primeiro trimestre em 22 anos. Nos primeiros três meses deste ano, esses segmentos registraram déficit de US$ 17,7 bilhões, mais de US$ 5 bilhões superior ao de igual período do ano passado e o dobro do registrado nos primeiros três meses de 2008 e 2009".[11] Essa opinião é referendada por Mario Bernardini, diretor da Associação Brasileira da Industria de Máquinas, que afirmou: "os setores de media e alta tecnologia estão sendo desindustrializados" [12]

Qual o significado prático da reprimarização:

Quando falamos em reprimarização muitas vezes não voltamos no tempo e tiramos as conclusões do período da história econômica do país aonde o centro da economia é a exportação de um ou uns poucos bem primários.

Há certa tendência a considerar essa discussão como uma espécie de anti-imperialismo tardio. E aqueles que têm essa visão, de um anti-imperialismo tardio, dizem que o estamos vivendo a inevitável globalização e que nossa soberania não está em risco. A CEPAL *(Comissão Econômica para América Latina e Caribe)* descreve com muita

[10] Godeiro, Nazareno – Tese sobre a situação brasileira e sua inserção subordinada na Nova Divisão Internacional do Trabalho – ILAES – www.ilaese.org.br

[11] http://www.valoronline.com.br/impresso/brasil/97/413769/balanca-comercial-de-industria-de-media-e-alta-tecnologia-tem-pior-deficit

[12] O Estado de São Paulo – 31.01.2011

autoridade, no texto abaixo, um dos principais efeitos da reprimarização, isto é: desenvolvimento da externalidades e a capacidade de retenção de valor agregado pelas atividades extrativas.

> "La IED (inversiones estranjeras directas) en busca de recursos naturales há contribuído al aumento de las exportaciones de dichos recursos, mejorando su competitividad internacional, generando empleo em áreas urbanas y rurales y aumentando los ingresos fiscales. No obstante, las empresas transnacionales de este sector siguen teniendo operaciones em forma de enclave, que no están ligadas a la economia nacional, com bajos niveles de procesamiento local y potenciales riesgos de contaminacion o deterioro ambiental. Un ejemplo es el sector minero, donde las empresas extranjeras son menos proclives a llevar a cabo actividades a nível local y tienden a buscar suministros de insumos, servicios, maquinaria y equipos en el exterior. Esto limita el desarrollo de externalidades y la capacidad de retencion del valor agregado por las actividades extrativas" (CEPAL 2008)[13]

Além da reprimarização um longo processo de desnacionalização:

O processo de desnacionalização da economia brasileira é um tema que vem sendo estudado pelo Professor Reinaldo Gonçalves [14] desde o final dos anos 90 do século passado e são uma boa fonte referencia para entender a desnacionalização que vamos afirmar.

Na atualidade 60% das empresas brasileiras estão nas mãos do capital estrangeiro. A trinta anos atrás esses 60% estavam nas mãos do capital nacional. Setores de ponta como automobilístico, aeroespacial, eletro-eletrônico, elétrico, telefônico, agronegócio, são majoritariamente de capital estrangeiro.

No ano de 2005 o Banco Central estudou a composição societária das empresas que atuam no país e esse estudo de certa forma confirmado por um outro estudo, isto é o levantamento realizado em 2009 pela revista Exame. Em 2005, das 17.605 empresas que tinham participação do capital estrangeiro, tiveram uma receita equivalente a 63% do PIB. Se considerarmos as que têm capital totalmente estrangeiros vemos que essas empresas foram responsáveis por 46% do PIB.

A empresa Roland Berger, uma empresa altamente especializada em assessoria empresarial afirma que: os cem maiores grupos empresariais que atuam no país, 49% têm

[13] La inversion extranjera directa en América Latina y el Caribe – CEPAL - 2008
[14] Gonçalves, Reinaldo – Globalização e Desnacionalização – Editora Paz e Terra - 1999

origem no capital nacional e 51% no capital estrangeiro. Outra gigante de assessoria empresarial, Price, Waterhouse and Coopers, afirma que o total de fusões e aquisições promovidas pelo capital internacional durante o governo Lula alcançou 1.192 empresas, sendo que dessas 700 passaram totalmente para o capital estrangeiro.

É por esse e outros motivos que Reinaldo Gonçalves e Luis Filgueiras afirmam em seu mais recente trabalho[15] que: "O Brasil está andando para trás".

Os trabalhadores e o meio ambiente na reprimarização:

A produção industrial brasileira sempre caracterizou por um alto índice de acidentes e mortes relacionadas ao trabalho. Ao comparar os dados estatísticos de acidentes no mundo com os mesmos dados do Brasil vemos que estamos sempre entre, pelo menos, os cinco maiores índices de freqüência de acidentes e os índices de gravidade dos acidentes ocorridos.

A produção mineral também apresenta indicadores bastante preocupantes. É caso, por exemplo, do mineral amianto. Na atualidade o Brasil produz 288 mil toneladas por ano e se situa como o terceiro maior produtor mundial[16] segundo a organização International Ban Asbestos. O amianto conhecido também como a "fibra que mata" dada suas características de cancerígena foi proibida sua exploração e industrialização em 55 países. No Brasil, ao contrário dos demais países, o amianto não é só liberado como também recebe incentivos por parte do BNDES.

Para o professor da Universidad de Buenos Aires, Cláudio Katz, há uma estreita relação entre os ciclos econômicos, o modo de produção e as conseqüências para o meio ambiente e para os trabalhadores.

> "Es completamente falso atribuir este deterioro a la "irresponsabilidad de los hombres", "al olvido de la naturaleza" o a las "manipulaciones de la ciencia". La crisis ambiental es consecuencia de un sistema social asentado en el apetito por el lucro. Durante más de 200 años la competencia por la ganancia provocó la aniquilación de los recursos naturales, sin alterar la continuidad de la acumulación. Esta reproducción ha quedado amenzada en la actualidad".
> "El desarrollo capitalista se basa en una matriz energética de combustión de los recursos no renovables (primero carbón, luego petroleo), que junto a la deforestación y la emisión de gases han desencadenado el recalentamiento global. La utilización del medio ambiente natural como

[15] Gonçalves, Reinaldo e Filgueiras Luis – Economia Política do Governo Lula – Editora Contraponto - 2007
[16] http://www.ibasecretariat.org/

> un simple insumo de la acumulación ha conducido a le demolición progresiva de ese entorno”[17]

O desmonte do Estado e a política de porteiras abertas:

O desmonte do Estado iniciado no governo Collor e que prosseguiu durante todos esses anos afetou o conjunto da administração publica. Nesse sentido o Ministério do Trabalho e seus órgãos de controle e assessoria, Delegacias Regionais do Trabalho e Fundacentro, respectivamente, sofrem dos males de falta de funcionários para atender as demandas relacionadas com a saúde e integridade física dos trabalhadores.

Como se não bastasse esse quadro reduzido de funcionários, em geral, esses órgãos ao não terem controle direto dos interessados, isto é, dos trabalhadores, se caracteriza em uma estrutura que favorece o surgimento do fenômeno de corruptos e corruptores.

Aproximar as universidades dos trabalhadores e do meio ambientalistas:

As universidades nos últimos anos têm se pautado pelas diretrizes do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comercio que estão transformando seu perfil aonde vemos um acelerado processo de mercantilização da educação superior.

A comunidade acadêmica – professores, estudantes e funcionários – devem agir no sentido de freiar e reverter esse processo, aproximando-a dos trabalhadores e ambientalistas e construindo uma aliança social para defesa dos setores mais afetados pelo processo de reprimarização da economia brasileira.

Voltando a Cláudio Katz, reivindicamos sua proposta de uma nova aliança e programa para enfrentar os efeitos da exploração do meio ambiente e dos trabalhadores frente a intensificação da produção de commodities:

> “Pero es importante situar estos planteos en el contexto de la crisis histórica del capitalismo, ya que cualquier disociación de este pilar impide comprender el origen de los peligros actuales y sus eventuales soluciones. Por esta razón es decisiva la conciencia anticapitalista que comienza a ganar influencia en las movilizaciones del ambientalismo.
> En la cumbre de Copenhague más de 100.000 personas se movilizaron demandando la adopción de medidas de defensa de la naturaleza. Las marchas contaron con gran participación de jóvenes de todos los países e

[17] Katz, Cláudio – Las três dimensiones de la crisis – página 1 - www.lahaine.org/katz

> incluyeron cuestionamientos frontales al socorro de los financistas. “Si el clima fuera un banco, ya lo hubieran rescatado, gritaron los concurrentes a esas manifestaciones.
> Este tono anticapitalista es el dato más prometedor de la batalla actual. Planteos de este tipo han presidido la reciente cumbre de Cochabamba (Bolivia), que reunió un importante número de militantes de 42 países. Se resolvió exigir una drástica reducción de las emisiones (50% entre 2013 y 2020), crear un Tribunal Internacional de Justicia Climática, implementar un referéndum mundial en defensa de la naturaleza y demandar transferencias de los países desarrollados hacia la periferia para saldar la deuda climática. La perspectiva eco-socialista comienza a corporizarse en movimientos populares y propuestas políticas”[18].

Contudo, acreditamos que dessa forma, tomando a proposta de Katz, poderemos pressionar para que a as conseqüências para os trabalhadores e meio ambiente sejam amenizadas. E talvez até mesmo dar um basta a essa política econômica exploratória.

BIBLIOGRAFIA

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

GODEIRO, Nazareno – Tese sobre a situação brasileira e sua inserção subordinada na Nova Divisão Internacional do Trabalho – ILAES – www.ilaese.org.br.

GONÇALVES, Reinaldo – Globalização e Desnacionalização – Editora Paz e Terra - 1999

GONÇALVES, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luis – Economia Política do Governo Lula – Editora Contraponto – 2007

JUNIOR, Caio Prado. História econômica do Brasil. São Paulo: editora brasiliense, 2004.

KATZ, Cláudio – Las três dimensiones de la crisis - www.lahaine.org/katz (18.04.11)

MARVULLE, Fábio – Esboços recentes do ciclo de acumulação brasileiro e o entrelaçamento entre o capital externo e a burguesia local – Unicamp – tese doutorado.

NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquiria (orgs). Retratos do Trabalho no Brasil. Uberlândia: EDUFU, 2009.

[18] Katz, Cláudio – Las três dimensiones de la crisis – página 9 - www.lahaine.org/katz

FONTES:

http://www.ibasecretariat.org/ (19h do dia 24/04/11)

http://www.valoronline.com.br/impresso/brasil/97/413769/balanca-comercial-de-industria-de-media-e-alta-tecnologia-tem-pior-deficit (22h do dia 24/04/11)

http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2011/01/pdf/texts.pdf (12h do dia 25/04/11)

O Estado de São Paulo – 31.01.2011

O Valor Econômico 20 a 24.04.2011

América Economia – edição de outubro 2010.

La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe – CEPAL - 2008

FMI: Perspectiva de la Economia Mundial- 19.04.2011

Valor Econômico – 20 a 24 de abril de 2011

Kim, Kyoungwha – agency Bloomberg News – 19.04.2011

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O "PROGRAMA MATAS LEGAIS", EM SANTA CATARINA.

Manuela de Souza Diamico – Universidade Federal de Santa Catarina
manuela_diamico@hotmail.com
Capes
GT1: Ruralidade e Meio Ambiente

ABSTRACT:

Neste artigo apresenta-se uma parte da discussão desenvolvida em minha pesquisa de mestrado sobre a incorporação da temática ambiental ao sistema produtivo. Analisou-se o Programa Matas Legais, cujo objetivo central é implantar o fomento florestal ambientalmente correto nas pequenas propriedades de agricultores familiares nos Estados de Santa Catarina e Paraná. O estudo deste caso é representativo para nossos objetivos devido à articulação, no mesmo processo produtivo, de uma empresa privada – indústria de papel e celulose – e uma ONG ambientalista. Tal parceria acompanha o movimento internacional do setor, representado pelo "The Forest Dialogue", de tornar sustentável o ciclo produtivo do papel. Essa parceria é curiosa, principalmente se levado em consideração que esse programa de fomento é realizado junto a agricultores familiares, os quais tradicionalmente desenvolvem atividades relacionadas ao plantio de alimentos, e que o incentivo do governo acontece através do auxilio do Pronaf. Em Santa Catarina verifica-se um aumento do plantio de pinus e eucalipto e, inversamente, uma diminuição do plantio de alimentos, apontando uma tendência ao abandono do cultivo tradicional. A justificativa apresentada pelos agricultores entrevistados para essa tendência refere-se à insegurança financeira no plantio de alimentos, causada pelas intempéries climáticas e pela crescente desvalorização da produção, conseqüência da industrialização do campo – esse cenário torna a produção agroindustrial uma alternativa econômica mais viável e segura do que a produção tradicional. Com base nesse quadro questionamos a sustentabilidade econômica e ambiental de tal movimento e o papel do Estado na elaboração de uma política agrícola nacional, que leve em consideração a complexidade envolvida nesse setor.

Palavras chave: desenvolvimento rural, sistema agroflorestal, meio ambiente.

Introdução

Nosso interesse na dissertação de mestrado é o de entender de que maneira a temática ambiental é incorporada pela sociedade contemporânea. Nossa pressuposição é a de que a temática ambiental tem sido absorvida pelo sistema capitalista na forma de mercadoria a partir da atribuição de um sobre-valor ou um novo-valor ao que é produzido sob o rótulo da sustentabilidade e do ecologicamente correto. Para compreender concretamente como se dá essa apropriação da temática ambiental pelo processo produtivo e sua conversão em mercadoria (mercadoria verde) observamos o processo de produção da madeira para papel e celulose, a partir do plantio de eucalipto no Vale do Itajaí em Santa Catarina. O estudo de caso foi realizado junto ao Programa Matas Legais (PML), desenvolvido pela parceria entre uma empresa do setor de papel e celulose, a Klabin celulose SA, e uma ONG ambientalista, a Associação de Preservação ao Meio Ambiente e a Vida - APREMAVI. Esse Programa tem como objetivo central implantar o fomento florestal ambientalmente correto em pequenas propriedades rurais nos Estados de Santa Catarina e Paraná. O estudo deste caso é representativo para nossos objetivos devido à articulação, no mesmo processo produtivo, de uma empresa privada, indústria de papel e celulose, que tradicionalmente é vista como agressora do meio ambiente pelos ambientalistas, junto com uma ONG ambientalista, que tradicionalmente combate formas de produção destrutivas. Essa contradição pareceu bastante curiosa, principalmente se levado em consideração que esse programa de fomento é realizado junto a agricultores rurais categorizados como agricultores familiares pelo Pronaf, os quais tradicionalmente desenvolvem atividades relacionadas ao plantio de alimentos. A articulação desses três atores envolve ainda instituições públicas em diferentes níveis – programas federais de incentivo agrário, prefeituras, secretarias e instituto de pesquisa agrária.

Nesse artigo apresentamos uma parte da pesquisa. Focamos na condição do agricultor rural e seu papel no processo de produção da madeira através dos incentivos do PML. Procuramos fazer uma analise comparativa da produção alimentícia e a de madeira para papel e celulose para evidenciar a tendência ao abandono do primeiro, que pode levar a um colapso alimentar, a chamada bolha alimentar (*food buble*). Por outro lado, apontamos que a crença no desenvolvimento, independendo de seu conceito ou método, continua a imperar e impedir a realização de planos concretos que levem em consideração o futuro e não apenas o imediato.

O setor Florestal

O consumo de papel vem aumentando nas últimas décadas e com ela a demanda por celulose. A partir dos dados apresentados no anuário estatístico da Associação Brasileiro de Papel e Celulose – BRACELPA –, verifica-se que o consumo aparente[1] de papéis teve um aumento de 45,5% em 2008 com relação a 2001 e o crescimento do consumo per capita foi de 18,7% no mesmo período. Com um índice crescente de demanda investe-se também na produção, o que pode ser verificado nos dados históricos da produção de papéis. O crescimento da produção praticamente dobrou nos últimos 20 anos, 99,5%, e teve um crescimento de 26,5% de 2001 para 2008 (Bracelpa, 2009, p. 24). Crescimento acompanhado pelo da produção de celulose, cerca de 70% no referido período. Com essa produtividade o Brasil subiu de sexto para quarto maior produtor mundial de celulose em 2008 e de décimo segundo para décimo primeiro produtor mundial de papel, (BRACELPA, 2009, p. 3). Os Estados com maior capacidade produtiva de papéis são São Paulo, Paraná e Santa Catarina, respectivamente. Os três Estados possuem uma capacidade produtiva de 8.955.402 de toneladas de papel por ano, o que corresponde a 81,8% da capacidade produtiva nacional (BRACELPA, 2009, p. 23). Em Santa Catarina a indústria de papel e celulose é composta por 246 empresas em 71 municípios localizados principalmente na região central, em especial região Serrana e Vale do Itajaí. Região em que a empresa Klabin SA, maior produtora de papéis segundo Bracelpa, responsável por 11,7% da produção nacional, atua com implantação de fábricas de papel e celulose e florestas plantadas.

As empresas deste setor vem crescentemente adotando a estratégia de terceirização da produção, através de arrendamentos e fomentos florestais. Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), enquanto o crescimento médio do plantio das empresas em 2009 foi de 2,5% com relação a 2008, o crescimento nesse período de florestas plantadas via terceirização foi de 15%, sendo o sistema de fomento florestal responsável por 3% dessa produção e o arrendamento por 12% (ABRAF, 2010, p. 35). O anuário estatístico da ABRAF aponta ainda que, dentre os dois sistemas de terceirização, embora o percentual de crescimento de arrendamentos seja mais alto, a área plantada em sistema de fomento é maior, sendo 16,5% das áreas plantadas no sistema de fomento e 12,1% de arrendamentos (BRACELPA, 2009, p. 36).

[1] O consumo aparente, segundo informações da ABRAF (2010) é uma medida utilizada para mensurar a quantidade consumida de um produto. É medido pela soma da quantidade produzida, da quantidade importada e do estoque do produto, subtraindo a quantidade exportada (Consumo Aparente = Produção + Importação + Estoque - Exportação).

Essa tendência a terceirização pode ser explicada pelos motivos da eficiência econômica. Com a terceirização a empresa fica isenta dos encargos sociais (obrigações trabalhistas) e ambientais (legislação ambiental) relacionados ao plantio. A Klabin, por sua vez, tem como meta atingir o número de 20% de florestas provenientes de "parceiros" fomentados. Medida que confere às empresas garantia de certificação ambiental, pois o produto de procedência da agricultura familiar tem credibilidade no mercado externo.

Percebemos nos discursos da ABRAF, da ABRACELPA, assim como no de empresas privadas, uma preocupação em apresentar medidas relacionadas à preservação do meio ambiente por meio de ações voltadas à preservação de florestas nativas, ou reaproveitamento dos rejeitos da produção e investimento em reciclagem. Esta preocupação, conforme explica a própria ABRAF, é conseqüência de exigências do mercado externo que só aceita comercializar madeira de origem ecologicamente correta e certificada. A lógica estabelecida nos mostra que apenas a constatação das possíveis conseqüências causadas pela destruição ambiental não é suficiente para transformar a maneira de produzir. Mas que a partir da incorporação do tema ao mercado, na forma de um novo produto, nesse caso a certificação, é possível colocar o assunto da sustentabilidade ambiental na agenda produtiva.

Mediante a complexidade que a questão ambiental tem, especialmente a questão florestal, deve-se questionar, além dos motivos que levam ao discurso ambiental das empresas, quais são as áreas ocupadas pelo reflorestamento e os reflexos dessa política econômica para o desenvolvimento social. Se deixaram de ser áreas florestadas, em nome da preservação ambiental, então outras áreas estão sendo utilizadas, áreas que já possuíam algum cultivo, como por exemplo, o de alimentos. A importância da preservação de áreas de remanescentes florestais é inegável, no entanto, não deve servir de justificativa ou legitimação para o plantio de exóticas sem qualquer critério. Ao se discutir a sustentabilidade do plantio de exóticas deve-se considerar questões atinentes a influência que esse processo tem sobre as áreas onde atua. Influências essas que não se resumem às áreas de florestas nativas. Envolvem também o modelo produtivo rural, que crescentemente se envolve no modelo industrial de produção, causando passivos sociais e ambientais. Na sessão em que discutiremos a situação do agricultor rural, dentro do contexto florestal, apresentamos dados referentes ao crescimento da produção de madeira em comparação com a de alimentos. Embora os resultados sejam a diminuição da produção de alimentos e a substituição pela madeira, verificamos que os programas que incentivam essa tendência são entendidos como promotores de desenvolvimento. Nesse impasse

devemos acrescer também o papel do Estado. Uma vez que as medidas por ele tomadas têm sido no sentido de incentivar todo e qualquer movimento que reivindique o título de promotor de desenvolvimento, entendido como aumento de renda, independendo de como tal projeto se efetivará na prática. No PML essas questões ficam mais evidentes.

O Programa Matas Legais

O objetivo apresentado pelo Programa, segundo seus protagonistas (Klabin e APREMAVI), é o de promover desenvolvimento rural sustentável nas localidades de atuação da Klabin, em Santa Catarina e no Paraná, conjugado com sustentabilidade ambiental.

O conceito de desenvolvimento econômico utilizado está fundado na noção de aumento da renda. A partir do discurso de aumentar a renda do produtor, a empresa oferece o financiamento do plantio de árvores exóticas – pinus e eucalipto – por meio do programa de fomento florestal. O aumento da renda é garantido, segundo a empresa, através do contrato de parceria, em que a empresa se compromete em comprar a madeira do produtor rural parceiro. Outro benefício apresentado, que converge para esse objetivo, é o auxílio técnico para o plantio. Com ele, argumenta, a produção é potencializada, uma vez que os técnicos disponibilizados pela empresa auxiliam no manejo de fertilizantes e no combate às infestações no plantio, que muitas vezes prejudicam o desenvolvimento das plantas e a produtividade do cultivo. A proposta de fomento consegue oferecer ao "parceiro" uma segurança que ele não teria se fizesse o plantio individualmente. Cabe ressaltar que o "investimento inicial" ao plantio é realizado por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA), programas federais de incentivo aos pequenos e médios produtores rurais. O fomento funciona da seguinte forma: diante das dificuldades apresentadas pela burocracia no processo de acessibilidade ao crédito rural, a empresa "facilita" esse benefício, se colocando como avalista do empréstimo e fornecendo consultoria técnica/jurídica para os agricultores atenderem os requisitos exigidos pelos programas federais de crédito.

Para firmar esse compromisso a empresa exige que os agricultores se adéqüem à legislação ambiental, exigência dos próprios programas de crédito. Fica contratada entre as "parcerias" a obrigatoriedade por parte do agricultor rural do cumprimento das responsabilidades ambientais e trabalhistas legalmente estabelecidas, isentando assim a empresa de todo e qualquer ônus proveniente do não cumprimento destas leis. Dessa maneira, é garantido o manejo "legal" das áreas destinadas ao plantio de exóticas. A APREMAVI atua precisamente nessa fase da adequação ambiental.

Na segunda frente de atuação, a conservação ambiental [2], a APREMAVI fornece consultoria/auxílio técnico aos proprietários fomentados para adequação da propriedade à legislação ambiental. Inclui-se nessa etapa instruções para a averbação das "Reservas Legais (RL)" [3] e restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), com plantas nativas produzidas pela Ong. Além das atividades ligadas à adequação ambiental, essa segunda frente de atuação também elabora planos de manejo nas propriedades, envolvendo o plantio de plantas ornamentais e funcionais. A essas atividades está associado o trabalho de educação ambiental, pois enquanto auxiliam no manejo adequado das propriedades, os técnicos da APREMAVI conversam com os agricultores para informá-los sobre a importância de preservar a natureza – o que pude acompanhar em campo. O PML, portanto, trabalha temas caros aos agricultores, auxílio no tratamento da legislação ambiental e a seguridade financeira.

Os agricultores

Com base em sua experiência de desvalorização da produção e imposições técnicas crescentes, o agricultor rural passa a preocupar-se cada vez mais com o seu futuro e de sua família. Situação que impele o agricultor a buscar alternativas econômicas que proporcionem maior estabilidade financeira. Conforme assinala Kageyama (2004):

> "Um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento rural diz respeito ao mercado de trabalho ou, de maneira mais ampla, ao trabalho em geral. De um lado, porque, para a grande maioria da população, o trabalho é a fonte de renda que possibilita a sobrevivência e o acesso aos frutos do desenvolvimento; de outro, porque, no curso das mudanças que conformam o próprio desenvolvimento, o mercado de trabalho - e particularmente o mercado de trabalho agrícola - sofre grandes transformações em quantidade (por exemplo, o desemprego tecnológico) e qualidade (por exemplo, o trabalho temporário, sazonal ou em tempo parcial). (KAGEYAMA, 2004)

Sendo assim, os temas seguridade econômica e rentabilidade são de extrema importância ao se tratar de programas de desenvolvimento rural. São centrais também no trabalho de divulgação do PML a novos possíveis fomentados. O fazem a partir da apresentação das vantagens que o Programa traz para os agricultores, como por exemplo, a garantia da procedência da muda e apoio técnico. Mas o que garante credibilidade, além do discurso bem elaborado da empresa, é a participação dos técnicos das prefeituras ou da EPAGRI,

[2] Cabe observar que ao referirem-se as medidas ambientais, não fazem distinção entre preservação ou conservação, embora seja um programa preservacionista.

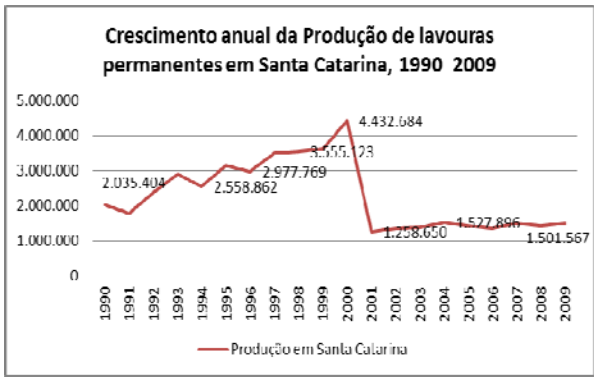
[3] As "reservas legais" são áreas, dentro das propriedades rurais destinadas "ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna/flora nativas". (art. 1°, § III da Lei nº 4.771/65). Instituída pela Lei Federal nº 4.771/65, de 15 de setembro de 1965, do Código Florestal brasileiro. Embora uma instrução legal instituída na década 1960, tem trazido alguns conflitos principalmente com a Medida Provisória 2.166-67 de agosto de 2001, que retoma e ratifica a lei supracitada. Um dos debates gerados, com proporção nacional, foi a aprovação da lei estadual nº 14.675 de 2009, de Santa Catarina, que reduz de 30 para 5 metros a área de mata ciliar, considerada área de preservação Permanente pela legislação federal, contrariando a legislação Federal.

pois estes estão nos municípios e conhecem cada agricultor, o que gera uma maior confiabilidade ao PML. São percebidos como garantidores do contrato com a empresa.

Por sua vez as instituições públicas têm validado atividades de adesão do pequeno agricultor ao sistema agroindustrial como parte de planos de desenvolvimento rural. O próprio Pronaf apresenta uma linha de crédito própria para as atividades agroflorestais, o Pronaf Floresta. Em entrevista com Mauro N. Teixeira, engenheiro agrônomo da Epagri de Agronômica, perguntei como ele percebe o PML. Mauro acredita que o PML traz benefícios ao agricultor. Em especial o "retorno financeiro". Em sua opinião, que coincide com a apresentada pela Klabin, o plantio de mudas de boa procedência com acompanhamento técnico tem melhor produtividade. Explica que "o papel da EPAGRI nesse processo é mostrar como essas possibilidades podem ser potencializadas". Da mesma forma, em texto disponibilizado pela EPAGRI, verifica-se esse mesmo posicionamento: "A demanda por madeira será cada vez mais suprida por florestas cultivadas de forma intensiva, com alta produtividade e em ciclos de rotação cada vez mais curtos" (EPAGRI). Percebemos nos discursos dos técnicos das instituições públicas que a justificativa mais utilizada para o apoio ao Programa da Klabin é o incentivo econômico aos pequenos produtores rurais. Dentro desta categoria incluem-se as preocupações ambientais, que se tornaram questões econômicas para o agricultor, pois ao não se adequarem estão passíveis de onerações financeiras. Fato que suscita questionar o alcance e a eficiência dos órgãos públicos direcionados a agricultura e meio ambiente em atender as demandas do seu público-alvo (agricultores). As justificativas apresentadas nos levam a entender que estes órgãos estão repassando a responsabilidade de esclarecer e fornecer auxílio técnico para as empresas e ONGs. Diante desse quadro uma das questões que surgem é como se reflete essa tendência concretamente no mundo rural e quais são os reflexos sociais?

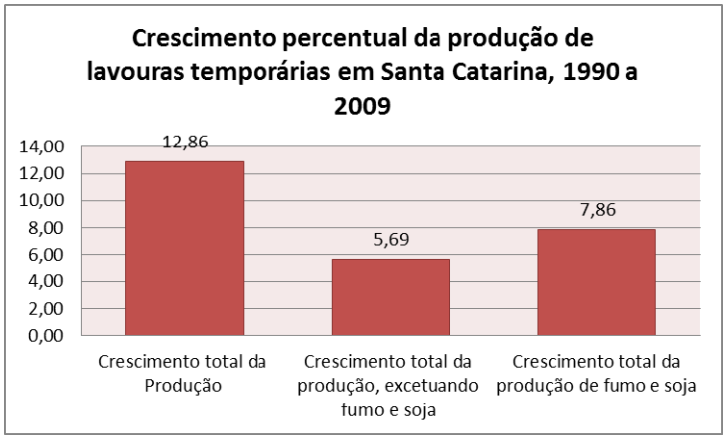
Produção de Alimentos em Santa Catarina e na Região Vale do Itajaí

A partir dos dados do crescimento anual da produção agrícola de Santa Catarina verifica-se uma diminuição de 26% do total da produção de lavouras permanentes o que equivale a -533.837 toneladas no período de 1990 a 2009, conforme o gráfico sugere:



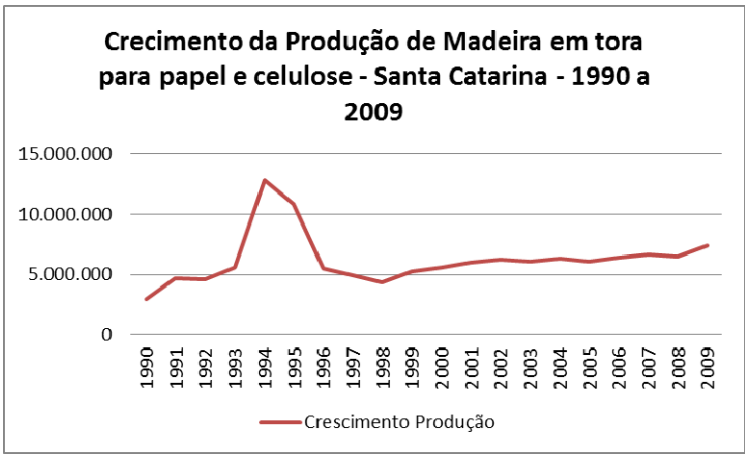
Fonte: IBGE

A produção de lavouras temporárias apresenta uma situação diferente, um aumento na produção anual total de 919.566 toneladas, ou 12%. Sendo as produções de milho e arroz as que obtiveram maior crescimento, com 570.150 e 466.523 toneladas de 1990 para 2009, respectivamente. No entanto, se considerarmos apenas o crescimento da produção de alimentos das lavouras temporárias, ou seja, excetuando a soja - cuja maior parte da produção não é destinada à alimentação – e o fumo, o crescimento dessa produção reduz de 919.566 para 367.578 toneladas. Apresentamos no gráfico a seguir a comparação entre o crescimento total da produção, a produção total excetuando o fumo e a soja e o crescimento da produção do fumo e da Soja:



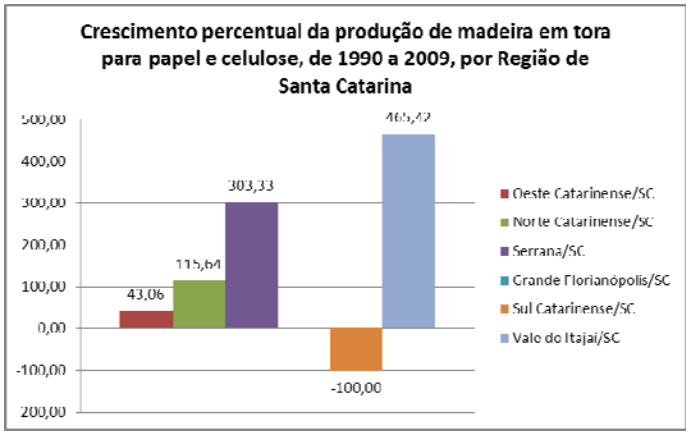
Fonte: IBGE

Verifica-se que a produção conjunta do fumo e da soja apresenta um crescimento mais elevado do que o da produção total excetuando o fumo e a soja. Podemos, a partir desses dados, inferir que a produção de alimentos tem aumentado relativamente menos do que outros produtos agrícolas, ou agroindustriais. Situação diferente encontra-se na produção de madeira em toras para papel e celulose, cujo aumento foi de 4.501.112 metros cúbicos nas últimas duas décadas, representando um aumento de 154%, conforme gráfico a seguir:



Fonte: IBGE

As regiões que apresentam maior produção de madeira em tora para celulose nas últimas duas décadas são a região Serrana, Norte e Oeste do estado de Santa Catarina. São estas também as regiões que tradicionalmente apresentam maior relação com a produção de madeira em geral, desde a época da colonização e as batalhas pela região do contestado. Verifica-se que embora sejam responsáveis pela maior parte da produção, apresentam um crescimento relativamente homogêneo – reflexo da tradição nesse tipo de produção. Ao comparar os percentuais de crescimento dessa produção no referido período, evidencia-se as proporções do crescimento nas diferentes regiões de Santa Catarina.

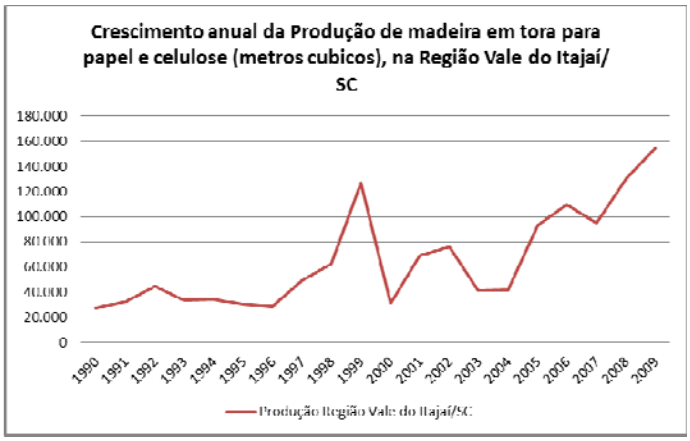


Fonte: IBGE

Percebe-se o aumento significativamente mais elevado na região do Vale do Itajaí, com aumento de 465% em 2009 em comparação com 1990. A Região Serrana também apresenta um crescimento bastante representativo. Cabe lembrar que a Região tradicionalmente explora madeira, desde os tempos do Contestado. Além disso, estas são as duas regiões onde a empresa Klabin implantou o sistema de Fomento Florestal em Santa Catarina.

Se por um lado as regiões tradicionalmente exploradoras de madeira apresentam um crescimento homogêneo e bastante significativo, por outro temos a inserção dessa

produção na região do Alto Vale, que tradicionalmente investe no plantio de alimentos, marcado pela produção familiar, de pequeno porte e diversificada. Verificamos um aumento significativo nessa região (Vale do Itajaí), em especial a partir do final da década de 1990, tendo um crescimento contínuo nos anos 2000 e um pico na produção em 2009, conforme gráfico a seguir:



Fonte: IBGE

Cabe observar que o ciclo do plantio da madeira em tora para papel e celulose tem como tempo necessário para o plantio, crescimento e desbaste um período de 15 anos, sendo possível um primeiro desbaste com 7 anos. A empresa Klabin SA iniciou o Programa de Fomento Florestal no Estado de Santa Catarina em 1984, coincidindo, portanto, com o pico de produtividade em 1999, quando do primeiro ciclo de 15 anos.

A partir da análise comparativa do crescimento da produção nas duas regiões que participam do Programa de Fomento Florestal verificamos distinções também na cultura presente nessas regiões. Ao apresentar um crescimento mais homogêneo, a produção da Região Serrana representa uma cultura de tradição nesta atividade, cujo principal indicativo é a homogeneidade na produção anual, reflexo do plantio permanente, em longo prazo. Essa periodicidade da produção aponta para certa autonomia produtiva, sem relação direta com os períodos de investimento pela empresa, sendo que a produção nessa região não depende somente, ou fundamentalmente, do incentivo do programa, mas, por outro lado, tal incentivo potencializa sua produção.

A Região do Alto Vale, diferentemente, apresenta um crescimento heterogêneo, que reflete uma relação mais estreita com o Programa, uma vez que os aumentos mais significativos da produção anual correspondem aos intervalos determinados pelo Programa, de 7 e 15 anos para o desbaste, se levarmos em consideração o ano base a 1984, quando do início do Programa na Região.

Os argumentos apresentados para justificar a importância da produção de madeira são incrementados com a variável ambiental além do incentivo à economia local. A variável 'proteção ambiental' e 'responsabilidade socioambiental' tem sido incorporadas às agendas empresariais e governamentais a partir da década de 1990. No entanto, o apelo mais vigoroso continua sendo o da renda. O discurso apresentado pela empresa para seu público alvo inclui uma análise do crescimento da demanda de madeira pelo mercado e a estabilidade da produção. O tema da estabilidade, ou "sustentabilidade econômica" tem um apelo muito forte, principalmente em contraponto à insegurança econômica característica das produções de lavouras temporárias ou permanentes, devido às inconstâncias climáticas. Esse discurso cuja finalidade é a de angariar adeptos para o Programa, incentiva a produção de madeira devido a sua garantia econômica, mas não deixa de afirmar a importância da manutenção de uma produção diversificada. No entanto, quando analisamos esse discurso, na prática, verificamos que esse incentivo tem um cunho retórico, posto que a justificativa para o plantio de madeira é justamente a renda e isso, na prática, tem diminuído a produção de alimentos. Verificamos, por exemplo, que o crescimento da produção de lavouras temporárias aumentou mais na produção de fumo e soja, monoculturas, do que a produção de alimentos. Ou seja, há uma desvalorização da produção de alimentos e uma super valorização da produção de monoculturas subsidiadas por grandes empresas e apoiadas pelo governo. Movimento que demonstra uma incorporação da agricultura familiar à agroindústria, ou, nos termos de Ribeiro, (1991) uma agroindustrialização da agricultura familiar.

Resultados do Campo

As entrevistas foram realizadas nos municípios de Agrolândia, Atalanta, Braço do Trombudo, Correia Pinto, Imbuia, Ituporanga, Presidente Getúlio e Rio do Oeste, totalizando 19 entrevistas, na região do Vale do Itajaí em Santa Catarina. Cabe ressaltar que o objetivo da pesquisa é o de entender o funcionamento do PML, incluindo a percepção dos agricultores e também dos técnicos envolvidos e contextualizá-lo dentro do debate ambiental, dentro de uma perspectiva do valor verde. Sendo assim, optou-se por uma amostra não estatística. Por tanto ao apresentar os dados temos clareza de que não são dados representativos do universo da população. Ainda assim os dados aqui apresentados são relevantes dentro do objetivo proposto para a dissertação, pois suscitam características da população estudada relacionadas ao PML e seus procedimentos de atuação.

O público alvo do Programa são agricultores considerados pequenos e médios produtores rurais, de acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629/93. Com base nesses parâmetros verifica-se

que 13, das 19 propriedades pesquisadas inserem-se na categoria pequena propriedade e 6 na categoria média propriedade. As quais estão inseridas nas políticas de crédito Pronaf e Propflora. Com base nos argumentos apresentados sobre o desenvolvimento rural pelo PML, EPAGRI, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), procuramos identificar o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do PML para averiguar como se dá, na prática, os incentivos acima mencionados relativos a diversificação produtiva e econômica. Cabe ressaltar que em seu artigo, Kageyama (2004) conclui que dentre as transformações socioeconômicas ocorridas no meio rural está a sustentação econômica por meio das transferências governamentais, mais do que programas de incentivo a agroindústria familiar, e que a urbanização do meio rural com o incremento de fábricas nessas regiões tem favorecido uma transformação econômica desse meio, onde os trabalhadores cada vez mais deixam de produzir em suas propriedades para assalariar-se no setor de prestação de serviços, no serviço doméstico ou na construção civil.

Conforme assinala Kageyama (2004) existe um movimento cada vez maior da população que mantém sua propriedade no meio rural, mas mora na cidade mais próxima para trabalhar, ou que mora no meio rural, mas trabalha na cidade. Entre os entrevistados buscou-se identificar quantos proprietários moram na propriedade e quantos não moram. Verificou-se que cerca 80% dos entrevistados residem na propriedade. Aqueles que não residem utilizam a propriedade para obter renda, através de arrendamento ou do plantio de exóticas, sendo o PML uma oportunidade mais segura e rentável de investimento. Dentre os que moram na propriedade verificou-se um grande número de propriedades onde habitam somente o casal, cerca de 40%. Os filhos moram em outra cidade, para estudar e/ou trabalhar, ou moram em outra propriedade. Diante da grande quantidade de propriedades onde reside apenas o casal, perguntou-se sobre a ocorrência de empregados na propriedade. Cerca de 40% do total de propriedades possuem empregados na propriedade. No entanto, esse percentual não possui uma correspondência direta com o percentual de propriedades onde vivem somente o casal. Dentre as propriedades onde vivem somente o casal, apenas 11% possuem empregados

Dentre as atividades produtivas (geradoras de renda) procurou-se identificar quantos produtores produzem apenas na propriedade e quantos possuem outra atividade econômica. 21% dos entrevistados não têm outra atividade econômica, 26% têm renda proveniente de transferência do governo (aposentadoria) e 53% possui outra atividade de trabalho, além da produção agrícola na propriedade. Das principais culturas plantadas na propriedade, a cultura mais comum (37% das propriedades) é o milho, seguido do leite (32%) e animais

(21%). Outros cultivos citados foram granja, alho e cebola. E 11% das propriedades cultivam somente eucalipto. Cabe ressaltar que a região tradicionalmente cultiva a cebola, sendo considerada a região da cebola, no entanto, o plantio desse cultivo tem diminuído em função dos preços e da insegurança quanto sua produtividade: justificativas argumentadas pelos entrevistados, já que muitos deles deixaram de plantar cebola e substituíram pela produção do leite, do milho ou do fumo. Todos cultivos realizados em sistemas de "parcerias" com a agroindústria.

Ainda com relação às atividades agrícolas praticadas na propriedade, verificou-se que 37% dos entrevistados têm plantio somente para consumo, 53% produtores destinam seu plantio para a venda e 21% destina sua produção para ambos. É importante observar que ao questionar sobre o destino da produção procuramos identificar se os produtores consideravam seu plantio para subsistência como uma atividade produtiva. Dentre aqueles que responderam produzir apenas para a venda, em sua maioria também plantam para subsistência, no entanto, não consideram essa atividade produtiva. Aqueles que plantam somente para consumo, em geral são aqueles aposentados e que aderiram ao PML para complementar a renda. Estes consideram o plantio do eucalipto um investimento no futuro. Ou seja, apenas cerca 21% dos entrevistados levam em consideração tanto seu trabalho para cultivo de subsistência como seu trabalho para a venda. Dentre os produtos cultivados para a venda estão os animais, principalmente gado e porco, o leite, o milho, o fumo e a madeira. Ou seja, vendem e cultivam primordialmente os produtos que fazem parte da agroindústria regional. Deixam de investir em outros plantios para investirem apenas nas referidas culturas, entrando assim na chamada agroindústria familiar (RIBEIRO, 1991). Comercializadas principalmente junto a empresas de grande porte como a Pamplona, Cravil, Tirol e a Lactovale, Universal (fumageira).

Além de uma caracterização socioeconômica procuramos identificar os benefícios trazidos pelo PML na opinião dos agricultores. Em sua maioria, 11 casos (58%), disseram não saber ainda, pois o Programa ainda não trouxe benefícios já que teve início em 2006. Por outro lado, 26% (5 casos) apontaram renda (investimento inicial para o plantio) e orientação técnica como benefícios trazidos e em 3 casos (16%) foram apontados renda e meio ambiente como benefícios.

Considerações finais:

A importância desse Programa para a empresa parece substancial, pois ao associar-se à APREMAVI ganha maior credibilidade junto ao mercado mundial de madeira para papel e celulose, que apresenta um movimento de preocupação com a sustentabilidade ambiental, e

apoio institucional, também inserido no movimento mundial de defesa da sustentabilidade ambiental e que percebe esse Programa como uma possibilidade de apoio á agricultura familiar, meta inclusa na política agrária nacional.

No entanto devemos colocar em questão as conseqüências que esse tipo de programa pode trazer em longo prazo no desenvolvimento local, regional e global da sociedade moderna. Como pudemos observar, o PML trabalha junto com os agricultores temas importantes para eles. No entanto, sem uma política agrária bem estabelecida, a tendência a opção agroindustrial pode tornar-se economicamente e ambientalmente insustentável – pois mesmo tendo uma 'renda garantida', ao deixarem de produzir para sua subsistência os custos para tanto aumentam: além do fato de que esse processo, de substituição da subsistência pela agroindústria, pode não gerar necessariamente os resultados esperados; além de gerar uma crise alimentar e por conseqüência econômica de maior alcance. .

Marineide Maria da Silva (2003) discute a situação dos fumicultores do sul de Santa Catarina. Nesse trabalho demonstrou uma tendência ao abandono das lavouras de mandioca na região e a substituição pelo plantio do fumo. Ao observar as motivações ou incentivos para tal movimento constatou que todos os argumentos apresentados pelos agricultores levam a justificativas econômicas. No entanto, a pesquisadora verificou que a promessa inicial de bons resultados financeiros ficou aquém do que esperavam os agricultores. Estes, atualmente, embora sofram com a desvalorização do cultivo do fumo, estão presos à política de financiamento com as empresas e dificilmente conseguem investir em outras culturas. Além dos muitos problemas sociais, econômicos e ambientais trazidos pelo fumo, verificou-se um crescente incentivo do governo, por meio principalmente do Pronaf. Segundo a autora, em 1997, 32% dos recursos do Pronaf foram destinados ao custeio do plantio de fumo, em Santa Catarina esse percentual chegou a 55%. Verificou-se, portanto, que no lugar de o governo incentivar a agricultura familiar e o plantio de alimentos, está favorecendo as empresas que se beneficiam desse cultivo como matéria prima (SILVA, 2003, p. 117).

Outro exemplo de problemas encontrados na política de incentivo incondicional do governo à inclusão do pequeno agricultor rural à cadeia agroindustrial é apresentado por Schimidt (2003). A autora aponta que em Santa Catarina, a partir da década de 1960, inicia-se o que viria a ser o "sistema de integração", com o primeiro sistema de fomento ao pequeno produtor rural por uma agroindústria, a Sadia. (SCHIMIDT, 2003, p. 266). Nesse sistema, médias ou grandes agroindústrias estabelecem um contrato onde o pequeno produtor passa a ser fornecedor de matéria-prima para empresa. O Estado sempre

subsidiando e incentivando esse tipo de sistema de produção. No entanto, a partir da década de 1980, "começam a serem aceitas as evidências do fracasso desse modelo sob o ponto de vista social, ambiental e de distribuição no território" (SCHIMIDT, 2003, p. 267). Verificou-se que a lógica de concentração e intensificação da economia fez excluir os agricultores que não estivessem no raio de atuação da empresa; sendo que o número de propriedades de pequeno porte diminuiu e do ponto de vista territorial, verificou-se a expulsão dos jovens do meio rural, tendo como resultado a formação de bolsões de pobreza no meio urbano e também no meio rural. Com relação ao meio ambiente, referindo-se a agroindústria de suínos na região Oeste, verificou-se que cerca de 90% dos recursos hídricos no meio rural estavam contaminados (SCHIMIDT, 2003, p. 268).

Verifica-se uma tendência governamental, portanto, de incentivar a adesão dos pequenos proprietários ao sistema agroindustrial. No entanto, e apesar dos vários exemplos de conseqüências negativas ocasionados por esse tipo de sistema de produção, parece faltar uma racionalização mais eficiente dessa produção, que leve em consideração, o que, como, quanto e para qual finalidade se produz.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FLORESTAS PLANTADAS – ABRAF. (2009) Anuário Estatístico da ABRAF: ano base 2009. Brasília, 2010. Disponível em < http://www.abraflor.org.br/> Acesso em 30/04/2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PAPEL E CELULOSE – BRACELPA. Estatísticas BRACELPA: Relatório Anual 2008/2009. Disponível em < http://www.bracelpa.org.br/bra2/index.php > Acesso em 30/04/2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. Linhas de Crédito. Disponível em < http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856 > Acesso em 30/04/2011.

EPAGRI – CEPA – Agroindicadores. Desempenho e competitividade do setor florestal brasileiro e catarinense: Panorama mundial. Luis Toresan. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/agroindicadores/opiniao/analise_florestal.htm> Acesso em 17/12/2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Banco de Dados Agregados: Agricultura. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PA&v=214&z=t&o=11. > Acesso em 22/03/2011.

KLABIN SA. Novos Caminhos para um novo tempo: relatório de sustentabilidade 2009. Disponível em < http://www.klabin.com.br/pt-br/home/Default.aspx > Acesso em 30/04/2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (1991) Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, n34, 1991. (Pp. 59-101)

SCHIMIDT, Vanice Dolores Bazzo. (2003) Agroindústria em santa Catarina: da integração à inclusão social. In. Paulilo, M. I. & Schmidt, W. (2003). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. UFSC, Florianópolis – SC (p. 265-286).

SILVA, Marineide Maria da. (2003). A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In. Paulilo, M. I. & Schmidt, W. (2003). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. UFSC, Florianópolis – SC (p. 99-124).

A IMPORTÂNCIA METODOLÓGICA DE SE APREENDER INVISIBILIDADES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Henrique Carmona Duval[1]; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante[2]
henriquecarmona@hotmail.com; vbotta@techs.com.br
Financiamento CAPES e CNPq
GT1: "Ruralidades e Meio Ambiente"

Resumo
O presente trabalho é focado na construção metodológica para a investigação de práticas de autoconsumo alimentar, empregada durante pesquisa de mestrado, no assentamento Monte Alegre, na região de Araraquara/SP. A produção do autoconsumo está intimamente ligada a formas de reprodução social de famílias assentadas, mas sua avaliação além da dimensão econômica ainda está repleta de invisibilidades. Por isso, priorizou-se a realização de uma pesquisa qualitativa que permitiu avaliar dimensões materiais e simbólicas do autoconsumo. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a observação direta, o registro etnográfico por meio do diário de campo, aplicação de um questionário semi-estruturado para abordar as hipóteses centrais da investigação, registro fotográfico, coleta de desenhos dos lotes e cardápios de uma semana das famílias. Com isso, foi possível realizar uma análise integrada dos sistemas agrícolas, do trabalho e do prato de comida das famílias assentadas. Foi igualmente possível identificar dimensões geralmente invisíveis da avaliação de assentamentos rurais, tais como o papel das mulheres e o valor do autoconsumo em termos da reprodução social, cultural e econômica das famílias.

Introdução

O presente artigo descreve a construção metodológica que se fez necessária para a investigação das práticas de autoconsumo alimentar em um assentamento rural, durante pesquisa de mestrado (DUVAL, 2009). Por isso, não se apresenta aqui os resultados da pesquisa em si, mas a própria metodologia pela qual foi feita uma avaliação qualitativa de um dos aspectos relevantes do modo de vida nos assentamentos de reforma agrária, que é a produção do autoconsumo alimentar (DUVAL, 2010; DUVAL, FERRANTE, 2010a; DUVAL, FERRANTE, 2010b).

[1] Pesquisador do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Uniara/Unesp). Graduado em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara, mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela UFSCar e doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp.
[2] Coordenadora do PPG Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara. Professora livre-docente, aposentada do Departamento de Sociologia da Unesp/Araraquara.

Geralmente “invisíveis” em pesquisas empenhadas em quantificar a produção nos assentamentos rurais, as práticas de autoconsumo advém de um arcabouço cultural importante de ser apreendido, mas difícil de ser mensurado por meio de indicadores. Uma das hipóteses centrais colocadas no estudo é que a partir do autoconsumo aparecem potencialidades e vocações ao desenvolvimento das famílias assentadas, tanto de um ponto de vista do crescimento econômico como do bem-estar das pessoas. Na região de Araraquara/SP, temos acompanhado que uma parte do abastecimento de programas municipais de segurança alimentar, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e a merenda escolar, é realizado por famílias assentadas que escoam o excedente de seus alimentos via executivo municipal.

No entanto, para reter a discussão do presente artigo na metodologia empregada durante o mestrado, na primeira parte do artigo faço uma breve revisão bibliográfica com alguns autores referenciais para a investigação sobre o modo de vida e, principalmente, sobre práticas alimentares no meio rural. Por meio deles vem à tona a importância do olhar e do registro etnográfico. Depois, passo a descrever técnicas de pesquisa condizentes com essa proposta qualitativa de pesquisa: a montagem de diários de campo (que podem vir acompanhados pelo registro fotográfico), os questionários semi-estruturados, os desenhos/mapas e os cardápios. Como afirmado antes, o artigo não apresenta e discute os resultados da pesquisa sobre o autoconsumo. Os materiais apresentados aqui dão pistas da complexidade da pesquisa e apontam para a necessidade de se apreender invisibilidades ligadas ao modo vida nos assentamentos rurais.

A importância do olhar etnográfico sobre a agricultura familiar

Na literatura de estudos sobre grupos rurais nota-se a grande importância das técnicas de pesquisa etnográficas. Elas figuram dentre estratégias de pesquisa pelas quais busca-se penetrar mais a fundo na compreensão da realidade, por meio da investigação relativa a contextos locais. Segundo Fonseca (2000), a obtenção desse tipo de material etnográfico ocorre durante conversas de várias horas, ou mesmo dias, nas quais o entrevistado fala do seu cotidiano e o pesquisador está atento para compreendê-lo, captá-lo e descrevê-lo. Para essa autora, em tal trabalho se faz essencial a busca por reconstruir categorias analíticas “alternativas de vida social que fogem da lógica prevista e previsível da modernidade” (p.7). Para tanto, o principal método de pesquisa é descritivo. A observação direta, ou *estar* em campo, resulta nas impressões

apreendidas para tal reconstrução, que também é baseada no olhar do pesquisador e no seu recorte teórico pré-estabelecido.

Todo o "perder tempo", quando se está em campo, é relativo a ouvir e buscar compreender o que é a categoria analítica que se constrói. O trabalho de campo é um momento essencial nesta construção, para se apreender com o sujeito pesquisado sua lógica particular num meio capitalista (o que é relevante quando nos referimos ao meio rural, que pode ser entendido como o lugar do atraso social).

O conhecimento prévio sobre a realidade estudada auxilia no trabalho de campo. Conforme formulou Garcia Jr. (1983), sobre suas pesquisas de campo: "A qualidade dos dados não depende de maior realização de entrevistas (...) formular questões relevantes dependia do conhecimento que pudéssemos adquirir sobre esta vida" (p.13). Além disto, fica a impressão de que a qualidade dos dados depende muito da confiabilidade que o pesquisador adquire junto aos sujeitos, que também é conquistado quando o pesquisador demonstra conhecer a realidade vivida pelos sujeitos.

Para Whitaker (2002), os pesquisadores que se aventuram a estudar o homem que vive no campo devem, antes de qualquer coisa, cuidar de quebrar seus preconceitos contra esse espaço rural. O "atraso" que o modo de vida ali possa representar aos olhos de alguém que vive no ritmo frenético dos centros urbanos obstacularia sua compreensão, ainda se compreendemos a dinâmica desse rural modernizado. Na hora do trabalho de campo, a maneira pela qual percebemos as coisas pode criar miopias sobre vários aspectos, por exemplo, as percepções alheias acerca da natureza: quando se vive em meio urbano, pode-se ter outra concepção de natureza, diferente daquela das pessoas que vivem no meio rural. Há, de fato, uma grande diferença no cotidiano de quem vive na cidade ou no assentamento, com relação ao uso e percepção sobre recursos naturais (como os rios, a terra, fauna e flora nativas etc.), ou com relação ao descarte de lixo.

Nesse sentido, os dados de campo valem muito para a pesquisa quando se leva em conta a alteridade: quando o pesquisador busca compreender o outro como alguém que está no mundo diferentemente dele e de outras formas já pré-concebidas. Trata-se sempre do esforço de compreender outro modo de ver e de estar no mundo. No caso da presente pesquisa, tem-se em vista especialmente a relação do outro com seu alimento, da família que volta a morar num sítio e que volta a ter contato intenso com a natureza e que planta, colhe e prepara sua alimentação. Para Baraona (1994), é importante ao pesquisador (e diríamos também ao extensionista) procurar entender o agricultor "por dentro", ou seja, a partir das formas de pensar e agir que ele tem em seu meio. Suas

representações e práticas ambientais se definem intensas porque a preservação da natureza lhes garante sobrevivência e complementaridade. No caso dos assentados rurais, voltar à terra significa restabelecer relações de trocas com a natureza.

Se em um trabalho antropológico ocorre a busca por compreender modos de vida que fogem às formas previstas na construção social moderna, procurando captar "algo da experiência das pessoas" (FONSECA, 2000), procura-se ir além das falas e chegar-se às práticas sociais. Assim é que o estudo passa de um mero esforço descritivo e adquire sentido sociológico, de análise sobre o funcionamento desse tipo de agrupamento rural em seu meio social. São analisados, também, outros aspectos baseados nas relações com o entorno econômico e nas relações travadas com outros agentes sociais. Mesmo tratando-se de um tipo de organização social cuja lógica de funcionamento não é baseada exclusivamente em relações capitalistas, esses grupos nunca estão isolados de relações outras com o sistema capitalista, imbuído de uma racionalidade que tem por base a técnica.

O método etnográfico recebe críticas por ser particularista e possivelmente determinar algo que está fora do tempo e do espaço, mas se apresenta como um resquício anacronicamente oposto à tendência da cultura globalizada (FONSECA, 2000)[3]. Somado à análise das relações travadas em outras esferas sociais e junto a outros agentes sociais, com os quais os sujeitos pesquisados se relacionam, a tendência metodológica sobre assentamentos seguida aqui é a da compreensão de que nesses espaços ocorre uma singular reconstrução de modos de vida (FERRANTE, 1994).

Uma reconstrução que certamente tem base nas experiências pretéritas das pessoas enquanto agricultoras, mas também na influência exercida pelas novas condições históricas e a pressão dos agentes externos aos assentados, que os empurram para tal racionalidade baseada na técnica. Cada assentamento tem uma construção específica, conforme vários fatores como a região onde está, a especificidade da luta pela terra e, para aumentar o caleidoscópio das singularidades, os assentados têm origens e trajetórias igualmente singulares quando olhamos para os aspectos microssociológicos de suas histórias de vida. Suas trajetórias são inúmeras e todas marcadas pela ruptura. Conforme Whitaker e Fiamengue (1995, p.47), as origens são rurais, na maior parte, ou já houve passagem pelo rural, portanto "ir ao assentamento é voltar a terra". Neste processo "não há perda definitiva de práticas tradicionais, que

[3] Tem sido aplicado não só em estudos rurais, mas também em estudos sobre a formação de bairros urbanos e ambientes corporativos.

agora são usadas para compor uma nova identidade, harmonizando-as com as exigências da nova situação" (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.63).

Portanto, nessa metodologia qualitativa que busca compreender tal construção, se privilegia além dos dados mais gerais, a pesquisa do cotidiano num grupo que não precisa ser estatisticamente grande, na qual se valoriza os esforços para obter dados com técnicas etnográficas, intensa observação e vigilância epistemológica (WHITAKER, 2002). A descrição da história e dos aspectos de vida de uma família, ou de um grupo de famílias que vive de forma mais ou menos homogênea, sob condições pré-determinadas e que desenvolve maneiras específicas de enfrentá-las, pode trazer à tona dados relevantes para compreender aspectos mais gerais do grupo como um todo. Assim, Cândido (1979) expõe que ao se referir ao "caipira" que responde diretamente às questões de sua pesquisa, está se referindo ao grupo do qual ele faz parte. Isso porque ele identificou, dentre as pessoas da comunidade que investigou, práticas alimentares e agrícolas semelhantes, trabalho em cooperação como os mutirões e escambos, padrões de sociabilidade e reciprocidades comunitárias, realização de festas, dentre outros aspectos da vida comunitária.

O diário de campo como fonte de dados qualitativos

A técnica de pesquisa que possibilitou, no presente trabalho, a obtenção dos dados etnográficos é comumente chamada Diário de Campo. Neste diário são colocadas rapidamente as passagens de uma visita a uma família, de forma que tais registros possibilitem, em momentos posteriores ao trabalho de campo, o rememorar as situações, quando passamos a descrevê-las com mais detalhes e a ligá-las a outros fatos.

Esta montagem convencionou-se chamar em nosso grupo de pesquisa de Cadernos de Campo, como um produto final de um dia de trabalho de campo no qual todo grupo participa e discute do planejamento à coleta das informações. Conforme expresso em Whitaker (2002) e em Ferrante (2004a), além de outros artigos publicados na revista Retratos de Assentamentos, na trajetória de pesquisa do Nupedor esta técnica sempre foi priorizada para a coleta de informações e já permitiu que bolsistas fizessem seus registros de forma associada a poesias, desenhos, fotos e vídeos.

Em suma, é uma técnica de pesquisa que permite liberdade quanto à forma e conteúdo, bem como pode dar a conhecer ao pesquisador ele mesmo diante de seu trabalho. Cientificamente, antes de ser algo de cunho meramente pessoal, sem relevância para o trabalho em si, é uma técnica que permite aos pesquisadores escrever

sobre seus objetos de pesquisa e revisar seus preconceitos inerentemente existentes, quando se trata de alguém que sai do conforto de seu meio social mais familiar, que inclui o próprio meio acadêmico e adentra ao universo empírico do "desconhecido".

Vale a pena relatar também a importância do diário de campo como técnica que nos deixa a vontade no trabalho de campo. Longe do constrangimento que um gravador possa causar para alguns informantes, limitando seu depoimento, quando se registra passagens das conversas em um diário de campo parece ao informante que o pesquisador está tomando aquela conversa como uma aula e de fato tomando nota. Mesmo que se tenha um roteiro de questões a serem abordadas, as conversas podem chegar a assuntos bem distantes da proposta inicial, muitas vezes em função da vontade de falar do entrevistado e da lógica da situação. Sua interrupção deve ser evitada. O registro em diário de campo permite acompanhar e respeitar esta direção, quando então o entrevistado se liberta de perguntas e fala à vontade sobre os aspectos que se ligam a sua explicação. Certamente, ao notar o interesse do pesquisador em acompanhar seu raciocínio lógico, o entrevistado sente-se mais à vontade. Com isso, muitos aspectos subjetivos nas conversas ganham relevância, como por exemplo, através dos gestos, aspectos sutis que dão a impressão de que ali está acontecendo um entendimento.

O diário de campo no contexto da pesquisa sobre autoconsumo

A delimitação da amostragem do presente trabalho se baseou em minha experiência em diversas pesquisas nos assentamentos rurais da região de Araraquara, desde 2001, como integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural. Desde a iniciação científica comecei a aprender a usar o registro etnográfico como forma de captar informações nos assentamentos.

Nesta fase inicial de minha participação no grupo foi essencial o contato com a pesquisadora Dulcelaine Lucia Lopes Nishikawa, que já fazia parte do grupo. Enquanto Dulcelaine estava analisando possibilidades de agricultura sustentável, fazia uma coleta de dados que inspirou fortemente a minha, no sentido de registrar os inventários dos lotes e de fazer uma leitura do espaço procurando práticas deste tipo de agricultura, associando-as à cultura rural das famílias assentadas[4]. Depois do contato com esta pesquisadora é que, sempre que eu ia a campo, fazia um cuidadoso inventário dos lotes visitados. Por mais exaustivo que este registro possa parecer a alguns, na minha

[4] Ver os trabalhos Nishikawa et al. (2002) e Nishikawa (2004).

concepção era relatar a especificidade de cada um deles, dentro de uma diversidade agrícola que parece ser comum à maioria dos lotes do assentamento. Por outro lado, a diversidade agrícola específica de cada lote denota, por exemplo, através dos alimentos cultivados para o autoconsumo familiar, a construção cultural que cada família traz para o assentamento. Exemplos disto foram encontrados nas diversas variedades de feijão que são plantadas nos lotes para autoconsumo, algumas delas trazidas pelos assentados desde suas origens. Então, esta prática de observar o que (e como) está plantado para autoconsumo se tornou uma constante na minha rotina de pesquisador.

Durante o projeto Inserção dos Assentamentos às Economias Regionais... (FERRANTE, WHITAKER, 1999), o diário de campo foi a principal técnica de pesquisa que o grupo de bolsistas fez uso (nos assentamentos). Assim, as informações levantadas com meus próprios diários foram as principais fontes de minha monografia de bacharelado (DUVAL, 2005). Além das idas a campo e dos registros, fizemos também entrevistas gravadas com técnicos agrícolas dos órgãos gestores, membros das prefeituras municipais (principalmente de Araraquara e Motuca), com técnicos e coordenadores da Regar (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa da Região de Araraquara), que protagonizou a alternativa produtiva analisada em minha monografia.

Já no projeto Poder Local e Assentamentos Rurais..., (FERRANTE, 2004b), foi escolhida uma amostragem importante do ponto de vista estatístico: foram visitadas mais de 10% das propriedades do assentamento Monte Alegre, entre 2005 e 2006 (45 questionários aplicados). O ponto mais importante para o presente trabalho ao final desse projeto é que já havia se comprovado, através de dados coletados com questionário semi-estruturado, que quase a totalidade dos lotes, mesmo com a entrada da cana agroindustrial, continuava com a produção de, pelo menos, uma parte do autoconsumo[5].

Com os questionários aplicados em 2005 e 2006 pela equipe do Nupedor, tivemos, por exemplo, que no assentamento Monte Alegre, produzir ao menos uma pequena parte dos alimentos que se consome era uma prática comum, pois 48,84% das famílias declararam consumir tudo o que produziam, 42,18% boa parte, 8,98 pequena

[5] No projeto Poder Local e Assentamentos Rurais..., foram analisadas algumas das conseqüências da recente parceria entre assentados e usinas canavieiras, mediada pela Portaria Itesp 077/2004, dentre as quais, as conseqüências para a produção do autoconsumo.

parte e nenhuma declarou não consumir nada o que produz. Observamos ainda que 62,5% das famílias entrevistadas faziam trocas de alimentos e de serviços entre si.

No penúltimo projeto do Nupedor (FERRANTE, 2007b) foi feita uma nova coleta de dados com questionários semi-estruturados em significativa amostragem, com o intuito de se montar um banco de dados que permitiu análises comparativas dos assentamentos da região de Araraquara e outros da região do Pontal do Paranapanema. Novamente, questões referentes à produção e distribuição dos alimentos de autoconsumo foram investigadas através de 81 questionários aplicados no Monte Alegre. Nesta nova amostragem, apenas duas famílias do Monte Alegre declararam não produzir nada para seu próprio consumo. A maioria das famílias (aproximadamente 70%) estava numa faixa de produção entre 1 e 60% do que consumia.

Alimentos voltados primordialmente ao autoconsumo das famílias tinham seus excedentes envolvidos, além da rede de trocas, vendas e doações no interior do assentamento, na comercialização em programas municipais, em feiras e mercados de cidades da região. Constatamos com relação ao cuidado com a produção agrícola de autoconsumo, que as respostas mais freqüentes envolviam a mão-de-obra da mulher. As respostas mais comuns foram a participação do titular do lote e sua cônjuge (35%). A produção de autoconsumo era feita com mão-de-obra familiar, em apenas um caso isto não acontecia.

Portanto, nessa trajetória de pesquisa foram feitas inúmeras idas aos assentamentos, em diferentes lotes e em diferentes momentos, devidamente registradas de forma complementar aos questionários através de diários de campo, sempre com especial preocupação ao autoconsumo. O material das recentes pesquisas no âmbito do Nupedor foi utilizado na dissertação de mestrado, embora o objetivo fosse o de avançar no estudo de questões específicas do autoconsumo, notadamente através da associação desses e dos dados qualitativos especialmente coletados.

Para o presente trabalho, de aprofundamento sobre o autoconsumo, o diário de campo foi relevante para captar informações, depois transformadas em dados, por meio da descrição de práticas agrícolas e da transformação do alimento em comida. Muitas vezes consegue-se fazer isto junto com outros membros da família, por exemplo quando na conversa surge espaço para a participação da mulher, pois ela detém maior conhecimento sobre receitas e alimentação da família. Notou-se que o lugar escolhido para as conversas eram na cozinha ou num terraço em frente à porta da casa que dá para a cozinha, então, de uma forma ou de outra, a mulher sempre estava por perto.

Após a aplicação de um questionário semi-estruturado com perguntas comuns a todos os assentados que fizeram parte da amostragem, perguntava-se ao assentado se podíamos conhecer o lote e seus sistemas agrícolas, aquilo que é produzido para o consumo da família. Ao andar pelo lote o assentado se lembrava de coisas que não tinha falado no momento anterior. Nas caminhadas, eu portava além do diário de campo, uma câmera fotográfica digital para os devidos registros principalmente de práticas agroecológicas.

Uma das questões do questionário, por exemplo, era o inventário do lote, com a qual solicitava-se ao assentado relacionar tudo aquilo que havia plantado no lote e que servia para o consumo da família. Muitas coisas eram esquecidas ou por eventualidade, ou por ele julgar irrelevante a existência de algum item também em função da escala que é produzida, ficando assim omitida. Assim, o diário de campo me permitiu completar o inventário. Plantas medicinais também tiveram suas funções para a família desvendadas nestas caminhadas "didáticas".

O diário de campo foi utilizado de forma associada a outras técnicas de pesquisa (o questionário semi-estruturado, a fotodocumentação, desenhos dos lotes e cardápios da família), como meio de complementar as informações necessárias ao estudo. Tais técnicas associadas permitiram-me uma comparação entre o discurso do assentado com minha observação direta. Há, de fato, algumas informações que geralmente não se consegue com técnicas de pesquisa que não permitem flexibilização na coleta das informações, necessárias em casos de objetos de pesquisa que exigem esta flexibilização, como é o caso da agricultura familiar.

Detalhando a metodologia

Para a coleta de dados presente foi utilizada a técnica de bola de neve, procurando obter dados que viessem a complementar aqueles dos estudos anteriores do Nupedor, no sentido de qualificá-los. Com esta metodologia partiu-se de um informante-chave, um assentado que plantava cana agroindustrial e também alimentos para autoconsumo em seu lote. Tal informante indicou dois novos assentados, os quais indicaram mais um assentado cada, até que foi possível identificar um discurso coletivo desse grupo, que mesmo plantando cana não deixou de plantar seus próprios alimentos. A formação desse grupo permitiu avaliar dimensões simbólicas e materiais de convivência de dois sistemas de produção com motivações sociais distintas num mesmo lote agrícola. O discurso coletivo pôde ser detectado no quinto assentado entrevistado.

A cada um desses cinco assentados, titulares de lote, foi aplicado um questionário semi-estruturado cujas questões foram divididas em três blocos. No primeiro procurou-se reconstruir historicamente a origem e a trajetória familiar até o assentamento rural, tendo como fundo o modo de vida, os meios de acesso aos alimentos e o que era produzido pela própria família e o que era comprado fora. Pedi que me falassem sobre os principais pratos consumidos em suas origens (o que se lembrava de comer com sua família, quais pratos doces e salgados eram consumidos). O segundo bloco abrangeu a entrada no assentamento e o acesso ao alimento, sob a perspectiva da produção própria e da constituição de redes nas quais ocorrem eventuais vendas, trocas ou doações de alimentos entre assentados. Perguntou-se também quais os principais pratos consumidos atualmente. No terceiro bloco, foi feita uma tentativa de caracterizar como são os sistemas agrícolas para produção de alimentos de consumo familiar, quanto à divisão de trabalho familiar, uso de insumos e outras práticas. Uma questão extremamente importante nesse bloco foi o inventário de tudo que há no lote e que se faz uso alimentar. Aqui residiu a tentativa de mensurar o imensurável, tal é a diversidade existente nesses inventários, de alimentos que estão presentes na composição do lote familiar e lhes garantem a grande parte dos nutrientes.

Tomei deliberadamente a dimensão simbólica como foco privilegiado para a análise, partindo da hipótese de que esta diversificação é resultado de uma reconstrução identitária do agricultor e sua família no assentamento rural. O que antes era um espaço homogêneo de monocultura de eucalipto[6], agora dá lugar a esta diversidade. Os lotes agrícolas são lugares de uma relação afetuosa da família assentada com a terra, que perpassa o meramente econômico. Além disso, a diversificação invariavelmente torna as relações ecológicas mais complexas. Muitos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nupedor já haviam retratado a relação dos assentados com a terra, de forma que o inventário do lote foi uma tentativa de mensurar, no sentido de qualificar esta relação, ao invés de ensejar prioritariamente uma análise econômica do valor do autoconsumo.

O trabalho de tabulação exigiu que fossem montados cadernos de campo (assim como fazemos no Nupedor), estruturados conforme a seqüência do questionário, mas também incorporando informações que fugiam um pouco do tema da produção dos alimentos. Isso porque durante a aplicação do questionário muitas outras informações surgiram e foram registradas nos diários de campo. Tudo o que foi registrado em campo

[6] A fazenda Monte Alegre foi por quarenta anos, antes do assentamento, um horto da Fepasa (Ferrovias Paulista S.A.) voltado a produção de madeira usada como dormente das estradas de ferro.

serviu para que fosse feita a descrição densa do que foi vivenciado – ou aquilo que chamamos aqui de elaboração do caderno de campo.

Desenhos e cardápios: marcas da identidade

Para ter contato com outros membros das famílias e ocasionar um retorno ao lote, solicitei à cônjuge do titular do lote o registro do cardápio de uma semana da família (pressupondo que a mulher seria a responsável por cozinhar), como também pedi ao agricultor para fazer três desenhos de seu lote, informando o que ele plantava quando chegou ao lote, o que ele planta atualmente e o que ele gostaria de plantar no futuro. O uso do termo desenho para designar esta técnica estava ligado ao termo redesenho do agroecossistema, utilizado na Agroecologia quando do planejamento e implantação de determinado sistema agrícola, principalmente nos casos de transição de matriz energética (do convencional para o agroecológico, por exemplo), quando então se procede ao redesenho do agroecossistema.

Quanto aos desenhos, alguns assentados alegaram que não sabiam desenhar, então pedi um desenho simples, ou que fosse solicitada a ajuda de alguém da família, por exemplo, as crianças. Considerando certa recusa por parte de dois assentados que não quiseram elaborar desenhos, foram conseguidos: com o primeiro assentado, entrevistado três desenhos feitos cuidadosamente por suas netas; com o segundo assentado, também três desenhos, mas feitos na hora e muito a contragosto; o terceiro assentado entrevistado não quis fazê-los, mas consegui obter ao menos um desenho feito por uma filha já adulta (desenho atual do lote); o quarto assentado alegou não saber desenhar, mas seus filhos aceitaram o desafio e acabaram não seguindo o proposto (nesse caso, um dos filhos fez com precisão o desenho atual do lote de produção e uma das filhas tentou fazer o desenho atual do lote de moradia); já o quinto assentado fez três bons desenhos de seu lote, alterando um pouco minha orientação (no primeiro desenho do lote, ao invés dele retratar o primeiro sistema agrícola que ele impôs ao lote, retratou o estado em que pegou a terra).

Para os cardápios, por outro lado, foi mais fácil conseguir adesão. Apenas um assentado não os fez, nem pediu à sua esposa que fizesse (o segundo assentado entrevistado). Das outras quatro casas, em uma delas o próprio assentado fez os registros (o quarto entrevistado); noutras, duas foram feitas por filhas do titular do lote (no terceiro e quinto entrevistados) e, em uma, os cardápios foram registrados pelas crianças (na mesma casa que os desenhos foram feitos por elas, no primeiro

entrevistado)[7]. O registro do cardápio da família por uma semana teve inspiração nos trabalhos de Cândido (1979) e Brandão (1981), que buscaram caracterizar os alimentos e comidas de seus respectivos grupos. Também se intencionou aqui perceber, de uma maneira geral, quais alimentos advêm do próprio lote (que, portanto, imprimem certa construção ao espaço agrícola) e quais são comprados fora. Refeições e modos de preparo típicos também foram objetos de análise. Nesse sentido, cabe salientar a grande importância destas estratégias para a pesquisa etnográfica no presente estudo.

Com os desenhos, a idéia inicial era permitir aos assentados uma representação do lote agrícola que comparasse o momento inicial e o atual e, juntamente com o inventário, tentar se enxergar a diversificação existente nos lugares de onde saem os alimentos para o autoconsumo. Assim, os próprios assentados poderiam ver as mudanças ocorridas com o tempo, as coisas que foram deixadas de lado, os novos sistemas agrícolas que adotaram e a diversificação presente em pequenos espaços.

Outra inspiração ao uso desta técnica veio da pesquisa coordenada por Garcia Jr. et al. (2003), na qual foram elaborados mapas/croquis de forma participativa: os pesquisadores trouxeram mapas de grandes dimensões já com a delimitação dos lotes e coube aos assentados localizar e desenhar seus lotes individuais. Assim, cada um deles inseriu no mapa as informações dos lugares de moradia, sobre os cultivos, estruturas, recursos naturais existentes etc., trazendo assim informações locais aos mapas. Nesse caso, a falta do inventário do lote levou os assentados a priorizarem os cultivos mais importantes para a comercialização e as criações, embora mesmo assim tenha se identificado grande diversificação.

Quando retornei ao lote para receber os primeiros desenhos de um assentado, me dei conta que aquilo extrapolava a idéia inicial de desenho propriamente dito. Tratava-se de um material extremamente útil como forma não apenas de representar o lugar, mas uma forma de mapear o trabalho que ele tem ali desde que chegou ao lote, de inserir informações locais aos mapas. Assim, por sugestão de minha orientadora, Profa. Norma Valêncio, fui convidado a fazer leituras numa área para mim desconhecida, sobre cartografia e o poder de mapear.

[7] Os cardápios registrados pelas crianças revelaram uma melhor delimitação daquilo que é proveniente do próprio lote, por exemplo: especificaram o frango caipira do sítio, as verduras e legumes colhidos na horta, as frutas (para sucos) colhidas no sítio, bem como informaram em alguns casos os temperos usados na preparação do prato, coisa que nenhum dos outros informantes fez. Bem como, os desenhos feitos pelas crianças são os mais ilustrativos. Nenhum cardápio foi registrado pela cônjuge do titular do lote.

Nos mapas, lugares simplificados

Para Crampton e Krygier (2008) a cartografia é um campo científico dominado pela elite e de alto interesse governamental, sendo que a elaboração de mapas raramente serviu como instrumento científico neutro. Quem possui um mapa pode fazer afirmações poderosas, "assertivas de poder e de conhecimento", que orientam principalmente ações militares, políticas e econômicas. Por outro lado, a Cartografia pode ser considerada um campo de conhecimento interdisciplinar, na medida que muitos outros podem fazer uso de algum tipo de cartografia em suas disciplinas. Então, é uma área que entrou em outros limites acadêmicos para explicar fenômenos.

O mapeamento sempre foi institucionalizado, primeiramente usado como ferramenta do Estado para tomadas de decisões. Porém, a partir do maior acesso ao mapeamento e à informação geográfica, que vem ocorrendo através das tecnologias de SIG (Sistema de Informação Geográfica) e GPS (sigla em inglês para Sistema de Posicionamento Global), também por parte de povos tradicionais, ocasiona-se um choque entre Estado e povos locais tradicionais.

Conforme Fox et al. (2008), pesquisadores apontam na construção de mapas participativos, pois tal construção ajuda no processo de fortalecimento da democracia. O mapa participativo é uma ferramenta de poder para uma construção política e organizacional, resultado de um aprendizado coletivo, num determinado território. O mapeamento feito por uma comunidade a (re)insere num mapa "vazio" do Estado, no qual seus direitos possivelmente foram suprimidos, onde aparentemente não havia ninguém ocupando ali historicamente e qualquer um poderia chegar para tomar posse, ou ser objeto para algum empreendimento.

Com os desenhos/mapas dos agricultores em mãos, pudemos concluir que eles são mais completos no sentido de incluir informações que só aqueles que vivem no local podem falar, revelando a dinâmica territorial. Por outro lado, o mapa oriundo de recurso tecnológico dá um retrato frio e ahistoricizado do lote agrícola, mostrando inclusive um grande espaço de solo exposto sem permitir efetivamente a compreensão de sua dinâmica.

Vale a pena reproduzir um trecho do caderno de campo feito após uma visita feita a um assentado, em 14 de junho de 2002, para explicitar mais informações locais do agricultor, como o porquê dele não querer se desfazer dos eucaliptos que compõem o espaço agrícola, a diversificação existente no lote (imperceptível aos desenhos e mapas) a partir do inventário do lote, como seu filho o acompanha nas atividades agrícolas e

como é duro seu cotidiano de trabalho. Além disso, na conversa não deixou de falar da natureza e como gosta dos animais.

> Nós chegamos e o filho Eduardo que nos recebeu, a mãe estava no tanque fazendo queijo e o pai lá embaixo pegando capim para as cabras. Ele subiu correndo para nos mostrar os três porquinhos que comprou na feira em Matão (3 por R$50,00).
> Começamos a conversar sobre os eucaliptos e ele falou da sua importância no lote. Antes tinha em todo o espaço e foi usado como moeda de troca por vários assentados, que foram trocando por coisas momentâneas: "trocavam por uma máquina, poço, motor e foi acabando, mas eu não". Ele foi deixando crescer os cinco anos que está aqui e atravessadores vêm toda semana perguntar se não quer vender (assumiu que qualquer dia vai precisar vender alguns). Falou que os eucaliptos barram o vento e hoje estão com maior valor no mercado, além do valor de proteção para as construções no lote. (...)
> Inventário do lote: salsa, cebolinha, almeirão, rúcula, 300 pés de mamão, milho, mandioca, abóbora, 2 mil entre pés e mudas de café, cavalos, cabras, vacas (e o Diamante – touro reprodutor). Está atualmente vendendo as hortaliças 3 vezes por semana para um amigo dono de supermercado na Vila Xavier. Tem muito leite na geladeira deles, que fez questão de dar 2 litros para nós e mostrar a geladeira cheia (não queria deixar de jeito nenhum eu pagar). (...)
> Ele não cansa de falar que trabalha o dia todo, sem parar e que para conseguir viver da terra tem que ser assim "não pode ficar parado". Ainda mais que são só ele e o tio (o filho Eduardo já ajuda – enquanto andávamos pelo lote ele ia marcando as casas de formigas com um toco para o pai jogar veneno depois). Sr. Agrício destocou sozinho com um ferro vários tocos de eucalipto que ficaram no seu lote e pretende vendê-los para olaria (os tocos ficam fundo e devem pesar uns 500 kg). (...)
> Falou que um dia quer ter um "zoológico" de animais diversos e que tem tanto mamão nos pés, que muitos ficam lá: "alguns eu deixo lá para os passarinhos. O passarinho é gente boa, n/é?". O esterco das cabras e vacas é o adubo dele. (...)
> Combinou conosco para voltarmos lá no sábado seguinte, para almoçarmos, e pediu também para pesquisarmos algumas coisas na internet: sobre plantação química e orgânica de maracujá, mamão, chuchu e horta. Pudemos observar que através de nós ele depositou uma esperança de buscar para ele informações que possam contribuir com as atuais e as novas estratégias produtivas. (Caderno de Campo, dia 14/06/2002).

No sábado seguinte, nosso grupo de pesquisadores voltou lá para o almoço:

> Dna. Adriana preparou almoço para um batalhão e estava tudo muito gostoso. Tinha arroz, feijão, creme de milho e frango frito (foi o meu primeiro prato), ainda tinha macarrão à bolonhesa, maionese e pão caseiro (meu segundo prato). Todo mundo "encheu a cara" de comida e para a sobremesa tinha pudim de leite. O feijão, o milho, algumas coisas da maionese, pão e o pudim de leite eram coisas que são do próprio lote deles (tinha também uma pimenta dedo-de-moça muito boa). O arroz e o frango (caipira) haviam sido comprados de outros assentados. Poucas coisas foram compradas fora para a preparação desse almoço (na verdade, nós levamos refrigerantes, conforme havíamos insistido na semana anterior). Nossa atenção com a comida foi tanta que nem sei quanto tempo ficamos à mesa, com eles contando várias histórias engraçadas. (Caderno de campo, 22/06/2002).

Atualmente, ele está trabalhando como diarista no lote de outro assentado e seu lote está bem parado em termos de produção agrícola. Mesmo assim, em nossa visita fez questão de nos dar vários pés de rúcula e alface colhidos na hora, bem como um saquinho cheio de pimenta comari que colhemos juntos: ele falou que esta pimenta é muito ardida, mas muito especial, porque só o passarinho consegue plantá-la. Relatou que todas as vezes que tentou plantá-la a partir de suas sementes, o pé não cresceu. Mas de repente aparecem uns pés da pimenta no lote, como se fosse um trabalho invisível (não para o assentado), plantados por algum passarinho "gente boa". E ficam carregados de frutos.

Os Fios da Metodologia Escolhida

O informante-chave talvez tenha sido a escolha mais cuidadosa que tive que fazer. Trata-se do Sr. Sidnei Bellintani, um assentado que conheci em idas a campo junto com o pesquisador Luís Antonio Barone, que visitávamos com certa regularidade na época (nos anos de 2001 e 2002) porque ele era uma das lideranças dentre os assentados em torno da proposta de se plantar cana em parceria com usina canavieira[8]. Passávamos em seu lote (bem como em outros) para saber como andava a proposta, que enfim foi regularizada pela Fundação Itesp em 2002 (Portaria 075) e revogada em 2004 (Portaria 077). Ao passo que ele foi uma das lideranças para a "conquista" da cana, foi o primeiro e único assentado até agora que rompeu o contrato antes mesmo do término (ele saiu durante a segunda safra e o contrato era de cinco safras).

[8] O sr. Bellintani afirmava ser um dos pais da proposta.

Durante nossas visitas ali, sempre sobrava tempo para outros assuntos, principalmente meio ambiente. Trata-se de um assentado com forte discurso ambiental, sempre preocupado com tais questões dentro e fora do assentamento, nos mostrando o que ele faz no intuito de preservar o meio ambiente ali em seu lote. Inclusive ele diz que começou a discordar da parceria da cana por questões ambientais, porque estava certo de conseguir que a cana do assentamento não fosse queimada, sendo que nos contratos isto constou apenas como recomendação.

Em uma das idas a campo, nosso informante-chave disse que já foi caçador de passarinhos, declara-se como uma pessoa que já "devastou" muito a natureza e que agora é defensor da natureza. Outro ponto favorável a esse assentado foi o fato de que em sua origem era sitiante nesta região. Declarou que tinha uma alimentação e conseqüentemente uma construção de sistema agrícola bem típica do caipira paulista. Passou por todo o processo de proletarização, saindo do sítio e indo trabalhar em diversas atividades na cidade. Voltando à terra, no assentamento procurou pela construção do espaço como antes quando sitiante, embora também tenha acabado plantando cana agroindustrial em seu lote.

Conforme Whitaker (2003, p.275), a partir de estudo de caso com um único informante pode-se "separar alguns fios", dos múltiplos existentes, daquilo que liga o indivíduo ao ambiente e à sociedade. No caso de famílias assentadas, conforme a autora, trata-se de um grupo com subjetividade bem específica, em razão de todo seu movimento de lutas pela terra e do momento histórico vivido. Com isso, usando a história de vida do mesmo assentado com o qual trabalhamos, a autora coloca em relevo que ele possui consciência aguda acerca da necessidade de preservação de seu *habitat* e que possui um manejo do meio ambiente para tanto.

Portanto, além do assentado ser interessante por causa de suas práticas ambientais e tradicionais, ele foi importante por demonstrar a necessidade de uma alternativa à cana. Na verdade, ele achou que seria a cana, mas depois descobriu que ela também traria muitos pontos negativos para o assentamento. Ele achava que a cana seria uma forma dos assentados adquirirem a necessária renda monetária em uma parcela do lote, mas de forma a possibilitar que a agricultura familiar continuasse em outras parcelas. Em seu lote isto estava acontecendo, só que com o resultado financeiro negativo da primeira colheita e a necessidade de investir todos os seus recursos para a continuidade do cultivo de cana, preferiu lutar para quebrar o contrato a deixar que seu sítio quebrasse por causa da cana. As práticas do processo produtivo empregadas em seu

lote passaram a negar a possibilidade de coexistência de duas lógicas produtivas tão diferentes no mesmo lote agrícola, pois para ele a lógica agroindustrial/empresarial suprime a agricultura familiar com venenos.

Em seus desenhos nem quis retratar a presença da cana agroindustrial, mesmo porque passou apenas dois anos com ela (ele deixou a parceria, rompendo seu contrato, quando a cana estava chegando quase no segundo corte, então soltou suas vacas no canavial). Dentre os motivos que o levaram a tomar esta atitude, disse que funcionários da usina estavam fazendo serviços mal feitos em seu lote, calculando errado sua produtividade, as queimadas e os insumos químicos (inclusive aqueles despejados por avião) incomodavam sua consciência e prejudicavam outros cultivos e criações em seu lote[9], haviam turmas de trabalho que contribuíram para fragmentar a sociabilidade dos assentados (porque passou a haver disputas para o corte da cana em cada lote) e alguns assentados estavam se acomodando com a cana e deixando de praticar a agricultura familiar. Ou seja, estava gerando problemas ambientais e sociais no assentamento.

As indicações de outros assentados que ele me deu foram no sentido de indicar assentados com este perfil de agricultura familiar, no entanto, teria que indicar assentados que plantam cana. Desta forma, assume-se desde já que no assentamento Monte Alegre existem outros perfis de assentados não tão identificados com práticas agrícolas de autoconsumo e de agricultor familiar, algo próprio da complexidade existente no assentamento[10]. Então, a formação desta amostragem também teve intenção de captar algo sobre a convivência destas duas lógicas produtivas nos lotes, como que uma imposição da atividade agrícola moderna para a agricultura familiar. Assim, um dos objetivos específicos desse estudo foi detectar alguns aspectos da sobrevivência do autoconsumo como estratégia de diversificação agrícola, que pode potencializar ou limitar a reprodução social do grupo no longo prazo.

Segundo Bourdieu (1989), podemos dizer que tudo aquilo que não é quantificável, tem seus custos subestimados. Isto pode ser entendido tanto em relação ao que significa a produção de autoconsumo, como pelo papel reprodutivo desempenhado pela mulher, o que vem sendo melhor explorado em nosso ciclo de

[9] O assentado relatou que funcionários da usina fizeram testes com um pré-emergente (insumo químico que inibe a germinação de plantas espontâneas) nos lotes do assentamento e que após a aplicação não era pra ninguém da família ir ao canavial, nem era pra deixar animais irem até lá. Depois de uma semana teve uma vaca no seu lote que abortou e ele disse que a vaca não chegou nem perto do canavial. Ele acredita que a contaminação se deu através do vento.

[10] Por exemplo, em Ferrante (2007a) foram identificados diferentes perfis como: assentados que só plantam cana, que plantam cana e outras coisas, assentados que não plantam cana e diversificam o lote, que recebem apenas aposentadorias, que trabalham fora em atividades não-agrícolas, dentre outros.

pesquisas voltadas aos assentamentos[11]. Por esse motivo, também, fazemos a opção por uma metodologia que procura apreender os meandros dos processos investigados, acreditando ser necessário explorar o imensurável quantitativamente.

Conclusões

A opção por essa metodologia permitiu desvendar invisibilidades acerca do autoconsumo, tais como o trabalho das mulheres, a importância do autoconsumo para a segurança e soberania alimentar das famílias, o resgate de conhecimentos tradicionais na agricultura e na culinária, seu importante papel para a maior diversificação dos lotes, além de mostrar a necessidade de compreender os assentamentos rurais por meio da noção de reconstrução de modos de vida.

Se a metodologia comumente possibilita a quantificação e a construção de indicadores sobre produtividade e rentabilidade, a análise dos múltiplos aspectos do autoconsumo não tem sido penetrados. É esta opção – importante em minha avaliação – que levou muitos pesquisadores a abolir o autoconsumo do estudo da renda, embora seja um de seus componentes (principalmente na agricultura familiar, seja assentamento ou não).

A metodologia apresentada nesse artigo aponta para a flexibilização necessária para a investigação do tema do autoconsumo na agricultura familiar. Se mostrou igualmente importante a associação de dados advindos da aplicação de questionários, de caráter mais quantitativos, com outros advindos da observação direta e detalhados, inclusive com a persistência na aquisição de material fornecido pelos assentados. Isso respondeu a melhor compreensão do problema por abranger duas dimensões do mesmo problema: o mais geral e o específico, no sentido que o segundo qualifica o primeiro.

As técnicas de pesquisa priorizadas deram conta de uma análise integrada de vários aspectos do autoconsumo. Desde os dados mais gerais representativos estatisticamente sobre a produção de autoconsumo, como aqueles que possibilitaram contrapor a fala dos assentados com a observação direta (na qual há complementaridade), até os matérias coletados junto às famílias que trouxeram informações sobre a comida do cotidiano e a comida de final de semana ou como ocorre

[11] Três projetos no âmbito do Nupedor priorizam uma discussão das relações de gênero nos assentamentos rurais: Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais (CNPq, 2009-2010); Os Assentamentos Rurais Sob a Perspectiva de Gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise (CNPq, 2011-Atual); Capacitação em Gênero e Inserção no Atendimento em Rede às Mulheres em Situação de Violência (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010-Atual).

a organização do espaço para sua consecução. Foi esta a plataforma de dados que permitiu uma análise da organização social das famílias, suas estratégias de uso da terra e o prato de comida a mesa, por meio de um estudo que teve a cultura como mediadora dessas relações.

Referências

BARAONA, R. Un Campesino por Dentro. **Conferência de abertura do IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, Concepcion, Chile, dezembro, 1994. (Mimeo).

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade:** a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CRAMPTON, J.W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111.

DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais.** 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato:** um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

DUVAL, H.C. Mudanças Climáticas, Produção de Alimentos e a Percepção dos Assentados na Região de Araraquara-SP. In: VALENCIO, N.F. (Org.) **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Volume II. São Carlos: Rima, 2010, p.137-159.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentadas rurais no circuito da resistência: invertendo papéis? VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas. In: **Anais...**, 2010a.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. A produção do autoconsumo em assentamentos rurais: considerações a partir da atualização dos perfis dos núcleos de Araraquara-SP. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2010, Uniara, Araraquara. In: **Anais...**, 2010b.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. **Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais:** indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal de Paranapanema. Projeto de Pesquisa, Auxílio-Integrado, CNPq, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, 2004a.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais:** expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa, Bolsa Produtividade, CNPq, 2004b.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais:** expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório Final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007a.
FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo). Projeto de Pesquisa, Bolsa Produtividade, CNPq, 2007b.
FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra.** Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
FOX, J.; SURIANATA, K.; HERSHOK, P.; PRAMONO, A.H. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, H. **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 71-84.
GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho.** Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
GARCIA JR, A.R.; MEDEIROS, L.S. de; GRYNSZPAN, M.; LEITE, S.P. (Coords.) **Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada:** uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental. Relatório Final, convênio REDES/Fundação Ford. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, CPDOC-FGV, CRBC-EHESS, UFF, 2003.
NISHIKAWA, D.L.L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural.** Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002, p.135-142.
NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento das Práticas Agrícolas Sustentáveis no Assentamento da Fazenda Monte Alegre Região de Araraquara/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.
WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.
WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.
WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de reforma agrária: Araraquara, SP. In: AUBRÉE, M.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Dinâmica Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003, p.275-294.

VIDAS MOLHADAS: O TRABALHO DEGRADANTE NA CULTURA DA JUTA E DA MALVA NO ESTADO DO AMAZONAS

Aldenor da Silva Ferreira/ Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
aldenorferreira@yahoo.com.br
Fundação de Amparo a Pesquisa/FAPEAM
GT1: Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

Objetivamos neste texto analisar o processo de trabalho degradante na lavoura de juta e de malva e sua interface com o discurso ambiental do "ecologicamente correto". Essa modalidade agrícola é necessariamente uma *cultura anfíbia*. Os camponeses amazonenses iniciam todo o processo no final do mês de julho, época em que as terras de várzea começam a ficar disponíveis para a agricultura – período da vazante do rio Solimões. A lavoura se consolida durante os meses de outubro a dezembro, período de seca do rio, e finaliza no período que vai de janeiro a junho, quando o rio atinge sua cota máxima (enchente/cheia). Apesar do discurso ambiental acerca das fibras vegetais biodegradáveis de juta e malva, matéria-prima de embalagens retornáveis (bolsas e sacos), como antítese aos sacos plásticos, o processo de trabalho para a obtenção das fibras é feito totalmente dentro da água. No momento do desfibramento o camponês se expõe de maneira perigosa e, por passar o dia inteiro dentro da água, desenvolve algumas doenças como reumatismo, gripe, problemas dermatológicos devido à insolação, fungos nas unhas dos pés e das mãos, problemas oftalmológicos e ortopédicos. Nessa etapa do processo de trabalho há, também, o risco iminente de ataque de cobras, poraquês, arraias, jacarés, lacraias, formigas e sanguessugas. Esse é o momento mais penoso dessa atividade, esta etapa do processo produtivo representa a degradação objetiva do corpo. Nesse sentido, há um descompasso entre o discurso ambiental que pretende potencializar as fibras vegetais, "ecologicamente corretas" como sucedâneas às embalagens plásticas e a real situação do camponês que passa seis meses "molhado".

Aldenor da Silva Ferreira

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2005). Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade de Educação da mesma Universidade (2006). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas (2009). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Introdução

O título desse artigo é claramente um contraponto ao título do romance de Graciliano Ramos *Vidas Secas*. Não se trata, porém, de um estudo comparativo, apenas um pretexto, uma inspiração para falar um pouco da vida dos trabalhadores que cultivam juta e malva no baixo rio Solimões no estado Amazonas. A *vida* desses agricultores amazonenses é muito semelhante à vida dos nordestinos de Pernambuco e Alagoas descritos no livro de Ramos, salvo, obviamente, a questão da água. O romance de Ramos explora a seca que castiga o povo nordestino. Na construção de sua narrativa ele não suaviza o tema pelo uso de expressões poéticas. Como ele mesmo disse numa entrevista: "... a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer." Ele, de fato diz (MELO, 2008). Fabiano, Sinhá Vitória, seus filhos e a cadela Baleia, personagens do romance, lutam pela sobrevivência num lugar onde falta tudo – alimentos e, fundamentalmente, água.

O capítulo X *Contas*, Sinhá Vitória deseja profundamente dormir em uma cama ao menos de couro, porque o casal dormia numa cama de varas que só faria adormecer uma criatura fatigada pela faina excessiva do dia. No dia de acertar as contas com o patrão, Fabiano "olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis, as pratas, suspirou. Não tinha o direito de protestar, tinha que baixar a crista. Nesse romance, portanto, seca não é apenas sinônimo de falta de chuva, mas a expressão de um conjunto de fatores ligados a exploração e a miséria, no sentido lato da palavra, que se perpetua no nordeste mesmo nos dias atuais, salvo em algumas ilhas de prosperidade como, por exemplo, na região hidrográfica do rio São Francisco.

Os trabalhadores da juta e da malva, que chamo de *vidas molhadas*, são explorados da mesma maneira que Fabiano. No momento do ajuste, os cadernos dos marreteiros e/ou o patrões, agentes da comercialização, que atuam como intermediários no comércio das fibras de juta e malva no estado do Amazonas estão sempre recheados de muitas compras,

negativando o saldo do camponês agricultor. Aqui não falta água, não falta alimento devido à alta piscosidade dos rios amazônicos, mas eles também têm uma *vida seca*, porque também são explorados e pobres.

No processo de trabalho na lavoura de juta e malva há dois tipos de degradação: a física e a moral; é o que veremos nesse texto. Criticaremos também o descompasso entre o discurso ambiental do "ecologicamente correto" no que se refere às fibras de juta e malva e o processo de trabalho degradante de obtenção das mesmas. Os camponeses amazonenses iniciam todo o processo no final do mês de julho, época em que as terras de várzea começam a ficar disponíveis para a agricultura – período da vazante do rio Solimões. A lavoura se consolida durante os meses de outubro a dezembro, período de seca do rio, e finaliza no período que vai de janeiro a junho, quando o rio atinge sua cota máxima (enchente/cheia). No momento do desfibramento o camponês se expõe de maneira perigosa e, por passar o dia inteiro dentro da água, desenvolve algumas doenças como reumatismo, gripe, problemas dermatológicos devido à insolação, fungos nas unhas dos pés e das mãos e problemas oftalmológicos. Nessa etapa do processo de trabalho há, também, o risco iminente de ataques de cobras, poraquês, arraias, jacarés, formigas e sanguessugas. Esse é o momento mais penoso dessa atividade, esta etapa do processo produtivo representa a degradação objetiva do corpo.

Há também a degradação moral, que ocorre no momento de comercialização dos fardos de fibras de juta e malva. É a degradação subjetiva e objetiva do trabalho, pois a renda adquirida com a venda das fibras precisa pagar as mercadorias adiantadas pelos agentes da comercialização (Aviamento). O problema é que os preços dos produtos são ajustados somente no final da safra. Nesse ponto é que está ganho dos patrões e marreteiros, pois eles levam em consideração a diferença que conseguem estabelecer entre o preço das mercadorias do dia fixado pelas indústrias e/ou comércio e o preço que pagam ao camponês no dia do ajuste de contas.

Nesse sentido, há um descompasso entre o discurso ambiental que pretende potencializar as fibras vegetais, como matéria-prima sucedâneas às embalagens plásticas e a real situação do camponês que passa seis meses "molhado". E pelo axioma de Ramos cuja "a palavra não foi feita para enfeitar e sim para dizer", então temos que dizer: o discurso não condiz com a prática, quando o assunto é "fibras ecologicamente corretas", ou quando se diz, "salve a Amazônia, use juta".

2 Aspectos botânicos de uma cultura *anfíbia* na Amazônia

A malva pertence, ao reino Plantae, divisão Magnoliophyta, classe Magnoliopsida, ordem Malvales, família Malvaceae, espécie (*Urena lobata* L.) (**Figura 1**). As malváceas podem ser monocotiledôneas e dicotiledôneas. Segundo Benzzoni, (1973) nas espécies arbóreas, o lenho é leve, mole e fibroso, folhas simples, geralmente dentadas, fundidas ou palmadas. Flores regulares, cálice lobado e corola com cinco pétalas. Estames numerosos e monadelfos. Fruto variável, predominando a cápsula. Muitas malváceas são alimentares (folhas e frutos), como o quiabo (*Hibiscus esculentus*), a malva amarela, cujos rebentos, folhas e flores são alimentos; o pau-cortiça, que fornece preciosa fibra para tecido (quase todas as espécies de fibras têxteis). O algodoeiro (*Gossypium hirsutum* L.) é exemplo de malváceas monocotiledôneas. De acordo com Silva (1989 p. 05), a espécie Malva Roxa (*Urena lobata,* L.),

> é uma planta dicotiledônea, anual. É encontrada em várias partes do mundo tropical, recebendo muitas denominações. Na República Democrática do Congo, conhece-se como *Congo Jute*; no Peru, *Jute*; no Ceilão, *Patta-appele*; na Índia, *Ban-ochra*; nos Estados Unidos, *Caesar weed* ou *Cokle-burr*; na Venezuela, *Cadilla* ou *Cadillo*; em Madagascar, *Paka*; e no Brasil, Malva.

Atualmente em muitas comunidades rurais do baixo Solimões produtoras de fibras vegetais há uma prevalência da malva sobre a juta. Os motivos dessa preferência estão relacionados fundamentalmente a questões de sementes, ou seja, há uma maior oferta de sementes de malva por parte dos órgãos oficiais e, também, por parte de patrões e marreteiros. Outra questão apontada na pesquisa de campo remete ao fato de que, segundo os camponeses, a malva é mais resistente às pragas e produz fibras mais longas.

O cultivo de malva sempre esteve associado ao cultivo de juta na Amazônia, que pertence ao reino Plantae, divisão Magnoliophyta, classe Magnoliopsida, ordem Malvales, família Tiliacae, subfamília Tilioideae, sendo que as mais importantes no que toca à produção de fibra são a *Corchorus capsularis L e Corchorus olitorius L.* (LIBONATI, 1958) (**Figura 1**). A juta é uma planta anual herbácea ou sublenhosa, de três a cinco metros de altura, caule simples cilíndrico raramente ramificado na parte inferior. Possui folhas alternas, agudas, acuminadas ou lanceoladas, lisas, verde-claras, de cinco a dez centímetros de comprimento. Sua composição química representa papel de destaque na confecção de embalagens para o transporte dos produtos agrícolas, pois a maioria destes produtos pode ser acondicionada em sacos confeccionados a partir de suas fibras. O cumprimento médio das fibras é de cerca de 3,20 cm, e o seu principal emprego é nas indústrias de aniagem.

Esta planta também recebe diferentes nomes em diversos países, tais como, Gunny Fiber, Jute, na Inglaterra; Jute na França; Yute, nos países de língua castelhana.



Figura 1 – À esquerda juta à direita malva.
Fonte: Nusec/FCA/Ufam.

Os camponeses amazonenses iniciam todo o processo no final do mês de julho, época em que as terras de várzea começam a ficar disponíveis para a agricultura – período da vazante do rio Solimões. A lavoura se consolida durante os meses de outubro a dezembro, período de seca do rio, e finaliza no período que vai de janeiro a junho, quando o rio atinge sua cota máxima (enchente/cheia). Portanto, é uma modalidade agrícola que transita por todos os períodos hidrológicos do rio Solimões, daí a chamarmos metaforicamente de *cultura anfíbia.* (**Figura 2**).



Figura 2 – Da esquerda para a direita, os quatro períodos da cultura da juta e da malva. Na vazante ocorre o plantio, na seca o florescimento, na enchente e cheia, o amadurecimento e a colheita.
Fonte: Nusec/FCA/Ufam.

3 O processo de trabalho: degradação objetiva do corpo

O processo de colheita constitui-se basicamente de cinco etapas: corte e formação dos feixes, maceração, desfibramento, secagem e enfardamento. O corte é feito rente ao chão, para que haja um aproveitamento máximo da planta. A formação dos feixes depende do local onde é plantada a juta e/ou a malva (várzea alta ou baixa). Se o plantio for feito em várzea alta, a água pode ficar um pouco distante do roçado no momento do

amadurecimento das plantas, nesse caso, os cortes são realizados, os feixes são formados e ficam cerca de dois a três dias no solo para que as folhas murchem e o feixe perca peso, facilitando dessa forma o transporte para a água (**Figura 3**). Todavia, isso também dependerá do desenvolvimento das plantas. Se a juta e/ou a malva atingir uma média de 3 a 4 metros de altura, os feixes serão formados, em média com 20 a 30 hastes cada. Entretanto, se por algum motivo não houver o amadurecimento integral das plantas (enchente muito rápida, ou questões pedológicas), de forma que elas não ultrapassem os 2 metros de altura, os feixes poderão ter até 100 hastes cada.



Figura 3 – Feixes cortados sendo submersos.
Fonte: Nusec/FCA/Ufam, 2008.

A necessidade das hastes serem submersas é para que haja maceração biológica, que é “a ação de bactérias anaeróbicas que possibilitam o desprendimento da fibra do lenho e a remoção da goma na lavagem, tornando a fibra limpa e alva” (NODA, 1985 p. 82). Após essa etapa inicia-se o desfibramento dos feixes afogados. Essa etapa do processo de trabalho os camponeses chamam de “lavagem”, ou “puxar a juta e/ou a malva”.

Essa etapa do processo produtivo é a que acarreta maiores problemas para a saúde dos camponeses. Eles ficam em média de 8 a 10 horas durante seis dias na semana com a água acima do joelho e, às vezes, na altura da cintura, porém no final da colheita, dependendo da topografia do terreno a água pode chegar à altura do pescoço. Quando isso ocorre, os camponeses lavam a juta e/ou a malva em balsas improvisadas – troncos de árvores que flutuam ou de dentro da canoa.

O momento do desfibramento, **figura 4**, é o mais perigoso do trabalho com a juta e/ou a malva. O desgaste físico é uma constante o a contração de algumas doenças que eles definem como reumatismo, gripe, problemas dermatológicos devido à insolação, fungos nas unhas dos pés e das mãos, problemas oftalmológicos e outros. Nessa etapa, há, também, o risco iminente de ataque de cobras, poraquês, arraias, jacarés, formigas e sanguessugas. Podemos afirmar categoricamente que esta etapa do processo de trabalho

representa a degradação objetiva do corpo. Eles sabem dos riscos que correm, todavia, poucas coisas podem fazer para evitar os acidentes, apesar de todo cuidado que tomam, há um imperativo categórico à sobrevivência – trabalhar é preciso.



Figura 4 – Tradicional forma de desfibramento da juta e/ou da malva.
Fonte: Nusec/FCA/Ufam, 2008.

Finalizando o processo, vem à secagem das fibras no varal que consiste no estender e revirar as mesmas para que sol possa secá-las uniformemente (**Figura 5**). É uma etapa que requer também muito trabalho e dedicação. É preciso ficar "vigiando" as fibras para evitar que elas molhem, entretanto, se houver excesso de chuva não se pode fazer nada, pois não há lugares para armazenar as fibras se elas ainda não tiverem secas. Tudo, portanto, depende da ação da natureza, pois o sol e o vento são os únicos responsáveis pela secagem das fibras.

Dependendo da quantidade e intensidade dos dias de sol, as fibras secam em média de um a dois dias. Entretanto, o período de secagem das mesmas coincide com o período de chuva na região amazônica. Para uma secagem perfeita as fibras precisam também de ventilação para que possam eliminar o odor e as pequenas partículas que se desprendem ao longo do processo de secagem, resultado de sua própria decomposição. O pó que as fibras liberam também causa alergias, irritação nasal e desconforto para os camponeses.



Figura 5 – À esquerda fibras de malva secando no varal e a direita fardo pronto para a comercialização.
Fonte: Nusec/FCA/Ufam, 2008.

4 Introdução da juta e da malva no Amazonas

Segundo Revilla (2002) a malva cultivada no Brasil é originária da Amazônia. Também para Homma, (1998) seu surgimento dá-se, especificamente do nordeste do estado do Pará em áreas de colonização antiga conhecidas atualmente como “Zona Bragantina”, e “Zona do Salgado”, próximas à cidade de Belém.

A malva foi utilizada primeiramente de forma extrativa, devido à abundância de plantas nativas nessas regiões. “Com o crescimento do mercado houve a indução ao plantio de malva, levando ao decréscimo da sua produção extrativa no estado do Pará a partir de 1976” (HOMMA, 1998, p. 38). Na realidade, a introdução da malva, sósia perfeita da juta, constitui-se na maior inovação tecnológica na produção de fibras. As primeiras sementes de malva foram produzidas no município de Capitão Poço, nordeste do estado do Pará, a partir de 1971 (HOMMA, 1998 p. 40).

Segundo Pinto, (1982, p.181) “até 1970 somente o estado do Pará era produtor de malva. No ano de 1935 sua produção, ainda de forma extrativa, foi de 270 toneladas. Já em 1972 sua produção atingiu a marca de 43 mil toneladas”. Sua introdução nas várzeas altas do Amazonas data de 1971 com uma produção de 1750 toneladas. Em 1983, a produção de fibra de malva já era três vezes superior a da fibra juta no Amazonas. A produção tem seu maior pico em 1988 com 30.346 toneladas, demonstrando o potencial adaptativo dessas plantas às várzeas amazonenses e, também, a aceitação por parte dos produtores locais.

4.1 A juta

Sobre a utilização, origem e introdução da juta, o processo é um pouco diferente. A utilização dessas fibras remonta a tempos imemoriais. “Há referência, na literatura bengali de cerca de 1575 a.C., sobre sacos feitos de juta. Outras referências idênticas aparecem em obras poéticas de Bengali dos séculos XVI e XVII” (DEMPSEY, 1974 apud PINTO 1982, p.172). Países do oriente como, Bangladesh, Índia e Paquistão possuem longa tradição no cultivo de juta. A tradição do oriente no cultivo de juta foi beneficiada, no percurso histórico, por conjunturas favoráveis. Segundo Dempsey (1974 apud PINTO 1982, p. 172):

> Em 1793, William Roxburg, botânico e superintendente do Royal Botanic Garden, em Sipbur, perto de Calcutá, embarcou 100 toneladas de juta bruta para a *East Índia Company*, na Inglaterra, a fim de substituir o cânhamo. As primeiras experiências de fiação não foram bem sucedidas sendo que, as primeiras tentativas de tecer a juta em tear de linho, foram feitas por volta de 1820 em Dundee, Escócia, e os resultados também não foram animadores. Em 1832, outra fábrica de Dundee fez tentativas de tecelagem, com algum sucesso. Quando a colheita de linho de 1833 fracassou, a juta foi misturada com fios de

> linho, pela primeira vez. Em 1838, as fábricas obtiveram sucesso no aperfeiçoamento de tecidos de juta, pela modificação de suas máquinas de força.

A cultura da juta no oriente, o seu beneficiamento, especialmente na Índia acompanha o processo de revolução industrial proporcionada pela introdução de novas tecnologias no processo produtivo, fenômeno que desde o século XVIII vinha se consolidando primeiramente na Europa e depois para o resto do mundo. O avanço técnico na adaptação da maquinaria para a industrialização de juta é responsável pelo aumento das exportações de fibra de origem indiana.

> Em 1850, Dundee importou o total de 28.000 toneladas de juta bruta da Índia. A guerra da Criméia (1853/1856) que interrompeu o fornecimento de cânhamo e linho da Rússia resultou na expansão da indústria de Dundee, como fez a Guerra Civil Americana (1861/1865), que impediu os fornecimentos de algodão. Em 1895, a população de Dundee havia triplicado no espaço de 50 anos, quando as importações de juta passam para as 277.000 toneladas anuais. Em 1928, as importações de Dundee atingiram 897.000 toneladas. Em 1851, em Serampur, Índia, é fundada uma fábrica de juta por George Ackland, produtor de café do Ceilão. O tecido de juta aí produzido é utilizado para a confecção de sacos para a embalagem do café. A partir dessa unidade industrial multiplicam-se as fábricas de juta na Índia, tornando-se o centro mundial de produção de fibra, cujas exportações crescem na mesma medida. Em 1959, uma fábrica mecanizada, com192 teares, começou a operar em Baranagar, perto de Calcutá. A indústria de juta indiana não demorou em ultrapassar Dundee, tanto na capacidade de fiação, como na tecelagem, devido aos custos mais baixos de produção do tecido da juta (DEMPSEY, 1974 apud PINTO, 1982, p. 173).

É, portanto, do oriente que vem às primeiras sementes de juta para o Brasil, a partir da década de 1920. Isso se dá, devido às repercussões negativas que a primeira Guerra Mundial trouxe para o comércio das fibras dessa planta. “As exportações de fibras do oriente para os centros consumidores da Europa e América foram bloqueadas” (PINTO, 1982 p. 174). Em função desse bloqueio a indústria têxtil nacional teve que ser incrementada, a partir de um plano de substituição de importações forçada e rápida.

Efetivamente o cultivo de juta no Amazonas se dá em 1934/35 a partir dos resultados obtidos pelo colono japonês Ryota Oyama, **figura 6,** em sua propriedade localizada na Ilha formosa no Paraná do Ramos no Município de Parintins.



Figura 6 – À esquerda Ryota Oyama e a direita Tsukasa Uyetsuka, os japoneses responsáveis pelo sucesso da juta no Amazonas
Fonte: Homma, 2008.

É a partir do êxito da plantação de Oyama, que o cultivo de juta se efetiva no Amazonas. A partir deste ponto, a juta se espalhou por vários Municípios do Amazonas como Itacoatiara, Silves, Barreirinha, Manacapuru, Codajás e Coari.

5 A comercialização – degradação moral

De acordo com Fraxe, (2000 p. 150) “é na esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestal que ocorre uma apropriação dos excedentes produzidos por um conjunto de agentes de comercialização: marreteiro, marreteiro-feirante, regatão e patrão”. Para a autora, é nas relações mantidas entre os camponeses e os agentes da comercialização que estão representadas um dos momentos mais importantes, senão o mais importante, de subordinação do camponês à vontade do capital comercial. Os agentes da comercialização são sujeitos sociais que não produzem nenhum tipo de produto – seja de origem agrícola, criação animal ou extrativista – eles apenas apropriam-se dos excedentes da produção camponesa para vender e revender na cidade. Os preços são determinados por eles e nunca correspondem aos custos de produção do trabalho camponês.

Os agentes da comercialização que atuam no comércio das fibras de juta e/ou de malva nas comunidades são marreteiros e patrões. Os marreteiros são sujeitos proprietários de barcos com motores à combustão, sempre com motores diesel, sendo em grande medida responsável pelo abastecimento de mercadorias da unidade de produção camponesa. Os patrões também atuam fortemente nas comunidades e, também, abastecem de bens manufaturados apanhados das casas comerciais a unidade de produção camponesa, numa relação de aviamento. Todavia, esse sujeito social nem sempre visita as comunidades, eles às vezes mantém relações com os camponeses a partir da cidade. A relação comercial dos camponeses com os agentes da comercialização se dá de forma desigual, pois a dependência é sempre uma constante, que degrada economicamente esses sujeitos sociais. O **gráfico 1** mostra a forte atuação dos marreteiros e patrões. Atualmente eles são peças

fundamentais na cadeia produtiva, desde a distribuição das sementes até a compra do produto final e intermediação com as indústrias de aniagem do estado.

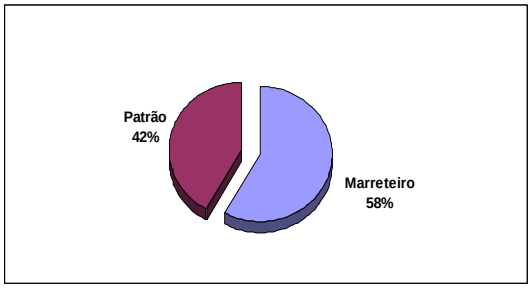


Gráfico 1 – Compradores de malva do baixo Solimões.
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A denominação “patrão” é cercada de ambigüidades, entretanto, no geral esse termo se aplica em contraposição ao termo freguês. Ele é patrão porque financia a unidade de produção familiar por meio da distribuição de sementes de juta e/ou de malva e, também, de mercadorias e outros gêneros de primeira necessidade recebendo como pagamento a esses adiantamentos, a produção *in natura*, ou parte dela.

O próprio sistema burocrático do estado e as conjunturas econômicas propiciam com que a figura dos agentes da comercialização, em determinados períodos, diminua sua atuação e em outros volte novamente a atuar com força. Segundo Pinto (1982, p. 139):

> A partir da década de 1950, quando unidades de beneficiamento industrial de juta [mais tarde também de malva], se estabelecem nas áreas de produção, ocorrem importantes modificações no sistema de patronagem local, com o controle de intermediação passando, em grande parte ao setor industrial. O sistema de financiamento passa, em grande medida, para as mãos de bancos oficiais, especialmente na década de 60. Entretanto, o que se pode perceber claramente é que o próprio sistema oficial, pelas dificuldades de acesso que apresenta aos produtores diretos, passa a favorecer o restabelecimento do sistema patrão – freguês. Tal situação torna-se bastante clara quando, por exemplo, os preços da juta não chegam, em certos anos, a cobrir os custos de produção, e os produtores, em conseqüência, ficam em débito com o banco. Não havendo possibilidade de conseguir empréstimo, não resta ao produtor direto senão ‘procurar um patrão’, para retomar o ‘serviço da juta’.

Atualmente os patrões e marreteiros representam à única possibilidade de obter crédito – ainda que este seja obtido de maneira informal, numa relação de aviamento. Se por um lado não contabilizamos nenhum produtor de juta e/ou de malva que trabalhasse com crédito bancário, por outro contabilizamos 14 agentes da comercialização, divididos entre patrões e marreteiros. O **gráfico 2** mostra algumas situações apontadas pelos camponeses a cerca das dificuldades de obtenção de crédito rural oficial.

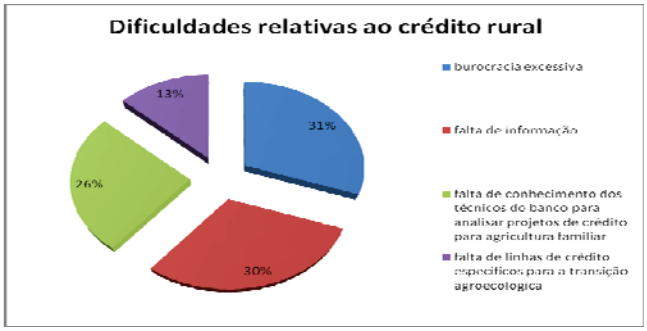


Gráfico 2 – Nas três comunidades pesquisadas os camponeses não têm acesso ao crédito rural.
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Eles não atuam diretamente no fomento da atividade, como no caso da produção de juta e/ou de malva, distribuição de um insumo fundamental para se iniciar a atividade – as sementes. Eles monopolizam as ações de compra do produto, pois na maioria dos casos eles são o único meio de escoamento da produção. Ou o camponês vende para os mesmos ou não venderá nada. Isso se dá obviamente pelo falta de infra-estrutura produtiva tanto por parte do estado, como por parte do camponês que não dispõe de meio de transporte para escoar sua produção até as cidades, centros consumidores, e nem tampouco dispõe de capital para investir em tecnologia na produção que lhe garanta poder de barganha por conta da qualidade de seu produto.

Os patrões e marreteiros possuem *status* pelo fato deles adiantarem as sementes e por comprarem as fibras (**Figura 7**). Todavia, sua ação extrapola a esfera econômica. De acordo com Pinto (1982) esses sujeitos sociais são revestidos de ‘autoridade’ suficiente para resolver as pequenas questões, para atender seus compadres e fregueses em momentos difíceis de doenças, por exemplo, ou na quitação de uma dívida com um vizinho ou um banco. Daí a sua “bondade”. Todavia, a subordinação aos ditames do capital comercial é mascarada por essas ações e escondem um conteúdo de exploração da força de trabalho dos camponeses, por meio da circulação simples de mercadorias. De acordo com Noda (1985, p. 97):

> Historicamente, o capital comercial foi à forma como se apresentou o capital na região quando seus lucros e acumulação provinham das atividades especulativas e espoliadoras de comprar barato e vender caro, na verdade esse capital estabelecia as possibilidades dos lucros na produção. Contudo, o capital comercial na região se apresentou sempre como uma das formas particulares do capital, destinado apenas à circulação de mercadorias, numa posição subordinada à do capital industrial aplicado na produção das mercadorias industriais e nas matérias-primas agrícolas. Como os excedentes ao gerados na produção, identifica-se a necessidade de um lucro comercial e um industrial, bem como uma concorrência entre as duas formas de capital.

A formação econômica da Amazônia deu-se de peito aberto à vontade do capital. Entretanto, sempre foi subordinada ao mesmo. Para Noda (1985, p. 8):

> O capital comercial, enquanto promotor da circulação das mercadorias num esquema definido pela apropriação dos excedentes gerados pela força de trabalho dos produtores de juta/malva é o responsável pela sua posição em relação ao capital industrial e o comércio na região, de maneira que o movimento de acumulação e concentração do primeiro promove a do segundo, para que continue a participar da reprodução do primeiro. Na percepção dos produtores diretos a relativa hegemonia do capital comercial se caracteriza como sendo uma questão de influência, de poder adquirido com a posse do dinheiro.

Os camponeses ficam sob o fogo cruzado dessa disputa de interesses na região, uma vez que seus produtos são específicos, não são, por exemplo, comestíveis, eles são matéria-prima *in natura*, portanto, transitam nas duas esferas, na comercial e na industrial. Ainda de acordo com Noda (1985, p. 149):

> [...] O capital comercial se apropria de boa parcela do excedente produzido, ao se interpor entre os produtores, ou setores de produção, ao se apresentar na sua forma comercial e financeira. A sua preocupação principal é precisamente a extração de sobrelucros advindos da troca desigual entre os produtos da terra comprados abaixo e as mercadorias vendidas acima do valor. Dessa maneira, pela inexistência de mecanismos eficazes de proteção, os pequenos produtores subordinam-se ao capital nas piores condições, com redução da qualidade de vida e sofrendo um processo continuado de pauperização.

É a partir desse ponto que postulamos a degradação subjetiva do trabalho na cultura da juta e/ou da malva, a degradação deixa de ser física, como dito, para ser moral. Os camponeses não têm poder político para barganhar com a indústria. Eles tornam-se meras peças produtoras de uma engrenagem maior e mais complexa.



Figura 7 – Comercialização de fibras de malva.
Fonte: Nusec/FCA/Ufam, 2008.

A necessidade de diminuição de custo por parte da indústria permitiu a abertura de nicho de mercado, inteligentemente explorado por patrões e marreteiros. O problema que isso aumentou a subordinação do camponês ao sistema de aviamento e isso tem

desestimulado muitos trabalhadores nos últimos anos na microrregião estudada, fazendo com que a cultura da juta e/ou da malva não avance aos patamares de décadas passadas.

6 O discurso ambiental

O discurso em voga fundamentalmente no estado do Amazonas, e em outros lugares, é de que os produtos confeccionados tendo como matéria-prima as fibras de juta e/ou de malva podem se tornar a antítese dos sacos plásticos e de nylon, a partir fundamentalmente de uma mudança de comportamento dos sujeitos sociais.

De maneira geral, as fibras de malva e de juta servem como matéria-prima para a, vestuário, barbantes, cordas, cortinas, fios, forração de estofados, fundo de tapetes, lonas, telas para artesanatos etc. (**Figura 8**). Para Santos (2007, p. 172),

> apesar das grandes adversidades enfrentadas pelo setor, a malva e a juta são consideradas a fibras do futuro, por se tratar de produto biodegradável de grande versatilidade e, pelas possibilidades alternativas de uso, como por exemplo, para fins geofísicos – contenção de encostas das estradas e elevados, para evitar a erosão. Esse autor afirma que em função das pesquisas já realizadas, a médio e longo prazo, seu uso poderá ser ampliado, pois, misturada às resinas sintéticas, ela se torna extremamente resistente, sendo possível usá-la como isolante térmico na fabricação de peças para a indústria automotiva (carrocerias, painéis e molas) e aeronáutica, de barcos, de construções residenciais (caixas d'água, telhas), entre outros.

As políticas de incentivo a ampliação do cultivo de juta e/ou de malva perpassam por questões teóricas, que afirmam que o roçado pode ser utilizado por vários anos, plantação sem química no solo e/ou na água, plantio feito às margens dos corpos d'água, ou seja, sem destruição da mata ciliar e/ou da floresta de várzea. Como essas áreas naturalmente têm espaços limitados, apenas ribeirinhos, donos de pequenas propriedades se interessam em produzir juta e/ou malva. Não há e nem haverá condições para a produção em grandes áreas ou fazendas. Após a colheita, a cheia se encarrega de limpar o terreno, que não sofre processos agressivos ao solo como a queima, prática comum a outras plantações. No processo industrial são utilizados apenas aditivos orgânicos e os óleos vegetais. Isso associado às características naturais da juta e da malva faz com que o produto final seja totalmente biodegradável e quando a embalagem utilizada é descartada ela se desintegra completamente em pouco tempo sem deixar qualquer resíduo ou dano ambiental. Outra questão importante é que a juta, assim como a malva, é totalmente adaptada ao bioma amazônico e hoje é a maior fonte de renda para mais de 15 mil famílias

de camponeses apenas no estado do Amazonas – ajudando a fixar o homem no campo e a impedir a migração para as grandes cidades aonde o desemprego estrutural veio para ficar.

Se a comercialização dos produtos "ecologicamente corretos" pode garantir melhorias na qualidade de vida de centenas de camponeses varzeanos – moradores e trabalhadores das várzeas amazonenses, é provável que sim. Pode ser que a diversificação dos produtos das empresas impulsione maior produção de fibras nas várzeas do Amazonas. Todavia, é ecologicamente incorreto, e cada vez mais isso é um fato, o consumo de produtos e subprodutos cuja origem da matéria-prima seja oriunda de destruição de florestas, degradação do solo, trabalho escravo e, também, degradante. Esses produtos tendem a ser rejeitados no mercado, ou seja, é politicamente inconveniente ter uma bela bolsa (biodegradável) para fazer compras em supermercado, quando se sabe que o trabalhador que produziu aquela matéria-prima, traz no corpo as marcas do processo de trabalho.

7 Considerações finais

O uso de embalagens reutilizáveis diminuiria consideravelmente o consumo de sacos plásticos e de nylon em todo o país. Não se questiona isso. Todos, ou quase todos, dizem que almejam o ecodesenvolvimento, embora pouco ainda se saiba o que significa de fato sustentabilidade para uma dada sociedade ou o que é uma realidade sustentável. Todavia, a sociedade parece caminhar para um consenso, ou seja, de que não haverá ecodesenvolvimento se ele de fato não for efetivado no cotidiano. Se, de fato, não se pode abandonar totalmente o consumo, visto que isso é uma condição humana, pode-se mudar o estilo e a qualidade de vida – o que implica necessariamente outra forma de consumo.

No atual momento, o capitalismo – noutras palavras, o capital – apropria-se cada vez mais da ideia de sustentabilidade, ressignificando o conceito, transformando-o numa palavra oca adaptando-o aos seus interesses, desencadeando modismos "verdes" pela estética da palavra, sem, contudo, adotar medidas efetivas que reconcilie a sociedade com o ambiente. Talvez essa (re)conciliação de fato não seja possível se adotarmos, como parâmetro explicativo, a lógica do mercado. É por isso que se torna fundamental o estabelecimento de outra lógica, de outra racionalidade produtiva, bem como de uma nova ordem política e econômica.



Figura 8 – Comercialização de fibras de malva.
Fonte: http://tanianeiva.com.br

8 Referências

BENZZONI, P. **Compendio de botânica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1973.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annhablume, 2000.

HOMMA, A. K. O. (Ed.) **A Civilização da Juta na Amazônia**: expansão e declínio. In: Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: Embrapa-SPI, 1998.
_____. **A Imigração Japonesa na Amazônia.** Belém PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

LIBONATI, V. F. **A juta na Amazônia**. Belém: Instituto Agronômico do Norte, 1958. 81p. (Boletim Técnico, 34).

MELO, S. L. C. **Vidas Secas**. Disponível em: http://recantodasletras.com.br. Acesso em: 20 abr 2010.

NODA, S. N. **As Relações de Trabalho na Produção Amazonense de Juta e Malva**. Piracicaba: Esalq–Usp (Dissertação de Mestrado), 1985.

PINTO, E. R. F. **Os Trabalhadores da Juta**: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Solimões. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1982

REVILLA, J. **Plantas Úteis da Bacia Amazônica.** Volume II de N a Z. Manaus: Sebrae-Am/Inpa, 2002.

SILVA, J. F. **Malva**: informações básicas para seu cultivo. UEPAE de Belém: Belém, PA, 1989. 16p.

SANTOS, J. D. **Fibras de juta/malva**: proposta de preço mínimo safra 2006/2007. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb. Acesso em: 12 jul 2008.

QUILOMBOS, AGRICULTURA TRADICIONAL E A AGROECOLOGIA: ANALISE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO JOÃO SURÁ NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS-PR

Lourival de Moraes Fidelis; Sonia M. P. P. Bergamasco[1]

A Agricultura Tradicional (AT), presente nas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ´s), sua cultura e ritos etnicamente referenciados são, por si só, tema que merece atenção. A prática desta AT sofre com a pecuária e monoculturas que não se prestam à alimentação das CRQ´s. Nas condições em que se encontram, os Quilombos do Vale do Ribeira paranaense, sua reprodução e existência, em sentido amplo, estão ameaçadas. Em Adrianópolis estão localizadas nove comunidades Quilombolas e quatro comunidades negras tradicionais. Estas CRQ´s correm o risco de desaparecer como sujeitos históricos de seu desenvolvimento, devido à perda dos seus saberes tradicionais. A Agroecologia é considerada uma ciência em construção que busca novas formas de manejo dos agroecossistemas, com a contribuição de outras ciências, bem como dos saberes e conhecimento das populações tradicionais. Este trabalho advém de uma pesquisa de mestrado defendida em fevereiro de 2011 na UNICAMP e teve como hipótese que a AT das CRQ´s têm contribuições a oferecer para os estudos da Agroecologia. Teve como objetivo conhecer e estabelecer relações e interfaces entre a AT presente na CRQ João Sura, localizada em Adrianópolis – PR, Vale do Ribeira paranaense e a Agroecologia. Trabalhou-se com a Metodologia Qualitativa utilizando principalmente o método de História Oral. A análise dos sistemas produtivos da CRQ João Surá, no que diz respeito à água, aos solos, as sementes e manejos culturais, revela que sua AT da CRQ detém condições sustentáveis de produção que coincidem com os princípios da Agroecologia

INTRODUÇÃO

[1] Estudante de Doutorado da FEAGRI/UNICAMP. Professora titular da FEAGRI/UNICAMP.

Há no rural brasileiro um cenário novo, que se desvela demonstrando com isto que há uma multiplicidade de sujeitos do campo. Camponeses que vêm construindo suas identidades e que, a partir destas, demonstram que há muitas representações identitárias compondo o rural brasileiro (WANDERLEY, 2000).

Assim, o camponês não tem só uma "cara", uma cor e um vocabulário, mostra-se bem mais diverso e complexo. Esta constatação vem fazendo com que velhas formas de se analisar os camponeses e seus múltiplos arranjos no campo sejam revistos.

As Populações Tradicionais vem reafirmando a tipificação segundo a sua identidade camponesa por meio da organização política e das ações articuladas com base em sua etnia. Como exemplo de Populações Tradicionais hoje organizadas no Brasil, pode-se citar os: Faxinalenses, Os Quilombolas, os Ciganos, os Pescadores Tradicionais e Artesanais, os Ribeirinhos, os Caiçaras, as Quebradeiras de coco, os Cipozeiros, Geraizeiros, entre outras Populações Tradicionais que cada vez mais se apresentam organizadas na sociedade brasileira. Muito embora se saiba da existência de Remanescentes de Quilombos urbanos, é fato que a maioria das comunidades já identificadas pela Fundação Cultural Palmares está e vive no e do espaço rural (FCP, 2010). Isto não determina que a agricultura seja a forma principal de geração de renda destas comunidades mesmo assim, esta é uma atividade principal ou transversal as outras atividades presentes e executadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ´s). Estes agricultores, a partir de uma lógica camponesa, elaboram técnicas, manejos dos solos, das águas e sementes, flora e fauna que marcam seu espaço, seu território, meio físico e biológico.

É por conta disto que é possível afirmar que seu modo de produzir agricultura está longe de ser dita como agricultura de subsistência que vem sendo definida, via de regra, por um viés produtivista que anula e impede de observar que muitas destas CRQ´s produzem uma agricultura pensando na alimentação familiar num primeiro plano e na preservação interativa da natureza num segundo plano.

Agricultura é desta forma, antes de qualquer análise linear, parte de uma estratégia maior que tem como base a reprodução e a segurança alimentar do núcleo familiar das comunidades Quilombolas. Esta estratégia não prescinde da preservação das sementes, da recomposição da fertilidade dos solos através do pousio e outras técnicas que compõe a agricultura das comunidades Quilombolas. Contemporaneamente, a Agroecologia vem pesquisando estas formas de se praticar a agricultura que se baseiam na filosofia da

existência, traçando modelos de produção conceitualmente nominados de agroecossistemas, notadamente aqueles que se valem dos recursos, conhecimentos e insumos locais para a sua reprodução e evolução. Assim, estes agroecossistemas quando incutidos na lógica camponesa, vai ao encontro da Agroecologia, tornando-se mais adequadas do ponto vista das dimensões da sustentabilidade discutida por Caporal e Costabeber (2002). Este trabalho advém de uma pesquisa de mestrado defendida em fevereiro de 2011 na UNICAMP e teve como hipótese que a Agricultura Tradicional (AT) das CRQ´s têm contribuições a oferecer para os estudos e avanços da Agroecologia. O trabalho teve como objetivo, conhecer e estabelecer relações e interfaces entre a AT presente na CRQ João Sura, localizada em Adrianópolis – PR, Vale do Ribeira paranaense e a Agroecologia. Trabalhou-se com a Metodologia Qualitativa utilizando principalmente o método de História Oral. As análises dos sistemas produtivos da CRQ João Surá, no que diz respeito à água, aos solos, as sementes e manejos culturais, revelaram que sua AT detém condições sustentáveis de produção que coincidem com os princípios da Agroecologia. Neste artigo serão apresentados e analisados dados sobre os solos, a água e as sementes da comunidades estudada.

A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA O QUILOMBO, CAMPESINATO E A AGROECOLOGIA

A ocupação humana do Vale do Ribeira é sem dúvida bem anterior à chegada de Colombo à América. Segundo Dean (2010) a presença humana nas planícies e altiplanos sul-americanos data de pelo menos 13 mil anos. Houve grupos que permaneciam por tempo mais prolongado nestas regiões, sendo estes também produtores de cerâmicas e que se alimentavam da pesca, da coleta e dos cultivos para a alimentação (STRUMINSKI 1999 *apud* BIANCHINI, 2010). Neste período, o Brasil detinha pouco mais de quatro milhões de pessoas pertencentes aos diversos povos indígenas, em sua maioria do tronco Tupi-Guarani (RIBEIRO, 1995 p. 31). A re-ocupação do Vale do Ribeira ocorrerá por conta da exploração de ouro de aluvião a partir de Paranaguá, Cananéia e Iguape e logo em seguida pela exploração de áreas cada vez mais amplas para exploração da pecuária nos planaltos curitibanos (IANNI, 1988).

Os negros que chegaram ao Vale do Ribeira foram capturados na África e eram originários de Guiné, de Angola e de Moçambique. Esta chegada ocorreu por volta do segundo quartel do século XVII para o trabalho escravo na mineração e cultivo de arroz

Carril (2001, p. 28). No que diz respeito aos ciclos econômicos, que tiveram na mineração e no arroz grande importância, o que se pode inferir é que os Quilombos têm sua origem no Vale localizada no período de vigência destes ciclos na região. Com seu declínio e o fim da escravidão no século XIX, as fazendas começam a contratar mão-de-obra livre, mas em menor escala.

OS SIGNIFICADOS DE QUILOMBOS

O conceito de Quilombo vem sendo ressemantizado pela ciência e pelos movimentos sociais relacionados à questão do negro ampliando seus significados. A concepção que se tem sobre os Quilombos distanciou-se imensamente do sinônimo de negros rebeldes que, em fuga da opressão escravista, se organizavam em grupamentos de pelo menos cinco negros sem nenhum recurso:

> [...] O Conselho Ultramarino Português datado de 1740, [...] define quilombo como "*toda habitação de negros fugidos, que possuem pelo menos cinco negros em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele*" (LEITE 2000 *apud* LOPES 2010).

Longe de ser um fenômeno exclusivo do Brasil, a formação de Quilombos teve correlatos em diversas partes das Américas:

> As comunidades formadas pelos negros escravos [...] receberam vários nomes nas diversas regiões do Novo Mundo: Quilombos ou Mocambos no Brasil; Palenques na Colômbia e em Cuba; Cumbes na Venezuela; Marrons no Haiti e nas demais ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de Cimarrones em diversas partes da América Espanhola, maroons, na Jamaica, no Suriname e no Sul dos Estados Unidos (CARVALHO, 1995 p. 15).

Para GOMES (2005) a historiografia trabalhou em dois tipos de abordagens sobre o Quilombo. A primeira linha interpretativa surge na década de 30 sob a influência de Nina Rodrigues que estudou os Quilombos e Mocambos no Brasil sob a tese da contra-aculturação. Mais tarde, autores como Arthur Ramos, Edison Carneiro e, posteriormente Roger Bastide, dão continuidade à pesquisa sobre os Quilombos como fenômenos de resistência cultural. A Segunda linha de interpretação terá na ótica marxista seu pilar teórico, com foco na luta de classes e do materialismo histórico. Como principais autores desta linha destacam-se: Clovis Moura, Alípio Goulart, Luís Luna e Décio Freitas. A partir destas duas linhas o conceito de Quilombo sai da academia e adere às lutas políticas do Movimento Negro, principalmente na década de 70. Tomando as ruas e influenciado

inclusive a produção cultural e artística do país. Mas recentemente, Alfredo Wagner Berno de Almeida ao discorrer sobre Quilombos afirma que:

> Quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa re-apropriação do mito do bom senhor, tal como se detecta hoje em algumas situações de aforamento (ALMEIDA, 2006 p. 92).

Outro conceito é proposto em 1994 no encontro realizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Este conceito sugere que Quilombo é: *"Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado"* (ITESP, 2000 p. 7). O'DWYER (1995, p.1) sugere que:

> Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem por número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo.

Esta diversidade de definições e conceitos tenta trazer para o âmbito científico a diversidade e riqueza que é o Quilombo e seus remanescentes. As CRQ´s são cercadas de histórias de vida e de lutas característica principal destes sujeitos do campo.

OS QUILOMBOS E A AGROECOLOGIA

No que se refere a AT das CRQ´s, pode se dizer que ela faz parte da Agricultura Familiar. Têm em sua origem na lógica camponesa, seja para produção de alimentos para o sustento familiar, como de excedentes para comercializar com a rede de trocas e do comércio à sua volta (GOMES, 2005).

Em uma primeira análise podemos afirmar que a Agricultura Tradicional é uma:

> [...] agricultura praticada por povos tradicionais em locais onde não havia disponibilidade de outros insumos além do trabalho humano e dos recursos locais, ou onde foram encontradas alternativas que reduziam, eliminavam ou substituíam insumos humanos intensivos no uso de energia e de tecnologias, comuns a grande parte da agricultura convencional de hoje (GLEISSMAN

2000).

Sevilha Guzmán (2001, p. 39) salienta que: [...] *"a co-evolução local possui a lógica de funcionamento do agroecossistema, naquelas zonas em que o manejo tradicional histórico mostrou condições de sustentabilidade"*. Este autor ainda acrescenta que a:

> Não obstante existe uma contundente evidência empírica que nos mostra (*que há*) possibilidade de recriação e, inclusive de inovação de tecnologia de natureza ambiental naqueles lugares onde os homens recuperam a co-evolução com seu sistema (GUZMÁN 2001, p. 39).

As Agriculturas Tradicionais primam pela diversidade de seus sistemas agrícolas em contraposição a artificialização e simplificação dos agroecossistemas que é a tônica nos sistemas industriais de cultivo. E, neste sentido *"os sistemas tradicionais de produção estão geralmente organizados para resistir a estresses ambientais, restrições de mão-de-obra e aproveitam à consorciação simbiótica"* para se desenvolver. (COSTA 2004, p. 69 – 70). Reside na historia de cada Comunidade Remanescente de Quilombo, pontos que andam na direção da sustentabilidade afirmando sua importância como detentoras de saberes tradicionais muito próprios.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Dentre os vários métodos que a Metodologia Qualitativa oferece optou-se pela História Oral, por ser tratar de um método que tem como característica a estreita relação com categorias como *"biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc."* (ALBERTI, 2004 p. 18). Para o levantamento de dados escolheu-se a entrevista temática. A temática utilizada foi a história da agricultura do Quilombo João Surá. A escolha dos entrevistados foi facilitada pelos trabalhos realizados pelos autores desde 2006 na comunidade. Este contato anterior à pesquisa facilitou a aceitação e o consentimento, bem como o entendimento dos objetivos da pesquisa. Foram escolhidos quatro (4) agricultores do núcleo de Guaracuí um dos três núcleos que integram a comunidade João Surá, os outros dois são João Surá (cede) e Poço Grande. A comunidade Quilombola João Surá é composta por 40 famílias e está localizada no município de Adrianópolis município paranaense que se localiza na região do Alto Vale do rio Ribeira do Iguape. Seus limites e fronteiras são o estado de São Paulo ao norte, a leste é limitado pela confluência do rio Ribeira de Iguape e o rio Pardo.

OS AGROECOSSISTEMAS DO QUILOMBO JOÃO SURÁ

Os Solos da comunidade Quilombola João Surá

O estudo dos solos que se procedeu nos agroecossistemas dos agricultores entrevistados, basearam-se nas informações dadas por eles. Não se procederam análises químicas ou físicas dos solos, por outro lado, trabalhou-se com os agricultores, as noções sobre os solos que manejam. Ademais, os depoimentos dados por eles vão desde uma descrição pedogenética, passando pelas técnicas de interpretar a fertilidade dos solos.

Os solos de Adrianópolis são predominantemente jovens, composto em quase 70% de neossolos, sendo que o restante da área do município se distribui em outros 5 tipos de solos, entre eles, pode-se encontrar os nitossolos brunos, nitossolos vermelhos, chernossolos rendózicos e manchas de latossolos vermelho-amarelo (IPARDES, 2007). Segundo este instituto, 94,3% das áreas são de alta fragilidade sendo o restante, 5,7%, de afloramentos rochosos. Para os agricultores entrevistados a formação do solo é expressa da seguinte forma:

> É o solo vem de baixo para cima! E daí que fica boa de plantar porque na hora que você corta a árvore e tira toda a galhada de cima a planta não produz. Ela sai, mas meio amarelada, meio fraca, mas depois que ela apodrece um pouco que se faz a camada, daí bate a umidade de cima e o que acontece, ela esquenta e daí ela fermenta e daí é que ela vai formar a cobertura de solo. E ai que você corta e vê que ela está gorda (seu Paulico 2010).

As profundidades dos solos no núcleo de Guaracuí não passam de dois metros nas regiões de encostas o que vem acentuando os prejuízos em épocas de estiagens prolongadas. A noção de que as condições de seus solos não são boas foram expostas por todos os agricultores ao afirmarem que estes têm piorado nos últimos anos:

> [...] eu trabalho um solo assim bem desgastado pelo tempo de trabalho além do uso do fogo, trabalho com a enxada né. [...] um pouco é por falta de manejo com a terra, de deixar ela descansar um tempo (seu João Martins, 2010).

Se as condições de fertilidade não são muito favoráveis aos cultivos agrícolas da comunidade por conta do uso por muito tempo de técnicas como o fogo que ainda é usado em pequena escala. Por outro lado, o que impressiona é o conhecimento dos agricultores a cerca dos limites que estes solos oferecem e também, o que é necessário para contorná-los. Além disto, nos aspectos cognoscíveis, fica patente o conhecimento que acumularam a cerca dos solos. Não só isto, mas também a identificação, a percepção de cor, textura, profundidade e tipo de vegetação que ocorre em função do tipo de solo. Os agricultores

familiares, notadamente aqueles que trabalham na lógica camponesa detém, como poucos, o conhecimento sobres os solos (ALVES *et. al*. 2003 p. 380).

Para os agricultores entrevistados, trabalhar com os solos de suas propriedades é mais do que simplesmente plantar e cultivar. Solo é o local de trabalhar com outros agricultores, é o local de reproduzir valores como o de cooperação é onde se cria e se educa os filhos:

> Pra mim o solo é a terra, tanto faz terra fraca como terra forte. Para mim é uma terra que seja assim, que tenha assim uma cobertura boa ai em cima da terra, mas que ela produza com freqüência (seu João Martins, 2010).

Este é um dos princípios que norteiam a construção de agriculturas de base ecológicas fundada nos princípios da Agroecologia. Solos bons são os solos que se tem à disposição e a partir destes, construir a fertilidade desejada. Dois Quilombolas, dos quatro entrevistados, já vêm adotando técnicas e manejos ecológicos que vem influenciando os outros agricultores da comunidade:

> [...] hoje estou com esta consciência de não queimar e não carpir o solo pra amanhã ou depois não acontecer o que esta acontecendo agora né. Tentar passar isto para o outros que acho que é importante a gente trabalhar com a cobertura boa em cima da terra. Para mim tem uma grande importância, eu acho que cuidar dela, cuidar da terra, pra que não venha a se degradar eu acho que seria muito importante (seu João Martins, 2010).

Segundo seu João é o solo que faz o agricultor e não o contrário. Reside aí uma das mais importantes contribuições que estes Quilombolas podem dar às agriculturas de base ecológica e a Agroecologia, contribuições que são passadas de geração em geração:

> [...] como meu pai preservou a terra né e deixou e a gente já viveu em cima dela uma quantidade de anos [...] a gente pretende trazer um sistema de plantio diferente na terra, que possa segurar os filhos da gente [...] para que não venha a abandonar a terra. Porque é muito importante fazer com que ela produza com qualidade e sem carecer degradar e garantir uma produção para os mais novos (seu João Martins 2010).

Resumidamente, esta é a conotação impressa por estes Quilombolas, que conferem a terra e seus solos, uma dimensão que ultrapassa a de um simples bem de uso. A terra foi herdada e junto com ela também receberam valores que deverão ser repassados às gerações futuras, porém, re-significados no que chamam de um sistema novo de plantio que para dois dos Quilombolas entrevistados é a Agroecologia e, a partir desta mudança, garantir que não se repitam os erros do passado.

A ÁGUA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Na opinião dos agricultores familiares entrevistados as águas disponíveis na comunidade, tanto as águas para o consumo quanto para a agricultura, vêm piorando nos últimos anos. Além disso, o que os Quilombolas dizem é que não é possível se pensar o mundo sem considerar que *tudo o que tem na terra tem na água*. Pode-se dizer que o *mundo da água* condensa as relações de reciprocidade das comunidades para com a natureza (MIRALES, 1998 p. 92). Neste sentido os valores que cercam a água, notadamente àqueles radicados nos saberes acumulados pelos Quilombolas, e que a partir deste acúmulo tomam as decisões que re-significam sua agricultura e a forma de praticá-la.

A água usada para os cultivos da comunidade vem, principalmente, das chuvas e que sofrem com as secas:

> Olha, aqui na verdade quando dá um sol tem que suportar, como diz a história. Se produzir é por grande misericórdia divina. [...] Mas aqui eu já cheguei a plantar uma saca de feijão e colher 30 quilos. Não vale a pena! Eu já sofri muito com a conseqüência do sol (João Martins, 2010).

Além da seca que castiga as lavouras, as águas, segundo relatos dos Quilombolas, vêm diminuindo na comunidade:

> [...] A água diminuiu muito sabe e vejo que vem vindo cada dia mais o desrespeito. Os peixes que tinha no rio e a gente vendo ai hoje o veneno que o pessoal joga nas margens, tinha muito cascudo uma época e hoje não [...] provavelmente que os rios vão ficar sem peixes (seu João Martins, 2010).

Professor Antonio Aparecido relata uma seqüência de peixes que povoavam os rios e que hoje já não existem mais.

> Tinha o cascudo bacari, o anhã uma espécie de cascudo menor e era gostoso de mais e muito saudável. Tinha em abundância, chegava nos rios para observar era de se assustar com o tanto que tinha e hoje já não existe mais. Tinha o bagre, a traíra, traíra traputanga. Hoje a gente conta pras crianças ou pra vocês que estão chegando agora, dizem que é mentira (professor Antonio Aparecido 2010).

Nos relatos dos Quilombolas as águas têm que ser tratadas com respeito que a partir deste, assume uma dimensão maior, patente nos relatos como algo que é necessário alcançar mediante a tomada de consciência.

> A água é tudo! Água é vida! Sem ela ninguém vive. Primeira coisa é o batismo não é?! É começa por aí e daí é ela que faz dar a semente, ela que cozinha, é ela que me banha, é ela que eu tomo! Ela banha desde o

> batismo até a morte! A água é a amiga também da agricultura. (seu Paulico 2010)

A comunidade já conta com uma caixa d`água que irá distribuir água tratada e outra estava sendo construída quando do levantamento para esta pesquisa, no entanto, ainda não estavam e funcionamento. As águas usadas para o consumo provêm de nascentes localizadas nos topos dos morros e, por mangueiras, seguem para as casas das famílias para consumo e para sua higienização. Mesmo com estes limites as quantidades de alimentos produzidos sempre supriram as necessidades segundo os Quilombolas, pois são produzidos pelo sistema de policultivos. De certa forma, mesmo tendo poucos recursos para minimizar os efeitos da falta da água nos cultivos em determinadas épocas do ano, as garantias mínimas vem sendo mantidas. Na medida em que se pensa em alternativas para a melhoria da fertilidade e preservação dos solos, da forma que é pensada pela Agroecologia, também se pensa a preservação e melhoria da qualidade das águas. Na comunidade esta questão vem sendo resolvida de forma a garantir as necessidades imediatas, mas que carecem ser melhor planejadas de modo a propiciar o fornecimento de água com qualidade suficiente para o consumo e produção agrícola.

AS SEMENTES E A SUA PRESERVAÇÃO NO QUILOMBO JOÃO SURÁ

A manutenção das sementes e materiais vegetais de propagação da comunidade, algumas com pelo menos 50 anos de reprodução e cultivo nas suas roças, e outras com mais de 150 anos vem sendo cultivadas pelo Quilombo e se mantendo sob sua posse durante os 203 anos da comunidade. As sementes e materiais vegetais de propagação crioulas além da grande diversidade genética garantem uma melhor adaptabilidade aos agroecossistemas locais, são mais resistentes à baixa utilização de insumos e poupadoras de recursos naturais causando assim menos impactos ao meio ambiente (BEVILAQUA, 2010). A primeira constatação é que, mesmo com a falta de solos férteis, água em quantidade suficiente e terrenos planos, a comunidade detém uma grande variedade de sementes e materiais vegetais de propagação. Pela pesquisa de campo deparou-se com cultivares[2] de cana-de-açúcar (*Saccharum spp*), de arroz (*Oryza spp*), de feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e cultivares de café (*Cofea arábica L.*). Entre estas sementes e cultivares, existem algumas que já se encontram há pelos menos

[2] Não foi possível levantar os nomes científicos de cada cultivar encontradas na comunidade estudada, processo que se encontra em fase de pesquisa junto aos centros especializados.

200 anos, no caso das mais antigas, e de 15 a 2 anos, as mais novas. A partir das informações sobre as sementes e materiais vegetais de propagação foi possível elaborar as TABELAS 1, 2, 3 e 4 nas quais estão relacionadas os tempos em que vem sendo cultivadas na comunidade. Na TABELA 1 encontram-se as cultivares de cana de açúcar utilizadas pelos agricultores de João Surá e seus respectivos tempos de cultivos. Constata-se que das 7 cultivares encontradas três estão sendo cultivadas há mais de 100 anos. Pelo depoimento dos agricultores essas cultivares de cana de açúcar vem mantendo, no decorrer do tempo, o seu poder de germinação.

O chamado Arroz Governinho foi apresentado pelos Quilombolas como “semente poderosa”, pois está sendo cultivada por eles há mais de 200 anos. Outros cultivares de arroz como: o Arroz Branco de 90 dias, o Arroz Matão Amarelo ou Amarelão (ou simplesmente Amarelo de 90 dias) e Arroz de 120 dias, estão na comunidade há cerca de 30 anos (TABELA 2). Feijão Carioca, Mãezinha e Rosinha são cultivares novos na comunidade segundo os agricultores, pois são cultivados há cerca de 35 anos. O destaque para o caso do feijão foi o chamado Feijão Branco Manteiga ou Manteigão que é conhecido e cultivado pela comunidade há mais de 200 anos. Este cultivar, segundo os agricultores, chegou a João Surá com os escravos que deram origem ao Quilombo (TABELA 3). No caso dos cultivares de mandioca, as cultivares Vassourinha ou Pãozinho e São Pedrinho estão na comunidade João Surá há mais de 200 anos. A cultivar São Pedrinho é conservada por apenas um agricultor cujo objetivo apresentado por ele é a manutenção da variedade por ser de excelente qualidade (TABELA 4).

Os motivos pelos quais se plantam determinadas sementes por tanto tempo é justificado pelos agricultores por ser “mais gostoso” “render mais na panela” ou por ser um “feijão bonito”. Reside desta forma, num outro nível de significações e motivações do porque uma determinada cultivar na agricultura do Quilombo perdura por tanto tempo. As sementes destes agricultores não têm altos rendimentos produtivos, não alcançam preços ótimos no mercado de cereais, mesmo assim são cultivados todos os anos há mais de 150 anos garantido a alimentação das famílias. Cultivares de cana de açúcar como a *caninha*, que é usada para fins medicinais, foi resgatada e está sendo cultivada por um dos agricultores. A estratégia do policultivo foi sendo desenvolvida durante os mais de 200 anos da comunidade para poder contornar os limites que são impostos pela presença de solos pobres e pelas secas que castigam os cultivos localizados nos topos dos morros. A posse das sementes pelos agricultores é um grande indicador de sustentabilidade. A posse

de cultivares tão específicas quanto do arroz *governinho*, *"matão amarelo"* ou de feijões como o *"branco manteigão"*, feijão *"mulatinho"* e *"rosinha"* ou as de cana de açúcar como as cultivares *"Java"*, *"preta"* ou *"piracicaba"* e *"caninha"* por mais de 30, 40 e mesmo 150 e 200 anos é um fator importante a ser considerado.

ALGUMAS CONCLUSÕES

O Quilombo João Surá está inserido numa região onde os solos são pobres em fertilidade natural e de pouca profundidade, fato que não os impediram de melhorar sementes e cultivares e ainda, adequar técnicas, formas e manejos visando à produção de alimentos necessários às famílias que integram a comunidade. No entanto, o Quilombo detém uma quantidade de sementes impressionante que liga a agricultura camponesa da CRQ João Surá a alguns dos princípios agroecológicos que vem sendo discutidos por Altieri (2009), Caporal e Costabeber (2002) e Gliessman (2000). Um destes princípios é sem dúvida a autonomia dos camponeses, principalmente, aqueles que acumulam saberes e conhecimentos tradicionais. Para os Quilombolas, sementes novas são aquelas que estão a 10 ou 20 anos sendo cultivadas por eles. A recomposição da fertilidade dos solos é realizada mediante ciclagem da matéria orgânica que além desta (de recompor a fertilidade) têm a função de suprir as famílias com lenha. Mas o que se considera importante são os cultivos, a preservação e adequação das sementes por gerações e gerações em poder dos agricultores do Quilombo, todas mantendo bom vigor germinativo no seu sistema de cultivo. A comunidade desenvolveu durante dois séculos, nas áreas onde esta assentada, estratégias que lhes garantiram o sucesso através da prática da agricultura. E isto se deve à posse das sementes e de conhecimentos saberes tradicionais. Carece, portanto, que estes acumulo de conhecimentos sejam estudados e entendidos para que se preserve e com isto seja possível dar o devido valor.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERTI. V. Manual de história oral. 2ª Ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 236p.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de quilombos, terras indígenas, 'babaçuais livres', 'castanhais do povo' faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª edição– Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 116 p.

ALVES, et. al. ALVES. Â. G. C. Caracterização etnopedológica de planossolos utilizados em cerâmica artesanal no agreste paraibano. XXIX Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, Ribeirão Preto, 2003.

BEVILAQUA, G. A. Sementes crioulas e a soberania dos povos. Entrevista online. http://www.ecodebate.com.br/2010/04/16/sementes-crioulas. acesso em 22 de novembro de 2010.

BIANCHINI, V. O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira – Paraná. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Curitiba, 2010.

CAPORAL, F. COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre. Vol. 3, nº 3. Jul/set 2002.

CARRIL, L. F. B. Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência. São Paulo, [s, n], 1995. Dissertação de mestrado FELCH/USP

CARVALHO, H. M de. De produtor rural familiar a Camponês. A Catarse Necessária. www.landaction.org/spip/IMG/pdf/3artigodomes_2009.pdf. Acesso em novembro de 2010.

CARVALHO, J. J. de. et. ali. O Quilombo do Rio das Rãs: História, tradição, lutas. Salvador: EDUFBA, 1995. 270p.

COSTA, M. B. Analise da sustentabilidade da Agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da Agroecologia. Editora da UFPR. Curitiba 2004.

DEAN, W. A. Ferro e fogo: a história e a Devastação da Mata atlântica Brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 484p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSE GOMES DA SILVA" – ITESP. Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território – 2ª Ed. – São Paulo: ITESP: Páginas $ Letras – Editora Gráfica, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas Certificadas. www.palmares.gov.br. Acesso em novembro de 2010.

GLIESSMAN, E. R. Processos Ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS 3ª edição, 2000.

GOMES, F. dos S. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Tradução Francisco R. Caporal – Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER-RS. Porto Alegre, 2001.

IANNI, O. As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. 2ª

edição – Editora Hucitec. São Paulo – Scientia et Labor: Curitiba, 1988.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira: 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

LEITE, I. B. As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil s/d. www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm, acessado em 28/10/2010.

LOPES, C. V. G. O Conhecimento etnobotânico da comunidade Quilombola do Varzeão, Dr. Ulysses (PR): no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da UFPR. Curitiba, 2010.

MIRALES, R. A Identidade Quilombola das comunidades Pedro Cubas e Ivaporunduva. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 1998.

O'DWYER, E. C. (Org.) Terra de Quilombos, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. Circulo do Livro. São Paulo-SP. 1995.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo Estudos Sociedade e Agricultura CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro RJ 2000.

TABELA 1 – TEMPO DE CULTIVO DAS SEMENTES DE CANA DE AÇUCAR NA COMUNIDADE JOÃO SURÁ, ADRIANÓPOLIS, 2010.

Tempo de cultivo (anos)	Nº de cultivares	Cultivares[1]

Menos de 10	1	- Cana de açúcar Catarina
10 – 40	1	- Cana de açúcar Bambu
40 – 100	2	- Cana de açúcar Caninha; - Cana de açúcar Piracicaba ou Piracicabana.
Mais de 100	3	- Cana de açúcar Paulista; - Cana de açucar Roxa ou preta Morretiana; - Cana Java ou Java 78.
TOTAL	7	

Fonte: Dados de Pesquisa, 2010. [1]Os nomes atribuídos as respectivas cultivares de cana de açúcar, arroz, feijão e mandioca foram àqueles apresentados pelos agricultores entrevistados.

TABELA 2 – TEMPO DE CULTIVO DAS SEMENTES DE ARROZ NA COMUNIDADE JOÃO SURÁ, ADRIANÓPOLIS, 2010.

Tempo de cultivo (anos)	Nº de Cultivares	Cultivares
Menos de 10	-	-
10 – 40	-	- Arroz de 120 dias; - Arroz Branco de 90 dias; - Arroz Matão Amarelo ou Amarelão
40 – 100	-	-
Mais de 100	1	- Governinho
TOTAL	4	

Fonte: Dados de Pesquisa, 2010.

TABELA 3 – TEMPO DE CULTIVO DAS SEMENTES DE FEIJÃO NA COMUNIDADE JOÃO SURÁ, ADRIANÓPOLIS, 2010.

Tempo de cultivo (anos)	Nº de Cultivares	Cultivares
Menos de 10	-	-
10 – 40	3	- Feijão Carioca; - Feijão Mãezinha; - Feijão Rosinha.
40 – 100	2	- Feijão Mulatinho; - Feijão Manteiga Preto
Mais de 100	1	- Feijão Branco Manteiga ou Manteigão
TOTAL	6	

Fonte: Dados de Pesquisa, 2010.

TABELA 4 – TEMPO DE CULTIVO DAS SEMENTES DE MANDIOCA NA COMUNIDADE JOÃO SURÁ, ADRIANÓPOLIS, 2010.

Tempo de cultivo (anos)	Nº de Cultivares	Cultivares
Menos de 10	-	-

10 – 40	-	-
40 – 100	1	Pão do Céu
Mais de 100	2	Vassourinha ou Pãozinho; São Pedrinho
TOTAL	3	

Fonte: Dados de Pesquisa, 2010.

PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL RURAL A PARTIR DE UMA DISCIPLINA NA UNIVERSIDADE

Rodolfo Antônio de Figueiredo, Centro de Ciências Agrárias/UFSCar
raf@cca.ufscar.br
ProEx/UFSCar (proc. nº 1855/2009-88, 1525/2010-31) e FAPESP (proc. nº 2010/00620-0)
GT1: "Ruralidades e Meio Ambiente"

Resumo

A formação de profissionais da área agronômica tem de ser apoiada na visão sistêmica, na complexidade que caracteriza a vida e no entendimento do caráter histórico e dialético de desenvolvimento das sociedades humanas. No CCA/UFSCar, a formação em educação ambiental rural foi ofertada em uma disciplina nos anos de 2009 e 2010, sendo que este trabalho objetiva apresentar suas contribuições. As/os participantes atuaram a partir de diálogos baseados em textos de educação ambiental e do desenvolvimento de ações de pesquisa e/ou extensão. Inscreveram-se 21 estudantes de graduação e 13 estudantes de pós-graduação da UFSCar, além de seis pessoas da comunidade externa. Foram realizadas sete ações educativas ambientais. Em 2009, foi feito um diagnóstico socioambiental e um trabalho de educação e segurança alimentar com as/os estudantes de uma escola rural municipal. A atuação nesta escola teve continuidade em 2010, em um estudo sobre o pensamento convergente e divergente das/os estudantes. Um trabalho sobre a percepção das/os usuárias/os do restaurante universitário em relação ao desperdício de alimentos, assim como ações de sensibilização quanto à questão da fome, também foi desenvolvido em 2009 com continuidade em 2010. Em 2010, dois novos temas/espaços/públicos foram trabalhados: o desenvolvimento de horta e pomar agroecológicos em uma escola rural e o reencantamento da cultura local em um assentamento de Araras. A disciplina proporcionou um aprendizado individual e coletivo, através da troca de saberes em seus momentos de diálogo teórico e nas ações

desenvolvidas em grupo. A disciplina atingiu seu objetivo de possibilitar um aprendizado contextualizado e significativo, permitindo concluir por sua pertinência acadêmica e social.

Palavras-chave: educação ambiental, meio rural, ensino.

Abstract

The professional formation in agronomy must be supported in a systemic view, the complexity that characterizes life, and the understanding of historical and dialectical development of human societies. In the CCA/UFSCar, formation in rural environmental education was offered in a course in the years 2009 and 2010, and this paper aims to present their contributions. Participants worked from text-based dialogues on environmental education and the development of further research and/or extension. Twenty-one 21 undergraduate and 13 graduate UFSCar students, along with six professionals from the outside community, were enrolled in the discipline. Seven environment environmental activities were promoted. In 2009, a diagnosis and a food safety education action were made with rural school students. The action in this school was continued in 2010 through a study on the convergent and divergent thinking of students. A study on the perceptions of users regarding food waste at the university restaurant, as well as actions to raise awareness on the issue of hunger were also developed in 2009 and continued in 2010. In 2010, two new themes/places/public were worked out: the development of agro-ecological and orchard in a rural school and the enchantment of the local culture in a settlement of Araras. The course provided an individual and collective learning through the exchange of knowledge in their moments of theoretical dialogue and actions developed in the group. The course achieved its goal of providing a meaningful and contextualized learning, allowing concluding on their academic and social relevance.

Keywords: environmental education, rural environmental, teaching.

Introdução

A Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de São Carlos (ProGrad/UFSCar) disponibiliza a possibilidade da/o[1] docente ofertar uma disciplina em que podem ser inscritas/os estudantes de graduação e de pós-graduação regularmente matriculadas/os em seus cursos, além de público externo à Universidade (UFSCar, 2011). As/os estudantes de graduação têm tal disciplina de quatro créditos devidamente registrada em seu histórico escolar, enquanto que as/os estudantes de pós-graduação e profissionais externos recebem um certificado de participação em curso de extensão de 60h. Assim sendo, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade (ProEx/UFSCar) se integra à ProGrad no oferecimento desta disciplina, fornecendo, além dos certificados ao público externo, uma bolsa de extensão para uma/um estudante de graduação a ser selecionada/o pela/o docente e uma verba de até R$ 1.000,00 para ser gasta com material de consumo. A contrapartida para a ProEx é o desenvolvimento de pelo menos uma atividade extensionista com as/os participantes durante a disciplina e o encaminhamento de um relatório final por parte da/o docente.

A formação das/os estudantes de graduação e de pós-graduação de uma instituição de ensino superior (IES) tem de ser significativa. Ainda mais quando se trata de profissionais da área agronômica, que lidam diretamente com aspectos fundamentais da justiça ambiental e social. Por “significativa”, entendo que a formação tem de estar apoiada na visão sistêmica e na complexidade que caracterizam a vida, assim como na compreensão do caráter histórico e dialético de desenvolvimento das sociedades humanas. Nas palavras de outros autores:

> “entender a prática de educação significativa como uma educação em que o espaço de reflexão se faz presente, onde a discussão se apresenta de maneira saudável, uma maneira de aprender trocando idéias, e priorizando o desenvolvimento do senso critico, possibilita mudanças. Conduz a compreensão da educação como processo de formação e socialização...” (MAIA; MAIA, 2005).

Como salienta Oliveira *et al*. (2009), a perspectiva reflexiva da pesquisa, a ação crítica e os processos educativos participativos, democráticos e dialógicos são fundamentais para que ocorra uma formação profissional não alienada/alienante.

[1] Neste artigo será utilizada a linguagem não sexista, seguindo Casellato *et al*. (1996).

Especificamente em relação à formação de profissionais da área agronômica, Gnoatto *et al*. (2009), atestam que:

> "discutir a formação crítica dos acadêmicos da agronomia é oportuno, pois ser crítico é questionar a todo o momento os conhecimentos abordados e gerados na academia, percebendo quem estes irão beneficiar, se serão úteis à sociedade como um todo, ou servirão apenas para atender parte dela ou grupos de pessoas em detrimento da maioria".

No Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFSCar), localizado no município de Araras, a formação em educação ambiental rural foi pela primeira vez ofertada nesta modalidade de disciplina (denominada ACIEPE - Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão) no ano de 2009 (FIGUEIREDO, 2010). Nesta ocasião, a disciplina foi trabalhada a partir do diálogo sobre textos fundantes da educação ambiental e do desenvolvimento de três ações junto a diferentes públicos (FIGUEIREDO, 2010). Uma das ações desenvolvidas foi apresentada no IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais (MAGRI *et al*., 2010) e outra foi submetida para publicação em revista da área de educação ambiental.

O presente artigo tem por objetivos apresentar a disciplina incluindo o seu segundo oferecimento, no ano de 2010, descrever as atividades nela desenvolvidas e salientar os pontos que possam ser úteis para que iniciativas similares possam ser discutidas por outras IES.

Grupo Participante

A disciplina ofertada denominou-se "ACIEPE Educação Ambiental Popular em Meio Rural". Em 2009, apresentou a matrícula de nove estudantes de graduação da UFSCar (três do Bacharelado em Agroecologia e seis da Engenharia Agronômica), seis estudantes de pós-graduação da UFSCar (todas/os do PPGADR - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) e quatro pessoas da comunidade externa com experiências profissionais e formações diversificadas (Ciências Biológicas, Comunicação, História e Pedagogia). Em 2010, foram inscritas/os 12 estudantes de graduação da UFSCar e nove pessoas como público externo, com experiências profissionais e formações diversificadas. Das/os estudantes de graduação da UFSCar

inscritos em 2010, oito estavam cursando Engenharia Agronômica, três cursando Bacharelado em Agroecologia e um cursando Licenciatura em Química. Quanto ao público externo de 2010, sete participantes eram mestrandas/os do PPGADR, uma era bióloga formada pela Universidade Federal de Sergipe e um era graduando em Serviço Social da Faculdade Municipal de Araras.

A monitoria da disciplina foi exercida por duas estudantes, uma em 2009 e outra em 2010, que cursavam o Bacharelado em Agroecologia, recebendo bolsa mensal via ProEx. A principal função da monitora era de atuar com os grupos de participantes que se formaram, juntamente com o docente, de forma a dar apoio na sua organização e no encaminhamento de suas demandas. Além disso, as monitoras apoiaram os encontros coletivos na sistematização dos relatos, das tarefas e das avaliações do processo. A atuação junto às/aos diferentes integrantes da disciplina, a participação nas discussões teóricas e o auxílio na viabilização da atividade representaram importante oportunidade de formação profissional para as monitoras.

Além dessas/es participantes, a disciplina também recebeu duas estudantes do PPGADR, uma em 2009 e outra em 2010, inscritas no Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente (PESCD), para desenvolver suas atividades junto à disciplina. Segundo as normas do PPGADR, a inscrição no PESCD é obrigatória para estudantes que recebem bolsa CAPES. As estagiárias assumiram as tarefas de leitura de textos e contribuição nas discussões referentes aos conceitos teóricos que embasam a educação ambiental popular e realizaram algumas exposições didáticas sobre temas pertinentes à sua formação. A postura didático-pedagógica das estagiárias foi bastante adequada e em muito contribuiu para o mais claro entendimento dos conceitos pelas/os estudantes, assim como para o aprimoramento do processo de ensino e pesquisa de forma geral. Também, como um dos pilares da disciplina é a pesquisa e a extensão, muitas dúvidas surgiram a respeito das atividades práticas que estavam sendo executadas pelas/os participantes, sendo que a estagiária atuou neste auxílio. Finalmente, a estagiária auxiliou o docente na análise das avaliações feitas pelas/os estudantes no decorrer do semestre.

Atividades Teóricas Desenvolvidas

A disciplina ofereceu quinze encontros presenciais com todos os participantes inscritos, tanto em 2009 como em 2010. Nestes encontros, lemos e dialogamos sobre

alguns textos fundamentais para o embasamento teórico-metodológico da educação ambiental.

Os temas abordados em 2009 foram: educação ambiental comportamental e popular (CARVALHO, 2002), diagnósticos socioambientais (CARVALHO, 1998; TASSARA; ARDENS, 2007), Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (VIEZZER; OVALLES, 1995), leituras da natureza (CARVALHO, 2008a), transdisciplinaridade (OLIVEIRA, 2005), participação (JACOBI, 2005), conceitos em educação ambiental (LOUREIRO, 2009), escolas do campo (ZAKRZEVSKI, 2007), avaliação em educação ambiental (DEPRESBITERIS, 2001) e legislação sobre educação ambiental e políticas públicas (BRASIL, 1999, 2002; SÃO PAULO, 2007).

Já em 2010, foram abordados os temas: epistemologia da educação ambiental (CARVALHO, 2008b), educação ambiental em áreas rurais (MERGULHÃO; VASAKI, 1998), estruturas e espaços educadores (MATAREZI, 2005), pesquisa-ação (TOZONI-REIS, 2008), planejamento e avaliação de projetos (MALZYNER *et al*., 2002) e a crise ambiental (LAYRARGUES, 2002), além do diagnóstico socioambiental, do Tratado de Educação Ambiental, da educação ambiental nas escolas do campo e da legislação e políticas públicas, já indicadas em 2009.

Além disso, no ano de 2010 a disciplina recebeu dois palestrantes, um que dissertou sobre sua atuação em educação ambiental junto a comunidades indígenas na região norte do país, e outro que dialogou sobre o estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil.

Todos os encontros foram registrados pela monitora e seus relatos foram disponibilizados em página da disciplina disponibilizada no ambiente virtual da UFSCar. Neste ambiente estava disponível, também, o planejamento das atividades, o seu desenrolar e os seus resultados.

Além das discussões, durante os encontros foram realizados, apresentados e discutidos os dados de avaliação do curso, colhidos a partir de um diagnóstico inicial do perfil das/os participantes e de suas expectativas com relação à atividade e de uma avaliação final.

Atividades Práticas Desenvolvidas

As ações de extensão e de pesquisa foram construídas de forma participativa ao longo do desenvolvimento da disciplina. As/os participantes formaram grupos, que se reuniam semanalmente ao longo do semestre para planejar, executar e avaliar tais ações. A orientação e o apoio a estes grupos foram realizados pelo docente, pela monitora e pela estagiária PESCD durante os encontros presenciais e, também, em horários alternativos quando necessário

Em 2009, as/os participantes formaram três grupos de ação extensionista e/ou pesquisa, trabalhando com o diagnóstico socioambiental em uma escola rural, com a educação e segurança alimentar das/os estudantes desta mesma escola rural e com o desperdício de alimentos e a questão da fome no CCA/UFSCar.

Em 2010, as/os participantes formaram quatro grupos. Um grupo continuou atuando na escola rural já trabalhada em 2009, agora com um projeto de medição do pensamento convergente e divergente entre os estudantes; o segundo grupo escolheu outra escola rural para atuar com práticas agroecológicas de formação de horta e arborização; outro grupo continuou no CCA/UFSCar para dar continuidade ao projeto de desperdício de alimentos no restaurante universitário; e o último grupo atuou no Assentamento Araras IV, com um projeto de reencantamento da cultura nordestina e práticas agroflorestais.

Tendo em vista que cada projeto desenvolvido envolveu as respectivas comunidades trabalhadas, o número de pessoas atingidas pelas quatro atividades nestes dois oferecimentos do curso foi da ordem de várias dezenas.

Ao final da disciplina, os projetos desenvolvidos foram apresentados de forma pública e os grupos apresentaram um relatório final completo da ação de extensão/pesquisa. Os grupos, também, deram retorno de seus trabalhos aos públicos participantes das ações de extensão e pesquisa.

Avaliação da Disciplina

Os critérios de avaliação das/os participantes da disciplina foram: apresentação e entrega do relatório final da ação extensionista e/ou pesquisa (50%) e avaliação final da Aciepe (50%).

A partir da participação nos encontros presenciais, pela realização dos projetos e pelas avaliações realizadas, assim como pela participação ativa e interessada das/os participantes, concluímos que a disciplina atingiu seu objetivo de possibilitar um

aprendizado contextualizado e significativo. E, também, que a disciplina apresentou uma grande relevância para a formação das/os participantes, assim como para os sujeitos envolvidos nos projetos realizados, permitindo concluir por sua pertinência acadêmica e social.

Conclusão

A formação da/o estudante da área agronômica tem, normalmente, como principal foco o aprendizado de técnicas, sendo dado um espaço limitado a discussões e ações de cunho mais social. No entanto, a educação significativa tem de ser dirigida para fins sociais mais amplos e proporcionar às/aos estudantes a atuação efetiva em situações cotidianas e profissionais (MARTINS, 2007). A disciplina aqui exposta proporcionou um aprendizado individual e coletivo, através da troca de saberes em seus momentos de diálogo teórico e nas ações desenvolvidas em grupo.

Gnoatto *et al*. (2009) mostraram que a maioria das/os estudantes, concluintes de um curso de graduação na área agronômica em uma IES, apresentou consciência ingênua (*sensu* FREIRE, 2000) em relação à sua atuação profissional. A disciplina aqui apresentada possibilita que esta consciência ingênua vá sendo substituída, em diferentes graus, ao longo do semestre letivo. Isto foi evidenciado pelas manifestações das/os estudantes na avaliação final, assim como pelas observações que o professor fez no decorrer do andamento das atividades.

Uma educação agronômica significativa implica em contato direto com a realidade rural, com a reflexão crítica individual e com a ação em coletivos formados. Somente assim a/o profissional da agronomia poderá proporcionar uma extensão rural apropriada, que caminhe rumo à emancipação das comunidades rurais, não através da divulgação de técnicas, mas sim através da comunicação horizontal e democrática (FREIRE, 2006). A experiência aqui apresentada indica que este tipo de formação profissional significativa pode ocorrer dentro da estrutura curricular formal de uma universidade, bastando para tanto o interesse das/os gestoras/es escolares em proporcionar possibilidades formais para docentes e discentes desenvolverem atividades em espaços e tempos informais e comunitários.

Agradecimentos

O autor agradece as monitora da disciplina, Caroline Izabel Ribeiro Sakuno e Thais Borges de Oliveira, e as estagiárias PESCD, Cinara Del'Arco Sanches e Geisy Graziela Magri Bortolucci, pelo grande auxílio prestado ao longo dos encontros teóricos e na organização dos grupos de trabalho, assim como às/aos participantes da disciplina oferecida em 2009 e 2010, pois sem elas/es os trabalhos de extensão e de pesquisa não teriam sido desenvolvidos. No período destas disciplinas o autor recebeu auxílio financeiro da ProEx/UFSCar (processos nºs 23112.001525/2010-31 e 23112.1525/2010-31) e da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2010/00620-0, referente ao projeto "Experiências educativas ambientais em meio rural: sistematização e construção de questões de pesquisa a partir de ações desenvolvidas em escolas rurais de Araras (SP)").

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CARVALHO, I. C. M. Uma visão interdisciplinar da realidade: diagnósticos socioambientais. In: _____ **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental**. Brasília: IPÊ, 1998, p. 75-89.

_____. Qual educação ambiental? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 2, p. 43–51, 2001.

_____. O educador ambiental e as leituras da natureza. In: _____ **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008a. p. 75–88.

_____. A epistemologia da educação ambiental: a crise de um modo de conhecer e a busca de novos modos de compreender. In: _____ **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008b. p. 113-133.

CASELLATO, M. A.; HOLZHACKER, R.; FERNANDEZ, J. M. **Redação sem discriminação**. Pequeno guia vocabular com dicas para evitar as armadilhas do sexismo na linguagem corrente. São Paulo: Textonovo, 1996.

DEPRESBITERIS, L. Avaliação da aprendizagem na educação ambiental – uma relação muito delicada. In: SATO, M.; SANTOS, J. E. (Orgs.) **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2001. p. 531-557.

FIGUEIREDO, R. A. Educação ambiental popular rural: uma experiência de integração entre ensino, pesquisa e extensão no *campus* de Araras da Universidade Federal de São Carlos – SP. **CCNExt – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 57-65, 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GNOATTO, A. A.; DONI FILHO, L.; SILVA, L. M. A formação da consciência crítica dos acadêmicos do curso de Agronomia – UTFPR: o estágio curricular como indicador. **Revista Extensão Rural**, a. 16, n. 18, p. 39-70, 2009.

JACOBI, P. Participação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005. p. 231–236.

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.) **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 2002. p. 161-198.

LOUREIRO, C. F. B. Crítica ao fetiche da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. In: Loureiro, C. F. B. (Org.) **Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação**: uma abordagem emancipatória. São Carlos: Rima, 2009. p. 1–14.

MAGRI, G. G.; SALGADO, G. N.; OLIVEIRA, J. L. E. A.; FIGUEIREDO, R. A. Educação ambiental e alimentar: diagnóstico e caracterização alimentar das crianças da escola rural EMEIEF Ivan Inácio de Oliveira Zurita. In: IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2010, Araraquara. **Anais do IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais**. Araraquara: NUPEDOR, 2010. p. 1-8.

MAIA, M. S.; MAIA, J. S. S. O direito de uma educação significativa na escola. **Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas**, n. 3, p. 1-12, 2005.

MALZYNER, C.; SILVEIRA, C.; ARAI, V. J. Planejamento e avaliação de projetos em educação ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Eds.) **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2002. p. 549-576.

MARTINS, A. M. G. S. O sentido da educação que vem da experiência: as idéias de John Dewey. **Práxis Educacional**, n. 3, p. 147-163, 2007.

MATAREZI, J. Estruturas e espaços educadores. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005. p. 161-173.

MERGULHÃO, M. C.; VASAKI, B. N. G. Educação ambiental em áreas rurais. In: _____ **Educando para a conservação da natureza**. São Paulo: Educ, 1998. p. 89-95.

OLIVEIRA, H. T. Transdisciplinaridade. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005. p. 335-343.

OLIVEIRA, H. T.; ZUIN, V. G.; LOGAREZZI, A. J. M.; FIGUEIREDO, R. A. Trajetória de constituição e ação do grupo de estudos e pesquisa em educação ambiental (Gepea/UFSCar): construindo pesquisas não alienadas para uma educação não alienante. **Ambiente & Educação**, v. 14, n. 2, p. 71-77, 2009.

SÃO PAULO. Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007. Disponível em: <www.udop.com.br/download/legislacao/meio/leis/lei_12780_amb.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

TASSARA, E. T. O.; ARDANS, O. Mapeamentos e diagnósticos: intervenções participativas no campo socioambiental. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores – volume 2. Brasília: MMA, 2007. p. 161-173.

TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-ação em educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 155-169, 2008.

UFSCar – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE)**. Disponível em: <www.ufscar.br/aciepe>. Acesso em: 04 fev. 2011.

VIEZZER, M.; OVALLES, O. Somos todos aprendizes. In: _____ **Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.

ZAKRZEVSKI, S. B. A educação ambiental nas escolas do campo. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coords.) **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/MMA/Unesco, 2007. p. 199-207.

ALÉM DO FINANCIAMENTO: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO BANCO MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Mariana Bombo Perozzi Gameiro[1] – Universidade Federal de São Carlos
mariana@natural.agr.br
Apoio: FAPESP
GT1: "Ruralidades e Meio Ambiente"

Resumo

O escopo de atuação do Banco Mundial nos países em desenvolvimento não se restringe a empréstimos e financiamentos. A instituição aposta fortemente no conhecimento acumulado em seu quadro para traçar estratégias a serem implementadas nos países tomadores de recursos. Ao afirmar que seu objetivo central é reduzir a pobreza através de um desenvolvimento de base ampla e sustentável, o Banco elegeu a temática do desenvolvimento rural como uma de suas maiores bandeiras, nos últimos quinze anos. Dada a influência de suas proposições, este artigo pretende sistematizar as principais propostas elaboradas pelo Banco Mundial para o desenvolvimento rural em período recente, traçando algumas pontes com a literatura sociológica internacional que se debruça sobre a mesma temática. Para tal, partirá da análise dos principais documentos oficiais produzidos pelo Banco Mundial sobre o assunto entre 1997 e 2008 e visitará a bibliografia fundamental da área. A leitura dos documentos revela que, na primeira fase do período em análise, o Banco Mundial postulava a necessidade de um olhar ampliado sobre o rural e não restrito à agricultura, o envolvimento do público beneficiário na execução dos projetos e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais – em linha com a produção acadêmica contemporânea. Posteriormente enfocou a pobreza rural e, recentemente, voltou atenção explícita à importância e à promoção da agricultura para o desenvolvimento rural. Esta ênfase na agricultura não rompe com aspectos observados pela literatura, por exemplo, no tocante ao peso dos empregos não-agrícolas para as famílias rurais, o que

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e bolsista da Fapesp. Pesquisadora do grupo de estudos Ruralidades, Ambiente e Sociedade (Ruras), do Departamento de Sociologia da UFSCar. Especialista em Jornalismo Científico pela Universidade Estadual de Campinas.

contribui para manter a legitimidade das propostas políticas do Banco perante vários grupos de atores sociais.

1. Introdução

Segundo Fonseca (1998), o Banco Mundial vem ampliando suas funções técnicas e financeiras, assumindo um papel cada vez mais político, mediante a formulação de políticas globais e setoriais. Essas tendem a influenciar a agenda dos países credenciados para seu financiamento, respaldadas por uma base ideológica e conceitual que imprime uma diretriz redutora e seletiva às políticas sociais dos países credenciados.

Décadas atrás, a constatação de que os países registravam "crescimento" mas a distância entre pobres e ricos aumentava levou o Banco Mundial a incluir o financiamento a políticas sociais em seus programas, menos por uma questão de "justiça ou equidade social" e mais por uma estratégia política (receio de revoltas ou manifestações contrárias). A importância atribuída à pobreza foi determinante para que o Banco incluísse a educação, a saúde e o desenvolvimento rural no quadro de seus créditos, antes limitados aos projetos de infra-estrutura econômica.

Este deslocamento para o lado social foi determinante para que o Banco suplantasse, na qualidade de articulador político entre os países, o prestígio de outras agências internacionais (como aquelas ligadas à ONU), as quais detiveram grande poder no diálogo mundial até os anos 70:

> "É perceptível que o BIRD vem ampliando suas funções, há duas décadas, no sentido de atuar cada vez mais como órgão político central, especialmente como coordenador do processo global de desenvolvimento. De acordo com o novo papel, o Banco vem elaborando uma série de documentos políticos, nos quais se destaca uma considerável produção teórico-conceitual na área da política econômica e social a qual, certamente, sinaliza a sua relação com as nações-membros. Assim, alguns temas como "progresso", "desenvolvimento sustentável", "realismo", "autonomia", "eqüidade", "pobreza", passam a fazer parte do discurso que fundamenta o seu processo de financiamento" (FONSECA, 1998).

No âmbito da Sociologia Rural contemporânea, a discussão sobre o desenvolvimento rural tem animado tanto discussões teóricas e analíticas quanto seus efeitos normativos e institucionais. Schneider (2004), analisando alguns dos autores referenciais nesse debate, ressalta a preocupação dos estudiosos com quatro elementos-chave: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.

Segundo este autor, não é difícil identificar uma literatura considerável que, a todo momento, propõe-se a oferecer novas abordagens, que enfatizam a necessidade de deslocar o enfoque, "quer seja do produtor/agricultor para as redes de atores (*actor-network*), do setor agrícola (ou da agricultura) para o espaço rural alargado, das ações do tipo *blueprint* ou *top-down* para as de *bottom-up*" (SCHNEIDER, 2004, p. 93).

Neste cenário, ganham destaque modelos de desenvolvimento rural que incentivam a descentralização das políticas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil (SCHNEIDER, 2004).

O debate é suscitado pela observação de uma série de transformações nas relações sociais, econômicas, ambientais e culturais que envolvem o espaço rural[2].

Historicamente, a vinculação do rural com o agrícola foi alimentada pela concentração do desenvolvimento industrial nos espaços urbanos e pela migração – sobretudo de habitantes que possuíam outros ofícios, como artesãos – em direção às cidades. Assim, desde o período pós-guerra, o modelo de desenvolvimento aplicado ao campo tinha como objetivo principal assegurar a auto-suficiência em produtos agrícolas, especialmente alimentares, através da modernização do campo. Este modelo gerava para a indústria uma reserva de mão-de-obra e a expansão de novos mercados (COULOMB, 1991, citado por WANDERLEY, 2000)

As contradições do modelo produtivista não tardaram a aparecer, gerando, a partir dos anos 1980, o que alguns autores chamaram de "crises da agricultura" (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2000). Tal quadro teria dimensões econômicas, como a queda dos preços agrícolas e a perda da importância relativa da agricultura no conjunto de atividades produtivas. Teria também dimensões sociais, ao reduzir a necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas. Adicionam-se ainda as dimensões ambientais, uma vez que o uso excessivo de insumos químicos resultou no risco de sério desgaste dos recursos naturais, num momento em que aprofundava nas sociedades a preocupação com a preservação destes recursos.

---

[2] Veja, entre outros, Marsden, 1989; Mathieu e Jollivet, 1989; Marsden *et ali*, 1993; Kaiser, 1990; Hervieu, 1993; Murdoch e Marsden, 1994; Jollivet, 1997; Jean, 1997; Ferreira e Zanoni, 1998; Wanderley, 2000 e 2001; Silva e Campanhola, 2000; Carneiro, 1998.

Quanto aos fatores externos que influenciaram nas transformações recentes do meio rural, pode-se resumidamente destacar: a globalização da economia em seu conjunto; a gradativa presença das instâncias internacionais na regulação da produção e do comércio agrícolas; a crise do emprego em diversos setores da economia; as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e as novas formas de sua regulação (WANDERLEY, 2000).

Com isso, novas configurações passavam a ser observadas no meio rural, com o surgimento de novos personagens e a conseqüente redefinição das relações entre indivíduos e suas identidades (VAN DER PLOEG et al, 2000).

Essas alterações estimularam o rearranjo das políticas e das propostas de desenvolvimento voltadas para o meio rural, como já comentado.

Gómez (2007) ressalta que a construção de um novo paradigma de desenvolvimento para o meio rural exige uma arquitetura institucional complexa e eficaz. Primeiro porque precisa integrar as mais diversas escalas (da local à global) na implementação e difusão deste paradigma. Segundo porque o prestígio do desenvolvimento como instrumento que assegura a reprodução do capital e como pauta que ordena a dinâmica social não pode ser relegado a instituições incapazes, com recursos humanos e financeiros limitados.

Dada a influência das proposições do Banco Mundial neste contexto, este artigo pretende sistematizar as principais propostas elaboradas pela instituição entre 1997 e 2008, a partir da leitura dos três principais documentos publicados no período: Rural Development: From Vision to Action (1997), Reaching the Rural Poor – A Renewed Strategy for Rural Development (2003) e World Development Report 2008: Agriculture for Development (2007). Observa-se que a instituição aposta não só em seu poder financeiro mas, mais do que isso, ancora-se no conhecimento perito alavancado por seu corpo técnico.

As próximas seções sumarizam estes relatórios e a última seção do artigo traz suas considerações finais.

2. Rural Development: From Vision to Action (1997)

O relatório *"Rural Development: From Vision to Action – a Sector Strategy Paper"*[3] foi publicado pelo Banco Mundial em março de 1997, contendo o quadro de planejamento e estratégias da instituição com vistas à promoção do desenvolvimento rural nos cinco anos seguintes. A preparação do documento teve início em dezembro de 1995, pela equipe de desenvolvimento rural do Banco, em colaboração com especialistas de outros setores da instituição - tais qual infraestrutura, saúde, planejamento familiar, nutrição, educação, desenvolvimento do setor privado e desenvolvimento social. Partes do documento foram discutidas em seminários internos até sua apresentação, em 1996, ao então presidente da instituição, James Wolfensohn. Posteriormente, consultas externas sobre as estratégias propostas foram realizadas, sobretudo junto a ONGs e fundações, resultando no referido documento.

O Banco Mundial atrela seu envolvimento com o desenvolvimento rural ao maior objetivo declarado da instituição, que seria combater a pobreza nos países clientes. Assim justifica: "Os objetivos de redução da pobreza, crescimento amplo, segurança alimentar e manejo sustentável dos recursos naturais não podem ser alcançados a menos que o desenvolvimento rural no geral, e uma próspera economia agrícola em particular, sejam nutridos e melhorados" (WORLD BANK, 1997, p. 1, tradução da autora).

O relatório, desta forma, agrupa suas propostas em cinco grandes linhas, as quais muitas vezes se sobrepõem: a) formulação de estratégias e políticas rurais; b) intensificação de sistemas agrícolas; c) manejo de recursos naturais e florestais; d) manejo e alocação de água; e) desenvolvimento local e comunitário e infraestrutura rural.

As preocupações da instituição são claramente colocadas nas primeiras páginas, e depois desenvolvidas em detalhes ao longo do documento. A estimativa de que a demanda por alimentos deve praticamente dobrar em 30 anos nos países em desenvolvimento coloca a necessidade, para o Banco, de elevação da oferta de alimentos. Esta deveria ocorrer através do crescimento da produtividade biológica das culturas e não da expansão de terras ou uso de irrigação, uma vez que terra e água são recursos cada vez mais escassos. Assim, o desafio tecnológico seria enorme e requereria o desenvolvimento de sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis e altamente produtivos – tendo o setor privado um papel fundamental neste sentido (WORLD BANK, 1997).

A instituição afirma que, baseada em pesquisas extensivas e experiências passadas, a questão não deve ser apenas elevar a produção agrícola, mas assegurar um amplo e

[3] Desenvolvimento Rural: da Visão à Ação – Documento de Estratégias Setoriais.

complexo processo de desenvolvimento rural. Esta ampliação do olhar é exemplificada pelo Banco da seguinte forma: ao invés de focar em irrigação e drenagem, compreender a alocação de recursos hídricos e o manejo de bacias hidrográficas; ao invés de lidar separadamente com pecuária, cultivos agrícolas ou florestas, trabalhar com sistemas produtivos sustentáveis. E, ademais, integrar o desenvolvimento social, de capital humano e de infraestrutura aos programas rurais (WORLD BANK, 1997).

Esta visão ampliada do que seria o "rural" não reduz a importância econômica da atividade agrícola frente às demais: "O crescimento agrícola estimula o crescimento econômico de setores não-agrícolas, o que resulta em mais emprego e menos pobreza. O crescimento sustentado não-agrícola, particularmente nos países mais pobres, não é possível sem antes cuidar da agricultura" (WORLD BANK, 1997, p. 2, tradução da autora). A estratégia proposta pelo Banco para o setor rural, tendo sempre como argumento a superação da pobreza, inclui também a promoção do comércio agrícola "mais livre e justo".

O Banco constata que, na época, o comprometimento com o desenvolvimento rural diminuía nos países, no Banco Mundial e na arena internacional. Nos países porque esses viam a agricultura como um setor declinante e ignoravam sua importância na transição de economias agrárias para economias urbano-industriais; porque os preços em queda dos alimentos nas duas décadas anteriores levaram à complacência com o setor; porque o poder político das elites urbanas enviesava políticas, instituições e padrões de gastos nos países em desenvolvimento. Na arena internacional também haveria a mesma complacência ligada aos preços dos produtos agrícolas em baixa, além da frágil coordenação entre as organizações internacionais. Dentro do Banco Mundial, a atenção ao desenvolvimento rural teria diminuído porque o processo de formulação de estratégias neste setor era fraco e os programas anteriores assistidos pelo Banco na área tinham, em geral, mau desempenho.

Neste sentido, a instituição lista algumas abordagens até então financiadas pelo Banco e que falharam. Como exemplo, tem-se as experiências de desenvolvimento rural integrado, que consistiam em projetos *top-down* excessivamente centralizados; o suporte financeiro a culturas ou setores específicos, como pecuária ou agroindústrias; o estímulo à abertura e ocupação de novas fronteiras agrícolas; a construção de sistemas de irrigação de grande escala; o suporte ao envolvimento direto de instituições estatais no fornecimento de insumos, na produção, no processamento e na comercialização agrícola.

O meio acadêmico também observava as limitações dos modelos anteriores. Lowe et al. (1999) afirmam que, a partir do final dos anos 1970, o modelo exógeno de

desenvolvimento rural começava a cair em descrédito, por promover um desenvolvimento dependente, baseado em subsídios continuados e decisões políticas tomadas por quadros técnicos ou políticos distantes. Além disso, este modelo promovia um desenvolvimento distorcido, que impulsionava determinados setores e tipos de negócios e negligenciava aspectos não-econômicos da vida rural, apagando as diferenças culturais e ambientais. Como resultado, o paradigma de desenvolvimento de cima para baixo (*top-down*) passou a ser substituído por uma perspectiva de baixo para cima (*bottom-up*), com foco no território, diversidade e otimização de recursos locais (STOR e TAYLOR, 1981; RONDINELLI, 1993; citados por LOWE et al., 1999).

Buscando fomentar um novo modelo, o Banco descreve os cinco princípios nos quais devem assentar todas as suas ações voltadas ao desenvolvimento rural. Primeiro, o ambiente político e institucional (do país cliente) deve ser favorável ao sucesso do projeto, e não trabalhar contra ele. Segundo, o setor privado deve ser mobilizado, sempre que possível, para prover capital para investimentos, produção e serviços. Terceiro, o estado deve ter novos papéis, que distem da intervenção pesada e possibilitem ambientes macroeconômicos, fiscais e políticos sadios. Em quarto lugar, uma pluralidade de instituições deve estar envolvida, incluindo grupos da comunidade, municípios e altas instâncias de governo. Em quinto lugar, os projetos devem ser descentralizados e executados com alto grau de influência e participação das comunidades, associações e governos locais (WORLD BANK, 1997).

A esses princípios devem se articular aspectos particulares de cada país, de modo a formular o que o Banco chama de CAS – *Country Assistance Strategy*[4]. Segundo o Banco Mundial, esta estratégia para o setor rural representava "um novo jeito de se fazer negócios".

Percebe-se que descentralização e participação, argumentos presentes na literatura (inclusive sociológica) que tratava normativamente de definir os modelos mais adequados para o desenvolvimento rural, compõem igualmente o discurso do Banco:

> "Há crescente evidência que abordagens descentralizadas e baseadas nas comunidades aumentam as chances de os recursos chegarem a seus beneficiários e têm melhores chances de se sustentarem depois que as operações do Banco cessarem. (...) Quando beneficiários são envolvidos na identificação, desenho,

[4] Estratégia de Assistência ao País. Este é o documento mais importante do Banco Mundial a nível nacional, onde estão traçadas as diretrizes de atuação da instituição em cada país tomador de recursos por um período de três anos. Seu processo de elaboração é participativo mas não negociado, deixando explícitas possíveis diferenças entre a agenda pretendida pelo Banco e pelo governo em questão (WORLD BANK, 1997).

> implementação e avaliação de projetos e programas, as operações têm mais probabilidade de atender suas necessidades" (WORLD BANK, 1997, p. 32, tradução da autora).

Embora a participação da comunidade seja vista por muitos autores como central para o processo de desenvolvimento rural, diversos estudos pontuam seus limites e tensões. Por exemplo, o estreitamento, e não o alargamento, do escopo de participação local, uma vez que autoridades locais podem desempenhar o papel de grupo de pressão dentro das novas estruturas de governança (WOODS, 1998, citado por MARSDEN e MURDOCH, 1998). Outro problema seria a falta de autonomia ou responsabilidade real no nível da comunidade, já que instituições de escala local continuariam servindo apenas como conselheiros ou consultores, mas não desfrutariam de nenhuma autoridade real na formulação e execução de políticas (TEWDWR-JONES, citado por MARSDEN e MURDOCH, 1998).

Ao longo de todo o relatório *From Vision to Action*, a necessidade de construção de consensos em torno das idéias do Banco é repetidamente destacada. "Grande esforço será feito para promover maior consenso nos países clientes em suporte aos programas e estratégias, envolvendo a própria pessoa do Presidente em países-alvo cuidadosamente selecionados. Esta é a ação mais importante proposta neste documento" (WORLD BANK, 1997, p. 8). Mas ela não está livre de limitantes, segundo a instituição:

> "O processo de formulação de estratégias e construção de consensos será constrangido pela disponibilidade do *staff* e dos recursos financeiros. Os esforços devem focar nos países onde o governo é suficientemente interessado. Onde falta interesse, ou a capacidade política para implementar as recomendações é fraca, o desenvolvimento de estratégias deve ser adiado até um momento mais oportuno. Os governos estão sempre em busca de boas idéias. Frequentemente, suas capacidades para fazer mudanças mais significativas são maiores no primeiro ou segundo ano de mandato. A formulação de estratégias e a construção de consensos são, portanto, mais produtivas se apropriadamente sintonizadas com a evolução temporal dos governos" (WORLD BANK, 1997, p. 9, tradução da autora).

Este é um dos motivos que pelo qual o Banco declara precisar construir alianças com governos e parceiros que trabalhem a nível local, que tenham presença em campo, tenham conhecimento complementar ao do Banco, e parceiros com influência e recursos financeiros adicionais.

A intenção de estabelecer consensos é direcionada não só aos países clientes, mas também à esfera internacional. O documento cita diversos organismos que teriam manifestado comprometimento com o desenvolvimento rural, tais qual o Banco Interamericano para o Desenvolvimento, o Banco Africano para o Desenvolvimento, a

Organização para Agricultura e Alimentação (FAO, das Nações Unidas), o Instituto Internacional de Pesquisas em Políticas Alimentares (IFPRI) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD).

Goméz (2008) é crítico ao alertar para os limites do consenso que aparentemente cerca as propostas de desenvolvimento territorial rural na América Latina. O autor afirma que, longe de ser um lugar neutro, tecnicamente perfeito, onde as partes em disputa conciliam suas diferenças e revêem suas demandas em função de objetivos maiores e interesses comuns, o consenso na sociedade capitalista é um campo de disputas acirradas, cujas regras são impostas por quem consegue exercer uma posição hegemônica.

Para responder à demanda que esperava criar, o Banco avaliou a capacidade de seu *staff*. Na época, havia 470 especialistas trabalhando com desenvolvimento rural, incluindo mais de 100 consultores de longo-prazo. Porém, em cinco anos, cerca de um terço destes iria se aposentar ou afastar (WORLD BANK, 1997). Visando recrutar e aprimorar a competência da equipe, o Banco fez dos programas de treinamento um dos pilares estratégicos do *From Vision to Action*.

Treinamentos para formação e capacitação de "multiplicadores" também fazem parte das estratégias aplicadas junto ao público-beneficiário dos programas do Banco Mundial e direcionadas também a um público mais amplo, atuante em outras instâncias. Goméz (2007), avaliando a atuação de diversas agências de desenvolvimento na América Latina, afirma que, para estas, a gestão do conhecimento – criação e difusão adequada de saberes - por meio de pessoas bem preparadas e nos âmbitos apropriados (ministérios, universidades, ONGs, movimentos sociais, etc), é tão importante quanto elaborar e investir em planos sintonizados com as demandas dos destinatários.

Neste sentido também contribui a contratação, por parte do Banco Mundial, de especialistas locais para compor as equipes de planejamento, execução e acompanhamento dos projetos da instituição. O documento em análise revela uma dupla intenção para esta estratégia. A mais propalada é que profissionais da localidade podem conhecer melhor as condições e demandas locais e podem apresentar mais habilidade para lidar com a heterogeneidade e complexidade de cada contexto específico. A menos conhecida, porém explícita no *From Vision to Action,* é que o uso de equipes localmente contratadas, particularmente na África e sul da Ásia, tem como finalidade reduzir os custos dos projetos rurais[5] do Banco (WORLD BANK, 1997, p.21).

[5] O custo de preparação de projetos aprovados no setor rural no ano fiscal 1996 foi 19% superior à média dos projetos do Banco, em função da dispersão espacial, heterogeneidade e multiplicidade de governos e

A despeito desta “valorização” do capital humano local, o Banco afirma que esforços devem ser feitos para trazer conhecimento externo às áreas rurais, uma vez que o freqüente isolamento físico das comunidades rurais pode dificultar que recebam informações que colaborem para aumentar a produtividade agrícola e o bem-estar das famílias rurais.

Ratificando a importância, para o Banco, da difusão de seu “*know-how”*, e revelando preocupação com seus próprios interesses empresariais/comerciais, a instituição determina que países que representem riscos à instituição recebam apenas assistência não-financeira. A canalização de empréstimos para países com ambientes econômico e de governança favoráveis é bem enfatizada no documento, uma vez que o Banco estabelece como meta atingir 80% de resultados classificados como satisfatórios na avaliação de seus projetos, num prazo de cinco anos. Tal meta não deveria ser interpretada, porém, como um desestímulo aos acordos:

> “De fato, este programa de ações fortemente encoraja projetos experimentais e inovadores. Mas propõe que esses projetos inovadores e arriscados sejam testados dentro de um programa aperfeiçoado de atividades não-financeiras, reformas políticas, desenvolvimento institucional e atividades-piloto, ao invés de serem parte de amplos programas de empréstimos. Projetos experimentais que mostrem boa probabilidade de sucesso em nível mais amplo poderão, depois, ser escalados para o financiamento” (WORLD BANK, 1997, p. 11).

Os aspectos aqui destacados revelam a pertinência do que Giddens (1991) chamou de sistemas peritos. Para o autor, sistema perito seria a excelência técnica ou competência profissional que organiza grandes áreas materiais e sociais, com base na confiança de sua efetividade. Tal "confiança" não se depositaria exatamente nos profissionais em si, mas majoritariamente na autenticidade do conhecimento que eles aplicam.

Os sistemas peritos, produtores de conhecimento especializado nos quais a sociedade moderna está imersa, teriam o caráter de estruturas duais que, ao mesmo tempo que moldam a ação, constituem fonte de informação e reflexão sobre o contexto em que a ação se dá, aprofundando seu caráter reflexivo.

Em 2000, o Banco Mundial procedeu com avaliações sobre o desempenho das estratégias propostas três anos antes. Os resultados não foram satisfatórios, opinião que se materializou na publicação de um novo relatório propositivo de ações, abordado no tópico seguinte.

---

organizações não-governamentais envolvidas, o que reflete, nas palavras do Banco, o custo relativamente alto de fazer negócios no meio rural (WORLD BANK, 1997).

3. Reaching the Rural Poor (2003)

O relatório que seguiu ao *From Vision to Action* foi chamado de "*Reaching the Rural Poor – A Renewed Strategy for Rural Development*"[6], publicado em 2003. Também elaborado pela equipe de desenvolvimento rural do Banco Mundial, contou com extensiva contribuição das equipes regionais da instituição e de consultores externos, oriundos de empresas privadas, universidades, organismos bi ou multilateriais e governos[7], tendo sido apoiado financeiramente pelos governos da Holanda, Reino Unido, França, Alemanha e Grécia.

Segundo o Banco Mundial (2003), as estratégias de desenvolvimento rural lançadas no relatório anterior, de 1997, tiveram "influência decisiva sobre o pensamento global, mas resultados práticos decepcionantes" (WORLD BANK, 2003, p. xiv, tradução da autora), reforçando que o Banco encontra ancoragem na legitimidade dos sistemas peritos. O insucesso decorreria de deficiências ligadas aos países clientes e falhas internas ao Banco. Em 2001, os empréstimos para projetos da agricultura teriam sido os mais baixos da história da instituição.

Por isso, a nova estratégia era orientada para resultados, destacando "a prática, implementação, monitoramento e empoderamento das pessoas que ela se designa a ajudar" (WORLD BANK, 2003, p. xiv, tradução da autora).

A comparação entre os documentos indica apenas o reforço de estratégias cujas bases conceituais se fundamentam no relatório anterior, por vezes abordando de modo mais incisivo pontos que antes foram mencionados superficialmente – como o tocante à economia rural não-agrícola[8]

As propostas "renovadas" do Banco sugerem cinco aspectos principais: a) maior enfoque à pobreza, incluindo questões de gênero, raciais e étnicas, que o Banco chama de

[6] Alcançando os Pobres Rurais – Uma Estratégia Renovada para o Desenvolvimento Rural.
[7] Segundo o Banco Mundial, mais de 2.000 pessoas estiveram envolvidas neste processo (WORLD BANK, 2003, p. 98).
[8] Há uma seção específica para designar as ações que deveriam ser implementadas pelo Banco para fomentar este segmento, tais qual: fortalecer habilidades e o capital organizacional; promover desenvolvimento econômico local e suas relações intersetoriais; remover barreiras legislativas, regulatórias, tarifárias e outras; promover o desenvolvimento de pequenos negócios, sobretudo através do investimento em serviços de infraestrutura rural (transporte, comunicação, etc). Porém, o documento ressalta que na maioria dos países, o conhecimento sobre o setor privado rural não-agrícola era insuficiente para o efetivo desenvolvimento de intervenções, de modo que pesquisas e trabalhos setoriais seriam realizados para obter mais informações (WORLD BANK, 2003).

"desenvolvimento rural holístico pró-pobre"; b) promoção de um crescimento de base ampla, reafirmando a agricultura como motor da economia agrícola e, ao mesmo tempo, reconhecendo a importância de economias rurais não-agrícolas; c) enfoque do espaço rural em sua totalidade, numa abordagem intersetorial de longo prazo; d) fomento de alianças com todos os atores, impulsionando a participação e descentralização; e) atenção ao impacto de alterações no contexto global (políticas comerciais internacionais, subsídios à agricultura, mudanças climáticas e outros) sobre os países clientes (WORLD BANK, 2003).

Esses cinco componentes, porém, não seriam trabalhados com a mesma intensidade em todos os países. O Banco propõe planos de ação diferenciados por região geográfica[9], os quais estabelecem as ações prioritárias e respectivas formas de abordagem. Esses planos regionais, segundo o Banco, foram resultado de intensivas consultas com uma ampla gama de atores, incluindo organizações locais, governos nacionais, empresas privadas, ONGs, acadêmicos e agências financiadoras (WORLD BANK, 2003).

Este documento também traz a visão do Banco Mundial sobre suas próprias "vantagens comparativas" para liderar um processo global de desenvolvimento rural. Além de se classificar como a maior provedora mundial de empréstimos para o desenvolvimento rural, com 60% de todos os empréstimos agrícolas feitos por instituições financeiras internacionais, afirma:

> "O Banco é a única instituição global capaz de reunir todos os atores e financiadores, incluindo o setor privado, para discutir assuntos importantes e traçar estratégias. Este 'poder de convocação' possibilita que o Banco desempenhe papel catalítico na definição de novas direções e agendas de desenvolvimento rural em termos globais, regionais e para países individualmente. (...) A diversidade de instrumentos disponíveis permite ao Banco oferecer assistência técnica politicamente orientada e dar suporte à implementação de políticas por ele endossadas através de programas de investimento. (...) Sendo uma instituição multisetorial, o Banco está apto a fornecer uma perspectiva transversional e holística para a verdadeira natureza multidimensional do desenvolvimento rural..." (WORLD BANK, 2003, p. 20, tradução da autora).

Ademais, o Banco afirma ser uma instituição internacional de propriedade coletiva não dirigida por objetivos estreitos de maximização de lucros, o que permitiria a ele prover seus clientes "com suporte imparcial e plurianual para o desenvolvimento rural, mesmo quando as condições políticas ou econômicas, ou os conflitos em dado país, não oferecem

[9] África; Ásia Ocidental e Pacífico; Europa e Ásia Central; América Latina e Caribe; Oriente Médio e Norte da África; Sul da Ásia.

oportunidades de negócios imediatas e atrativas para instituições financeiras privadas" (WORLD BANK, 2003, p. 21, tradução da autora).

As elaborações conceituais de Castells (1999) ajudam a entender melhor o lugar que o Banco Mundial ocupa na sociedade global. Sua teoria do espaço de fluxos parte da suposição implícita de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social, numa lógica de dominação não apenas estrutural, mas sim estabelecida, concebida, decidida e implementada por atores sociais. O autor entende por estruturas sociais dominantes os procedimentos de organizações (instituições) cuja lógica interna é estratégica para a formulação de práticas sociais e da consciência social. Para ele, o poder em nossas sociedades está organizado no espaço de fluxos e sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares (CASTELLS, 1999).

4. World Development Report 2008: Agriculture for Development (2007)

O Banco Mundial dedicou seu *World Development Report*[10]*2008* (WDR) ao tema "agricultura para o desenvolvimento", lançado em 2007. O WDR é um relatório anual publicado pelo Banco desde 1978, tendo se tornado uma das publicações de maior prestígio dentro da instituição. Segundo Pereira (2009), o relatório serve para sumarizar o "estado da arte" em várias áreas relacionadas a políticas de desenvolvimento e estabelecer um roteiro autorizado de discussão, ancorando-se e dando visibilidade à literatura afinada com os paradigmas da instituição. Sua confecção consumiria cerca de 10% do orçamento anual do Banco para pesquisa, entre US$ 2,5 e US$ 3 milhões (PEREIRA, 2009).

A cada ano, uma temática diferente, apontada pelo presidente da instituição, é abordada nesta publicação (gênero, mudanças climáticas, juventude, equidade, papel do estado, economias em transição, trabalho, saúde e infraestrurura são alguns dos temas recentes). A equipe que elabora o WDR é liderada por um membro sênior do Banco, com o suporte de um grande número de especialistas e consultores internos e externos à instituição, sob orientação de seu Economista Chefe.

A justificativa para dedicar sua 30ª edição ao tema "agricultura para o desenvolvimento" reside, segundo o Banco, no fato de que três em cada quatro pessoas pobres vivem em áreas rurais de países em desenvolvimento, e a maioria delas depende

[10] Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial.

direta ou indiretamente da agricultura para sobreviver. O relatório pretendia, desta forma, orientar governos e a comunidade internacional no desenho e na implementação de agendas que "fizessem a diferença na vida de centenas de milhões de pobres rurais" (WORLD BANK, 2007).

O *WDR 2008: Agriculture for Development* serviu de base à publicação, em 2009, de outro documento, chamado "*Implementing Agriculture for Development – World Bank Group Agriculture Action Plan: FY 2010-2012*"[11], que sumariza o programa pretendido pelo Banco para o desenvolvimento rural nos três anos em questão. "O *Action Plan: FY 2010-2012* pretende descrever como nós, do Banco Mundial, planejamos dar suporte ao grande consenso internacional representado pelo WDR 2008" (WORLD BANK, 2009, p. vii, tradução da autora). O Banco afirma que este documento é amplamente consistente com seu predecessor, o *Reaching de Rural Poor*, de 2003, além de seguir as diretrizes específicas traçadas no WDR 2008.

Deve-se ressaltar, ainda, que aspectos conjunturais tornavam oportuno o lançamento de tais publicações: os preços dos produtos agrícolas mais do que dobraram entre 2006 e meados de 2008, depois recuaram de 30% a 40% em meados de maio de 2009 (WORLD BANK, 2009). A volatilidade dos preços, sobretudo nos momentos de alta, tem impactos negativos aos consumidores de baixa renda, mas também afeta os países desenvolvidos que importam alimentos. Assim, o objetivo de promover o crescimento da agricultura – e conter picos de altas de preços - soa como legítimo para diversos grupos sociais.

Em comparação ao relatório de 2003, os documentos do Banco Mundial publicados em 2007 e 2009 conferem atenção relativamente maior à: a) necessidade crítica de aumentar a produtividade agrícola, especialmente dos pequenos produtores pobres, visando progredir no alívio à pobreza; b) diferenciação no mix de ajuda no âmbito dos "três mundos da agricultura" (países de base agrícola, países em transformação e países urbanizados), descritos no WDR 2008; e c) o papel da agricultura em prover serviços ambientais, incluindo o contexto das mudanças climáticas (WORLD BANK, 2009).

Reformas nas políticas de comércio, preços e subsídios, políticas fundiárias, investimentos em ciência e tecnologia (sobretudo melhoramento genético e biocombustíveis), manejo e conservação de recursos naturais, diversificação da renda nas famílias rurais (através da migração temporária de alguns membros e de empregos em

[11] Implementando a Agricultura para o Desenvolvimento – Plano de Ação do Grupo Banco Mundial para a Agricultura nos anos fiscais de 2010 a 2012.

atividades não-agrícolas), bem como a melhoria nas questões de saúde e educação, são apontados pelo Banco como instrumentos efetivos para que a agricultura contribua para o desenvolvimento – em sentido amplo e, particularmente, nos espaços rurais.

O Banco revela uma posição, de certo modo, mais ponderada sobre descentralização, largamente estimulada nos relatórios anteriores. "Ao trazer o governo mais próximo da população rural, a descentralização tem potencial de lidar com os aspectos localizados e heterogêneos da agricultura, especialmente para a extensão. Mas nem todos os serviços agrícolas devem ser descentralizados, pois alguns deles, como pesquisa científica e vigilância sanitária de animais, têm importante economia de escala" (WORLD BANK, 2007, p. 23-24, tradução da autora).

As particularidades das agendas propostas pelo Banco Mundial para os três distintos grupos de países são um elemento importante do WDR 2008. Grosso modo, aos países de base agrícola (na África Subsaariana, por exemplo) deveriam ser aplicados programas e políticas que "revolucionassem a produtividade" nas pequenas propriedades rurais. Nos países em transformação (sul e leste da Ásia, Oriente Médio e norte da África), o foco central deveria ser diminuir a disparidade da renda, através de mudanças em direção à agricultura de alto valor (pecuária e horticultura, por exemplo) e às atividades econômicas não-agrícolas no meio rural. Nos países urbanizados (como a maioria da América Latina e Caribe, Europa e Ásia Central), a agricultura poderia ajudar a reduzir a pobreza rural se os pequenos produtores se tornassem fornecedores diretos de modernos mercados de alimentos, se bons empregos na agricultura e agroindústria fossem criados e se mercados para serviços ambientais fossem introduzidos[12] (WORLD BANK, 2007).

Percebe-se, assim, que o Banco sugere uma sofisticação para o papel que a agricultura desempenha nas economias, à medida que elas se mostram mais urbanizadas/desenvolvidas. O discurso[13] está alinhado à literatura que observa uma diminuição da contribuição do setor agrícola ao conjunto das atividades econômicas dos países mais desenvolvidos, como mencionado no início deste artigo. As visões convergem em muitos outros aspectos.

[12] O Banco afirma que a agricultura é o maior segmento usuário de água do mundo, contribui para a poluição agroquímica, exaustão do solo e mudanças climáticas, emitindo gases do efeito estufa. Por outro lado, é também a maior prestadora de serviços ambientais, geralmente não reconhecidos nem remunerados, colaborando para o seqüestro de carbono, o manejo de bacias hidrográficas e a preservação da biodiversidade, por exemplo (WORLD BANK, 2008).

[13] O Banco afirma: "A contribuição da agricultura é essencial mas declinante para o crescimento, à medida que o país se desenvolve" (WORLD BANK, 2008, p. 27, tradução da autora).

5. Considerações finais

Este artigo enfocou as propostas de desenvolvimento rural propostas pelo Banco Mundial entre 1997 e 2008 para mostrar que o escopo de atuação da instituição não se restringe a empréstimos e financiamentos. Segundo Pereira (2009), se o Banco Mundial fosse apenas um intermediário financeiro, ele precisaria de apenas um décimo de seu *staff*.

O Banco aposta fortemente no conhecimento acumulado em seu quadro para traçar políticas e programas a serem implementados nos países tomadores de recursos. Suas propostas se retroalimentam e encontram legitimidade junto a diversos grupos de atores sociais, rodeados pelo que Giddens (1991) chamou de sistemas peritos.

A manutenção desta legitimidade requer a articulação de redes, que se arranjam no que Castells (1999) denominou de espaço de fluxos, e que abrangem as esferas local, nacional, global, pública e privada.

Isto é perceptível no caso analisado neste artigo, que observa, por exemplo, o envolvimento de mais de 2000 pessoas dentre membros de organizações multilaterais, acadêmicos, representantes de governos, de ONGs, consultores privados, etc na elaboração de um dos relatórios do Banco Mundial que prescreve estratégias para desenvolvimento rural.

6. Bibliografia

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONSECA, M. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro.** Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo, Editora Unesp, 1991.

GÓMEZ, J. R. M. **Ancoragem institucional do desenvolvimento territorial rural na América Latina: uma rede de saberes, práticas e poderes para o controle social.** Raízes, Campina Grande, v. 26, n. 1 e 2, p. 71-80, jan./dez. 2007.

GÓMEZ, J. R. M. Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina. In: Fernandes, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. Buenos Aires: CLACSO. p. 249-.274. 2008.

LOWE, P. et al. **Participation in rural development**. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Luxemburg, 1999. 83 p.

MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **The Shifting Nature of Rural Governance and Community Participation.** Journal of Rural Studies, 14, 1. 1998, p. 1-4.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).** Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2009. 382 f.

PLOEG et al. **Rural Development: from practices and policies towards theory.** Sociologia Ruralis, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

SHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Revista Sociologias, n. 11, p. 88-125, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 15, outubro de 2000, p. 87-145

WORLD BANK. **Rural Development: From Vision to Action – A Sector Strategy Paper.** The World Bank Group, 1997. 236 p.

WORLD BANK. **Reaching the Rural Poor: A Renewed Strategy for Rural Development.** The World Bank Group, 2003. 208 p.

WORLD BANK. **World Development Rural 2008: Agriculture for Development**. The World Bank Group, 2007. 386 p.

WORLD BANK. **Implementing Agriculture for Development - World Bank Group Agriculture Action Plan: FY2010-2012**. The World Bank Group, 2007. 72 p.

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO ESPAÇO RURAL

Danielli Cristina Granado, Fernando Protti Bueno, Patrícia Alves Ramiro - Unesp
danielli@rosana.unesp.br, fernando@rosana.unesp.br, particia@rosana.unesp.br

Introdução

A crise ambiental vem alcançando níveis alarmantes. A explosão demográfica e o processo de urbanização associados ao atual padrão de consumo da sociedade são apontados como os responsáveis pela acelerada degradação dos recursos naturais. A intensa urbanização observada nas últimas três décadas é consequência da fuga do homem do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades. Todavia, pesquisas mostram o descontentamento desta população com a realidade vivenciada no ambiente urbano.

O elevado êxodo rural brasileiro, a partir da industrialização, fez emergir novas formas de reprodução econômica, social e simbólica no espaço rural, atribuindo novos significados a estes espaços.

Mais expressivamente, a partir da década de 1980, alterações na dinâmica das relações econômicas e sociais que afetam o meio rural brasileiro, modificam a estrutura agrícola[1]. Tais alterações impedem a descrição da dinâmica do rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que surgem diversas atividades não-agrícolas nesta nova realidade. (SILVA, 1999)

[1] Para se ter uma idéia, no Brasil, entre os anos de 1985 a 1995, houve a redução de 32% de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. De 1,35 milhões de pessoas empregadas no campo em 1985, 440 mil se viram forçadas a migrar para as cidades, passando para 910 mil o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas em 1995. (MARTINE; 1987)

Se, nas cidades, uma das conseqüências de sua vivência por milhares de pessoas, em busca de melhor qualidade de vida é a difícil situação enfrentada pelos migrantes na mesma; no campo, a reprodução de um modo de vida que não é mais estritamente agrário, faz emergir novas práticas (reais e ideais) entre seus moradores.

Duas interpretações opostas importantes foram realizadas, em momentos históricos distintos, sobre essa relação campo/cidade. A primeira delas, ainda na década de 1960, realizada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) colocava a cidade no papel de organizadora do meio rural; enquanto, a outra visão, já no final do século XX, vê a cidade influenciando o rural, criando o termo "rurbano", cunhado por José Graziano da Silva (1999).

Para Queiroz (1969), no Brasil, pelo fato da industrialização ter ocorrido sem ser precedida de uma Revolução agrária (diferentemente da Europa), "as cidades não se transformaram, pois, em sua maioria; persistem como centros de organização do meio rural e não possuem vida própria. Seu crescimento é um "inchar" de favelas e mocambos". (QUEIROZ; 1969; p. 15)

Em contrapartida, para Silva (1999; p.01):

> Pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas (refere-se às décadas de 80 e 90), como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

De alguma forma, os dois pesquisadores parecem ter apontado para situações reais e importantes para o entendimento deste novo espaço social que se inicia: primeiro, a extrema dificuldade da vida na cidade vivenciada por grande parte dos migrantes, fazendo com que o desejo de uma vida melhor resultasse em decepção e vontade, para alguns, de retorno ao campo e, para os que rejeitaram a migração e/ou já retornaram para o rural, optem, na realidade atual, pela conciliação entre as coisas boas percebidas na cidade e as valorizações positivas da vida no campo (RAMIRO; MANCUSO; 2009).

Esta nova ruralidade, na qual surgem novas relações entre o campo e a cidade, se mescla com o conceito de multifuncionalidade. Este conceito, ao atribuir um novo olhar sobre a agricultura familiar, permite-nos analisar a interação entre os territórios e as famílias e, segundo Carneiro (2003, p. 21):

> Isso implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, como também incorporar à análise a

> provisão de bens públicos por parte destes agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural.

Na tentativa de descentralizar esse tipo de desenvolvimento, o turismo no espaço rural vem sendo compreendido no âmbito da multifuncionalidade do espaço rural, considerado como alternativa de geração de emprego e renda no campo, que pode auxiliar em melhores condições de vida e permanência dos indivíduos no ambiente rural e contribuir para a conservação ambiental. Neste âmbito, o presente estudo apresenta uma análise bibliográfica sobre os possíveis benefícios e conflitos de uso e acesso da visitação turístico-recreativa à conservação dos recursos naturais do campo.

Crescimento da consciência ambiental e turismo sustentável

O aumento da consciência ambiental e a busca por um novo modelo de desenvolvimento, cujo foco não fosse somente o crescimento econômico, são percebidos na década de 1960, mais especificamente em 1962, com a publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carlson, que denunciava a degradação ambiental ocasionada pelas atividades humanas, em especial, do o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, com o DDT. A partir daí, várias conferências internacionais foram realizadas com o objetivo de discutir os problemas ambientais que afligiam o mundo: Estocolmo, Tbilisi, Moscou. Na década de 1980, surge o termo ecodesenvolvimento, posteriormente desdobrado no conceito de desenvolvimento sustentável que foi apresentado no Relatório Brundtland publicado em 1987, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras em atenderem as suas próprias necessidades”.

Em 1992, é realizada no Brasil a 2ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, em que foram reafirmados os princípios do desenvolvimento sustentável. Neste evento foram elaborados vários documentos importantes, entre eles a Agenda 21, um documento de 40 capítulos que traça um plano de ação para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Acompanhando o crescimento da preocupação ambiental e os debates em nível global, desenvolveu-se a atividade turística. A evolução observada após a Segunda Guerra Mundial (RUSCHMANN, 1997) intensificou-se na década de 1960, quando eclodiu o turismo massivo e, seus impactos negativos foram reconhecidos. As primeiras discussões sobre a “gestão de turistas” ocorreram no início dos anos 70. Segundo Neiman e

Rabinovicci (2010), a acelerada expansão do turismo de massa desencadeou uma série de impactos nos destinos turísticos ao mesmo tempo em que os movimentos ambientalistas reivindicavam uma nova postura dos setores da economia. A temática passou então, a ser debatida na Comissão Mundial de Meio Ambiente – CMMAD, criada em 1983, no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU, de onde surgiu a acepção de turismo verde, que na década de 90 ampliou-se para a noção de turismo sustentável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

No turismo, a sustentabilidade recai sobre a necessidade de se gerenciar os impactos ambientais e sócio-econômicos promovidos pelos atores envolvidos na atividade, dessa forma, o intuito de um turismo sustentável é aumentar o entretenimento dos visitantes e os benefícios locais e, ao mesmo tempo, diminuir os impactos nocivos sobre os recursos naturais e sobre a população local (OMT, 2003).

O turismo na sociedade contemporânea

O turismo é considerado uma atividade de grande relevância econômica e social e, atualmente, apresenta-se em plena expansão, que está associada à prosperidade material da sociedade e de seu poder de consumo de bens e serviços. Segundo a OMT (1997), o turismo representa cerca de 10% do Produto Interno Bruto – PIB mundial, movimentando mais de duzentos milhões de pessoas. A previsão até o ano de 2020 para o setor é de uma taxa de crescimento médio anual de turistas internacionais, em todo o mundo, em torno de 4,1%.

A expansão da atividade turística tornou evidente os impactos gerados por ela, já que o meio ambiente constitui seu elemento fundamental, sendo considerado como sua base. Alguns autores são bastante radicais ao afirmar que onde há turismo há degradação ambiental. Para Mendonça (2001), o turismo pode ser caracterizado como uma indústria e, que como os demais setores da economia moderna, dependem da apropriação e exploração da natureza e das comunidades locais. Essa forma predominante da atividade, chamada de turismo tradicional ou de massa segue o padrão capitalista da sociedade contemporânea, com caráter frequentemente predatório, degradando os lugares dos quais se apropria.

O turismo de massa é definido por Cruz (2003) como:

> Uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo

> a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, consequentemente, que um grande número de pessoas viaje.

A sazonalidade, o desgaste dos recursos naturais, a especulação imobiliária, a segmentação territorial, o incentivo a prostituição, o desrespeito à cultura local são desdobramentos e características do turismo de massa, que acompanhados de outros problemas contemporâneos como o consumo excessivo, a poluição, o crescimento da frota de veículos comprometem a qualidade socioambiental dos destinos (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010).

Mendonça (2001) destaca que os exemplos de degradação ambiental e sociocultural ocasionados pelo turismo são abundantes e podem ser comparados aos decorrentes da atividade agropecuária e de outros setores da indústria. O processo predatório ocorre através do uso não-sustentável dos recursos naturais até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas transferência para outros locais de exploração.

No Brasil, o turismo de massa ainda é predominante, sendo adotado nos principais destinos de sol e praia, como na região Nordeste, cujas características marcantes são as bandeiras internacionais de empreendimentos turísticos, o grande número de turistas estrangeiros e a baixa absorção da mão de obra local.

Ramalho, Silva e Rabinovici (2010) afirmam que quando os princípios de sustentabilidade são aplicados ao turismo há uma transformação da atividade, que a distancia da sua prática mais comum, a do turismo de massa.

Assim, na contramão do turismo predatório surgem outras modalidades da atividade, chamadas por Ruschamann (1997), de turismo “brando”, ecológico, naturalista, personalizado e realizado por grupos pequenos de pessoas, que apesar de ainda incipiente, principalmente, no Brasil, tende a constituir os fluxos turísticos do futuro. A autora salienta ainda que essa nova tendência, que se opõe radicalmente às viagens massificadas, impessoais e realizadas em ambientes artificiais, é resultado do desejo dos próprios turistas impulsionados pela maior consciência ambiental da sociedade, mas principalmente, como conseqüência da “fuga” dos tumultos e do estresse dos grandes conglomerados urbanos. Essa “busca do verde” se consagra como uma tentativa de recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

Nesse contexto, se insere as atividades de turismo no espaço rural que está relacionado as atividades de lazer realizadas no meio rural e que abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural ou

agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo de base comunitária, turismo étnico, turismo pedagógico entre outras (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

O turismo como alternativa de desenvolvimento rural e de conservação ambiental

A atividade turística quando vista além de sua dimensão puramente econômica, isto é, quando inclui os aspectos sociais e ambientais, pode ser considerada uma estratégia alternativa de um desenvolvimento mais sustentável, que valoriza e preserva tradições e relações sociais, racionaliza o uso dos recursos naturais e ainda gera emprego e renda para as populações locais (PELLIN, 2006).

De acordo com Ruschmann (2000), as atividades turísticas no espaço rural devem ter como objetivo atender os princípios do desenvolvimento sustentável, o que implica em administrar adequadamente os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, a fim de atender as necessidades socioeconômicas e de conservação ambiental e cultural, para que possam ser desfrutadas pelas gerações futuras. A autora evidencia que a sustentabilidade do turismo depende ainda da integração do setor com os espaços sociais da comunidade, de forma a não causar transformações nos hábitos e costumes tradicionais característicos da região. Além disso, deve proporcionar a distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre a população receptora e os visitantes, gerando o aumento do nível de bem estar para ambos.

Cabe destacar as diferenças apontadas por diversos autores (TULIK, 1997; CAMPANHOLA; SILVA, 2000; SILVA; VILARINHO; DALE, 2000; SEVERINO, 2006) entre os termos: turismo no espaço rural e turismo rural ou agroturismo. O primeiro caso abrange todas as modalidades de turismo praticadas na área rural, definidas com base em seus elementos de oferta. Além do turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural inclui empreendimentos de lazer, como os spas rurais, os hotéis-fazenda, os campings, as colônias de férias, os parques naturais e outros. Enquanto que o termo turismo rural ou agroturismo já é mais específico, referindo-se ao turismo que deve acontecer no interior de propriedades rurais produtivas (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Outro quesito seria a integração das atividades agrícolas e pecuárias e o modo de vida das comunidades rurais à atividade turística (RODRIGUES, 2000).

De acordo com Calvente (2004, p. 11):

> [...] o turismo rural pode ter como atrativos objetos e costumes herdados do passado, que apresentam um valor simbólico. É um turismo em paisagens naturais e paisagens agrárias, trazendo um retorno ao passado rural ou indígena; é também cultural; de pequenas igrejas e museus de colheitas, festas, costumes e crenças tradicionais, romarias, artesanato e comidas típicas, valorizando os produtos específicos do local. As áreas rurais brasileiras, têm, portanto, por sua gênese e extensão, uma rica diversidade nesses aspectos, desde que o turismo rural não apresente como linha dominante a de ocorrer em um processo de imitação daquele que já existe em outros países, mas aproveite as características próprias de cada local, na riqueza da sociodiversidade e biodiversidade.

O turismo no espaço rural surge como alternativa para os proprietários rurais na atual crise financeira fundiária, atrelada à falta de incentivos ao homem do campo (ALMEIDA; RIEDL, 2000), podendo ser considerado como um vetor de desenvolvimento local (PELLIN, 2006). Santos e Almeida (2006) destacam que o turismo rural, pela sua multifunção de gerar emprego e renda e promover o intercâmbio entre o campo e o meio urbano, pode contribuir para a prosperidade de regiões menos favorecidas. No entanto, não pode ser considerado como solução definitiva para os problemas latentes do primeiro setor, todavia, pode se constituir como uma adicional nas receitas das famílias do campo, complementar as atividades agropecuárias (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000; (NIEHUES, 2006; SANTOS; ALMEIDA, 2006; SEVERINO, 2006).

Segundo Campanhola, Silva e Laurenti (2001), a atividade turística na área rural permite conciliar dois objetivos frequentemente conflitantes: o desenvolvimento econômico rural e a conservação dos recursos naturais. Severino (2006) afirma que a atividade turística no espaço rural tem se destacado por permitir a conservação de áreas naturais. Fons, Fierro e Patiño (2011) salientam que os atores do turismo rural na Espanha estão conscientes de que a qualidade ambiental é o principal elemento para o sucesso da atividade. E acrescentam que a manutenção das áreas naturais originais é o que confere a autenticidade ao cenário rural, apontada pelos turistas como um dos fatores motivadores na escolha pelo turismo rural. Cruz (2002) e Pires (2001) corroboram com as afirmações, ao evidenciar que a paisagem é o centro da atratividade dos lugares para o turismo. A paisagem deve estar agradável ao longo de todo o território, pois um ambiente sujo e degradado deixa de causar atração e passa a causar repulsão, inviabilizando a atividade

turística. Como paisagem entende-se o conjunto dos elementos naturais e construídos que compõem um cenário específico.

Uma pesquisa realizada no município de Rio dos Cedros, localizado no Vale do Iatjaí (SC) com empreendedores turísticos locais e líderes comunitários ligados a atividade demonstra o reconhecimento da população local sobre a importância da conservação da paisagem local, pois 73% dos entrevistados apontaram as belezas naturais e artificiais como os principais elementos atrativos no Município. E 80% deles acreditam ser o turismo rural e o turismo ecológico as melhores opções de desenvolvimento para a região (PELLIN, 2006).

Campanhola e Silva (1999) enfatizam que o turismo no espaço rural apresenta-se como uma forma de valorização do território, pois depende da gestão do espaço local para que dê bons frutos e contribua para a proteção do meio ambiente. Porém, em muitos casos, a falta de planejamento da atividade resulta em impactos para os lugares receptores, pois alteram a paisagem, a qualidade de vida dos moradores e a própria atividade, uma vez que a degradação do ambiente compromete a vocação da área para o turismo.

No Distrito Federal, uma pesquisa apontou a falta de preocupação com a proteção dos recursos naturais e com a busca por alternativas sustentáveis no planejamento e na execução das atividades de turismo rural. Tal fato é observado pela ausência de estudos que demonstrem a fragilidade e a capacidade de carga das propriedades que desenvolvem o turismo e dos atrativos que envolvem os recursos naturais e pela falta de tratamento adequado para as águas servidas (ALTAFIN; GOMES, 2006). Os autores destacam que os empresários do setor ainda priorizam a lucratividade econômica com pouco interesse nos problemas socioambientais. E reforçam que as atividades turísticas no cenário rural podem e devem ser uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. O planejamento e a execução do turismo precisam contemplar a fragilidade dos ecossistemas e seu equilíbrio e, neste sentido a educação ambiental representa um aporte indispensável a qualquer iniciativa do setor que busque a sustentabilidade. Para que o uso consciente do meio ambiente e da cultura rural contidas no cenário rural sejam princípios indispensáveis para a garantia da eficácia dessa alternativa não agrícola que é o turismo.

Neste sentido, ressalta-se a importância das políticas públicas locais que fomentem processos decisórios participativos (NIEHUES, 2006). O diálogo entre os atores envolvidos é fundamental para estabelecer planos de desenvolvimento local que contemplem a sustentabilidade, de forma a propiciar um turismo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Outra modalidade de turismo que se destaca no cenário rural é o ecoturismo. Segundo Pires (2002), o ecoturismo representa um segmento turístico derivado da concepção de turismo na natureza, que se caracteriza por viagens que colocavam os turistas em contato com os atrativos naturais com a intenção de diferenciar-se do turismo convencional massificado, produzido em larga escala, ávido por lucros elevados e indiferente a deterioração ambiental. O autor considera ainda que o ecoturismo:

> [...] surge e se impõe como uma 'rotulação' ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface *turismo-ambiente*, este último compreendo especialmente ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes em seu entorno.

Serrano (2000b, p. 208) detecta uma pluralidade de termos e conceitos tratados sobre a relação entre o turismo e a natureza, considerando assim, o ecoturismo como:

> [...] uma idéia 'guarda-chuva', pois envolve uma multiplicidade de atividades como trekking, hiking, escaladas, rappel, espeleologia, mountain biking, cavalgadas, mergulho, rafting, floating, cayaking, vela, vôo livre, paragliding, balonismo, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e flora, pesca (catch-release), turismo esotérico e turismo rural [...].

As atividades turístico-recreativas realizadas na natureza são vistas, principalmente, como alternativas ao desenvolvimento econômico das localidades e, em contrapartida, como uma efetiva ferramenta para a conservação da natureza por proporcionar receitas advindas das taxas pagas pelos turistas. Tem-se aqui compreendido o termo conservação da natureza segundo os preceitos da IUCN (1984) que a delimita como sendo:

> [...] a gestão da utilização da biosfera pelo ser humano, de tal sorte que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer às necessidades e às aspirações das gerações futuras. Portanto, a conservação é positiva e compreende a preservação, a manutenção, a utilização sustentada, a restauração e a melhoria do meio ambiente natural.

As áreas naturais, enquanto áreas protegidas estabelecidas no Código Florestal, Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 existem dentro das propriedades rurais como área de preservação permanente – APP e ou Reserva Legal. A APP é definida como uma área protegida coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. São

consideradas como APP, as florestas e demais formas de vegetação natural ao redor dos corpos de água, no topo de morros, em encostas com declividade superior a 45º, em altitude.

A Reserva Legal é estabelecida no Código Florestal como área localizada no interior de uma propriedade, excetuada a APP, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. Essas áreas devem constituir 20% das propriedades rurais do País, exceto na região da Amazônia Legal, onde a reserva deve representar 80% da área.

Uma terceira categoria de área protegida que pode existir nas propriedades rurais é a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, que foi introduzida no Brasil em 1990, para legitimar as intenções conservacionistas de proprietários rurais (ROCKTAESCHEL, 2006), tendo sido fortalecida em pelo Sistema Nacional de Unidades Conservação – SNUC, Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, como unidade de conservação de uso sustentável e definida como área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

De acordo com Rocktaeschel (2006), para ter uma área reconhecida como RPPN, o proprietário deve assinar um termo de compromisso perante o órgão ambiental, se comprometendo a efetivar a averbação do ato de criação da RPPN no registro de imóveis competente, que gravará o imóvel como unidade de conservação em caráter perpétuo, sendo esse gravame irrevogável.

As RPPNs representam uma parcela significativa das áreas destinadas as modalidades de turismo no espaço rural no Brasil, especialmente, para o ecoturismo e o turismo de aventura. Magro (2002) salientam que isso vem ocorrendo porque a maioria das unidades de conservação públicas possui restrição a visitação e, nas zonas permitidas é exigido um planejamento minucioso para a implantação de atividades de uso público. Desta forma, as operadoras e agências aproveitam-se dessas áreas para o desenvolvimento de suas atividades. Os municípios de Bonito (MS) e Brotas (SP) são exemplos clássicos da tendência brasileira de criação e utilização das RPPNs para o uso no turismo.

Bonito, no Mato Grosso do Sul passou por transformações em seu perfil econômico, com a substituição das atividades de mineração e agropecuária pelo turismo. Os ambientes aquáticos cristalinos, as tufas calcárias e a biodiversidade representam as principais atrações turísticas da região, sendo que a grande maioria desses atrativos localizam-se dentro das propriedades rurais, ou seja, em RPPNs. Campanhola e Silva

(2000) destacam que dos vinte e cinco passeios disponíveis na região, somente dois são realizados fora das propriedades rurais. Essa constatação serve como estímulo a conservação ambiental, visto que as fazendas que pouparam seus recursos naturais, atualmente podem usufruir deles, aumentando a sua renda pela exploração das atividades turísticas.

Em Brotas, no interior paulista, as propriedades rurais que possuem atrativos naturais como cachoeiras, nascentes e corredeiras também têm sido beneficiadas com o crescimento da atividade turística, observado nos últimos anos. No entanto, a verificação da ocorrência de impactos ambientais negativos é cada vez mais freqüente nas trilhas usadas nas atividades turísticas no Município. Os pesquisadores atribuem tais consequências ao fato da visitação de ter sido iniciada sem planejamento adequado e a pressão do aumento considerável do uso concentrado principalmente, nos finais de semana e feriados (MAGRO, 2002).

Considerações Finais

Em suma, as modalidades alternativas de turismo podem ser analisadas sob a ótica da multifuncionalidade que o meio rural vem adquirindo como resposta a crise por que passa o setor agrário. Às atividades produtivas tradicionais agrícolas são integradas atividades de lazer, que podem propiciar a conservação da paisagem artificial e dos recursos naturais, a proteção e a valorização do território e da cultura, a geração de emprego e renda para as famílias rurais e a permanência do homem no campo.

Mas para que os impactos socioambientais, inerentes as atividades humanas, sejam minimizados, de forma a permitir que os benefícios da atividade turística alcancem as populações locais, o uso consciente do meio ambiente e da cultura rural são princípios indispensáveis para a garantia da eficácia dessa alternativa não agrícola que é o turismo. Assim, há necessidade de planejamento cuidadoso e gerenciamento adequado do espaço rural, além de políticas públicas locais que fomentem processos decisórios participativos. O diálogo entre os atores envolvidos é fundamental para estabelecer planos de desenvolvimento local que contemplem a sustentabilidade, de forma a propiciar um turismo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Contudo, o turismo no espaço rural não deve ser entendido como a solução para os problemas do campo, uma vez que, por si só não é capaz de garantir a conservação do

ambiente e a melhoria das condições de vida das populações locais. A atividade pode e deve ser vista como uma alternativa adicional de geração de ocupação e de rendas não-agrícolas. Dessa forma, sinaliza-se para a necessidade de mais estudos e discussões sobre o assunto, para que os reais impactos (positivos e negativos) do turismo sejam compreendidos e incorporados à realidade rural brasileira, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental e de vida no campo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ALTAFIN, I.G.; GOMES, R.A. Turismo rural no Distrito Federal e sustentabilidade. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006. p. 158 – 170.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: julho de 2010.

BRASIL. Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: julho de 2010.

BRASIL. Lei n. 9.985 de 18 de junho de 2000. Regulamenta o Artigo 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: julho de 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo

CALVENTE, M. C.; GONÇALVES, M. A. **Turismo em pequenos municípios**. Londrina: Humanidades, 2004.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: OLIVEIRA, C. (Org.). **Anais do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural**: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Piracicaba, 1999.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G; LAURENTI, A. C. **Agro-tourism as a new income source for the Brazillian small farmers**. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br. Acesso em maio de 2006.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. RJ: MAUAD, 2003.

CRUZ, R. C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI. E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo. 2ed. São Paulo: Roca, 2003.

FONS, M. V .S.; FIERRO, J. A. M.; PATIÑO, M. G. Rural tourism: a sustainable alternative. **Applied Energy**, v.88, 2011, p. 551 – 557.

IUCN – UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. **Estratégia mundial para a conservação**: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado. São Paulo: CESP, 1984. (sem número de páginas).

MAGRO, T.C. Ambiente natural e turismo em meio rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Orgs). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002, p. 141 – 162.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição. In: **Impactos socioambientais do turismo,** 2001. p. 19 – 25.

MINISTÉRIO DO TURISMO.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil (Orgs). Barueri, SP: Manole, 2010.

NIEHUES, V. D. Turismo no espaço rural e sustentabilidade. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006. p. 95 – 100.

OMT– Organização Mundial do Turismo. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago do Chile: OMT, 1999.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PELLIN, V. Turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: estudo de caso. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006. p. 125 -134.

PIRES, P. S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). Turismo Rural. São Paulo: Contexto, 2001.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

QUEIROZ. M. I. P. Introdução. IN: MENDRAS, Henri et. al. **Sociologia rural.** Rio de Janeiro: Zahar Editores ; 1969.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil (Orgs). Barueri, SP: Manole, 2010. p.25 – 42.

RAMIRO, P. A.; MANCUSO, M. I. R. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. **Cadernos CERU**, USP, v. 20, 2009. p. 16-31.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2006.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipolgia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

SANTOS, E. O.; ALMEIDA, J. A. Agroturismo e turismo rural em propriedades da metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006. p. 37 – 56.

SERRANO, C. O "produto" ecoturístico. *In*: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 203–234.

SEVERINO, F. C. G. **Turismo e conservação no cenário rural no entorno de uma unidade de conservação no município de Luis Antônio (SP).** 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: Editora UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo – Desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEDIADOR DE CONFLITOS AMBIENTAIS E ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO BIOMA PAMPA – RS.

Teresinha Guerra; Danielle Paula Martins; Judite Guerra; - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
tg@ufrgs.br; dmartins_eco@yahoo.com.br; judijade@gmail.com;
INCRA-RS
GT1- Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo: Localizada no bioma Pampa, a região de Santana do Livramento possui treze Projetos de Assentamento em processo de regularização ambiental. O comprometimento das Áreas de Preservação Permanente – APP e a ausência de averbação da Reserva Legal – RL junto ao órgão ambiental conduziu à celebração de um CONVÊNIO INCRA/FAURGS/ECOLOGIA-UFRGS para a execução de um programa de recuperação e conservação dos recursos naturais nos assentamentos. No período de 2009 e 2010 a equipe do Núcleo de Estudos em Educação Ambiental – NEEA/UFRGS realizou um diagnóstico socioambiental nestes assentamentos. Foi utilizada a técnica de entrevistas (45 questões) com o objetivo de identificar a origem, a cultura, a moradia dos assentados, a atividade agropecuária, o uso de APP, agrotóxicos, percepção ambiental e outras questões relevantes. Apesar de sua riqueza, o Pampa é um dos Biomas com menor percentual de área legalmente protegida e tem recebido incremento populacional, com a chegada dos assentados. Os aspectos ambientais estão relacionados diretamente com o modelo de produção, o qual ainda não possui uma forma sustentável, devido à ausência de assistência técnica e falta de conhecimento local pelos agricultores. Estes dados foram apresentados aos assentados no período de Formação em Educação Ambiental (segundo semestre de 2010), priorizando o conhecimento sobre a Legislação Ambiental e estudos de casos referentes à APP e RL. As temáticas relacionadas à sustentabilidade como uso da água e cultivo em APP, uso do solo, uso de agrotóxicos e Educação Ambiental possibilitaram não apenas a discussão, mas a construção coletiva de informações e dados para subsidiar o

documento Carta Ambiental da Terra para cada assentamento que propiciará a recuperação e conservação dos recursos naturais.

Teresinha Guerra: Geóloga; Mestre em Ecologia; Doutorado em Geoquímica Ambiental; Professora do Departamento de Ecologia/UFRGS; Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba/RS. Danielle Paula Martins: Tecnóloga em Meio Ambiente; Mestre em Geografia; Educadora Ambiental. Judite Guerra: Pedagoga; Mestre em Educação; Doutoranda no PPG Ecologia UFRGS; Professora municipal Porto Alegre.

Introdução

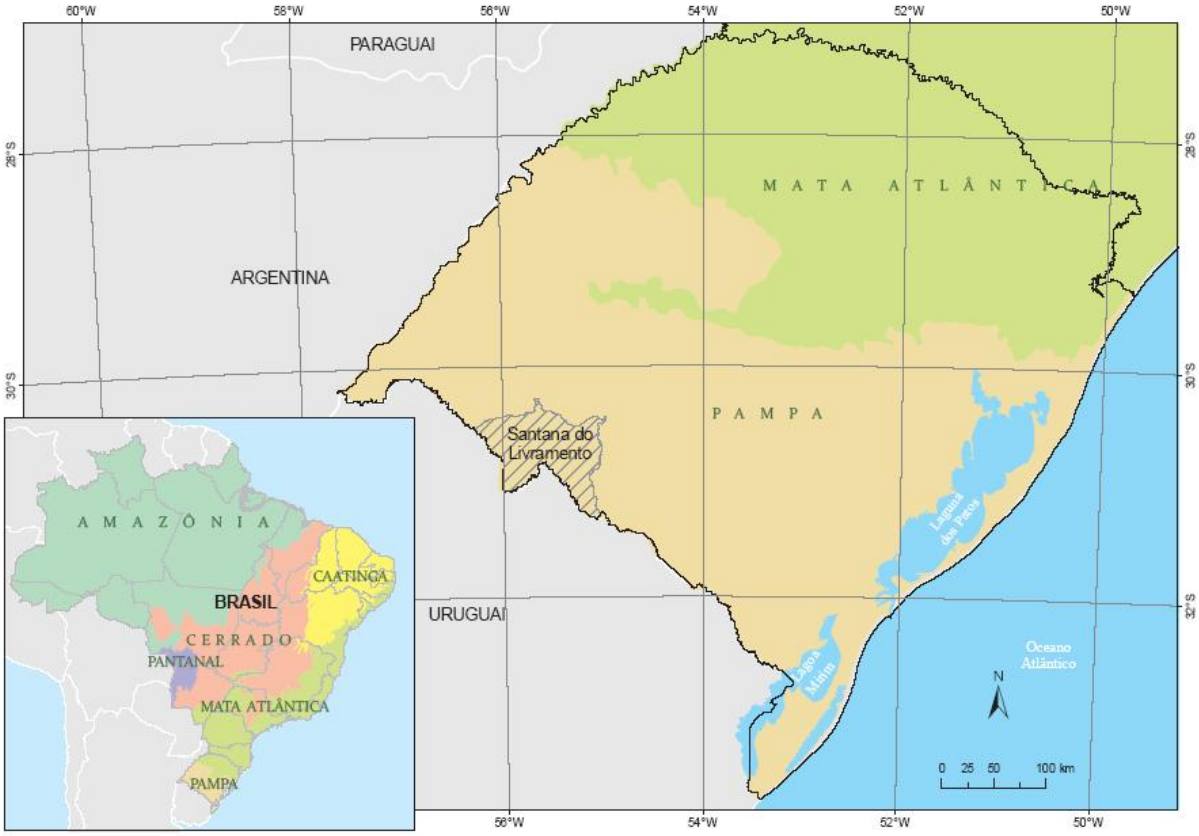
O Código Florestal vigente no Brasil determina que para haver condições necessárias que garantam a conservação dos recursos hídricos, preservação dos habitats, a biodiversidade e qualidade ambiental, é necessário respeitar algumas regras e limites para o uso do solo e principalmente se tratando da propriedade rural, a expansão agrícola. No meio rural são de maior relevância o respeito às APP e à RL, porem existem conflitos quando se apresentam os dois pontos: respeitar as leis ambientais e a ocupação das terras agricultáveis. Em APP de nascentes é necessário um limite conservado de 50 metros, já em APP dos cursos d'água de até 10 metros, o delimitado pela lei é que sejam protegidos 30 metros. Quanto a RL, existe uma diferenciação por bioma, quanto à quantidade de área a ser preservada em cada propriedade. Os assentamentos que estão envolvidos no trabalho apresentado estão localizados no Bioma Pampa, e a RL definida para este bioma é de 20% da propriedade rural.

Diante da situação discutida, esse trabalho apresenta através dos estudos realizados durante o projeto de educação ambiental nos assentamentos rurais nos últimos três anos, a tentativa de mediação de conflitos do uso da terra e proteção ao ambiente natural com o uso de metodologias de trabalho em coletividade em educação ambiental.

O convênio propôs a disseminação das metodologias, tecnologias e produtos gerados para treze assentamentos da região, através do Programa de Educação Ambiental, envolvendo representantes de todos os assentamentos, visando à sensibilização da comunidade de beneficiários da Reforma Agrária para a necessidade de incorporar os conceitos de gestão ambiental e sustentabilidade nesses assentamentos de produção agrícola e pecuária, baseado na pequena propriedade familiar.

Todas as informações obtidas e consolidadas no diagnóstico ambiental, desenvolvido juntamente com as famílias dos assentamentos, revelaram o conteúdo que deverá compor a Carta Ambiental de cada assentamento, importante instrumento de condução a regularização socioambiental da terra.

Área de Estudo



No mapa de Biomas do IBGE (2004), o município de Santana do Livramento, cidade a qual pertencem os assentamentos deste estudo insere-se no Bioma Pampa (fig. 1), no qual estão presentes fisionomias campestres com tipologia vegetal dominante herbáceo/arbustiva.

Fig 1. Mapa de localização de Santana do Livramento no bioma Pampa (Fonte: LABGEO/UFRGS;2010)

De acordo com Suertegaray e Silva *in* Pillar *et al* (2009) o Pampa (IBGE 2004), reune formações ecológicas que se inter-cruzam e compõem uma formação ecopaisagística única, com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encostas. Abrange uma área de 176.496 km^2, correspondente a 2,07 % da parcela do território brasileiro. Nesse tipo de paisagem, o pastejo é uma das principais atividades econômicas (Nabinger et al. 2000).

O relevo com característica suave, de altimetrias com no máximo 200 m, apresenta tabuleiros ou cerros como são conhecidos localmente, e coxilhas com suaves ondulações. É comum encontrar famílias de ema ou nhandu (Rhea americana), a maior ave da América do Sul, pelas planícies do Pampa (Suertegaray e Silva in Pillar et al; 2009).

Metodologia

O diagnóstico socioambiental iniciou pela elaboração do questionário seguido pela aplicação para o levantamento de dados. Esse levantamento foi realizado junto às famílias dos assentamentos Posto Novo, Apolo, Recanto, Bom Será, Capivara, Cerro dos Munhoz, Frutinhas, Pampeiro, Jupira, Santo Ângelo, Santa Rita, Coqueiro e São Joaquim/Santa Rita. Foi utilizada a técnica de entrevistas com um roteiro de 45 questões, abrangendo aspectos culturais, sociais e ambientais, a origem, a cultura, a habitação dos assentados, a atividade agrícola, o manejo do gado, o uso de áreas de preservação permanente, o uso de agrotóxicos e outras questões ambientais relevantes que envolvem a comunidade e o assentamento. A sistematização destes dados possibilitou uma melhor compreensão da vida dos assentados, o que torna possível a eficácia em projetos subseqüentes.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre abril de 2008 a janeiro de 2009 em cada assentamento, com amostra de 12,6 % do número de famílias/lotes do mesmo. O segundo critério foi estabelecido através de indicações por parte de líderes de associações e cooperativas da comunidade, por agentes de formação, responsáveis por programas de desenvolvimento e assistência nos assentamentos, e por famílias que já tinham sido entrevistadas. No total, foram selecionadas 53 famílias em um universo de 419 famílias.

Os dados levantados em campo foram digitados e sistematizados no software Sphinx®, o qual corresponde a uma ferramenta de apoio para o processo de pesquisa e análise de dados acadêmicos e gerenciais.

Após a análise dos dados e pleno conhecimento da vida nos assentamentos, foram realizadas formações em Educação Ambiental em cada assentamento, no segundo semestre de 2010. Cada formação teve o período de um dia nos PA (aos onze PA) e transcorreu de acordo com o seguinte roteiro: a) apresentação dos resultados do diagnóstico socioambiental, b) validação dos dados do diagnóstico, c) formação sobre legislação ambiental com foco para propriedades rurais, d) discussão com o grande grupo sobre questões relacionadas à sustentabilidade, questões ambientais e legislação, e) dinâmica

com os pequenos grupos, sobre os seguintes itens: O uso da água e as APP; O uso do solo; O uso de agrotóxicos; Educação Ambiental. O tópico “e’’ teve como objetivo construir em coletividade as premissas que deverão compor a Carta Ambiental da Terra de cada assentamento.

Resultados

A qualidade de vida dos agricultores melhorou na medida em que conquistaram seu grande desejo: a terra. Este levantamento de dados forneceu um panorama geral sobre a vida dos assentados e possibilitou planejar de forma mais adequada as ações futuras na formação em educação ambiental.

As entrevistas foram realizadas na casa dos assentados, e os estudos mostram que a maioria deles são casados (92,5%). A faixa etária dos entrevistados e seus cônjuges é de 26 a 55 anos. Com relação ao grau de instrução, possuem o primeiro grau completo (90,6% entre os entrevistados e 86,8% entre os cônjuges). São agricultores e possuem até 3 filhos (83%). Os assentamentos foram implantados durante a década de 90, sendo que o tempo de moradia dos entrevistados, quando realizado o questionário em 2008/2009, é predominantemente de até 10 anos (64,2%). Antes disso, passaram algum tempo em acampamentos do MST (Movimento dos Sem Terra) à espera dos lotes.

Todos já tinham relação com o ambiente rural, e a maioria é oriunda das regiões fisiográficas do Alto Uruguai (50,9%) e Planalto Médio (22,6%). Da região da Campanha apenas 13,2 %, da Depressão Central 5,7% e das Missões (3,8 %) regiões do estado do Rio Grande do Sul. Apenas duas famílias têm origem de fora do estado, o que corresponde a 3,8%. O motivo principal de ingresso no MST, pelas famílias, está relacionado com a busca pela terra. Os assentados têm, em sua maioria, descendência européia, sendo 60,4% entre os homens e 64,2% entre as mulheres, o que é um fator comum no Rio Grande do Sul. Praticamente todos são religiosos (96,2%), na maioria católicos (75,5 %) e os demais (20,8 %) são evangélicos.

A atividade agro-pastoril nos assentamentos rurais tem relação direta com os impactos ambientais gerados nestes locais, na medida em que grandes espaços de APP são suprimidos e, em muitos casos, a plantação é estendida, chegando muito próximo à calha dos cursos d’água. Associado a isso, a falta de instrução e assistência técnica impedem que os assentados tenham um modelo de agricultura adequado, no que diz respeito à aplicação de insumos químicos nas lavouras, à questão das APP e ao manejo do solo. Apesar destes

conflitos com as questões ambientais, o ambiente natural faz parte da vida de todos, visto o conhecimento a respeito da flora e da fauna locais.

O extrativismo é prática comum em todos os assentamentos. Grande parte dos entrevistados (64,2%) citou a extração de plantas/árvores, utilizadas como lenha. A lenha é um recurso natural de grande importância para os agricultores, visto que 96,2% deles possuem fogão à lenha, porem muitos deles têm plantação própria de eucalipto e pinus para reserva de lenha (64,2%). Além disso, 34% dizem que compram a lenha de fora do assentamento e apenas 26,4% admite que a lenha provenha de área desmatada. A realização de caça também foi apontada por 62,3% dos entrevistados.

Apesar da visualização de queimadas no local, apenas um entrevistado apontou como atividade corriqueira, os demais afirmaram que esse método não ocorre e que eles têm conhecimento da proibição das queimadas.

A captação da água é obtida através de poços artesianos (52,8 %), através de cacimba (32,1%) e poço cavado (15,1%). Em todos os casos a água não recebe qualquer tipo de tratamento.

O banheiro se localiza junto à residência de 79,2% dos entrevistados e as instalações sanitárias são de fossa séptica (58,5%). Esse número é elevado porque as construções, financiadas recentemente, exigiam a instalação de fossa séptica. Verificou-se, ainda que 39,6% dos entrevistados têm fossas rudimentares e que 5,7% não possuem qualquer tipo de instalação.

O destino dos resíduos domésticos não é adequado (Fig 2 e 3). Praticamente em todos os assentamentos os resíduos são queimados ou enterrados no entorno das residências, sendo pouco representativa a reciclagem.





Fig 2 e 3. Resíduos sólidos destinados incorretamente no meio rural (Fonte: NEEA/UFRGS).

A grande percentagem referente à utilização de agrotóxicos nas lavouras é preocupante (77,4%), não sendo diferente com o destino das embalagens dos mesmos que, na maioria dos casos, são queimadas ou enterrados, sendo poucas devolvidas conforme orienta a lei dos agrotóxicos (Lei 7.802/89). 92,5% dos assentados também utilizam adubo, sendo 56,6% químicos e 35,8% orgânicos.

Os aspectos ambientais estão relacionados diretamente com o modelo de produção, o qual ainda não possui uma forma sustentável, devido à ausência de assistência técnica e a falta de conhecimento dos agricultores.

A boa qualidade do solo é fundamental para sobrevivência dos agricultores, visto sua dependência da produção agrícola (produção de grãos ou pastagem). Os assentados definem a qualidade do solo como sendo bom para 43,4% e regular para 28,3%. Devemos levar em conta que 24,5% considera o solo ruim. Como a grande maioria dos assentados é oriunda de regiões fisiográficas de solo argiloso, eles sentiram a diferença quando começaram a trabalhar a terra, pois no local dos assentamentos o solo é arenoso e manejo desse solo deveria ser adequado. Informações a respeito do correto uso do solo arenoso é vital para a manutenção e produtividade do mesmo.

Para o desenvolvimento da agricultura são necessários grandes volumes de água. Por isso, é essencial a manutenção das fontes de água, assim como da mata ciliar que protege os recursos hídricos da poluição e erosão (fig. 3 e 4). Os assentados afirmam que existe um curso d'água próximo a sua propriedade (69,8%), sendo que 62,3% afirmam que existem nascentes na sua propriedade. A água é compartilhada com os vizinhos em 39,6% dos casos e a água utilizada na pecuária tem origem nas barragens (47,2%), rio (28,3%) e outros locais (24,5%).



Fig 4 e 5. Imagens de reservatórios de água nos assentamentos. Fonte (NEEA/UFRGS)

Quando foi solicitado para que eles explanassem sobre os problemas ambientais no seu lote, 35,8% disseram que não havia problemas ambientais. No entanto grande parte dos entrevistados (66%) assinalou inúmeros problemas tais como desmatamento/queimada (17%), agrotóxicos (9,4%), destino dos resíduos (3,8%), erosão/voçorocas (22,6%), falta de água (9,4%) e impactos nas APP (91,9%). Percebe-se que, para estes assentados, os problemas ambientais causam prejuízos à prática agrícola e danos ao ambiente natural (principalmente diminuindo a qualidade do solo (37,7%) e da água (30,2%). Para 69,8% dos entrevistados, não existem restrições de áreas para a agricultura, inclusive próximo dos recursos hídricos, o que indica o desrespeito às APP.

Os assentados têm o privilégio de dispor de água sendo que existem cursos d´água em, praticamente todos os assentamentos, porém não em todos os lotes. Para a manutenção da quantidade e qualidade, é necessária assistência técnica atuante, que auxilie no uso adequado dos recursos hídricos.

Os entrevistados ao serem indagados sobre o que mais gostam e o que menos gostam na região afirmam que gostam da região (30,2 %), da tranqüilidade (20,8 %), da cultura/pessoas (20,8 %), entre outros, com menor porcentagem terra (qualidade do solo), acesso, clima, riqueza natural e mesmo na pergunta o que mais gosta 9,4% afirmam não gostar da região. E ao serem perguntados sobre o que menos gostam na região, referem-se à distância dos centros urbanos (18,9 %), dos conflitos/problemas sociais (17 %), entre outros, tais como clima, não gosta da região, agressão a natureza, latifúndio/monocultura, cultura/pessoas e mesmo na pergunta o que menos gosta na região, 17 % afirmam gostar.

Após o conhecimento da vida nos assentamentos e a seqüência e desdobramento da análise do diagnóstico socioambiental foi preparada a apresentação para a validação dos dados nos encontros de Formação em Educação Ambiental. A Formação ocorreu no segundo semestre de 2010 e reuniu as famílias para um dia de discussão sobre as características e problemáticas de cada assentamento (fig. 6 e 7).



Fig 6 Grupo do assentamento reunido. Assentados discutindo a problemática das APP. Fonte (NEEA/UFRGS)



Fig 7 Assentados visualizando seus lotes em mapa do assentamento. Fonte (NEEA/UFRGS)

Na etapa da formação onde todos propõem os tópicos que iram compor a Carta Ambiental da Terra, surgiram algumas demandas, em comum, nos assentamentos e, dentre elas, pode-se citar: cercar as nascentes, fazer piquetes perenes e caminhos para mudar a rota do gado para a proteção das APP; organizar um programa para a separação correta dos resíduos nos assentamentos e encaminhamento para a reciclagem dos recicláveis; estudos para conhecimento da qualidade da água utilizada nas casas; utilização de equipamentos de proteção individual ao aplicar agrotóxicos e destinar as embalagens vazias adequadamente; oficinas sobre correto manuseio da terra e artesanatos.

Conclusão

O pleno conhecimento da situação socioambiental dos assentamentos foi etapa fundamental para pensar em ações de educação ambiental. As perguntas abertas do questionário proporcionaram respostas que seriam impossíveis de serem obtidas em perguntas fechadas, pois assim os entrevistados ficaram livres para falar o que realmente pensavam. Porem, cabe ressaltar que para a obtenção de respostas com maior proximidade ao cotidiano real, foi de extrema importância o cultivo de laços de aproximação e confiança com as famílias.

As perguntas, além de serem importantes para o diagnóstico, tiveram como objetivo a reflexão dos assentados sobre as questões relacionadas, o que pôde ser comprovado pelas expressões dos assentados no momento da entrevista. As respostas sobre a relação com o ambiente, a terra, a família, os próprios assentados, o poder público, o Movimento Sem Terra, além do conhecimento sobre a rotina, suas origens, suas dificuldades nos acampamentos e nos assentamentos, os problemas ambientais no assentamento, elucidou

uma melhor compreensão da vida e das dificuldades dessas pessoas. Vale destacar a semelhança existente entre as famílias assentadas, tanto pela trajetória, quanto a forma de vida que nos assentamentos. As questões ambientais revelam–se problemáticas e urgentes de serem solucionadas, principalmente quanto aos recursos hídricos, a destinação dos resíduos, ao uso de agrotóxicos e às Áreas de Preservação Permanente.

O diagnóstico socioambiental dos treze Planos de Assentamento no Município de Santana do Livramento no Bioma Pampa, RS possibilitou o conhecimento sobre o assentamento e assentados, a situação ambiental de cada um dos treze assentamentos, bem como as condições de vida dessa população, as alegrias e tristezas, mas principalmente suas expectativas de vida no lote e no assentamento, e as condições ambientais do mesmo. Observou-se que existe má qualidade da água em alguns assentamentos, problemas de infraestrutura como estradas de acesso, grandes distâncias das escolas, com dificuldade de acesso das crianças ao ensino, sistema de saúde precário, escassez de água em determinados períodos do ano, infertilidade do solo e erosão. Além disso, o desconhecimento sobre a legislação ambiental vigente os coloca à margem e de não conformidade com as exigências dos órgãos ambientais, impossibilitando a regularização das licenças ambientais. E essa situação gera conflitos do homem do campo e o equilíbrio da vida diante da preservação dos recursos naturais.

A sustentabilidade está associada a um modo de produção que permite às gerações atuais e futuras usufruírem dos bens naturais como a água, o solo e o ar, mantendo o equilíbrio entre produção e meio ambiente, visando à qualidade de vida das populações. Deve-se levar em conta que a água faz parte do patrimônio do planeta e, sendo assim, todos os cidadãos são responsáveis por sua preservação. A conservação das APP em assentamentos possibilita ao INCRA-RS se adequar à legislação vigente, e transmite aos assentados a importância da conservação dos recursos naturais para as gerações futuras, especialmente a água em uma região com constantes déficits hídricos no período de verão.

Há necessidade de continuidade do trabalho para a sistematização das propostas elencadas na Formação em Educação Ambiental que possibilitará a elaboração da Carta Ambiental de cada um dos treze assentamentos, e isso está sendo realizado no primeiro semestre de 2011. A Carta Ambiental é um documento importante para a qualidade ambiental de cada assentamento. São ações que deverão ser desenvolvidas com prioridade, pois os problemas ambientais se acentuarão com o passar do tempo, comprometendo a produtividade nos lotes e a qualidade de vida dos assentados.

Bibliografia

Nabinger *et al*. 2000. Campos in Southern Brazil. In: Grassland ecophysiology and grazing ecology (eds. Lemaire G, Hodgson JG, Moraes A & Maraschin GE). CABI Publishing Wallingford.

Suertegaray e Silva. Tchê1 Pampa: histórias da natureza gaúcha *in* Pillar *et al* (2009) Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade / Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores. – Brasília: MMA, 2009. 403 p.; il. color. ; 29 cm

LEI Nº 7.802, de 21 de novembro de 1989

SANEAMENTO AMBIENTAL NO MEIO RURAL COMO FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Keila Cássia Santos Araújo Lopes[1] (UFSCAR); Janice Rodrigues Placeres Borges [2] ;
Paulo Rogério Lopes [3] (ESALQ/USP).
keilacaraujo@hotmail.com;
GT1 Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

O objetivo da presente pesquisa consistiu na realização de um mapeamento da qualidade do saneamento ambiental, no assentamento rural da reforma agrária paulista, denominado de Horto Loreto, localizado no município de Araras, SP. Os instrumentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho foram à aplicação de questionários fechados formados por blocos temáticos os quais continham questões sobre a qualidade do saneamento ambiental no local, como: fonte de abastecimento de água nos domicílios, formas de esgotamento sanitário e destino final dos resíduos sólidos domésticos e da produção agrícola. Após o levantamento de dados quantitativos foi realizada a elaboração de entrevistas semi-estruturada a ser aplicada com agricultores assentados, no intuito de compreender suas percepções sobre a realidade atual concernente a qualidade sanitário-ambiental em seus lotes. Utilizou-se da análise estatística univariada e das falas dos entrevistados para a discussão dos dados. Os resultados obtidos na pesquisa inferem que a população assentada adota práticas cotidianas em seus lotes que podem prejudicar a qualidade sanitário-ambiental. Considerando que o saneamento ambiental prioriza a salubridade do meio (qualidade do solo, ar e água), e que a Agroecologia busca a sustentabilidade dos agroecossistemas, pode-se afirmar que o saneamento deveria ser priorizado nas áreas rurais, como fator essencial que garanta qualidade dos recursos naturais e produção agrícola com princípios agroecológicos, isenta de quaisquer contaminantes, estes, gerados pelas más condições sanitárias.

[1] Geógrafa e Historiadora, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Franciso, Luz-MG, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos, Campus Araras (CCA – Centro de Ciências Agrárias), USFCar;

[2] Sócióloga, pela UFScar, Doutora em Engenharia Ambiental pela USP;

[3] Biólogo pelo Centro de Ensino Superior e Pesquisa de Machado, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos, Campus Araras (CCA – Centro de Ciências Agrárias), USFCar, Doutorando em Ecologia Aplicada pela ESALQ/USP, Piracicaba/SP;

1. Introdução e Justificativa

As populações que habitam o meio rural são desprovidas de alguns benefícios, como acesso a serviços de saúde, moradia, e em especial a ausência de infra-estrutura em saneamento ambiental. Além disso, a intensidade das atividades agropecuárias juntamente com a falta de saneamento contribui para a degradação dos recursos naturais essenciais para a sobrevivência dessas populações e a produção de alimentos.

Assim, os estudos no meio rural se tornam de grande importância não somente para a compreensão dos modos de vida dos que o habitam, mas para que políticas públicas possam ser desenvolvidas de acordo com a realidade local dos pequenos agricultores familiares, contribuindo com o bem estar desses indivíduos e promovendo um desenvolvimento rural sustentável.

Caporal e Costabeber (2001), ao incorporarem o conceito de desenvolvimento rural sustentável, defendem a idéia de que para se construir, de fato, este desenvolvimento é necessário entender a agricultura em sua complexidade, que vai além dos aspectos meramente econômicos para incluir as dimensões sociais, ambientais e culturais.

Na agricultura o desenvolvimento sustentável é aquele que, conserva a terra, a água, os recursos genéticos vegetais e animais; é ambientalmente não degradante, tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável (FAO, 1995 *apud* CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Considerando a Agroecologia como uma ciência que objetiva promover o desenvolvimento rural através dos princípios da sustentabilidade ambiental (manutenção, preservação e conservação dos recursos naturais em consonância com a

produção agrícola), econômica (potencial para gerar renda pelo aproveitamento energético dos recursos naturais do próprio agroecossistema), social (qualidade de vida à sociedade através do acesso aos recursos necessários à produção, isentos de contaminantes químicos e tóxicos), ressalta-se que a qualidade do saneamento ambiental é fator essencial para o desenvolvimento de práticas agrícolas baseadas nos princípios agroecológicos e promoção da qualidade de vida dos atores sociais do meio rural.

De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2006, p.14,), "o saneamento ambiental pode ser considerado como um conjunto de ações sócio econômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural".

Sendo a finalidade de um conjunto de ações em saneamento, proporcionar melhoria para a vida de seres humanos, quer seja nas cidades ou nas zonas rurais, faz-se notório afirmar que a gestão dos recursos naturais pode também estar associada à qualidade e infra-estrutura adequada em saneamento. Isso implica que, principalmente nas áreas rurais questões ligadas ao saneamento ambiental deveria ser prioridade, por ser este espaço responsável pela produção dos alimentos que abastecem os mercados consumidores, com a função de suprir as necessidades básicas de todos os indivíduos em sociedade.

Atualmente, os pequenos e médios agricultores familiares são numerosos no Brasil e detém 20% das terras respondendo por 30% da produção nacional, chegando a ser responsável por 60% da produção total de produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais (FRANCO NETO et al., 2009).

Contudo, as populações rurais são desfavorecidas no tocante à insuficiência dos serviços públicos em estruturas sanitárias, associado à falta de políticas que atuam de forma efetiva e constante nos processos essenciais (diagnóstico do local, percepção do conhecimento local pelos agricultores, capacitação, disponibilidade de recursos de qualquer natureza, assistência técnica voltada a atender tais necessidades, dentre outros aspectos), para a produção sustentável de alimentos.

Os cultivos agrícolas que visam a sustentabilidade, e são realizados de acordo com os princípios agroecológicos, não visam a maximização da produção, mas a otimização dos agroecosistemas, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais (ALTIERI, 1989).

O enfoque agroecológico se orienta para o uso responsável dos recursos naturais (solo, água, fauna, flora, energia e minerais) no processo produtivo. Desse modo, evidencia-se que a adequação sanitária no meio rural pode ser considerada como condição primordial para o desenvolvimento de práticas agroecológicas e consequentemente para a produção de alimentos saudáveis (NEVES, 2005).

As práticas agroecológicas tem por finalidade o manejo sustentável dos recursos naturais no agroecossistema, ou seja, uma constante renovação das energias que envolvem todo o processo produtivo. Assim, num sistema agrícola que busca a sustentabilidade, acredita-se que os recursos naturais que fazem parte desse processo devam estar em condições salubres para que de fato os produtos finais possam ser saboreados pelos indivíduos sem quaisquer perigos de danos à saúde e ao ambiente.

Sendo a qualidade dos recursos naturais essenciais à produção de alimentos saudáveis, a gestão em saneamento se mostra como fator primordial devido ser direcionado ao controle da poluição ambiental, das zoonoses, das condições de trabalho e da saúde do homem que os cultiva, produz, manipula, comercializa, prepara e serve os alimentos (CARVALHO e OLIVEIRA, 2007).

Atualmente, a tendência do mercado mundial, principalmente em países desenvolvidos, é direcionar suas preocupações para a qualidade dos alimentos, e exigir o controle sobre todo o sistema de produção, ou seja, conhecer e identificar como são desenvolvidas as práticas agrícolas, incluindo análise de resíduos, e estudo sobre o impacto ambiental, permitindo que toda a cadeia produtiva seja vistoriada (NUNES et al., 2004).

Segundo Neves (2005), a garantia de segurança e qualidade no processo de produção dos alimentos pode ser identificada pela análise de perigos. Os perigos podem ser de ordem química, física ou biológica.

Os perigos químicos que afetam a produção de alimentos estão relacionados ao uso excessivo e inadequado de agroquímicos que podem causar doenças agudas ou crônicas no consumidor. A contaminação biológica dos alimentos se deve à ausência no aspecto higiênico-sanitário, ao uso de água imprópria para irrigação, contaminação do

solo por matéria fecal ou ao uso inadequado de esterco animal como adubo para as culturas. Os perigos físicos são diversos e podem ser ocasionados por fragmentos de metais, vidros, madeira, dentre outros objetos, sendo possível compreender que a entrada dos mesmos nos alimentos pode ocorrer nas mais diferentes etapas de elos da cadeia produtiva. A análise e detecção de perigos nas matérias primas e na cadeia do processo produtivo permitem a adesão de medidas preventivas e de controle passíveis de aplicação, visando eliminar, evitar ou minimizar os perigos detectados (NEVES, 2005).

2. Material e Métodos

O universo empírico da pesquisa, ou seja, o assentamento da reforma agrária paulista denominado de Horto Loreto, localiza-se no município de Araras, SP. A área é tutelada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" (ITESP), desde 1985.

O assentamento encontra-se dividido em quatro áreas, sendo a I e II implantadas em 1985 com capacidade para 6 e 14 famílias, respectivamente, com lotes entre 5 a 6,5 hectares. Na área III, criada em 1996, foram assentadas 46 famílias, em lotes entre 5 a 6,5 hectares; e a área IV, criada em 2004, onde foram assentadas 30 famílias, em lotes de 1 hectare, por família – totalizando 96 lotes.

Na pesquisa optou-se por uma amostragem universal, sendo, realizada em todos os lotes das quatro áreas existentes no assentamento.

O assentamento Horto Loreto possui uma característica peculiar, sendo sua localização muito próxima à cidade. Em especial, as áreas I e III fazem limite com um bairro urbano, sendo divididas apenas por uma avenida.

Para a coleta de dados foram utilizadas abordagens qualitativa e quantitativa. Na parte quantitativa foram aplicados questionários fechados às famílias domiciliares assentadas. Os questionários eram compostos por blocos temáticos os quais continham questões fechadas referentes à fonte de abastecimento de água nos domicílios, formas de esgotamento sanitário e destino final dos resíduos sólidos domésticos e da produção agrícola.

O levantamento de dados qualitativos foi realizado através da elaboração e aplicação de entrevistas semi-estruturada aos agricultores assentados das quatro áreas de estudo.

Para os dados quantitativos utilizou-se da análise estatística univariada. Os dados qualitativos obtidos através das entrevistas foram transcritos mantendo fidelidade as falas dos entrevistados. Os resultados serão apresentados de maneira descritiva.

3. Resultados e Discussões

- **Abastecimento de água nos domicílios**

A água para abastecimento nos noventa e seis lotes do assentamento provém da rede pública, através de poços comunitários situados no local.

O tratamento da água desses poços é de responsabilidade do SAEMA (Serviço de Água e Esgoto do Município de Araras). Sendo assim, acredita-se que os assentados dispõem de água com boa qualidade, pois, este recurso é monitorado constantemente.

- **Formas de esgotamento sanitário**

As famílias assentadas não dispõem de infra-estrutura adequada em esgoto sanitário. Do total de famílias entrevistadas 7,9% utilizam fossa de concreto. As 92,1% utilizam fossa negra. Para Carvalho e Oliveira (2007), a fossa negra é condenada do ponto de vista sanitário, devido à profundidade da escavação que pode aproximar ou atingir o lençol freático contaminando-o com excrementos humanos.

Esse exemplo de fossa é considerado ineficaz, pela presença de bactérias nas fezes humanas, que de acordo com Roque (1997), são de várias espécies que variam em quantidade e tipo, as quais levaram estudiosos a estabelecer indicadores de contaminação. Essas bactérias podem atingir o organismo humano via consumo de alimentos irrigados com água contaminada, ora pela própria ingestão de água, contato de insetos presentes na fossa com alimentos, ou pelas próprias mãos humanas.

Os agricultores assentados demonstraram sua percepção a respeito da inadequação das fossas instaladas nos lotes. O agricultor J. R. S (50 anos, área III), enfatiza que as fossas negras provocam danos ao ambiente e má qualidade de vida aos indivíduos.

> *“Eu tenho uma fossa lá, mas aquela fossa que eu fiz tijolei, mas ela tá no solo. Eu sei que ali queira ou não queira, pela umidade aquelas coisas vai descer e vai contaminar mina lá embaixo. Isso ai sem dúvida. Ah...mais é rasa, só têm três metros, mas a água cai em cima da terra ela penetra e vai embora. Eu acho, em minha opinião, que primeiramente tem que educar o pessoal ai, conscientizar eles que há uma necessidade pro futuro dos filhos que vier, ou mesmo até na velhice da gente que ficar na terra, isso vai ser melhor pra gente. Cê veja bem, cê ta*

contaminando o solo, tá prejudicando o meio ambiente e o ser humano. Ali aquele lixo, aquele esgoto, tudo essas coisas a céu aberto, cria uma imundice de porcariada que Deus me livre que vai voltá a prejudicá o próprio homem mesmo, eu vejo dessa forma" (J. R. S, 50 anos, área III)

- **Destino Final dos resíduos sólidos domésticos e da produção agrícola**

Quanto ao destino final dos resíduos sólidos domésticos 77,3% dos assentados optam por queimar o lixo, 42% deixam nos arredores dos domicílios, 29,5% jogam em valas e matos e 6,8% enterram.

De acordo com Almeida (2009), áreas de disposição final de resíduos sólidos mal construídas e operadas propiciam que as substâncias contidas nos resíduos migram e movimentam pelo solo e entorno, ocasionando poluição e contaminação ambiental tanto do solo como da água, afetando o ecossistema local e podendo comprometer a fauna e a flora, bem como a saúde da população.

Sendo a destinação correta dos resíduos sólidos, um dos pilares do saneamento básico e destacando a precariedade dos serviços no assentamento, verifica-se, urgentemente, a necessidade da ação governamental municipal, conjuntamente com os assentados, principalmente devido à proximidade da área rural do assentamento com a cidade de Araras, em prol da coleta e destinação final dos resíduos sólidos. Acredita-se que a realização da coleta em postos demarcados dentro das quatro áreas do assentamento seria uma medida facilmente aplicada.

Os agricultores assentados expressam indignação pelo descaso dos serviços públicos com as área do assentamento em comparação com outros bairros rurais próximos à cidade.

"Coleta de lixo, por exemplo, há uns meis atrás começou a passar na rua principal do assentamento (área III). Quem põe na avenida (rua principal da área III do assentamento), leva, mas, quem num põe.... Mas dentro do assentamento, num existe coleta de lixo. Isso acontece porque esse caminhão já vem da Cascata, que é um bairro rural de Araras. Esse caminhão, ele vai lá e passa por aqui. Se couber, leva logo, se não...nóis tem que se virá. Esse é um ponto, uma demanda, que nóis ainda precisemo demandá bastante com a Prefeitura. Eu acho que é um desrespeito da prefeitura com a gente, nóis morá aqui, vizinho à zona urbana, e eles coleta na Cascata à 15 km de distância e num colhê o nosso. E o nosso aqui, ou acumula por aqui, ou queima". Por exemplo, o P. S. (nome fictício de um dos moradores do assentamento) ele mora no último lote do assentamento. Tem como a mulher dele vim trazer todo dia esse lixo aqui (rua principal)"!?(F. B. S, 59 anos, área III).

Com relação à utilização de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) constatou-se que 82,9% dos agricultores assentados fazem uso desses produtos. O destino final das

embalagens de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes utilizados no processo de produção agrícola) são enterrados em 4,1% dos casos e 95,9% adotam outras medidas para o descarte das mesmas. Segundo os assentados, as outras formas de disposição final das embalagens de agroquímicos são realizadas através da queima, destacadamente. Às vezes, levam as embalagens para locais onde há reciclagem, ou realizam a tríplice lavagem e levam aos postos de recolhimento.

A maneira correta da disposição final das embalagens de agroquímicos foi decretada pela lei federal nº 9974, de 06.06.2000, regulamentada pelo Decreto nº 3550, de 27.07.2000, que retrata resíduos de embalagens vazias de agroquímicos como uma fonte potencial de problemas e de contaminação, devido à toxicidade dos produtos químicos que contêm. A legislação brasileira estabelece condições específicas para destinação, responsabilizando o usuário, o comerciante e o fabricante pelo correto manejo.

Desse modo, enterrar, queimar ou qualquer outra atitude com relação às embalagens de agroquímicos podem prejudicar o ambiente e o ser humano, visto que, esses produtos podem permanecer na água e no solo por muito tempo.

A visão da agricultora assentada entrevistada enfatiza que as embalagens de fertilizantes não prejudicam o meio ambiente, mas que as embalagens de agrotóxicos prejudicam, além de demonstrar as práticas utilizadas pelos assentados.

> *"Caso você deixa o saco de adubo, o adubo que ta em si tudo bem, o que tem dentro já é próprio pra ajudá no desenvolvimento da planta. Mas só que tem aquele negócio que é as vasilha de veneno. Se você queima lá em cima e amanhã ou depois chove, aquela coisa desce pra terra né. A tendência é desce morro abaxo né, pra uma mina. Dependendo daquele veneno que você queima, daquela vasilha, se é embaixo de uma árvore, já vai prejudicá o fruto daquela árvore.* (M. N. F, 57 anos – área I).

4. Considerações Finais

Alguns indicadores da precária infra-estrutura em saneamento ambiental, associado ao uso intensivo de agroquímicos pelos agricultores do assentamento Horto Loreto, constituem fatores que podem interferir no desenvolvimento de práticas agroecológicas, estas por sua vez, visam a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Os principais impactos gerados pela ausência em saneamento e ampla utilização de agroquímicos podem ocasionar contaminação dos solos, dos recursos hídricos e do

aparecimento de enfermidades na população, quer seja, que contato direto com os produtos químicos ou através da água, solo e consumo de alimentos.

Assim, infere-se que a qualidade do saneamento ambiental associado à práticas agrícolas sustentáveis contribuem para a preservação e conservação dos recursos naturais que são a base para a produção de alimentos saudáveis (isento de contaminantes).

5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA,T. L. de. Implicações ambientais dos processos de atenuação de lixiviado em locais de disposição de resíduos sólidos urbanos. 2009. p. 109. **Tese (Doutorado) -** Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural.** Porto Alegre: Emater, 2001. 36p. – (Série Textos Selecionados).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: Emater; Dater, 2007.

CARVALHO, A. R. de; OLIVEIRA, M. V. C. de. Princípios básicos do saneamento do meio. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

FRANCO NETTO, G; BELTRAMI, A. C.; RODRIGUES, C.; RHOLFS, D. B.; SALES, L. B. F.; ALONZO, H. G. A. Por um movimento nacional ecossanitário. In: Conferência nacional de saúde ambiental, 1., 2009, Brasília, DF. p. 7-15. 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de Saneamento. 3ª ed. rev. Brasília: 2006.

NEVES, M. C. P. Boas práticas agrícolas e a produção orgânica de frutas, legumes e verduras. Seropédica/RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. (Documentos, 200).

NUNES, J. L. S. da; GUERRA, D. S.; ZANINI, C.; GRASSELLI, V.; ARGENTA, F.; FACCHIN, H.; MARODIN, G. A. B. Produção integrada e convencional de pêssego cv. Marli. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, v. 26, n. 3, p. 478-481, 2004.

NOVAS RURALIDADES? URBANIZAÇÃO DO CAMPO? A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE/RURAL E URBANO E SUAS IN-DEFINIÇÕES.

Rogério Rego Miranda – Universidade Federal do Pará (Campus de Marabá)
rogeriomir@ufpa.br
GT1: "Ruralidades e Meio Ambiente"

RESUMO

Apesar de hoje visualizarmos um maior grau de urbanização no Brasil, em virtude da grande concentração das pessoas nas cidades e de uma difusão do *meio técnico científico-informacional* (SANTOS, 2002) e, por conseguinte, de valores urbanos ligados ao mercado e a um tempo outro que não é mais o do lugar (SANTOS, 2005), esse processo não se realiza de forma homogênea. Ao contrário, sua expansão se manifesta desigualmente no espaço, visto que os sistemas de objetos (SANTOS, 2002) informacionais não se difundem igualmente, concentrando-se em alguns poucos lugares. Essa difusão do urbano por outro lado, tem seu rebatimento nas formações sócio-espaciais particulares que, dependendo de suas determinantes econômicas, políticas e sociais impulsionam mais ou menos tal fenômeno. Não obstante, as interpretações acerca da relação entre o urbano e o rural vão desde uma visão mais homogeneizadora, em que o urbano se desenvolveria igualmente no espaço, havendo uma urbanização completa da sociedade, pelo menos como tendência, até uma outra na qual o rural se reproduz mediante ao próprio desenvolvimento desigual do urbano; logo, o rural permanece se recriando, mesmo enquanto resíduo (LEFEBVRE, 2001). Essa temática da relação entre o rural e o urbano será desenvolvida por nós na área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho compreendido entre Belém e Bragança, espaço antes cortado pela Estrada de Ferro Bragança, tendo em vista a inter-relação de suas colônias agrícolas e suas cidades, mais precisamente nos municípios de Igarapé-Açu e Castanhal. Essa relação se complexifica e ganha maior densidade a partir do novo papel que essa região cumpre na divisão territorial do trabalho em decorrência das políticas públicas governamentais. Junte-se a isso a atuação de

empresas agroindustriais, especialmente a Nova Amafrutas, que apesar de ter falido, propiciou alterações nas relações econômicas da região.

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO ESPAÇO

A dualidade entre campo e cidade, rural e urbano formou-se ao longo da história e permeia ainda hoje análises e concepções sobre as duas realidades sócio-espaciais. Mas, como definir o campo e a cidade? Esses dois espaços ainda hoje podem ser analisados em separado?

Estas questões permeiam a nossa análise na medida em que devemos entender os papéis que cumprem tanto o campo quanto a cidade na divisão territorial do trabalho atual, especialmente na área de pesquisa, ou seja, nos Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, visto que ao longo do processo histórico-geográfico dessas referências espaciais, as suas respectivas colônias agrícolas vêm desenvolvendo um intercâmbio diferenciado com as cidades próximas.

No período de funcionamento da Estrada de Ferro Bragança essas áreas deveriam abastecer Belém com cultivos de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha e milho). Desempenharam esse papel na região Bragantina até, aproximadamente, a primeira metade do século XX. Posteriormente, com a introdução de outros sistemas técnicos (estradas, serviços de telecomunicação etc.) e o desenvolvimento de outra lógica produtiva, as interações campo e cidade aumentaram significativamente, estabelecendo-se conexões em escalas nacionais ou mesmo internacionais a partir da venda de plantios destinados a esses mercados. Elevaram-se exponencialmente as interações espaciais desenvolvidas na área, tanto entre as colônias e as sedes municipais quanto em relação à capital paraense e as cidades de outros Estados brasileiros.

Nesse processo sócio-espacial, houve o subjugo do campo pela cidade. A metamorfose que perpassou a relação entre essas duas realidades é de suma importância para compreendermos as condições históricas e geográficas que possibilitaram não a oposição entre ambos, mas as suas crescentes interações. Tem-se, assim, uma totalidade dialética cujas contradições – manifestadas na divisão do trabalho social e técnico, no desenvolvimento das forças de produção etc. –, oriundas do movimento da sociedade atual, permitem a inter-relação entre eles, marcada pelo conflito, pela degeneração de relações sociais antigas, como o campesinato ou a recomposição destas sobre novas bases econômicas e políticas.

Esse processo referente à relação campo e cidade, rural e urbano foi analisado por Lefebvre (1973; 2001; 2002) que, diferentemente de Marx e Engels, buscou entender a re-organização espaço-temporal do campo e da cidade ao longo da história, mas lançando uma

hipótese na realidade atual: *a urbanização completa da sociedade*. Esse autor denomina de sociedade urbana aquela resultante da urbanização completa que, embora hoje se apresente virtual, no futuro se projeta enquanto real.

De acordo com a hipótese de Lefebvre (1973; 2002), uma sociedade urbana só se materializa e se concretiza em realidades em que se desenvolveu a industrialização, pois é quando ocorre o subjugo total do campo em relação à cidade e a dominação e subordinação da produção agrícola ao urbano, fazendo desaparecer grupos tradicionais, como os camponeses, absorvendo-os e integrando-os à sociedade global e urbana, a partir da expansão crescente do tecido urbano, definido pelo autor da seguinte maneira:

> [...] Ele [tecido urbano] é o suporte de um "modo de viver" mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do "tecido urbano" aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário "moderno", o que comporta novas exigências no que diz respeito aos "serviços". Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção de modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 11-12).

Neste sentido, as relações urbanas avançam sobre o campo, tanto materialmente, por meio das instituições – associações e/ou cooperativas capitalistas –, dos objetos técnicos – eletrificação, parabólica, televisão, dentre outros –, e dos fluxos de produtos, de pessoas e dinheiro-capital –; e não materialmente, a partir da veiculação de valores, relações de sociabilidade e consumismo.

Essa perspectiva analítica nos permite entender que a realidade social de hoje não está pautada em uma oposição entre campo e cidade, uma vez que da dominação do primeiro sobre segundo, no âmbito político, comercial e na capacidade de geração de riqueza, origina-se uma terceira dimensão na relação existente entre eles. Ela se materializa no tecido urbano que constitui a síntese das duas realidades sócio-espaciais. Desse modo, "a substantivação do qualitativo urbano, representando a realidade urbano-industrial atual, passa assim a significar

o terceiro termo da tríade dialética, a síntese da contradição cidade-campo" (MONT-MÓR, 2007, p. 99).

No entanto, devemos questionar a validade desta teoria para realidades em que a industrialização não foi o indutor da urbanização, como, por exemplo, a Amazônia (TRINDADE JR., 1997), ou ainda, em áreas em que a própria modernização se desenvolve de maneira precária, como é o caso das áreas desta pesquisa.

Tecidas essas considerações, pode-se dizer que, de um modo geral, a perspectiva analítica de Lefebvre (2002) coloca em xeque as tentativas de entender a cidade e o urbano contrapondo-os ao campo e ao rural, delineando critérios de diferenciação, ou elencando características essenciais da cidade, quase sempre amparadas por definições quantitativas, como demonstrou Capel (1975), ao discutir as teorias existentes acerca do tema. O autor explica que as principais acepções de cidade levam em conta o tamanho e a densidade populacional; a forma e a aglomeração populacional; as funções econômicas não agrícolas e a forma de vida, marcada pela concentração demográfica em aglomerações urbanas, elementos que consideram, em certa medida, apenas o nível da paisagem[1] .

Neste sentido, discutir acerca do campo e da cidade implica entendermos essas realidades para além de sua dimensão aparente (paisagem), ou seja, devemos considerar também a sua essência, correspondente às relações sociais que animam e dão vida às formas geográficas, isto é, o espaço.

Entendemos o espaço como categoria central em nossa análise, assim, cabe uma reflexão sobre os elementos concernentes ao mesmo, isto é, devemos defini-lo com o intuito de expressarmos melhor a concepção dessa categoria neste trabalho.

Lefebvre (2001, 2002) define espaço como *produto*, *condição* e *meio* das relações sociais, ou seja, ele é produzido pela sociedade e produzido a partir dela, logo, constitui-se o meio de realização de suas relações, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, do mesmo modo que as condiciona – um condicionamento *relativo*, pois não há um "determinismo geográfico". Dessa maneira, o espaço é mediado por indeterminações e contingências

[1] Para Santos (2002), a paisagem corresponde ao conjunto de formas que em um determinado momento exprimem reminiscências do passado, representativas de sucessivas relações sociais situadas entre o homem e a natureza. Caracteriza-se, igualmente, por ser transtemporal, coadunando objetos tanto do passado quanto do presente. Com efeito, cada paisagem apresenta uma distribuição de formas-objetos que contêm um conteúdo técnico próprio e não mudam de lugar, mas podem ter sua função (econômica, política e simbólica) alterada.

históricas e pelos conflitos sociais. Para este autor, o espaço deveria ser entendido não apenas como um receptáculo, uma localização, onde se processam as relações sociais, mas como um agente, que "reage" sócio-materialmente. Assim, de acordo com Gottdiener (1997), o espaço, para Lefebvre (op. cit.), constitui um meio de produção, e, também, um elemento das forças produtivas.

Santos (2002), por sua vez, define o espaço geográfico como um sistema de objetos e um sistema de ações interdependentes, dialeticamente articulados:

> O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p.63).

Essa concepção de espaço nos permite compreender que a realidade social se geografiza, isto é, possui uma expressão espacial de suas relações econômicas, políticas e culturais, não no sentido de localização, mas de processos sociais que produzem organizações sócio-espaciais próprias, mas, ao mesmo tempo, articuladas. Essas, por sua vez, materializam-se em formas-conteúdo (SANTOS, 2002), ordenadas de acordo com uma determinada racionalidade.

Em nosso trabalho, essas formas se referem ao campo e à cidade, cujas paisagens, em geral, apresentam diferenças. Enquanto o campo possui uma expressão mais "natural", em virtude da produção agrícola, pecuária e extrativista, além de uma maior dispersão populacional e de infra-estrutura (casas, colégios, eletrificação, unidades de saúde etc.), a cidade é mais artificializada, em função da concentração de infra-estrutura e maior imersão do meio *técnico-cientifico-informacional* (SANTOS, 2002)

Essas formas espaciais por si só não explicam a realidade, no máximo permitem a sua descrição, pois não exprimem as relações que nelas/delas se desenvolvem. Por este motivo não devemos separar os respectivos conteúdos destas formas. Entretanto, para efeito de sistematização de nossa análise, estamos apresentando-as em separado.

Os conteúdos predominantes no campo e na cidade, *a priori*, são, respectivamente, o rural e o urbano. Ao primeiro, em geral, é atribuído um modo de vida ritmado por um tempo mais vinculado aos ciclos da natureza, não no sentido de um determinismo natural, mas as

relações sociais são influenciadas por ela, devido a menos tecnificação e modernização que o campo possui, além de sociabilidades mais próximas, ou seja, há uma relação de cooperação e de ajuda mútua entre as pessoas, o que produz um espaço banal, de relações orgânicas, como assinala Santos (2002).

O segundo possui relações cada vez mais ritmadas pela racionalidade do mercado cujo tempo é cronológico. Buscando disciplinar o espaço, instaurando um modo de vida cujas relações são distantes, fugaz. O encontro, nesse contexto, reduz-se a um passar pelo outro, não sendo mais mediado pelas narrativas, pelo conhecer o outro, ao contrário, esse encontro é cada vez mais evitado.

Esses conteúdos, embora estejam dispostos como separados e antagônicos, ou mesmo como produtos de formas espaciais específicas, estabelecem uma relação dialética entre si. Deste modo, observamos que mesmo no campo há a difusão do conteúdo urbano, caracterizado pela sua tecnificação, estimulando tempos sociais mais mecânicos e externos à própria lógica local, principalmente em áreas em que o agronegócio se estabelece, como aponta o trabalho de Elias (2006). Mas, também, visualizamos este processo por meio do que Santos (2002) denominou de *psicosfera*, isto é, valores urbanos são veiculados no campo sem, necessariamente, haver uma total tecnificação; e, sim, por meio de elementos outros, como a televisão, que difunde uma apropriação mais consumista do espaço.

Por outro lado, também podemos ter a reprodução do rural nas cidades, como demonstrou o trabalho de Lima (2003), ao estudar determinados bairros de Imperatriz (Maranhão) em que havia a recriação de laços de sociabilidade entre os membros dos bairros cuja relação com a terra era econômica, no sentido de que muitos produziam para vender em feiras próximas, mas, igualmente, sócio-cultural, pois uma parte da produção era de uso comum, possibilitando uma relação mais próxima e de divisão do que era plantado bem como de ajuda mútua e cooperação entre eles.

Desta feita, as formas-conteúdos em nosso estudo, quais sejam, cidade-urbano, campo-rural são trabalhados de maneira interdependente cuja articulação dialética proporciona a manifestação desigual dos mesmos, em função da contradição em que essas formas-conteúdo interagem.

Neste sentido, entendemos que a relação entre o rural e o urbano se desenvolve desigualmente no espaço-tempo, pois a formação econômico-social das realidades sociais

denota diferenciações de espaços e de tempos. Assim, antes de discutirmos o desenvolvimento desigual e combinado do urbano e do rural, discutiremos a noção de formação econômico-social.

Martins (1996), ao discutir o pensamento lefebvriano acerca de Marx, discorre sobre essa noção que carrega o objetivo de indicar o tempo das relações sociais, pois embora "nascidas" em momentos históricos diferentes, coexistem entre si assimetricamente numa relação de "descompasso e desencontro". Nesta perspectiva, "a lei da formação econômico-social é a *lei do desenvolvimento desigual*: "Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico" (MARTINS, 1996, p. 17).

Esta visão de Lefebvre, apropriada por Martins (1996), abre várias possibilidades quanto ao desenvolvimento desigual (e combinado) do tempo (história) e do espaço (geografia), pois esse último materializa as temporalidades coexistentes e provenientes de relações sociais de momentos diversos.

Essa perspectiva é coadunada por Harvey (2004), ao propor uma análise da realidade contemporânea a partir do(s) desenvolvimento(s) geográfico(s) desigual (is), e Santos (1977, p. 87-88, grifos do autor), ao entender que "as relações entre espaço e formação social (...) se fazem num espaço *particular* e não num espaço *geral*, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço".

Essa formação sócio-espacial produz uma diferenciação espaço-temporal que implica o desenvolvimento desigual do processo de "urbanização da sociedade" (LEFEBVRE, 2002) e da "urbanização do território" (SANTOS, 2005), visto que possibilita a (re) criação de múltiplos espaços-tempos, mesmo em condições subalternizadas ou residuais, como é o caso do rural na Amazônia.

A EXPANSÃO DO URBANO NO CAMPO E A COMPLEXIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE, RURAL-URBANO

O urbano, conforme discutimos anteriormente, tende a assumir a totalidade da vida social, a se universalizar. Neste sentido, a sociedade urbana não se refere apenas à vida na cidade; ao contrário, surge da explosão dela, a partir da intensa urbanização, transcendendo-a, emergindo no campo, corroborando para a desarticulação de grupos tradicionais, a exemplo dos camponeses cujas relações se dobram sobre si, embora não desapareçam por completo.

Assim, o urbano corresponde a um modo de produzir, consumir, pensar, sentir, constituindo-se um modo de vida. Contudo, é na materialização da divisão espacial do trabalho que emergem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital (CARLOS, 1994).

Monte-Mór (2007), pautado da teoria de Lefebvre (2002), afirma que a sociedade atual estaria se urbanizando, isto é, caracterizar-se-ia por uma *"urbanização extensiva"*, pelo fato de o *tecido urbano-industrial*[2] se estender para além das cidades, difundindo-se no campo e nas regiões. Esse processo se acelera no Brasil devido às transformações nos setores industrial, financeiro e de serviços que necessitavam de um suporte urbano, portanto, a urbanização está atrelada às leis da acumulação capitalista (CARLOS, 1994).

No que tange à urbanização do campo, Clout (1976) assevera que, na realidade da Grã-Bretanha, há um conjunto de elementos que são responsáveis por este processo. Para o autor, o incremento da riqueza, a eficiência do transporte público e o aumento da proporção de veículos particulares contribuíram para que um número crescente de habitantes da cidade elegesse o campo ou áreas específicas deste para viver mesmo trabalhando, estudando, consumindo e utilizando os serviços da cidade. Completa que também contribui para essa urbanização a questão do operário-campesino, membros das famílias camponesas que viajam em direção à cidade para trabalhar, mas que continuam morando em suas casas no campo, gastando parte do seu tempo trabalhando em suas propriedades. Assinala, ainda, que o movimento de habitantes da cidade em direção ao campo com o objetivo de divertimento, tanto nas férias quanto aos finais de semana, são também mecanismos de difusão de valores urbanos que engendram mudanças nas atitudes e nos pontos de vistas dos residentes no campo. Por fim, há a tendência dos habitantes da cidade em adquirirem casas de campo como segunda residência nas zonas rurais para o lazer, fato que se dá em várias partes do mundo desenvolvido e também subdesenvolvido.

Atualmente, no espaço agrário brasileiro, alguns desses processos arrolados por Clout (1976) também se manifestam, embora em graus diferenciados. Foi o que Monte-Mór (2007) identificou na realidade de São Paulo. Nessa capital, muitas pessoas residentes na cidade se deslocam em direção a áreas interioranas, onde possuem chácaras, buscando um contato maior

[2] Para este autor, o tecido urbano-industrial corresponde à síntese da relação campo-cidade, visto que se trata de "uma sociedade urbanizada a partir da industrialização e do equipamento do espaço, de uma virtualidade planetária, de um espaço social penetrado por uma *práxis* que nasce na cidade, mas que se expande pelo espaço social como um todo" (MONTE-MÓR, 2007, p. 99 grifos do autor).

com a “natureza”, tentando escapar da vida acelerada da metrópole. Isso também ocorre em Belo Horizonte. Durante os fins de semana é comum o congestionamento na BR-040 em decorrência da saída em direção aos condomínios e sítios de fins-de-semana. Esse fenômeno tem se difundido cada vez mais pelo Brasil.

Em relação à realidade brasileira, Santos (2005, p. 9) assinala que:

> Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização.

Sua interpretação se pauta na urbanização da sociedade brasileira, tese de inspiração lefebvriana, pois, em sua análise, em função da modernização do campo e da industrialização da agricultura, o país teria intensificado as relações cidade e campo e, por conseguinte, as trocas de mercadorias, tecnologias e de informações, operando, deste modo, a urbanização do campo.

Nesse sentido, não haveria mais a tradicional distinção entre o Brasil urbano e o Brasil rural, já que haveria sobreposição do primeiro sobre o segundo, o que existe atualmente é o Brasil urbano e o Brasil agrícola, ou seja, o país seria espacialmente dividido em duas grandes regiões: a urbana e a agrícola (e não rural). Na primeira, nas cidades, existem áreas em que se desenvolvem atividades agrícolas, cujo produto final frequentemente se destina ao consumo da população. No entanto, essas mesmas áreas são totalmente adaptadas à forma urbana. A segunda, por sua vez, embora possua cidade, ela está sob as demandas locais, isto é, sob a influência direta do “mundo rural” e das atividades agrícolas, geralmente envolvidas com o consumo produtivo. Portanto, “haveria, então, um *Brasil urbano* e um *Brasil agrícola*, em que o critério de distinção seria devido muito ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços” (SANTOS, 2005, p. 75 grifo do autor), ou seja, seriam as relações com a região.

Segundo Elias (2003), processam-se transformações consideráveis no campo e, conseqüentemente, na agropecuária por meio da incorporação da ciência, da tecnologia e da informação com o intuito de aumentar a produção e a produtividade neste setor, o que implica alterações econômicas e sócio-espaciais. Deste modo, a agricultura se desenvolve de forma globalizada, o que não ocorre na produção, mas na circulação, distribuição e consumo dos produtos agrícolas. Essa cientificização da produção agropecuária, objetivando a redução dos

custos e o aumento da produtividade, modificou os tradicionais sistemas agrícolas e abriu novas possibilidades no que se refere à realização da mais-valia mundializada, fundindo-se com os capitais de outros setores econômicos, sobretudo, o industrial.

Nesse processo se reorganiza a relação entre terra, trabalho e capital. O crescimento da área cultivada deixa de ser determinante na elevação do trabalho, visto que a modernização do campo, efetivada por meio do emprego de máquinas, insumos e biotecnologias na agricultura proporcionou enormes metamorfoses na atividade humana no processo de transformação da natureza, intensificando a divisão do trabalho, bem como alterações na terra, transformada cada vez mais em terra-mercadoria. Isso contribuiu, de outra parte, para a diminuição da influência de fatores naturais (clima, solo, relevo, temperatura etc.) sobre a agricultura, por meio da aproximação do processo produtivo com o funcionamento da indústria que reproduziu artificialmente determinadas condições de cultivo, como insumos, adubos químicos, defensivos agrícolas, sementes selecionadas, dentre outros, objetivando maior crescimento econômico e acumulação ampliada do capital neste setor (ELIAS, 2003).

É sabido que essa modernização se processa desigualmente sobre o espaço brasileiro, pois para a sua efetivação são necessárias condições tecnológicas e científicas pré-existentes, ou espaços com condições de construir essas condições, logo, concentra-se em algumas áreas do país e se desenvolve em manchas em outras, ou seja, de maneira dispersa. Esse processo de fato contribui para a expansão da urbanização para o campo, principalmente em função da modernização agrícola por meio dos maquinários. Liberou-se, assim, uma massa considerável de trabalhadores do espaço rural, os quais incham as periferias das cidades próximas ou das metrópoles. Eles exercem, em alguns casos, temporariamente o trabalho agrícola em períodos de colheita.

Com efeito, a modernização da agricultura modifica as relações sociais processadas no campo, entrementes, seu desenvolvimento se espacializa desigualmente no país, resultante da contradição do capital no espaço agrário, havendo, também, uma diferenciação na maneira como a urbanização se insere na formação sócio-espacial de um dado lugar, variando sua intensidade e sua natureza.

Neste contexto, a formação sócio-espacial torna-se importante para a compreensão da “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais lhes provém o impulso freqüentemente” (SANTOS, 2005, p, 22). Ela

evidencia o desenvolvimento desigual de diferentes expressões das contradições elementares da sociedade, não sendo estas reduzidas ao econômico (MARTINS, 2004). Portanto, transparecem os ritmos sociais desencontrados, resultantes de períodos específicos da história, mas que coexistem, refletindo temporalidades e espacialidades díspares, articuladas, conflitantes, produtoras de múltiplos espaços-tempos, marcados pela *desigualdade* (econômica e técnica) e pela *diferença* (cultural e simbólica) que se traduzem espacialmente na tríade continuidade/descontinuidade/sobreposição territorial, seja de elementos simbólico/culturais, seja de elementos técnico/econômicos.

Assim, a partir da formação sócio-espacial, podemos melhor visualizar os processos de desigualdade e diferença que marcam a urbanização, assim como as contradições inerentes a ela, as quais resultam em uma diferenciação sócio-espacial, identificando e revelando ritmos sociais outros que ora fogem ao esquema da racionalidade urbana, ora são cooptados por ele.

ALGUMAS CONCLUSÕES EMPÍRICAS: O CASO DE IGARAPÉ–AÇU E CASTANHAL - PA

A discussão campo e cidade, rural e urbano empreendida neste trabalho, buscou entender as interações sócio-espaciais das realidades de Igarapé- Açu e Castanhal, visto que para além de uma visão dual, estabelecem conexões econômicas, políticas e culturais, que hoje se intensificam devido aos sistemas de objetos existentes permitirem um aumento considerável dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, especialmente daquelas relacionadas à dinâmica do mercado. Isto potencializa o desenvolvimento e a reprodução do capital, que avança sobre o campo e introduz novas relações, modernizando a produção, mediante o uso de tratores, insumos agrícolas etc., e estabelecendo o trabalho assalariado ou expropriando a renda da terra dos pequenos produtores.

Evidentemente que esse processo não ocorre da mesma maneira em todos os lugares, pois esbarra nas formações sócio-espaciais, que, dependendo das condições existentes, podem facilitar ou mesmo diminuir tal avanço.

Nas áreas de estudo referente às agrovilas de Iracema e 3 de Outubro (Castanhal), e São Jorge do Jabuti e Porto Seguro (Igarapé-Açu), o desenvolvimento de uma outra lógica produtiva, diferente daquela processada no passado, tem proporcionado alterações substanciais nos conteúdos sócio-espaciais destas realidades, senão vejamos.

Os Municípios de Igarapé-Açu e Castanhal compõem a área de colonização antiga, correspondente ao trecho entre Belém e Bragança, denominação utilizada neste trabalho para localizar as nossas referências empíricas de análise, a partir da sua formação sócio-espacial.

Desta feita, essas realidades possuem similitudes do ponto de vista histórico-geográfico, que possibilitam entender a particularidade da relação rural e urbano na sub-região do Nordeste Paraense, embora apresentem singularidades, principalmente quanto ao papel que desenvolvem na divisão territorial do trabalho.

Neste contexto, observamos que a produção sócio-espacial dos dois Municípios remonta ao processo de colonização empreendido pelo Estado paraense no início do século XX, com o intuito de sanar o problema da capital paraense em abastecer seu mercado interno com gêneros de primeira necessidade.

Para este fim, com o dinheiro advindo da borracha convertido em impostos, o governo do Pará desenvolveu um projeto de modernização do espaço agrário da então denominada Bragantina, o qual seria concretizado a partir da introdução da agricultura em colônias dispostas entre Belém e Bragança. O trabalhador empregado, no primeiro momento, foi o europeu, porém, devido às péssimas condições de infra-estrutura nos locais em que eram instalados, não se fixaram.

Por outro lado, em virtude da possibilidade eminente de acesso à terra, um outro sujeito social foi se instalando com maior força, o nordestino, principal agente produtor do espaço rural das colônias, fato que ocorreu em Igarapé-Açu e principalmente em Castanhal, onde a ocupação dos cearenses é marcante ainda hoje, por exemplo, na música (forró), nas danças (quadrilha) etc.

Para a circulação das mercadorias e pessoas que se localizavam nestas colônias foi construída a Estrada de Ferro Bragança (EFB) com tecnologia inglesa, que acabou sendo mais um símbolo de modernização do espaço amazônico durante o período da *belle époque*.

Neste contexto, essas áreas agrícolas deveriam cumprir o papel de abastecimento do mercado regional, embora a articulação entre esse espaço agrário e as cidades fossem de grande dificuldade, pois as pessoas andavam à pé ou a cavalo por entre caminhos abertos nas matas, para chegar aos pontos de parada do trem, onde comercializavam ou embarcavam com destino a Belém.

As relações econômicas e de vivência dos agricultores eram desenvolvidas em uma escala local, muito mais envolvidas com a dinâmica interna da própria colônia. Essas eram marcadas pela solidariedade e ajuda mútua entre os agricultores, pois isso garantia, além de laços de cordialidade, a sobrevivência dos sujeitos sociais, face às precariedades a que eram submetidos, como a dificuldade de acesso aos locais de venda de seus produtos, pouco valorizados no mercado; falta de infra-estrutura, como saneamento básico, de escola, postos de saúde etc.; além da exploração que sofriam mediante o sistema de aviamento que era estabelecido com comerciantes existentes na sede municipal de Castanhal e nas áreas agrícolas de Igarapé-Açu.

Na década de 1950, ao lado da via férrea já se observa a introdução de rodovias, cuja malha se estende, a partir de 1960, por todo o espaço referente à área pesquisada, principalmente após a desativação da ferrovia em 1965, haja vista o projeto governamental de modernizar o espaço amazônico, criando condições materiais para aumentar os fluxos de toda ordem (pessoas, mercadorias, informações).

Destarte, começam a se desenvolver políticas públicas direcionadas a este fim, as quais chegam, especialmente a partir da década de 1990, ao espaço rural, mediante a construção e manutenção de estradas, eletrificação rural e instalação de telefonia fixa e móvel.

Também visualizamos o planejamento de um sistema de crédito destinado aos pequenos e médios produtores, com o intuito de promover o “desenvolvimento sustentável”, a exemplo do Fundo Constitucional do Norte e do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que concedem financiamentos à agricultores e empresas.

Nesse contexto se desenvolve uma outra lógica produtiva, cujos cultivos se voltam fundamentalmente ao mercado regional, nacional e internacional. Esse processo se inicia na década de 1980, mediante à ação dos agricultores mais capitalizados, que começaram a investir na plantação de pimenta-do-reino, bastante valorizado, à época, na Europa.

Posteriormente, especialmente na década seguinte, intensifica-se a produção frutícula, com destaque ao maracujá, destinado aos países da Europa e aos Estados Unidos. Essa produção, especificamente, elevou-se exponencialmente devido aos créditos obtidos junto aos bancos governamentais e à ação da empresa Nova Amafrutas, que comprava praticamente a maior parte desse produto dos agricultores. No entanto, em decorrência de pragas na colheita, de preços incompatíveis com os custos relativamente elevados da produção e, por fim, devido

à falência da referida empresa, muitos lavradores entraram em crise econômica, ficando estes impossibilitados, inclusive, de pagar as dívidas contraídas nos bancos.

Atualmente, a base econômica das colônias agrícolas pesquisadas voltam-se, sobretudo, ao mercado regional e nacional, a exemplo de Iracema, cuja produção de hortaliças se destina às grandes redes de supermercados de Belém; e de 3 de Outubro, São Jorge do Jabuti e Porto Seguro, que integram a cadeia produtiva da mandioca, que igualmente abastece de farinha os supermercados e feiras da capital paraense, além de depósitos alimentares de outras cidades brasileiras.

Com efeito, evidencia-se a construção de uma outra lógica econômica que se insere dentro da nova divisão territorial do trabalho existente no Nordeste Paraense, a qual não objetiva a pequena produção de produtos pouco valorizados, como ocorria no período da EFB. Ao contrário, as agrovilas desenvolvem cultivos voltados especialmente ao mercado e em grande quantidade; fato que foi possível devido à modernização do espaço agrário, mediante à introdução de tratores, caminhões, maquinários para beneficiamento, por exemplo, da farinha, insumos agrícolas, sistemas técnicos de comunicação, transporte e energia elétrica.

No entanto, é sabido que a apropriação desses recursos e a própria inserção dos sujeitos sociais no mercado é desigual, visto que participam da rede econômica estabelecida apenas àqueles grandes agricultores e/ou atravessadores mais capitalizados, enquanto que os pequenos, cuja produção se baseia na unidade familiar, possuem a sua renda da terra expropriada pelos primeiros, participando apenas indiretamente da rede econômica.

E, por fim, poderíamos também elencar os trabalhadores assalariados e temporários, que desprovidos de terra para plantar, vendem sua força de trabalho àqueles que possuam condições de pagar-lhes.

Neste sentido, as políticas públicas governamentais não apenas dotam o espaço de condições materiais para a circulação e transações comerciais, favorecendo ao desenvolvimento do capital, como também possibilitam o aparecimento de novos agentes econômicos. Essa lógica produtiva intensifica as interações entre as agrovilas e as cidades, tanto próximas, quanto distantes. Estas últimas, as cidades, cumprem o papel de gestão e circulação da produção agrícola.

Esse processo concorre para modificações nas relações internas às agrovilas, visto que as interações inter-pessoais de ajuda mútua se diluem em benefício do assalariamento e de

relacionamentos baseados no valor de troca. O aumento de produtos voltados ao mercado, diminuem os cultivos de subsistência, que, agora, devem ser necessariamente comprados. A natureza da comunicação entre as pessoas também se altera, pois, mesmo diante de tanta facilidade de circulação e interação, elas desenvolvem um afastamento social, visto que muitas apenas trabalham nas áreas agrícolas, devido viverem nas cidades. Às vezes, por medo de assaltos ou roubos, recusam-se ao convívio social com o outro.

Nesta interação entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, na área de pesquisa, não temos como não pensar o sentido da terra para os sujeitos sociais, visto que para aqueles mais capitalizados, a terra se constitui um meio de desenvolver relações econômicas, objetivando o lucro. Ao passo que para os pequenos produtores ela ainda se desenvolve enquanto terra de trabalho, lócus de sobrevivência econômica e cultural, visto que a unidade familiar estabelece contatos mais próximos entre os trabalhadores, que não são considerados da família apenas pelos laços sanguíneos, mas também pela solidariedade e cordialidade que se traduzem nas conversas, nas estórias e na inexistência de uma hierarquização entre patrão e empregado.

Conforme observamos ao longo do trabalho, não é simples a discussão acerca da temática da relação rural e urbano, pois hoje constituem realidades cada vez mais próximas, em constante interação e transformação, denotando conteúdos sócio-espaciais híbridos, que devem ser considerados nas políticas públicas governamentais, pois a simples inserção do agricultor no mercado, especialmente o pequeno, não dá condições de melhorias sociais, haja vista o grande risco que correm em virtude de problemas naturais que os cultivos apresentam (insetos, doenças etc.), além da oscilação dos preços dos produtos que nem sempre cobrem os custos da produção.

Além disso, hoje há um processo de urbanização crescente, o qual não se evidencia apenas nos sistemas de objetos técnicos, mas igualmente nos valores difundidos, que expressam necessidades cada vez mais mercadológicas e externas ao lugar, proporcionando solidariedades organizacionais, mediadas pelo capital. Esse processo avança com maior rapidez nos lugares com dinâmicas econômicas mais diretamente ligadas ao mercado regional, nacional e internacional, visto que a base de relações não mais se torna o local e, sim, as verticalidades, ou seja, ações e interações externas.

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado visou a contribuir com questões de caráter teórico e empírico a respeito da temática, tendo em vista a particularidade de nossa área de

pesquisa, que, diferentemente de outras porções do território paraense, possui agentes econômicos novos que alteram as relações sociais internas as colônias, mas ainda assim permanecem alguns agricultores, que de maneira residual, resistem a essa dinâmica, construindo outras sociabilidades, mais orgânicas, restabelecendo a sua unidade familiar, que é a base de sua sobrevivência e de sua relação com a terra, principalmente por ser uma área que apresenta condições materiais que possibilitam isso. Na sub-região estudada, o processo de concentração de terras, por meio de latifúndios, embora venha crescendo a partir de médias propriedades de empresas, a pequena propriedade ainda predomina, que é estabelecida a partir de herança, compra ou sistema de parceria entre os sujeitos sociais.

É nesse sentido que as interfaces da relação rural e urbano, campo e cidade, tornaram-se interessante de ser discutidas no presente trabalho, dadas as especificidades de Igarapé-Açu e Castanhal, que, sendo áreas de colonização agrícola não recente, vivem as repercussões das mudanças implementadas no Nordeste Paraense, tendo em vista a nova divisão territorial do trabalho que se apresenta. Nesse processo, os valores de mercado, bem como os valores urbanos a ele associados tende a imprimir mudanças, seja em nível das relações sociais, seja em nível do espaço agrário e de sua paisagem, hoje tornados cada vez mais híbridos.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAPEL. H. La definición de lo urbano. In: **Revista Estúdios Geográficos**, nº 138-139, 1975, p. 265-301.

CLOUT, H. D. **Geografía rural:** elementos de geografía. Oikos-tau. Barcelona, 1976.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-82.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

LIMA, R. M. **O rural no urbano**: uma análise do processo de produção do espaço de Imperatriz-MA. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2003.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones 62, 1973.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARTINS, J. S.. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In:_____. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTE-MÓR, R. L. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDEMAN, S.; FERNANDES, A (Orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 93-114.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p. 81-99.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

TRINDADE JR., S-C. C. da. **A cidade dispersa:** os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Let*ras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

O USO DE MODELOS AGROFLORESTAIS NA REABILITAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DO CERRADO DE CATALÃO (GO)

Ariane Martins Nogueira, Cláudio José Bertazzo – Universidade Federal de Goiás – Catalão
riramn@yahoo.com.br, cbertazzo@gmail.com
Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq
"Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

Este trabalho registra o experimento de recuperação, em uma área degradada de dois hectares de cerrado, localizado na propriedade rural da Universidade Federal de Goiás - UFG - Catalão, onde através do financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, o NEPEA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia, da UFG – Catalão em parceria com a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás, está implantando um pomar de fruteiras do cerrado e espécies lenhosas cerradeiras, respeitando os hábitos naturais de cada espécie e sua capacidade de auto-regulação, a fim de consolidar estratégias de agricultura sustentável. A formação e desenho deste agroecossistema visa contribuir com a produção científica agroecológica através da sistematização de experiências em agriculturas de base ecológica. O NEPEA, além deste experimento, realizará extensão rural agroecológica aos agricultores familiares envidando ações baseadas em metodologias participativas que resultem na apresentação de alternativas de desenvolvimento sustentável. Igualmente, discutiremos e avaliaremos experiências, fundamentos e idéias sobre a transição agroecológica, com os agricultores da região. Sobretudo, as tecnologias agrícolas que se fundamentam no uso de baixo impacto dos recursos naturais, manejo do solo e dinâmica de populações vegetais pautadas na biodiversidade e no aproveitamento integral de todos os recursos biológicos, hídricos e energéticos; em que se almeja máxima sinergia em todos os sistemas envolvidos no processo agrícola, no sentido de conscientizar as comunidades envolvidas das relações com a natureza em níveis que privilegiem o equilíbrio social, ambiental e econômico. Não há ainda resultados porque o experimento está em fase de implantação.

Palavras-chave: *Agroecologia. Modelos agroflorestais. Desenvolvimento Rural Sustentável. Agricultura Familiar.*

INTRODUÇÃO

As experiências das últimas décadas têm demonstrado que as alternativas para a agricultura mundial, fora dos modelos reducionistas baseados na exploração indiscriminada dos recursos da natureza e da engenharia genética, são menos onerosas e mais inclusivas. Elas, pois, permitem a ocupação permanente dos trabalhadores e não apenas durantes as safras. Tais agriculturas de base ecológicas têm passado por notáveis testes. Nestas experimentações, ficou demonstrado que os agroecossistemas ecológicos têm o menor impacto possível e que não ocorrem perturbações ambientais significativas em todas as biocenoses envolvidas.

Quer dizer, as agriculturas de base ecológicas são sustentáveis e não desperdiçadores de energias e matérias (elas são não-perdulárias), como o sistema de agriculturas baseada em agroquímicos e biocidas. Por isso mesmo é que mais produtores têm sido atraídos para esses modelos de agriculturas. E, apoiados por instituições de pesquisa e assistência técnica e extensão rural de todo o país, muitos agricultores se encontram em processos de transição de agriculturas tradicionais baseadas em agroquímicos, para modelos e tecnologias baseados na ecologia e na reprodução dos modelos da natureza.

Em princípio, as agriculturas ecológicas enveredam-se na busca de outro modelo desenvolvimentista, que prima pela inclusão e pela harmonização das relações natureza e sociedade. Contrapondo-se justamente ao modelo de agricultura que se especializou em negligenciar as capacidades dos ecossistemas envolvidos e de toda a comunidade de seres vivos da Geosfera, trazendo problemas que só agora começam a aparecer. E o resultado desta busca irracional de lucro e pela extração máxima do potencial de produção das plantas e do solo, tem levado a exaustão e decadência dos sistemas produtivos.

De modo que, está cada vez mais embaraçoso, tentar ocultar que o modelo de desenvolvimento com foco exclusivo nos fatores econômicos, baseado antes nos lucros do que na satisfação das necessidades humanas, causa danos no equilíbrio ambiental. E, toda essa

gama de degradações, que vivenciamos e que já se inicia a sofrer suas conseqüências, resulta da visão focada apenas nos aspectos econômicos do desenvolvimento. Que, efetivamente, gerou esse nível de desgaste e comprometimento dos recursos e que ameaça a biosfera, enquanto sistema. O desenvolvimento, portanto, tem que ser analisado, discutido e proposto segundo essas múltiplas dimensões (ambiental, social, econômica, cultural, etc.) para que se caminhe com perspectivas de sustentabilidade, corrigindo o rumo de destruição que nos encontramos.

Sob tais direções, iniciamos nosso experimento de formação de um pomar em estilo agroflorestal ecológico combinando espécies frutíferas do Cerrado com espécies lenhosas deste Bioma, numa área de 2 há (Foto 1), de propriedade da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, na zona rural desse município. Esta área esteve sob cultivo de soja nos últimos 20 anos. A vegetação original do Cerrado foi suprimida e nosso projeto se destina à reabilitação desta área repovoando com espécies cerradeiras que também terão a função de vitrine tecnológica para os agricultores familiares – AF - que participarão das atividades extensionistas agroecológicas.



FOTO 1: LOCAL DO EXPERIMENTO
FONTE: NOGUEIRA & BERTAZZO, 2011

O desenho do agroecossistema[1] do experimento foi idealizado com a finalidade de recuperar a área através de estilos agroflorestais[2], capaz de gerar renda aos AF, que desejarem fazer experimento semelhante em seus estabelecimentos. Por isso nosso pomar terá a função de vitrine para a comunidade regional.

OBJETIVOS

O objetivo primordial deste Projeto foi o de estabelecer o Núcleo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia – NEPEA - no Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás. A partir do atendimento desta prerrogativa iniciamos as atividades preparatórias para a implantação do experimento na propriedade rural da UFG/CAC para podermos realizar didaticamente nossas atividades de educação agroecológica com os AF da região de Catalão. O experimento, quando estiver estabelecido e na fase de produção, servirá como vitrine para a formação dos AF e poderá tornar-se, espera-se, propulsor de desenvolvimento rural sustentável; e como fator de agregação de grupos de pesquisadores, técnicos e agricultores no âmbito das agriculturas de base ecológica nas microrregiões de Catalão e Ipameri (GO), ambas no sudeste goiano.

Igualmente nos propusemos a compilar e sistematizar os saberes e idéias que forem surgindo a partir destas primeiras vivências; e considerar as contribuições dos participantes de modo a incentivar o uso de técnicas alternativas para a recuperação de áreas degradadas, promovendo e educando para uma transição ecológica na produção de alimentos, notadamente frutas cerradeiras.

---

[1]Altieri, 2002 e Gliessman, 2001 ensinam que os agroecossistemas são as construções de ecossistemas combinados pelos cultivos agrícolas, constituindo-se em uma comunidade que interage num determinado setor do espaço geográfico. Em geral, os agroecossistemas se destinam à alimentação e ao sustento das famílias.

[2] Os estilos agroflorestais são modelos produtivos em que há o consórcio de várias espécies produtivas, como árvores frutíferas e para extração de madeiras que também produzem sombra e proteção dos ventos. Estes arranjos trazem grandes benefícios para as plantas que necessitam de menor intensidade de sol. Previne o *stress* e enfraquecimento estas espécies, ao mesmo tempo em que as protege de seus predadores. Enfim, os modelos agroflorestais são reproduções dos modelos desenvolvidos pela natureza, baseados na biodiversidade.

Devemos levar os AF que participarem de nossas atividades de extensão agroecológica a entender o significado, e aprender a valorizar o uso, de compostos orgânicos, biofertilizantes líquidos, adubação verde, extrato de ervas, consórcios de culturas, e o controle natural de invasores. Bem como discutir, motivar e propor alternativas para se implantar estilos de agricultura ecológica nas propriedades dos interessados em mudar o processo de produção, que gerem reabilitação de áreas degradadas e incremento nas rendas dos AF envolvidos com o NEPEA.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente foi determinado o cercamento da área para implantação do experimento, dentro da propriedade rural da UFG no município de Catalão (GO). O desenho do agroecossistema, fundamentado nos conceitos de agroecologia e agroflorestania, contempla, primeiramente, a recomposição da área com o cultivo de fruteiras nativas do cerrado e espécies lenhosas cerradeiras. O arranjo de espécies prevê a formação de diversos estratos arbóreos que proporcionem o desenvolvimento de fruteiras apreciadas pela coletividade. Neste sentido, priorizamos o cultivo do pequizeiro (*Caryocar brasiliense*), da cagaita (*Eugenia dysenterica DC*), da mama-cadela (*Brosimum gaudichaudii*), do araticum (*Annona crassiflora*), da mangaba (*Hancornia speciosa*), da guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), do araçá (*Psidium cattleianum*), do baru (*Dipteryx alata Vog*), do jatobá (*Hymenaea courbaril L.*). Estas fruteiras estarão dispostas em um arranjo 3 X 2 m e 3 X 4m com espécies lenhosa tipo: aroeira (*Astronium Fraxinifolium*), sucupira (*Bowdichia virgilioides*), ipês diversos (*Tabebuia chrysotricha*), angico-branco (*Anadenanthera colubrina*), Lixeira (*Curatella americana*), Jacarandá do cerrado (*Machaerium opacum*) e Pau amarelo (*Vochysia haenkeana*); respeitando os hábitos naturais de cada espécie e sua capacidade de auto-regulação, a fim de consolidar estratégias de agricultura sustentável.

Antes do cultivo a área receberá um tratamento com o gradão para remover gramíneas e deixar o solo semi-descoberto para abertura dos berços onde serão colocadas as mudas. Cada berço receberá boa quantidade de calcário para auxiliar as relações entre as plantas e o solo. Nas entrelinhas semearemos, à lanço, espécies leguminosas como: ervilhaca (*Vicia sativa),*o

feijão de porco (*Canavalia ensiformis*), feijão guandu (*Cajanus cajan*); e outras espécies não leguminosas, como por exemplo, a crotolária (*Crotalaria* spectabilis e *Crotalaria juncea*) para formação de biomassa que serão arrancadas após relativo desenvolvimento vegetativo, para fornecer abonos verdes ao solo do experimento.

Em paralelo a estas ações estamos implantando nossos próprios viveiros para termos mudas para repor o agroecossistema que projetamos e para poder fornecê-las aos AF que desejarem experimentar nossas metodologias de produção em estilos agroflorestais ecológicos[3].

RESULTADOS

Não há ainda resultados porque o experimento está em fase de implantação. Pretendemos, no desenrolar deste projeto, contribuir com a produção científica sobre agroecologia e com a sistematização de experiências em agriculturas de base ecologia e em sistemas agroflorestais. Valorizamos, ademais, a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares, numa perspectiva de estabelecer manejo adequado e sustentável dos agroecossistemas.

DISCUSSÃO

A questão que cerca o conceito do Desenvolvimento Rural Sustentável se nos apresenta como um desafio, principalmente por causa da forma como os discursos têm sido conduzidos até o presente. É notório que as discussões das questões fundamentais sobre o desenvolvimento sustentável, em suas principais bases (social, ambiental e econômica), devem deslocar o eixo condutor das proposições teóricas e explicativas para uma compreensão aprofundada do conceito dessa ação complexa.

---

[3] Os modelos agroflorestais, de acordo com a Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais, se distinguem segundo o manejo que recebem: podem ter uma orientação ecológica, segundo os princípios da Agroecologia ou podem ser modelos agroflorestais agronômicos em que o manejo do modelo é baseado nos princípios do quimismo e do controle de doenças e pragas através de biocidas sintéticos.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação -FAO - *Food and Agriculture Organization* - (1991) definiu agricultura e desenvolvimento rural sustentável como

> O manejo e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável (FAO, *apud* EHLERS, 1995, p.115).

O desenvolvimento sustentável, portanto, aponta para o fim da perspectiva unidimensional que estava engendrada nas mais sobressalentes teorias de desenvolvimento. Há no seu conceito outros fatores e dimensões interligados. A realidade é (e sempre foi) muito mais complexa para ficar sujeita à análise considerando-se apenas um aspecto (o econômico).

Este conceito da FAO é uma proposta alternativa ao rumo e ao ritmo da degradação imposta sobre nosso planeta, até mesmo como balizador de mudanças, como também afirma Martins (2002, p. 4)

> [...] é inegável o relevante papel do *desenvolvimento sustentável* como idéia-força provocada pelas demandas da sociedade quanto a soluções para o deterioro ambiental - preocupações com a instabilidade e comprometimento da biosfera - objetivando a melhora da qualidade de vida, reconhecendo as três grandes dívidas planetárias ainda vigentes: a econômica, a social e a ambiental. Ou seja, promove o debate sobre o modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental construído no pós-guerra, e assume o *mea culpa* ao reconhecer que tem sido injusto na medida em que não distribui eqüitativamente a economia gerada, marginalizando e excluindo a maior parte da população mundial de suas benesses.

Dito isto, conclui afirmando que, “em resumo, embora com diferentes nuances, com profundas ambigüidades e contradições, a expressão *desenvolvimento sustentável* pressupõe considerar as dimensões econômica, social e ambiental” (MARTINS, 2002, p.7).

Por pressuposto, a ressignificação dos princípios que norteiam o desenvolvimento sustentável depende do debate que se faz e do convencimento dos principais atores envolvidos. Muito embora o núcleo duro representado pelos capitalistas esverdeados, que desconsidera as bases ambientais e sociais, apenas flexibilizem diante de argumentação sobre

os impactos ambientais e predação dos recursos e da fertilidade do solo. Estes produtores, todavia, não modificam, em profundidade, suas ações. Especialmente aquelas relações de trabalho e sociais.

Sopesadas estas situações, vamos encontrar em Caporal, Costabeber e Paulus (2006, p.3) a construção da idéia de que a "Agroecologia vem se constituindo na ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que tem sido construído ao longo das últimas décadas"; possuindo "a potencialidade para constituir a base de um novo paradigma de desenvolvimento rural *sustentável"*. (idem, p. 21 - *grifado no original*).

Para avançarmos na direção de um desenvolvimento que seja sustentável, devemos desenvolver algumas estratégias que contemplem ações educativas e apoio aos setores envolvidos com agricultura familiar. Nesse sentido deve-se atuar junto à formação de técnicos e profissionais em suas Escolas e áreas de atuação. Por isso, *os aparelhos* do Estado devem ser utilizados para que se alcance a perspectiva da sustentabilidade, que é ao mesmo tempo uma ação de cidadania e da responsabilidade do Estado como condutor de políticas de desenvolvimento. Enfim, um planejamento amplo que equilibre as relações entre economia, ambiente e sociedade, como destaca o autor. Pois as questões ambientais deixaram de ser preocupações de grupos, pessoas, academias, organizações não governamentais, organismos internacionais multilaterais, etc. para tornarem-se obrigações do Estado.

Sabemos que a simples conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica não nos faz alcançar o desenvolvimento rural sustentável. Mas, é um primeiro passo. Todavia continua necessário alcançar (e manter) o equilíbrio dos agroecossistemas, para termos uma perspectiva firme de sustentabilidade.

Na verdade, as modalidades de agriculturas ecológicas nos levam às expectativas de conseguirmos desenvolvimento rural sustentável. E, é muito mais garantido alcançarmos esta sustentabilidade através das agriculturas ecológicas do que através das agriculturas baseadas em agroquímicos, fertilização sintética, organismos geneticamente modificados, etc. Pois, suas articulações baseadas unicamente no objetivo de lucro, trouxeram-nos a degradação ambiental

que estamos tentando combater e nos livrar de suas conseqüências. Então, há uma grande chance em fazer essa mudança, e prosseguir na busca da sustentabilidade.

Quer dizer, quando o produtor começa a perceber que pode ter uma produção agrícola mais saudável, que também é atraente ao mercado consumidor, pela segurança alimentar que representa, ele se firma em seus propósitos de iniciar transição do modelo de agricultura – Transição Ecológica.

Outro elemento importante (para debater os produtores familiares) é que as agriculturas ecológicas têm custos menores de produção. Pois que prescinde da utilização de agroquímicos e biocidas. Acresce a isto, que estes agricultores não ficam expostos a contaminações e mantém sua saúde ao deixar de manusear produtos perigosos. Isto é suficiente para impulsioná-lo no caminho da transição para as agriculturas ecológicas.

Este processo, todavia, envolve uma mudança cultural significativa, e, embora tenha um fundamento econômico, é, ao mesmo tempo, resultado da conscientização ecológica. Mas, ressalte-se, a transição não é muito simples, até por que os agricultores precisam convencer-se de que as tecnologias ecológicas garantem produção e a renda que garanta o sustento de suas famílias.

Ratificando, a transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica é de grande complexidade. Esse é um processo que demanda paciência e pesquisa. Pois devemos considerar que cada agroecossistema tem peculiaridades pontuais do local e da organização espacial em que se realiza, inclusive se a área que procura fazer agricultura de base ecológica estiver em algum território agrícola monocultor.

Noutras palavras, cada experiência local tem limitações decorrentes das especificidades geográficas das propriedades – inter-relação de fenômenos e de fatores atmosféricos, pedológicos, geodésica, etc. – que até podem servir de modelo para experiências em outras propriedades, mas sempre demandarão adaptações devido os novos arranjos dos sistemas envolvidos.

Por estes, e por outros motivos, é que a Ciência Agroecológica valoriza os saberes locais, os chamados conhecimentos endógenos, pois são eles que ajudam a construir um novo modelo de agricultura baseado em perspectivas de sustentabilidade. Cuja proposta de desenvolvimento contempla as dimensões sociais, ambientais e a economia. Dessa forma, pode-se afirmar que estes estilos agrícolas vislumbram processo de emancipação dos agricultores familiares, no sentido de dotá-los de autonomia. Todavia, segundo uma lógica não comandada pelo mercado. Mas pelo equilíbrio entre o homem (agricultor), a natureza e a sociedade consumidora da produção agrícola.

Para avançar nas perspectivas de desenvolvimento rural sustentável queda necessário compreender os princípios da Agroecologia. Esta não é uma forma de agricultura, mas um *corpus* teórico que fundamenta um tipo especial de agricultura. A agroecologia, portanto, é a ciência que se dedica ao estudo dos agroecossistemas, objetivando redesenhá-los para que se tornem sustentáveis. Ela é uma orientação teórica para uma prática de agricultura fundamentada no desenvolvimento sustentável do meio ambiente. De forma que coloquem em pauta múltiplas dimensões de desenvolvimento. Em que, o ambiente, a sociedade e a economia se equivalem.

CONCLUSÃO

Nosso Projeto foi fundamentado na tentativa de articulação da UFG como congregadora e facilitadora das idéias e das tecnologias, de modo a alcançar através do debate, e das atividades extensionistas, alternativas ampliar a produção de produtos orgânicos. O processo de desenvolvimento da agricultura de base ecológica entre os agricultores familiares desta região goiana pretende alcançar a transformação das condições econômicas da população de trabalhadores agrícolas que passarem a produzir produtos orgânicos, certificados ou não.

Finalmente, cabe destacar, o Projeto permitirá discutir com as comunidades abrangidas na Região, a produção agrícola em suas interfaces com as questões ambientais, de saúde humana e segurança alimentar. Especialmente por que a agricultura de base ecológica tem-se afirmado como promotora de maior desenvolvimento e geradora de rendas para o agricultor familiar nas regiões onde os agricultores familiares estão estabelecidos. Com certeza a

agricultura de base ecológica é ainda uma pequena parte da quantidade de produtos agrícolas gerados nessa região. Mas, a discussão na comunidade acadêmica, e na comunidade de produtores tem possibilidade de realizar uma estratégia desenvolvimentista que leve autonomia aos produtores agrícolas de matiz ecológico.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

BERTAZZO, Cláudio José. **A Agricultura de Base Ecológica no COREDE Vale do Caí (RS)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009, 268p.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável** – origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2º ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.

MARTINS, Sergio Roberto. *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil* Texto apresentado na Mesa Redonda 1 do **42. CBO-2002: Energia, água e sustentabilidade.**

A DIALÉTICA DAS SOCIEDADES MODERNAS E TRADICIONAIS COM A NATUREZA

Prof. Msc. Robson Munhoz de Oliveira, Fac. de Ciências e Tecnologia da UNESP
geounesp@hotmail.com
CAPES/PROEX
Ruralidades e Meio Ambiente

Prof. Dra Rosângela Ap. de M. Hespanhol, Fac. de Ciências e Tecnologia da UNESP
medeiroshespanhol@yahoo.com.br
CAPES/PROEX
Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

Com o processo de modernização da agricultura, de modo particular, e do território nacional de maneira geral, os povos tradicionais do cerrado com seu saber, entendido por aqueles que possuem continuidade histórica e cultural, foram sendo paulatinamente desterritorializados pelas grandes corporações multinacionais ligadas à agricultura empresarial, que usaram como arma o meio técnico-científico-informacional, revestido de um manto de progresso e desenvolvimento. Neste contexto, o modo tradicional de trabalhar com a terra foi sendo colocado como antiquado e, portanto, teve que ceder lugar aos "modernos" meios técnicos, passíveis de serem usados em larga região do planeta, ignorando as complexidades inerentes aos múltiplos ecossistemas e modos de vida tradicionais. A despeito desse processo, propondo contribuir para desvendar a trama social inerente à tecnificação do Cerrado e superar os problemas socioambientais dela decorrente, o presente artigo busca mostrar que as táticas de reprodução social, econômica e cultural adotadas a partir do potencial natural do Cerrado pode contribuir para manutenção da Natureza a partir de uma concepção que defende que a culturas e saberes tradicionais contribuem para a preservação da biodiversidade dos Cerrados considerando que esses saberes são produtos de uma coevolução harmônica entre os saberes das sociedades e seus territórios naturais/cultural.

Introdução

O agronegócio nas áreas de cerrado ignorou outros sistemas, como os que combinam diferentes táticas de usos do ecossistema como o extrativismo de frutos, raízes, ervas medicinais, lenha etc. e que, não raro, também praticam a agricultura, os chamados agroextrativistas. Nesse processo, mais uma vez, negou-se a legitimidade e historicidade dos territórios forjados pelos Povos Cerradeiros. As terras foram cercadas e os agroextrativistas e outros povos cerradeiros, pouco a pouco, foram privados de plantar, criar animais e coletar, comprometendo, assim, sua identidade cultural como Povos Tradicionais.

No curso da marcha do capital sobre os cerrados, a pluralidade ímpar contida em seus domínios foi, pouco a pouco, sendo subtraída, furtada e colocado em seu lugar, imensos mares de soja ou cana que territorializaram-se deixando para trás o rastro do enaltecido agronegócio brasileiro.

O rebatimento desse processo no território conforma uma Nova Ordem Espacial, materializada na infra-estrutura, que tem como razão fundante, a fluidez do capital para acomodar sua lógica unilateral de reprodução ampliada e inconsequente. Esta racionalidade menospreza o substrato natural necessário para a pluralidade da vida: o solo, a água, as florestas, as savanas e os animais, submetidos e subestimados na sua importância vital para a humanidade que historicamente dependeu desses elementos para sua existência.

Objetivando compreender esse processo, buscaremos realizar uma reflexão acerca da produção da natureza humanizada fundamentada na pluralidade da vida pelos Povos Tradicionais do Cerrado, portadores de um saber popular tradicional no seu embate com os agentes do modo de produção capitalista ligado ao agronegócio fundado numa racionalidade positivista e utilitarista, também produtores de uma segunda natureza, simplificada e pobre. Em ambos os casos está se falando de uma natureza segunda, artificializada, culturalizada, tecnificada ou humanizada.

Neste sentido, faz-se necessário reforçar a crítica que vem sendo feita à uniformidade agropecuária devido à disseminação de algumas poucas variedades de plantas e animais por todo o mundo, levando a dependência de recursos externos à propriedade rural, minando a diversidade dos sistemas biológicos, agropastoris e modos de vida locais, que deveriam ser a base *sine qua non* dos sistemas de produção.

Discutiremos, em síntese, como a primeira natureza estava presente no interstício do território e metamorfoseou-se em segunda natureza ou visto por outro ângulo, como o social esta arraigado no seio da Natureza e modificou seu conteúdo e seu movimento.

Procuraremos mostrar a inseparabilidade da primeira natureza e das práticas sociais, que resulta na produção de uma segunda natureza ou natureza social. Com este primeiro ensaio, buscamos dar uma contribuição na tentativa de desmistificar a concepção de Natureza intocada ainda muito presente no imaginário social, quiçá predominante.

A dialética na produção da Natureza pelas sociedades modernas

Nas últimas quatro décadas, mais de 50% dos dois milhões de km^2 de cerrado foram convertidos em pastagens plantadas e lavouras anuais. Outrossim, as taxas históricas de desmatamento do Cerrado se mostraram superiores ao da Floresta Amazônica, mas o esforço de conservação deste ecossistema tem sido muito inferior ao da Amazônia.

Neste contexto, com a preocupação de mitigar esse processo, realizou-se a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), assinada no Rio de Janeiro em 1992, que define em seu Art. 2º "diversidade biológica" como a: *"[...] variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.*" (Brasil, 2010)

A despeito dessa definição, é importante dizer, que a biodiversidade ou diversidade biológica não se limita à dimensão pertencente ao mundo biológico, sabido que a Natureza é fluxo de energia e matéria, mais as relações sociais que a perpassam, participando de todas as fases de sua construção, dado que não são sistemas fechados. Desde que o ser humano passou a habitar o espaço planetário, uma das mais fundamentais propriedades inerentes à Natureza são as relações sociais que dá movimento-forma-movimento dialético. A luta dos contrários é o motor da realidade que, por sua vez, dá materialidade ao real.

A Natureza é entendida aqui como uma construção sociocultural por meio do trabalho e outras práticas que buscam suprir múltiplas demandas sociais. Isso porque, é bem verdade que o que existe atualmente em termos de biodiversidade já está fortemente condicionado pelas atividades antrópicas.

Na contemporaneidade, assiste-se à fragmentação das florestas, savanas e campos pelas atividades humanas, sendo que no cerrado, em particular, sobretudo pelo agronegócio, que vem reduzindo a Natureza a um conjunto, não raro, desconexo de redutos, conformando um mosaico, intercalando manchas urbanas e áreas de monocultivo estéreis. Com isso suprime os corredores ecológicos e matas de galeria, assim interferindo na circulação da flora e fauna, gerando impactos negativos muitos significativos no

movimento da Natureza. Esse processo ocorrido no passado avança a passos largos no presente condiciona o *devir* da Natureza. Neste particular torna-se extremamente nefasto para o cerrado que realiza o elo entre os diversos biomas brasileiros.

Além disso, tem-se a poluição genética das plantas nativas pelo pólen de plantas geneticamente modificadas, inclusive pelos organismos transgênicos, podendo causar sua esterilização. Acrescente-se ainda o desequilíbrio nas cadeias tróficas causado, seja pelo aumento ou redução da população de uma dada espécie, além das mudanças climáticas associados à substituição da vegetação natural pela monocultura.

Demais, devemos lembrar que a quase totalidade das plantas utilizadas na agricultura foram hibridizadas, buscando sua melhor performance em determinadas condições ambientais , ou mesmo vê-se as condições ambientais indesejadas sendo aplainadas pelas técnicas com a artificialização do meio para a adaptação de animais e plantas. Tem-se, assim, a manipulação dos sistemas agrícolas com a irrigação, fertilização, construção de estufas, entre outras formas de reprodução da Natureza, muitas vezes atingindo condições ótimas, manipuláveis por sistemas informatizados.

O caso do Estado de Goiás é emblemático para ilustrarmos tal artificialização da Natureza, ou seja, para visualizar o processo de produção da Natureza pelo trabalho social. Santos (2005, p. 69) argumenta referindo-se ao Estado de Goiás que:

> [...] Com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científica-técnica, criam-se as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, graças, também ao equipamento modernos do país e à construção de Brasília, que podem ser arroladas como as condições gerais do fenômeno.

O Cerrado localizado na região Centro-Oeste brasileiro é a maior savana tropical existente em área contínua em um único país. Entretanto, desde os anos de 1950 passa por um sistemático processo de integração à economia nacional na condição de fronteira agrícola, recebendo fortes correntes migratórias oriundas de todo o país. A partir de então se tornou um grande produtor de grãos para o abastecimento do mercado mundial.

Essa modernização tardia do Centro-Oeste, comparativamente, sobretudo com o Sudeste, caracteriza a nova Ordem Territorial do presente hegemônico daquela região, que procura responder a nova divisão territorial do trabalho, corolário dos dias contemporâneos, a cada hora mais globalizado. Esse processo tem como motor a aceleração contemporânea.

A complementaridade entre o Centro-Oeste e as demais regiões brasileiras decorre e anda *pari passou* com as especializações do território para a agricultura capitalista de

grãos, impondo um redesenho dessa região, ampliando-a com a incorporação de novos espaços ao norte e a nordeste. Podemos falar da criação de um novo "edifício" regional no país, impulsionada pela necessidade de forjar uma nova divisão territorial do trabalho. Com essa empreitada, o capital quer forjar no território nacional sua própria Natureza, com o apoio do Estado neoliberal brasileiro, criando a densidade técnica necessária para viabilizar a fluidez da mercadoria.

"O meio técnico precedente era parcamente presente e a enormidade dos vazios diminui as resistências à inovação, permitindo a chegada brutal da nova tecnosfera e da nova racionalidade econômica." (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.104) Isso demonstra que o processo de modernização do território variou não apenas no tempo como no espaço. Por isso, o *hoje* necessita ser compreendido a partir do *ontem*. Santos (2005) escreve que a situação anterior de cada região coloca-se como condicionante desse processo. No Centro-Oeste (assim como na Amazônia) a modernização do território quase não encontrou obstáculos nos legados do período anterior - técnico e técnico-científico. Assim, o Centro-Oeste apresentou-se como receptáculo ao capital que aplainou o território afeiçoando-o as novas demandas da economia moderna, ávida de movimento, articulados à divisão territorial do trabalho no plano nacional e internacional.

O Centro-Oeste

> [...] Pôde, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Deste modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. [...] (Santos, 2005, p. 68)

Os avanços dos sistemas de engenharia de transporte, linha de transmissão de energia elétrica, comunicação e armazenagem, possibilitam que novas áreas sejam capturadas pela saga incessante do capital pelo lucro. A expansão da rede de transportes reduz a renda diferencial por localização, o que se aplica perfeitamente as áreas de Cerrado e Amazônica no Brasil, regiões por onde a soja vem espraiando-se e reinando absoluta, tornando a paisagem monótona. Nesse processo, por onde passa, aniquila a sociobiodiversidade e fragmenta as florestas e as savanas, encolhe a vida, convertendo-a em cinzas[1].

Essa superestrutura, *à outrance* que causa fortes impactos ambientais, objetiva primeiramente exportar *commodities*, pois esse é um sistema que exporta, mas não importa, tendo em vista que o modelo *neoplantation* não permite a conformação de um mercado consumidor à montante pela sua baixa empregabilidade, num país com 29% da população padecendo com deficiência alimentar ou fome[2].

Os governos brasileiros seguem, desde o Regime Militar até o Governo Lula, quiçá Governo Dilma, enaltecendo um modelo monocultor de grão e para lhe dar suporte, constituíram um sistema de engenharia sofisticado, visto o peso da soja no contexto agrícola nacional e no PIB, representando 35,6% da área total plantada em 2006[3] o que, evidentemente, é reforçado pela representação política da bancada ruralista no parlamento. Esse modelo, entretanto, permanece fortemente dependente de energia externa à propriedade, dado seu quarto lugar no mundo como consumidor de fertilizantes[4], que naturalmente torna-se um modelo ecologicamente desequilibrados, confirmado pela posição de destaque (primeiro lugar) em consumo de agrotóxicos no mundo[5]. Estes agrossistemas simplistas, com sua ante-diversidade florística e de espécies de insetos, pássaros, lagartas etc., tornam-se altamente vulneráveis, dependentes da intervenção humana, por meio de insumos químicos para completar seus ciclos.

***

Outro exemplo dessa relação Sociedade-Natureza predatória nos é dada por Calaça (2010, p. 11) quando este autor enfatiza que:

> A incorporação da biotecnologia na agricultura goiana implicou em um processo acelerado de substituição da "biodiversidade biológica", presente nas diversas fitofisionomias do Cerrado, pela "agrobiodiversidade" produzida com a utilização da biotecnologia na agropecuária e na silvicultura. Ou seja, as lavouras comerciais desenvolvidas pelo agronegócio ou a agricultura de subsistência praticada pela agricultura camponesa, constituem-se em agroecossistemas, com diversidade de plantas e animais, inferior a da biodiversidade biológica. [...]

Distingue-se nesse caso particular o tipo de produto cultivado, a escala da produção e o modo de vida do produtor e, consequentemente, as externalidades para o ambiente que está articulado. O processo de simplificação da biodiversidade pelas atividades agrícolas é implantado em diferentes escalas de produção, atingindo grandes produtores empresariais e pequenos produtores. O que os diferenciam são os níveis de incorporação do conhecimento tecnológico que varia desde a utilização de técnicas da agricultura de precisão e produtos resultantes das pesquisas de engenharia genética, até as mais simples técnicas, gerando impactos diferenciados na biodiversidade, culturais e nos saberes das populações tradicionais e, por conseguinte, na produção da Natureza.

Neste caso temos um exemplo em que a produção da Natureza, inclusive pela agricultura de subsistência praticada pela agricultura camponesa e acrescentaríamos, especialmente por agricultores familiares relativamente bem capitalizados e tecnificados, pode chegar ao ponto de causar externalidades significativamente negativa, posto que dependendo do nível de especialização alcançado na produção, pode causar a

homogeneização ou pelos menos uma redução da pluralidade intrínseca à Primeira Natureza. Constata-se aqui o processo de produção da Segunda Natureza. Este processo pode por em marcha uma uniformidade irreparável. Portanto, podemos admitir que o manejo das espécies mesmo por pequenos produtores rurais, pode transitar de um estágio benéfico, no qual a manipulação de espécies contribuía para sua preservação e até ampliação da diversidade biológica, para um estágio maléfico, com a especialização e extinção de espécies nativas e endêmicas. Em outros termos, ocorre a substituição de uma Natureza Primeira-plural por uma Natureza Segunda-singular, porque empobrecida.

Em suma, podemos asseverar que, neste alvorecer de século, com a territorialização do agronegócio e seu modo racional de produzir, fundamentados em novas bases técnicas, a *sociobiounicidade* tornou-se a característica mais notável da Natureza Humanizada. Verifica-se, assim, a perda de *habitat* de inúmeras espécies animais e vegetais, o que reflete sobre as populações que vivem em maior interação com a Natureza e que, gradualmente, são privadas de sua base de recursos. Nesse contexto, tende a cair por terra, os sistemas de uso múltiplo no cerrado.

Do curso natural da Natureza ao curso socialmente condicionado

Segundo Conti; Furlan (2003) um dos problemas dos mapas globais dos biomas nos quais são representados a área originalmente ocupada pela vegetação é que eles mostram uma situação hipotética, indicando uma situação-clímax[6] da vegetação referenciada nas condições climáticas e de solos, posto que não consideram as relações sociais que ao atravessá-lo, muitas vezes o transforma em fragmentos desconexos, enclaves isolados, verdadeiros oásis no meio do deserto, ermo de diversidade. Deste modo, nos espaços antropizados, o que predomina são formações secundárias, sendo que apenas nas grandes manchas com baixa densidade populacional, existem situações semelhantes as originais, como as trundas, as altas montanhas, as manchas de taiga, os desertos etc. Devemos acrescentar que mesmo nestas regiões que se caracterizam pela baixa densidade demográfica, mas que possui a presença de alguns poucos grupos humanos organizados em moldes tradicionais e/ou tribais, a Primeira Natureza não seguiu seu curso em direção ao clímax, mas origina das sucessões ecológicas em função da manipulação e interação destes grupos com a Natureza por meio do trabalho social, ponto que iremos aprofundar mais adiante.

Mesmo não havendo mais a intervenção humana na Natureza em um determinado espaço já antropizado, por mais amplo que seja este espaço, possivelmente ela não

conseguiria retomar seu curso natural – o clímax original - considerando o atual estágio de alterações dos solos, topografia, hidrografia e clima provocados pelo trabalho social. Ademais, devemos considerar que o curso da natureza já foi reorientado ao longo da história social irreversivelmente.

De tal modo, podemos afirmar que a Natureza está humanizada na sua essência, aceito que o trabalho humano é indutor dos processos sucessionais, portanto, condicionaram e condicionam seu *vir-a-ser*, assim impedindo que ela alcance seu clímax. A dinâmica dos acontecimentos no âmbito biológico depende em parte do mesmo processo no âmbito social que o atravessa. Desde que o ser humano passou a ocupar todos os rincões do Planeta, ele deixou esse legado para seu *habitat*, mudou definitivamente o curso da história ecológica. É como se fosse impossível apagar as pegadas humanas de sobre a face da Terra. Em virtude do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as marcas impressas no Planeta pelos humanos, o curso da Natureza guiou-se por rumos diversos daquele que vinha seguindo.

Destarte, podemos dizer com Conti; Furlan (2003, p. 126) que "A vida prepara o meio e este seleciona o que vai viver. [...]", porém, os autores lembram que isso ocorre intermediado pela vida em sociedade.

Nos dizeres de Santos (1988, p. 23):

> [...] Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social.

Conforme Gellner (1999) *apud* Santos (1988), a Natureza vai recuando e deixando de ser parte do meio ambiente. Os limites entre o natural, o técnico e social tornaram-se tênues e a cada dia se confundem mais. O avanço no campo da biotecnologia torna-se um exemplo ilustrativo. Neste particular a fronteira entre as espécies já foi rompida.

Toda esta transformação leva Milton Santos (2000, p. 18) a colocar que a Natureza acabou, "[...] dizer que a Natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa." Em verdade ele quis dizer que a Natureza constitui-se na atualidade um valor, pois "[...] ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social. [...]"

Henrique (2003, p. 257) destaca que:

> Torna-se impossível ao homem comum definir os limites entre as obras da Natureza e a dos homens, entre onde finda o natural e onde se inicia o técnico/social. Descobrir o grau de naturalidade de um objeto requer a compreensão de sua história e não apenas a observação de sua aparência, isto porque todas as sociedades por mais simples que seja seu modo de vida –

> comparado com as civilizações ocidentais – possuem formas de engenharia para o domínio da Natureza.

Assim, com as possibilidades abertas pelas novas técnicas, que torna a Primeira Natureza um potencial “recurso social”, ela, a Natureza bruta, selvagem, deixa de existir com tal. “Recurso social” (ao invés de “natural”) porque, como nos ensina Santos (2000), se tornou recurso, é porque é passível de apropriação para uso da sociedade. Se são naturais, não são recursos, pois para serem recursos tem que ser social.

Por seu turno, a Convenção sobre Diversidade Biológica entende que: “Recursos biológicos compreendem recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real ou potencial utilidade ou valor para a humanidade.” e "Recurso genético significa material genético de valor real ou potencial.” (Brasil, 2010)

De acordo com Abreu *apud* Almeida (2005, p. 53), o *patrimônio genético* refere-se “aos bens materiais e imateriais, cujo valor reside fundamentalmente na possibilidade e na necessidade de seu uso coletivo, garantindo o mais amplo possível acesso da população a eles, posto que constituem recursos essenciais para a garantia da vida digna da população humana, inclusive as futuras gerações.” (ABREU, 2009, p. 40)

Desse modo, na Convenção sobre Diversidade Biológica, essa perspectiva mais holística foi preterida em favor de enfoques biologizantes e míopes, marcadamente quantitativos e unidisciplinares, nos quais o humano é considerado exterior ao ecossistema.

A desmistificação da Natureza intocada

A evidência mais extrema do que estamos procurando demonstrar neste artigo, refere-se à concepção dicotômica Sociedade/Natureza que permeia a perspectiva dos estudiosos conservacionistas, preservacionistas e da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a qual defende que as áreas protegidas de uso indireto como parques nacionais, reservas biológicas etc., devem conformar-se como *locus* privilegiado para o estudo e a conservação da biodiversidade. Considerando que a lei não admite moradores nessas áreas, fica patente a concepção que defende que a biodiversidade/Natureza não só é um produto que se fez e refaz isoladamente e sua conservação pressupõe a ausência e, se necessário, a transferência de populações tradicionais das áreas protegidas (DIEGUES; ARRUDA, 2001)

Para Diegues; Arruda (2001, p.36), esse modelo que não permite que as Unidades de Conservação sejam habitadas interessa aos governos por duas razões: “[...] constituem

reservas naturais de grande beleza cênica, de destino turístico, e do chamado ecoturismo, e por que é mais fácil negociar contratos de uso da biodiversidade num espaço controlado pelo governo que num espaço ocupado por comunidades tradicionais [...]"

A escolha dos locais de alta biodiversidade para criação de áreas protegidas deve ter como preceito a sociobiodiversidade e não apenas os critérios biológicos, priorizando-se a seleção daquelas áreas resultantes de uma interação harmônica entre as comunidades tradicionais e o ecossistema com alta biodiversidade contribuindo assim para a superação da desmistificação das florestas intocadas. Especialmente porque estas comunidades não possuem uma visão dualista, "uma linha divisória rígida entre o 'natural' e o 'social', ao contrário um continuum (DIEGUES; ARRUDA,2001).

Para o DIEGUES; ARRUDA (2001):

> O modelo de área protegida de uso indireto em vigor, que não permite moradores mesmo tratando-se de comunidades tradicionais presentes em gerações passadas, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e Natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem [...] DIEGUES; ARRUDA (2001, p. 10)

Dentro dessa concepção, não é feita a devida distinção entre sociedades tradicionais de um lado e sociedades modernas, de outro, como a industrial, o agronegócio, ou mesmo de, alguns pequenos e médios produtores tecnificados ou monoagricultores. Como procuramos demonstrar anteriormente, existem dois processos sociais pelos quais a Natureza é animada: o primeiro é o modo pelo qual ocorre forte impacto na trajetória natural da natureza, pelo uso intensivo de meios técnicos estranhos ao ambiente, como agrotóxicos, tratores, estradas etc., seja pela produção de uma natureza sintetizada em laboratório, como plantas e animais geneticamente modificados ou pelo monocultivo que por si só é impactante, já que nega a diversidade de vida, a condição sem a qual a Natureza se desequilibra. O segundo processo reporta-se para o caso da relação Sociedade Tradicional-Natureza, que produz um território ímpar sobre uma Natureza igualmente ímpar. Aqui, uma singularidade ancora-se na outras.

A dialética na produção da Natureza pelos Povos Tradicionais do Cerrado

Em que pese o processo anteriormente descrito, há de se considerar que a dinâmica da Primeira Natureza sofreu e sofre a interferência dos Povos Tradicionais pelos usos que lhe foram dados ao longo da sua existência, mesmo que com um mínimo de impacto negativo, como por exemplo, com a adaptação de espécies e sementes exóticas de um

ecossistema em outro e pela seleção de espécies para o cultivo sistematizado. Aqui temos o processo de produção de uma segunda natureza, mais plural.

As práticas sociais como o manejo, o cultivo e a seleção de espécies, desenvolvidas e aprimoradas pela inventividade dos agricultores ao longo dos últimos 12 mil anos, podem ser consideradas as grandes responsáveis pelo legado da pluralidade de plantas cultiváveis e de agroecossistemas. Sob esta ótica, não seria coerente tratar a agrobiodiversidade fora do contexto das práticas socioculturais e econômicas que as plasmaram. “[...] Por isso, além da diversidade biológica, genética e ecológica, há autores que agregam um quarto nível de viabilidade: o dos sistemas socioeconômicos e culturais que geram a diversidade agrícola.” (SANTILLE, 2009, p. 94).

Gómez-Pompa (1971) *apud* DIEGUES, ARRUDA (2001, 49) afirma que: há pesquisas que apontam que muitas espécies dominantes das selvas ‘primárias’ do México e América Central constituem-se de espécies úteis protegidas outrora por grupos humanos e que, se atualmente abundam, é porque foram protegidas por estes guardiões da biodiversidade. Gómez-Pompa (1971) sustenta a hipótese que a variabilidade propiciada pelas sociedades nas zonas tropicais constitui-se num fator que favoreceu e favorece substancialmente a variabilidade das espécies, e provavelmente, sua especiação.

Bailey (1992, p. 207-208) *apud* DIEGUES, ARRUDA (2001, 53) “[...] propõe que essas florestas podem ser consideradas artefatos culturais humanos. A atual biodiversidade existe na África não apesar da habitação humana, mas por causa dela".

Fazendo referência ao substrato natural, podemos afirmar com Shiva (1993) *apud* Marcatto (2010, p. 05) que: “Ecossistemas diversos deram origem a diversas formas de vida e a diferentes culturas. A co-evolução das culturas, formas de vida e habitats, conservaram e conservam a diversidade genética deste planeta. Diversidade cultural e biológica caminham de braços dados”.

Pelo exposto, considera-se mais pertinente chamar essa diversidade biológica de sociobiodiversidade ou Natureza Social, criatura do homem. Aqui a Natureza é mais uma vez entendida como Segunda Natureza, na qual o seu refazer não mais é operado pelos ciclos naturais estritamente, mas condicionada pelas forças sociais que realizam grande esforço na tentativa de dominá-la e subordiná-la para se emancipar, torná-la menos rude.

De acordo com Almeida (2003, p. 72): “Com base na noção ocidental de Natureza estruturou-se o imaginário que dá sentido ao mundo moderno e à sua cosmologia, que possui uma concepção ‘naturalista’ da realidade.” Vista por esse prisma, a Natureza constitui-se num “âmbito material e objetivo que existe em si” (ALMEIDA, 2003, p. 72),

sendo considerado externo à sociedade, portanto, independente das relações sociais travadas no seu interior e do saber sobre ela. A autora afirma que existe uma pluralidade de valores no que tange ao Cerrado, de modo que a Natureza passa a ser apreendida como um conceito plural: para uns ecossistema, para outros capital. Todavia, para Almeida (2003, p. 75): "[...] Esta Natureza está ancorada em um território e é intrínseco a este."

Nesta mesma linha de raciocínio, Diegues; Arruda (2001) asseveram que as espécies são objeto do saber, de domesticação e uso e, comumente, são fonte de inspiração para mitos e rituais por sociedades tradicionais não-industrial, mas também se tornou mercadoria para a sociedade moderno-consumista.

Apresenta-se como realidade concreta do que estamos procurando demonstrar, o modo de vida de diversas comunidades de agroextrativistas que vivem hoje da coleta de frutos do cerrado como tática de resistência no embate com a territorialização do modo capitalista de produção pela região do cerrado.

Almeida (2003, p. 71), em pesquisa junto às populações tradicionais do norte goiano, mostra que para os povos tradicionais dessa região, "[...] biodiversidade é território culturalizado" ao passo que para o capital a "[...] biodiversidade é a instituição de uma cultura de conservação revelada como nova interface entre a Natureza, o capital e a ciência." Povos do Cerrado são, no sentido lato da palavra, atores sociais protagonistas na preservação e produção da Natureza.

> As populações tradicionais do Cerrado têm um bom nível de conhecimento das plantas, dos animais e associam as mudanças de estação, fases lunares e ciclos biogeoquímicos, ecológicos e hidrológicos ao conhecimento dos diferentes tipos de solo, permitindo utilizar os espaços ecológicos de maneira complementar, gerando estratégias de uso múltiplo e integrado dos recursos bióticos. Isso permite afirmar que a Natureza converte-se, assim em um patrimônio cultural e a biodiversidade deste ecossistema é, na atualidade, parcialmente de domínio destas populações (ALMEIDA, 2003, p. 78).

As populações tradicionais do cerrado, ou cerradeiros, são, em grande medida, agroextrativistas, ou seja:

> "[...] povos que vivem pelos Cerrados, desenvolvem sistemas de uso da terra que combinam a agricultura, geralmente nos fundos dos vales, nos brejos, nos brejões, nos *pantamos*, nos *varjões*; nas encostas e nas chapadas, áreas onde a água é mais difícil de ser captada sem tecnologias de captação em profundidade, deixam o gado à solta, fazem a coleta do pequi, da fava d'anta, do baru e outros frutos e resinas, recolhem madeira e lenha, geralmente fazendo uso compartilhado, sobretudo dessas terras das chapadas." (GONÇALVES, 2010, p. 221)

Fazendo referência a um povoado de Kalungas, na Comunidade de Engenho, Almeida (2003, p. 77), defende que esse povo resguardou a tradição, que pode ser

considerada sua “memória social” que se configura como o conhecimento das espécies do Cerrado, mormente às plantas medicinais, visto que nas “[...] formações campestres e capoeirões, abundam as sementes, resinas, raízes, cascas e folhas, indicadas para cicatrizes, infecções, depurativos, coceiras, problemas pulmonares etc.” e continua:

> [...] o Cerrado no entorno de Vila Borba manteve-se parcialmente presente. As populações locais dedicam-se às práticas de plantio em “cercados”, destinado à subsistência, à criação de gado de forma extensiva nas manchas de campo limpo e à coleta de frutos diversos como o bureré (Brosimun gaudichaudii Trec), o barú (Dipteryx alata Vog), o marmelo (Alibertia edulis A. Rich) e o pequi (Caryocar brasiliense Camb.) e da extração da madeira do Cerrado, como o carvoeiro, jacaré e marinheiro para o uso cotidiano. (Almeida, 2003, p. 78)

Almeida (2003, p. 77) referindo-se a população dos povoados de Moinho, Engenho, Boca do Sertão e Vila Borba, no norte goiano, relata:

> [...] Os moradores destes geosímbolos interiorizam o espaço e a Natureza, integrando-os ao seu sistema cultural. Para estas populações, “conservar” o natural é levar em conta suas interações, suas práticas cotidianas, econômicas, simbólicas e materiais naquele território. A diversidade, todavia, permite afirmar que territórios identitários estão contidos no território do Cerrado. Como territórios identitários, eles se caracterizam, portanto, pelo papel primordial da vivência e pelo marco natural, o Cerrado; eles seriam tanto espaços de sociabilidade comunitária como refúgios frente às agressões externas de qualquer tipo.

Almeida (2003) relata que pela sua dinâmica histórica e política, o universo desse povo, nos permite apreender um território que é resultado da valorização e da apropriação do espaço, revelador de confrontação das manifestações das populações tradicionais do Cerrado, segundo necessidades e desejos e, das formas objetivadas e programadas de uso e gestão.

Diante disso, temos que relações sociais e a relações ecológicas entre elementos bióticos e abióticos estão fortemente imbricados, num fazer e refazer incessante da Natureza e do Território que se metamorfoseia em um processo de co-evolução dado sua inseparabilidade, especialmente nos dia atuais. Natureza e Território determinam-se, intermediados pelos modos de viver. Isso porque, o Território é expresso num substrato material dado, onde historicamente foram tecidos, fio por fio, a rede das relações sociais cotidianas e das relações políticas que extrapolam o âmbito local. Essas ralações se expressam material e simbolicamente no Território. A cultura das populações tradicionais está sempre imbricada nesse processo porque a vida espiritual das sociedades tradicionais são reflexo da vida material, da Natureza. Ancorado nesta concepção, a Natureza natural deixa de ser um manto imaculado e metamorfoseia-se em Natureza culturalizada, dado o pressuposto da co-evolução Sociedade-Natureza marcada pela sua inseparabilidade.

Os grupos sociais desenvolvem saberes e táticas para sobreviver a partir da biodiversidade, assim garantindo a sua sobrevivência e da Natureza, que nesta relação tem na pluralidade um elemento *sine qua non.* Neste movimento, nas áreas de cerrado, conforma-se um Território experimentado pelos atores sociais em seus cotidianos que o produz ao produzirem Natureza em seus sistemas de uso múltiplo dos cerrados. O substrato Natural do Território dos povos cerradeiros é esse ecossistema que tem sido cuidado por seus guardiões e que permitiram que hoje possamos fazer uso do patrimônio genético remanescente. No cerrado deve haver espaço para a coexistência das comunidades ecológicas e tradicionais viverem em interação harmônica, ambas realizando suas atividades vitais. Aqui, mais uma vez temos que o social ao fazer e refazer seu Território desvia a Natureza do curso natural.

Considerações Finais

As externalidades causadas pelas ações antrópicas, sejam elas significantes ou não, positivas ou negativas, condicionam o curso da Natureza natural convertendo-a em Natureza Antropizada, num incessante processo dialético de construção e reconstrução. Nesta perspectiva podemos falar em inseparabilidade entre a Sociedade e a Natureza, permeada pela técnica e pelo trabalho humano que dão a relação entre estas duas esferas.

Para se entender a produção da Natureza, faz-se necessário apreender o movimento de negação interna, a contradição, onde um ser é a supressão de seu outro, de seu negativo. Dentre as propriedades inerentes à matéria, escreve Marx, *"[...] o* ***movimento*** *é a primeira e mais profunda, não apenas enquanto movimento mecânico ou matemático, mas ainda como instinto, espírito vital (…)"*. (MARX *apud* GARAUDY, 1964, p. 101) a luta dos contrários é o motor da realidade, a materialidade do mundo. Isso porque a realidade é contradição.

Referências

ALMEIDA, M. G. Cultura Ecológica e Biodiversidade. **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC**, Ano 2, número 3, 2003, p.71-82.

_____. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE** (Fortaleza/CE), v. 1 p. 103 – 114, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.519, de 16 de Março de 1998. Convenção sobre Diversidade Biológica - Brasil.** Brasília: 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm> Acessado em 9 de setembro de 2010.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico–Edição Especial**, Goiânia-GO v. 1, n. 9 fev/2010 p.06-23,UFG. Disponível em: < http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/9388/6469> Acessado em 11 de setembro de 2010.

CONTI; FURLAN. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed., p. 67-207, 2003.

GARAUDY, Roger. **Karl Marx**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, 239 p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA R. S.V. (Org.). O**s saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001. Disp. em: http://www.usp.br/nupaub/publica0.html. Acesso em: 07 de set. 2010.

HENRIQUE, Wendel. A Natureza nos interstícios do social: uma leitura das idéias de Natureza nas obras de Milton Santos. In: **Revista Terra Livre**: São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 2, n. 21, p. 249-262, 2003.

GARAUDY, Roger. **Karl Marx**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, 239 p.

MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios.** Disponível em: <http://www.redeambiente.org.br> Acessado em: 1999, 17 p.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade: um conceito em construção. In: **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, p. 91-99, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Edusp, 2005, p.174.
SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. ***O Brasil*: ** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec, São Paulo, 1988.
SANTOS, Milton. Território e Sociedade. **Entrevista com Milton Santos.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

---

[1] "[...] a criação de estradas, hidrovias e portos se tornou uma verdadeira obsessão, como o demonstram a expansão da rede de transportes no Brasil após a fundação de Brasília (1960) que abriu ao mercado todo o Planalto Central do país, com seus Cerrados, e a Amazônia com a inauguração da Rodovia Bernardo Sayão – Brasília- Belém (1962). Essa pressão continua se fazendo presente como se pode ver na insistência na construção da Hidrovia do Paraná – Paraguai, no Pantanal paraguaio brasileiro e, ainda, a pressão, que tende a se acentuar, sobre a Amazônia haja vista (1) o porto de Itacoatiara no rio Amazonas, parte do complexo da Hidrovia do Madeira, sob o controle do Grupo Maggi; (2) o recém inaugurado porto de Santarém, na foz do Rio Tapajós, construído por um consórcio de empresas liderados pela multinacional Cargill, a que está associado o interesse pela construção da Br 163 que liga Cuiabá-Santarém, assim como pela construção da Hidrovia Tapajós - Teles Pires; (3) a Hidrovia Rio Branco - Rio Negro (Roraima e Amazonas) e a ligação com Caracas, na Venezuela, da Rodovia BR 174 – Manaus – Caracaraí - Boa Vista; (4) a Hidrovia Rio das Mortes – Araguaia – Tocantins e a saída pelos portos ou de São Luiz ou Belém e, ainda: (5) a saída para o Pacífico pelo Acre com o asfaltamento da Br 364." (Porto-Gonçalves, 2004, p. 219-202).

[2] Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2007.

[3] GCEA/IBGE, DPE, COAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Julho 2007.

[4] Em 2007, o Brasil foi o 4° maior consumidor de fertilizantes do mundo, representando 2% da produção mundial (ANDA,2010).

[5] O Brasil consumiu 733,9 milhões de toneladas de agrotóxicos em 2008, ultrapassando os Estados Unidos que consumia 646 milhões de toneladas. Em 2007, as vendas no Brasil significaram 5,372 bilhões de dólares e em 2008, 7,125 bilhões. A cultura que mais consome agrotóxico é a soja. No total, os herbicidas representam cerca de 45% das vendas, os inseticidas 29%, e os fungicidas 21% (Guazzelli, 2010). Segundo o IBGE, quatro produtos respondem por cerca de 75% desses insumos no Brasil: soja (45,3%), milho (12,8%), cana de açúcar (9,5%), algodão (7,8%).

[6] Estamos fazendo distinção entre processos “sucessionais” e “clímax”, sendo aquele resultado da ação humana e este do movimento da primeira natureza.

POPULAÇÃO TRADICIONAL E AMBIENTE: A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA, PARÁ

Márcia Aparecida da Silva Pimentel - UFPA[1]
mapimentel@ufpa.br
MEC- Proex
GT1: "Ruralidades e Meio Ambiente"

O presente trabalho aborda a relação das comunidades ribeirinhas com o uso dos recursos naturais na Amazônia. Especificamente, o estudo trata das comunidades de pescadores da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta, localizada no nordeste paraense. As reservas extrativistas são Unidades de Conservação de uso sustentável têm como objetivo proteger os meios de vida e a cultura de suas populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Essas comunidades construíram um conhecimento sobre a dinâmica da natureza capaz de aliar suas práticas extrativistas à preservação da diversidade biológica, garantindo sua reprodução social e cultural. No entanto, atualmente, os recursos naturais de que depende sua sobrevivência estão ameaçados pela pesca predatória, pelos impactos ambientais sobre os rios, solo, manguezais e floresta de terra firme. Os pescadores e tiradores de caranguejo de São João da Ponta reivindicaram a criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX), que amparada pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) pode garantir a proteção dos recursos naturais relacionados à pesca artesanal. A participação de pesquisadores no Conselho Deliberativo da RESEX tem proporcionado a parceria entre a Universidade e a Associação de Pescadores para discussão dos problemas ambientais enfrentados por essas comunidades. Considera-se

[1] É graduada em Geografia, mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará. Atua principalmente nos seguintes temas: ecologia da paisagem, educação ambiental e planejamento ambiental em unidade de Conservação.

que os saberes, as representações simbólicas locais e o conhecimento científico devem alicerçar o Plano de Manejo desta Unidade de Conservação.

1.População Tradicional, Meio Ambiente e Unidade de Conservação

A primeira questão a ser colocada é como esses três conceitos se relacionam, já que eles constituem o eixo deste trabalho. Em princípio, lembrando Diegues (2000), afasta-se da análise a visão romântica sobre as populações tradicionais quanto ao fato de serem exclusivamente conservacionistas. Ou seja, essas populações também sofrem os processos de desorganização social e cultural, promovidos pelas sociedades urbano-industriais e incorporam seus valores.

É possível que populações tradicionais que se organizaram socialmente tiveram maiores condições de garantir sua reprodução social e cultural, por meio da preservação da biodiversidade.

No contexto da formação dos primeiros parques nacionais, na década de 1930, no Brasil, essas populações foram excluídas da concepção de meio ambiente, visto apenas no sentido natural e biológico, denotando um caráter reducionista deste conceito.

Até a década de 1980, a implantação dos parques nacionais e das reservas naturais teve um caráter autoritário porque remanejou as populações locais sem considerar a importância dos seus saberes e de suas práticas de manejo dos recursos naturais.

Na Amazônia, algumas Unidades de Conservação, como parques nacionais e reservas biológicas, estão em área de sobreposição de territórios, ou seja, existem em territórios de quilombolas, de pescadores, áreas de exploração mineral. Para Coelho, Cunha e Monteiro (2009),

> “As Unidades de Conservação não dizem respeito apenas à proteção de ecossistemas ameaçados pela ação humana ou pela expansão do capitalismo, elas são ao mesmo tempo território de conservação, território de vida, território de produção, território de pesquisa acadêmica entre outros” (COELHO, CUNHA & MONTEIRO, 2000, pág 68).

Cada categoria de Unidade de Conservação tem especificidades quanto ao uso dos seus recursos e, sobretudo, estabelece regras para as populações tradicionais e não tradicionais, e ainda, para os visitantes. Quando são criadas as UC elas influenciam as

práticas dos atores sociais e criam relações bastante complexas entre eles. Envolvem diferentes atores sociais, e seus interesses, na maioria das vezes conflitantes.

A década de 1980 foi um marco no pensamento ambientalista no Brasil, reflexo de uma discussão mundial. De acordo com Diegues (2000):

> "A biodiversidade passou a pertencer tanto ao domínio do natural como do cultural, sendo que a cultura permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, e frequentemente, enriquecê-la." (Diegues 2000, pág 32.)

A questão ambiental foi envolvida pela abordagem social e em decorrência disso, os movimentos sociais foram fortalecidos na defesa de seus territórios e da preservação dos recursos naturais como garantia do modo de vida dessas populações. As Reservas Extrativistas surgem neste contexto.

2. População Ribeirinha e a relação com o meio ambiente na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta

A Reserva Extrativista de São João da Ponta está integralmente nos limites do município e mesmo nome. A Resex foi criada pelo Decreto Presidencial de 13 de dezembro 2002, com uma área de aproximadamente de 3.203,24 há, onde 720, 8458 ha são de espelho de águas e 2.482,3942 há, correspondem às áreas de manguezais. A criação desta Unidade de Conservação teve por objetivo proteger os meios de vidas e cultura das populações tradicionais residentes e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. O gestão da Resex é de competência do ICMbio (Instituto Chico Mendes para Conservação da biodiversidade), órgão do Governo Federal. A Associação dos Pescadores envolvem as 18 comunidades que compõem a Resex. Estas estão localizadas próximo às áreas de manguezal, de floresta de terra firme, áreas de várzeas e igapós.

Os relatos dos pescadores sobre o histórico da formação da reserva informam que, embora a iniciativa tivesse partido das comunidades que vivem da pesca artesanal, houve rejeição por parte de um grupo que temia as restrições sobre a pesca e retirada de caranguejo. Atualmente, muitos se adequaram às regras estabelecidas, e reconheceram os benefícios que adquiriram organizados em associação. Mas, a legislação ambiental que rege a unidade não eliminou o problema da pesca predatória, do desmatamento, do

acúmulo de resíduo sólido no solo, nos rios e igarapés. Três são os fatores que explicam o problema: a desinformação a respeito da dinâmica ambiental, a pressão do mercado pelo aumento da produção, e, a falta de fiscalização.

As organizações locais são importantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Os sistemas de manejo dos recursos pesqueiros realizado pelas populações ribeirinhas são geralmente voltados para as necessidades da população local e, possibilitam a capacidade destas populações de se adaptar à dinâmica social e ecológica.

A pesca artesanal no curso do rio Mocajuba é praticada pelas comunidades nas proximidades do manguezal, utilizando-se de embarcação a remo, vela e motor, algumas vezes adentrando aos furos e igarapés. São práticas extrativistas tradicionais que consistem no uso de instrumentos como malhadeiras, espinhéis, tarrafas e linhas de mão. Os instrumentos de pesca apresentados indicam que o território do pescador está abrigado no interior do estuário. Esta compreensão reforça as atitudes de conservação desses ambientes.

As espécies encontradas são: a pescada amarela (*Cynoscion acoupa)*, a tainha (*Mugil sp*), as sardinhas, as pratiqueiras, os bagres, os camurins, as corvinas e os tralhotos. O caranguejo-uçá é um dos principais recursos explorados comercialmente pelas comunidades do Rio Mojuim e no rio Mocajuba. (Relatório Técnico sobre a Resex de São João da Ponta).

Há uma constatação, no depoimento dos pescadores, de que essas espécies de peixes foram vem diminuindo em número e variedade nos igarapés mais próximos. Dessa forma, o território do pescador passa a abranger uma dimensão maior que, indo em direção ao mar. O assoreamento dos rios e igarapés, a disputa pelas áreas de pesca e o lixo acumulado nos rios e igarapés, formam um grupo de fatores que contribuem de forma negativa para a manutenção da diversidade dos pescados. A figura 1 mostra o contexto regional de localizado o município, na região do Nordeste Paraense.

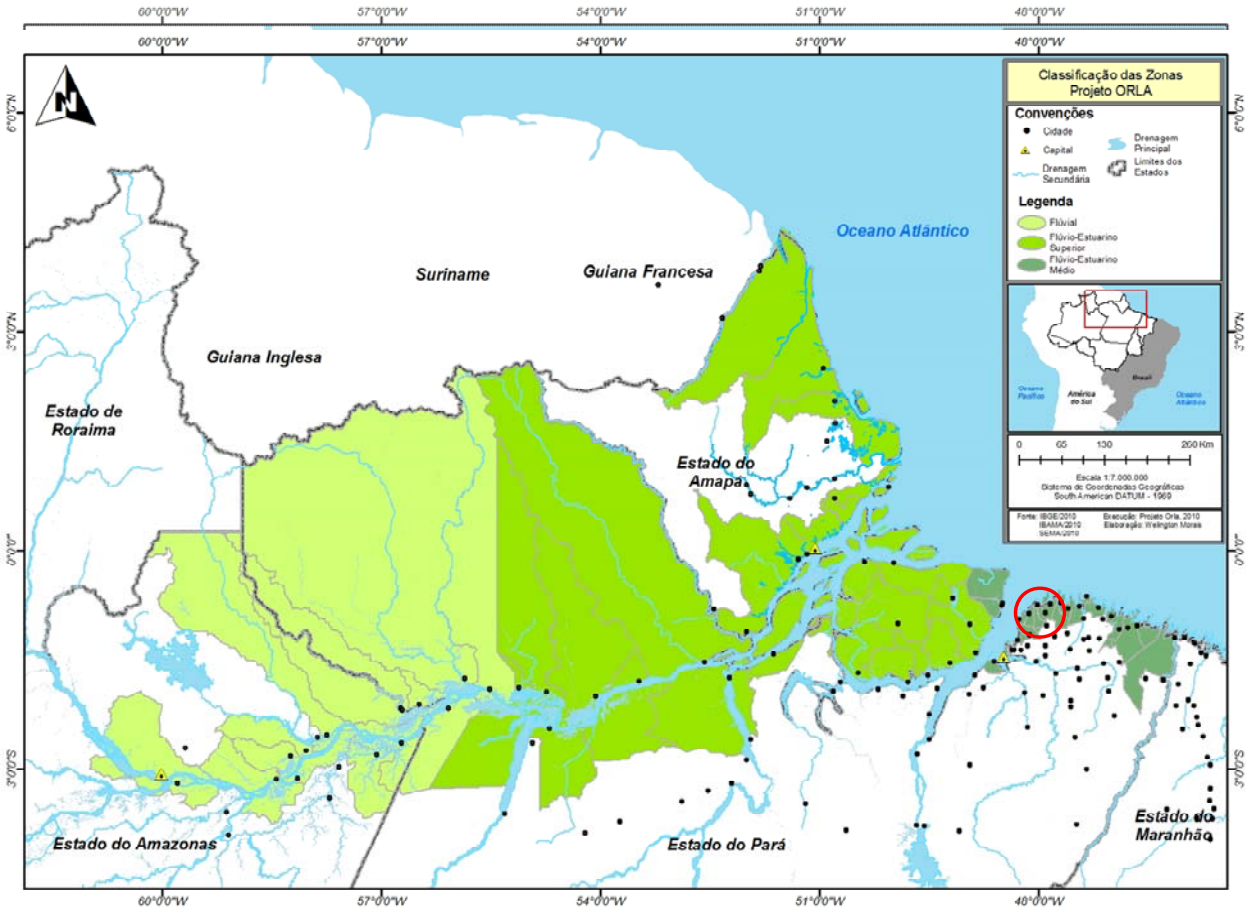


Figura 1- Localização da região nordeste do Pará, área classificada de acordo com o projeto Orla, como de influência flúvio-estuarino médio.
Fonte: IBGE(2010), IBAMA (2010), SEMA (2010) Execução Projeto Orla, Elaboração Welington Morais

A área da Resex, no município de São João da Ponta, constitui-se de um grande manguezal estuarino, com grande biodiversidade e produtividade, que juntamente com os demais municípios litorâneos e costeiros do Pará, compõem a costa de manguezais do Nordeste Paraense.

São várias as Unidades de Conservação presentes no litoral do estado, entre elas as APAs e reservas extrativistas marinhas. Na gênese da constituição destas UCs está a proteção de uma importante formação de manguezais do Brasil, fundamental na conservação da vida marinha e estuarina da zona costeira do Estado e na manutenção dos aspectos sócio-culturais das populações tradicionais dessa região.

3.Saberes locais e conhecimento científico: a parceria entre as populações tradicionais e a academia para conservação do meio ambiente

Quando a Universidade, através do programa de extensão em educação ambiental da Faculdade de Geografia, foi convidada a participar das reuniões do Conselho Deliberativo dos Pescadores Associados da Resex Marinha de São João da Ponta houve a possibilidade de envolvê-los nas pesquisas sobre Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como co-autores das atividades realizadas pelo programa.

A organização entre as comunidades de pescadores envolve os representantes dos pólos que incluem as 18 comunidades. No geral, as comunidades estão próximas às áreas de manguezal. A comunidade do Bonfim está mais distante desse ambiente. Sendo o ambiente de várzea o mais característico desta área. O açaí torna-se o elemento a que subsidia os pescadores, durante o período de defeso do caranguejo. A figura 2 retrata a comunidade de Deolândia



Figura 2. Equipamento público na comunidade de Deolândia, em São João da Ponta. Fonte: Projeto de Extensão, 2010

A figura 3 mostra a localização de parte delas: Vila Nova, Monte Alegre, Açu, Sede, Coqueiro, Deolândia, São Francisco, Deolândia, Santa Clara, Jacarequara, Baunilia, Santana, Guarajuba, Guarajubinha, Porto Grande, Bonfim, Novo Horizonte, São Domingos

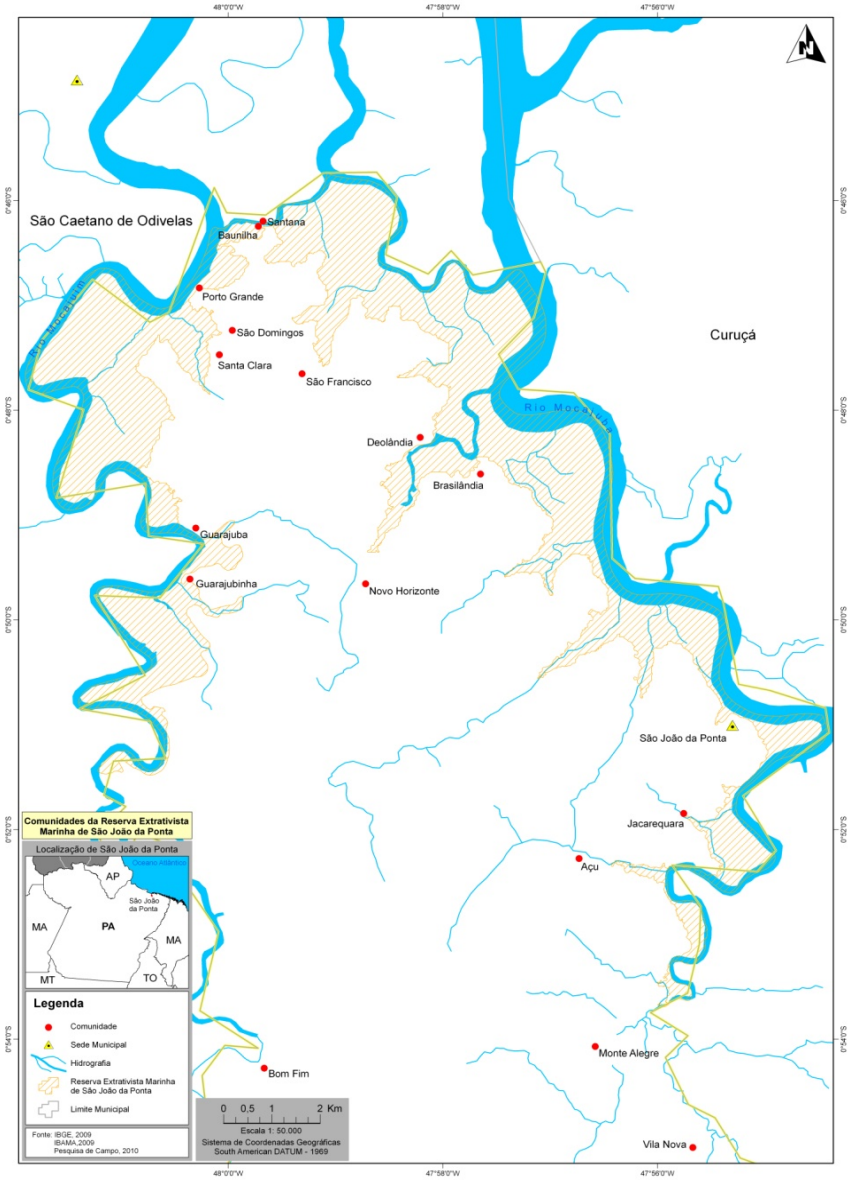


Figura 3- O mapa do município de São João da Ponta destaca a área da Reserva Extrativista, as comunidades e a rica rede hidrográfica da região, neste caso das bacias do rio Mocajuba e Mojuim.

Nas comunidades os resíduos sólidos são recolhidos uma vez por semana e destinados ao aterro sanitário do município. No entanto, grande intervalo os alguns moradores jogam o lixo nos fundos dos quintais para serem levados pela maré. A maré que vaza também enche e, ao inundar as áreas de manguezais, a água deposita o material descartado em outra parte.

Na discussão do planejamento anual das atividades da Resex, os representantes das comunidades identificam as demandas e discutem as ações estratégicas. Os problemas identificados e direcionados à academia foram: a disposição inadequada dos resíduos sólidos e o desmatamento do entorno da Resex.

Os procedimentos adotados seguiram a seguinte sequência: Reconhecimento dos problemas *in locu*, ou seja, foi realizada a pesquisa de campo nas áreas indicadas. Este momento encontra-se no âmbito da valorização da paisagem. O pescador conduz o campo indicando os elementos que ele atribui como importantes no seu ambiente e que devem ser preservados. A figura 4 trata do acúmulo de lixo nas encostas dos rios. Como a coleta de lixo é feita apenas uma vez por semana em cada comunidade, o mesmo é depositado nas áreas livres do município, gerando impactos sobre o solo e corpos d´água.



Foto 4- Material descartado pela população e depositado nas encostas dos rios, na sede do município.
Autor: Projeto de Extensão, 2010.

Outra questão ambiental levantada pelos moradores da Resex foi o intenso processo de desmatamento nas áreas do entorno desta Unidade de Conservação. A análise do mapeamento da vegetação do município mostrou que nos últimos dez anos houve aumento da área desmatada no entorno. A retirada da vegetação de forma indiscriminada provoca alterações na dinâmica natural e,consequentemente, no uso dos recursos pela comunidade. A agricultura e a pastagem em grandes áreas e a construção da estrada estadual são os fatores que estimulam o desmatamento. O assoreamento é apenas uma das conseqüências deste fato. No entanto, nas áreas do interior da Resex há, para os anos analisados, a redução da retirada de vegetação. Isso significa que é fundamental a função da Unidade de Conservação na manutenção do equilíbrio dinâmico dos sistemas naturais. E sendo assim, as comunidades podem manter suas atividades relacionadas à pesca e retirada de caranguejo. Paralelamente ao reconhecimento do campo, organizam-se palestras com adultos e criança das comunidades. Nesse momento, ocorre uma formação conjunta sobre os conceitos relacionados ao saber popular e ao conhecimento científico. O grupo assiste os representantes em sua atuação em ações ambientais junto às suas comunidades.

Conclusão

As Reservas Extrativistas Marinhas são Unidades de Conservação de Conservação de Uso Sustentável importantes para a manutenção dos recursos naturais e para a preservação da cultura das populações tradicionais nela localizadas.

Os pescadores da Resex de São João da Ponta no Nordeste Paraense em papel importante junto ao município no sentido de promover a educação ambiental a partir dos saberes local e do conhecimento produzido nas pesquisas das instituições de ensino.

Os projetos de extensão, como o apresentado pela Universidade Federal do Pará pode estimular o envolvimento dos graduandos e pós-graduandos em pesquisas que contribuam para a qualidade de vida das populações tradicionais.

Referências

DIEGUES, A, C. Etnoconservação-Novos rumos para a proteção da Natureza nos Trópicos- São Paulo, Hucitec, 2000

COELHO,M.C.N, CUNHA,L.H. MONTEIRO, M. A.- Unidades de Conservação:Populações, Recursos e Territórios.Abordagens da Geografia e da

Ecologia Política. In Unidades de Conservção. Abordagens e Características Geográficas. Rio de Janeirom Bertand Brasil, 2009.

IBAMA, Educação Ambiental, Brasilia, (folheto), 1993

MANESCHY, M. C. Pescadores nos Manguezais: Estratégias, Técnicas e Relações Sociais de produção na captura do Caranguejo. In: Povos das Águas, Realidades e Perspectivas na Amazônia. (Org.: L. G.Furtado, W. Leitão e A. F. Mello) Belém, PA, 1996,292 pp.

RODRIGUES, J.M M- Geoecologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental- Natal, UFC, 2007

SHAEFFER-NOVELLI, Y. Perfil dos ecossistemas brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal. Publicação esp. Inst. Oceanogr. São Paulo – São Paulo. n.º 7. P 1-16. 1989.VERGARA FILHO, W. L. & PEREIRA FILHO, O. 1993. Levantamento da Comunidade de caranguejeiros residente na APA de GUAPI-MIRIM e avaliação do Recurso. Rel. Téc. Gpo. Mundo da Lama & IBAMASUPES- RJ. 8 pp.

PLURIATIVIDADE E TURISMO RURAL: DO EXPERIMENTALISMO DIFUSO AO REFINAMENTO DE UM CONCEITO

José Renato Sant'Anna Porto (CDPA/UFRRJ)
Natália Almeida Souza (CDPA/UFRRJ)
jreporto3@gmail.com; nati.educamb@gmail.com

GT1: Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

Ao observar os debates acadêmicos que discutem sobre o fenômeno da pluriatividade, é possível identificar um fluxo de opiniões que culminam na construção de diferentes discursos e em uma disputa semântica de relevante importância. Tal embate vem estruturando em bases sólidas o conceito e refinando os olhares para o que chamamos de atividades pluriativas nos contextos rurais. Nesse processo, as interpretações tencionam-se, de um lado, pela generalização e ampliação do uso do conceito para contextos e experiências diversificadas e não padronizadas, configurando o que podemos denominar de *experimentalismo difuso*; e, por outro lado, pela refinação e delimitação teórica e conceitual do termo que, embora restrinja o escopo de aplicação da idéia, permite um tratamento mais crítico e reflexivo acerca das situações (CARNEIRO, 2006). Perpassando este debate, o objetivo central aqui é refletir sobre as discussões e acerca do Turismo Rural, de modo a analisar o referido tema sob a mesma perspectiva que orientou a disputa conceitual e prática acerca da idéia de pluriatividade, analisando a inserção de novos debates neste contexto, em especial as questões relacionadas à multifuncionalidade e a "ruralidade contemporânea". As discussões sobre Turismo Rural (TR) também são alvo de disputas e indefinições constantes, gerando a construção de tipologias de turismo no meio rural, demonstrando que a própria idéia de TR é uma representação de atividade pluriativa, e, por essa razão, é objeto da referida disputa conceitual. O esforço central será a reflexão crítica sobre esta temática, tendo como ponto de partida a análise de publicações oficiais e pesquisas, dentre eles o documento Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, publicado pelo Ministério do Turismo em 2003.

Introdução

Ao observar os principais debates acadêmicos que discutem sobre o fenômeno da pluriatividade (ANJOS, 2001; CARNEIRO, 2002, 2006; SCHNEIDER, 2003) é possível identificar um fluxo de opiniões que culminam na construção de diferentes discursos e em uma disputa semântica de relevante importância. A vasta gama de opiniões com relação ao que é pluriatividade, possivelmente é oriunda de diferentes processos de interpretação com relação ao meio rural, e no caso específico, às suas novas formas de representação. Segundo Mardsen (1993; *apud* WANDERLEY, 2000) temos uma disputa latente a respeito do que são esses novos (ou nem tão novos) fenômenos no campo em função do confronto existente entre os diferentes grupos e atores sociais que hoje compõem o contexto rural. Carneiro (1998) também nos mostra como os diferentes universos simbólicos, manifestados pelos atores sociais que compõem o meio rural, promovem um incessante processo de "ressemantização" no ímpeto de entender, explicar e fazer valer seus interesses. Interpretá-los segundo o prisma da intencionalidade pode ser um caminho interessante para observarmos como essa nova composição social do meio rural acaba por engendrar fenômenos com características distintas de momentos anteriores. A emergência de novas funções para o rural, extrapolando a demanda agrícola tradicional, é uma questão que nos remete a uma nova composição da arquitetura social no campo, com relações entre atores tradicionais e novos grupos que passam também a assumir papéis centrais no processo de definição e de escolhas sobre o que é o rural. Dentre essas novas agendas, (que não surgem espontaneamente, mas são produtos de relações de interesses), podemos ressaltar a emergência das questões ambientais, que colocam ao rural a função de conservação dos recursos naturais e das suas características paisagísticas. Estas e outras funções compõem os princípios norteadores do conceito de multifuncionalidade, que será tangenciado de maneira indireta neste trabalho, conforme sua relação com a idéia de pluriatividade.

Imerso nestas questões, este artigo tem o intuito de promover uma reflexão a respeito do que vem sendo produzido sobre o tema da pluriatividade, entendendo os principais debates e disputas conceituais existentes nesse campo específico de conhecimento. Esta será a principal estratégia para que possamos estender a análise reflexiva para o Turismo Rural, objeto central desse estudo, e que é aqui compreendido como uma representação de atividades pluriativas, na concepção *lato sensu*. A proposta é analisar[1] as relações existentes entre o cenário difuso e indeterminado que configura a construção dos conceitos de pluriatividade e de Turismo Rural. Assim como as

interpretações sobre pluriatividade, a idéia de Turismo Rural também é alvo de disputas e indefinições constantes, gerando inclusive a construção de diferentes tipologias para o turismo no meio rural. Para ilustrar esse debate, apresentaremos uma análise breve de algumas publicações oficiais e pesquisas. A intenção é problematizar como a imprecisão da noção de pluriatividade pode acarretar em indefinições também para o Turismo Rural, e, no sentido oposto, como o cenário difuso do Turismo Rural corrobora para as análises equivocadas da pluriatividade.

Pluriatividade: avanços teóricos, disputas ideológicas ou experimentalismo difuso?

O processo de construção conceitual

O desafio de compreender os debates e as disputas conceituais a respeito do termo pluriatividade requer um esforço em identificar os pontos centrais que conduziram as análises sobre o tema. Ressaltamos que quando fazemos uso do termo "disputa" não necessariamente estamos entendendo as produções acadêmicas dos autores analisados com base em um estigma de oposição. Pelo contrário, é evidente que na análise dos textos estudados os autores vêm produzindo de maneira complementar uns aos outros, e que as críticas e as propostas de avanços conceituais estão fundamentadas em uma premissa de construção e fortalecimento da noção de pluriatividade. Desse modo, a proposta aqui é analisar as contribuições de modo sistemático, entendendo quais elementos ganham espaço, e quais são colocados para fora do arcabouço instrumental das análises. Interessa-nos aqui ressaltar quais são os elementos que conformam a idéia de pluriatividade e como eles contribuem para o processo de alteração da concepção do mundo rural atualmente.

Um dos primeiros pesquisadores que se dedicou a refletir sobre o tema da pluriatividade no contexto nacional foi Sérgio Schneider, no início da década de 90. Schneider, pesquisando a partir do contexto social e econômico da região do Sul do país chamava atenção para o fato de que agricultores familiares estavam passando a adotar outras estratégias produtivas que não o trabalho agrícola. Dentre essas, destacava-se uma série de empregos urbanos, nos quais os trabalhadores rurais mantinham atividades de maneira concomitante ao trabalho agrícola. Para discutir esses fenômenos que lhe chamavam atenção, Schneider recorreu às discussões sobre *part-time farming*, e a sua diferenciação da noção de pluriatividade. Desse modo, o autor busca referências teóricas em autores que retratavam o fenômeno pluriativo a partir do contexto europeu, com destaque para alguns importantes pensadores como Fuller (1983) e Mardsen (1993).

Schneider também problematiza o recrudescimento do trabalho rural não-agrícola a partir da perspectiva conceitual de Chayanov, que o auxilia a interpretar esse fenômeno como uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar, a partir da diversificação dos meios de alocação da mão-de-obra dos indivíduos que compõem a família. O autor faz emergir em contexto nacional a noção de que a pluriatividade deve ser observada não sob a perspectiva do indivíduo, mas sim como uma manifestação da ação da família rural, está ultima como unidade analítica. Trata-se de um elemento importante que é inserido no debate, pois freia uma onda de interpretações que tendiam a analises da pluriatividade como um indício de declínio ou decadência da agricultura familiar.

Schneider também integrou a equipe do "Projeto Rurbano", iniciativa capitaneada por José Graziano da Silva (1996), outro importante pesquisador que se empenhou a discutir o fenômeno da pluriatividade. Assim, fortalecia-se a composição de um novo olhar para os espaços rurais, fundamentados a partir da análise de dados empíricos das PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) que revelavam um acentuado crescimento de atividades não-agricolas de famílias rurais, em oposição à gradual diminuição da presença das atividades agrícolas. E nesse contexto que os trabalhos a respeito do tema da pluriatividade começam a ganhar espaço, tendo como base estas mudanças no tecido social e econômico dos territórios rurais.

Outros autores, ao longo da década de 90, também contribuíram para os avanços teóricos acerca da referida temática. No início dos anos 2000, parece ter ocorrido um processo de revisão teórica e de correção de imperfeições de análise. Nesse período, podemos destacar as pesquisas de Sacco dos Anjos (2001), de Carneiro (2002, 2006) e do próprio Schneider (2009). De modo geral, os três autores partem da premissa de que os desdobramentos da idéia de pluriatividade acarretaram em uma diversidade muito grande de interpretações, o que descaracteriza e enfraquece o conceito, necessitando, portanto, de aprimoramento teórico a respeito do tema.

Sacco dos Anjos nos aponta algumas *falsas premissas e teses equivocadas* sobre a pluriatividade no contexto brasileiro. Além do problema da generalização inapropriada, o autor também nos mostra que algumas pesquisas precipitam-se ao trabalhar o conceito de pluriatividade sob algumas perspectivas errôneas, como, por exemplo, a idéia de decadência da produção familiar, as interpretações de pluriatividade como um fenômeno recente e sem vínculos com a tradição camponesa, e, por fim, a abordagem que encara a pluriatividade como um empecilho à reforma agrária e à produção agrícola.

Já Carneiro em seu trabalho intitulado *Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica* (2001), também busca problematizar as questões circundantes ao conceito de pluriatividade e a utilização do mesmo. Um dos pontos centrais do pensamento da autora reside na maneira pela qual ela define pluriatividade como um conceito que "*qualifica um fenômeno social e econômico que seria próprio de uma época e de uma combinação de fatores específica"* (modelo produtivista de desenvolvimento rural), sem que a atividade agrícola seja necessariamente substituída em sua totalidade (CARNEIRO, 2006). Sem negar os elementos históricos que demonstram que a busca por ocupações não-agrícolas é uma tradição incontestável na reprodução social camponesa, Carneiro ressalta, porém, que a compreensão do fenômeno pluriativo deve ser entendida a partir das implicações da crise do modelo produtivista fomentado pela modernização na agricultura, e como "*alternativas de trabalho criadas pelas novas configurações da relação campo-cidade"*(2006: 15), que remete a uma série de análises a respeito do tema das ruralidades, o qual a autora também é referência importante (CARNEIRO, 1998).

Ao mesmo tempo em que chama atenção para a necessidade de delimitação teórica e de refinamento conceitual, Carneiro aponta também para uma construção da complexificação das análises do fenômeno pluriativo, fazendo emergir as dimensões sociais e culturais da pluriatividade, bem como a reelaboração identidades nos contextos rurais.

Por fim, a autora nos trás uma importante perspectiva a qual consideramos uma estratégia importante para avançarmos acerca dos debates sobre pluriatividade. Trata-se da opção em se atrelar a pluriatividade como "*uma dimensão da multifuncionalidade e que ambas são fenômenos recentes engendrados pelas novas configurações das relações campo-cidade e das novas articulações entre agricultura e sociedade",* (2006:15) reforçando assim a idéia de manutenção da produção agrícola em conjunto com as diversas outras atividades (tradicionais ou não) que vem conformando o mundo rural atualmente.

Com base na análise dessa produção recente, fica evidente que o que se pretende é uma refinação e delimitação teórica e conceitual do termo, que, embora restrinja o escopo de aplicação da idéia, permite um tratamento mais crítico e reflexivo acerca das situações.

Disputas, valores, interesses: como se forma uma idéia?

As construções teóricas apresentadas acima contribuem de maneira singular para a compreensão crítica acerca dos desdobramentos do conceito de pluriatividade. De todo modo, chamou-se pluriatividade, desde cenários de produção artesanal para diversificação

de estratégias de renda de famílias agrícolas, até contextos de diversificação e ampliação do escopo de ação do agronegócio, passando também por casos de famílias rurais onde a força de trabalho esteve quase que em sua totalidade alocada em empregos urbanos. Percebam que o problema não reside essencialmente na construção teórica. No entanto, mesmo mantendo a prerrogativa da permanência das atividades agrícolas, do ideal de pluriatividade como estratégia de reprodução social, da idéia de conformação de uma ruralidade contemporânea, da noção de pluriatividade atrelada à multifuncionalidade da agricultura, ainda assim as conceituações iniciais de pluriatividade apresentaram possibilidades de generalizações e interpretações muito amplas e diversas, configurando o que chamamos aqui neste trabalho de *experimentalismo difuso.*

Este conceito[2] foi utilizado por VAZ *et al.* (2002) em uma pesquisa realizada pelo Instituto Polis que teve como objetivo central um estudo acerca das experiências de desenvolvimento local no país. A pesquisa apresentou um panorama acerca das iniciativas de desenvolvimento local, a partir de contextos e experiências muito diversas, formadas com base em interesses distintos, cada qual com sua concepção do que seria desenvolvimento local. Nas palavras dos autores:

> *"objeto de intenso debate ao longo dos anos 90, (a noção de desenvolvimento local) não ficou restrita ao campo das idéias, mas, ao contrário, está associada a uma efetiva atuação dos atores locais na elaboração e implementação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento."* (VAZ *et al*, 2002:8)

A intenção em trazer a idéia de experimentalismo difuso para o debate da pluriatividade reside no fato de que, assim como no caso do termo desenvolvimento local, a palavra pluriatividade vem sendo utilizada também de maneira pouco criteriosa e bastante ambígua, muitas vezes como uma bandeira inapropriada que é utilizada para legitimar práticas e casos particulares nos contextos rurais.

Como apontado na introdução deste artigo, podemos atrelar esta situação a um processo de emergência de novos atores no contexto rural, carregados de interesses, símbolos e intenções que projetam no rural diferentes estratégias interpretativas. A possibilidade apontada aqui é haja uma disputa semântica entre diferentes atores pelo termo, todos fazendo uso da palavra pluriatividade a partir de seus pontos de vista.

Segundo Sacco dos Anjos, a idéia de pluriatividade "*não só refletia alterações na perspectiva sobre o desenvolvimento agrário... como também uma mudança na postura*

acadêmica e política." (2001:58). Como já apontado, os casos variam bastante. Agricultores familiares, valendo-se de agroindústrias de processamento básico dos gêneros produzidos na sua propriedade, são tratados como pluriativos. Profissionais da área do turismo, que se instalam no campo e desenvolvem atividades de caráter essencialmente urbano, forjados a partir de *demandas citadinas* (DUBY, 1991 *apud* WANDERLEY, 2000), são denominados da mesma maneira. O que queremos ressaltar aqui, para além da diversidade de possibilidades e para a *generalização indevida* do termo pluriatividade, apontada por Sacco dos Anjos (2001), é que essas diferentes iniciativas são também imbuídas de sentidos e valores.

Esse fenômeno de disputa semântica não é algo que se possa ter como novidade, haja vista as conhecidíssimas disputas pela noção de "desenvolvimento sustentável" [3]. Nem tão pouco deve ser entendido como algo negativo em sua totalidade, uma vez que a dinâmica de construção de conceitos, em qualquer campo da ciência, envolve disputas ideológicas, diferentes abordagens e visões, que naturalmente se tornam conflitivas, mas que guardam um rico processo de aprendizado e apropriação de idéias e práticas, permitindo assim, a circulação de saberes e a constituição plural de conceitos. Neste sentido as disputas ideológicas muitas vezes são o caminho necessário para emergir e reafirmar identidades e sentimentos de coletividade, como também apontou Carneiro (1998). De todo modo, o intuito aqui é sinalizar que por detrás da categoria da pluriatividade existe um processo de afirmação de valores, formado através de interações sociais que guarda proximidade direta com as diferentes concepções do rural.

Antes de entrarmos na discussão específica sobre Turismo Rural, vale ressaltar um último ponto que nos é bastante caro. No nosso entendimento, o entrelaçamento das idéias de pluriatividade e multifuncionalidade proposto por Carneiro (2006), é um enfoque interessante não só no sentido que caracteriza as novas configurações sociais e econômicas do mundo rural, como também porque evidencia o debate que apresentamos sobre a diversificação da composição do tecido social nos espaços rurais, onde encontramos atores, conflitos de interesse, meios de sociabilidade, não necessariamente excludentes ao modelo anterior de enfoque produtivista, mas diferentes em inúmeros aspectos.

Turismo Rural: um conceito em formação

Conforme já antecipamos nas sessões acima, a denominação "Turismo Rural" vem sendo utilizada no Brasil de maneira bastante imprecisa. Este artigo não pretende fazer um

levantamento minucioso sobre como tal nomenclatura vem sendo utilizada no contexto empírico, embora tal empreitada possa ser de grande importância para as discussões aqui pretendidas. Muito menos é nosso intuito esgotar o debate, propondo uma definição ideal de Turismo Rural. Isso seria ir contra a complexificação da análise pretendida, além de muito pretensioso. A intenção aqui é desenhar uma dimensão analítica que nos auxilie a entender os diferentes interesses que conformam os contextos rurais, e, no nosso caso específico, que definem a prática do Turismo Rural. Para isso, a estratégia que adotamos consiste em realizar uma breve análise a respeito das diferentes nomenclaturas e tipologias de Turismo Rural que vem sendo utilizadas para definir esses empreendimentos e serviços turísticos no campo. Iremos, portanto, nos limitar a análise de algumas produções acadêmicas e documentos públicos, que nos foram valiosos na identificação e na problematização desta temática.

Um primeiro trabalho que nos evidencia a idéia assinalada acima é uma publicação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2009), cujo título é *Diagnostico de Turismo Rural em Brasil – um concepto em construcción.* O título, bastante sugestivo, é acompanhado por um conteúdo informativo de grande valia e que nos ajuda a compreender as diferentes modalidades de serviços turísticos que vem sendo denominadas como Turismo Rural. A base de dados, nomenclaturas, e categorias utilizadas nas análises são oriundas principalmente do *Guia de Turismo Rural no Estado de São Paulo.* As categorias classificatórias apresentadas são: Agroturismo e Agroindústria artesanal; Área rural para eventos; Área rural para ócio; Armazém rural; Camping ou Acampamento; Cavalgadas; Hotel histórico; Fazendas históricas; Hotel de ócio; Hotel de ócio rural; Hotel fazenda; Cultivo de peixes e pesca esportiva; Pousadas; Pousadas rurais; Restaurante rural; e Turismo rural pedagógico. Vale ressaltar que os empreendimentos são, em algumas vezes, classificados em mais de uma categoria, nos mostrando que, de alguma maneira, as propostas são inter-relacionadas tanto entre si, como tematicamente.

As categorias apresentadas são também acompanhadas por seus específicos pictogramas utilizados como estratégia de sinalização e divulgação dos empreendimentos no estado paulista. Embora eles não sejam oficialmente padronizados pelo poder público, como é de costume nas sinalizações turísticas, é interessante observar a diversidade de elementos que compõem esses pictogramas. Eles nos trazem uma dimensão da grande variedade de iniciativas que compõem as categorias de Turismo Rural. Como exemplo, podemos observar as imagens abaixo:



Área rural para eventos



Agroturismo e Agroindústria artesanal

Fonte: *Diagnostico de Turismo Rural em Brasil – um concepto em construcción.* (IICA, 2009)

Vemos que há uma grande diferença entre os pictogramas apresentados. Enquanto na categoria *Área rural para eventos*, os elementos remetem a uma idéia de uso dos espaços rurais para atividades e eventos esporádicos, provavelmente provenientes de iniciativas de indivíduos ou grupo de indivíduos tipicamente urbanos (por exemplo, festas e confraternizações de empresas, atividades lúdicas, reuniões familiares ou de negócios, etc), na categoria *Agroturismo e Agroindústria artesanal* as figuras trazem uma idéia de "produção local", de estratégias de famílias ou agrupamentos rurais que extrapolam a atividade primária e buscam outras atividades para diversificar a aquisição de renda. É um exemplo de duas atividades bastante distintas que vem sendo tratadas de maneira semelhante, e sob a mesma denominação.

A publicação do IICA, após uma série de sistematizações quantitativas a respeito do turismo rural em São Paulo e da apresentação das estruturas de apoio público a essas iniciativas, traz algumas considerações que também são relevantes para a discussão proposta neste artigo. O trecho abaixo ilustra o que estamos dizendo a respeito da imprecisão conceitual:

> *"Existe un gran vacio conceptual y la falta de homologación de los criterios, parámetros y conceptos alrededor de la categoría turismo rural no permite el desarrollo de acciones e intervenciones eficientes y efectivas en los distintos niveles: federal, estatal y municipal por lo que se dificulta el desarrollo del Turismo Rural."* (IICA, 2009:44)

Essa noção de "vazio conceitual" é presente também no meio acadêmico, e motiva trabalhos que discutem a esse respeito. Luiz Carlos Bricalli (2005) trata a idéia de Turismo Rural como um fenômeno resultante das transformações ocorridas na relação urbano-rural,

em função de um intenso processo de construção de novos significados e arranjos sociais no campo, O autor também faz uma descrição dos diferentes tipos de turismo no campo, mostrando que algumas "modalidades" podem ser realizadas e coexistirem independentemente dos ambientes rurais, sendo assim, atividades não exclusivas ao campo. Desta forma, ele reforça a idéia de que apenas atrações que guardem relação estreita com o ambiente rural podem ser abarcadas dentro da definição de Turismo Rural. Desse modo, Bricalli caminha para uma definição de critérios que visam delimitar o que é Turismo Rural. Segundo Zarga (2001 *apud* BRICALLI, 2005) os quatro critérios elegidos como principais seriam: que a atividade se realize no mundo rural, que exista uma oferta integrada de recursos e atividades turísticas rurais, que existam relações entre os participantes e o entorno autóctone, e que se produza uma inter-relação com a sociedade local.

O autor ressalta que os critérios utilizados ao se estudar os empreendimentos não podem ser apontados de forma causal e arbitrária e devem reconhecer a construção ou desconstrução de significados. Ele faz uso do método de categorização para interpretar os empreendimentos turísticos como novas transformações no campo e retoma o debate histórico trazidos por outros autores que se aventuraram pela interpretação da configuração social rural a partir da classificação em categorias. Segundo Bricalli (2005) mesmo adotando tipologias semelhantes, as pesquisas podem encontrar diferentes caminhos para o tratamento dos critérios observados.

O trabalho de Rodrigues (2000) nos traz outra explanação bastante pormenorizada das dificuldades de se elaborar uma tipologia para o Turismo Rural no Brasil. A autora, evitando os critérios de classificação importados das análises do Turismo Rural europeu, faz um esforço de construção metodológica que parte do que ela denomina "fatores fundamentais". Estes fatores auxiliam a identificação das diferentes características e peculiaridades que compõem as iniciativas de turismo rural. Os fatores são: *a) processo histórico de ocupação territorial; b) a estrutura fundiária; c) características paisagísticas regionais; d) estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas; e) atividades econômicas atuais; f) características da demanda; g) tipos de empreendimentos.*

Com base na metodologia proposta, Rodrigues nos mostra as diferenças existentes entre os tipos de turismo rural, que a autora define como *lazer e turismo peri-urbano*, *lazer e turismo urbano de cunho rural*, e *turismo rural propriamente dito*. Cada categoria proposta é composta também por outras subcategorias. De todo modo, para o nosso

enfoque é interessante salientar os diferentes graus de relação urbano-rural, que, por sua vez, conformam tipos distintos de empreendimentos turísticos.

Quando a presença de grupos sociais provenientes do urbano é mais marcante e promove uma representação de seus valores com mais ênfase, as características do turismo praticado assumem contornos próximos de um modo de vida tipicamente urbano, inclusive nos serviços ofertados. É o caso do turismo peri-urbano. No outro extremo, quando a composição social do contexto rural é predominantemente marcada por grupos tradicionais vinculados historicamente à atividade agrícola e as manifestações culturais do campo, a formação do turismo é mais voltada a esses elementos da tradição e do modo de vida "caipira", tomando como exemplo a denominação usual no estado de São Paulo. Trata-se do turismo rural propriamente dito.

Porém, o que é mais interessante na análise da autora, é a emergência das iniciativas de turismo urbano de cunho rural, categoria que a autora trata como em "franca expansão". Esse tipo de turismo rural engloba os empreendimentos que buscam valorizar os componentes dos espaços rurais, no sentido de "*resgatar as tradições rurais que foram obliteradas com a cultura urbana"* (RODRIGUES, 2000:58). Trata-se de um movimento da cidade para o campo. Refere-se, e está profundamente relacionado, a uma transformação no modo compreensão do rural pelo urbano. Anteriormente visto como espaço de produção de alimentos, o rural passa a ser encarado como o lugar das possibilidades de lazer, de contato e interação com a natureza, de desfrute das amenidades rurais, entre outros elementos que compõem a noção de multifuncionalidade e ruralidade contemporânea. O que é importante destacar aqui é a transformação das relações entre os diferentes atores sociais que compõem a relação urbano-rural, implicando na mudança em diferentes fenômenos no mundo rural, dentre eles a atividade turística.

Nessa perspectiva a confluência urbano-rural, acirrada nas últimas décadas, vem configurando ao campo outros papéis que nem sempre lhe foram característicos e tradicionais. Portanto, *é importante perceber que os interesses e os projetos particulares não se originam exclusivamente da área rural. Certas concepções a respeito do meio rural podem também ser gestadas no meio urbano e reivindicadas por grupos citadinos"* (WANDERLEY, 2000:14).

Para concluir o debate sobre a imprecisão do termo Turismo Rural, recorreremos a algumas breves observações sobre o documento *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*, publicado pelo Ministério do Turismo (MTur) em 2003. Visto toda a discussão apresentada até aqui, não surpreende o fato de este documento dialogar

exatamente a respeito do problema da indefinição conceitual. Enquanto no meio acadêmico a indefinição aparece como elemento que estimula o debate e o enfrentamento de idéias, no âmbito das políticas públicas a não delimitação de um conceito pode acarretar em muitos problemas, principalmente no que concerne aos objetivos e público-alvo ou beneficiário da política pública.

Estimulado pelo crescimento do Turismo Rural no Brasil, o MTur se esforça na delimitação e na padronização do conceito de Turismo Rural, considerando-o como o "*conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade"*(2003:7).

Ressaltamos, porém, que embora o esforço de refinamento conceitual tenha sido empreendido pelo poder público, no anseio de elaborar políticas públicas para o segmento, não é tarefa simples identificar os atores e relações sociais que conformam o Turismo Rural, sendo relevantes as análises sobre temas que são pertinentes ao caso, como a pluriatividade e a multifuncionalidade, no sentido de compreender o complexo relacional existente entre o urbano e o rural.

De todo modo, o documento do MTur nos traz uma boa perspectiva para a seqüência das análises, uma vez que estabelece em sua *Diretriz 1* sobre *Ordenamento,* a necessidade de fortalecer os estudos sobre o tema, de modo a melhor embasar e orientar as ações e os investimentos, públicos ou privados, para o Turismo Rural

Considerações finais

A proposta de analisar o conceito de Turismo Rural pela mesma ótica que os debates sobre pluriatividade vem discutindo os fenômenos sociais no meio rural se mostra uma alternativa bastante pertinente por dois fatores principais, que apresentaremos a seguir, juntamente com algumas considerações que são relevantes ao debate realizado neste artigo.

Primeiramente, tal abordagem nos permite uma análise a respeito da disputa conceitual e da apropriação da terminologia pelos diferentes interesses que conformam o contexto rural atualmente. Entendemos que observar este tipo de embate semântico é uma estratégia para mapear quais é a trajetória que uma idéia segue, como segue, e porque segue. Conforme demonstrado, assim como a idéia de pluriatividade, o termo Turismo Rural, também é alvo de um processo de disputa ideológica entre grupos que o entendem de maneira diversa a prestação deste serviço, bem como a noção de rural, propriamente

dita. São esses grupos, imbuídos de símbolos e valores das mais variadas matizes, quem vem dando novos contornos aos contextos rurais atualmente, com destaque especial para a influência urbana e para a perspectiva da multifuncionalidade.

O segundo argumento que importante a respeito da proposta ora empreendida, trata especificamente sobre o processo de refinamento e delimitação conceitual. Mostramos nas sessões acima que os conceitos de pluriatividade e de Turismo Rural, ainda carecem de maior precisão. Apontamos também que a abordagem descrita no parágrafo anterior pode ser uma boa estratégia para se caminhar nesse sentido. Demonstramos os problemas que tais imprecisões podem acarretar no âmbito da elaboração de políticas públicas, como no caso das políticas do MTur. Entretanto, algumas ressalvas hão que ser feitas.

Exigir a instrumentalização, ou a sistematização pormenorizada de critérios, de um conceito pode acabar implicando em um desgaste inapropriado da própria idéia. O papel de uma categoria, tal como pluriatividade e Turismo Rural, deve ser compreendido como espectro analítico e não como um conceito descritivo que deve possibilitar a visualização ou aplicação "perfeita" na observação empírica. Em outras palavras, restringir um conceito a uma definição tácita ou instrumental pode tirar sua capacidade interpretativa e reflexiva.

Referências Bibliográficas

ANJOS, F. S. *Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas.* Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 17, outubro, 2001.

BRICALLI, L. C. *Construcción de tipologias para el turismo em áreas rurales.* Estúdios y Perspectivas em Turismo. Volumen 14. pp. 263 – 277, 2005

CARNEIRO, M. J. *Ruralidade: novas identidades em construção.* Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998.

CARNEIRO, M. J. *Pluriatividade na agricultura familiar*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 12, n. 19, p. 176-185, 2002.

CARNEIRO, M. J. *Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica.* In: SCHNEIDER, Sergio *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003

DUBY, Georges. Quelques notes pour une histoire de la sensibilité au paysage. Études Rurales, (121/124):11-14, 1991

FULLER, A. M. *Part-time farming and farm family: a note for future research.* Sociologia Ruralis, 23 (1): 5-9, Neatherlands, 1983

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro.* In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 34., 1996, Aracaju. **Anais.** Aracaju, v.1, p. 71/90, 1996.

IICA, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. *Diagnostico de Turismo Rural em Brasil – um concepto em construcción*, 2009

MINISTERIO DO TURISMO. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*, 2003

MARSDEN, T. et alii. *Constructing the countryside*. London, UCL, 1993. 220 p. (Restructuring rural Areas 1).

RODRIGUES, A. B. *Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia.* In: Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. (Org.) Bauru, SP: EDUSC, 2000

SCHNEIDER, S *A pluriatividade na agricultura familiar*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003

SCHNEIDER, S. (Coord.). *A diversidade da agricultura familiar.* Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.

SCHNEIDER, S. *Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento.* Campo.Território, v. 4, p. 24--62, 2009.

SILVEIRA, C; BOCAYUVA, C; ZAPATA, T. *Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos*. In: *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção.* SPINK, P, BAVA, S. C. e PAULICS, V. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania FGV-EAESP, (2002

VAZ, J. C.; FRANÇA, C; SILVA, I. *Do experimentalismo difuso a uma política nacional de desenvolvimento local: uma abordagem introdutória.* In: Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local. 2ª edição. São Paulo, instituto Polis, 2002.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

ZARGA, E. G. *Turismo rural en Castilla y León. Análisis, problemática y perspectivas.* Em; Oliveira et al. (Org.) Congresso Brasileiro de Turismo Rural> Turismo no Espaço Rural Brasileiro, Piracicaba, pp. 3 – 54, 2001

WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo.* Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n 15, pp. 87-145, 2000

Notas

[1] Obviamente, estas relações possuem caráter muito mais complexo e, por essa razão, necessitaram de um esforço analítico muito mais expressivo do que o espaço deste artigo comporta. O importante é deixar claro que está é uma aproximação ao debate entre pluriatividade e turismo rural, que com certeza pode gerar frutos para novas pesquisas.

[2] O termo *experimentalismo difuso* tem origem no trabalho "Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos" de SILVEIRA, Caio; BOCAYUVA, Cunca e ZAPATA, Tânia (2002)

[3] Ver o trabalho de José Eli da Veiga (2002).

MUITO RASTRO PARA POUCO PASTO: o agrohidronegócio e a desterritorialização de camponeses na microrregião de Catalão (GO).

Helen Cássia Reinaldo - Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Integrante do grupo de pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM). helen.ufg@hotmail.com

Helena Angélica de Mesquita - Professora titular do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Coordenadora do grupo de pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) helena@wgo.com.br

GT1: "Ruralidades e Meio Ambiente"

RESUMO: O presente trabalho é uma exposição preliminar da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. A temática aqui proposta parte de vários projetos e publicações, que foram desenvolvidos por professores e estudantes vinculados ao GETeM – Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, que desde 2002 tem se preocupado com os efeitos sociais e ambientais da implantação do agrohidronegócio , na região sudeste do estado de Goiás. As áreas de Cerrado goiano apartir (19)70 vêm sofrendo um processo contínuo e intenso de transformações produzidas pelo Agronegócio. No município de Catalão, as mudanças no campo produziram uma conformação da agricultura moderna nos topos de chapada por apresentarem as condições adequadas para o uso de maquinários (colheitadeiras, tratores de grande porte, etc) e os fundos de vale foram destinados a agricultura camponesa baseada no policultivo e no trabalho predominantemente familiar. Posteriormente, o avanço do modelo energético brasileiro eminentemente hidráulico, baseado na construção de barragens, (como por exemplo a Usina Hidrelétrica Serra do Facão, no rio São Marcos) tem causado drásticas modificações ambientais, sociais, econômicas e culturais para as populações direta ou indiretamente atingidas. Objetivando discutir estas questões a pesquisa procurará compreender as transformações sócio - espaciais ocorridas no sudeste

goiano, sobretudo na microrregião de Catalão (GO), através da ocupação das chapadas pelo processo de modernização da agricultura e posteriormente pela exploração dos mananciais aqüíferos.

INTRODUÇÃO

A ampliação da produção agrícola e do produtivismo, intrínseco ao atual padrão de desenvolvimento do país, não tem se preocupado com os efeitos sobre o ambiente e menos ainda sobre os trabalhadores seguindo um tipo de modernização que potencializa a produção e circulação de alimentos, mas não amplia suficientemente a oferta dos mesmos e não consegue barateá-los, apesar da grande eficiência produtiva e comercial. Com isso aprofundam-se as desigualdades sociais no campo e na cidade, enquanto o desemprego, o subemprego e os salários aviltantes tiram do trabalhador a possibilidade de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade desejável. Assim, está posta a contradição peculiar do modelo de desenvolvimentismo, que, de um lado, devassa os salários, e, do outro, gera impactos ambientais cujas implicações ainda não estão sendo devidamente avaliadas e contabilizadas, pois só serão avaliadas quando começarem a comprometer os lucros do setor (MESQUITA, 1993).

Corroborando com essa situação, o avanço do atual modelo energético brasileiro, unimodal, dependente das hidrelétricas, potencializa ainda mais a devastação sobre as áreas cerradeiras, pois a construção de barragens para fins de geração de energia elétrica cria ambientes artificiais, alterando drasticamente a qualidade hídrica, físico-química e biológica, dos mananciais de água alem disso os solos submersos, tornam-se inúteis para qualquer atividade, inclusive, para reduzir o Aquecimento Global, pois os solos vivos são altamente absorvedores de calor e por outro lado, os grandes espelhos d'água funcionam exatamente ao contrário, refletem o calor e os raios solares contribuindo para agravar o problema.. Objetivando discutir estas questões a pesquisa procurará compreender no âmbito da disputa dos territórios as transformações sócio - espaciais ocorridas no sudeste goiano, especialmente na microrregião de Catalão (GO), através da ocupação das chapadas pelo processo de modernização da agricultura e posteriormente pela exploração dos mananciais aqüíferos.

Para isso fez-se um levantamento bibliográfico acerca do modelo energético brasileiro, campesinato e território, bem como utilizou-se também de conceitos elaborados

em dissertações e teses que investigam a realidade regional, entre elas: Mesquita (1993), Ferreira (2003), Mendonça (2004), Mendes (2005), etc. Em seguida foi realizada visitas à campo onde se teve oportunidade de ouvir diversos sujeitos sociais (camponeses, latifundiários, atingidos por projetos hidrelétricos) enfim boa parte daqueles que de uma forma ou de outra estão envolvidos nessa discussão.

A Revolução Verde e a modernização da agricultura na microrregião de Catalão (GO)

A partir da década de 1950, os Estados Unidos e a ONU (Organização das Nações Unidas) incentivaram a criação de mudanças na estrutura fundiária e nas técnicas agrícolas em vários países considerados subdesenvolvidos. Um conjunto das mudanças na produção agropecuária proposto teoricamente para resolver o problema da fome mundial, ficou conhecido como Revolução Verde, que consistia na modernização das práticas agrícolas (utilização de adubos químicos, inseticidas, herbicidas, sementes melhoradas) e na mecanização do preparo do solo vizando aumento da produção e de produtividade. Com tal objetivo os EUA ofereceram financiamentos para a importação dos insumos como maquinaria e capacitação profissional. Em contrapartida os governantes dos países "favorecidos" passaram a promover pesquisa e propaganda e a fornecer créditos subsidiados. A esse respeito Ehlers (1999) diz:

> Tinha início uma nova fase da história da agricultura, a *Segunda Revolução Agrícola,* que consolidou o padrão produtivo *químico, motomecânico e genético*, praticado nos últimos sessenta anos. Esse padrão, posteriormente denominado "agricultura convencional", intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial culminando, na década de 1970, com a chamada *Revolução Verde.* Nos anos 70, a *Revolução Verde* espalhou-se por vários países difundindo os princípios da agricultura que já se tornaram convencional, no Primeiro Mundo, e a euforia das grandes safras. No entanto, logo surgiriam preocupações relacionadas tanto aos problemas socioeconômicos quanto ambientais provocados por esse padrão. Dentre os problemas ambientais, a destruição das florestas, a erosão e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos tornaram-se conseqüências quase inerentes à produção agrícola. Esse processo repetiu-se também no Brasil, onde foi implantado um amplo parque industrial de insumos agrícolas, apoiado pelo governo por intermédio da ampliação do crédito. Se, por um lado, a "modernização" da agricultura brasileira aumentou a produtividade das culturas direcionadas ao mercado externo, por outro, além de provocar danos ambientais, ampliou a concentração de terras e de riquezas e aumentou o desemprego e o assalariamento sazonal, provocando intensos processos migratórios para os centros urbanos mais industrializados. (EHLERS, 1999. p. 45-46).

Portanto, a Revolução Verde, favorecia a produção para exportação e alterava as relações sociais de produção, consubstanciando-se na modernização conservadora da agricultura, sem, contudo, alterar a histórica concentração fundiária e minimizar a exclusão social. A adoção das inovações técnicas e tecnológicas, dentre elas a mecanização e a biotecnologia, significaram a expansão das culturas de grãos, com destaque para a soja, nas áreas de Cerrado, que apresentam terras planas, disponibilidade de recursos hídricos e infra-estrutura e logística adequadas para facilitar o escoamento da produção, dentre outras vantagens. Esses fatores, associados às políticas creditícias e fiscais do Estado fizeram dessa região o "celeiro" agrícola do país (MENDONÇA, 2004). A foto 01 mostra uma área de desmatada para o plantio de soja, localizada no distrito de Santo Antônio do Verde, município de Catalão (GO).



FOTO 01: Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, município de Catalão (GO) - área de desmatada para o plantio de soja. Autora: GARCINDO, L. Data: Setembro/2008

Pela foto 02 pode se observar que a exploração sem critérios de novas áreas até então intactas, tem provocado a erradicação de espécies animais e vegetais. O processo de homogeneização da paisagem, causado pelas extensas monoculturas, em substituição à heterogeneidade natural dos Cerrados, ou seja, a implantação dos grandes pacotes tecnológicos extingue, a cada ano, milhares de espécies com alto potencial nutritivo,

sustentador do ecossistema (MESQUITA, 1993). Isso sem citar o potencial medicinal de uma flora riquíssima, ainda praticamente desconhecida. A foto 02 mostra uma monocultura de soja no município de Davinópolis (GO).



FOTO 02: Município de Davinópolis (GO) - monocultura de soja. Autora: REINALDO, H. C. Data: Fevereiro /2011

O cultivo de espécie vegetal única como se vê na foto 03, favorece o desenvolvimento de espécies invasoras, ameaça a biodiversidade, enfim tal processo ocasiona uma fragilidade ambiental, econômica e social ao meio. Para Gliessman (2000)

> A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química. (GLIESSMAN 2000, p.35)

.

Ou seja, a preocupação centraliza-se nas altas de lucros, ignorando os efeitos negativos de todo esse processo. Somando-se a essa problemática, o avanço do atual modelo energético brasileiro eminentemente hidráulico, baseado na construção de usinas hidrelétricas, tem

causado imensuráveis impactos ambientais[1], bem como desterrritorialização de milhares de camponeses.

O Hidronegócio na microrregião de Catalão (GO)

A forma específica de inserção dos países em desenvolvimento, sobretudo, do Brasil, no regime de produção capitalista se faz através do atendimento à demanda crescente das economias centrais pela exploração das fontes de recursos naturais e/ou exportação de produtos intermediários de baixo valor agregado, mas de alto consumo energético. Essa dinâmica manifestada pelo perfil de desenvolvimento brasileiro supõe a acentuação das desigualdades relativas à distribuição das vantagens econômicas, impactos e riscos ambientais decorrentes dessa modalidade de organização do capital. Nesse sentido, a polarização da riqueza se edifica através das injustiças sócio-ambientais e ao acirramento dos conflitos resultantes. A construção do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão no rio São Marcos, (foto 03) se insere nesse contexto, ilustrando os efeitos produzidos pela nova configuração do capitalismo mundial e suas implicações nos territórios.



FOTO 03: Canteiro de obras da hidrelétrica Serra do Facão. Autora: REINALDO, H. C. Data: Outubro/ 2009.

[1] O termo impacto ambiental é definido pela resolução 001/86 do conselho Nacional de meio ambiente (CONAMA) como "qualquer alteração das propriedades fisicas, quimicas e biologicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais" (REBOUÇAS, 2000 p.17)

Os efeitos de empreendimento hidrelétrico Serra do Facão começou com o planejamento e anúncio da obra, acelerou-se durante a sua construção e, certamente prolongará por gerações. Em contrapartida para os discursos formados pelo Estado e pela empresa empreendedora, os malefícios são demandas menores perante a necessidade da produção de energia para subsidiar o crescimento nacional ou de corporações estrangeiras. Ignora-se as conseqüências advindas da inundação de vastas áreas, e da remoção compulsória de comunidades inteiras, o que cria conflitos, gera inseguranças e desestruturações nas relações sociais, comunitárias e nas estruturas familiares. Segundo Rebouças (2000):

> [...] mesmo que, tradicionalmente a mobilidade e a expropriação constituam parte do universo de experiências acumuladas pelos povos do campo, os processos que resultam da política energética, contudo, possuem características próprias, com ritmo e dinâmica associados no andamento da construção da usina e a subida das águas pelo barramento dos rios. A compulsoriedade significa a irremediável liberação das áreas a serem alagadas. Não existem, portanto qualquer possibilidade de permanência na beira dos rios, ou de recusa de abandono das residências, fato que torna o deslocamento irreversível. (REBOUÇAS, 2000 p. 27)

Corroborando com essa análise, Santos (1998) destaca as conseqüências da expulsão dos moradores de suas áreas de origem.

> Há tendência à “desculturalização” da área, na medida em que a substituição das pessoas, alteração dos equilíbrios sociais de poder a introdução de novas formas de fazer... Para os que saem, a situação é mais dramática porque são deslocados de uma posição social, política ou empregatícia cuja estabilidade se criou através do tempo (e até mesmo por herança) e cuja existência tinha uma certa comunhão com as condições da área á qual estavam intimamente ligados e de onde se vêem, de uma hora para outra, obrigados a um êxodo que os põe diante de um novo espaço, uma nova economia, uma nova sociedade, onde vão ter grande dificuldade para desempenhar um papel novo. (SANTOS, 1988 p. 46)

A construção de barragens em áreas de Cerrado evidencia os territórios em disputa (trabalhadores/camponeses, movimentos sociais e capital barrageiro), provocada pela ação do capital transnacional, escudado nas políticas estatais que mascaram as conseqüências ambientais e sociais e a opção pelo modelo energético (MESQUISTA 2005).

Ou seja, os camponeses que conseguiram permanecer na terra durante o processo de modernização da agricultura agora se vêm diante de uma nova forma de expropriação que vem incorporando às áreas de cerrado, o hidronegócio. Para Tomás Júnior (2009) a

monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital.

A foto 04 mostra o rio São Marcos após o barramento pela hidrelétrica Serra do Facão, o que antes era considerado um dos mais importantes cursos d' água do Cerrado brasileiro, se transforma em um leito seco, atualmente o nível das águas é regulado pelas comportas da hidrelétrica, o que altera totalmente o seu regime natural.



FOTO 4 : Comunidade Bacuri no município de Davinópolis (GO): Leito do Rio São Marcos, após o barramento das águas pelo AHE Serra do Facão: Autora: REINALDO. M. A. Data: novembro/2009

Os moradores dessa comunidade conhecida como "Bacuri" ficaram assustados, e se declaravam perplexos diante do que estavam vendo, eles não tiveram as suas propriedades atingidas pelo barramento, contudo também estão sofrendo inúmeras conseqüências, assim podemos concluir que a área atingida por um reservatório hidrelétrico, vai muito além da área alagada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, concluímos que a ocupação pela agropecuária e seus cultivos, mormente as monoculturas, sem o acatamento de estudos dos impactos que advirão, tem sido a maior responsável pela destruição sistemática do Cerrado, um bioma de características ímpares, concentrador de uma das biodiversidades mais expressivas do planeta, cumeeira das principais bacias hidrográficas brasileiras, estendendo-se por cerca de dois milhões de quilômetros quadrados. No decorrer das ultimas décadas muitos fatores contribuíram para a ocupação de forma intensiva das áreas de Cerrado, dentre esses a transferência da capital federal para o centro do país e a construção de estradas como a Belém-Brasília, e mais notadamente os programas de desenvolvimento regional, como o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado), idealizado em 1974. Os anos de 1974 a 1977 foram de entendimentos, acordos e amadurecimento do projeto, para então em 1978 efetivar às atividades no Cerrado, local que até então era considerado impróprio para a agricultura. No transcurso desse processo ocorreu o desmatamento e a queima da madeira derrubada para a produção de carvão.

Mais recentemente, além do avanço da fronteira agrícola, a construção de usinas hidrelétricas tem preocupado muitos estudiosos, ambientalistas, camponeses e populações tradicionais, tanto pelo alagamento de extensas áreas de Cerrado férteis (os vales) e o conseqüente desterro de milhares de famílias, quanto pela súbita alteração do ambiente marginal dos rios. Os rios deixam de serem rios e se transformam em imensos lagos poluídos pela mudança radical do ambiente, ou seja, o agrohidronegocio devora as pequenas glebas, cujos proprietários, em muitos casos, vêem-se impedidos de se manterem como produtores, desaparecendo junto com suas propriedades; as comunidades são desarticuladas, alterando modos de vida, impelindo homens e mulheres rumo às periferias urbanas, ocasionando aí mais um desequilíbrio, desta feita na relação de oferta e demanda por uma vida com o mínimo de dignidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Caminhos antigos e povoamento do Brasi***l*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988

ALENCAR, M. A. G. **Estrutura fundiária em Goiás***:* Goiânia: UCG, 1993.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997 a. p. 17-26.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasi**l. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BERTRAN, P. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Codeplan/UCG, 1988.

BRAGA, A. L. e OLIVEIRA, J. C. **Identificação e quantificação de áreas irrigadas por pivô central utilizando imagens CCD/CBERS**. XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Goiânia. 16-21 abril 2005. **Anais.** Disponível em <http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.19.16.25/doc/849.pdf> Acessado em dezembro de 2010

CAMPOS, F. I. Goiás, formas de ocupação: "... uma população sem terra, numa terra despovoada..." In: **Revista Sociedade e Cultura,** Goiânia, Nº01, VOL. 01, 71-80p. 1998.

CHAVES, M. R. A Geografia do Cerrado. In: **Espaço em Revista / Campus Avançado de Catalão, Curso de Geografia**. Catalão: UFG. 1996. p. 81-95.

COUTINHO, L. M. O conceito de Bioma. **Acta Botanica Brasilica**. v. 20 nº. 1. São Paulo. Jan./Mar. 2006. Pag. 13-26.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed. rev.atual. Guaíba: Agropecuária, 1999. p..45-46).

FERREIRA. I. M. **O afogar das Veredas:** uma análise comparativa espacial e temporal das
Veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2003.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face ás políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 344 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GONÇALVES, C. W. P. **Território Territórios.** Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEO – UFF/AGB - Niterói. Niterói. 2002. 284 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo. Pioneira, 1973.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Experiências agroecológicas no Cerrado em Goiás: o cultivo de sementes crioulas como estratégia de reprodução camponesa. In: EREGEO. ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, X, 2007, Catalão. **Anais:** Catalão: UFG/CAC/ Departamento de geografia, 2007.1CD-ROM.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura**. Um caso em Catalão - Goiás**.** (Dissertação de Mestrado). Goiânia: ICHL/UFG, 1993.

_____. As Barragens para Aproveitamento Hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. **Revista UFG**. Ano 07, nº 1. Goiânia, Jun. 2005.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais em Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____ **Barbárie e Modernidade:** As transformações no campo e no agronegócio no Brasil. In: Terra Livre. São Paulo. 1986

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido:** o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema, São Paulo, Fapesp/AnnaBlume, 2000, 193 pp.

RIBEIRO, J. F. e WALTER, B.M.T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA/CEPAC, 1998. 556 p.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SHIKI, S. (1997). Sistema agroalimentar no Cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SILVA, J. G.; SHIKI, S.; ORTEGA, A. C. (orgs) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro**. Uberlândia, UFU, 372 p.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

Sites visitados:
www.emdianews.com.br, acesso em 14 de Junho de 2010
http://www.adital.com.br/, acesso em 14 de Junho de 2010
www.agrofava.com.br, acesso em 10 de Junho de 2010

TERRITÓRIO E NOVAS ARENAS DE PODER NO RURAL PAULISTA: UM ESTUDO DE CASO

Tainá Reis / Universidade Federal de São Carlos
tainareisz@gmail.com
GT1 – Ruralidades e Meio ambiente

Resumo

O objetivo da pesquisa foi interpretar a construção social do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) do município de São Manuel, identificando as instituições, os grupos e os agentes sociais envolvidos em sua formação. A partir do debate acerca das novas ruralidades e do desenvolvimento territorial para o espaço rural, o trabalhou teve como hipótese norteadora da pesquisa que os Conselhos de Desenvolvimento Rural podem ser instrumentalizados por estruturas locais de dominação. Para colocar a hipótese a prova o procedimento metodológico usado foi: pesquisa bibliográfica entorno da temática das novas ruralidades, da territorialidade e do desenvolvimento rural; pesquisa documental a partir das atas de reunião do CMDR – São Manuel e pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas com membros e ex-membros do Conselho em questão. Em conclusão, o trabalho aponta que, para além da instrumentalização por estruturas locais de dominação, o Conselho se mostra como o que Weber chamou de complexo de estruturas de dominação, em que a legitimidade se estabelece tanto pela crença na legalidade (normas estatutárias) quanto pela confiança pessoal nos agentes. Veio à luz também outro dado empírico, que colocou em questão a própria percepção local de "desenvolvimento rural", uma vez que os atores sociais envolvidos na esfera descentralizada de desenvolvimento rural – o CMDR, mantêm uma percepção setorial de tal instituição.

Introdução

À luz da temática acerca das novas ruralidades e do novo rural brasileiro (WANDERLEY, 2001, SILVA e CAMPANHOLA, 2000) seguiu-se o debate sobre o desenvolvimento rural (FAVARETO, 2007, SCHNEIDER, 2004). Uma vez que o rural não se caracterizava como um espaço essencialmente agrícola, as políticas voltadas para seu desenvolvimento também não deveriam restringir-se à lógica setorial. Ganha reconhecimento político a necessidade de integração dos processos de desenvolvimento nacional e macrorregional por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles associados ou não às atividades agrícolas. A partir daí surgem os Conselhos de Desenvolvimento Rural, como nova forma de institucionalidade das políticas publicas para o desenvolvimento rural. Vêm na via das políticas públicas focadas para a territorialização e, conforme Bonnal e Maluf (2009), demonstram "preocupações com questões de eqüidade social e sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que são portadoras de "novos" temas ou novos olhares sobre a atividade agrícola e o mundo rural" (p.213). Para Abramovay (2003) o Conselho tem a missão de cessar a crença fatalista de que desenvolvimento e rural são idéias opostas, suplantando então a dicotomia rural atrasado-urbano moderno.

Tal estrutura descentralizada de governança territorial se relaciona diretamente com a Casa da Agricultura municipal, que é atrelada à CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), órgão de extensão rural do governo do estado de São Paulo. Desde aí já se pode questionar a superação do enfoque setorial, uma vez que o Conselho era diretamente relacionado à Casa da Agricultura. Para lançar uma leitura crítica sobre esse processo é possível afirmar que apesar de os Conselhos, no plano formal, contribuírem para o diálogo entre diferentes grupos sociais sobre novas ruralidades e descentralização da gestão do território, na prática, podem ser instrumentalizados por estruturas locais de dominação, uma vez que "a democracia formal presente na composição destas modalidades de instancias de gestão não pode resistir às relações de poder fixadas nos territórios" (MARTINS, 2006, p.289).

Conforme Martins (2005), o modelo de gestão territorial se relaciona diretamente com as estruturas locais de dominação, por isso é necessário levar em consideração quando se discute a lógica dos conselhos o tensionamento típico das relações de poder que estão erigidas na prática clientelista. Não se pode pensar descentralização sem levar em consideração as relações de poder que estão fixadas no território. Tais relações

representam não um empecilho para a aplicação das políticas de caráter territorial, mas sim uma realidade da formação histórica que configura um tipo de espaço social, com determinadas práticas sócio-políticas. É justamente neste embate entre as expectativas formais de funcionalidade destas instâncias descentralizadas de governança territorial e a reprodução das relações locais de poder que se situa a problemática deste trabalho. O texto a seguir busca discutir, a partir do estudo de caso realizado no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de São Manuel, o estatuto da dominação nesse espaço, que se mantém atrelado à lógica setorial.

1. Do setorial ao territorial

O debate da sociologia rural por muito tempo se restringiu à dicotomia rural-urbano, em que o rural se caracterizaria pelo atraso e o urbano por sua modernidade. No Brasil, o trabalho de Wanderley (2000) se destacou por ter conseguido abarcar significativamente as discussões européias sobre as diferentes perspectivas acerca da dicotomia rural-urbano, contribuindo para um debate nacional sobre o tema. Para a autora a modernização redefine as questões referentes à relação cidade/campo; parte da hipótese de que "o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a *emergência de uma nova ruralidade"* (p.89). Os autores europeus e norte-americanos sistematizados por Wanderley já apontavam para o novo papel que o meio rural passou a desempenhar, indo além da função exclusivamente agrícola e buscando atividades que apontavam para uma ressignificação de sua função social.

Dentre os estudos empíricos cruciais para a mudança da visão sobre o rural brasileiro, estão os empreendidos por José Eli da Veiga e José Graziano da Silva. O Projeto Rurbano, coordenado por Graziano da Silva, mostrou que no período de 1992 até 1997 houve uma redução de pessoas ocupadas com a agricultura e concomitante a tal fato aumentou o numero de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas; do total de 14,1 milhões de pessoas ocupadas do espaço rural, aproximadamente 04 milhões atuavam em atividades não-agrícolas. Assim, diferente dos anos 70, em que as principais atividades agropecuárias abandonaram a produção de subsistência para converterem-se em *commodities*, nos anos 90 as atividades não decorriam exclusivamente das demandas internas da cadeia produtiva, passaram a ganhar "impulso a partir de uma dinâmica que tem a ver com as demandas específicas de grupos

consumidores de média e alta renda dos grandes centros urbanos do país" (GRAZIANO DA SILVA, et al, p.42, 2002).

Veiga (2001) coloca que a tendência histórica do setor agropecuário ao declínio teve conseqüências espaciais que iam contra a crença da completa urbanização do espaço rural. Outra questão é que quanto maior a capacidade de diversificação da economia local, mais dinâmico será o futuro das regiões rurais. Com essa diversificação, o setor terciário se tornaria mais decisivo na dinamização da economia local que o próprio setor primário. De qualquer forma, o que se pode dizer é que nessa fase mais recente da globalização a ruralidade não terá apenas um, mas diversos destinos (VEIGA, 2004).

Então, assim como observado no levantamento bibliográfico internacional realizado por Wanderley (2000), os autores supracitados notaram que o espaço rural brasileiro não podia mais ser reduzido ao setor agrícola, pois suas características recentes extrapolariam o setor, surgiram variáveis como a demanda da população não-rural por áreas de lazer e/ou segunda residência, por exemplo. Tal fenômeno foi denominado como um "novo rural brasileiro" (GRAZIANO DA SILVA, et al, 2002).

Schneider (2004) aponta o esgotamento da abordagem regional e o questionamento da dinâmica setorial como os principais motivos que levaram à emergência de uma abordagem territorial para desenvolvimento rural. Pode-se dizer que a emergência de um novo referencial de políticas de desenvolvimento se deu por diversos fatores; um deles é a contestação do modelo de desenvolvimento vigente desde a década de 1930. O território ganha força em torno das décadas de 70 e 80, quando da criação de novos critérios de julgamento da definição de desenvolvimento. A tese central é a de que o território é, então, um espaço

> [...] cujos contornos são recortados por certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere, tanto aos aspectos físicos e às atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural da população local. É, precisamente, o fato de levar em conta a densidade social e cultural que atribui aos espaços locais os atributos de um território. [...] O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. Trata-se, neste caso, de perceber o território como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte (WANDERLEY, 2000, p.116-117).

Neste escopo, novas questões são formuladas no debate sobre desenvolvimento rural. De modo geral, sob o enfoque da literatura aqui tratada, um programa de desenvolvimento seria, então, a convergência das demandas e iniciativas locais e dos grandes projetos nacionais e supranacionais. Essa gama de novas atividades que podem revalorizar o meio rural, ou ressignificá-lo, não excluiria, por sua vez, a existência do agricultor. Este ator passa a ser parte integrante da dinâmica local, respondendo não à dinâmica produtivista, e sim às demandas locais. O território, em si, se constitui como a base da atividade agrícola. (WANDERLEY, 2000).

A abordagem territorial se tornou uma ferramenta para pensar o planejamento, então, o território seria como uma unidade de referência para as políticas públicas operarem mudanças no espaço rural (SCHNEIDER, 2004). O novo discurso sobre ruralidade e território, erigido nas últimas duas décadas, tomou a forma de consensos e orientações em diversas agências internacionais de apoio ao desenvolvimento e de financiamento, que por sua vez têm grande influência no desenvolvimento de políticas, principalmente nos países de capitalismo periférico (FAVARETO, 2007). Nesse mesmo período houve uma evolução tanto de orientações políticas, quanto acadêmicas, sobre a questão rural no Brasil. A política se reorientou e, neste campo, o território e não o setor passou a se constituir como base para a formulação de um projeto de desenvolvimento para o espaço rural.

1.1 A política de desenvolvimento para o novo rural

Para Abramovay (2003) a iniciativa de descentralização das políticas públicas de desenvolvimento rural é uma mostra de novas formas de institucionalidade das políticas públicas no Brasil, que têm grande potencial de transformação política. O movimento de descentralização muda estruturalmente a forma de atuação governamental, ampliando a ação dos governos locais na diminuição das desigualdades sociais, na criação de políticas públicas e no desenvolvimento das regiões. Conforme Graziano da Silva e Campanhola (2000) o processo de descentralização fortaleceu iniciativas locais, resultando na integração e na troca entre os diferentes setores de atividades e segmentos espaciais. Então, surgiriam “iniciativas de mobilização e de organização social no sentido de promover uma maior representação dos diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento” (p.64).

Um exemplo dessa iniciativa são os Conselhos de Desenvolvimento Rural. No estado de São Paulo, a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural está

diretamente relacionado com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH. Tal programa foi instituído pelo Decreto N° 27.329 de 03 de setembro de 1987, se configurando como um programa de governo que visava o manejo e conservação dos recursos naturais e a organização rural, tendo como unidade de planejamento e intervenção a microbacia hidrográfica. O Programa de Microbacias Hidrográficas surge no Brasil a partir da experiência européia da gestão descentralizada das águas. A partir dos anos 80, contando também com a experiência de projetos de manejo de recursos naturais implantados no estado de São Paulo, se definiu a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento, intervenção e avaliação. Em 1994 o governo do Estado negociou com o Banco Mundial um empréstimo para financiar o PEMH. Para isso o próprio objetivo do Programa teve que ser redefinido. Se antes o objetivo era promover a conservação dos recursos naturais e a organização rural, o acordo com o Banco Mundial modificou o objetivo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. A partir deste momento diversas medidas que tinham a intenção de atender as condições de negociação colocadas pelo Banco Mundial foram tomadas pelo Governo do Estado, mais especificamente pela Secretaria da Agricultura (SÃO PAULO, 2010). Tal política para o meio rural se mostrou como um novo marco na abordagem das questões sócio-ambientais deste espaço.

O Estado assume neste processo de descentralização das políticas públicas um papel de facilitador na aplicação de tais políticas (GRAZIANO DA SILVA E CAMPANHOLA, 2000). Abramovay (2003) aponta vários problemas sobre a constituição destes conselhos e mesmo sobre seu funcionamento. Apesar disso, o autor acredita que os conselhos são a grande promessa para a constituição da participação da sociedade civil nos processo decisórios locais. Por outro lado, Martins (2006) destaca que apesar de a introdução da categoria território ser importante na construção de novas institucionalidades rurais e ambientais, as caracterizações históricas das formações sóciopolíticas das áreas rurais brasileiras são cruciais para a construção de estratégias que sejam de fato territoriais. O autor questiona a elasticidade da noção de território, trata-se de uma categoria analítica ou empírica? É um termo operacional para a ação institucional no âmbito das políticas publicas, ou representa um esforço no âmbito da teoria social?

Temas como o empoderamento, responsabilização, descentralização e participação, constituem uma agenda “repleta de boas intenções”, mas que muitas vezes

está distante das realidades nas quais se tenta implantá-la (FONSECA e BURSZTYN, 2009). Se para Abramovay (2003) uma vez que a sociedade civil participa dos processos decisórios, pode colocar em pauta nas esferas políticas as questões locais, corroborando para que as políticas para as áreas rurais não se restrinjam ao setor da agrícola, Martins (2009) mostrou que apesar de os Conselhos de Desenvolvimento Rural, no plano formal, contribuírem para o diálogo entre diferentes grupos sociais sobre novas ruralidades e descentralização da gestão do território, na prática, esses Conselhos mantêm um viés setorial.

2. Novas ruralidades e desenvolvimento territorial: do debate acadêmico à empiria

O estudo de caso aqui apresentado foi realizado no município de São Manuel, localizado na região centro-sul do Estado de São Paulo; limita-se ao norte com Igaraçu do Tietê, Barra Bonita e Mineiros do Tietê; ao sul com Pratânia; a leste com Botucatu e Dois Córregos e a oeste com Lençóis Paulista. A população é constituída por descendentes de imigrantes europeus, formadores de mão-de-obra na cafeicultura do início do século XX, e mais recentemente por migrantes de várias regiões do Brasil, atraídos pela indústria canavieira. Segundo o Censo (2004) a população geral é de 38.448 habitantes, sendo 2.465 na zona rural e 35.983 na zona urbana. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de São Manuel foi fundado em 1998, formado por um presidente, um vice-presidente, um secretário (que deveria ser, por exigência legal da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, um técnico da Casa da Agricultura) e membros da sociedade civil. A criação deste CMDR está diretamente relacionada com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH.

A metodologia pela qual se realizou a pesquisa é de base qualitativa. Na pesquisa bibliográfica, a partir da revisão de trabalhos e conceitos que contribuem para o estado da arte sobre o assunto, buscou-se aprimorar a compreensão das seguintes temáticas: novas ruralidades, desenvolvimento rural, território e governança territorial. No que concerne à pesquisa documental, foram lidas e sistematizadas todas as atas de reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de São Manuel desde sua criação em 1998 até 2008, o que compreendeu um total de quatro gestões, totalizando 28 reuniões. A pesquisa de campo contou com observação direta e assistemática, questionários, entrevistas semi-estruturadas e fotodocumentação. A composição do

universo amostral foi feita a partir da técnica amostragem de propósito, proposta por Patton (2002), ou seja, a partir da densidade informacional dos agentes sociais. Foram entrevistados os principais atores do CMDR de São Manuel, ou seja, aqueles com maior freqüência nas reuniões e que efetivamente participavam, por meio de propostas e discussões. Dentro deste perfil encaixaram-se 07 ex-membros do Conselho, sendo dois ex-presidentes, dois ex-secretários, dois ex-representantes da Cooperativa de Cafeicultores do município e um ex- representante dos agricultores.

2.1 Conselho, território e setor: a visão dos agentes

Uma caracterização geral dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Manuel mostra que as questões de gênero, geração e de formação profissional são marcantes na constituição do mesmo. Foi observado nas atas de reunião do Conselho que todos os membros são do sexo masculino, sendo que os entrevistados se encontravam na faixa etária entre 50 e 75 anos, com formação superior (com exceção de apenas um entrevistado, que não concluiu o curso de graduação) - a maioria graduada no curso de Engenharia Agronômica. Os entrevistados, no decorrer das entrevistas, expuseram a questão da formação setorializada como um "pressuposto" da participação no Conselho; isto é, para eles nada mais "natural" do que entender de agronomia para trabalhar com o meio rural.

Apesar de a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural estar inscrita no debate sobre o desenvolvimento territorial para o espaço rural, os principais atores participantes do CMDR-São Manuel no período estudado (1998-2008) tinham uma visão setorial do Conselho e do espaço rural. Nas atas observou-se que em todas as reuniões debatiam-se estratégias de melhoria do setor agropecuário, como, por exemplo, a criação de um entreposto de ovinocultura, ou a busca de melhores incentivos para os pequenos produtores; percebeu-se que os membros enxergam o Conselho como um órgão voltado para a melhoria das condições de produção agropecuária, algo que se confirmou posteriormente nas entrevistas com os principais atores de tal instância. Para os membros entrevistados o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem a função de ajudar o pequeno produtor que não consegue mais se inserir no mercado. Verificou-se já no trabalho documental desta pesquisa (análise das atas das reuniões) que muitas vezes os membros se referiam ao Conselho de Desenvolvimento Rural como Conselho Agrícola. Inclusive, um representante dos agricultores colocou como ponto

forte para o funcionamento do CMDR o fato de os membros serem pessoas ligadas ao segmento agropecuário.

Era também exigência da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento que o secretário do CMDR fosse um técnico da Casa da Agricultura que, necessariamente, contasse com formação superior ligada à agropecuária (engenheiro agrônomo, veterinário, zootecnista, etc.) Os ex-secretários foram indagados sobre o porquê de tal exigência e alegaram ser por conta do Programa de Microbacias, uma vez que tal programa foi vinculado às Casas de Agricultura dos municípios. Assim, mesmo nos marcos legais o setor agrícola já se fazia proeminente. Somados os relatos supracitados, atesta-se que a percepção do espaço rural para os principais atores envolvidos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Manuel mantém um viés setorial, atrelado a concepções tradicionais de agricultura; algo também observado nas atas das reuniões do mesmo.

2.2 Entre o formal e o informal da descentralização

Os membros do Conselho eram escolhidos por meio de indicação; ou seja, um membro que conhece outro o convida e assim por diante. No entanto, apenas o secretário do Conselho ou o presidente faziam a indicação. O primeiro secretário do Conselho, Sr. Luiz, principal responsável pela indicação dos membros na primeira gestão do CMDR, disse sobre isso que

> a escolha dos membros vinha da gente, eu pegava Colégio Agrícola, eu conhecia todo mundo do Colégio Agrícola, como eu sou daqui, eu conheço todo mundo pelo nome. Então, tinha lá um agrônomo que eu sabia que ele gostava de mexer... então convidava ele e falava pro diretor: esse é participativo. Aí chegava pro agricultor que você via que tinha um pouco mais de dinamismo, e dizia como era: você topa? [...] Era escolha da gente.
>
> Sr. Luiz, 51, Eng. Agrônomo, primeiro secretário do CMDR

O Sr. Luiz foi figura central no processo de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Manuel, uma vez que desempenhava o cargo de técnico agrônomo da Casa da Agricultura no período. Ele foi o responsável pela escolha dos membros e pela proposição da maioria das pautas na primeira gestão do Conselho. Isso por conta, principalmente, do tradicionalismo de sua família, que está no município desde o primeiro período posterior a fundação, proprietária de antigas fazendas. O próprio entrevistado colocou que o fato de conhecer quase todos na cidade facilitou a escolha dos membros do CMDR. O presidente do Conselho na primeira gestão, sobre o

mesmo tema, expôs: “Era a pessoa que você tinha mais afinidade que o pessoal indicava. Eu como não conhecia muita gente... então era a Casa da Agricultura que indicava bastante gente, pra ver como que a gente montava para ser o mais representativo possível”. Tais relatos indicam que o caráter técnico e impessoal se misturou com as características individuais do próprio agente. Remontando as noções de dominação propostas por Weber (1979), se pode dizer que a legitimidade de sua autoridade está garantida pela dominação burocrática e carismática. O secretário e o presidente foram sempre fundamentais para o andamento das atividades do CMDR, já que eram os responsáveis pela escolha dos membros e das pautas, principalmente os secretários, ambos de famílias muito tradicionais do município. Contribui para essa análise o proposto por Martins (2006), para quem as relações de poder fixadas nos territórios podem ser mais fortes que a democracia formal presente na composição destas modalidades de instâncias de gestão.

Abramovay (2003) aponta como um dos motivos para a “falha” no funcionamento dos Conselhos de Desenvolvimento Rural a característica clientelista que permanece em muitos municípios brasileiros. Na mesma via está o trabalho de Fonseca e Bursztyn (2009), que aponta como em algumas circunstâncias a prática da descentralização pode resultar no fortalecimento de elites locais. Diante de tal conjuntura, o conselho se torna uma ferramenta de construção de vantagens econômicas para grupos sociais tradicionalmente hegemônicos. Vê-se no relato de um ex-representante dos agricultores, o Conselho surge

> Porque vem lá de cima, precisa criar, é norma, é lei. Todo município tem que ter seu Conselho Municipal e não sei o que...
> Sr. Ernesto, 60, Eng. Agrônomo, ex-representante da Cooperativa dos cafeicultores

Destaca-se que, apesar de os membros entrevistados alegarem não haver envolvimento político nos trabalhos do Conselho, a palavra final sobre a escolha dos membros era da Prefeitura. Foi colocado que

> [...] esse negócio dos nomes, mandava pro prefeito, e o prefeito que fazia a portaria criando esse Conselho. Então, de qualquer forma, o Conselho ele já batia lá, se o prefeito não fosse com a cara de alguém, ele já cortava. Então, a última palavra era do prefeito.
> (Sr. Sebastião, 59, Eng. Agrônomo, ex-secretário do CMDR - três gestões)

> [...] dependendo do político [...] e quando eu falo político é o prefeito, ele já manda coisa pronta só pro Conselho aprovar, referendar o que ele já resolveu.
>
> (Sr. Bruno, 62, representante da Cooperativa dos Cafeicultores – quatro gestões)

Fonseca e Burzstyn (2009) propõem como possível conseqüência da prática de descentralização o fortalecimento das elites locais, algo que pode ser observado nos relatos acima. Assim, o setor atua como força política e transforma aquilo que se pretende novo em um meio de reprodução dos seus interesses setoriais. O mesmo foi observado por Graziano Silva e Campanhola (2000) no caso de um Conselho Municipal do Ceará, criado para o combate à seca: havia a manipulação na composição dos membros, formado o Conselho majoritariamente por elites locais. Assim, o conselho se tornou um cooperador do governo, produzindo os mesmos resultados clientelistas de outros programas de combate à seca.

Desde a fundação do Conselho os membros, e em especial o Sr. Luiz, tinham a percepção de que a criação do mesmo era uma ordem "de cima". Os secretários do Conselho tinham maior compreensão do processo de criação do mesmo, por isso entendiam o alinhamento do Conselho com os interesses do Banco Mundial, que chegavam ao município por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. Contudo, os demais membros também expuseram a externalidade da criação do CMDR, referindo-se a algo como um ente de fora da localidade, que "decretou" a necessidade de uma institucionalidade descentralizada. O técnico responsável da Casa da Agricultura relatou que a existência do Conselho não foi

> [...] nem idéia nossa nem nada, o Estado tava em vias de fazer esse convênio com o Banco Mundial através do Programa de Microbacias, e esse Programa de Microbacias teria algum subsídio, e esse subsídio não seria para todos os municípios. Aí o que a secretaria resolveu fazer: 'ah, vamos criar alguma coisa pra vir de lá pra cá' [...] E aí foi a Secretaria que criou, não foi nós nem nada, veio de lá e aí criou-se essa necessidade do Conselho, pra gerir essa manipulação desse privilégio.
>
> Sr. Luiz, 51, Eng. Agrônomo, primeiro secretário do CMDR

Tais relatos trazem à luz como o CMDR se fixou em São Manuel, e qual a representação social dos agentes na fundamentação da construção social do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: uma institucionalidade atrelada ao recebimento de certa verba para o município. Em São Manuel a pequena e média produção

agropecuária não contava com incentivos que corroborassem para sua manutenção. Assim, o convenio com o Banco Mundial já veio no sentido de melhoria da condição de produção (melhoria de estradas, compra de equipamentos de produção, diversificação na produção). A percepção dos agentes locais desta nova instituição estava atrelada mais ao recebimento de verbas do que ao atendimento da nova condição do espaço rural. Empiricamente se pode observar na fala dos agentes envolvidos no CMDR-São Manuel um contraponto ao debate acerca da governança territorial, que propõe os Conselhos como nova forma de institucionalidade das políticas públicas no Brasil, que têm grande potencial de transformação política.

Considerações Finais

A partir da emergência das novas ruralidades emergiram também novas políticas, mais focadas para a governança, pensando a descentralização. Para o debate acadêmico a introdução da categoria território suplantou a dicotomia rural atrasado-urbano moderno. O novo rural carecia de políticas que pensassem sua integração com outros espaços regionais e macrorregionais, sem a restrição setorial. Assim surgiram os Conselhos de Desenvolvimento Rural. No estado de São Paulo, vieram atrelados ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que previa o desenvolvimento rural sustentável. Destaca-se aí o papel das agencias internacionais de financiamento, como o Banco Mundial. Este órgão que financiou o Programa, inserido no debate institucional acerca da governança territorial, colocou a criação dos Conselhos como pré-requisito para o recebimento dos recursos.

Empiricamente observou-se, em contraposição ao colocado pelo debate acadêmico acerca da abordagem territorial para o desenvolvimento rural, que a visão dos partícipes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Manuel mantém-se atrelada à perspectiva setorial do espaço rural, vendo o Conselho não como uma nova institucionalidade, mas como mais um espaço para a reprodução dos interesses setoriais. Se Favareto (2007) colocou que no novo rural são novos agentes e novos interesses, empiricamente observou-se que os mesmo agentes, com os mesmos interesses setoriais atuam dentro do Conselho. Sob a justificativa de defesa do interesse público, e sob a égide de uma suposta imparcialidade e representatividade, observa-se que os conselheiros assumem a reprodução de interesses privados setoriais (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005). Todos os partícipes do CMDR no período estudado

são relacionados à área produtiva agropecuária. Nos relatos citados é explícito que a visão do espaço rural mantém o viés setorial, sendo fortemente atrelada a concepções tradicionais de agricultura.

Uma vez que as relações de poder socialmente estabelecidas na localidade podem relativizar e/ou instrumentalizar as estruturas de governança (MARTINS, 2005), buscou-se compreender como se davam as estruturas locais de dominação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Manuel. Partindo-se da hipótese de que o CMDR – São Manuel é instrumentalizado por estruturas locais de dominação, observou-se que para além da instrumentalização, tais estruturas estão imbricadas. Nos relatos se mostrou explícito que não é apenas a autoridade legal, aquela baseada na validação do estatuto normativo, do caráter técnico dos agentes, que se faz presente dentro do CMDR – São Manuel. A ação de alguns agentes, principalmente dos secretários do Conselho em questão, era também legitimada por conta da confiança em seus atributos pessoais, em seu carisma. Tanto os agentes que propunham as pautas e escolhiam os membros eram legitimados por conta também de seu carisma, quanto os próprios membros eram escolhidos por conta de características pessoais, e não técnicas que pudessem corroborar para a maior representatividade na política territorial. Se há, por um lado, a legitimidade da dominação dos agentes envolvidos no Conselho por conta do caráter burocrático de sua ação, por outro lado há a legitimidade das práticas tradicionais e carismáticas de exercício do poder nestes novos espaços institucionais.

Enquanto Wanderley (2000) sinaliza a emergência de uma nova ruralidade, Schneider (2006; 2009) aponta a abordagem territorial como a melhor forma de se pensar o desenvolvimento rural. E, se por um lado os Conselhos de Desenvolvimento Rural podem ser a promessa de gestão participativa dos territórios (ABRAMOVAY, 2003), as novas institucionalidades não podem ser por si só garantias da descentralização na gestão de políticas para o desenvolvimento do meio rural (MARTINS, 2005; CAMPANHOLA e SILVA, 2000). Não se podem negar as relações de poder que estão fixadas no território e, no caso de São Manuel, observou-se que a legitimidade da ação dos agentes se estabelece não apenas pela crença na legalidade (normas estatutárias), mas também pela confiança pessoal que se tem nesses agentes (WEBER, 1979), configurando assim um complexo de estruturas de dominação.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.

BONNAL, P. MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 14, abril 2009.

CAMPANHOLA, C. GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Eds.). **O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas.** Jaguariúna, Embrapa Meio Ambiente, 2000.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo, Editora Iglu, FAPESP 2007.

FONSECA, I. F. BURSZTYN, M. A banalização da sustentatbilidade: reflexões sobre a governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n 1, jan/abr 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. GROSSI, M. D., CAMPANHOLA, C. . O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 19, n.1, jan/abr. 2002.

MARTINS, R. C. Política e Sociedade na governança territorial: o caso das áreas rurais paulistas. **Raízes**, Campo Grande, n.01. jan./dez 2005.

_____. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano8, n 15, jan./jun. 2006.

_____. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural. O território como espaço social reificado**. Ruris**, v.3, n. 11, março/2009.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. 3ed. London. Sage Publications, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura e Abastecimento – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Programa Estadual da Microbacias Hidrográficas. Disponível em: http://www.cati.sp.gov.br/Cati_principal/index.php. Acesso em: 21/12/2010.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 6, n.11, jan./jun. 2004.

_____. Ciências Sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-território,** Uberlândia, v. 4, n.7. fev./2009.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 16, n. 43. 2001.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados,** v. 18, n. 51. 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, out. 2000.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação. In: COHN, Gabriel (org). **Coleção Os Grandes pensadores**, Ed. Ática, 1979.

ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens; Pereira, Doralice. (orgs) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte, Autentica, 2005.

NOVAS RURALIDADES: GOVERNANÇA AMBIENTAL E REDES SOCIAIS NA RESEX/CAJARI/AMAPÁ – AMAZONIA SETENTRIONAL

Adalberto Carvalho Ribeiro[1], Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, adalberto@unifap.br
Sem financiamento
GT 1 Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

Governança é uma categoria que ganhou maior status a partir das reflexões produzidas pelo Banco Mundial. A criação de áreas protegidas levanta o problema da governança ambiental. As reservas extrativistas – áreas de uso sustentável – são exemplo típicos de políticas públicas preocupadas com a governança ambiental porque a gestão é interinstitucional e está baseada na divisão de responsabilidades. Na Amazônia, desde 1980, tem crescido o número de Áreas Protegidas. No estado do Amapá (AP) 75% do território é destinado a elas: destaca-se a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX/CA). Sua criação fez parte do movimento socioambiental liderado por Chico Mendes. As RESEXs se constituem numa inovação original da legislação ambiental brasileira. Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a governança ambiental na RESEX/CA. A hipótese é de que, apesar das dificuldades, o modelo de co-gestão se apresenta como mais adequado para responder aos desafios da sustentabilidade econômica e ambiental. O método de abordagem é o materialismo dialético e o histórico. Como procedimento se utilizou a análise de redes sociais – ARS – para compreensão das relações do ICMBIO com 1) ASTEX/CA – Associação do Trabalhadores Extrativistas da RESEX/CA e 2) COOPERALCA – Cooperativa dos Trabalhadores Extrativistas do Alto Cajari. Questões norteadoras: 1) Quais as principais características da governança ambiental na RESEX Cajari? 2) Como estão configuradas as redes sociais da ASTEX/CA e COOPERALCA? 3) O desempenho institucional da RESEX/CA aponta para a sustentabilidade econômica e ambiental? As evidencias indicam singularidades que vão desde disputas pelo poder entre lideranças rurais, assimetrias entre o

[1] Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA-UFPA. Coordenador do Programa de Mestrado Direito Ambiental e Políticas Públicas/PPGDAP da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP.

ICMBIO e as organizações privadas, até formas importantes de conquistas comunitárias por intermédios de ações coletivas.

1. INTRODUÇAO

Governança é uma categoria que ganhou maior status a partir das reflexões produzidas pelo Banco Mundial. Segundo Diniz (1995) deslocou-se o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão publica.

Governança é diferente de governabilidade: tem um caráter mais amplo. Refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório.

A criação de áreas protegidas levanta o problema da governança ambiental. As reservas extrativistas – áreas de uso sustentável – são exemplo típicos de políticas públicas preocupadas com a governança ambiental. Na Amazônia, desde 1980, tem crescido o número de Áreas Protegidas. No estado do Amapá (AP) 75% do território é destinado a elas. Dentre as áreas que se destacam está a Reserva Extrativista do Rio Cajari, pois sua criação fez parte do movimento socioambiental liderado por Chico Mendes.

As reservas extrativistas vêm enfrentando muitos problemas quanto à gestão de seus recursos naturais e projetos de geração de emprego e renda. A gestão nessas áreas é interinstitucional porque divide a responsabilidade entre a União – o Instituto Chico Mendes/ICMBIO, e a associação local – a representação das comunidades locais. As RESEXs se constituem, de fato, numa inovação original da legislação ambiental brasileira, bem como sua modalidade baseada na co-gestão.

Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a governança ambiental que vem ocorrendo na RESEX Cajari. A hipótese é de que, apesar das dificuldades, o modelo de co-gestão se apresenta como mais adequado para responder aos desafios da sustentabilidade econômica e ambiental, portanto da governança ambiental. O método de abordagem é o materialismo dialético e o histórico.

Como procedimento se utilizou a análise de redes sociais – ARS – para compreensão das relações do ICMBIO com a 1) ASTEX/CA – Associação do Trabalhadores Extrativistas da RESEX Cajari e 2) COOPERALCA – Cooperativa dos Trabalhadores Extrativistas do Alto Cajari. Essas três organizações têm papel fundamental na reserva e suas redes sociais podem

explicar as dificuldades existentes, as possibilidades de êxito na gestão dos recursos naturais, bem como a capacidade da comunidade em atingir melhores níveis de desenvolvimento.

São questões norteadoras: 1) Quais as principais características da governança ambiental na RESEX Cajari? 2) Como estão configuradas as redes sociais da ASTEX/CA e COOPERALCA? 3) O desempenho institucional da RESEX/CA aponta para a sustentabilidade econômica e ambiental?

As evidencias indicam singularidades que vão desde disputas pelo poder entre lideranças rurais, assimetrias entre o ICMBIO e as organizações privadas, até formas importantes de conquistas comunitárias por intermédios de ações coletivas.

O artigo está dividido em seis seções contando com esta introdução e com a conclusão.

2. METODOLOGIA

O método de abordagem foi o histórico-dialético porque ele permite compreender as assimetrias de poder existentes nas relações sociais com técnicas de entrevistas semi-estruturadas, observação e escuta. Do ponto de vista do procedimento utilizou-se o *software* UCINET (BORGATTI; EVERETT; FREMAN, 2002), uma ferramenta que gera dados quantitativos e qualitativos e que serve na análise da configuração de redes sociais.

O estudo das redes coloca em evidência um dado da realidade social contemporânea de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes (MARTELETO, 2001).

O ponto de partida para utilização do UCINET foram as duas organizações socais já citadas. O passo seguinte foi identificar um rol de organizações que estiveram ou estivessem ainda envolvidas, direta ou indiretamente, com as com ASTEX/CA e COOPERALCA. O relacionamento deveria ser tanto de natureza comercial, como também de ações para benefícios públicos às comunidades, ou mesmo contatos feitos pelas organizações sociais para resolver demandas coletivas de naturezas diversas. A análise de documentos e relatórios permitiu a elaboração de uma lista geral contendo 44 (quarenta e quatro) organizações. A lista foi previamente apresentada às organizações sociais agroextrativistas quando do momento da entrevista.

A partir da lista se elaborou o formulário que detectou as redes específicas de cada uma das organizações, as “redes ego-centradas”. Pela análise dessas redes será possível

perceber na estrutura social qual é o “perfil” do capital social individual (DURSTON, 2000) delas.

As listas que surgiram das entrevistas com as organizações estão demonstradas no quadro 1. Foram 13 (treze) pela ASTEX/CA e 18 (dezoito) pela COOPERALCA, totalizando 14 e 19 membros em cada rede respectiva.

Relação da COOPERALCA	**Relação da ASTEX/CA**
1 Agencia de Desenvolvimento do Amapá - ADAP AP	1 Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Cajari - ASTEX /MA
2 Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Cajari - ASTEX /CA	2 Conselho Nacional das Populações Tradicionais CNPT AP
3 Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS AP	3 Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS AP
4 Conselho Nacional das Populações Tradicionais CNPT AP	4 Cooperativa dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Iratapurú – COMARU
5 Escola Família Agrícola do Carvão - EFAEX CARVAO	5 Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto COOPERALCA
6 Escola Família Agrícola do Maracá - EFAEX-MA	6 Cooperativa Mista dos Trabalhadores do Vale do Jarí – COMAJA
7 Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI	7 Federação dos Trabalhadores da Agricultura –FETAGRI
8 Secretaria de Estado da Agricultura - SEAF/GEA	8 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA/ICMBIO.
9 Ministério Meio Ambiente - MMA – Brasília	9 Instituto Nacional da Reforma Agrária - INCRA AP
10 Organização das Cooperativas do Amapá - OCEAP AP	10 Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA AP
11 Instituto de Pesquisas do Amapá IEPA AP	11 Prefeitura Municipal de Mazagao - PMMZ
12 Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA AP	12 Secretaria de Estado da Agricultura - SEAF
13 Prefeitura Municipal de Mazagao - PMMZ	13 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jarí - SINTRA LJ
14 Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí – PMLJ	
15 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA AP	
16 Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA AP	
17 Universidade de Brasília - UNB PROJETO USINA	
18 Secretaria de Estado da Indústria e Comercio – SEICOM/AP	

Quadro 1 – Org. relacionadas por ASTEX/CA e COOPERALCA.
Fonte: Ribeiro (2008)

Aplicou-se o mesmo formulário às organizações relacionadas. Dessa forma foi possível gerar os sociogramas.

3. GOVERNANÇA AMBIENTAL

Segundo o Banco Mundial, em seu documento *Governance and Development*, de 1992, a definição geral de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração,

poder de governo". Esse documento contém a idéia de "boa" governança: "um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos" (Santos, 1997a, p. 340-341).

A governança tem caráter amplo. Pode englobar dimensões presentes na governabilidade, mas vai além desta. Santos (1997b) diz que "refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político institucional do processo decisório, a definição do *mix* apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas". Na RESEX/CA, por exemplo, o formato da gestão da reserva se faz baseado na co-responsabilidade, pois tanto o ICMBIO quanto a ASTEX/CA são os órgãos gestores dessa unidade de conservação. Ainda tem a COOPERALCA que no alto Cajari é responsável pelo empreendedorismo da castanha-do-brasil.

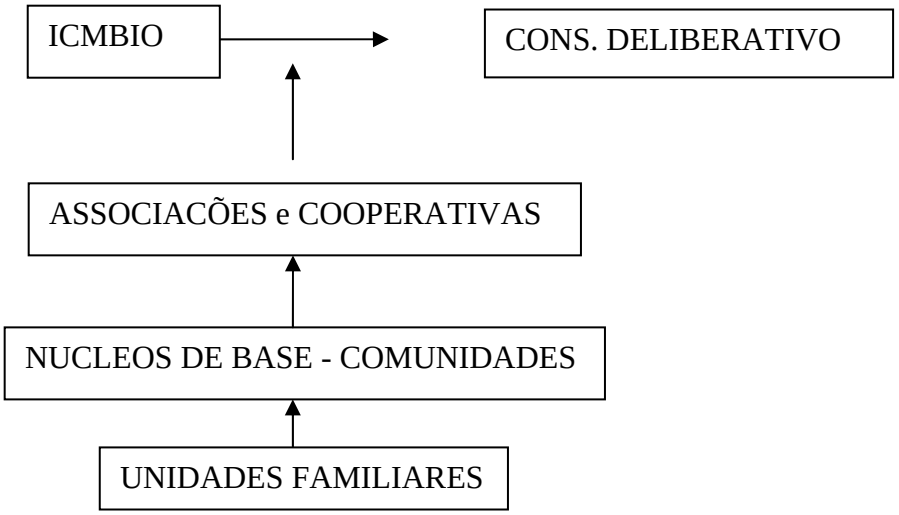
A definição da Comissão sobre Governança Global, que também é ampla diz: "Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns". E mais adiante: "Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições". No caso da RESEX/CA a associação gestora realizou o reordenamento dos castanhais (das colocações) para as famílias agroextrativistas, com a homologação do ICMBIO.

Conforme Fonseca;Burstyn (2009a) governança é um termo-chave na implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Uma boa governança seria capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação dessas políticas. Quando o conceito de governança é estendido à esfera do desenvolvimento sustentável e das políticas ambientais, emprega-se a expressão governança ambiental.

O processo de governança sugere o envolvimento de múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais suscetíveis a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação. Atributos como participação, descentralização, responsabilização e equidade entre os atores dão à noção de governança um conteúdo de legitimidade e pragmatismo, abrindo espaço para uma regulação que leve em conta fatores que não sejam puramente econômicos.

Conceitos como *empowerment* (empoderamento) e capital social, entre outros, fazem parte de agendas de governança ambiental. A praticidade desses conceitos, muitas vezes, revela-se limitada porque distante das realidades específicas nas quais se tenta implementar tal agenda.

A governança ambiental na RESEX/CA passa por um interessante modelo organizativo potencialmente fomentador de práticas comunitárias. O fluxograma 1 demonstra como pode se dá essa organização.



Fluxograma 1 – Modelo de organização social RESEX Cajarí
Fonte: Adalberto C. Ribeiro (2008)

Na prática, o desenho comunitário acima apresenta dificuldades no nível das unidades familiares. Mas, na instância do conselho deliberativo da RESEX/CA as discussões sobre a gestão da reserva tem sido muito reveladora na medida em que, no geral, as diferenças entre as lideranças agroextrativistas se dissolvem e as pressões sobre o Presidente do Conselho – O chefe da unidade local do atual Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO) são muito fortes. As lideranças pressionam por melhorias nos serviços públicos e principalmente por projetos produtivos de geração de emprego e renda. O Conselho Deliberativo é formado por 23 assentos sendo participantes representantes da sociedade civil, órgãos de pesquisa, câmara de vereadores, órgãos de desenvolvimento rural, escolas famílias agrícolas e prefeituras.

Atualmente, ao contrario do início da criação da reserva, as ONGs não têm realizado projetos na área. O principal desafio, conforme informações de Francisco Edemburgo Ribeiro de Almeida - Chefe da RESEX no ICMBIO/AP - é a elaboração do plano de manejo.

4. REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL: DISCUSSAO DOS RESULTADOS

A análise de redes não constitui um fim em si mesma. Ela é o meio para realizar uma análise estrutural cujo objetivo é mostrar que a forma de rede é explicativa dos fenômenos analisados. Mas uma rede não se reduz a uma simples soma de relações. A sua forma exerce

uma influência sobre cada relação. É uma abordagem que permite conhecer as interações entre qualquer classe de indivíduos partindo de dados de tipo quantitativos e qualitativos. Envolve um conjunto de atores (os pontos, nós entre os agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações). As redes podem ter muitos ou poucos atores e uma ou mais classes de relações entre pares de atores.

Para Castells (2007, p. 565) as redes - embora tenham existido em outros tempos e espaços – são a nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, poder e cultura.

De acordo com Bourdieu (2007, p.31) “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”.

Elias (1994, p.22), por sua vez, chama atenção para

> [...] o arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter especifico, não é criação de indivíduos particulares [...] Essa rede de funções no interior das associações humanas, essa ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais, não deve sua origem a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de muitas pessoas individuais (grifo do autor).

Quanto ao capital social foi a partir de Bourdieu (2004) e de Colemam (1988) que a categoria ganhou elaboração mais refinada e a expressão foi introduzida no debate contemporâneo. Além deles destacam-se autores como Putnam (2002), Fukuyama (1996), Nan Lin (2001), Portes (2000), Ostrom e Ahn (2003) e Woolcock e Narayan (1998). Na América do Sul, Durston (1999; 2000) e no Brasil vários autores vem se dedicando aos estudos de capital social, dentre eles Franco (2001), Higgins (2005) e Barquero (2006). Para os objetivos do presente artigo as abordagens de Bourdieu e Durston serão destacadas.

Bourdieu (2004, p. 67), define capital social como

> [...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas [...] ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. (grifos originais)

Para esse autor, o capital social é um ativo impessoal que oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais bem relacionados. Bourdieu, assim, considera a

assimétrica distribuição e reprodução do poder e das desigualdades sociais em seus estudos de capital social.

> A noção de capital social impôs-se como o único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendido no nível dos agentes singulares [...], não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado. Tais efeitos [...], são particularmente visíveis em todos os casos em que diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) mais ou menos equivalente, segundo o grau em que eles podem mobilizar [...] (BOURDIEU, 2004, p. 67)

O volume de capital social que um agente individual possui, por exemplo, depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volumes dos capitais econômico, cultural ou simbólico que são posses exclusivas de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2004).

As redes de relações não são dados naturais, nem mesmo dados sociais, e sim produto do trabalho das pessoas para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis que possam proporcionar lucros materiais ou simbólicos.

Um dos autores que estuda capital social na América do Sul e Central é John Durston (1999; 2000). Suas investigações empíricas se baseiam em comunidades camponesas da Guatemala e Chile. Para ele compreender as formulações fundacionais do capital social diz respeito a dois aspectos: 1) que se fala de capital social no sentido de que é um recurso (ou uma via de acesso a recursos), 2) que em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios para os que o possuem. Ele reconhece que as fontes do capital social estão nas normas e em redes de intercâmbio recíproco e solidário. As normas são partes de certas culturas e se transmitem de geração em geração, principalmente através da socialização no interior das famílias. Redes de intercâmbio, por outro lado, se baseiam na confiança que surge de laços de parentesco, vizinhança, amizade, e sentimento de pertencimento a um mesmo grupo étnico. Entende por capital social

> [...] *el contenido de ciertas relaciones y estruturas sociales, es decir, las actitudes de confianza que se dan en combinacíon con conductas de reciprocidad y cooperacíon*. Ello constituye un capital em el sentido de que proporciona mayores benefícios a quienes establecem este tipo particular de relaciones y que puede ser acuymulado (DURSTON, 1999, p. 15). (grifos originais)

Durston (2000) pergunta: capital social é um atributo de comunidades? Bourdieu tem sido criticado porque seria um autor com visão reduzida do problema privilegiando o aspecto econômico e por isso sua abordagem seria instrumental (OSTROM; AHN, 2003; PORTES,

2000). No entendimento de Durston (1999; 2000), ao contrário, Bourdieu faz extensas referências ao capital social como atributos de grupos sociais, coletividades e comunidades. Segundo ele, Bourdieu sublinha a necessidade de se realizar "investimentos orientados a institucionalização das relações grupais" Capital social, portanto, pode beneficiar a todos, e não, somente, primeiramente a indivíduos.

Pretendendo, ao que parece, superar o problema sobre os atributos do capital social, Durston postula a existência de duas formas diferentes do conceito: o capital social individual e o capital social comunitário. Para os objetivos deste artigo o conceito de capital social individual será o único a ser admitido. Contudo, tanto o capital social individual como o comunitário são partes de uma mesma cultura compartilhada e internalizada pelos indivíduos que compõem uma comunidade.

4.1 A rede social da ASTEX/CA e suas conexões

A rede social da ASTEX/CA está configurada conforme o sociograma abaixo.

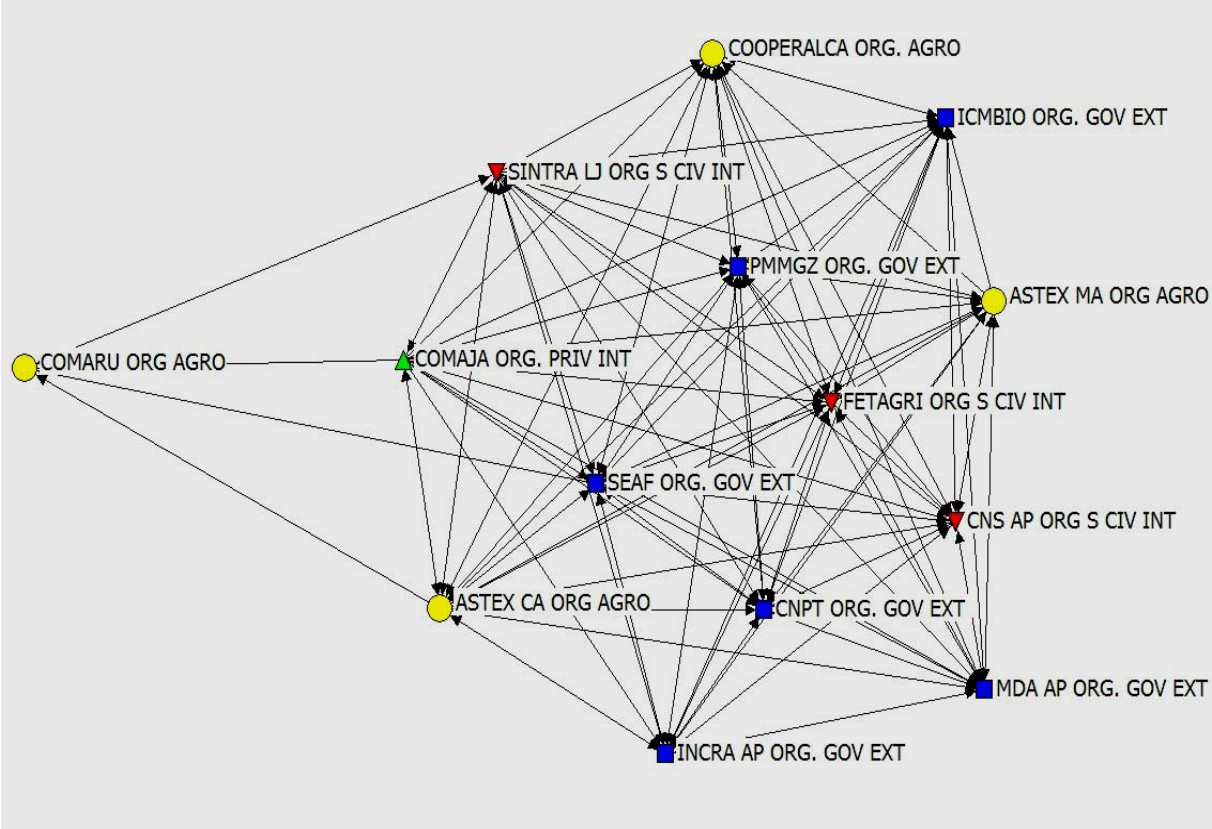


Diagrama 1 - Sociograma – Rede Social da ASTEX/CA
Fonte: Ribeiro (2008)

A rede da ASTEX/CA pode ser considerada com significativa conectividade. São 14 membros e 141 (cento e quarenta e uma) relações, entre unilaterais e bilaterais, de um total possível de 182 (cento e oitenta e duas), o que representa 77.47%. É menor que a da COOPERALCA. Apesar de ter indicado somente 13 (treze) membros da lista de 44, na rede consta: 06 atores vinculados a órgãos de governos do âmbito estadual; 3 organizações vinculadas à sociedade civil; 1 organização vinculada a iniciativa privada – a COMAJA.

A ASTEX/CA parece ter como estratégia centrar forças em menos atores, porém com mais intensidade e poder de pressão. Por exemplo, os estudos de campo revelaram que a ASTEX/CA tem relações muito fortes, inclusive de caráter semiclientelista, com a Secretaria de Estado da Agricultura – SEAF, e com a Prefeitura Municipal de Mazagão – PMMZG.

Quando as relações são com o CNPT/AP e o ICMBIO/AP, muitas vezes elas se revestem de tensão. No âmbito do conselho deliberativo da RESEX Cajarí a tensão, muitas vezes implícita, se revela de maneira muito clara. Quando existem temáticas que ferem os interesses de várias organizações agroextrativistas, a ASTEX/CA se torna um forte ator no âmbito de sua rede.

A rede da ASTEX/CA revela que a associação se relaciona com poucos atores vinculados à sociedade civil. São somente 3 (três). Mesmo com atores vinculados a governos o número pode ser considerado pequeno, apenas 6 (seis). Contudo, as relações com os governos são mais densas. Por exemplo, as relações da associação com INCRA/AP, SEAF/AP e Ministério do Desenvolvimento Agrário – Delegacia Regional – MDA/AP são semanais. Já com a PMMZ são mensais. Por outro lado, as relações com o CNS/AP são para mais de 2 meses o que pode revelar níveis de tensão, devidamente corroborado quando foi à vez do Conselho dos Seringueiros se manifestar. Revela-se na tensão dessa relação às disputas políticas entre lideranças rurais locais. ASTEX/CA e CNS/AP são duas organizações agroextrativistas locais que podem ser consideradas fortes politicamente na Reserva Extrativista do Cajari.

A estrutura social da rede ora analisada revela pouca diversidade de atores. Não há nenhum ator de fora do Estado do Amapá, por exemplo. Apesar de ser uma rede social com índice de conectividade de 77.47%, o tamanho dela não pode ser considerado significativo. Seu raio de ação está circunscrito ao estado do Amapá e a institucionalização das normas de decisão passa por ações de natureza clientelista e semiclientelista.

Confirma-se a relevante posição do CNS/AP, mas surge um ator que, de fato, tem peso na rede ora analisada que é o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBIO/AP. Nem poderia ser diferente em razão de que o ICMBIO/AP é o responsável técnico pelo

gerenciamento da RESEX/CA, co-gestor, o que demonstra que houve paulatinamente uma preocupação do Ministério do Meio Ambiente em considerar os problemas socioambientais das reservas extrativistas. Por outro lado, o CNS/AP, até pelo *status* de reserva extrativista que a área adquiriu, sempre deu grande atenção a ela e aos seus problemas, de tal modo, que influenciou sobremaneira na formação e organização política das comunidades.

4.2 A rede social da COOPERALCA e suas conexões

A rede social da COOPERALCA está estruturada conforme o diagrama 2.

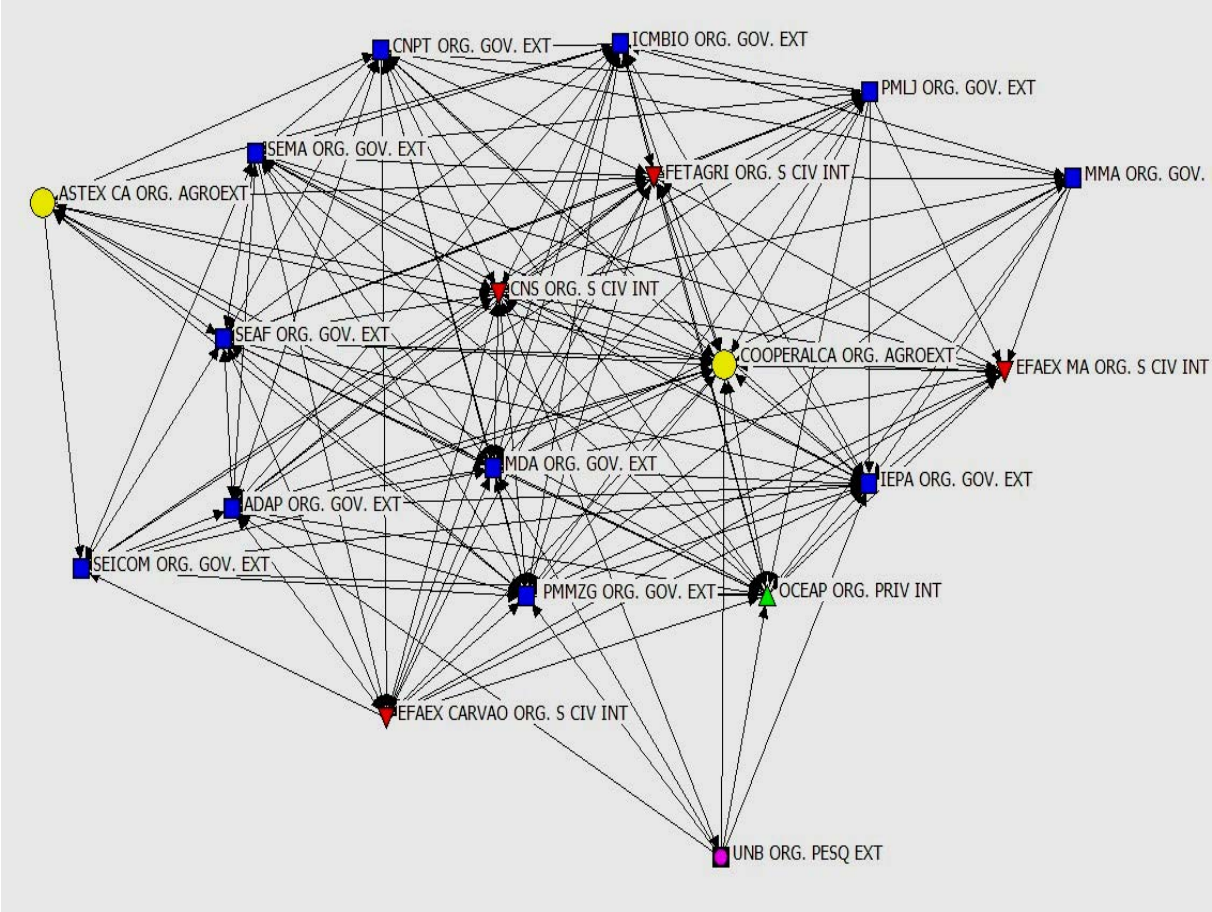


Diagrama 2 - Sociograma - Rede Social da COOPERALCA
Fonte: Ribeiro (2008)

O sociograma acima indica a existência de 19 (dezenove) atores na rede com 226 (duzentos e vinte e seis) relações estabelecidas, entre unilaterais e bilaterais, de 342 possíveis. Pode-se dizer que se trata de uma rede com boa conectividade, pois ela se constitui em 66,08% do total. Verifica-se a presença de 1 ator da iniciativa privada; 1 organização de pesquisa; 4 organizações consideradas da sociedade civil; e chama atenção o número

expressivo de 11 organizações vinculadas a governos destacando-se a presença do Ministério do Meio Ambiente – MMA. As demais estão no âmbito estadual.

A rede social da COOPERALCA mostra uma completa dependência dos organismos governamentais das três esferas públicas, que representam 57,89% do conjunto de atores.

Fica claro para o caso da cooperativa do alto Cajarí que sua estratégia por meio das relações, é buscar no poder público todas saídas possíveis para cumprir com as finalidades da organização, o que parece ser mais difícil porque a COOPERALCA tem obrigações muito mais de caráter comercial e empreendedor do que social. Os dois órgãos públicos mais afeitos aos objetivos da cooperativa são a Agência de Desenvolvimento do Amapá – ADAP, com quem tem realizado pequenas parcerias[2] e a SEICOM, mas esta tem se mantido distante nas relações com a cooperativa porque tem outras prioridades.

Também chama atenção o distanciamento com a ASTEX/CA que mesmo sendo a principal organização agroextrativista da reserva não tem grande participação na rede da COOPERALCA. Aqui, se revelam possivelmente as disputas e rivalidades entre lideranças rurais, o que ocasiona algo do tipo “cada um cuida do que é seu”.

Com o ICMBIO as relações são “mornas”. Como o Instituto da Biodiversidade é relativamente recente faltam-lhe requisitos técnicos para o apoio ao empreendedorismo do extrativismo da castanha-do-brasil dentro da RESEX/CA. Apesar do prédio físico construído para a cooperativa com recursos do Projeto RESEX em finais da década de 1990, as dificuldades aumentam porque o produto mercadológico é mais atrativo nos finais de ano por se tratar de castanha na modalidade *dry* (seca com casca). Por outro lado, falta ao ICMBIO recursos humanos, técnicos e financeiros para lidar com projetos de geração de emprego e renda dentro da RESEX/CA. Além disso, provavelmente, o ICMBIO ainda esteja muito impregnado da visão preservacionista herdada do IBAMA e tem pouco interesse em fomentar tais projetos porque, muitas vezes, consideram que aumentaria os índices de desmatamento e degradação dentro da reserva.

5. CONCLUSAO

Este artigo teve como objetivo realizar uma reflexão sobre a governança ambiental que vem ocorrendo na RESEX/CA destacando a configuração das redes sociais de suas

[2] No ano de 2008 a única injeção de capital realizada na COOPERALCA adveio de projeto realizado junto a ADAP para a aquisição de processamento de 300 hectolitros de castanha-do-brasil.

principais organizações sociais. A hipótese é de que, apesar das dificuldades, o modelo de co-gestão se apresenta como mais adequado para responder aos desafios da sustentabilidade econômica e ambiental, portanto da governança ambiental. As evidencias mostram subsídios teóricos e empíricos para a confirmação da hipótese. Também apontam para as respostas das questões norteadoras:

A governança ambiental na RESEX/CA por um lado é muito interessante na medida em que a ASTEX/CA resolve muitas questões, como por exemplo, o reordenamento do território solucionando conflitos pela posse de castanhais. Mas, por outro lado, a rede tanto da associação como da COOPERALCA é muito limitada aos atores locais, preferencialmente públicos de âmbito estadual. O ICMBIO, ainda se estruturando no estado, não está dotado de recursos humanos, técnicos e financeiros que possa garantir a "boa" governança ambiental.

As redes sociais tanto da ASTEX/CA como da COOPERALCA são determinadas por instituições de caráter clientelistas e semiclientelistas. Muitos atores de governo, das três esferas, realizando o jogo político de época de eleições. A capacidade das redes de realizar um salto para fora ou para cima é muito limita.

Nas redes as assimetrias ficam evidentes demonstrando a fraqueza das organizações, principalmente da COOPERALCA no campo produtivo, de geração de emprego e renda. No campo social a ASTEX/CA utiliza-se de estratégias clientelistas para garantir melhorias de qualidade de vida principalmente com o fornecimento de óleo diesel para alimentar os motores que fornecem energia das 18:00 as 22:00 horas para as comunidades.

O desempenho institucional da RESEX/CA aponta para muitas dificuldades deixando dúvidas quanto à viabilidade da sustentabilidade econômica e ambiental do território. Entretanto, o que se percebe é que as três organizações principais envolvidas na gestão da RESEX promovem uma série de esforços no sentido de minimizar os dramas locais. Pelo menos por enquanto, o modelo de co-gestao tem conseguido implementar algum nível de autonomia e empoderamento das comunidades. Ainda existem disputas de poder pelas diretorias das organizações sociais locais entre as lideranças.

REFERENCIAS

BARQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org). **Capital social**. Teoria e Prática. Ijuí: Unijuí, 2006. 328 p.

BORGATTI, S. P; EVERETT, M; FREEMAN, L. UCINET 6 for Windons s**oftware for social networks analysis** – USER'S GUIDE. 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 311 p.

_____, O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes. 2004. 247 p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2007. 698 p.

COLEMAM, James. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology,** v. 94, p. 95-120, 1988. Suplemento.

COMISSAO SOBRE GOVERNANCA GLOBAL. ***Nossa Comunidade Global*.** O Relatório da Comissao sobre Governanca Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90". In: ***DADOS – Revista de Ciências Sociais.*** Rio de Janeiro, volume 38, no 3, 1995. pp. 385-415.

DURSTON, John. Qué es el capital social comunitário? **Revista Políticas Sociales.** n. 38, p. 1-41. CEPAL. Santiago. Jul 2000.

_____, El capital social campesino en la gestíon del desarrollo rural. Diadas, equipos, puentes y escala. **Revista Políticas Socialies,** n. 69, p. 1-168. Santiago. 1999.

ELIAS, Norbert, **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1994. 201 p.

FONSECA, Igor Ferraz da;BURSTYN, Marcel. A Banalização da Sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009

FRANCO, Augusto de. **Capital social**. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Millenium. 2001. 320 p.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco.1996. 455 p.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos. 2005. 263 p.

LIN, Nan. **Social capital**. A theory of social structure and action. Cambrigde University Press. 2001. 278 p.

MARTELETO, Regina Maria. Analises de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 1. p. 71-81, jan-abr 2001.

OSTROM, Elinor.; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciências sociales: capital social y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociologia**. v. 65, n. 1, p. 155-233. 2003.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Revista Sociologia Problemas e Práticas**. n. 33. p 133-138. 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2002. 257 p.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital Social e Redes Sociais no Processo Organizacional de Comunidades Agroextrativistas no Amapá.** (Tese de Doutorado apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências - Desenvolvimento sócio ambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.) 2008.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governanca e Democracia: Criacao da Capacidade Governativa e Relacoes Executivo-Legislativo no Brasil PosConstituinte. In: ***DADOS – Revista de Ciências Sociais***. Rio de Janeiro, volume 40, no 3, 1997. pp. 335-376.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. **Capital social**: implicaciones para la teoria, la investigacíon y las políticas sobre desarrolo. Development Reseach Group The World Bank. Disponível em: < www.worldbank.org >. 1998. Acesso em: mar 2006.

INTERNACIONALIZAÇÃO E CRÍTICA DO PROGRESSO: AS FRONTEIRAS ABERTAS DO MST

Deni Ireneu Alfaro Rubbo (USP)
deni_out27@uol.com.br
Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GT1: "Ruralidades e Meio Ambiente"

1. O caráter da periferia especial: uma assim chamada modernização dependente do campo

Parece-nos muito mais estimulante olhar a história social do Brasil ao lado dos países de colonização espanhola, afinal, a história dos países da América Latina correm paralelas, atravessam situações sociais historicamente semelhantes, mesmo que nessa "difícil unidade" tenha naturalmente uma diversidade que pulsa constantemente nesse vasto continente. Da conquista, passando pelos tempos coloniais, a atualidade, talvez mais do que em outros lugares, a formação sócio-histórica do continente a qual muitos estudiosos se reportaram, ao que tudo indica, esteve – e está – em um caminho que sempre foi decidido "a partir de fora" o que torna uma trajetória peculiar, principalmente quando se trata em compreender as antinomias inerentes do processo nacional de modernização capitalista. Desde então, uma numerosa família de autores produziram textos tentando captar a singularidade dessa situação social e histórica, salientando que o desenvolvimento histórico do capitalismo nas periféricas não obedece a uma noção universalista do progresso – como, para ficarmos em alguns exemplos marcantes na teoria social, Florestan Fernandes (1975, 2008), José Carlos Mariátegui (2010) e Ruy Mauro Marini (1998).

Como não poderia deixar de ser, o tema agrário é um capítulo presente e indispensável da formação social brasileira e latino-americana. Não resta dúvida que tal assunto ultrapassou o espaço nacional podendo, desse modo, levantar questões e problemas novos. O capitalismo agrário brasileiro - contrariamente daquela compreensão evolucionista que assentava os problemas sociais e econômicos no campo residiam, pois,

em sua estrutura arcaica, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra - desenvolveu-se sempre em experiências políticas e econômicas atreladas para sua expansão capitalista e reprodução ampliada do capital. Assim uma das chaves explicativas para os problemas circunscritos da questão agrária residem decididamente no caráter moderno do campo e consubstanciada ao contexto econômico internacional. Trata-se, então, de assinalar um processo de modernização (no campo) na periferia do capitalismo mundial que não segue um desenvolvimento igual, linear e homogêneo, mas, ao contrário, tem como ponto de partida um desenvolvimento *desigual* e *combinado* que rompe totalmente com as linhas evolutivas de uma perspectiva positivista.

Nessa perspectiva, sem descurar s complexas relações existentes entre desenvolvimento econômico e político nacional e internacional, Florestan Fernandes (1975, p.127) assinala que a civilização que prevaleceu e que ofereceu alternativas históricas nas nações periféricas foi irredutivelmente a "moderna civilização ocidental"[1]. O processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, nessa medida, não passou incólume a esse caráter e "sempre foi parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia" (2008, p.175). Ou seja, a economia agrária brasileira, esteve sempre subordinada às economias centrais, absorvendo os padrões, as instituições e as técnicas dos países centrais, formando uma modernização *sui generis* – dependente - "montada para gerar crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural externo" (FERNANDES, 2008, p.177). Vistas as coisas por esse prisma, o desenvolvimento de um *capitalismo desviante* (MARINI, 2000) que se processa na periferia do sistema, no tocante da agricultura brasileira, forma-se e consolida-se na direção do capitalismo moderno dependente nutrindo-se em reproduzir as desigualdades abissais e valendo-se, principalmente, de formas de superexploração do trabalhador do campo:

> A extensa disseminação da peonagem, a escravidão por dívida, nas novas fazendas da fronteira, abertas com a onda de ocupação da Amazônia nas últimas décadas, mas não só nelas, nos fala de uma dificuldade estrutural na expansão do modo capitalista de reprodução do capital. E, portanto, naquilo que é o âmago do moderno. Aí as coisas se combinam de modo estranho. As fazendas em que tem sido encontrado o maior número de trabalhadores escravizados pertencem justamente a grandes

[1] Localizada periodicamente no fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro décadas do século XIX é que se tem notícia de um impulso do mundo ocidental moderno. Nesse tempo, como assinala Fernandes (1975, p.15, grifo nosso), "os 'produtores' de bens primários podiam absorver pelo menos arte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas 'economias coloniais' recebiam o *primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno*".

> conglomerados econômicos, não raro multinacionais (MARTINS, 2008, p.30).
>
> A modernização da economia agrária não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou de superação efetiva das iniquidades socioeconômicas, culturais e políticas. Com frequência, ela se opera sem afetar profundamente a concentração social da renda e do poder. [...] Na verdade, as formas extremas de desigualdade socioeconômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução do trabalho não-pago, semipago e pago de modo ultrapassado. (FERNANDES, 2008, p.188).

Ou seja, a desigualdade social brasileira no campo - tornando-se então secular a *questão* agrária no país - não estaria na chave explicativa do tema do moderno em oposição ao tradicional, ou ainda, na compreensão das concepções dualistas dos anos cinquenta e sessenta. A compreensão alternativa da singular construção de um capitalismo periférico marcado por processos sociais irregulares e desiguais está precisamente na modernidade que se abre as contradições e as tensões sociais na periferia[2].

Na história contemporânea do Brasil os processos sociais rurais estão relacionados a um projeto de modernização capitalista no campo e que, a partir disso, recriam uma estrutura agrária capitalista periférica dependente marcada decisivamente por um forte apego à ideologia do progresso e pela dinâmica do capitalismo internacional. Embora o processo de internacionalização do capital seja uma característica permanente do capitalismo, o contexto político, econômico e social internacional que pode ser destacado e que irrompe uma crescente mercantilização e internacionalização da agricultura nas nações latino-americanas, data a partir de 1945, nos acordos monetários de Bretton Woods, quando os países capitalistas tendo como principalmente liderança os E.U.A. estabelecem um processo de unificação comercial, ideológico e estratégico. Inicia-se nesse contexto um processo acelerado de "modernização agrícola" – alta tecnologia de sementes, insumos químicos e equipamento agrícola – chamado de "revolução verde":

> A revolução verde gerou em alguns países da periferia o desenvolvimento de complexos agroindustriais competitivos internacionalmente, mas, mesmo nesses casos, as promessas de autossuficiência alimentar e de resolução dos problemas agrários não foram obtidas. Países como o Brasil e Índia, por exemplo, continuaram com altos índices de pobreza e de desnutrição, além de terem enfrentado a partir de então crescimento

[2] "A nossa modernização tem um estilo próprio: ocorre intensamente na área econômica, inclusive no campo, sem significativas repercussões no âmbito social e, sobretudo, político. Esse é, ainda hoje, penso, o nosso impasse histórico" (MARTINS, 1997, p.20-21).

> dos conflitos rurais em função da concentração e expropriação de terras, migrações em massa, aumento da criminalidade urbana e do desemprego (VIEIRA, 2011, p.177).

Nos anos sessenta e setenta, mais especificamente no Brasil, esse processo de expansão capitalista e/ou de modernização no campo teve um novo capítulo acionado doravante pela política de desenvolvimento agropecuária implantada pela ditadura militar o que, por sua vez, aceleraria enormemente as transformações no campo. De fato, nesse período, não faltaram incentivos financeiros para que as empresas capitalistas e os grupos econômicos – em sua maioria, estrangeiros - ocupassem a agricultura e a pecuária, principalmente na ocupação da região amazônica. Os impactos e as tensões sociais no campo que aumentaram de maneira significativa, nessa época, deram-se justamente por essa penetração do progresso capitalista que se concretizou em despejos violentos para abrir espaço às novas empresas; assassinatos de trabalhadores; queima de casas; destruição de roças; sendo um instrumento para subjugar aniquilar os povos indígenas; esvaziar territórios e a ocupação por empresas de mineração, hidrelétrica e rodovias. (MARTINS; 1985, 1988).

2. **Neoliberalismo e a política dos movimentos camponeses na América Latina**

Nas décadas posteriores, com os programas de ajuste estrutural no campo e a nível planetário, inaugura-se e consolida-se uma política agrária neoliberal – baseada fortemente na ideologia do progresso -, de intensa acumulação de capital privado internacional na economia rural, entrando em pauta, com mais vigor, a discussão sobre o comércio de produtos agrícolas, os direitos de propriedade intelectual, a inovação científica e os recursos genéticos. Dessa vez, com o objetivo de integrar de uma vez por todas a agricultura aos mercados externos e ao complexo agroindustrial internacional. No Brasil, principalmente, a economia agrária moderna teve como expressão maior o agronegócio mais sólido bastião interno do capitalismo dependente (OLIVEIRA, 2004). Uma radical reestruturação produtiva no campo (CHONCHOL, 2005) estava em marcha modificando os processos da vida social no mundo agrário. Álvaro García Linera, sociólogo boliviano, registra essa metamorfose que se configurou na Bolívia:

> [...] enquanto um dos eixos da estratégia neoliberal de reconfiguração da geração de excedente econômico é aquele que se refere à subsunção de valores de uso pela lógica do valor de troca – ou, o que dá no mesmo, da mercantilização das condições de reprodução social básica (água, terra, serviços), antes reguladas por lógicas de utilidade pública (local ou estatal) aquelas que possuíam uma função territorial, como a terra e a

> água, criando-se, assim, as condições de possibilidade material para a reativação prática das antigas estruturas sociais de agregação territorial e para a produção de novas estruturas de unificação emergentes de novos perigos (LINERA, 2010, p.247).

Nesse contexto, ocorre um ressurgimento intempestivo de forças sociais na América Latina acentuadamente no campo, e que a despeito de sua heterogeneidade, constituem "uma resposta aos efeitos nefastos da política neoliberal que vem sendo implantada" (GALVÃO, 2008, p.9). Na história recente da América Latina a importância crescente dos movimentos camponeses, desautorizaria de uma vez por todas a hipótese que conjugava o desaparecimento desse sujeito social. De maneira geral, os movimentos populares do campo têm denunciado as políticas neoliberais, como indicam como exemplo, no México em 1994 o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no estado de Chiapas, a rebelião indígena equatoriana, em janeiro de 2000, na Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade, de 1990, e nos ciclos de protestos, a "guerra da água", em Cochabamba, e a "guerra do gás", em 2003 e 2005 na Bolívia. A crescente desnacionalização da economia os países, os tratados de livre comércio, a interferência dos organismos multilaterais em aliança com as políticas governamentais – principalmente o Banco Mundial – e o aumento das tarifas dos serviços públicos, são exemplos de medidas com as quais os movimentos dos camponeses na América Latina têm se defrontado permanentemente.

Mesmo no campo especificamente rural, é bom que se diga, os sujeitos sociais recaem em uma base social diferenciada, ocupando por isso frequentemente múltiplas dimensões: as intersecções entre gênero (questão da mulher), étnica (indígena) e classe (camponeses pobres) indicam, portanto, interesses diversos, mas que se unem a um aspecto comum: a política de modernização e mercantilização no campo, embora naturalmente a intensidade varie em cada país latino-americano. A resistência dos camponeses nos tempos atuais é uma expressão das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital, de suas relações e de seus antagonismos de classe.

3. O retorno das articulações internacionais: MST, CLOC e Via Campesina

Uma das formas históricas de atuação que permanecem atualmente como um horizonte de luta é a ação internacionalista. Ruy Mauro Marini (1998) depositava no caráter internacional das lutas a contribuição mais original da América Latina à luta do proletariado mundial. Como se sabe, o internacionalismo foi um elemento central da teoria

e da prática da esquerda mundial durante os séculos XIX e XX. Todavia, essa forma histórica de articulação dos subalternos foi totalmente ignorada pela produção acadêmica contemporânea acerca dos "novos" movimentos sociais assinalando uma absoluta novidade nas chamadas redes transnacionais. Como bem observa Flávia Braga Vieira, ao apagar essa perspectiva histórica de articulação, as teorias que se debruçam nas ações coletivas globais, revelam limites e, além do mais, um forte componente ideológico que carregam: "Existe, portanto, uma grande lacuna analítica e teórica que precisa ser preenchida de forma a poder-se identificar o que há de novidade e o que há de permanência na situação contemporânea de articulações internacionais" (VIEIRA, 2011, p.120).

Seja como for, essa prática internacionalista continua presente, como alcance político e como capacidade de mobilização, mas agora levado adiante, ou melhor, protagonizado por um sujeito social diverso – o camponês - daquele que foi precípuo nas articulações internacionais de outrora - o operário. Trata-se aqui especificamente de apontar no MST, movimento social do campo de maior expressão política em que a internacionalização influência a política e a organização dos sem-terra.

O amplo leque de lutas sociais que marcaram a emergência do MST, desde a decomposição do regime militar até o tempo presente, permeia vários momentos do movimento. Bernardo Fernandes (2010) registra quatro momentos da formação do MST: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização. Embora tais momentos possam ser periodizados, eles não foram superados e, desse modo, estão abertos, em vias de se fazer. Como não poderia deixar de ser, entretanto, o momento privilegiado neste trabalho é justamente a mundialização/internacionalização do MST:

> O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina. A nova conotação internacional da luta pela reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com o surgimento da Via Campesina e a disputa em torno da política da reforma agrária do mercado do Banco Mundial. (FERNANDES, 2010, p.164).

As lutas das organizações sociais adquiriram diversas expressões, incorporando novas revindicações e, igualmente, convivendo com antigas pautas reivindicatórias. Nota-se particularmente o nascimento na década de noventa de uma articulação continental e internacional protagonizada a partir da organização e mobilização de forças sociais camponesas. Há, nesse sentido, a construção de uma nova percepção no interior do movimento que busca desenvolver no militante as dimensões supranacionais do problema

da luta pela terra e pela reforma agrária. A ação exterior e transnacional do MST ocorre paralelamente a história de formação da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e da Via Campesina, em nível continental e internacional, respectivamente. Breno Bringel e Alfredo Falero (2008, p.282), acentuam que um dos pilares a qual está plasmada a atuação exterior do MST é na relação e na articulação "*duradoura* através de espaços e redes transnacionais de organizações e movimentos sociais campesinos (é o caso da CLOC, em âmbito regional, e da Via campesina, em âmbito global)".

O processo de articulação das próprias organizações camponesas da América Latina tem sua raiz no final dos anos 1980 com a Campanha "500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular" que se desenvolveu nos anos de 1989 e 1992. O objetivo na ocasião era organizar um protesto contra as festividades político-culturais organizado pelo Estado, Igreja e iniciativa privada para as comemorações do quinto centenário do "descobrimento" e da "conquista". Como nos informa Michael Löwy (2008, p.87) os movimentos se uniram em Bogotá em maio de 1989 – por iniciativa de MST, no Encontro Latino-americano de Organizações Camponesas e Indígenas, com a participação de trinta organizações de 17 países do continente. Em uma das conclusões finais, os delegados do encontro proclamaram:

> Los poderosos de hoy nos hablan del Encuentro de Dos Mundos, y, bajo este mando, pretendem hacermos celebrar la usurpación y el genocídio. No, no va vamos y de discriminación y hacer um espacio para la construciónde uma sociedad nueva, democrática y respetuosa de la diversidad cultural, fundad em lós intereses y las aspiraciones del pueblo. [...] Lhamamos a todos los explotados y orpimidos de América a participar en la Campaña de 500 años de resistencia indígena y popular [...], para recuperar nuestra identidad y nuestro pasado histórico, pues la memoria de los pueblos es uan fuente de inspiración permanente para las luchas de emancipación y de liberación. ("500 años de Resistência Indígena e Popular" apud LÖWY, 2008, p.88).

Embora nesse momento as organizações camponesas como a CLOC e a Via Campesina não estivessem formadas, muitos dos que participavam naquela ocasião, fariam parte inclusive de sua formação. Todavia, como atesta João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST e da Via Campesina, existiria a bem verdade desde os primórdios do MST um "DNA internacionalista":

> Eu acho que houve uma vocação ideológica [internacionalista] das influencias que nós sofremos da CPT [Comissão Pastoral da Terra]. A CPT sempre teve uma visão Latino-americanista, provavelmente por influencia de Dom Pedro Casaldáliga, e mesmo porque a Igreja, de certa forma, ela é mais universal, né? Então, eu acho que a CPT sempre

> influenciou positivamente o MST, para nós termos uma visão mais latino-americana. E eles ajudaram, por exemplo, no congresso de fundação do MST, vieram delegações praticamente de todos os países da América Latina. E quem passou o contato foi a CPT porque nós nem existíamos e nem tínhamos uma rede de contatos. E eu acho que uma outra influencia foi a ideia das esquerdas, que já estavam mais latino-americanizadas, né? A teoria da dependência, tudo isso, eu acho que foi criando um contexto para que o MST já nascesse com um DNA internacionalista (STÉDILE *apud* VIEIRA, 2011, p.182).

Mesmo que nessa época ainda não tivesse a circulação e o espaço nacional e internacional que se têm atualmente, o MST não estava voltado para isolamento para com os outros movimentos sociais rurais que eclodiam na cena política da América Latina. É certo que não havia um vínculo orgânico internacionalista, mas havia um acompanhamento relativamente suficiente, cuja mediação foi levada por algum tempo pela CPT.

Posteriormente, nos anos de 1990, a perspectiva se amplia, os eixos de luta se renovam, sobretudo naqueles que intercedem pela transformação social no subcontinente. A rota internacional do MST tem sua força conforme foi se desenhando a formação e a consolidação com a CLOC e a Via Campesina[3]. No 4º Congresso Nacional do MST, que ocorreu em 2000, cujo lema era "reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio", um dos desafios que se colocava em pauta era justamente "o fortalecimento e ampliação da nossa política relações internacionais, priorizando os trabalhos de formação e organização da CLOC e da Via Campesina" (MST, 2000).

Há um esforço, igualmente, em integrar com outros setores subalternos da sociedade, em construir alianças permanentes, já que há um consenso de que mesmo com o fortalecimento internacional dos camponeses não se basta para alcançar uma série de revindicações.

> Creo que se há desarollado una conciencia cada vez más profunda de que lãs y los campesinos solos no pueden derrotar as neoliberalismo y lãs transnacionales. Ni siquera es uma cuestión ideológica, es uma necessidad objetiva la construción de uma gran alianza de clase con lãs y lós trabajadores de la ciudad de todos lós sítios, prero podríamos empezar sobre todo com lãs y lós trabajadores de lãs mismas empresas transnacionales em cuyas plantas producen lós venenos, la maquinaria, los fertilizantes (STÉDILE apud VIA CAMPESINA, 2009, p.31).

No final da década de 1990, aumenta de maneira significativa a participação do MST em vários outros agrupamentos de iniciativas de massa, protestos, campanhas e conferências conjuntas, principalmente que se denominou na história recente da ação

[3] Para uma análise da formação da CLOC cf. Zampier, 2007; e para uma análise da formação da Via campesina cf. Desmarias (2007) e Vieira (2011, p.173-252).

coletiva em nível internacional de movimentos "antiglobalização"[4] que teve como ação concreta a intervenção em processos estratégicos como as organizações econômicas multilaterais, como a Organização do Comércio Mundial (OMC), em Seattle (1999) e Cancun (2003)[5].

4. Crítica do progresso e a resignificação da reforma agrária no MST

Como foi sublinhando, a retomada principalmente das lutas indígenas e camponesas no cenário latino-americano fez com que se organizassem e se articulassem para além de suas fronteiras, criando uma série de reivindicações e de amplos temas (SHERER-WARREN, 2007). A Via Campesina tornou-se a principal interlocutora dos movimentos camponeses desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial e o processo de formação do MST não escapou a ampliação internacional da luta camponesa.

> Então o capital globalizou as formas de exploração, e trouxe como contradição, que os movimentos camponeses, antes muito corporativos, localizados, agora também se internacionalizam, se conhecem, se globalizam. Agora, na Via Campesina descobrimos que os principais exploradores dos agricultores do Brasil são os mesmos que estão na índia, nas Filipinas, na África do Sul, no México, na Europa, ou seja, a Monsanto, a Nestlé, etc. (STÉDILE, 2003).

Esse vínculo com a Via Campesina/CLOC tem amadurecido especialmente no MST uma compreensão que destaca de maneira decisiva a influencia do contexto internacional no meio rural fazendo com o conceito de reforma agrária concatenando uma série de temas[6]:

> Quando se quer discutir política, economia etc., sempre somos impelidos a ficar restritos ao campo da reforma agrária. E, quando colocamos que a questão da reforma agrária é maior, que envolve necessariamente um debate sobre a economia e a sociedade, tratando de nos desqualificar, afirmando que sem-terra não deveria estar discutindo projeto de sociedade! E, quando discutimos politicamente transgênicos e ALCA, parece que se trata de questões que estão fora de nossa capacidade e

[4] O termo varia de acordo com analistas, movimentos e organizações que denominam às vezes como "por uma outra globalização", ou "contraglobalização neoliberal", ou ainda, "altermundialismo".

[5] Para uamá análise na relação Via Campesina e OMC cf. Niemeyer (2006).

[6] A prática internacionalista vem proporcionando, outrossim, ao MST uma autocrítica em relação ao papel fundamental que desempenham as mulheres em suas ações e eventos, afinal, como atesta Daniel Bensaïd (2008, p.52-53), "se relações de classe e relações de sexo são irredutíveis uma às outras, então elas se determinam e se condicionam reciprocamente, de tal forma que não se poderia lutar de maneira eficaz contra a opressão sem lutar também contra a exploração". Em pesquisa realizada por Peschanski (2007), sobre a organização do MST, o autor procurou a composição histórica da Direção Nacional (DN), instancia decisória criada em 1988, traçando o perfil de suas lideranças, através da origem social (camponesa e não-camponesa) e do sexo (masculino e feminino). Descobriu-se, então que a DN foi majoritariamente formada por lideranças com origem no campo e, ao mesmo tempo, um espaço pouco aberto às mulheres até 2005. A partir de 2006, as mulheres teriam, nessa instância, uma participação numérica equivalente à dos homens. Para uma análise do protagonismo das mulheres nos movimentos sociais, especialmente no MST. Cf. Pinassi (2009).

> possibilidade de análise. Sempre brincamos que parece estar escrito "nacionalidade: sem-terra" em nossa identidade, de tão limitado que é esse pensamento (MAURO, 2004, p.354).

Conforme o MST foi estimulando a refletir a reforma agrária de um ponto de vista mais amplo devendo muito esse tipo de pensamento, vale ressaltar, ao se articular com as lutas camponesas internacionais, foi expandindo, em medidas crescentes, seus objetivos iniciais, colocando-se em um plano mais amplo[7], uma série revindicações em suas pautas e na qual a ideologia do progresso no campo, com base na ciência e da técnica, tem se tornado os motivos de maior crítica do movimento. Assim, os problemas que têm sido amplamente debatidos nos movimentos camponeses e que tem assumido centralidade no MST é o incentivo da política neoliberal agrária que se traduz no chamado modelo do agronegócio[8] - à produção de transgênicos em terras brasileiras por empresas transnacionais, à entrada massiva de capital estrangeiro nas zonas rurais, à produção ao monocultivo e à depredação do meio ambiente e da biodiversidade. No V Congresso Nacional do MST, em 2007, estavam, dentre outras, entre as linhas políticas do MST:

> Lutar contra a derrubada e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e [a] monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc (MST, 2009).
>
> Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2009).
>
> Defender as sementes nativas e crioulas. Lutas contras as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno (MST, 2009).

[7] Isso muito bem transborda para o âmbito organizativo do MST e, diga-se de passagem, um dos temas mais polêmicos em relação ao movimento. Enfocando as relações entre movimento social e sua organização política formal, na avaliação de Luciana de Oliveira (2008, p.8), o MST é fruto de uma construção de uma organização política no interior do movimento de massas que torna a luta política da reforma agrária um aspecto importante – *mas não único* - de um projeto político mais abrangente a incorporar os interesses das classes populares como um todo. Assim, "não se pode dizer que o MST deixou de ser um movimento social, também não é possível afirmar que seja um partido político *strictu sensu*. A peculiaridade do MST consiste em sua capacidade de incorporar características de partido de movimento social, o que não faz dele um partido político, mas que lhe imprime na estrutura organizativa uma 'forma partido'".

[8] Maria da Glória Gohn (2010, p.146), por seu turno, assevera que nos últimos anos houve um deslocamento do foco de luta do MST e da Via Campesina, "por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o agronegócio exportador e os trabalhadores rurais sem–terra, e não entre a desapropriação e o crédito fundiário".

A defesa irredutível para uma mudança no sistema agrícola de forma a favorecer a pequena agricultura, do controle democrático dos recursos e do patrimônio genético, do incentivo a agroecologia como proposta alternativa de uma agricultura que respeite e não incentive a destruição do meio ambiente valoriza, pois, as práticas e os valores que resgata a tradição e saberes da cultura camponesa, principalmente à sua relação com a natureza e os alimentos. Além disso, "o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no combate por uma reforma agrária radical e um outro modelo de agricultura" (LÖWY, 2010, p.41). Com isso, o MST não é um dos principais agentes de modernização do campo, como aponta José de Souza Martins (2008, p.49, nota 45), ele rompe com a ideologia produtivista do progresso e se opõe à expansão ao infinito de um modo de produção e consumo destruidor da natureza. Com efeito, o MST vem orientando os problemas do campo e do meio ambiente não por uma compreensão que tem como pressuposto uma herança pré-moderna e personalista – em voga ainda em muitos circuitos acadêmicos e no discurso político hegemônico – mas, contrariamente, pelo efetivo processo de modernização de grandes proporções nos países periféricos latino-americanos e, por sua vez, o que reforça esse argumento é justamente a dinâmica do capitalismo internacional, mas também a dinâmica do internacionalismo da luta, da possibilidade de encontro, de debate, de diálogo, de aprendizagem recíproca de diferentes tipos de movimentos camponeses.

Referências Bibliográficas

BRINGEL, B; FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 21, p. 269-288, 2008.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.45, p. 33-48, 2005.

DESMARIAS, A. A. **La Vía Campesina:** globalization and power of peasants. Ann Harbor: Pluto Press, 2007.

FERNANDES, F. (1968). Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Global, p.171-190, 2008.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.8-24, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

VIA CAMPESINA. **Las luchas del campesinato em el mundo.** Ehne, 2009.

LINERA, A. G. **A potência plebeia.** São Paulo: Boitempo, 2010.

LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo altermundialismo: um ponto de vista ecosocialista. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.14, p.36-42, 2010.

_____. El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina: reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. VEDDA, M. (org.). **Walter Benjamin, constelaciones dialécticas.** Buenos Aires: Herramienta, p.81-90, 2008.

MARIÁTEGUI, J. C. (1928). **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (org.). **América Latina**: história, ideias e revolução. São Paulo: Xamã, p.113-130, 1998.

MARTINS, J. de S. As contradições do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, p.17-50, 2008.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, p.11-76, 1997.

_____. **Não há terra para plantar neste verão.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MAURO, G. O significado da reforma agrária para os movimentos sociais. OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (orgs.) **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, p.353-364, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Carta do 5º Congresso Nacional do MST. (2007). Acesso: 09/06/2010. Disponível em: http://mst.org.br/book/export/html/88

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DOS SEM TERRA. Carta do 4º Congresso Nacional do MST. (2000). Acesso: 09/06/2010. Disponível em: http://mst.org.br/book/export/html/88

NIEYMEYER, C. B. **Contestando a governança global:** a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC. (Dissertação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, vol.2, ano 19, nº21, p.113-156, 2003.

OLIVEIRA, L. A. A. de. **A forma política do MST.** (Dissertação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PESCHANSKI, J. A. **A evolução organizacional do MST.** (Dissertação em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, 2008.

PINASSI, M. O. Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. **Da miséria ideológica à crise do capital:** uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, p.73-82, 2009.

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.5-26, 2007.

STEDILE, J. P. Entrevista. 2003. Acesso 23/06/2010. Disponível em: http://www.rebelion.org/hemeroteca/brasil/stedile210103.htm.

VIEIRA, F. B. **Dos proletários unidos à organização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2010.

ZAMPIER, M. B. **Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da *Coordinadora Latioamericana de Organizaciones del Campo*.** (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2007.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (BA) COM A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF, 1996 A 2006.

SCHEER, Marcia Aparecida Procopio da Silva (maproc@ufba.br);
PERTILE, Noeli (noeli.pertile@yahoo.com.br);
Universidade Federal da Bahia – Instituto de Geociências
CNPQ – Edital Universal 2008/09
GT 1: Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO: A adversidade climática, sobretudo quanto aos riscos de seca, à salinização dos solos, às práticas agrícolas inadequadas aliados à concentração da propriedade da terra e ao acesso ao uso produtivo da água, os altos índices de pobreza, a exclusão social são exemplos da fragilidade socioambiental de extensas áreas do semiárido brasileiro, com graves consequências para a população. O objetivo desta pesquisa foi avaliar os principais impactos decorrentes das transformações do uso da terra nos municípios do Território de Identidade Sertão do São Francisco, norte da Bahia, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no período de 1996 a 2006. Foi possível discutir sobre as duas realidades distintas encontradas no território: primeira, uma agricultura altamente tecnificada do agronegócio, transformando a região em seu benefício com produtos destinados à exportação. Exemplos disso são cana-de-açúcar irrigada (produção de álcool) e frutas tropicais destinadas à exportação. Em contrapartida, uma segunda realidade buscando conviver com semiárido dedicada à agricultura familiar e de subsistência. A partir dos resultados gerados, pôde-se concluir que os grandes produtores agrícolas são os maiores beneficiados, a exemplo do acesso aos sistemas de irrigação. Estes recebem os maiores incentivos do Estado como subsídio para a produção, os melhores lotes e de toda infraestrutura necessária para o escoamento da produção. É neste contexto que o semiárido vem sendo transformado pelo agronegócio de alguns poucos em detrimento de uma maioria da população local que vem sendo excluída desse processo produtivo e de seus benefícios. Além disso, salienta-se a existência do esgotamento das

riquezas naturais, em especial dos solos, da vegetação nativa e da água do Rio São Francisco, discussão presente na mídia em função de sua transposição, mas que de fato são apropriadas por um grupo minoritário.

INTRODUÇÃO

A dinâmica de ocupação nas terras da região Nordeste do Brasil se deu de forma desigual. As atividades agrícolas, por exemplo, concentravam-se na costa litorânea, tratava- se do cultivo da cana-de-açúcar, cultura que movimentava a economia no período do Brasil colônia.

O interior, em especial o semiárido, apresentava-se como uma lacuna. Devido as suas condições climáticas pouco favoráveis ao plantio, o sertão ficou por muito tempo despovoado e sem nenhum atrativo econômico.

Segundo Ab'Saber (1999)

> O nordeste seco possui uma área total da ordem de 700 mil Km^2 , onde vivem 23 milhões de brasileiros... A análise das condicionantes do meio natural constitui uma prévia decisiva para explicar causas básicas de uma questão que se insere no cruzamento dos fatos físicos, ecológicos e sociais. Nenhuma solução ou feixe de soluções dirigidas para a resolução dos problemas do nordeste brasileiro poderá abstrair o comportamento de seu meio ambiente, inclusive no que diz respeito à fisiologia da paisagem, aos tipos de tecidos ecológicos e à utilização adequada dos escassos recursos hídricos disponíveis (AB'SABER, 1999, p.7).

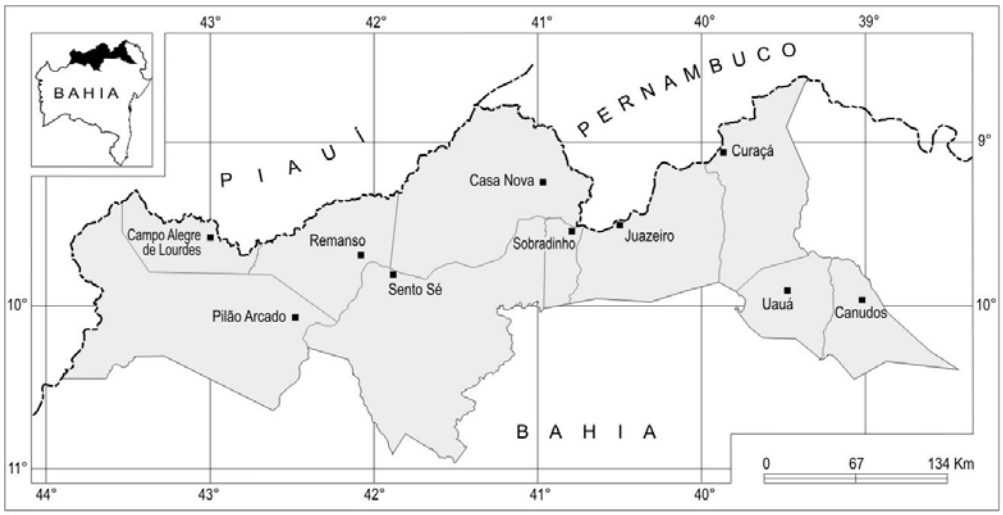
Apesar deste cenário de pobreza, a bacia hidrográfica do Rio São Francisco é uma das maiores do país, ocupando uma área de 304. 421 km² de extensão. Na Bahia, sua bacia de drenagem corresponde ao médio e baixo curso, abrangendo áreas a Oeste, parte da região Central e Norte do Estado.

A vazão do Rio São Francisco é maior nos meses de janeiro a março no período das chuvas de verão e a menor vazão ocorre nos meses de agosto e outubro quando o rio atinge as cotas mais baixas, período de estiagem e maior evaporação.

O estado da Bahia, ao longo de sua história, tem sido palco das mudanças ocorridas no processo produtivo da agricultura. Apesar do nível tecnológico alcançado em algumas regiões, a atividade agrícola continua bastante dependente da dinâmica e da variabilidade natural do clima. As temperaturas médias compensadas anuais das sedes municipais, registram elevadas temperaturas (24º a 26ºC), intenso índice de evaporação ao longo do ano e índice hídrico anual variando de -20 a -40%. (SEI, 1998).

Neste cenário de inúmeras implicações ambientais está localizado o Território de Identidade Sertão do São Francisco (figura 01) composto pelos municípios: Campo Alegre

de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. (Esta divisão é resultado da política estadual implantada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2005). Abrange uma área de 61.765,61 km² com população estimada em 507.782 habitantes (IBGE, 2007), suas terras estão totalmente inseridas no semiárido.



Fonte: SEI/SEPLAN, 2010.
Figura 1: Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA), 2010.

A área de estudo situa-se, principalmente, na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, abrangendo áreas de nove municípios. Os principais cursos d'água, da área, na margem direita do Rio São Francisco são os Rio Verde, o Jacaré ou Vereda do Romão Gramacho, Salitre e o Curaçá. Riachos e veredas são afluentes tanto da margem direita como esquerda do rio, cuja rede de drenagem é temporária, resultante dos baixos índices pluviométricos da região.

A barragem e usina hidroelétrica de Sobradinho, construídas pela Companhia Hidoelétrica do São Francisco (CHESF) entre o período de 1973 a 1981, vieram suprir às necessidades do Nordeste, região esta grande deficitária de energia, na época em que o país começava a entrar no ritmo da industrialização. A construção desta barragem no Rio São Francisco foi responsável, inicialmente, pelo primeiro surto significativo de imigração para o território para onde se deslocaram umas 60.000 pessoas da região Nordeste em busca de trabalho, mas que ficaram desempregadas com o término da obra, vindo habitar a periferia das cidades de Juazeiro e Petrolina.

O Lago de Sobradinho inundou mais de 4.000 km² de áreas agrícolas e pecuária na região. Nos municípios de Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado

afetando mais os quatro últimos que tiveram suas sedes transferidas. A população destas cidades, em torno de 65.000 habitantes, foi desalojada. (CALDAS, 2006).

A segunda bacia hidrográfica na qual também está contido o território é a do Rio Vaza-Barris, com rede de drenagem intermitente. O Rio Vaza-Barris nasce na Serra da Canabrava em Uauá, segue para o município de Canudos, percorre a região Nordeste do estado, direção Oeste-Leste, indo desembocar no Oceano Atlântico, depois de passar pelo vizinho estado de Sergipe. Um dos maiores açudes do estado, o de Cocorobó, está situado no Rio Vaza-Barris no município de Canudos

Em meio a contradições econômicas e sociais, em setembro de 2010, foi publicada palestra sobre o Vale do São Francisco. Segundo Souto (2010, inédito):

> Em caixa alta o título da matéria chama atenção pelo tom religioso e salvacionista: **'O milagre do São Francisco'**. A reportagem começa assim: **'no sertão nordestino, a aridez sempre rivalizou com o sonho de fazer da caatinga um enorme e salvador pomar – e assim, tirar seus habitantes da pobreza'** Pelo início da matéria percebe-se que o milagre parece ter acontecido. Surpreendentemente, os créditos não foram para o santo, mas para a ditadura: 'nos anos 60, o Vale do São Francisco ganhou atenção dos militares, que vislumbraram a região como um centro de energia e produção de alimentos (SOUTO, 2010).

Como foi percebido, embora tenha grande peso na economia do estado da Bahia, o perfil agrícola da área de estudo apresenta duas vertentes distintas: a primeira refere-se à produção de frutas para exportação apoiada no que há de mais moderno para o cultivo e colheita e, a segunda está relacionada à agricultura de subsistência e familiar, cuja sua produção está permanentemente em risco por conta das adversidades climáticas.

1. QUESTÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E DE GESTÃO PÚBLICA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (BA)

Devido à sua tipologia climática caracterizada, principalmente, pela deficiência hídrica, percebeu-se a tamanha vulnerabilidade ambiental do Sertão do São Francisco, um dos vinte e seis territórios de identidade da Bahia, que se encontra totalmente localizado no semiárido nordestino. Sendo assim, este território de grande importância agrícola para o estado baiano, representado especialmente pelo município de Juazeiro como um pólo de desenvolvimento para a região.

Elaborou-se a Taxa de Crescimento Populacional total, urbana e rural dos dez municípios componentes da área de estudo (Tabelas 1) (Campo Alegre de Lourdes,

Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá) além de ter sido feito também um levantamento dos dados socioeconômicos de todos estes municípios.

Tabela 1. Crescimento Populacional urbano e rural, 1970 a 2000.

Municípios	**T C Urbana (%)**	**T C Rural (%)**
Campo Alegre de Lourdes	275,3	40,2
Canudos	-	-
Casa Nova	397,4	-9,79
Curaçá	279,2	20,8
Juazeiro	241	82,9
Pilão Arcado	210,6	2,59
Remanso	187,2	-7,73
Sento Sé	184,9	-7,11
Sobradinho	-	-
Uauá	260,1	12

Fonte: IBGE, 1970 a 2000.

Verifica-se, portanto, que o Sertão do São Francisco é de fato uma área que sofre *déficit* hídrico e que isso repercute no âmbito socioeconômico da população local. Em locais com evidência de seca, os municípios que compõem este território de identidade, um dos métodos utilizados para diminuir tais efeitos é a doção de técnicas de irrigação, tendo como finalidade atender as necessidades hídricas dos cultivos, de modo a minimizar os efeitos danosos da seca. Porém, apesar dos recentes avanços científicos, o clima é ainda a variável mais importante no processo de desenvolvimento da prática agrícola.

Os parâmetros climáticos exercem influência sobre todos os estágios da cadeia produtiva, incluindo a preparação do solo, semeadura, crescimento dos cultivos agrícolas, colheita, armazenagem, transporte e comercialização.

Tabela 2. Área plantada e quantidade produzida (lavoura permanente e temporária) nos municípios T I Sertão do São Francisco (BA), 2004 – 2006.

Municípios	2004 Área (ha)	2004 Quantidade (t.)	2005 Área (ha)	2005 Quantidade (t.)	2006 Área (ha)	2006 Quantidade (t.)
C. A. de Lourdes	14121	42262	13252	44873	10750	32380
Canudos	3291	15427	2160	11056	2513	17263
Casa Nova	5148	46132	5968	75100	9762	122347
Curaçá	5695	59949	4408	72444	5877	100370
Juazeiro	28704	1363333	32947	1821327	38979	1735402
Pilão Arcado	12469	-	12519	-	9277	-
Remanso	20	80	9310	-	13240	-
Sento Sé	5270	69666	4730	67315	6451	84831
Sobradinho	583	4683	613	6366	728	7931
Uauá	3455	5000	2885	6872	3428	5134

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2004, 2005 e 2006.

Pode-se dizer que os elementos climáticos, tais como a radiação solar, temperatura e umidade afetam diretamente a produção agrícola e que no semiárido baiano, isto é, intensificado pelas especificidades das características físicas do local, assim como o solo, relevo, distribuição das chuvas, recursos hídricos e vegetação natural. Em relação à área plantada e a quantidade produzida, seguem os totais da área de estudo (Tabela 2).

Perante esta situação, pode-se deduzir que Canudos, Remanso, Sobradinho e Uauá estão mais sujeitos aos episódios meteorológicos, pois sua atividade agrícola é composta na maioria por pequenos produtores e também por criadores de caprinos. Enquanto que, em destaque, estão os produtores de Juazeiro e Casa Nova, onde estão localizados os principais perímetros irrigados em funcionamento na data das imagens e consequentemente os maiores produtores de frutas e cana-de-açúcar. (Tabela 3).

Tabela 3. Projetos de Irrigação em operação em 2003

Municípios	**Projeto**	**Área irrigada/ irrigável (ha)**
Curaçá	Árvore/Mosquito	20
Sobradinho	Chapadinha	20
Juazeiro	Curaçá	4350
Sento Sé	Itapera	913
Juazeiro	Jacaré	38
Juazeiro	Mandacaru	420
Juazeiro	Maniçoba	4293
Sento Sé	Pascoal Limoeiro	240
Casa Nova	Senador Nilo Coelho	1115
Sobradinho	Tataui	260
Juazeiro	Tourão	11240
Canudos	Vaza Barris	2091

Fonte: SEI, 2004.

De modo geral, os principais cultivos agrícolas da área de estudo são: banana, batata doce, cana-de-açúcar, cebola, coco da baía, feijão, goiaba, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, melancia, milho, sisal e uva. Sendo que as frutas têm, quase certo, como destino o mercado internacional. Por isso, uma das razões de existir o Aeroporto em Petrolina (PE).

1.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A análise da estrutura fundiária que compõem o Território de Identidade Sertão do São Francisco foi melhor estruturada por municípios em separado, conforme segue:

a) Campo Alegre de Lourdes: Os primeiros dados do município de Campo Alegre de Lourdes referentes à estrutura fundiária são do ano de 1970. Para este ano, aparece distintamente a predominância da pequena propriedade com menos de 50 hectares que

representando 89,5% do total de estabelecimentos e ocupavam uma área correspondente a 44% do total municipal. As grandes propriedades, por outro lado, não aparecem em grande número, pois representam apenas 4,6% dos estabelecimentos. Mas elas ocupam 41% da área total municipal o que denota, para o referido ano, uma concentração fundiária de 0,6 no índice de Gini. Essa concentração foi ainda maior nos anos de 1985 quando o índice de Gini teve seu ápice com 0,84, resultado da má distribuição das terras no município onde apenas 1,7% dos proprietários detinham 41% da área total. No decorrer dos anos seguintes a tendência da grande concentração de terras permaneceu sendo que apenas dois proprietários (0,05% do total de estabelecimentos) possuíam 23% do total da área do município de Campo Alegre de Lourdes. Em relação a produção de cultivos temporários, entre os municípios estudados Campo Alegre de Lourdes aparece como maior produtor de mandioca e milho, mas o município é também o segundo (junto com Pilão Arcado) maior produtor de feijão. Esses produtos são tipicamente características de pequena propriedade. A produção de mel de abelha deste município aparece 10ª posição no estado da Bahia no ano de 2006, com uma produção de 223 mil quilos.

b) Juazeiro: Na análise da estrutura fundiária do município de Juazeiro é interessante destacar que, de fato, o índice de Gini aponta sempre para a concentração das terras no município. Além disso, a partir de 1940 percebe-se a ocorrência de uma ocilação entre 0,6 e 0,86 com destaque para o ano de 1985 quando o município apresentou sua maior concentração. Diferente de muitos outros municípios brasileiros e mesmo baianos, Juazeiro apresenta dados de sua estrutura fundiária ainda nos anos de 1920 quando apresentava extrema concentração fundiária tendo no índice de Gini 0,93. Nesse ano, os dados do IBGE apontam que apenas 5% dos proprietários concentravam cerca de 78% da área total do município, são propriedades que detém entre 5.000 e 25.000 hectares. Já para os anos de 1940 e 1960 ocorre uma pequena redistribuição das áreas e já não aparecem propriedades com mais de 500 hectares e o maior número de propriedades serão de minifúndios e pequenas propriedades sendo que mais de 95% do total possuirão menos de 50hectares. Contudo, em 1996 os dados apontam para uma nova e grande concentração de terras em propriedades com mais de mil hectares. Nesse ano, 0,6% das propriedades (28 estabelecimentos) possuíam 45% do total da área do município de Juazeiro. O município de Juazeiro representava no ano de 2006 26% da produção de cana-de-açúcar do estado da Bahia, com 1.600 mil toneladas em área de 16,6 mil hectares. A pesar do município produzir diversos tipos de frutas (coco, limão, mamão, manga, maracujá, melancia, melão e uva), há uma concentração expressiva em algumas específicas. Nesse sentido, o

município é responsável por cerca de 70% (436 mil/t.) da produção de manga, 19% (46 mil/t.) da produção de melancia, 95% (45 mil/t.) da produção de melão e 98% (114 mil/t.) da produção de uvas do estado da Bahia. A cana-de-açúcar produzida no município refere-se principalmente a prudução de uma única empresa, a Agrovale que, em 2002, segundo dados da Embrapa/IBGE, colheu 13.528 hectaresdo vegetal. Já na produção animal, o município aparece com 3,7 % da produção estadual de eqüinos (SEI/ e IBGE).

c) Curaçá: Este município apresentou nos anos de 1940, uma boa distribuição de suas terras quando mais de 95% das propriedades possuíam menos de 50ha. O que chama a atenção é a grande presença de minifúndios, 83% dos estabelecimentos possuíam menos de 5ha e ocupavam 53% da área total do município que era de 8160ha. Contudo, ao adentrar a década de 1960 ocorrem consideráveis mudanças na estrutura fundiária do referido município. Diminui drasticamente os minifúndios com menos de 5ha, caindo para 12% de propriedades nessa situação ocupando apenas 1,2% do total de terras. Já as propriedades que possuíam entre 10 e 50, consideradas pequenas, apresentam crescente proporção, representando 77% e ocupando 50% da área total. Porém, a concentração efetiva começa aparecer de modo muito acentuado. Nesse ano, uma propriedade apenas de 8.700 hectares concentrava 12,4% da área total do município. Nos anos de 1980 a concentração das terras apresenta-se fortemente nas propriedades acima de 500ha, sendo que estas representam apenas 1,4% do total, mas que detêm 53% da área total do município. Para o ano de 1996 a concentração das terras do município de Curaçá continua aumentando entre os proprietários com mais de 500ha e até 10mil ha. Essas propriedades aparecem ocupando uma área superior a 60% do total municipal, sendo que apenas 5 propriedades possuíam 19.500 hectares. O município de Curaçá produz 23% de todo amendoim baiano e de 13% da produção estadual de goiaba, com 2,1 mil toneladas no ano de 2006.

c) Casa Nova: A estrutura fundiária do município de Casa Nova apresenta, desde o início dos dados censitários, concentração das terras sendo que o índice de Gini variou entre 0,63 e 0,77 no período de 1950 a 1996. O que chama a atenção para o ano de 1950 é a presença de um grande latifúndio contendo 14 mil ha o que representava 9,6% do total das terras do município. Fora isso, mais de 80% das propriedades possuíam menos de 50 ha. No ano de 1960 continua a grande proporção de propriedades (mais de 90%) com menos de 50ha. Por outro lado, duas grandes propriedades com mais de 7 mil ha detêm 14% das terras do município o que agrava em 1970 quando apenas três propriedades passam a ter o domínio de 26% das terras. Já para o ano de 1980 a novidade é a concentração de terras entre proprietários de 100 e 1000ha que detinham 19% do total da área, proporção essa que se

eleva para 39% no ano de 1996. Além disso, nesse mesmo ano aparece a concentração de terras em duas propriedades, uma com 3.500ha e outra com 7150ha. De modo geral percebe-se que nos últimos anos do censo, a concentração de terras foi agravada nesse município. Este município aparece de forma significativa na produção de cebola no estado da Bahia. Sua produção de 187 mil toneladas no ano de 2006 correspondeu a 75% do total de cebola produzida no estado. Neste município é notável ainda a criação de animais que aparecem em diversidade. Em relação a produção estadual, para o ano de 2006, Casa Nova representou cerca de 12% da produção de asnos, com 37 mil cabeças e 10,4% da produção de suínos, com 207 mil animais, como rebanhos mais expressivos. No entanto, o município também aparece como produtor de ovos de codorna e de galinha, representando 6 e 1%, respectivamente, do total da produção da Bahia.

d) Canudos: Os dados da estrutura fundiária de Canudos são do ano de 1996. Para esse ano 93 % das propriedades do município possuíam menos de 50 hectares, sendo dessas, 176 com menos de um hectare. Salienta-se que o agravante está em que essas propriedades detinham apenas 12,9% do total da área do município. No outro extremo aparecem 4 propriedades ocupando 42454 hectares o que corresponde a 34% da área total do município de Canudos.

e) Remanso: No ano de 1940, cerca da 94% das propriedades do município de Remanso possuíam menos do que 50ha em uma ocupando cerca de 65% do total da área do município. Por outro lado, as propriedades com mais de 50ha até 200ha que representavam cerca de 6% possuíam 35% do total da área que naquele ano era de 9.751 hectares. O índice de Gini para esse ano era de 0,55, caracterizando uma relativa boa distribuição das terras no município. O índice de Gini aponta para o ano de 1970 uma grande concentração das terras no município de Remanso, chegando a 0,94, sendo o mais elevado de toda série histórica dos municípios envolvidos nesse projeto, ou seja, sertão do São Francisco. Apenas onze estabelecimentos que representavam 0,33% possuíam mais que 5 mil hectares cada e representavam mais de 46% do total da área do município. O índice diminui um pouco no ano de 1980 e 1996 sendo, 0,84 e 0,77 respectivamente. Para 1996 permaneciam 6 propriedades (0,14%) com mais de dois mil hectares ocupando mais de 16% do total da área municipal. Por outro lado 40% das propriedades possuíam menos de 50ha e ocupavam cerca de 25% do total do município. Este município produz significativa produção de caprinos e ovinos da Bahia. No ano de 2006, Remanso apresentou 49% da produção do rebanho de caprinos e 30% do rebanho de ovinos do estado. Já com produção menos significativa aparece a produção de bovinos de corte e de leite.

f) Uauá: Para o município há uma constante crescente no índice de Gini passando de 0,54 em 1960 – mais de 90% dos estabelecimentos possuíam até 50 hectares e ocupavam cerca de 90% da área do município. Índice de Gini 0,76 em 1970 – a predominância continua entre propriedades com menos de 50ha, porém com cerca de 30% da área. A grande propriedade (apenas 16) mais de 500ha que representa 1,3% do total passa a concentrar cerca de 30% da área. Índice de Gini 0,80 em 1980 – apenas 23 propriedades (2%) com 500 até 10 mil ha possuíam cerca de 30% do total da área no município enquanto cerca de 80% das propriedades (com menos de 50ha) ocupavam cerca de 24% das terras. Índice de Gini 0,75 em 1996 – a situação muda um pouco nesse ano em relação as grandes propriedades, desaparecem aquelas com mais de 2 mil hectares. As propriedades com mais de 500ha (0,49%) possuíam 15% do total da área municipal.

g) Pilão Arcado: O município apresenta uma concentração de suas terras principalmente após a década de 1970 quando o índice de Gini apresenta uma gradativa elevação. No ano de 1960 o índice era de 0,43 e 62% dos estabelecimentos apresentavam entre 20 e 100ha e ocupavam uma área correspondente a 66% do total municipal. Contudo, na década seguinte, apenas 4 propriedades deterão 15% do total da área do município, acrescendo, desse modo a concentração da propriedade privada da terra e o índice de Gini é elevado para 0,66. Em 1980, 90% das propriedades do município são minifúndios (menos de 10ha) e ocupam cerca de 32 % do total da área. No outro extremo, 16 propriedades detêm 18% do total das terras fazendo elevar ainda mais o índice de Gini para 0,70. No ano de 1996 a agravante é a ocorrência de 2 latifúndios ocupando 32 mil hectares. Eles representam apenas 0,04% das propriedades, mas ocupam 35% do total do município. Esse dado certamente contribui para acrescer ainda mais o índice de Gini, 0,77.

h) Sento Sé: A estrutura fundiária desse município acompanha o que ocorre na maioria dos municípios do território Sertão do São Francisco, concentração de terras com índice de Gini elevado, principalmente a partir de 1960 quando passa de 0,62 para 0,82 em 1970. O índice cai um pouco em 1980 para 0,72 e volta a elevar-se em 1996 para 0,82. Nesse período a característica fundamental é a presença constante de grande quantidade de minifúndios com menos de 10ha representando entre 50 e 94% do total das propriedades do município, mas ocupando pouca área do município, cerca de 23%. Por outro lado, em 1970, temos o exemplo de uma propriedade que detinha 12 mil hectares, representando 33% área total.

i) Sobradinho: Por ter sido fundado no ano de 1989, Sobradinho só apresenta dados de sua estrutura fundiária para o ano de 1996 apresentando uma concentração das terras bastante

elevada com índice de Gini apontando 0,88. Cerca de 55% das propriedades são minifúndios com menos de 10 hectares e ocupam cerca de 3% do total do município. Por outro lado, sete propriedades (cerca de 3%) possuem cerca de 63% do total da área. Destes, um proprietário possui 10 mil hectares representando 29% do total da área. A desigualdade na distribuição das terras no território de identidade do Sertão do São Francisco é presença constante em todo processo histórico, polarizando as pequenas propriedades e, principalmente os minifúndios por um lado e, por outro lado, os grandes latifúndios. Segundo dados da CDA, INCRA e IBGE (2008), 55,10% das terras da Bahia são devolutas, isto é, terras públicas que não estão registradas em nome do Estado. No Território Sertão do São Francisco total (6.174.600ha) e 78,12% (4.823.663 ha) terras são devolutas; apenas 21,88 % (1.350.937 ha) estão legalizadas[1].

1.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS DE IRRIGAÇAO NA ÁREA DE ESTUDO

Atualmente os perímetros irrigados são os de Mandacaru, Tourão, Curaçá, Maniçoba e Salitre (ainda em construção) configuram áreas diferenciadas, especialmente pela presença de **grandes empresas** que cultivam uva, manga e cana de açúcar. O projeto TOURAO é destinado a lotes empresariais (96,7% do total da área). A produção de Cana-de-açúcar irrigada é praticada por uma única grande empresa, a Agrovale, que ocupa 17.000 hectares no projeto Tourão.

Nesse projeto são 65 km de canais; 45 km de drenos; 42 km de estradas; 4 estações de bombeamento. A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) é a responsável pela manutenção dos perímetros, controle e cobrança dos serviços de fornecimento de água e dos investimentos já realizados. É pertinente salientar que a água retirada do Rio São Francisco não é cobrada (CODEVASF, 2010) e que o Projeto Salitre da Codevasf é direcionado para empresários do agronegócio. Em entrevista, em trabalho de campo, um representante da Codevasf afirmou que o projeto está sendo direcionamento para empresários e até mesmo doutores. A intenção é direcional a produção de produtos específicos para exportação (frutas) e biocombustíveis (CODEVASF, 2009).

1.3. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF E SEUS IMPACTOS NA ÁREA DE ESTUDO

[1] “legalizados” (propriedade privada, propriedade do Estado da Bahia ou da União).

Nos sete anos analisados (2000 a 2006) de implantação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) nos municípios do território Sertão do São Francisco, percebe-se que alguns municípios foram mais constantemente beneficiados pelo programa, conforme a tabela abaixo (Tabela 4).

Discutir sobre a gestão de políticas públicas na área de estudo é discutir acerca da questão agrária do Território, cenário de duas realidades bastante distintas: 1) áreas irrigadas, concentradas às margens do Rio São Francisco, agronegócio; 2) áreas de sequeiro, utilizadas principalmente para a criação de caprinos e ovinos (minifúndios/fundos de pasto).

Tabela 4 - **Número de contratos do Pronaf por município (os três com maior n. de contratos) e porcentagem do total no Território de Identidade Sertão do São Francisco, 2000-2006.**

Municípios com mais contratos	2000 (%)	2001 (%)	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	Total de contratos p/ município
Casa Nova	53 (4,87)	624 (41,85)	2.189 (60,24)	1.296 (63,13)	527 (18,94)	685 (10,99)	1.089 (16,34)	6.463
Curaçá	8 (0,74)	151 (10,13)	208 (5,72)	154 (7,50)	1.777 (63,87)	1.685 (27,03)	2.473 (37,10)	6.456
Juazeiro	255 (23,44)	405 (27,16)	383 (10,54)	125 (6,09)	400 (14,38)	1.747 (28,02)	1.249 (18,74)	4.564

Fonte: Elaborado por Uilliam Lima e Noeli Pertile, adaptado de GeografAR; MDA/Pronaf – Ministério do Desenvolvimento Agrário/Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Bahia – N. de contratos e montante do Crédito Rural Pronaf por ano fiscal.

Nas áreas irrigadas a realidade fundiária é muito distinta das áreas de sequeiro. A irrigação se utiliza de um conjunto tecnologias que possibilitam maior produtividade e maior produção em um espaço mínimo de terra. Contudo, os agentes do agronegócio estão tomando as melhores terras e concentrando grandes áreas favoráveis a irrigação. Na região do TSSF é possível ter até três colheitas ao ano numa mesma área irrigada (uva).

Sendo assim, num panorama geral que foi proposto neste trabalho, acompanhou-se as transformações ocorridas pós 1996, quando foi instituído o PRONAF. Aqui pode -se destacar as mais intensas transformações a partir de 2002, quando os serviços representaram 41,4% no PIB e a agropecuária representou, 32,4%.

Conforme SEI (2003), o valor bruto da agropecuária atingiu R$ 404,6 milhões. O município de Juazeiro representou 53,5% do total do Território; Curaçá com 12,7 %; Sento Sé com 11,8% e Casa Nova com 10,8%. As principais culturas foram a uva, a manga, a cana-de-açúcar e cebola. Já o rebanho, no ano de 2003 era composto por 2,5 milhões de cabeças, significando 16,3% do total do estado da Bahia. Os caprinos representavam 50,8% do total (maior rebanho da BA). No Território, 77,4% são caprinos; 13,4% bovinos (336 mil cabeças) e 9,2% suínos (230 mil cabeças). Dentre os produtos da lavoura

temporária, nove deles merecem destaque: Cana-de-açúcar, feijão, mamona, mandioca, milho, tomate, cebola, melancia e melão.

Contudo, destaca-se que apenas três desses são cultivados nos dez municípios do Território de Identidade Sertão do São Francisco: Feijão, mandioca e milho. Dos três, o feijão é o produto que ocupa maior área em cada um dos três maiores produtores do território: Remanso (4.733ha); Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado com 4.100ha colhidos cada. O milho também é dos três cultivos temporários que mais ocupam as terras dos municípios de Campo Alegre de Lourdes (4.667ha), Pilão Arcado (3.733ha) e Remanso (2.833ha).

Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso também são os municípios que apresentaram maior área colhida de mandioca (3.667ha; 3.067ha e 2.500ha, respectivamente). A pesar de serem esses os maiores produtores de mandioca, este produto da lavoura temporária é o mais rentável nos municípios de Canudos (6.283 mil reais), Uauá e Pilão Arcado. Portanto, se considerarmos os dez principais produtos da lavoura temporária, a mandioca é a mais importante no que se refere a produção e a renda para diversos municípios, além de ser cultivada em todos os municípios do Sertão do São Francisco. Os produtos temporários como tomate, cebola e melancia apareceram em segunda ordem na ocupação das terras do território. O tomate é cultivado em oito municípios é Juazeiro o que dedica maior área, em média 202 hectares. Em seguida aparecem Santo Sé e Curaçá com 85 hectares cada.

Já a cebola é o produto temporário de maior área plantada e também de maior rentabilidade do município de Casa Nova e Sento Sé. No primeiro, aparecem 2.108ha de área colhida e 22.172 mil reais e no segundo, uma área colhida de 2.001ha e 23.415 mil reais. Em Juazeiro a área é de 1.154ha e representa a segunda rentabilidade (10.188 mil reais) entre os cultivos temporários, atrás apenas da cana-de-açúcar. Vale acrescentar que, a cebola também é a maior rentabilidade entre os cultivos temporários no município de Sobradinho. Quanto a melancia, Juazeiro, Casa Nova e Curaçá são os três municípios com maior área colhida do produto, sendo destinados 868, 379 e 229 hectares nos municípios, respectivamente. Juazeiro, Curaçá e Sento Sé são os municípios que mais destinam área de produtos temporários para o melão. Em Juazeiro 823ha, em Curaçá 461ha e em Santo Sé 438ha. Destaca-se que o melão é o cultivo temporário de maior rentabilidade para o município de Curaçá que obteve em média 3.622 mil reais.

A mamona aparece nos municípios de Sento Sé (428ha), Uauá (225ha) e Campo Alegre de Lourdes (223ha). A cana-de-açúcar é o produto temporário que mais ocupa

terras nos municípios estudados e é cultivada em quatro municípios: Canudos (15ha), Casa Nova (38ha), Pilão Arcado (160ha) e Juazeiro (16.610ha).

De modo geral, pôde-se notar no decorrer da pesquisa vários impactos negativos no solo, na água e na atmosfera, dentre elas as mais significativas foram: compactação do solo, desmatamento, queimadas, técnicas inadequadas de irrigação, assoreamento dos rios, poluição das águas e do ar, alteração de vazão do rio, pobreza e evasão da população local. Tudo isso, faz com que ocorra a perda da fertilidade do solo e o comprometimento do processo produtivo local com consequências muitas vezes irreversíveis na área atingida.

Considerações Finais

O esforço empreendido neste trabalho consistiu em buscar articular diferentes metodologias de análise tendo como objetivo uma melhor aproximação analítica com a realidade. Pode-se constatar que muitas transformações ocorreram ao longo dos anos na área estudada. Porém, feitas de forma seletiva, fazendo com que agricultor se adaptasse as novas tecnologias ou perdesse espaço para a mão de obra especializada. O que ocorreu, de fato, foi a expropriação de ribeirinhos e diferentes outras formas de ocupação e uso da terra e da água em por outros agentes, muitas vezes estranhos, que foram favorecidos por diferentes políticas públicas ao longo do processo histórico de formação do território São Francisco, tendo o Estado como propulsor desse favorecimento. Portanto, um setor da economia e da sociedade que busca a transformação do semiárido em seu favor sem considerar, respeitar e/ou sequer ouvir a população e cultura local. Observa-se, contudo, a existência de parte da população consciente e organizada (associações, ONGs, etc.) que busca soluções para melhor conviver com a realidade do meio natural e transformar não o meio, mas sim as questões políticas e sociais que impedem a melhoria da qualidade de vida da maior parte da população do território do Sertão do São Francisco.

Referências Bibliográficas:

AB'SABER, A. Dossiê Nordeste Seco. Estudos Avançados 13 (36), 1999.
ANDRADE, M. C. A terra e o homem no nordeste, hoje. Conferência pronunciada na 55ª Reunião Anual da SBPC, Recife, 2003.
AYOADE, J. O. Introdução a climatologia para os trópicos. São Paulo: Difel, 1981.
BAHIA. Territórios de Identidade 2007. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 07 jul. 2010.
BOMFIM, J. D. Movimentos sociais de trabalhadores no rio São Francisco. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788], n. 45 (30), 1 de agosto de 1999.
CALDAS, A. S. Globalização em territórios periféricos: os sistemas produtivos rurais da

Bahia e da Galícia. Salvador: UNIFACS, 2006. 274 p. il.
CASTRO, I. E; GOMES, P. C; CORREIA, R. L. Geografia: Conceitos e Temas. 12ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Perímetros irrigados: Projeto Tourão. Disponível em: http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/tourao. Acesso em: 28 de setembro de 2010.
DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. Tradução de João Alves dos Santos. São Paulo: Difel, 1986.
LEFF, E. Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes, 2009.
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Bacias Hidrográficas da Bahia – Superintendência de Recursos Hídricos. Edição Atualizada, 2006
MARTINE, G; GARCIA, R. C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Editora Caetes, 1987.
MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. São Paulo: Terra Livre, 16, p. 113-132, 1º semestre de 2001.
MENDONÇA, F; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Climatologia – noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Texto, 2007.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil. Brasília: MMA, 2007.
PERTILE, Noeli. Trabalho de campo com alunos da Graduação em Geografia na disciplina Geografia Humana II, nos municípios de Juazeiro e Petrolina. Entre 11 e 14 de novembro de 2009.
PORTO-GONÇALVES, C. V. A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. 6ª Edição. São Paulo: Edusp, 2009.
SANTOS, M. *et al*. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B. C. N. Estudos sobre globalização, território e Bahia. 1 ed. Salvador: Mestrado em Geografia da UFBA, 2003. v. 1. 182 p.
SIQUEIRA, Ruben. Conflito pela água no Rio Salitre, 30/09/2010. CPT, 2010. Disponível: http://www.cptba.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=484:conflito-pela-agua-no-rio-salitre&catid=8:noticias-recentes&Itemid=6 acesso em: 30/09/2010.
Scheer, M. A. P. S. ; MAGALHAES, D. . Análise do Território de Identidade Sertão do São Francisco (BA) via metodologia de Integração em Ambientes SIG. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 1, p. 14-21, 2010.
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos municípios baianos. Volume 7. Território de Identidade Sertão do São Francisco. Salvador: SEI, 2010.
_____. Uso atual das terras: Bacias da margem direita do lago de Sobradinho. Salvador: SEI, 2009
_____. Anuário Estatístico da Bahia. Salvador: SEI, 2003.
_____. Análise dos atributos climáticos do estado da Bahia. Salvador: SEI, 1998. 85 p. (Série Estudos e Pesquisas, 38).
SENADO FEDERAL DO BRASIL, Comissão de acompanhamento do projeto de revitalização do Rio São Francisco. Brasília, 2002.
SOUTO JÚNIOR, J. F. O Vale Encantado do São Francisco. Inédito, UNIVASF, 2010.
TROPPMAIR, H. Biogeografia. 7ª Edição. Rio Claro: Edição do autor, 2006.

VAZ, C. B. N.; PERTILE, N.; LIMA, U. D. S. Relatório de campo no vale do São Francisco: vivendo do ou vivendo com o semi-árido. Revista Discente Expressões Geográficas, Florianópolis, nº 06, ano VI, p. 173 – 185, junho de 2010.

CONHECIMENTO DE PLANTAS NATIVAS E O IMPACTO DA AGRICULTURA MECANIZADA ENTRE OS XAVANTE

Rafael José Navas da Silva; Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello – ESALQ/USP
rafaelnavas@usp.br; mepegara@esalq.usp.br

GT 1 – "Ruralidades e Meio Ambiente"

Resumo: Este trabalho teve como objetivo avaliar a influência da adoção da mecanização agrícola sobre o uso e conhecimento de plantas nativas do cerrado pelos xavante da aldeia *Wede´rã*, localizada na Terra Indígena Pimentel Barbosa/Mato Grosso. O trabalho de campo foi realizado entre os anos de 2005 e 2009, através de observação participante, entrevistas semi estruturadas e não estruturadas, conversas informais e registro fotográfico. Observou-se que a atividade de coleta é realizada principalmente pelas mulheres, porém com o incremento da agricultura mecanizada, ocorrida inicialmente entre as décadas de 70 e 80 com o "Projeto Xavante", desenvolvido pela FUNAI e recentemente nos anos 2003 a 2006 pela Associação Cana Rica e FUNAI, a atividade foi sendo reduzida, com consequente aumento no consumo de arroz, único produto destes projetos e produzido mecanicamente. Observou-se aproximadamente 60 espécies de uso na alimentação, entre frutos e tubérculos, que ocorrem nas diferentes fitofisionomias do cerrado. O consumo das espécies ocorre *in natura*, cozidos, mingaus, assados e no preparo de sucos. Com o incremento da agricultura, o arroz é armazenado e muitas vezes é o único alimento consumido durante o dia. Este fato acarretou em taxa de anemia de 56,3% na população da aldeia deste trabalho, fato diagnosticado em 2007 em um projeto de saúde. Além destes impactos, as mulheres jovens não conhecem os locais de ocorrência de algumas espécies, principalmente aquelas que se encontram distantes da aldeia, fato explicado pela pouca mobilidade pelo território.

Palavras-chave: Xavante; Etnoecologia; Cerrado.

1.Introdução

No início do século XVIII os xavante junto com os xerente habitavam a bacia do Rio Tocantins e formavam um só povo, pertencente ao grupo etnolinguístico Acuen, da família Jê. Nessa região ocupavam um amplo território. Com a descoberta de ouro na região ocupada por este povo, atuais Estados de Goiás e Tocantins e a chegada de mineradores, bandeirantes, colonos e missionários houve pressão sobre este povo, ocasionando diversos conflitos. Alguns nativos reagiram com ataques e guerras, outros aceitaram a aproximação ou migraram em busca de novos territórios (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Na segunda metade do século XVIII, em busca de refúgio, alguns grupos xavante estiveram assentados em aldeamentos do governo, mas tiveram os efeitos das epidemias. Diante dos problemas de saúde nestes locais, os indígenas optaram pela saída dos aldeamentos e no final do século XVIII, os xavante cruzaram o Rio Araguaia e se estabeleceram na região da Serra do Roncador, atual estado de Mato Grosso. Durante o século XIX e a primeira metade do XX, o grupo sofreu divisões e realizaram novas migrações para oeste, nas margens do Rio das Mortes, Suiá-Missu e Kuluene. Até a terceira década do século XX, todos eles viveram relativamente livres do contato da sociedade nacional. Após este período, a política adotada pelo governo federal, através da conhecida "Marcha para o Oeste", empreendeu os primeiros esforços para colonizar a região, incentivado em promover seu povoamento e pela crescente preocupação com a ocupação das fronteiras do país. Nessa época, a maior parte dos grupos xavante estabeleceu contato pacífico com representantes da sociedade nacional, esgotados por doenças, fome e conflitos. Alguns grupos buscaram refúgio nos postos do Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.)[1] ou em missões religiosas. O último grupo a aceitar o contato permanente foi o de Pimentel Barbosa, ocorrido em 1946 (MENEZES, 1982).

À medida que os xavante cederam à pressão da expansão nacional, os territórios que ocupavam tornavam-se acessíveis aos propósitos do governo. Assim, conseguiu-se implantar o modelo econômico capitalista no setor rural, através da política adotada no período pós-64, ao mesmo tempo em que se realizaram projetos fundiários, alguns em áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas (MENEZES, 1982).

[1] O S.P.I. foi criado em 1910 e substituído pela FUNAI em 1967.

Com o novo modelo agropecuário, extensas áreas de cerrado foram desmatadas, principalmente para o cultivo de arroz e criação de gado.

No final da década de 70 e início de 80, os xavante procederam a intensas lutas, visando à recuperação de terras que tradicionalmente ocupavam, principalmente aqueles que haviam se refugiado em missões ou postos do S.P.I. Diante destes conflitos, os xavante pressionaram o órgão tutelar e com os problemas alimentares nas aldeias, principalmente a escassez de caça, o governo reconheceu a necessidade de promover um projeto para os xavante, que deveria estar alinhado ao modelo de modernização que estava sendo implantado na região. Esta modernização deveria ocorrer também às áreas indígenas, atrelando os índios ao sistema econômico, transformando os mesmos em produtores comerciais. Esta era a política de integração definida pelo governo federal, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, estava sendo preparado para ingressar na "civilização". Essa política apontava para o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia esta diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento, que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade nacional. A política de integração fundava-se na crença de que a civilização ocidental representava o estágio mais avançado, além do que, não se reconhecia o caráter coletivo destas populações. Por isso, o S.P.I. desenvolvia uma política que propunha dar aos índios condições de evoluir lentamente, até integrarem-se totalmente à sociedade (FUNAI, 2007). Assim, o órgão demarcava as Terras Indígenas, prestava atendimento de saúde, ensinava técnicas de cultivo e proporcionava educação formal. No final de 1981, seis Terras Xavante haviam sido demarcadas: Areões, Pimentel Barbosa, São Marcos, Sangradouro, Marechal Rondon e Parabubure.

Com esta submissão dos indígenas ao S.P.I., o órgão tentou incentivá-los à prática da agricultura, pois para este, os xavante possuíam um vasto território, que economicamente estava sendo pouco utilizado com o modo de vida tradicional, baseado na realização de excursões de caça e coleta. Estas atividades eram consideradas principais para obtenção de alimentos entre o grupo e garantiam uma alimentação equilibrada (MAYBURY-LEWIS, 1984). De acordo com o autor, a caça era considerada uma atividade exclusiva dos homens, enquanto a coleta era realizada pelas mulheres. Mesmo havendo esta divisão de atividades, homens e mulheres conheciam as espécies animais e vegetais, hábitos e época de frutificação das espécies, principalmente por possuírem um amplo território, que utilizavam durante as excursões.

Para o governo federal na época, esta mesma área poderia sustentar um número bem maior de agricultores, principalmente em uma região que estava sendo aberta à

colonização. Para o órgão, incorporando a agricultura como fonte importante de obtenção de alimentos, os xavante poderiam se adaptar aos poucos à redução de seu território. Além disso, os funcionários do S.P.I. teriam facilidade para administrar os indígenas (MAYBURY-LEWIS, 1984). Mesmo com este incentivo, a comunidade ainda realizava excursões de caça e coleta, onde os índios percorriam o território durante meses, até voltarem para aldeia base, quando se dedicavam à colheita dos produtos que eram cultivados no início da estação das chuvas e realizavam rituais. De acordo com Silva (1983) os xavante de Pimentel Barbosa realizaram estas excursões até o início da década de 80. Porém, com o contato permanente e a fragmentação dos territórios, a realização destas tornou-se cada vez mais difícil. Com a modernização da agropecuária, a paisagem do entorno de suas Terras foi alterada e as fontes de alimentos tradicionais reduzidas, principalmente a caça.

Atualmente os xavante somam 13.000 pessoas, distribuídas em onze Terras Indígenas, geograficamente descontínuas. Apresentam elevadas taxas de natalidade e crescimento populacional desde a década de 1960. Porém, a mortalidade infantil é relativamente alta. Dados indicam que 14% das crianças xavante não sobrevivem até os dez anos de idade. As causas de morte são resultados de precárias condições sanitárias e contaminação da água. Doenças gastrointestinais e infecções respiratórias são as principais causas das mortes. Esses problemas resultam em parte, da mudança do padrão de vida com mobilidade espacial pelo sedentarismo (ISA, 2010).

O sedentarismo, a carência de caça e de outras fontes de proteína, assim como os projetos desenvolvimentistas da FUNAI resultaram em profundas mudanças em sua dieta, que têm levado à desnutrição e à problemas de saúde, como a anemia.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar a influência da adoção da mecanização agrícola sobre o uso e conhecimento de plantas nativas do cerrado pelos xavante da aldeia *Wede´rã*.

2.Metodologia

A Terra Indígena Pimentel Barbosa possui área de 328.966 hectares e localiza-se nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, no Estado de Mato Grosso. Essa T.I. foi homologada em 1986, e a população atual é de aproximadamente 1.700 pessoas, distribuída em seis aldeias. Entre estas, a aldeia *Wede´rã* foi o local deste estudo, sendo criada em 1997, com população atual de 57 pessoas, distribuídas em sete casas. Nesta aldeia vivem três descendentes diretos de *Apowë*, xavante que fez o contato pacífico com o

não-índio em 1946. Estes três homens e mais uma mulher são da geração anterior ao contato com o não-índio.

Em todas as viagens para coleta de dados, foram usadas técnicas qualitativas, como as de observação participante, em que o pesquisador participa da rotina e atividades dos pesquisados; entrevistas parcialmente estruturadas, em que alguns tópicos são fixados e outros redefinidos conforme o andamento da entrevista; entrevistas não estruturadas coletivas, em que há um diálogo livre entre pesquisador e informantes; desenhos (VIERTLER, 1988); recordatório 24 horas e conversas informais.

3.Resultados e Discussão

3.1.As plantas nativas e a atividade de coleta

A subsistência xavante tinha como base as atividades de caça, a coleta de vegetais, a agricultura e a pesca, sendo as duas últimas consideradas de importância secundária (MAYBURY-LEWIS, 1984). Estas diferentes atividades eram condicionadas pela estação e sua importância variava conforme o período do ano e se harmonizavam garantindo uma alimentação equilibrada e completa.

A atividade de coleta é uma atividade feminina, podendo ser realizada pelas mulheres de um mesmo grupo familiar e também, junto com as outras mulheres da aldeia. Maybury-Lewis (1984) relatou que a atividade, quando realizada com as outras mulheres da aldeia, representava uma das poucas oportunidades de relacionamento social fora da casa. Para Badinter (1986), esta divisão do trabalho é evidente em todas as sociedades. Segundo a autora, em sociedades de caçadores-coletores, a divisão do trabalho na obtenção do alimento faz com que homens e mulheres tracem trajetórias diferentes, dividindo o território de maneira que a mulher fica em um espaço circunscrito, enquanto o homem percorre um campo mais vasto.

Durante o trabalho de campo, observaram-se diversas espécies vegetais de uso na alimentação da aldeia, conforme a Tabela 1.

Tal conhecimento, entretanto, não é garantia de uso na alimentação. Pôde ser verificado que atualmente a coleta não tem a mesma importância como base alimentar. As mulheres não a realizam com freqüência. Apenas em uma casa houve o relato desta prática rotineiramente, realizada pelas mulheres deste grupo familiar. Vale ressaltar que nesta casa reside a mulher mais idosa da aldeia, sendo uma interferência dos hábitos alimentares tradicionais. Já as demais a realizam apenas quando não há outra fonte de alimento,

conforme informaram as mulheres nas entrevistas individuais (em quatro casas houve este relato).

A identificação do local de ocorrência das espécies foi obtida através de entrevista com a mulher e um dos homens mais idosos da aldeia e dois jovens. Os resultados mostram que na vegetação *Am´hü* (cerrado *stricto sensu*) ocorrem a maior variedade de frutos. Os carás ocorrem com maior freqüência nas formações ciliares, conhecidas como *Ma'rã* e também nas matas secas (*Marãi'ré*). Os outros tipos de vegetação são: *A'pê*, sendo semelhante aos campos de murundum; *Sada'rã*, semelhante ao campo limpo; *Buru'rã*, semelhante ao campo sujo; e *Umratã'nã*, que são as formações que ocorrem os bambuzais. Esta classificação refere-se aos locais visitados pelo pesquisador com os indígenas nas atividades de campo, podendo haver outras.

Como informado em entrevista, há carás que ocorrem em regiões específicas do território, como *Moo'ni'á* e *Mooni'wapru*, não sendo encontrados em áreas próximas à atual localização da aldeia. Já outros, como *Mooni'höi'ré* podem ser encontrados facilmente, e assim, são mais consumidos. Esta especificidade de ocorrência das plantas e a fixação das aldeias contribuem também para que as jovens não conheçam tantas espécies vegetais de uso na alimentação. Maybury-Lewis (1984:88) também identificou diversas espécies de carás com uso na alimentação xavante e sua importância na dieta.

Na prática de coleta, as mulheres saem caminhando pelo cerrado com cestos, coletando os frutos encontrados. Saem nas primeiras horas do dia para realizarem esta atividade, devido a temperaturas elevadas da região. Quando vão para a roça, normalmente em áreas de mata ciliar, aproveitam para coletar frutos que encontram, como o buriti, além de frutos de palmeiras nativas do cerrado, presentes nas áreas de plantio.

Quando é época de frutificação de determinadas espécies, como pequi e baru, os membros da aldeia vão de carro até os locais conhecidos para realizarem a coleta destes, pois são produtos apreciados na dieta e as plantas produzem grande quantidade de frutos. Assim, a coleta realizada por todas as mulheres, só é praticada nesta ocasião. O espaço explorado por elas altera-se desta forma, pois indo de carro, vão apenas para os locais conhecidos de determinadas espécies, principalmente aquelas citadas acima. O uso do território para a prática da coleta limita-se a locais próximos à estrada.

Os homens também conhecem as épocas de frutificação das espécies, sendo comum quando caçam e pescam, se alimentarem de frutos encontrados no caminho, como observado.

Tabela 1 - Plantas conhecidas de uso na alimentação xavante.

Nome xavante	**Nome comum**	**Nome científico**	**Local de ocorrência**
abare'ture	pequi do cerrado	*Caryocar brasiliense*	*Am'hü*
abarê	pequi	*Caryocar brasiliense*	*Am'hü*
aõ	jatobá da mata	*Hymenaea stilbocarpa*	*Ma'rã*
a'ódo	macaúba	*Acronomia aculeata*	*Am'hü*
aõ'onrê	jatobá do cerrado	*Hymenaea stigonocarpa*	*Am'hü*
ariwede	tucum (castanha)	*Bactris setosa*	*Am'hü*
berãsirã	tarumã	*Vitex sp.*	*Ma'rã*
buru' wö	cará	*Indeterminada*	*Ma'rã*
citopré	indeterminada	*Indeterminada*	*Am'hü*
mãi'are	cará	*Indeterminada*	*Umratã'nã*
monitó	cajuí	*Anacardium sp.*	*Am'hü*
mooni' wapru	cará	*Dioscorea sp.*	*Marãi'ré/Umratã'nã*
mo'õni'á	cará	*Dioscorea sp.*	*Marãi'ré/Umratã'nã*
mooni'höiré	cará	*Dioscorea trifida*	*Marãi'ré*
mooni'supó	cará	*Dioscorea sp.*	*Ma'rã*
norõnré	coco indaiá	*Attalea sp.*	*Am'hü/A'pê*
ouci	indeterminada	*Indeterminada*	*Indeterminada*
parabubu	cará	*Dioscorea sp.*	*Ma'rã*
patesui'ré	cará	*Dioscorea sp.*	*Ma'rã/Marãi'ré*
patede	cará	*Dioscorea sp.*	*Ma'rã/Marãi'ré/Umratã'nã*
patede'höiwa' wi	cará	*Dioscorea sp.*	*Marãi'ré/Umratã'nã*
patedetsuiré	cará	*Dioscorea sp.*	*Marã/Marãi'ré/A'pê*
patede'uptabi	cará	*Dioscorea sp.*	*Indeterminada*
pdzi	cará	*Dioscorea sp.*	*Ma'rã/Umratã'nã*
poné're	cará	*Dioscorea sp.*	*A'pê/Marãi'ré*
ritó	mangaba	*Hancornia speciosa*	*Am'hü*
sé	palmito da macaúba	*Acronomia sp.*	*Am'hü*
terã	jatobá do cerradão	*Hymenaea sp.*	*Ma'rã*
têrire	coquinho	*Indeterminada*	*Am'hü*
tininí	indeterminada	*Indeterminada*	*Am'hü*
tirí	indeterminada	*Indeterminada*	*Am'hü*
tiriré	acuri	*Attalea sp.*	*Am'hü*
tomonti	marmelada de cachorro	*Alibertia sp.*	*Am'hü*
tomonti'häi'rudu	indeterminada	*Indeterminada*	*Ma'rã*

tomõsu	cará	*Dioscorea sp.*	*Ma'rã/Umratã'nã/Marãi'ré*
tomõti' wawen	marmelo	*Cydonia sp.*	*Am'hü*
tonhõ	indeterminada	*Indeterminada*	*Ma'rã*
tonhõ'rirené	indeterminada	*Indeterminada*	*A'pê*
tritebe	indeterminada	*Indeterminada*	*Am'hü*
u' waire	curriola	*Pouteria ramiflora*	*A'pê*
ubdí	cará	*Indeterminada*	*Ma'rã*
udzutsi wã 'á	cará	*Stromanthe sp.*	*Ma'rã/Umratã'nã*
uhânhõrirene	caju rasteiro	*Anacardium sp.*	*A'pê*
uzapó'do apsénãhã	cará	*Indeterminada*	*A'pê/Umratã'nã*
uso	buriti	*Mauritia sp.*	*Ma'rã*
utâsiri' waséde	araticum	*Annona crassiflora*	*Am'hü*
wö	cará	*Indeterminada*	*Ma'rã*
wö'riré	cará	*Indeterminada*	*Ma'rã/Marãi'ré*
vesuárã	mama-cadela	*Brosimum guadichaudii*	*Am'hü*
wa'á	bacaba	*Oenocarpus bacaba*	*Ma'rã*
waré	abiu do cerrado	*Pouteria spp.*	*A'pê*
warazu'hã'assazé	cagaita	*Eugenia dysenterica*	*Am'hü*
warazu'rã á	pitanga do cerrado	*Eugenia calycina*	*Am'hü*
waré	palmeira	*Indeterminada*	*A'pê*
wededú	cará	*Fabaceae indet.*	*Marãi'ré/Umratã'nã*
wederanpó	baru	*Dipteryx alata*	*Am'hü*
wesuarã	muricizão	*B. verbascifolia*	*Buru'rã/Sada'rã*
weteranti	indeterminada	*Indeterminada*	*Umrata'nã*
zarare'pré	indeterminada	*indeterminada*	*Am'hü*
zõroiró	tucum	*Bactris setosa*	*Am'hü*
patede'supó	cará	*indeterminada*	*Indeterminada*

Homens e mulheres conhecem a relação existente entre frutos e o consumo destes pelos animais, mesmo os que não são consumidos por pessoas, considerados "comida de bicho". Foram descritos: *rerê* - comido por anta, queixada e caititu; *írã'ã* - comido por paca; *apsi'rã* - comido por várias espécies animais.

Na classificação das plantas de uso na alimentação, nota-se que existem diferentes denominações para a mesma espécie vegetal, dependendo da parte consumida. Isto evidencia como o conhecimento e a classificação das plantas que a comunidade faz se relacionam às funções práticas do cotidiano. Esta classificação é notada mesmo para os

produtos de origem não-indígena, como laranja (*wederã'uzé*, que significa jenipapo amarelo) e café (*wedepró:* semelhante a um produto de uso tradicional).

A forma de consumo varia entre as espécies, como consta na Tabela 2.

Tabela 2 – Forma de consumo de alguns produtos da coleta

Planta	**Nome comum**	**Forma de consumo**
abare'ture	pequi do cerrado	*in natura* e cozido
abarê	pequi	*in natura* e cozido
aõ	jatobá da mata	*in natura* e mingau
a'ódo	macaúba	*in natura* e assado
aõ'onrê	jatobá do cerrado	*in natura* e mingau
berãsirã	tarumã	*in natura*
buru' wö	cará	assado e cozido
citopré	indeterminada	*in natura*
mãi'are	cará	cozido
monitó	caju	*in natura*
mooni' wapru	cará	cozido e assado
mo'õni'á	cará	cozido e assado
mooni'höiré	cará	cozido
mooni'supó	cará	cozido e assado
norõnré	coco indaiá	*in natura*
parabubu	cará	assado
patesui'ré	cará	cozido e assado
patede	cará	cozido
patede'höiwa' wi	cará	assado
patedetsuiré	cará	cozido e assado
patede'uptabi	cará	cozido e assado
pdzi	cará	cozido e assado
poné're	cará	cozido e assado
rito	mangaba	*in natura*
sé	palmito de macaúba	mingau e assado em cinza
terã	jatobá do cerradão	*in natura* e mingau
têrire	coquinho	*in natura*
tininí	tipo de jabuticaba	*in natura*
tiriré	acuri	*in natura*
tirí	tipo de coquinho	*in natura*

tomonti	marmelada de cachorro	*in natura*
tomonti'häi'rudu	indeterminada	*in natura*
tomõsu	cará	cozido
tomõti' wawen	marmelo	*in natura*
tonhõ	indeterminada	*in natura*
tritebe	coquinho	*in natura*
u' waire	curriola	*in natura*
ubdí	cará	cozido
udzutsi wã 'á	cará	cozido e assado
uhânhõrirene	caju rasteiro	*in natura*
uzapó'do apsénãhã	cará	assado
uso	buriti	deixa em molho na água e come
wö	cará	cozido e *in natura*
wö'riré	cará	*in natura*
vesuárã	mama cadela	*in natura*
wa'á	bacaba	*in natura* e suco
wairê	indeterminada	*in natura*
warazu'hã'assazé	cagaita	*in natura*
warazu'rã á	pitanga do cerrado	*in natura*
wededú	cará	cozido e assado
wederanpó	baru	*in natura* e deixa de molho em água
wesuarã	muricizão	*in natura*
zarare'pré	indeterminada	*in natura*
zõroiró	tucum	*in natura*

3.2.Os impactos da agricultura

Devido à redução do território xavante com a criação da Terra Indígena, aos conflitos pela ocupação das áreas tradicionalmente ocupadas[2], ao fim da mobilidade pelo território a partir das décadas de 70 e 80 e aos problemas de alimentação surgidos, a FUNAI implementou projetos de cultivo mecanizado de arroz nas aldeias da região Central do Brasil. Tais projetos visavam solucionar os problemas advindos da redução dos territórios indígenas, agravados pelo desmatamento das áreas do entorno, e pela ocupação de suas

[2] A T.I. Pimentel Barbosa foi homologada apenas em 1986, havendo muitos conflitos entre índios e fazendeiros do entorno, devido à ocupação de suas terras e redução do território. Ainda hoje se observa no território áreas de ocupação de fazendas da década de 80, com presença de currais e construções.

terras, sendo que o excedente de produção seria comercializado. Este projeto teve duração até o final da década de 80, provocando alterações nos padrões de subsistência das populações indígenas da região, principalmente pela substituição dos produtos tradicionais, como o milho, pelo arroz, e também a redução da atividade de coleta. Assim, o arroz passou a ser base da alimentação xavante, fato que permanece nos dias atuais.

Sem a solução dos problemas de alimentação nas aldeias xavante de Pimentel Barbosa, uma solução pensada pelos indígenas foi pedir o aumento do território para ter maior acesso a fontes de alimentos tradicionais, principalmente caça. Com este aumento, as áreas contíguas seriam desapropriadas. Assim a Associação Cana Rica, formada pelos proprietários do entorno, propôs a realização de um novo projeto de cultivo mecanizado de arroz em acordo conjunto com os indígenas, para estes não pedirem o aumento da T.I., considerando na visão da Associação, que este aumento não supriria a necessidade de alimentos por estas comunidades. A duração deste projeto foi prevista para os anos de 2003 a 2009, tendo apoio da FUNAI e da Prefeitura Municipal de Canarana/MT.

A área total de cultivo deste projeto foi de 90 hectares, dividida entre as seis aldeias existentes nesta T.I. A área de plantio para cada aldeia era obtida através de cálculos da relação entre a área total a ser plantada (90 ha) e a população de cada aldeia. A aldeia *Wede'rã* possuía área de plantio de seis hectares. A área plantada pertencente à aldeia *Wede'rã* foi implantada em área aberta em anos anteriores e apresentou produção satisfatória para a região, de acordo com a técnica responsável. A área de plantio foi escolhida pelos membros da comunidade. O sistema de produção foi convencional, utilizando tratores e grade aradora das próprias aldeias. Utilizou-se tratamento das sementes com inseticida e adubação química. Nas etapas de limpeza e preparo do solo para plantio, estas operações eram realizadas por funcionários da prefeitura, com máquinas agrícolas. A capina das lavouras foi realizada pela comunidade das aldeias e permaneceram sem plantas indesejadas até a colheita, facilitando a limpeza final do produto, segundo informações da técnica responsável. A colheita foi terceirizada, com custo de R$ 7.500,00 para todas as aldeias, sendo parte deste valor pago pela FUNAI em espécie e uma parte paga em produto colhido. Nas etapas de colheita a comunidade foi para a lavoura ajudar a ensacar o arroz colhido mecanicamente. A técnica responsável relatou que no período de colheita, mulheres e crianças percorreram a área após a passagem da colhedora recolhendo cachos de arroz caídos no chão. Para a responsável, este fato confirmou o interesse da comunidade pelo projeto.

No ano de 2006 houve a necessidade da abertura de nova área para o plantio de arroz em uma das aldeias, pois a área aberta estava com alta incidência de plantas indesejadas.

Com a produção mecanizada de arroz, este é armazenado e a coleta não é praticada com freqüência. As jovens não conhecem tantas espécies de plantas do cerrado, sua localização e época de produção, situação agravada pelo fim da mobilidade espacial. Leewenberg (1999) em trabalho com os xavante também observou que as mulheres não estavam realizando a atividade de coleta com freqüência.

Em 2007 durante o trabalho de campo, os membros da aldeia informaram que o projeto da Associação havia terminado devido aos altos custos dos insumos utilizados no cultivo. Neste ano, a comunidade abriu nova área para plantio com as variedades tradicionais. Também, neste período foi observado aumento na prática de coleta entre as mulheres, principalmente quando estas iam para a roça, evidenciando a relação existente entre as diferentes atividades para subsistência do grupo.

Mesmo com este aumento na atividade de coleta, esta não é realizada com freqüência, estando reduzida às épocas de plantio, que ocorrem nas estações chuvosas (outubro a março). Assim, o equilíbrio alimentar não é alcançado. Em um trabalho realizado pela ONG Nossa Tribo em 2007 foi diagnosticada anemia em 56,3% da aldeia *Wede´rã*. Este fato se deve a mudança nos padrões alimentares da comunidade, sendo o arroz a base da alimentação.

4.Considerações finais

Atualmente com o incremento da agricultura mecanizada entre os xavante, a atividade de coleta está sendo reduzida, ocasionando a homogeneização da alimentação, redução no uso do território e consequentemente na transmissão do conhecimento entre as mulheres, além dos problemas de saúde, como a anemia. Assim, há necessidade de avaliar os atuais modelos de projetos implantados nas comunidades, a fim de buscar alternativas que promovam a segurança alimentar, mas que considerem as práticas e atividades tradicionais da população.

Referências

BADINTER, E. **Um é o Outro**: relações entre homens e mulheres. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 309p.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em: 10/12/2010.

LEEUWENBERG, F.; SALIMON, M. **Para sempre A'uwê:** os xavante na balança das civilizações. Brasília: Artwork design gráfico, 1999. 35p.

MAYBURY-LEWIS, D. **A sociedade xavante**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984. 400p.

MENEZES, C. Os xavante e o movimento de fronteira no leste matogrossense. **Revista de Antropologia**, v. 25, p. 63-87, 1982.

SILVA, A.L. Xavante: casa – aldeia – chão – terra – vida. In: CAIUBY, S.N. (Org). **Habitações indígenas**. Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1983. p. 33-56.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural**: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988. 61p. (Série Princípios).